

ALBERTO TÔSI RODRIGUES

A DEMOCRACIA QUE NOS COUBE:
MOBILIZAÇÃO SOCIAL E REGIME POLÍTICO
NO BRASIL (1989-1994)

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof. Dr.
Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 27/09/1999

BANCA

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz - orientador

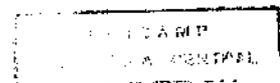
Prof. Dra. Argelina Maria Cheibub de Figueiredo

Prof. Dra. Evelina Dagnino

Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Prof. Dr. Brasílio João Sallum Júnior

Setembro/1999



8296155

UNIDADE	BC
N.º DE MAIOR	
V.	
TOM	39387
DATA	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	09/11/99
N.º OFD	

CM-00136847-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R 618 d Rodrigues, Alberto Tosi
A democracia que nos coube: mobilização social e regime político no Brasil (1989-1994) / Alberto Tosi Rodrigues. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

**Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Mobilização nacional. 2. Democracia. 3. Regimes políticos.
4. Conflito social. 5. Ciência política. 6. Brasil - Política e governo - 1989-1994. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Para Amélia,
com amor.**

Agradecimentos

Sou grato em primeiro lugar a meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFES, em especial aos da área de Ciência Política que arcaram com minhas disciplinas na ausência imposta pela elaboração desta tese: Roberto Beling, Mauro Petersem e Lourdes Araújo. Aos outros dois colegas da área, Marta Zorzal e Silva e Francisco Albernaz, desterrados de Vitória no mesmo período e com o mesmo fim, agradeço também pela amizade e pela possibilidade de dividirmos as mesmas angústias e alegrias. Ao afastamento de minhas atividades docentes por quatro anos, que os colegas tão generosamente apoiaram, somou-se a bolsa do Programa de Incentivo à Capacitação Docente (PICD), da Capes, sem o que a mudança e permanência em Campinas não seriam possíveis.

Agradeço também aos comentários críticos e às sugestões feitas por Argelina Figueiredo e Evelina Dagnino, por ocasião do exame de qualificação, que muito contribuíram para o prosseguimento do trabalho. Sou grato, em especial, ao apoio de Argelina na condição de co-orientadora, durante período de ausência do país do orientador da tese.

Minha socióloga predileta, Amélia Siller, além de suportar-me, como esposa, durante período tão conturbado como foi este, auxiliou-me também no levantamento de fontes primárias, na revisão do texto e na normalização bibliográfica. Abiael Franco Santos, minha "assessora para assuntos jurídicos", pesquisou e obteve os textos relativos à legislação eleitoral utilizada no trabalho. O estreitamento da colaboração intelectual com Marta Zorzal e Silva, que dividiu comigo material coletado para sua pesquisa, deve ser registrado aqui também pelo muito que somou e ainda somará a meu trabalho. Os amigos e colegas que durante este tempo discutiram comigo sobre questões relativas à tese ou simplesmente souberam, com seu apoio, minimizar minhas dificuldades várias – Paulo Ghiraldelli Jr., Martha Christina Pereira Martins, Sérgio Salomé Silva, José Roberto

Cabrera, Luciana Tatagiba, José Roberto Fukumaru, José Geraldo Fábio, Alexandre Alvarenga, Regina Camargos e Ricardo Silva – não podem ser esquecidos. Do mesmo modo que o suporte, sobretudo afetivo, que sempre recebi de meus pais, Antonio Rodrigues Capovila e Sylvia Tosi Rodrigues, e do mano e colega Sérgio Tosi Rodrigues, foi sempre e continua sendo essencial.

Embora a lembrança seguinte talvez seja *sui generis*, não posso deixar ainda de agradecer a meu médico e amigo Márcio Jansen de Oliveira Figueiredo e à equipe do Prof. Dr. Noedir Stolf, do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo. Sem eles, esse trabalho não seria possível por absoluta falta de autor.

Por último, faltam palavras para agradecer a Sebastião Velasco e Cruz. Sua orientação presente e precisa, seu apoio e sua amizade extrapolam os limites desta tese. O tempo de nossa convivência, que remonta já a mais de dez anos, coincide com a parte mais substantiva de minha formação intelectual. Nesse período, Sebastião empenhou-se sempre na árdua tarefa de livrar-se de mim como orientando e acolher-me como colega. Para minha felicidade, finalmente conseguiu.

“A introdução de critérios não econômicos na dinâmica da economia, continuam [os ‘racionalistas’], terminará por produzir resultados ainda piores do que aqueles a que estamos acostumados. Ruim com o mercado, pior sem ele. De onde se segue a principal máxima econômica da democracia racional por vir: a economia é a-ética. (...) Porém, dizem [os ‘humanistas’], para isso é que existe a ciência econômica: muda-se permanentemente o estado da economia de tal forma que sempre se atenda a cada qual segundo suas demandas. De onde se segue a principal máxima econômica da democracia humanista por vir: a ética é a-econômica.”

Wanderley Guilherme dos Santos,
Kantianas Brasileiras.

Sumário

Resumo

Introdução.

1. A democracia que não se governa.

- 1.1. A política de massas no Brasil, sob o peso da tradição e do autoritarismo.
- 1.2. Procedimento democrático e ruídos institucionais.

2. O governo que não se democratiza.

- 2.1. Mobilização e conflito político.
- 2.2. Mobilização e mudança de regime.
- 2.3. Democratização sem democracia.

3. O *condottiere* mítico (tragédia).

- 3.1. O colapso das esperanças e a nova chance de 1989.
- 3.2. Em busca do voto volátil.
 - 3.2.1. Saída pela esquerda.
 - 3.2.2. Saída pela direita.
- 3.3. A polarização direita-esquerda.

4. Do mito à razão.

- 4.1. Plano Collor: insulamento e legitimidade.
- 4.2. O fracasso do golpe de mão.
- 4.3. As eleições de 1990 e o governo.
- 4.4. O Plano Collor II e a "crise de governabilidade".

5. Corrupção e "governabilidade".

- 5.1. Um debate enviesado.
- 5.2. Dos negócios em família aos negócios da política.

6. O "Fora Collor".

- 6.1. A intervenção da cidadania ativa.
- 6.2. O *impeachment* admissível.
- 6.3. Ao "deixado só", a renúncia.

7. O novo *condottiere* (farsa)

- 7.1. Esquerda, direita, expectativas.
- 7.2. O triste fim de Itamar Franco.
- 7.3. A hora e vez da estabilização monetária.
- 7.4. Bases legais do darwinismo eleitoral.
- 7.5. O plano e a candidatura.
- 7.6. Vitória real.

8. Epílogo: a democracia que nos coube.

- 8.1. Dois ciclos.
- 8.2. Três crises.
- 8.3. Escolhas.
- 8.4. Conjuntura.

Bibliografia citada.

Resumo

Esta tese analisa a conjuntura política compreendida no período que vai da eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, à eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Sua preocupação básica é captar as dinâmicas de mobilização e desmobilização social e, como função delas, o modo pelo qual se deram o alargamento e a constrição da arena política nacional.

Subsidiariamente, procura averiguar a estruturação do regime democrático, do ponto de vista particular da permeabilidade das instituições políticas à participação da cidadania ativa. Os movimentos de alargamento e constrição do escopo da luta política no período foram produtos de uma pauta de discussão pública marcada pela presença tanto de temas econômicos, vinculados aos problemas da crise do Estado e da estabilização monetária, quanto de temas políticos, vinculados aos problemas da estruturação da ordem democrática e dos reclamos por “ética” no trato da coisa pública.

É na interface entre os problemas colocados pela emergência destes diferentes temas que a tese busca estruturar a interpretação.

Introdução

Este trabalho pretende ser uma análise de conjuntura política. Sua principal preocupação é captar as dinâmicas de *mobilização* e *desmobilização* social e, como função delas, o modo pelo qual se deram o *alargamento* e a *construção* da arena política nacional, palco dos conflitos políticos entre os anos de 1989 e 1994. Paralelamente, procura estar atento ao processo de estruturação do regime democrático, do ponto de vista particular da permeabilidade das instituições políticas à participação da cidadania ativa.

O recorte temporal é uma tentativa de flagrar tais dinâmicas numa quadra histórica em que os movimentos de alargamento e construção do escopo da luta política foram produtos de uma pauta de discussão pública marcada pela presença tanto de temas *econômicos*, vinculados aos problemas da crise do Estado e da estabilização monetária, quanto de temas *políticos*, vinculados aos problemas da estruturação da ordem democrática e dos reclamos por “ética” no trato da coisa pública.

Foi também o exato momento em que nossa conservadora transição de regime deparou com o compromisso inadiável da eleição presidencial direta. Esta, ao mesmo tempo em que impôs ao espaço público a discussão destes e de outros problemas – embora não necessariamente os tenha apresentado dessa forma –, colocou frente a frente uma *direita*, associada tanto ao autoritarismo militar quanto à deflagração da presente crise do Estado brasileiro, e uma *esquerda* que, em seu núcleo mais importante, crescera e consolidara-se a partir das transformações sociais e políticas decorrentes deste autoritarismo e desta crise. A presença de Lula e do PT nas eleições de 1989 e 1994 é emblemática da posição assumida por esse último campo do espectro político e social, assim como é emblemático o fato de que a direita não teve, em nenhum dos dois pleitos, uma candidatura endogenamente engendrada, aceitando a contragosto o “outsider” Fernando Collor em 1989 e alinhando-se, com notável senso de oportunidade, ao “social-democrata” Fernando Henrique em 1994. Manteve-se no poder a despeito de si mesma, e

este talvez seja o fato mais importante para a compreensão das razões pelas quais os “novos” pontos da pauta política – que podem ser resumidos nas palavras-chave “ajuste”, “desregulamentação”, “privatização” e conexas (cf. Nielsen, 1989) – ganharam um equacionamento instrumentalizado pelas velhas ferramentas de que a direita sempre dispôs – que podem ser resumidas nas palavras-chave “clientelismo”, “autoritarismo”, “privatismo” e conexas. Modernidade e tradição nunca estiveram tão próximas.

O pano de fundo desde o qual emergem os processos de alargamento e constrição do jogo político, que são o objeto mais imediato do estudo, surge, portanto, polimórfico e complexo. Pois a mobilização social, na conjuntura, associa-se a uma série quase interminável de ingredientes: economia e política (mais especificamente estabilização monetária e ética pública), os jogos da direita e da esquerda, eficácia tecnocrática e legitimação jurídico-política etc. Deles, escolhi ponderar alguns, certamente em detrimento de outros, o que me desautoriza a falar em “determinantes” da mobilização ou desmobilização social. Prefiro tê-los na conta de elementos associados a esses processos, que contribuíram, em cada situação, para facilitá-los ou dificultá-los conforme os interesses e estratégias dos atores que os veicularam.

Sabemos que a partir dos anos 80 o conflito entre *direita e esquerda* tem ganho, em todo o mundo, um formato peculiar. Cada vez mais, ele se tem transformado num conflito que tem por cerne a implantação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”. Não me refiro apenas às disputas em torno do “ajuste” econômico imposto aos países em desenvolvimento pelos organismos multilaterais, como contrapartida da renegociação de seus endividamentos externos. Penso principalmente nas *profundas transformações na prática política e nos regramentos legais* impostas por esse processo.

Um dos mais importantes significados do estabelecimento da hegemonia desta concepção de “ajuste”, baseada nos conceitos de Estado mínimo e de desregulamentação, tem sido o de se levar às últimas conseqüências a *privatização do espaço público*, operada por via da subsunção dos processos de legitimação jurídica e da orientação ética dos comportamentos públicos à lógica da “eficácia” das decisões oligárquico-tecnocráticas no plano da gestão econômica do Estado.

Tal privatização ganha corpo e forma, principalmente, por duas vias: de um lado, pela *redução do alcance do conflito político*, isto é, pela desmobilização dos atores coletivos da sociedade organizada de modo a obter um estreitamento da arena em que se dão as lutas políticas e as decisões; de outro, pelo *esvaziamento das instituições políticas* que fazem a mediação entre a sociedade e o governo e das esferas de governo entre si, em favor de um fortalecimento do poder executivo que redundava, na verdade, em fortalecimento dos centros privados de decisão econômica. Trata-se, em confluência com a imposição do primado da economia sobre a política, de uma *reoligarquização* do poder em detrimento de todas as formas participativas de ação política, ao lado de ampla *desinstitucionalização democrática*, isto é, a supressão efetiva ou a desconsideração prática de todo mecanismo da democracia participativa ou da própria democracia representativa *strictu sensu* que de algum modo gere dificuldades à implementação das políticas econômicas de “ajuste”. É este o formato que ganha, contemporaneamente, o mencionado primado da “eficácia” da gestão econômica sobre os procedimentos de legitimação política democrática.

Se em toda parte tem sido assim, num país como o Brasil tal política encontra condições culturais e institucionais sobre-ótimas para desenvolver-se e vicejar. O chamado neoliberalismo, sabemos, é uma ideologia conservadora, e consolidou-se, nos anos 70, como uma resposta política das classes proprietárias a um estado de coisas muito mais amplo que o acúmulo “excessivo” de custosos direitos sociais, nos países de capitalismo avançado. Essa ideologia tornou-se um obstáculo, sobretudo – do ângulo que nos interessa aqui – *ao controle político do Estado pela sociedade* e ao equilíbrio entre os poderes constituídos; em suma, às principais instituições liberal-democráticas. Num país que simplesmente não dispõe deste quadro institucional mínimo em funcionamento pleno e, ainda mais, que tem o autoritarismo como a marca mais profunda de sua história política – em que as relações sociais são extremamente hierarquizadas e as relações políticas reduziram-se sempre à concessão do favor como contrapartida da montagem de clientelas, em que a obtenção dos limitados direitos de cidadania se fez por via da outorga e não da conquista – a política dita neoliberal, que ascendeu com Fernando Collor e teve o suporte da mesma direita (mas não apenas dela) que foi protagonista ou caudatária dos principais episódios que compuseram esta tradição autoritária, chegou à tona para contrapor-se ao rumo assumido, nos anos 80, não apenas pela gestão econômica, mas também aquele que

poderia assumir a institucionalização democrática. Mais que isso, chegou para erigir-se em obstáculo à ascensão de uma esquerda cuja base social estabeleceu-se com o recentíssimo processo de eclosão da participação política autônoma e organizada da sociedade, por sua vez fruto, em alguma medida, da modernização viabilizada sob o desenvolvimentismo.

O enfrentamento da crise do Estado brasileiro por parte das elites empresariais e da direita política, pois, não se tem limitado à formulação de um discurso privatista de combate contra o modelo nacional-desenvolvimentista. A ideologia subsidiária das “reformas orientadas para o mercado” é também o instrumento econômico e político encontrado por elas para combater uma esquerda cujo principal ativo político reside na mobilização da sociedade organizada. Redunda, portanto, na tentativa de trancar ou mesmo inviabilizar a construção, por esta sociedade organizada, de mecanismos institucionais que “consolidem” os procedimentos *poliárquicos*, entendidos (com Dahl) como aqueles capazes de assegurar à *demos* tanto a escolha das pautas temáticas que serão objeto do escrutínio e da deliberação cidadãs, quanto os meios de informação e debate público essenciais ao próprio processo de tomada de decisão. A tentativa da direita de bloquear a emergência desses mecanismos democráticos durante a transição, quero crer, deve-se ao fato de que a existência deles, nas condições brasileiras, significaria, no limite, nada menos que o resgate da dimensão pública do Estado, o que exigiria sua *desprivatização*.

O sentido desses acontecimentos, eufemisticamente chamados de “dupla transição”, ganha assim, creio, maior nitidez: no plano econômico, a desconstrução do Estado desenvolvimentista responsável pelos padrões de acumulação até então vigentes e a partir de então em aguda crise – padrão que, além do mais, legou às elites mencionadas o revés de haver possibilitado o aparecimento da mais consistente oposição social que tiveram na história brasileira –; no plano político, a desinstitucionalização de uma democracia que nem sequer chegou a estabilizar a competição livre e regrada. O primado ideológico do conceito de “desregulamentação” – e essa é uma idéia-chave para compreender nossa conjuntura – tende a fazer com que ele extrapole em muito ao círculo da administração econômica e que provoque, na esfera das relações políticas, a subtração de direitos da cidadania, a desobrigação das elites para com uma ética pública cidadã (em favor de uma ética de mercado), e finalmente a desinstitucionalização democrática.

Na agenda do final dos 80 em diante – começando pela eleição presidencial de 1989 e passando pelos episódios da implementação do Plano Collor, da campanha do *impeachment*, da CPI do Orçamento, da frustrada tentativa de reforma constitucional, do plebiscito sobre sistema de governo, do lançamento do Plano Real e chegando às eleições quase gerais de 1994 – temas econômicos e políticos sucederam-se e disputaram entre si um espaço na arena pública; disputaram a condição de balizas do comportamento dos atores mais relevantes.

Este processo, naturalmente, não ocorreu sem contraditório. Dois claros projetos políticos, no período 1989-94, viriam a confrontar-se. O da esquerda pensou enfrentar a crise do Estado “desprivatizando-o” e apostando na mobilização da cidadania organizada para combater o projeto da direita, que pensou enfrentar a crise do Estado submetendo-o às reformas orientadas para o mercado, cujas políticas exigem mecanismos de implementação que solicitam a concentração de poderes na tecnocracia econômica e boa dose de *apatia política*, fatos que, aliados às conseqüências sócio-econômicas decorrentes da própria implementação de tais políticas, tendem a desmobilizar a sociedade organizada e, portanto, a restringir o escopo do processo decisório.

Do ponto de vista dos partidos, o fato mais notável talvez seja o de que o centro partidário, responsável pela engenharia da transição desde o regime autoritário, se tenha esvaído quase por completo e dado vez a um sistema concentrado nas extremidades – refiro-me aqui não apenas à densidade eleitoral, mas à representatividade ideológica e organizacional dos partidos. Nesse quadro, o PT firmou-se como um dos pólos, contrapondo-se a um polo de direita que evoluiu de uma situação de completo vazio (ocupado momentaneamente por Fernando Collor em 1989) para outra em que o vazio foi ocupado, digamos, por meio de “migração política”, quando em 1993 o PSDB foi chamado por esta direita em crise para fornecer o aporte de quadros dirigentes e de tecnologias de gestão e estratégias políticas que faltavam ao campo para reestruturá-lo e dar-lhe condições de cumprir a agenda política e econômica configurada, em linhas gerais, três anos antes. A “social-democracia brasileira” constituiu-se, assim, no epicentro em torno do qual puderam voltar a gravitar as desaparelhadas oligarquias protagonistas do autoritarismo político e da crise econômica recentes, cujo representante magno é o PFL, e viabilizou, pela primeira vez

com conseqüência, a implementação das reformas orientadas para o mercado. Confluíram, por suas mãos, os “ajustes” econômico e político.

Portanto, a interpretação que se pretende dar aqui a essa conjuntura não se coaduna inteiramente com as análises que apresentam a crise do Estado desenvolvimentista como fonte de uma crise política cujo inevitável desfecho, por imposição das mudanças na ordem internacional, seriam as reformas orientadas para o mercado, guindadas à condição de política “necessária” em vista da “rota explosiva” da economia ou da situação de “emergência” econômica. Aposta, antes, que os desdobramentos econômicos e políticos desta crise multifacetada foram resultantes de *escolhas*, as quais, seria desnecessário dizer, deram-se naturalmente a partir de um universo limitado de possibilidades. Aposta que os elementos destacados – a incidência de mobilizações e as tecnologias de desmobilização, o caráter da ética pública, aspectos da montagem institucional e da cultura política, a inclinação ideológica dos partidos – são, senão os mais importantes em si, aqueles que mais lançam luz sobre um conflito cujas pedras de toque são, de fato, a crise do Estado e a implantação das reformas econômicas, mas que certamente não se limita a elas, pois que o ajuste político privatista espraia-se pelo espaço público, constringe-o e atinge em cheio o próprio processo de constituição da democracia política no Brasil.

Capítulo 1

A democracia que não se governa

“E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo [e] a mobilização das passeatas sem participação política (...). A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou.”

Raymundo Faoro,
Os donos do poder.

No âmbito da sociologia política, o pensamento conservador tem sido pródigo em indicar correlações diretas entre a mobilização social e a eclosão de disfuncionalidades políticas sistêmicas de caráter desorganizador e desagregador.

Para citar um autor que teve influência importante no debate brasileiro desde os anos 60, Samuel Huntington traçou um modelo – compartilhado no essencial com diversos outros pesquisadores – segundo o qual os processos de modernização sócio-econômica gerariam a disseminação rápida de certas aspirações (de consumo, bem-estar etc), por parte das camadas subalternas da sociedade, que remeteriam ao sistema político um caudal de demandas que, nos países “em desenvolvimento”, dificilmente poderiam ser processadas e atendidas, gerando então mobilizações políticas desestabilizadoras da ordem, de caráter anômico.

A relação entre mobilização social e instabilidade política parece ser razoavelmente direta”, escreve ele. “A urbanização e os aumentos nos índices de alfabetização, educação e exposição aos meios de massa provocam um incremento das aspirações e expectativas, as quais, se não satisfeitas, galvanizam os indivíduos e os grupos para a política. Na ausência de instituições políticas fortes e adaptáveis, tais acréscimos de participação redundam em instabilidade e violência. (...) Quanto mais

rápida a instrução da população, mais freqüente é a derrubada do governo (Huntington, 1975, p. 60)¹.

Nesta formulação original de Huntington, a ameaça à ordem democrática provinha não apenas do puro e simples incremento da participação política, mas sobretudo da inadequação entre o nível de participação e a institucionalização do sistema. Apenas em sistemas com precária institucionalização da competição política, como os latino-americanos, um aumento “premature” da mobilização social provocaria instabilidade, abrindo caminho ao “pretorianismo”, um regime baseado na mobilização de atores para os quais as regras do jogo não estão devidamente subjetivadas e cuja vigência não pode ser garantida pelo sistema mediante sanção eficaz.

Nos anos 70, sob os impactos da crise estagflacionista do capitalismo central, esse mesmo conservadorismo – cujo libelo mais expressivo, no que tange a nosso tema, foi o célebre relatório da *Trilateral Commission* (Crozier, Huntington e Watanucki, 1975) – passou a associar as disfuncionalidades do sistema político provocadas pelos processos de mobilização social à incapacidade dos governos de lançar mão de mecanismos adequados de gestão econômica (basicamente, relacionados à crise fiscal do Estado) e de implementação de políticas públicas de modo geral. Assim foi introduzido o debate sobre a “governabilidade” (melhor dito, “ingovernabilidade”) dos regimes democráticos: a mobilização “excessiva” da sociedade foi diretamente vinculada à sobrecarga de demandas

1. Do ponto de vista do impacto dos processos de modernização sobre a institucionalidade jurídica, José Eduardo Faria comenta: “A tese de que todos os países em busca da industrialização acelerada utilizam autoritariamente os instrumentos jurídicos para ampliar o poder de intervenção do aparelho estatal, seja com a finalidade de se sobrepor às resistências políticas, seja com o objetivo de atender às exigências mínimas de eficiência de gestão, foi defendida pela corrente conservadora da sociologia política norte-americana, especialmente nos anos 60. Baseada em estudos de política comparada, ela afirma que, no decorrer da industrialização, há uma relação constante entre os níveis de desenvolvimento econômico e de estabilidade política. Para Samuel Huntington, um dos advogados dessa tese, o processo de modernização costuma acentuar a instabilidade política: de um lado, porque a mobilização social detona uma escalada de demandas e aspirações em princípio inviáveis ou inexecutáveis, e, de outro, porque o próprio desenvolvimento provoca, ao menos nos primeiros estágios, um aprofundamento dos desníveis de renda em favor dos grupos politicamente mais dinâmicos. ‘O desenvolvimento econômico aumenta a desigualdade econômica ao mesmo tempo em que a mobilização social decresce a legitimidade dessa desigualdade. Ambos os aspectos da modernização se combinam para produzir instabilidade política’ [citação de Huntington, S. ‘Political modernization’. In: *State and Society*, Reinhard Bendix org., Berkeley, University of California Press; apud Faria]. É em nome da superação dessa instabilidade que Huntington justifica o autoritarismo como condição fundamental à consecução do desenvolvimento”. (Faria, 1993, p. 23-4; nota de rodapé; grifo meu).

sobre o sistema político e, por fim, à paralisia decisória e à incapacidade dos governos dos países capitalistas centrais de viabilizar políticas destinadas a debelar a crise.

As dificuldades do enfrentamento da crise econômica foram atribuídas, assim, *ao próprio processo político democrático* e, mais especificamente, localizadas pelos conservadores “nos dispositivos institucionais da democracia de massa do Estado social” (Offe, 1984; cf. também Schmitter, 1986). A seção de Huntington no estudo da *Trilateral Commission*, voltada para os Estados Unidos, advoga tese bem mais alarmista quanto aos efeitos perversos da mobilização do que aquela presente em sua formulação original sobre o pretorianismo. Agora, para ele, *qualquer* acréscimo “excessivo” de participação, *independentemente do grau de institucionalização do sistema*, tenderia a provocar a decadência da ordem democrática. Sob mobilização social, o sistema político democrático tenderia a aumentar suas funções e diminuir sua autoridade. A receita apresentada, neste particular, é clara: para recobrar a autoridade e os meios governativos, tanto mais necessários quanto maior for a urgência do enfrentamento da crise econômica, é preciso que os atores alocados no campo estatal encontrem mecanismos para frear a mobilização política da sociedade. Frisa, nesse sentido, que “o efetivo funcionamento de um sistema político democrático normalmente *requer certa dose de apatia e de não engajamento* da parte de alguns indivíduos e grupos” (Crozier, Huntington e Watanucki, 1975, p. 114, grifo meu; ver também Santos, W. G., 1988, p. 105-7; Melo, 1995, p. 24-9).

Desde o final dos anos 60, a tese da decadência política vinculada ao pretorianismo serviu como instrumento analítico para compreender, quando não como instrumento ideológico para justificar, a eclosão dos regimes autoritários na América Latina. Pois deste ponto de vista eles apareciam como uma necessária restauração dos meios governativos por parte de Estados nacionais ameaçados pelo achaque de massas mobilizadas pela ação do populismo esquerdista irresponsável. “Eram os tempos em que o Sr. Samuel Huntington freqüentava os gabinetes do Palácio do Planalto”, lembra Paulo Sérgio Pinheiro (1980, p. 16).

Mas que mobilização era essa?

No Brasil, desde a virada do século, processou-se a incorporação clientelista das massas rurais e urbanas ao processo político². Mas uma averiguação sumária do modo pelo qual ela se deu e das matrizes institucionais e culturais às quais esteve presa nos permite traçar um quadro bastante distinto do pintado pelo conservadorismo sociológico. Verifica-se que os custos da ampliação do jogo, ampliação sistematicamente evitada pelas elites às quais ele esteve restrito por quatro séculos, foram cobertos pelo Estado e, portanto, socializados, na mesma medida em que os benefícios materiais e políticos obtidos por tal ampliação, quando ela tornou-se inevitável, foram apropriados privadamente. Em vez de uma irrupção turbulenta e repentina que tenha tomado o sistema político de surpresa e comprometido sua estabilidade, a instabilidade que levou à crise e à derrocada da democracia populista no Brasil de 1964 pode ser lida como resultado do esgotamento das políticas de enquadramento dos novos jogadores, as massas urbanas, às regras de um velho jogo, a política clientelista. Essa crise de regime pode ser qualificada, basicamente, como uma crise das *tecnologias de contenção* implementadas pelo corporativismo populista.

1.1. A política de massas no Brasil, sob o peso da tradição e do autoritarismo

Sabemos que no Brasil, a partir dos anos 30, a incorporação das massas à política se fez, fundamentalmente, por via do corporativismo de Estado e da prática populista, que têm, por sua vez, raízes culturais e organizacionais mais profundas no patrimonialismo, no patriarcalismo e no coronelismo tradicionais.

A literatura já clássica sobre tais temas indica vínculos entre o *State building* e o lento processo de *ampliação* das dimensões da arena política nacional. Lembremos que o patrimonialismo é produto de um modo de evolução do Estado nacional pelo qual a

2. O conceito de clientelismo foi incorporado à ciência política, oriundo dos estudos antropológicos sobre relações de poder em comunidades locais, a partir das décadas de 1950 e 60, também no bojo das discussões postas pela sociologia do desenvolvimento. Seu uso vinculou-se, exatamente, às tentativas de explicação dos desajustes entre os processos de desenvolvimento e a estabilidade dos sistemas políticos, presentes nas sociedades "em transição" de uma situação de sociedade tradicional para a de uma sociedade politicamente desenvolvida. Para um resumo crítico do uso do conceito, ver Avelino Filho (1994, p. 225-231).

passagem das formas tradicionais para as formas modernas de dominação se fez não através da ruptura com as estruturas pretéritas, mas antes através de acomodações que redundaram em hibridismo institucional. Como nota Schwartzman (1988), a dominação patrimonial, no Brasil, se por um lado contou com uma burocracia racional, por outro não buscou obter legitimidade por via da lei, mas sim da norma convencionalmente instituída a partir da ordem patriarcal que lhe serviu de base. O que singulariza este modelo é “a existência de uma racionalidade de tipo exclusivamente ‘técnico’, onde [no entanto] o papel do contrato social e da legalidade jurídica [é] mínimo ou inexistente” (Schwartzman, 1988, p. 62).

Assim, o patriarcalismo deve ser entendido complementarmente ao conceito de patrimonialismo, isto é, como um modo específico de organização social e econômica que de algum modo conforma e é conformado pelo Estado patrimonial, guardando como traço comum a indistingüibilidade entre os espaços público e privado. Pois a principal característica do patrimonialismo, no argumento de Faoro, é a constituição, “junto ao foco superior de poder” de um quadro administrativo formado pela burocratização do estamento aristocrático. “Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis” (Faoro, 1979, p. 736). Desde as donatarias, a indistingüibilidade entre público e privado, típica do familismo patriarcal brasileiro, se manifesta pela “fusão da soberania e da propriedade”, que faz, por sua vez, com que um eventual “sentido da coisa pública” só exista “por dependência da propriedade privada e para servi-la” (Duarte, 1939, p. 42 e segs.). A constituição de um tal poder senhorial descentralizado consolidou-se, como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda (1992), com o estabelecimento da grande propriedade rural como “unidade autárquica”. Fato, aliás, que nem a independência política pôde alterar, pois com ela este senhoriato, além do poder econômico e político resultante da centralidade da grande propriedade rural, apossou-se definitivamente do Estado, transformando-se na elite dirigente que Faoro chama “estamento político”, aquela que dará carne ao esqueleto burocrático e às instâncias decisórias do aparelho de Estado. “O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal (...)” (Faoro, 1979, p. 736-7).

O jogo político brasileiro consolidou-se desde então como uma disputa transcorrida exclusivamente no seio dessas elites, fosse na forma de um jogo parlamentar

restrito a elas, fosse pela existência de uma ideologia da modernização autoritária no seio deste "estamento".

A tese da modernização autoritária baseava-se, fundamentalmente, na constatação de que o Brasil só existia graças à ação de suas elites, e na crença paralela de que toda intervenção popular na política, orientada por questões paroquiais ou regionais e desprovida da 'largueza de visão' das elites, tenderia a colocar a unidade nacional em perigo (elite 'centrípetas' e massa 'centrífuga'). A enorme heterogeneidade cultural e a inevitável fragmentação do mercado interno do imenso país davam origem, segue o argumento, a um tecido social precário, onde não cabiam apostas de modernização 'espontânea' – e justificava-se desta maneira 'a recusa dos direitos de cidadania' a algumas camadas da população, em nome do progresso nacional. Esta a síntese da 'ideologia civilizadora', da modernização autoritária. No século XX, esse esforço 'civilizador' iria se expressar sobretudo através do enorme e duradouro consenso nacional observado em torno do imperativo da *industrialização* (Reis, B. P. W., 1998, p. 179-80).

Mesmo já em finais do século XIX, a ideologia liberal, cultivada pelos extratos mais escolarizados da elite, jamais passou de um requinte discursivo, seja no que dissesse respeito ao propalado *laissez-faire* econômico – desmentido pela intervenção regulatória na economia cafeeira – seja na política – “na qual vige uma espécie de pacto de celerados que regula a competição entre aqueles que ocupam focos de poder, mas só enquanto os ocupam, e que mantém o sistema político em cativeiro, fechado às pressões de uma cidadania urbana emergente” (Santos, W. G., 1993, p. 19-20).

O próprio advento da República ensejou, em vez do alargamento da esfera pública, a interiorização geográfica dessa tradição, abrindo caminho à constituição do universo do coronelismo. Este ocorre naquela intersecção em que um desenvolvimento embrionário do sistema representativo é superposto às estruturas de mando privado, uma troca de proventos entre os senhores de terra confinados ao interior e o próprio Estado. Na medida em que disseminou-se, ainda que num plano estritamente nominal, o direito ao sufrágio – que aparecia naquele momento ao amplo conjunto da população como uma formalidade não-solicitada e virtualmente incompreensível – fizeram-se necessários *mecanismos de adaptação funcional que permitissem que as escolhas eleitorais pudessem se adequar aos processos reais de decisão política*: o coronel, conforme Victor Nunes Leal, é justamente esse chefe político local que “comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto” (1975, p. 23). Mas o sistema de compromisso e reciprocidade estabelecido pelo coronelismo não é apenas mais um prolongamento do

poder privado sobre a vida pública. É, antes, próprio do momento em que o Estado ganhou corpo suficiente – concomitantemente à formalização do sufrágio – para emprestar ao grande proprietário rural o poder que lhe faltava, dada sua decadência econômica, para dar sobrevida a seu mando. Em paga, o coronel agregou a multidão agrária miserável à moderna participação política brasileira.

A introdução dos direitos sociais, na década de 30 e particularmente sob o Estado Novo, deu-se antes da expansão efetiva dos direitos políticos. Ao contrário de todos os Estados liberal-democráticos – em que a institucionalização formal antecede a ampliação da participação política – a história brasileira testemunha o engendramento de artefatos de engenharia política especificamente destinados a moldar desde cima a organização e a mobilização política da sociedade (cf. Diniz e Boschi, 1991). A política social aparece, aqui, como uma resposta do Estado e das elites políticas – que competiam sob uma institucionalidade predominantemente *informal* e sobre uma arena política extremamente *restrita* – ao problema redistributivo gerado pela emergência das massas industriais urbanas. Em tal resposta, a política social não surge como consequência do equacionamento do problema da participação, da conquista dos direitos civis e políticos – os mesmos que geraram, na Europa e na América, a intervenção política da sociedade organizada num sistema político já formalmente regrado, o chamado pluralismo –, mas é, antes, “utilizada precisamente como *instrumento de engenharia política auxiliar na solução do problema de conciliar participação ampliada e baixa institucionalização*”. Sua pretensão era portanto “universalizar a participação sem, com isso, desequilibrar bruscamente a dinâmica da competição política intra-elites, ainda debilmente institucionalizada” (Santos, W. G., 1993, p. 30, grifo meu)³.

3. “Foram introduzidos [os direitos sociais] não através de luta política, mas durante um período de ditadura. Não se nega que antes da Revolução de 30 houvesse um movimento operário e demandas de regulamentação do trabalho e de política de assistência social. Mas é um fato também que a legislação social foi introduzida maciçamente num momento em que não estavam em operação os mecanismos representativos. Por isto, foi introduzida de cambulhada com uma política sindical que favorecia o controle estatal sobre as organizações operárias. Deste movimento, surgiu o mito da doação das leis trabalhistas pelo Estado, particularmente por seu executivo na época, Getúlio Vargas. A imagem paternalista, do pai dos pobres, por longos anos conformou a consciência operária, assim como o corporativismo se enraizou profundamente na prática sindical de patrões e operários. Tudo isto era, e é, sintoma e reforço da precariedade da cidadania, da ausência da conquista dos direitos individuais e coletivos pela luta” (Carvalho, J. M., 1997, p. 100).

Este modo de introduzir os direitos sociais, e a conseqüente forma de incorporação política das massas urbanas, tem conseqüências evidentes sobre as possibilidades de institucionalização democrática no Brasil. A conformação das identidades políticas coletivas não se deu através de uma aglutinação viabilizada por partidos políticos nacionais, isto é, pela competição política, mas, antes, novamente pelo próprio Estado. No segundo pós-guerra, quando de fato formaram-se partidos de abrangência nacional, todos os atores relevantes já se haviam formado e já agiam politicamente. Não foi o associacionismo autônomo o responsável por dar tessitura aos interesses sociais, nem tampouco foram os partidos políticos que mobilizaram as classes e grupos sociais e lançaram-nos ao conflito político. *Foi, basicamente, o Estado.* Este padrão explica, no argumento de Wanderley Guilherme, a implantação bem-sucedida do corporativismo estatal no Brasil dos anos 30, período em que o empresariado e as classes trabalhadoras são incorporados à participação política através do sindicalismo tutelado, paralelamente e de modo não integrado à vida político-partidária.

Nessa medida, se lembrarmos a distinção de Schmitter (1992, p. 36-7) entre os tipos societal e estatal de corporativismo, o *Welfare State* europeu e a *democracia populista* brasileira são, no pós-guerra, os padrões institucionais correspondentes aos dois padrões distintos de corporativização da sociedade. A literatura disponível sobre o corporativismo estatal brasileiro acentua inevitavelmente este caráter autoritário, pelo qual as classes sociais foram submetidas ao controle do Estado – embora com critérios e disposições práticas diferentes para com trabalhadores e empresários – e que fez com que, pelo menos até o final da década de 70, o sindicalismo se organizasse em torno de uma estrutura oficial na qual as demandas eram filtradas, formalizadas e processadas por um aparato jurídico que selecionou discricionariamente, do conjunto de tais demandas, aquelas de caráter adequadamente “trabalhista”, e desqualificou as de caráter “político”.

Conforme a síntese de Wanderley Guilherme, buscou-se com isso

domesticar tanto o empresariado quanto as classes trabalhadoras, que passavam por assim dizer a dispensar as estruturas partidária e institucional normais como conduto para suas demandas e reivindicações. A incorporação política desses dois segmentos pilares da ordem democrática contemporânea era filtrada administrativamente pela burocracia trabalhista e previdenciária, chegando portanto semi-adormecida ao sistema político formal. [Em contrapartida,] o processo político formal era congenitamente instável, pois não estava enraizado nas forças sociais

relevantes, enquanto a competição entre as classes obtinha soluções pela intermediação administrativa do Estado. [Tal intermediação] estimulou uma atitude arrogante por parte da burocracia que, ademais de se ter constituído previamente à formação desses dois atores, via-se agora na posição de *árbitro irresponsável* da competição entre empresariado e classes operárias (Santos, W. G., 1993, p. 33).

Este padrão de incorporação, ao reforçar os canais informais clientelistas de acesso das demandas ao sistema político, expôs a recusa das oligarquias em implementar uma institucionalização formalmente regrada da competição – o que se explica pela relação custo-benefício muito mais vantajosa possibilitada pelas práticas informais populistas – e foi o responsável mais direto pelo colapso do sistema. *Ao obstaculizarem a agregação de demandas pelo canal partidário e da livre associação, direcionando-as à filtragem administrativa, essas elites condenaram o sistema político à incapacidade de processamento.* Assim, paradoxalmente, a institucionalização formal do corporativismo aprofundou o efeito perverso das matrizes institucionais informais: *fez crescer o hiato entre as próprias instituições formais e os processos políticos efetivos.* Por outro lado, como a burocracia encarregava-se da arbitragem dos conflitos, os políticos profissionais podiam lançar à competição parlamentar propostas de política social (que geravam, naturalmente, dividendos eleitorais) sem ter que arcar com os respectivos custos. Este comportamento está na base do processo político vigente sob o populismo e legou aos momentos posteriores um importante componente da cultura cívica nacional: *a baixa taxa de responsabilidade política* dos mandatários de poderes constituídos, seja para com os outros poderes seja para com seus constituintes. Desde a Primeira República, “dada a ausência do poder central como fonte garantidora de lei e ordem”, diz Wanderley Guilherme, “a tentação de alargar o escopo do conflito pelo apelo a recursos extrapacto oligárquico, nomeadamente o recurso às massas urbanas, era forte” (Santos, W. G., 1993, p. 20). Isto e a virtual irresponsabilidade facultada à política parlamentar pela ação da burocracia estatal corporativista proveram as condições adequadas à emergência de uma nova matriz institucional informal e particularista, no período 1930-64, mas especialmente a partir de 1945, com vistas à resolução da “crise de participação”, a saber, o populismo.

“O povo”, na conhecida análise de Francisco Weffort (1980), torna-se capaz de “influir”, e, para este autor, “influi” de fato nas disputas intra-elite depois de 1945. A falta de autonomia dos sindicatos é apenas um aspecto da dependência política geral do conjunto

das organizações de algum modo vinculadas aos setores populares (inclusive partidos) – e também da massa emergente considerada atomizadamente – diante do Estado e das elites. Pelo que se depreende dessa análise, tal “influência popular” sobre a política real se dava de dois modos. De um lado, dava-se a partir do mesmo princípio forjado no universo coronelista dos acordos entre instâncias municipais, estaduais e nacionais: o *compromisso*, a troca de favores particularista entre as organizações populares corporativamente submetidas ao Estado e as elites políticas (predominantemente de cepa oligárquica). De outro lado, a expressão política popular se individualizava, fragmentava e pulverizava através do sufrágio, enquanto acentuavam-se a hipertrofia do executivo sobre os demais poderes constituídos (em contrapartida ao “desprestígio” do parlamento) e o já elevado grau de personalização do poder governamental. Aqui, “diferentemente das associações, (...) as massas *não mantinham nem poderiam manter qualquer compromisso político* específico com a elite, menos ainda com as instituições que esta pretendia preservar” (Weffort. 1980, p. 20-22), ou seja, dito de modo claro, não mantinham compromisso com a democracia peculiar que se espraiava sobre o solo da formação de uma “cidadania” que obtinha direitos sociais não com base na intervenção política viabilizada pela conquista prévia de direitos civis e políticos, mas antes pela outorga do Estado, pensada como mecanismo destinado a manter o enquadramento político das massas, necessário à manutenção da estreita arena vigente nas disputas intra-elite. *O apelo plebiscitário à massa é tanto fonte de recursos da disputa intra-elite quanto o mecanismo utilizado para preservar esta elite do perigo da ampliação efetiva do número de atores sociais participantes do conflito.*

O populismo legou à institucionalidade informal e à cultura política vigentes ainda hoje um padrão *irresponsável* de prática política, que tem por base a opacidade das decisões e o particularismo no trato da coisa pública. No dizer de Wanderley Guilherme,

o recurso à política social para resolver a crise de participação em contexto de escassa institucionalização política deixou como saldo duradouro somente um estilo de produzir política, o modelo burocrático, subtraído à agenda visível de competição legítima (Santos, W. G., 1993, p. 23)⁴.

4. “Em resumo, o significado substantivo da política populista é este: a formulação, proposta e implementação de políticas redistributivas como se fossem políticas meramente distributivas, e isto só é possível justamente porque não é o processo formal que administra os custos e, sim, o processo burocrático administrativo. *É este comportamento político que proporciona seguros dividendos eleitorais, deixando à disputa burocraticamente arbitrada pelo Estado a repartição real dos custos*

Na medida em que incorporaram, nestes termos, os atores políticos emergentes naquele período, o *populismo* e o *corporativismo* constituíram-se em barreiras à normalização da competição política ampliada. À restrita competição intra-elite da Primeira República e do Estado Novo sucedeu-se então uma competição ampliada sem qualquer normalização efetiva. *Norma* e *prática* distanciaram-se ainda mais, num jogo em que, em vez de constituírem-se como atores políticos autônomos, as massas urbanas mobilizadas pelo populismo e as organizações sindicais tuteladas pelo corporativismo estatal tornaram-se *fontes de recursos políticos* para os participantes da competição política real – cada vez mais instável, porque cada vez mais afastada dos atores sociais que se constituíam – a qual se processava, ainda, no interior das elites.

Como se sabe, o movimento de 1964 pôs fim ao ciclo populista e ao “pretorianismo” (Huntington, 1975, p. 204-73) que viveu em sua crise. Conforme a análise de O’Donnell (1990), o sentido da intervenção militar – que deu origem a um formato estatal de tipo novo, por ele nomeado burocrático-autoritário – foi essencialmente o de devolver ao grande capital a capacidade de cálculo de longo prazo, restabelecendo portanto condições adequadas de acumulação, e ao mesmo tempo conter a ativação do setor popular. Dito de outro modo, o novo fechamento político obtido pelos militares buscou fundamentalmente renovar o estoque de tecnologias de contenção do Estado e das elites políticas, depauperado pelo modelo anterior.

Após uma primeira década de regime militar, mais especificamente após o momento de maior repressão social e fechamento institucional, verificado entre os anos de 1968 e 1974, os resultados econômicos e políticos obtidos eram uma amostra palpável da realização dos objetivos a que os novos incumbentes se haviam proposto. Tais objetivos eram

sociais, econômicos e políticos dessas medidas. Com isso exacerba-se a instabilidade do processo político pelo que se poderia denominar de efeito ‘bumerangue’. Na competição pelos votos produz-se uma escalada populista pela apresentação de propostas inteiramente irresponsáveis que, em primeiro lugar, acirram a disputa entre os segmentos do empresariado e das classes trabalhadoras nas arenas burocráticas do Estado. Em segundo lugar, essa competição real das organizações patronais e trabalhadoras reverbera sobre o processo político formal estimulando a escalada dos populistas, por um lado, e dos que lhes são contra, por outro. A política social deixa então de servir como instrumento de integração política – solucionando assim o problema da participação – e passa a funcionar como obstáculo à institucionalização liberal (primeiro eixo do modelo Dahl).” (Santos, W. G., 1993, p. 36-7).

limpar o mercado de produtores ‘ineficientes’, herança das primeiras etapas de industrialização e, não casualmente, em sua grande maioria capitalistas locais; por termo às demandas ‘excessivas’ ou ‘prematuras’ de participação política e econômica do setor popular; eliminar eleições e partidos políticos, que haviam sido canais de transmissão dessas demandas (...); ‘disciplinar’ a força de trabalho em suas relações diretas com os empresários; e subordinar as organizações de classe – sobretudo os sindicatos – que podiam sustentar o ressurgimento das lideranças e demandas que se buscava eliminar. A obtenção dessas metas aparecia como a estabilização das relações sociais a partir da qual, por sua vez, começavam a ser possíveis as inversões internas e externas (...) (O’Donnell, 1976, p. 16).

Sob o regime autoritário, o Estado não só havia aprofundado o capitalismo brasileiro como, do ponto de vista de suas relações com a sociedade, também ampliara a significação política do corporativismo tradicional, ao mesmo tempo em que banira – ao menos como prática vigente, no período – o padrão populista de competição, responsável pela mobilização das massas urbanas até então. Houve enfim um *reestritamento da arena política*, possibilitado pela reação militar à radicalização da instabilidade política e econômica do final do período populista e que foi garantido pelo aprofundamento da tutela corporativista (O’Donnell, 1976).

Ao mesmo tempo em que o Brasil se urbanizava radicalmente (com o predomínio numérico, pela primeira vez na história, da população urbana sobre a rural), se re-industrializava sobre novas bases (essencialmente, com base no capital externo), promovia uma reestruturação ocupacional de grandes proporções (com predomínio do setor secundário, em detrimento do primário, e com amplo crescimento relativo do terciário), sem falar na melhoria sensível de alguns indicadores sociais, como escolaridade (Santos, W. G., 1985), o corporativismo era retomado pelo regime como a tecnologia institucional mais adequada ao controle dos atores sociais tradicionais, notadamente as classes trabalhadoras. Em contraste com o corporativismo populista, essa nova intervenção autoritária do Estado caracterizou-se pela concomitante “estatização” das organizações da sociedade e “privatização” de certas áreas do Estado, de modo segmentário, isto é, diferenciado segundo o recorte de classe. *Grosso modo*: houve uma retomada aprofundada da tutela corporativista sobre os sindicatos de trabalhadores, visando não mais apenas antecipar-se à sua organização autônoma, mas deliberadamente reprimir a ativação populista de que haviam sido objeto e, concomitantemente, estabeleceram-se franquias ao acesso de certos setores empresariais ao Estado, na forma de financiamentos, isenções e

incentivos. Com o objetivo de forjar um cordão protetor contra as demandas “de baixo” em torno das agências públicas de fomento ao desenvolvimento econômico e poupá-las da pressão que adviria dos processos usuais de legitimação política, desenvolveu-se um processo de “insulamento burocrático” de tais agências (cf. Nunes, E., 1997, p. 47-63). Consolidaram-se nesse momento os “anéis burocráticos”, típicos do “modelo político brasileiro”. Estabeleceu-se enfim – há um certo consenso entre os analistas sobre isso – um novo pacto de dominação, ou uma nova aliança de classes, setores ou grupos sociais, estruturada num tripé apoiado sobre o Estado, o capital estrangeiro e, subordinadamente, o capital nacional (cf. Cardoso, F. H., 1975).

Sob tais condições de fechamento político extremado, não se pode, de modo abrangente, falar em participação política da sociedade nos dez primeiros anos de regime militar. A partir do governo Geisel e especialmente sob o governo Figueiredo, porém, ganham visibilidade três dinâmicas (evidentemente interligadas) nesse sentido: a chamada *abertura* política, especialmente no que diz respeito à legislação restritiva das liberdades mínimas, à dinâmica parlamentar e à retomada da importância do processo eleitoral (Velasco e Cruz e Martins, C. E., 1983; Diniz, 1985); o desenvolvimento do *associativismo* e a erupção dos *movimentos sociais* urbanos (Boschi, 1987; Sader, 1988; Doimo, 1995); e o surgimento do novo *sindicalismo* combativo, cuja fachada mais visível aparecia no ABC paulista nos últimos anos da década de 70 (Keck, 1988). No plano partidário, a reforma de 1979 deu à luz tanto a continuidade dos partidos vigentes no bipartidarismo (PMDB e PDS, como sucedâneos de MDB e Arena) – uma vez que a formação do PP, pensada pelos estrategistas da abertura como uma alternativa civil ao governismo, fracassou e este incorporou-se ao PMDB –, quanto a retomada farsesca das tendências populistas à direita (PTB) e à esquerda (PDT), sendo surpreendida, no entanto, pelo surgimento do PT, cujas bases sociais fundamentais se constituíram a partir da modernização econômica apontada (Meneguello, 1989; Keck, 1991). No início da década de 80, por sua vez, surgem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como as expressões mais importantes da organização autônoma das classes trabalhadoras urbanas e rurais, e significando, nesse particular, um corte nítido com respeito aos padrões de articulação política populista e coronelista, respectivamente.

Eclodem também, e não por coincidência, as grandes mobilizações de massa com a campanha das “Diretas Já” de 1984 (Rodrigues, A. T., 1993b; 1995), à qual se segue o estabelecimento do governo civil da Aliança Democrática, as tentativas fracassadas de conter o processo inflacionário que se agudizava crescentemente desde 1983, a tentativa de reformulação do marco legal do novo regime com o processo Constituinte de 1987-88 e, finalmente, a primeira eleição presidencial desde 1960, em 1989.

O que importa destacar aqui é que a ampla modernização econômica operada pelo regime militar entre 1964 e 1984, do mesmo modo que vinculou-se à repressão extremada da participação social pretoriana-populista no momento inicial – da qual o “novo” corporativismo que destaquei acima foi um aspecto importante –, também viabilizou a diferenciação social com base na qual se deu, na última década do regime, a explosão associativa e o surgimento dos movimentos sociais urbanos, do novo sindicalismo e do PT. Dos anos 70 em diante, portanto, *a resposta social ao fechamento político revelou uma mudança importante nos mecanismos pelos quais as lideranças políticas usualmente convocavam as massas, urbanas e rurais, a tomar parte nos conflitos políticos*. Nesta mudança, quebrou-se a exclusividade dos padrões populistas de articulação liderança/massa e de mobilização política da sociedade. Embora o antigo formato persista, ainda nos dias de hoje, de modo residual – em processos eleitorais de nível e abrangência variados, e especialmente como prática incorporada à cultura política – e embora lideranças à direita e à esquerda valham-se dele ainda agora para orientar a própria conduta, sua vigência passou a ser contrastada, desde a virada da década de 70 para a de 80, pela emergência de um setor organizado da sociedade civil, que logrou articular, além de uma nova disposição para o “combate” político em moldes mais autônomos, também um novo tipo de ética pública.

Essa resposta de novo tipo, da parte da sociedade organizada, à constrição do conflito político empreendida pelo regime burocrático-militar novamente expôs uma crise das tecnologias institucionais de contenção da mobilização social, assim como a crise “pretoriana” e o golpe de 1964 haviam sido um sinal do colapso das tecnologias de contenção engendradas pelo modelo populista-corporativo.

As bases sociais do conflito político brasileiro, no que tange ao campo dos trabalhadores e camadas populares em geral, cindiram-se, no período, entre um setor

organizado, cuja participação autônoma expandiu-se – das reivindicações localizadas para a participação no espaço público de abrangência nacional –, e um *desorganizado*, que permaneceu como objeto da manipulação populista ou de usos de “novo” tipo⁵.

Durante a transição à democracia, esses novos contornos assumidos pelas práticas políticas da sociedade interagiram de modo importante com o processo de reinvenção da ordem institucional. Colocou-se de modo importante o contraponto entre as reivindicações expressas pelas mobilizações políticas da sociedade organizada, por um lado, e as “necessidades objetivas” postas pela tecnocracia do Estado em termos de capacidade governativa do aparelho estatal com vistas ao combate à crise econômica associada à inflação crescente e ao endividamento externo. Assim como continuou a operar a prática política clientelista, especialmente na direita partidária, tendo como objeto a ampla massa inorgânica postada na base do processo eleitoral⁶.

O objeto do contraponto tem sido, no que nos interessa aqui, *a natureza da institucionalização democrática*, de sorte que a essa altura já não é possível avançar na discussão sem o estabelecimento de algum parâmetro analítico acerca da democracia política e das formas de articulação entre o Estado e a sociedade que lhe são próprias.

1.2. Procedimento democrático e ruídos institucionais.

Bobbio (1985; 1988) ensina que a democracia é, basicamente, um método. Com o advento da modernidade, a antiga democracia encontrou-se com o liberalismo para uma associação reciprocamente proveitosa: este último proveria à primeira as garantias civis indispensáveis à liberdade dos atores e a primeira daria ao último um método, um procedimento para a tomada das decisões coletivas.

5. Penso, por exemplo, no “coronelismo eletrônico”, pelo qual políticos que utilizaram suas posições parlamentares ou governamentais para obter concessões de emissoras de rádio e TV, valem-se deste recurso como forma “moderna” de formação de clientelas (cf. Motter, 1994).

6. Para uma abordagem das relações entre o desgaste das políticas sociais e as novas práticas políticas dos atores sociais durante a democratização, especialmente durante o processo constituinte de 1987-8, ver Almeida, M. H. T. (1989).

Num texto que se tornou referência para grande número de análises dos processos de democratização, Robert Dahl (1971) propôs uma definição mínima para o procedimento democrático. Seria uma *poliarquia* o regime que desenvolvesse suficientemente a institucionalização dos procedimentos e a ampliação da participação da cidadania.

Qualquer processo de tomada de decisões inclui, segundo Dahl, dois estágios analiticamente distinguíveis: a *composição* da agenda política (isto é, a decisão sobre que temas serão objeto de deliberação) e a *decisão* propriamente dita (“estágio decisivo”), isto é, os resultados (Dahl, 1989, p. 107). Para que uma dada ordem política seja considerada democrática, pressupõe-se que as decisões só podem ser legitimamente tomadas pelos próprios membros da associação, isto é, por aqueles aos quais as decisões se aplicam e que estão, ao cabo, obrigados a cumpri-las. E que esta tomada de decisão se faça em condições de *igualdade*. Supõe-se que cada membro adulto da associação “é o melhor juiz de si mesmo”, ou seja, é um cidadão.

Sob uma ordem política democrática, Dahl sugere que só teremos um processo político plenamente democrático se for observado um conjunto de *critérios* ideal-típicos:

(1) No processo de tomada de decisões, os cidadãos devem ter condições adequadas e iguais entre si para introduzir questões na agenda política e para expressar as razões pelas quais preferem um determinado resultado a outro.

(2) No estágio decisivo do processo de tomada de decisões, deve ser assegurada a cada cidadão igual oportunidade de expressar sua escolha; e essa escolha deve ser computada com peso igual ao das escolhas dos demais cidadãos. (Esse critério não implica em proibição de representação proporcional ou delegação de poderes para certas decisões).

Atendendo a estes dois primeiros critérios, sustenta Dahl, já se pode falar em governo de acordo com o processo democrático.

(3) O terceiro critério procura responder à objeção pela qual se questiona a capacidade intelectual dos componentes da *demos* para tomar determinados tipos de decisão. Dahl lembra que a democracia está histórica e teoricamente associada ao problema do esclarecimento, uma vez que trata-se da tomada de decisão acerca do que as pessoas querem, ou do que pensam ser o melhor, o que requer algum grau de informação. Daí o

acrécimo de um terceiro critério, pelo qual “cada cidadão deve ter oportunidades adequadas e iguais para descobrir e validar (dentro do tempo permitido pela necessidade de uma decisão) a escolha sobre a matéria a ser decidida que melhor serviria aos interesses dos cidadãos” (Dahl, 1989, p. 112). Este argumento pode ser lido como uma resposta *democrática* à objeção *tecnocrática* segundo a qual a gestão contemporânea da economia exige a presença de funcionários do Estado dotados de um saber especial e de autoridade para tomar decisões com base nesse saber, independentemente e até mesmo a despeito da vontade da *demos*, cuja soberania estaria limitada portanto à eleição dos governantes, os quais, uma vez eleitos, valer-se-iam dos técnicos segundo os imperativos postos pela crescente complexificação do processo decisório relacionado às questões de gestão econômica.

(4) Mas há ainda o risco de que a agenda de temas a serem decididos seja excessivamente limitada. O controle sobre a agenda pode ser expropriado ao conjunto da cidadania por indivíduos ou oligarquias, como no caso de detentores de cargos executivos que pretendam esvaziar as atribuições do parlamento, por exemplo. Daí o acréscimo do critério pelo qual “a *demos* deve ter a oportunidade exclusiva de decidir que matérias serão colocadas na agenda de matérias a serem decididas por meio do processo democrático” (Dahl, 1989, p. 113). Sem prejuízo da possibilidade de delegação, por parte da *demos*, da decisão sobre algum tema da agenda.

(5) Há, finalmente, o risco de que a *demos* seja excessivamente restrita. Ou seja: qual o tamanho da cidadania para que um sistema seja democrático? Essa questão envolve tanto o problema da *inclusão* (quais pessoas devem ser legitimamente incluídas na *demos*) quanto o problema do escopo da *autoridade* (em que medida o poder decisório da *demos* pode ser legitimamente alienado). Daí o quinto critério geral, pelo qual “a *demos* deve incluir todos os membros adultos da associação, exceto visitantes e pessoas que se comprove serem mentalmente incapazes” (Dahl, 1989, p. 129).

Em suma, do ponto de vista da teoria democrática, os dois critérios básicos, na acepção de Dahl, garantem já a vigência de uma democracia, ou melhor, de um *processo democrático* em sentido amplo, ou ainda, numa tradução algo forçada, de uma democracia “procedural” ou “procedimental”.

Em contraste, [acrescenta,] um sistema que também atenda ao critério do entendimento esclarecido pode ser considerado *plenamente democrático com respeito à agenda e com relação à demos*. Num limiar ainda superior, um processo que em adição propicie o controle final da agenda por sua *demos* é *plenamente democrático com relação a sua demos*. Mas apenas se a *demos* for inclusiva o suficiente para atender ao quinto critério poderemos descrever o processo de tomada de decisão como *plenamente democrático* (Dahl, 1989, p. 130)⁷.

E sustenta que, embora trate-se de critérios ideal-típicos, não se pode simplesmente acusá-los de irrealis ou descolados da realidade. Argumenta que a pressuposição de igualdade política não cai por terra frente às desigualdades de recursos dos diferentes atores, que obviamente existem na realidade. Pelo contrário, afirma que o fundamental é que as desigualdades de recursos (econômicos, ideológicos, de *status* etc) não redundem em desigualdades formais dos cidadãos individuais frente ao processo político. “Quando diferenças nos recursos políticos tornam os cidadãos politicamente desiguais, então essa desigualdade necessariamente revela-se como uma violação dos critérios” (Dahl, 1989, p. 131).

Confrontados ao processo empírico pelo qual a ampliação da participação e a institucionalização da competição política ocorreram no Brasil, os critérios acima parecerão uma digressão longínqua. Não é o caso, decerto, de se tentar uma definição pela negativa do processo político brasileiro, em que se busca antes o que “falta” (do ponto de vista da tradição liberal-democrática) em detrimento daquilo que efetivamente há. O caráter referencial dos critérios de Dahl fazem deles instrumentos analíticos a partir dos quais torna-se possível identificar uma democracia, ou, antes, definir com razoável clareza, ao menos no plano dos quesitos mínimos de procedimento, *em que medida*, grau ou nível um sistema político empiricamente delimitado se adequa aos parâmetros ideal-típicos de uma democracia política.

Mas o modelo de Dahl, como bem observou Wanderley Guilherme dos Santos, pressupõe uma determinada seqüência histórica de implantação do regime. Os dois eixos da poliarquia – o da “liberalização”, que diz respeito ao grau de institucionalização da competição política, e o da “inclusividade”, que diz respeito ao tamanho do setor social que

7. Para um detalhamento dos critérios a serem utilizados numa aferição ideal-típica do perfil dos regimes democráticos, ver Beethan (1994) e Saward (1994).

participa sistematicamente dessa competição – dão margem a que percebamos casos empíricos em que a institucionalização das regras do jogo pode estar em descompasso com a extensão dos direitos por elas conferidos. Numa palavra, estamos diante do problema de averiguar o processo de constituição da *cidadania*, que caminha intimamente ligado ao de constituição da cultura cívica e da participação política.

Dahl parte da experiência seminal dos países europeus e anglo-saxões, onde a institucionalização da competição antecedeu a extensão dos direitos e liberdades a toda a sociedade. Analiticamente, diante dos caminhos possíveis entre a “hegemonia restrita” e a “poliarquia”, supõe-se que o caminho ótimo seja a linha reta, isto é, aquela em que evoluem simultaneamente liberalização e inclusividade ou, como se queira, institucionalização e participação. Dada a inexistência histórica de uma tal experiência, em qualquer parte, restam duas opções para chegar à poliarquia: institucionalizando-se uma competição ainda restrita para em seguida incorporar todos os setores sociais ao processo democrático (caso clássico) ou vice-versa, incorporando-se as massas numa competição ainda “hobbesiana” (mais próxima ao estado de natureza), confrontando-se a seguir com o problema de institucionalizá-la em moldes democráticos⁸.

A constituição da cidadania no Brasil obedeceu à segunda seqüência: *primeiro a incorporação das massas, depois a tentativa de regrar a competição*. José Murilo de Carvalho argumenta justamente que o formato precário da participação política no Brasil reside no atropelo da seqüência histórica de constituição da cidadania, isto é, no desacordo do processo brasileiro com o que se deu no caso clássico da Europa Ocidental. Visão que

8. “O ideal democrático, obviamente, [escreve Wanderley Guilherme,] é representado pelo sistema político que seja plenamente institucionalizado e que compreenda toda a população, restando apenas o requisito de um mínimo de idade para que se tenha acesso completo ao catálogo de direitos e liberdades. Importante na reflexão dahlsiana, a partir deste ponto, é que duas seqüências principais podem caracterizar a instauração das sociedades de massa contemporâneas. A primeira conduz de um regime de oligarquia fechada [Dahl fala em “closed hegemony”] a um regime de competição oligárquica (liberalização sem participação ampliada) e daí à poliarquia, isto é, à participação generalizada após a *institucionalização da competição política*. A segunda procede das oligarquias fechadas às oligarquias inclusivas [Dahl fala em “inclusive hegemony”] (participação ampliada sem concomitante institucionalização) e daí à poliarquia, via institucionalização da competição política. Presume-se que a seqüência ideal seria aquela representada por uma diagonal de origem no canto esquerdo inferior do gráfico e fim no canto superior direito. Isto significaria que os processos de institucionalização e participação se teriam dado no mesmo ritmo e em contraponto. Não há todavia exemplo histórico de tão feliz coincidência e as seqüências históricas européias e anglo-saxã, segundo Dahl, obedeceram ou à

coincide com a observação de Wandereley Guilherme dos Santos a respeito da proposição de Dahl relativa à incorporação política de fatias cada vez maiores da *demos* ao conflito político *antes* da consecução do regramento da competição. Dito de outro modo: a instabilidade do sistema político atualmente institucionalizado, para os analistas citados, argumento que parece consistente, reside na seqüência histórica pela qual o eixo “inclusividade” desenvolveu-se mais que, e anteriormente ao eixo “liberalização”; ou ainda – posto em outro registro mas significando o mesmo – a constituição dos direitos civis não antecedeu adequadamente à dos direitos políticos e sociais. Tal problema na seqüência histórica “identifica a origem da instabilidade recorrente” dos sistemas políticos assim formados (Santos, W. G., 1993, p. 29; ver Carvalho, J. M., 1997 e Da Matta, 1997). O que nos resta inquirir é que conseqüências tal caminho trouxe para o processo político contemporâneo.

Sabemos que o processo de participação política não pode ser restringido apenas ao exercício formal do voto. Ele depende, antes, do perfil histórico da montagem do aparato estatal, da formação da cultura cívica e do processo de extensão dos direitos. Seu cerne situa-se na interface que se erige entre três ordens de fatores: o *quadro legal* que compreende o conjunto de regulamentações formais relativas à representação política (legislação eleitoral, partidária, sindical etc); a *estrutura de oportunidades* políticas, que compreende, além das franquias do próprio quadro legal, o conjunto das possibilidades efetivas historicamente oferecidas pelo sistema político, inclusive de natureza sócio-econômica, aos diferentes atores (os constrangimentos diferenciados com respeito ao acesso das classes trabalhadora e empresarial à atividade partidária, a capacidade do sistema de dar respostas às demandas políticas dos “de baixo”, o grau de tolerância às eclosões de descontentamento etc); e, finalmente, aquilo que poderíamos chamar de *mobilização política* da sociedade, que compreende o conjunto das capacidades efetivas de intervenção – recursos e estratégias inclusive – dos atores sociais sobre o processo político.

Édson Nunes (1997), observando a insuficiência de apenas constatar a interação histórica entre os elementos de tradição e modernidade na constituição das relações entre as

seqüência I: oligarquias fechadas, oligarquias competitivas, poliarquias; ou à seqüência II: oligarquias fechadas, oligarquias inclusivas, poliarquias” (Santos, W. G., 1993, p. 28-9).

instituições políticas e a ação da sociedade, no Brasil, propôs a elaboração de um arcabouço analítico capaz de apreender as várias dimensões dessa interação. Notou a utilidade de se distinguir diferentes conjuntos de relações possíveis entre a ordem econômica, os padrões de ação dos atores sociais e as instituições políticas formais e argumentou que existem quatro padrões institucionalizados entre essas diferentes ordens de relações, que chamou de “gramáticas”: *clientelismo*, *corporativismo*, *insulamento burocrático* e *universalismo de procedimentos*. Já levantei alguns elementos de discussão acerca do clientelismo, presente nas relações forjadas a partir do *State building* em moldes patrimoniais-patriarcais e que ganharam o formato de coronelismo e populismo, este último associado historicamente à corporativização da sociedade, a qual, por sua vez, aprofundou-se autoritariamente depois de 1964. Lembrei também que o caráter segmentado deste novo tipo de corporativismo está associado à diferenciação dos dutos de acesso dos atores sociais às agências públicas, protegidas pelo insulamento burocrático, este por sua vez capaz de, ao mesmo tempo, afastar a pressão ou participação da cidadania e estabelecer “anéis burocráticos” com o poder econômico privado.

Não há espaço aqui para desdobrar essa argumentação, mas o que importa destacar é que, dos quatro padrões isolados por Nunes, de um ponto de vista ideal-típico, *apenas o universalismo de procedimentos é plenamente compatível com o regime democrático*, tal como vimos discutindo a partir dos critérios de Dahl. E isto porque, utilizado a tipologia weberiana (Weber, 1992a), o universalismo de procedimentos corresponde à dominação de tipo racional-legal, em contraponto direto com as formas tradicionais de dominação. Como se sabe, a dominação racional-legal se especifica por encontrar legitimidade no direito estatuído de modo racional, com pretensão de ser respeitado pelos membros de uma dada associação política (sendo a mais inclusiva o Estado moderno). O direito racional é um conjunto abstrato de regras a serem aplicadas em casos concretos; é portanto um direito objetivo e positivo, um direito *público* no sentido moderno. A administração racional também supõe, idealmente, cuidar dos interesses da associação nos estritos limites da lei. O soberano está igualmente sujeito à lei e há uma ordem de caráter impessoal: quem obedece não obedece aos mandatários, mas ao direito e o faz como membro da associação. O universalismo de procedimentos, portanto, é a base

sobre a qual é possível legitimar o poder de Estado enquanto poder público, responsável perante a *demos*, através de

normas que podem ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos da *polity* ou a eles aplicadas, ao elegerem representantes, protegerem-se contra abusos de poder pelo Estado, testarem o poder das instituições formais e fazerem demandas ao Estado. (...) O universalismo de procedimentos por si só não garante a existência da democracia, mas é um de seus componentes cruciais (Nunes, 1997, p. 23).

O debate político brasileiro das décadas de 80 e 90, inclusive os processos de construção da agenda pública e de ampliação ou constrição da arena nacional sobre a qual ela se equaciona (nosso objeto mais imediato), remete desde logo ao conflito entre o universalismo de procedimentos e uma lógica política tecnocrática constritiva da participação da cidadania ativa (da qual o insulamento burocrático é um dos aspectos mais relevantes⁹), sobre um pano de fundo em que se destacam as permanências do clientelismo e do corporativismo. Recolocou-se, no discurso empresarial e da direita partidária do período, o argumento da *ingovernabilidade*, tomando a explosão de demandas, supostamente acicatada pela “excessiva” regulamentação de direitos efetuada pela Constituição de 1988, como fonte de uma crise de autoridade do poder político que estaria na base da paralisia decisória que impedia o governo de implementar políticas adequadas de estabilização monetária. Ao mesmo tempo, a esquerda e os setores populares organizados denunciavam a super-concentração de poderes governativos no executivo, a ausência crescente de mecanismos de *checks and balances* na relação entre os poderes constituídos e a presença do personalismo, do familismo e do comportamento discricionário de mandatários como focos geradores da corrupção e da falta de “ética” na política, que foram os principais motes da eclosão de mobilizações no período.

9. O conceito de insulamento burocrático, tal como utilizado por Nunes, diz respeito a agências estatais específicas, isto é, organizações burocráticas do aparelho de Estado (DASP, SNI, BNDES etc), as quais, por este expediente, buscariam “proteger” sua racionalidade técnica por via de um apartamento com respeito a pressões sociais, e o fariam por meio de diversos recursos, desde o uso de uma linguagem técnica cifrada até a criação de restrições “técnicas” contra ingerências “políticas” na nomeação de suas cúpulas diretivas. Porém, o conceito de insulamento pode legitimamente ser utilizado em sentido mais amplo, para abarcar não apenas agências burocráticas mas sim também a postura de impermeabilidade dos técnicos e dos *technopols* que pilotaram os programas de estabilização monetária nos anos 80 e 90 (as chamadas “equipes econômicas”). Como afirma o próprio Nunes, “os atores estatais sempre procurarão insular aquilo que entendem como núcleo técnico, seja ele composto de *agências de formulação de políticas econômicas*, agências encarregadas de segurança e informação, política nuclear ou política de informática” (Nunes, 1997, p. 34-5, grifo meu).

O debate enviesado sobre a "governabilidade", que se travou no Brasil no período em questão, primou pela consideração do conceito enquanto um problema de gestão burocrática do Estado e não de definição institucional do escopo da participação da cidadania no processo decisório.

A inversão do sentido [comenta Bruno Wanderley Reis] – comum em seu uso corriqueiro recente – tende a reduzir o problema a uma questão 'técnica', de adequada configuração das instituições políticas ou do aparato burocrático estatal, em busca de maior eficiência ou capacidade gerencial, perdendo de vista o delicado problema do acoplamento eficaz entre eficiência e democracia. Como é óbvio, a eficiência refere-se à adoção de meios adequados à consecução, com custo mínimo, de fins *dados*. O problema é que na política os fins *não são dados*, e os 'custos de transação' para a tomada de decisão serão tanto maiores quanto maior for o leque de interesses ouvidos e ponderados – ou seja, a democracia envolve ela mesma algum sacrifício da eficiência, expresso modernamente no crescimento irresistível do aparato burocrático estatal (...), em nome da impessoalização das normas e direitos a serem universalmente implementados. O que não quer dizer, naturalmente, que – dada esta restrição – o problema da eficiência não se imponha em algum momento, particularmente no que toca à capacidade de pronta implementação e aplicação do corpo de direitos e deveres corporificados nas normas vigentes. Mas é importante destacar que o problema não poderá ser devidamente atacado exclusivamente no âmbito de medidas reestruturadoras da esfera burocrático-administrativa da máquina estatal, mas envolverá necessariamente delicados problemas de institucionalização de canais de articulação *política* entre o estado e a sociedade. Esse problema reveste-se de especial significado entre nós, brasileiros, já que (...) o país em que vivemos hoje resulta em larga medida de iniciativas 'unilaterais' de uma elite burocrática de vocação demiúrgica, que – freqüentemente imbuída de uma idéia mais ou menos clara do 'interesse nacional' – raramente terá hesitado em afastar do caminho a democracia, em nome do cumprimento 'eficiente', tecnocrático, das necessidades prementes da nação (Reis, B. P. W., 1998, p. 185).

Nunes (1997, p. 32-6) lembra que tanto o universalismo de procedimentos quanto o insulamento burocrático podem constituir-se como formas de contrabalançar o clientelismo e o corporativismo. Na conjuntura brasileira da primeira metade dos anos 90 não é outra a disputa de espaços no sistema político institucional senão aquela posta entre a lógica do insulamento veiculada pelos *technopols* encarregados de implementar as reformas orientadas para o mercado, de um lado, e a lógica do universalismo de procedimentos pela qual se batem os setores organizados da sociedade, de outro.

O contraponto entre essas gramáticas é simétrico ao contraponto entre a *eficácia econômica* e a *certeza jurídica*, ambas fundamentais à institucionalização de uma ordem democrática que incorpore a participação ativa da sociedade à "normalidade"

política. José Eduardo Faria sintetiza o problema através da distinção entre duas lógicas de comportamento, que implicam na veiculação de duas racionalidades distintas:

[A] tensão entre os imperativos da economia e as exigências do direito pode ser vista como resultante do choque entre duas posições diametralmente antagônicas: a procura da eficiência alocativa, por parte dos economistas (...) e a preocupação com o enquadramento legal-racional do poder, por parte dos juristas (...). É a permanente preocupação com os resultados, ou seja, com o sucesso de seus programas e com a eficácia de suas decisões, que muitas vezes levaria os economistas a não dar a devida importância às leis e aos códigos. (...) Neste caso, a racionalidade material seria mais importante do que a formal; na medida em que as premissas da ação e da decisão econômicas não são *regras* que precisam ser obedecidas de maneira estrita, porém *recursos* avaliados do ponto de vista de sua adequação para a realização de determinadas tarefas e para a consecução de determinados objetivos, o direito tenderia a se converter em um mero instrumento de poder; isto é, tenderia a ser relativizado em sua generalidade abstrata por critérios de oportunidade e interpretação, perdendo, em função de sua validade formal, sua capacidade de legitimar o processo de formulação, implementação e execução das políticas governamentais (Faria, 1993, p. 12-13).

Na conjuntura que é objeto deste trabalho coloca-se de modo dramático, do ponto de vista da interação entre as práticas políticas dos atores situados no aparelho de Estado e na sociedade, bem como do ponto de vista da institucionalização do regime que lhes regula a competição, esta tensão entre, de um lado, as lógicas da *eficácia econômica* e do *insulamento burocrático*, e, de outro, as da *certeza jurídica* e do *universalismo de procedimentos*. Em verdade, ambas disputam a condição de alternativa – ideológica e política-prática – ao *clientelismo* e ao *corporativismo* tradicionais. Disputa esta que significa que as duas bandeiras indissolúvelmente ligadas entre si pela promessa da Nova República, isto é, democracia política e reforma econômico-social de caráter redistributivista, desvincularam-se e contrapuseram-se uma à outra durante o governo Sarney. De tal sorte que as questões da *governabilidade* e da *mobilização* política da sociedade se repuseram, no período, enquanto um antagonismo feroz entre

eficiência econômica e certeza jurídica, entre programas antiinflacionários e ordem constitucional, entre gestão de políticas públicas e reconhecimento dos direitos individuais, entre meios tidos como ilegais e fins considerados legítimos, numa palavra, entre governabilidade substantiva e legitimidade legal-racional (...) (Faria, 1993, p. 15).

A complexidade dessa disputa, por sua vez, reside também no fato de que, em função das agregações de interesses constituídas com as vitórias de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1989 e 1994, abriram-se diferentes frentes de

combate. Primeiro, no seio do próprio governo: de um lado, a tecnocracia voltada para a implementação dos programas de estabilização monetária e das reformas orientadas para o mercado, de outro a base de sustentação congressual predominantemente vinculada ao clientelismo, responsável em última instância pela aprovação dessas políticas. Segundo, na relação governo-oposição (partidária e social): de um lado, os reclamos pelo universalismo de procedimentos - que ganhou a conotação principal de reivindicação de “ética na política” - e de outro o insulamento aliado ao clientelismo - coalizão de interesses da qual emergiram os planos de estabilização monetária do período, os Planos Collor I e II e o Plano Real.

Compreender este caráter do conflito político armado na conjuntura é de suma importância tanto para a percepção dos processos de ampliação e estreitamento da arena (mobilização e desmobilização social) quanto para a averiguação de seus impactos sobre a construção da institucionalidade política democrática. Pois o conflito está posto entre dois modos muito diversos de tratar a coisa pública. Ao contrário do universalismo de procedimentos, “baseado nas normas do impersonalismo, direitos iguais perante a lei e *checks and balances*”, o insulamento burocrático é

o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. (...) O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que os interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando essas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas. (...) Entretanto, ao contrário da retórica de seus patrocinadores, o insulamento burocrático não é de forma alguma um processo técnico e apolítico: agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos; coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da arena administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos; partidos políticos são bajulados para proteger projetos no Congresso (Nunes, 1997, p. 34-5).

Quando esta prática de insulamento é utilizada como escudo contra a interferência societal na elaboração e implementação de políticas tão vitais à cidadania quanto as políticas de estabilização monetária e reforma do Estado, como em nosso caso, esse evento nos coloca imediatamente diante dos problemas da *legitimação* e da *responsabilidade* dos mandatários perante os constituintes.

Nessa medida, o argumento huntingtoniano da *ingovernabilidade* democrática aparece na conjuntura como um recurso de setores do empresariado e da direita partidária contra o escrutínio do governo por parte da cidadania organizada, nos episódios dos planos Collor e Real de estabilização monetária. Aparece como uma justificativa da *desmobilização seletiva*, isto é, da necessidade de provocar, conforme o diagnóstico de Huntington, “certa dose de apatia e de não engajamento” de alguns grupos em favor de outros. Ao insular-se e assim furta-se ao debate com a cidadania sobre essas políticas, a tecnocracia do governo e os *technopols*, em aliança com a direita partidária de tradição clientelista, apostaram numa estratégia de *legitimação passiva* de suas políticas, calcada por sua vez na expectativa de eficácia dessas políticas. Isso foi feito em contraposição a um outro projeto, o da esquerda partidária e de alguns setores da sociedade organizada, que pretendiam uma *legitimação ativa*, isto é, calcada na mobilização popular em apoio às políticas de desprivatização do Estado. Insulamento e mobilização alternaram-se e coexistiram, em diversas instâncias e níveis, na conjuntura, mas a hegemonia da lógica do insulamento sobre a lógica da mobilização impactou de modo importante a institucionalidade democrática em construção, gerando no limite *desinstitucionalização* das normatizações voltadas à garantia legal do universalismo de procedimentos. No limite, desinstitucionalização da democracia.

Capítulo 2

O governo que não se democratiza

“Os computadores calculam em *bytes*, os políticos em pequenas e sólidas mordidas.”

Donald D. Levine,
Visões da tradição sociológica.

Os problemas que vimos discutindo nos introduziram em um universo conceitual ambíguo, que merece um tratamento algo mais claro. Neste capítulo, pretendo mobilizar algumas ferramentas de análise de modo mais organizado para, em seguida, descer ao caso brasileiro de transição à democracia, encarado aqui pelo ângulo de suas relações com a mobilização política.

Para acionar os elementos analíticos necessários ao estudo de situações relacionadas à ampliação ou constrição da participação societal no conflito político, é preciso estabelecer alguns pontos básicos sobre conjunturas conflitivas e processos de mobilização social, importantes para a seqüência do raciocínio.

2.1. Mobilização e conflito político

Falarei em conflitos políticos como situações em que se verifica a oposição entre atores portadores de objetivos, recursos e estratégias diferenciadas (cf. Frey, 1985). Seu resultado não pode ser estabelecido *a priori*, simplesmente por uma avaliação de *capabilities* intrínsecas ou estoques de recursos previamente disponíveis aos atores

políticos. Ele deve antes estar relacionado à análise do próprio desenrolar do processo conflitivo, que inclui tanto constrangimentos de ordem institucional quanto a oposição de outros atores e, inclusive, a intervenção de eventos absolutamente aleatórios ou imprevisíveis.

É extremamente difícil prever o resultado de uma disputa observando o princípio, porque nem sequer sabemos quem mais vai entrar nela. A consequência lógica de se insistir demasiadamente no *determinismo das origens privadas* do conflito é atribuir um valor de zero ao *processo* político (Schattschneider, 1967, p. 50, grifos meus; ver também Hindess, 1982, p. 500).

Um conflito, por sua vez, estabelece-se entre agentes numa *arena* específica (ou ao mesmo tempo em diferentes arenas) e em torno de uma determinada *agenda*. De acordo com a linguagem geralmente utilizada, *arena* refere-se às condições dadas de um conflito ou conjunto de conflitos, bem como a seus modos de ação específicos (voto, greves, demissões etc) e às limitações acerca dos possíveis resultados. Por exemplo: se falamos de um conflito na arena parlamentar, os resultados possíveis serão provavelmente leis, regulamentações, fiscalizações etc. Do mesmo modo, *agenda* pode ser definida como a pauta de temas e/ou questões em torno da qual os conflitos são armados, cujo conteúdo é também ele objeto do conflito, bem como a disposição temporal desses temas. Por exemplo: pode haver um conflito tanto em torno de um programa de privatizações quanto um conflito para que o tema das privatizações possa entrar na agenda.

Em suma, uma conjuntura pode ser tratada como um momento de um processo político mais longo, balizado por certos parâmetros políticos (e econômicos, sociais, culturais, ideológicos etc) estruturados, no qual determinados atores, portadores de recursos e estratégias, confrontam-se conflitivamente em torno de arenas e agendas específicas, com vistas à obtenção de certos resultados. No decorrer do processo conflitivo conjuntural, as estruturas que servem de balizamento aos atores, as arenas e agendas em torno das quais os atores conflitam, os recursos de que dispõem, os objetivos que inicialmente buscavam, e inclusive os próprios atores enquanto entidades unitárias, estão sujeitos a transformações diversas, desejadas ou não, esperadas ou não. Conflito político é, pois, toda situação em que os obstáculos à consecução dos objetivos de determinados atores incluem a oposição de outros atores (Hindess, 1982, p. 498). Em decorrência, *o resultado final do conflito é função direta de sua abrangência.*

Valho-me aqui de três proposições de Schattschneider (1967), pelas quais estabelece-se uma correlação direta entre, de um lado, *a abrangência do conflito e o perfil dos atores* (se individuais ou coletivos, se muitos ou poucos, se de direita ou de esquerda), e, de outro, a *composição e a resolução da agenda política*. As proposições são as seguintes:

(1) Em primeiro lugar, a de que o resultado de qualquer conflito político é função de seu *alcance*, da possibilidade de que ele envolva um número maior ou menor de atores;

(2) Em decorrência disso, a proposição de que a *estratégia* política mais importante é aquela pela qual os atores se ocupam de expandir ou controlar o alcance dos conflitos; e

(3) A de que, implícita às anteriores, reside a idéia de que a restrição do conflito aos limites de seus contendores iniciais tende a perpetuar a correlação de forças dada a princípio, enquanto que a expansão do alcance do conflito tende a desequilibrá-lo em favor dos contendores interessados em (e que se mostrem efetivamente capazes de) ampliá-lo.

Conforme a propensão dos atores e a situação dada, as estratégias tenderão, pois, à "*privatização*" ou à "*socialização*" do conflito. Conforme a imagem sugerida por Schattschneider,

o conflito político não é como uma partida de futebol, que se efetua num campo medido, por um número pré-determinado de jogadores, e na presença de um público rigorosamente excluído do campo de jogo. A política é muito mais semelhante ao jogo original e primitivo do futebol, no qual todo mundo era livre para participar, uma partida em que toda a população de um povoado podia jogar contra toda a população de outro povoado, correndo livremente para um ou outro lugar pelo campo aberto. Muitos conflitos são estreitamente confinados por meio de uma variedade de estratégias, mas a qualidade distintiva dos conflitos políticos é que a relação entre os 'jogadores' e o público não foi definida precisamente, e em geral não há nada que evite que os espectadores participem do jogo (Schattschneider, 1967, p. 24).

Esta relação propugnada por Schattschneider entre a composição da agenda e o escopo do conflito envolvido no processo de tomada de decisão, note-se, acrescenta um novo elemento ao processo poliárquico descrito por Dahl. Ele reside no fato de que, em dados contextos e frente à "invasão" do campo de jogo por jogadores não desejados, as

elites em disputa (ou parte delas) podem tender a restringir a agenda a um conjunto menos explosivo de questões, que não espelhem efetivamente os conflitos "latentes" naquela sociedade (*safe issues*). Subtraindo as questões candentes, as mais decisivas, à esfera pública, permite-se ao mesmo tempo um procedimento formalmente democrático na tomada de decisões (mas substantivamente esvaziado) e uma privatização dos conflitos fundamentais. Torna-se fundamental para o analista, nesse registro, averiguar quais as *tendências* presentes no processo de prazo mais longo no qual insere-se a conjuntura em favor da exploração de determinados tipos de conflito e da supressão de outros (cf. Bachrach e Baratz, 1969, p. 55). Como o alcance de um conflito será função também da escala de organização, motivação e potencial de mobilização dos atores e, ao mesmo tempo, do grau de competitividade do sistema, isto é, da natureza das instituições políticas, é preciso atentar, em especial, para aqueles conflitos capazes de hegemonizar a grande arena política nacional.

A discussão do quesito participação requer, na nova situação de articulação e organização que se abriu na sociedade brasileira a partir da década de 70, a abordagem de algumas perspectivas analíticas que podem ajudar a esclarecer o fenômeno da *mobilização* política da sociedade, tanto sob as condições da transição de um regime autoritário à democracia quanto sob a vigência formal desta.

A primeira questão é: como conceituar a mobilização política da sociedade num contexto de *ampliação e diferenciação da arena política* – tanto do ponto de vista dos novos espaços institucionais franqueados paulatinamente pela transição à democracia, quanto do ponto de vista do ingresso no jogo de novos atores políticos (Lapeyronnie, 1989)? Como passa a se dar a relação entre o conflito político, as novas regras do jogo e os novos jogadores (postos ao lado dos antigos)? Como analisar o impacto desta ampliação sobre os desdobramentos do jogo? Como compreender as mobilizações sociais, não como meras irrupções esporádicas ou como comportamentos anômicos de massa, mas como lances políticos que são parte do próprio conflito democrático?

A literatura sobre mobilizações dispõe de respostas diversas sobre estas questões (cf. Chazel, 1975). Este não é o local para uma resenha exaustiva – que pode ser encontrada, na forma de discussão crítica, em Lichbach (1998), Mann (1991) ou Tarrow

(1988, p. 421-8) – mas posso indicar aqui algumas respostas pertinentes à questão geral da relação entre, de um lado, a mobilização social de massa, por vezes chamada de “protesto político”, e de outro o sistema político institucionalizado, em especial a institucionalidade política democrática.

Nem toda literatura trata das mobilizações como participação de massa em grandes questões de política nacional, que é nosso interesse mais imediato aqui. Inicialmente ligada à psicologia social da virada do século (Le Bon, 1954; Canetti, 1983) ou à sociologia do desenvolvimento dos anos 50 e 60 (Smelser, 1963; além do já citado Huntington, 1975), a pesquisa sobre mobilizações ganhou grande impulso do final da década de 60 até a década de 80, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, motivada pelas ondas de protesto político que irrompiam. Enquanto os estudiosos europeus enfatizavam as causas estruturais dos movimentos, as identidades coletivas que eles expressavam e suas relações com o capitalismo avançado (Tilly, 1978; Touraine, 1981; entre outros), os americanos preferiam um enfoque “atitudinal”, destacando a participação (ou constrangimentos à participação) dos grupos organizados no protesto de massa e suas formas de ação coletiva (Gamson, 1968; Lipsky, 1970; Oberschall, 1973; Olson, 1978; entre outros). Nos trabalhos anteriores à década de 80, salvo algumas exceções, a ênfase na novidade dos movimentos (então chamados “novos movimentos sociais”) fez com que a *institucionalidade* política aparecesse na análise como categoria residual, simplesmente como fonte de satisfação das demandas ou de repressão ao protesto. Ganhou projeção no período um enfoque que, a partir de Olson, privilegiava a averiguação dos constrangimentos de ordem racional ou subjetiva à ação coletiva (ver a respeito também Crozier e Friedberg, 1977). Mas a partir da década passada, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, surgiram estudos mais específicos, que procuraram trazer o *processo político* ao centro da abordagem das *mobilizações políticas da sociedade* (Tilly, 1978, 1985; Offe, 1985; Dobry, 1983, 1986; Tarrow, 1989; Gamson, 1990; entre outros).

Desta literatura mais recente, interessa aqui destacar duas possibilidades analíticas abertas na interface das mobilizações com o sistema político institucional: uma que parte da conjuntura, outra que parte do processo. A primeira é o modelo de análise de *conjunturas fluidas*, isto é, conjunturas de crise política conjugadas, no correr do curto

prazo, a amplos processos de mobilização de massa, desenvolvido por Michel Dobry (1983, 1986). A segunda é a perspectiva de análise de *ciclos de protesto e reforma*, isto é, uma agregação de episódios de mobilização e a aferição das respostas dadas pelo sistema político, no correr de um prazo mais longo, desenvolvida por Sidney Tarrow (1988, 1989).

Na perspectiva de Dobry, a especificidade das conjunturas de crise política está justamente nas complexas relações que se estabelecem entre as mobilizações e as mudanças no estado dos sistemas políticos.

Em oposição a todas as formas de reificação das instituições, [escreve ele,] trata-se, desde logo, de abordar as ‘estruturas’, ‘organizações’ ou ‘aparelhos’ levando em conta sua sensibilidade às mobilizações, aos lances desferidos, à atividade tática dos protagonistas das crises. Mas trata-se também de decifrar simultaneamente as *lógicas de situação* que, em tais contextos, tendem a se impor aos atores e tendem a estruturar suas percepções, seus cálculos e seus comportamentos (Dobry, 1986, p. 39-40, grifo meu).

Tal enfoque equivale a avaliar as conjunturas críticas como momentos em que grandes questões políticas nacionais mobilizam um conjunto “novo” de atores, ampliando de modo importante, para estas conjunturas, o número de atores normalmente presentes nas situações políticas rotineiras. O pressuposto é que se vive numa sociedade dinâmica e pluralista o suficiente para que haja nela setores sociais organizados e conjunturalmente mobilizáveis. Tal ampliação em torno de grandes questões faz com que todos os protagonistas deixem de basear seus cálculos políticos nos referenciais rotineiros, ou seja, na lógica dos campos sociais específicos aos quais normalmente sua atividade política está confinada. Em tais conjunturas, passam a referenciar sua atividade tática em uma *lógica de situação* de cuja elaboração participam e por cujos contornos são influenciados, lógica que perpassa o confinamento dos diferentes espaços sociais e das diferentes arenas políticas rotineiras que convivem numa sociedade complexa e cria uma base temática comum sobre a qual o conflito conjuntural passa a ocorrer.

Por exemplo, no Brasil de 1984 (na campanha das “Diretas Já”) ou de 1992 (na campanha pelo *impeachment* de Collor), sindicalistas e operários, capitalistas e líderes de entidades empresariais, deixaram de operar politicamente a partir da lógica normalmente empregada nas relações entre empresários e trabalhadores; os estudantes deixaram de agir a partir da lógica própria às questões universitárias; e mesmo os congressistas deixaram de

agir exclusivamente a partir da lógica e da rotina próprias aos jogos de força parlamentares. E assim fizeram, todos estes atores citados, para passarem a agir em torno da grande questão política nacional colocada na agenda (eleições diretas ou *impeachment*). Abandonaram com isso, por um momento, suas arenas políticas setoriais, ou seja, os espaços socialmente circunscritos nos quais rotineiramente atuavam, para jogarem o grande jogo (ampliado) da política nacional, durante a vigência da conjuntura crítica. Ou, dito de outro modo, estas arenas restritas, momentaneamente se fundiram numa grande arena política nacional.

Como consequência imediata disso que acabamos de dizer, os *recursos políticos* de que os atores se valem em situações rotineiras mudam de valor (podem ampliar-se ou reduzir-se), modificando o peso relativo dos contendores. Dada a rapidez com que isso ocorre nas conjunturas de crise, toda a rotina estratégica que geralmente empregam se desestrutura. Ocorre uma situação de *incerteza* generalizada entre os diferentes atores, aumentando a dificuldade de cada um para calcular as próprias ações e as dos adversários, bem como antecipar os possíveis resultados delas. Como as situações são novas e as interações pouco ou nada comuns, aumenta muito o grau de *imprevisibilidade* do jogo, assim como também podem tornar-se *instáveis* tanto os objetivos pontuais e certas preferências dos atores quanto até mesmo certas convenções do jogo político. Como resultado, os atores ficam mais dependentes ainda dos lances desferidos pelos demais jogadores para decidirem quais serão seus próprios lances seguintes. Isto é: a perturbação da capacidade de cálculo dos atores, em vista da rapidez, incerteza e imprevisibilidade do jogo conjuntural, aumenta a interdependência tática entre esses atores.

A estes momentos de instabilidade, de imprevisibilidade, de rompimento com procedimentos políticos rotineiros e de mudança na configuração das arenas de jogo, Dobry chama de *conjunturas políticas fluidas*. No centro da crise, está a ampliação do jogo, isto é, a *mobilização* política (conjuntural) da sociedade, aquilo que Schattschneider chamou de "socialização do conflito". Nessas conjunturas, o espaço social se *simplifica*, pois tudo passa a girar em torno de algumas poucas ou mesmo de uma única "grande" questão política jogada na arena nacional e, ao mesmo tempo, o jogo político torna-se infinitamente mais complexo, pela precariedade e pela velocidade das relações. Até que, ao final, o

esgotamento da questão central leve à desmontagem da *lógica de situação* e o jogo político tenda a reestruturar-se em torno de novas e antigas arenas setoriais e de relações institucionalizadas (em parte, as mesmas de antes, em parte, novas relações). Em suma, o jogo volta ao “normal”, mas as cartas podem estar significativamente re-embaralhadas (cf. Rodrigues, A. T., 1993b, cap. 1).

A partir desta discussão, é possível fazer pelo menos duas inferências, a saber. Em primeiro lugar, se tomarmos um lapso de tempo maior, pode ser possível detectar mais de uma (talvez várias) conjunturas de mobilização como a descrita acima, em torno de questões nacionais, ao lado de outras, de abrangência mais restrita, em torno de questões setoriais. Tal observação, em perspectiva temporal mais alongada, poderia permitir detectar conexões e inter-relações entre estes diferentes episódios, aparentemente isolados, bem como seus respectivos impactos sobre o jogo político institucional “rotineiro”. Em segundo lugar, nesse lapso mais longo talvez fosse possível considerar também os eventuais vínculos existentes entre as *respostas institucionais* dadas pelo sistema político e os episódios de mobilização conjuntural. Isto é, seria possível verificar se o sistema político, de algum modo, reformulou-se em resposta ao advento das mobilizações que originaram conjunturas críticas, ou não. E se reformulou-se, verificar se o fez no sentido de atender a demandas ou de dotar-se de instrumentos capazes de oferecer desestímulos a novas pressões sociais (isto é, desenvolver *tecnologias de contenção*). Como vimos no capítulo anterior, o populismo e o corporativismo brasileiros, bem como o autoritarismo militar posterior a 1964, são conjuntos institucionais que contém diferentes tipos de tecnologias de contenção.

Estas questões foram colocadas por Sidney Tarrow. Como vimos acima, na literatura mais recente sobre mobilizações a principal novidade talvez seja o fato de haver-se rompido as barreiras analíticas entre política “institucional” e “não-institucional”. Com isso, emergiram algumas formulações importantes acerca das interações entre mobilização e instituições. Esta interface aparece descrita nas noções de “estrutura de oportunidades políticas”, “sub-cultura dos movimentos sociais” e “ciclos de protesto e reforma”.

Em primeiro lugar, considere-se o conceito de *estrutura de oportunidades políticas*, e, ligado a ele, também a preocupação que se passou a ter com a relação entre a

emergência, a estratégia e a dinâmica dos movimentos de protesto e contestação, de um lado, e o quadro cultural e as tradições da política nacional, de outro. Ou seja, se não há solução de continuidade entre a política feita nas instituições e a feita nas ruas (como também o demonstra o modelo analítico de Dobry), *ambas devem estar sujeitas a conjuntos de constrangimentos ou de oportunidades que dificultam ou facilitam a ação de alguns sujeitos políticos em detrimento de outros, conforme a situação* (o que se costuma chamar de “seletividade estrutural”).

Pensar a estrutura de oportunidades é considerar – na avaliação do impacto político das mobilizações – o grau de *abertura* ou *fechamento* do sistema político, isto é, o perfil do *regime*; a estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos políticos pactuados ao nível da política institucional; a presença ou ausência de aliados e grupos de apoio com lastro organizacional e engajamento institucional consolidado; presença ou ausência de divisões dentro das elites políticas e seu grau de tolerância ao protesto; a capacidade ou incapacidade do governo na formulação de políticas, bem como seu grau de agilidade na elaboração de respostas a demandas. É claro que esta estrutura de oportunidades deve ser considerada em sua variação ao longo do tempo, o que nos obriga a pensar a relação entre as mobilizações e a institucionalidade política a partir de um registro temporal mais alongado (Tarrow, 1988, p. 429; 1989, p. 32-40, 82-90)¹.

Em segundo lugar, considere-se a importância do *espaço social constituído pelos movimentos sociais*, no interior do qual arregimentam adesões, travam a batalha do convencimento, competem com outros potenciais movimentos e desenvolvem identidades políticas. Conforme o enfoque de cada autor, esse espaço social pode ser chamado de “*setor dos movimentos sociais*”, “*sub-cultura dos movimentos sociais*” ou “*rede de movimentos sociais*”. Este setor, sub-cultura ou rede de movimentos, tal como o entende Tarrow, abrange todos os indivíduos e grupos que estejam engajados em alguma forma de *ação direta* visando fins coletivos ou bens públicos. Isso inclui as organizações formais que dão suporte a movimentos sociais (ONGs, por exemplo), mas também se estende ao conjunto de participantes esporádicos ou àqueles que emprestam apoio informal aos movimentos (no

1. Para uma análise da relação entre as mobilizações, as estruturas sociais e os diferentes formatos da institucionalidade política, ver Birnbaum (1983).

Brasil, por exemplo, OAB, ABI, Igreja Católica etc). E pode também incluir eventualmente os grupos de interesse rotineiros (inclusive sindicatos e centrais sindicais). Não me parece de outra natureza a noção de “campo ético-político” desenvolvida por Doimo (1995) na análise dos movimentos sociais brasileiros da década de 1970, e que também tem relações com as “matrizes discursivas” de que fala Sader (1988), a propósito dos mesmos movimentos. Na visão de Tarrow,

peças e grupos podem mover-se para dentro ou para fora do setor de movimento social, e mesmo organizações fundadas para atividades não-movimentalistas podem cooperar com ele por breves períodos (...). O tamanho, o caráter e a composição do setor de movimento social mudam ao longo do tempo, assim como os grupos se mobilizam e desmobilizam, os temas entram e saem da agenda política e as elites respondem com diferentes combinações de facilitação, repressão, indiferença e reforma (Tarrow, 1988, p. 432).

Trata-se em suma de um espaço de protesto potencial, no interior do qual circulam temáticas e experiências mobilizatórias entre os movimentos e, ao mesmo tempo, indivíduos e grupos competem por espaço e hegemonia, isto é, desenvolvem “relações políticas” do mesmo modo que os grupos organizados em torno da institucionalidade o fazem.

Em terceiro lugar, considere-se o tema dos *ciclos de protesto* e o das relações estabelecidas, dentro destes ciclos, entre protesto e reforma política. Baseado nos trabalhos de Tilly sobre os movimentos do século XIX e no de Pizzorno sobre conflito industrial, Sidney Tarrow observou que a magnitude do conflito, seus canais de difusão, as formas de ação empregadas, além dos próprios atores e dos tipos de organização, variam enormemente ao longo do tempo. Ao tomar em consideração o ciclo, abandona a idéia de “estabilidade estrutural” dos sistemas políticos para trabalhar com a idéia de “estabilidade dinâmica”, o que implica compreender as mobilizações como sucessivas realizações, embora em diferentes formatos, de um mesmo princípio de interação entre os atores sociais mobilizados e a institucionalidade. Tal abordagem permite identificar, ao longo do período, diferentes fases de consenso e mobilização, de mudança ideológica ou organizacional, e de transformações institucionais, todos fatores que impactam a emergência de uma dada questão na agenda política.

Ciclos de protesto podem ser definidos, em suma, como agregações de episódios de mobilização parcialmente autônomos e independentes. Em seu curso, novas formas de ação emergem e evoluem, o setor (rede ou sub-cultura) dos movimentos cresce e muda sua composição, e as oportunidades políticas surgem ou cessam, em parte em consequência dos temas postos na agenda, das práticas mobilizatórias e das conquistas obtidas pelos próprios movimentos que brotam no correr do ciclo.

Tarrow pensa os ciclos de protesto como algo análogo aos ciclos econômicos, isto é, como uma série de decisões individuais e coletivas tomadas num contexto marcado pela ação de fatores sistêmicos que não são uniformemente experimentados, mas antes difusamente percebidos. Os fatores que desencadeiam o ciclo são “estruturais”, por certo, mas uma vez o ciclo desencadeado há uma retroalimentação em que resultados de protestos passados catapultam as expectativas frente a novos confrontos. Tal enfoque, portanto, privilegia a percepção do *processo* em andamento, sem esquecer as especificidades dos lances conjunturais. “Um ciclo de protesto é fundamentalmente um *processo político*” (Tarrow, 1988, p. 435, grifo meu).

Nesse sentido, o ciclo pode ser analisado em três fases. Uma fase *ascendente*, que dá origem ao ciclo a partir de uma situação estrutural de acúmulo de “injustiças” ou de repressão sobre certos setores sociais (como na primeira década do regime militar brasileiro), e/ou pelo aparecimento de novas oportunidades de ação política (como em sua segunda década). Dada essa situação, o surgimento de movimentos disruptivos se difunde como que “por imitação”. Nessa fase, o protesto se espalha de um grupo a outro e tende a pressionar a estrutura de oportunidades políticas visando a abertura de novas oportunidades (como o processo brasileiro de “descompressão” e “abertura” política). Estas mobilizações desenrolam-se num sentido crescente até o *pico* do ciclo. Nesse momento, descrito na literatura como “momento de loucura” (*moment de folie, moment of madness*), chegamos a uma situação que pode ser satisfatoriamente analisada como uma “conjuntura fluida”, vista acima (como na campanha pelas “Diretas Já”). A ela segue-se uma fase *descendente*, de desmobilização, resultado do desgaste do tema central que monopolizava a agenda, e marcada pela reciclagem dos movimentos e organizações, bem como de suas temáticas (cf.

Tarrow, 1989, p. 50-6). Acrescente-se que o momento descendente poderia ser visto, também, como a porta de entrada para uma nova fase ascendente.

A partir desta concepção de ciclo, Tarrow fala em “reforma” no plano político institucional como indicativo de “sucesso” de um ciclo de protestos (o processo Constituinte de 1987-88 pode ser visto por este ângulo). Conforme a situação, poderia seguir-se um ciclo de reformas como resposta a um ciclo de protestos. Não se trata de seqüência temporal linear: pode haver uma interpenetração de processos. Associa-se, deste modo, a efetividade da mobilização dos agentes sociais aos processos de mudança institucional.

2.2. Mobilização e mudança de regime

Procuremos, então, relacionar a compreensão das mobilizações conjunturais e dos ciclos de protesto à configuração do regime político brasileiro em meio à recente transição à democracia e à “consolidação democrática”.

Como seria impossível aqui, mais uma vez, uma resenha exaustiva da enorme literatura disponível, tomarei como exemplo representativo do que se pode chamar de “primeira geração” de estudos sobre a transição, os trabalhos de O’Donnell e Schmitter sobre o sul da Europa e a América Latina, em especial suas generalizações conceituais. Quase década e meia depois de publicada, esta análise da transição de regime autoritário e “consolidação” democrática parece ter se tornado uma espécie de senso comum acadêmico. No entanto, *o papel nela atribuído à mobilização política da sociedade organizada, creio, não corresponde ao que se deu empiricamente durante a alongada mudança de regime verificada no Brasil.*

A primeira cunha analítica é a distinção entre transição e consolidação. Desde logo estes autores frisam a indeterminação e a incerteza características da *transição* de regime. Trata-se de situação, afirmam, em que várias alternativas estão postas (ingresso na democracia, volta ao autoritarismo, vazão de poder), mas nenhuma está firmada; intervalo de regime situado entre a desestruturação do autoritarismo e o estabelecimento de alguma

forma de democracia; em que as regras do jogo são, antes de tudo, objeto do conflito; regras que “definirão, em larga escala, os recursos a serem despendidos e os atores com permissão de entrada na arena política” (O’Donnell e Schmitter, 1988, p. 23).

Debalde tanta indeterminação, parece haver porém um caminho “normal” pelo qual passaria o processo. O princípio de tudo é a “*liberalização*” (que não tem o mesmo sentido do conceito de Dahl), momento da reconquista de direitos formais elementares pelos cidadãos, da aquisição de liberdades cuja conseqüência é baixar o custo da expressão de interesses individuais e coletivos. Uma vez reduzido este custo, a tendência é a erupção de focos de descontentamento e contestação ao regime, que terão um “efeito multiplicador”. O próximo passo é a “*democratização*”, entendida como o conjunto de

processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios (...), ou são expandidos, para incluir pessoas que antes não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações (...) ou, ainda, estendidos de forma a dar conta de temas e instituições que previamente não se encontravam sujeitas à participação dos cidadãos (...). (O’Donnell e Schmitter, 1988, p. 25-6).

Assim, embora distintas, liberalização e democratização estão associadas, uma vez que quanto mais avança a primeira, mais difícil se torna manter as restrições ao efetivo advento da segunda. A seqüência, nessa perspectiva, é já bem conhecida. A liberalização principia com o surgimento de tensões entre grupos “duros” e “brandos” no interior das forças autoritárias. O lance seguinte é a formação de alianças democratizantes entre os brandos do regime e os moderados da oposição consentida. A grande ameaça, onipresente nos cálculos deste ainda reduzidíssimo grupo de atores, é a de um golpe que reverta a abertura e recrudesça o autoritarismo. Mas a efetividade das alianças e oposições esboçadas só se manifesta quando ocorre, a partir da chamada “ressurreição da sociedade civil”, a mobilização política de um amplo leque de forças sociais.

De modo muito semelhante às fases do ciclo de protesto de que fala Tarrow, O’Donnell e Schmitter vêem três fases no processo de mobilização social durante a transição de regime. Na primeira – quando novos atores começam a perceber seu espaço potencial, mas antes de uma “explosão” mobilizatória oposicionista – os brandos/moderados parecem representar a melhor alternativa; na segunda, quando os protestos alcançam o pico, a situação de “desordem” parece favorecer os duros, que acenam

com o golpe, acuando os brandos/moderados; na terceira, quando se dá uma desmobilização relativa,

a capacidade de tolerância dos vários atores aumentará. Os elementos brandos e indecisos no regime já liquidado, assim como as classes e setores sociais que lhe deram apoio, terão aprendido a lidar com novos conflitos e demandas, com modificações nas regras do jogo e arranjos institucionais, assim como com níveis e padrões de demandas e de organização populares que jamais teriam aceito no início da transição (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 53-4).

Ou seja, no curso da transição de regime autoritário – que se afigura, na descrição de O'Donnell e Schmitter, como leito de um “ciclo de protesto” típico – a liberalização, sua primeira fase, desprende energias estancadas e possibilita a descoberta de espaços públicos desativados e identidades coletivas esquecidas ou até então não configuradas:

ela pode envolver o ressurgimento dos partidos políticos anteriormente existentes ou a formação de novos partidos para exercer pressão a favor da democratização ou mesmo de uma revolução; o aparecimento repentino de livros e revistas dedicados a assuntos há muito suprimidos pela censura; a conversão de antigas instituições – sindicatos, associações de classe e universidade – de agentes de controle governamental em instrumentos para expressão de interesses, ideais e de raiva contra o regime; a emergência de organizações de base que articulam exigências há muito reprimidas ou ignoradas pelo regime autoritário; a expressão de preocupações éticas por parte de grupos religiosos e espirituais previamente conhecidos pela sua prudente acomodação às autoridades; e assim por diante (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 85).

Tornam-se apoiadores da transição mesmo os grupos privilegiados que inicialmente apoiaram o regime autoritário e que agora não vêem mais necessidade em sua permanência, seguidos por profissionais liberais e setores assalariados de classe média, que trazem à cena pública a intervenção de suas entidades de classe, que ganham o *status* de “entidades representativas da sociedade civil” e, também, pela re-articulação dos trabalhadores e do movimento sindical operário. E isso sem contar “a literal explosão dos movimentos de base”, especialmente ligados a igrejas. Configura-se o que Tarrow chama de *setor* (sub-cultura ou rede) de movimentos sociais, que forma por sua vez o caldo a partir do qual conjunturas de ação coletiva disruptiva emergem em meio ao cenário das transições de regime (isto é, as “conjunturas fluidas”, na linguagem de Dobry; ou “revolta popular”, para O'Donnell e Schmitter).

Em alguns casos e em momentos particulares da transição, [descrevem eles,] muitas dessas diversas camadas da sociedade reúnem-se para formar o que denominamos 'revolta popular'. Sindicatos, movimentos de base, grupos religiosos, intelectuais, artistas, clérigos, defensores dos direitos humanos e associações profissionais apoiam-se mutuamente em seus esforços pela democratização e formam um todo maior que se identifica a si mesmo como 'o povo', *el pueblo, il popolo, le peuple, ho laos*. Esta frente emergente exerce forte pressão para expandir os limites da mera liberalização e da democratização parcial. A fantástica convergência que essa revolta envolve é ameaçadora, tanto para os brandos do regime, que patrocinaram a transição na esperança de controlar suas conseqüências, quanto para alguns dos seus quase-aliados, os oponentes moderados do regime, que esperavam dominar, sem essa ruidosa interferência, a competição subsequente pelas mais altas posições do governo (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 91-2).

A fase final deste ciclo é a desmobilização.

Em qualquer caso, independentemente da intensidade e do pano de fundo de que emerge, a revolta popular é sempre efêmera. A repressão seletiva, a manipulação e a cooptação realizadas pelos incumbentes do regime transicional; a fadiga produzida por freqüentes demonstrações nas ruas; os conflitos internos que estão fadados a ocorrer no tocante às escolhas de procedimentos e políticas substantivas; um sentimento de desilusão ética com relação aos compromissos 'realistas' impostos por pactos e/ou pela emergência de padrões autoritários de liderança no interior de alguns dos grupos que a compõem – todos estes são fatores que levam à dissolução da revolta. A ascensão e declínio desta revolta deixa muitas esperanças frustradas e muitos atores desiludidos (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 94-5).

Nesta visão de O'Donnell e Schmitter abrem-se, ao longo destes diferentes momentos do ciclo transicional, espaços para a celebração de *pactos*, dados entre grupos restritos de atores, visando redefinir as regras sob as quais atuam, por meio do estabelecimento de garantias mútuas. Trata-se, para estes autores, de uma forma de entrada na democracia "por meios não-democráticos", já que os pactuantes (via de regra "oligarquias")

tendem a reduzir a competição e o conflito; buscam limitar a responsabilidade junto ao público mais amplo; intentam controlar a agenda de prioridades políticas; e distorcem deliberadamente o princípio da igualdade entre os cidadãos. Não obstante, estes pactos podem alterar relações de poder; promover novos processos políticos e conduzir a resultados não antecipados (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 68).

Ou seja, este tipo de mudança política pactuada, apesar de ser capaz de abrir novas possibilidades para a democracia, implica na constituição de repertórios de contenção institucionais, formulados na medida em que diferentes pactos são celebrados.

Segundo nossos autores – embora ressaltem sempre que nos casos reais as fases não são tão linearmente dispostas – poderíamos distinguir três momentos aos quais corresponderiam três tipos de pactos: o momento *militar*, equacionado pelo pacto entre duros e brandos em torno da liberalização política e da disposição de volta dos militares aos quartéis; o momento *político*, sacudido já pelas mobilizações, no qual a necessidade de restabelecimento dos mecanismos básicos da competição política poderia equacionar-se por um pacto destinado a

limitar a agenda de alternativas políticas, compartilhar proporcionalmente da distribuição de benefícios, [e] restringir a participação dos não pactuantes na tomada de decisões. Em troca, os pactuantes concordam em renunciar ao apelo à intervenção militar e ao empenho pela mobilização das massas (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 73);

e finalmente o momento *econômico* da transição, em que se faria mister enfrentar o legado de crise econômica e de aumento de desigualdades sociais geralmente herdados do autoritarismo, e que poderia ser equacionado, por sua vez, nos casos em que fosse possível, por um pacto entre organizações corporativas do capital e do trabalho nacionalmente centralizadas.

O desfecho “normal” da transição, neste modelo, seria marcado por pactos políticos apoiados sobre tecnologias de contenção, como se mobilizações sociais fossem, ao mesmo tempo, um recurso necessário para ajudar a “distender” o autoritarismo, e uma inconveniência a ser dispensada tão logo os recursos acumulados pela oposição “democrática” fossem suficientes para a celebração de acordos intra-elite. Nesse desfecho, dá-se a convocação de eleições razoavelmente competitivas para os cargos fundamentais do governo, cujas regras, pactuadas entre os principais atores do processo, quando estabelecidas com sucesso representam as bases de um “consenso contingente”, em torno do qual a nova democracia se estabelece. O impacto destas eleições fundadoras, para O'Donnell e Schmitter, será diferenciado conforme os resultados obtidos pelas forças mais à direita ou mais à esquerda. Segundo os autores, haverá maiores chances de estabilização se os resultados do centro-direita forem satisfatórios.

Em suma, a

transição se encerra quando a ‘anormalidade’ já não constitui a característica principal da vida política; acontece quando os atores estabelecem – e respeitam –

um conjunto de normas mais ou menos explícitas que definem os canais a serem utilizados para acesso a cargos de governo, os meios que podem empregar legitimamente em seus conflitos, os procedimentos a se aplicar na tomada de decisões estatais, e os critérios usados para excluir do jogo. Em outras palavras, *a normalidade torna-se uma característica principal da vida política quando aqueles que estão ativos na política nutrem a expectativa de que todos ajam de acordo com as regras* – e ao conjunto dessas regras de jogo denominado regime (O'Donnell e Schmitter, 1988, p. 107, grifo meu).

Uma vez que os procedimentos principiam seu processo de rotinização, estes autores tendem a considerar que adentramos o momento de “consolidação” da democracia. O que se espera desta fase é que nela seja possível estruturar e legitimar as coletividades, identidades políticas, arranjos específicos e recursos que tenham surgido durante a transição. Trata-se da institucionalização da incerteza própria à democracia, a partir de um quadro de referências “estabilizado” (Przeworski, 1984). Não se trata de um simples prolongamento da transição. A consolidação tem, na perspectiva destes autores, uma dinâmica própria. Os dias tormentosos, conflitivos e incertos em que os regimes autoritários são derrubados vão, paulatinamente, sendo substituídos por momentos de “normalização”, de “rotinização” – agora em padrões democráticos – da vida política.

Enquanto que durante a transição uma forma pura de causalidade política tende a predominar, numa situação de mudança rápida, alto risco e escolha estratégica indeterminada, durante a consolidação os atores têm (...) que organizar suas estruturas internas mais previsivelmente, consultar seus ‘constituintes’ mais regularmente, mobilizar seus recursos com mais confiança, considerar as conseqüências de longo prazo de suas ações mais seriamente, e geralmente experimentar os constrangimentos impostos por deficiências materiais e resistências normativas profundamente arraigadas de modo muito mais perceptível (Schmitter, 1985, p. 06).

A partir do funcionamento regular de um legislativo eleito livre e competitivamente, tido sempre como instituição nodal da nova democracia, seriam definidas algumas questões cruciais: a natureza e o caráter da representação territorial; a relação entre os partidos (no plano eleitoral e no parlamento); a autonomia das agências estatais e para-estatais; as estratégias das associações de interesses; as formas de relacionamento com as pressões sociais etc. É, enfim, o processo de estabilização da representação se estruturando, via dois canais genéricos de acesso: o territorial, controlado por partidos; e o funcional, manipulado por associações de interesse.

Qual seria o sentido, pois, da eventual presença de protestos políticos ou mobilizações de massa, se as demandas sociais passam a ser expressas pelos canais rotineiros, pelo voto ou pelo pertencimento organizacional estruturado?

Para Schmitter, após a entrada em operação dos processos acima e a rotinização da alternância (ou de um maior realinhamento) dos partidos no poder, estaria completada a regulação interna das principais instituições democráticas: competição partidária, atuação das associações de interesses, parlamento funcionando, poder executivo responsável. Padrões contingentes se tornariam então estruturas firmadas, práticas e normas seriam convertidos em leis ou regulamentos embasados na autoridade do Estado e na letra da Constituição. No que tange aos atores e arenas do conflito que se impõem na passagem dos regimes autoritários aos democráticos, observa Schmitter que

(...) assim como O'Donnell e eu propusemos que os *movimentos* foram o espaço crucial para a determinação dos resultados da derrocada do regime autoritário e que os *partidos* foram centrais na transição para a democracia, agora proporei que o *parlamento* e (...) as *associações de interesse* são os espaços onde a consolidação será decidida (Schmitter, 1985, p. 22).

Em suma, o que se passaria da transição à consolidação da democracia seria uma transformação das contingências engendradas no período conflitivo de derrocada do autoritarismo em um padrão institucional estruturado, rotinizado, normalizado. Um processo no qual atores políticos de vocação disruptiva, de um lado, ou repressiva, de outro, simplesmente sairiam de cena, ou então transformar-se-iam em grupos institucionalizados (internamente falando) com interesses estruturados, ocupando posições diferenciais com relação à institucionalidade político-jurídica. Um processo no qual as próprias regras constitutivas do regime deixariam de ser objeto do contencioso e passariam a balizar expectativas mutuamente normalizadas. Um processo ao cabo do qual estariam recolocadas em seus devidos lugares – com ou sem re-arranjos – inclusive aquelas relações de assimetria social que enraízam a dominação política numa dominação econômica.

Pelo modelo O'Donnell/Schmitter, as mobilizações, que estavam no centro da arena no momento de se forçar as portas da “liberalização”, e os partidos, que foram os canais privilegiados no encaminhamento da “democratização”, dão lugar, com o advento da “consolidação democrática”, à prevalência, no centro da cena pública, do parlamento, como arena por excelência do conflito regrado, e dos grupos de interesse corporativo organizados

como atores políticos privilegiados de um jogo cujas regras tendem a ser universalmente conhecidas e rotineiramente aceitas, porque anteriormente pactuadas.

Esse modelo parece-me empiricamente insuficiente. Ao contrário de Huntington, que vê a mobilização social como erupção *disfuncional* e produz uma análise que é antes uma explicação conservadora da emergência do autoritarismo como resposta à mobilização, O'Donnell e Schmitter vêem a mobilização social do ponto de vista de sua *funcionalidade* no que respeita ao processo de erosão da institucionalidade autoritária. Porém, assim como no primeiro, nos segundos também não há instrumentos analíticos para dar conta da erupção de conjunturas de forte mobilização social em contextos institucionais formalmente democráticos, a não ser através do artifício de rotulá-los como democracias “não-consolidadas”, como fazem Schmitter e Karl (1995). *O advento da consolidação democrática aparece, assim, como a contrapartida institucional da desmobilização social.* Mobilizações em contextos formalmente democráticos, se levarmos tal modelo ao pé da letra, constituiriam anomalias. O enfoque funcional e a insistência na disjuntiva transição-mobilização *versus* consolidação-desmobilização, inerente ao modelo e recentemente reafirmada por Schmitter no trabalho supracitado, limitam seu poder compreensivo e, além do mais, não permitem que se leve em consideração os aportes que podem proporcionar as conjunturas de mobilização para a construção positiva de uma institucionalidade política democrática.

O que pretendo aqui destacar é que, como já notou Frances Hagopian (1990), no processo brasileiro de mudança de regime as novas instituições *fracassaram no intento de rotinizar uma competição política de molde poliárquico* porque os pactos da transição, por terem sido firmados entre atores de perfil oligárquico, deram sobrevida ao clientelismo, ao corporativismo e ao insulamento burocrático vigentes anteriormente, que continuaram a dividir espaço com um frágil universalismo de procedimentos na relação entre a sociedade e o Estado; e também porque, em função disso, as reformas institucionais oferecidas pelo sistema político como resposta às mobilizações da transição tiveram por objetivo limitar o alcance da socialização da política em vez de institucionalizar a competição ampliada; e ainda, finalmente, porque a exclusão social, contraface da modernização conservadora, compôs um campo social cindido entre a sociedade organizada e mobilizada, de um lado, e

uma massa inorgânica e desmobilizada, de outro, inviabilizando com isso o engajamento de amplas faixas da população no processo de participação política. Desenvolverei esse raciocínio mais abaixo.

Antes disso lembro apenas que O'Donnell, em artigo recente (1996), pretende fazer crer que, para formações sociais como as latino-americanas, o cotejamento dos processos efetivos de construção democrática com o modelo da poliarquia de Dahl tende a destacar apenas as lacunas e insuficiências dos sistemas políticos reais. Suas positivities, assim, deveriam ser buscadas em uma tradição política própria. Penso, diferentemente, que o construto de Dahl, justamente por seu caráter ideal-típico (e formal), é o instrumento mais adequado para desvelar o peso negativo da tradição política clientelista e autoritária de países como o Brasil sobre as possibilidades presentes de institucionalização da democracia. *É justamente do advento da "democracia por meios não-democráticos" que estes limites emergem.* Se reconstruirmos, porém, o processo de mobilização crescente da sociedade organizada durante a transição, veremos que sempre houve uma alternativa histórica a esta contradição-em-termos.

2.3. Democratização sem democracia

É certo que, conforme esperado pelo modelo O'Donnell/Schmitter, a arena parlamentar ganha peso significativo durante e após a redação e promulgação da Constituição brasileira de 1988. Não, porém, na condição de *locus* institucional em que se processam as demandas sociais.

A imagem, que se incorporou ao senso comum acadêmico, de um contraponto linear entre uma transição conflitiva e uma competição política democrática estável centrada na arena parlamentar e na representação societal via grupos de interesse, no caso do Brasil, não corresponde aos fatos, entre outras, pelas seguintes razões.

Em primeiro lugar, de modo mais geral, porque os *pactos políticos* firmados, embora tenham garantido a superação do regime, *não tiveram por objeto mover o sistema político em direção à institucionalização de uma nova ordem de relações entre Estado e*

sociedade (Lessa, 1989). O modo pelo qual os pactos da transição se deram contribuiu antes para gerar, ao longo da Nova República, um “clima” de ampla insatisfação da sociedade com os resultados desses pactos, seja com respeito ao fracasso dos experimentos de estabilização monetária, seja com respeito à disseminação de práticas tradicionais “fisiológicas” (clientelismo) incompatíveis com o momento de reconstrução institucional. A crise do Estado, enquanto crise do pacto de dominação vigente sob o autoritarismo (Sallum Jr., 1995, 1996), que não pode ser discutida *per se* nos limites deste trabalho, amalgamou-se às outras dificuldades encontradas pela rotinização democrática da competição política, confrontando, no conflito transicional, a tendência à socialização do jogo político – própria à lógica da sociedade organizada e mobilizada – à tendência à privatização do jogo – própria à lógica tecnocrática de insulamento dos administradores econômicos sob uma situação de crise fiscal e endividamento externo (Loureiro, 1997).

A heterogeneidade da coalizão que possibilitou a transição inviabilizou, nesse sentido, a efetivação das expectativas por ela própria suscitadas – basicamente a idéia de que deveriam ser *institucionalizadas novas articulações* entre as associações de interesse emergentes e o poder público, este último a ser remodelado. Nem o Estado nem sua forma de intervenção nos processos econômico e político foram substancialmente alterados, o que representou uma longa sobrevida do padrão corporativista e autoritário de relação com a sociedade organizada. O efeito da eclosão da participação organizada e autônoma dos novos e antigos atores sócio-políticos foi tornar letra morta boa parte deste tipo de regulamentação, o que no entanto não resolve o problema institucional de estabelecer-se nova regulamentação mais legítima. Mas é certo também que, pelo lado da sociedade, a setorização dos atores tradicionais (as organizações sindicais e empresariais) impossibilitou a formulação de projetos global ou parcialmente consistentes ao nível das associações de interesse e deslocou para o Executivo e o Congresso – em especial no momento Constituinte – o gerenciamento da institucionalização, fazendo chegar à instância legislativa demandas dispersas e/ou de cunho exclusivamente corporativo (Diniz, 1992).

Em segundo lugar, a tendência recente à constituição de uma sociedade “moderna, dinâmica e pluralista” (cf. Dahl, 1989), que servisse de base a uma competição política em moldes horizontais (à imagem do sistema político americano) não chegou a ser

capaz – em especial por conta da resistência ferrenha das velhas estruturas clientelistas e da direita que delas se vale – de dotar o novo regime, que se desenhava, de uma institucionalidade formal tipicamente poliárquica, apesar de atuar de fato nesse sentido. A complexificação social que se observou ao longo das décadas de 60, 70 e 80 teve impacto *não imediato* e pouco evidente sobre as mudanças na institucionalidade política formal, embora tenham impactado diretamente o processo de emergência de novos atores e a mobilização política da sociedade. *O sistema político, preso ao padrão clientelista, respondeu com um “ciclo de reformas” parcial e limitado (e sobretudo incapaz de instituir um padrão efetivamente poliárquico) ao “ciclo de protestos” deflagrado na transição.*

Assim, se por um lado, “houve mudanças substanciais nos padrões associativos e nas formas de mobilização”, isto é, “intensificou-se o processo de urbanização, aprofundou-se a diferenciação social, ampliou-se e fortaleceu-se a capacidade de organização”, e, em função disso, “[a]mpliaram-se substancialmente as pressões e demandas sobre o sistema institucional e o sistema político”, por outro lado, no entanto, “os efeitos políticos dessas mudanças foram superestimados” (Camargo e Diniz, 1989, p. 11), tanto pelos próprios atores políticos envolvidos quanto pelas formulações teóricas dos analistas. As limitações de ordem política ao alcance dessas mudanças sócio-econômicas podem ser atribuídas, por seu turno, a duas causas, a saber. Por um lado, como notaram Camargo e Diniz, “o processo de mudança obedeceu antes a uma lógica *incrementalista* do que a uma dinâmica de ruptura com padrões já estabelecidos, tanto no que se refere a segmentos da elite quanto às organizações populares” (1989, p. 11). Dito de outro modo: os pactos que coroaram o desfecho da transição limitaram o alcance da retomada do processo de mobilização política crescente da sociedade, desencadeado pela complexificação social produzida pela modernização econômica. Como apontei em outro trabalho, no episódio decisivo da campanha pelo restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República, em 1984, a “lógica da negociação” prevaleceu sobre a “lógica da ruptura”, isto é, o *refluxo da ampliação havida na arena política* em direção a uma situação, novamente, de disputas intra-elite prevaleceu sobre a lógica da “socialização” do conflito (cf. Rodrigues, A. T., 1993b). Por outro lado, os “aperfeiçoamentos da capacidade de organização não se traduzem automaticamente em absorção satisfatória pelo sistema político institucional”, isto é, o conflito do qual emergiu a institucionalidade formal pós-

autoritária resultou na prevalência das posições daqueles atores que tinham interesse em construir mecanismos que limitassem a absorção desses novos setores mobilizados e o trânsito à intervenção social organizada sobre o processo político. “Cristalizou-se, portanto, o hiato entre a sociedade e o Estado, gerando um foco de crises crônico e permanente” (Camargo e Diniz, 1989, p. 11).

Em terceiro lugar, dado o perfil socialmente excludente da modernização por que passou o país, a faceta organizada da sociedade tem composto o terreno societal ao lado de imensas massas econômica e politicamente marginalizadas, comprometendo o volume e a eficácia das demandas substantivas. Se os setores sociais organizados carecem da contrapartida do Estado em termos de uma institucionalização formal eficaz dos canais de acesso ao processo político (forjados a partir do universalismo de procedimentos), as massas inorgânicas crescentes continuam sob o domínio da institucionalidade informal clientelista.

Não apenas no processo histórico de incorporação das massas à política, mas também na recente transição do regime autoritário à democracia houve um descompasso entre os processos de institucionalização da competição política e de ampliação do escopo do conflito. Desde o princípio deste processo, Bolívar Lamounier já apontava para o fato de que, no caso da análise da consolidação democrática, um terceiro eixo deveria ser agregado aos de Dahl (liberalização e participação), qual seja, o da *desconcentração estrutural* (a consideração da dimensão sócio-econômica da consolidação do regime, mediante a aferição dos graus de mobilidade e igualização social obtidos pela democratização). Esta dimensão seria a decisiva para a resolução do processo no sentido esperado de uma poliarquia estável ou, diferentemente, no sentido de uma democracia recorrentemente instável (cf. Lamounier, 1987, p. 56 e segs.). O que ocorreu no Brasil foi justamente uma pressão negativa da dimensão sócio-econômica sobre a dimensão política da democratização. Como observou Francisco Weffort,

a ordem política inaugurada no Brasil em 1988-89 reflete um processo de transição no qual essas duas dimensões da democratização (liberalização e participação) tiveram um crescimento extremamente desigual. O aumento da liberalização (do direito à informação e à expressão) foi muito maior do que o da participação – isto é, da capacidade do povo de influenciar o governo e suas políticas, seja por eleições, seja por outros meios democráticos (Weffort, 1992, p. 21-2).

E isso, note-se, apesar das possibilidades de participação formalmente facultadas pela Constituição de 1988 (cf. Benevides, 1991). Segundo a perspectiva de Weffort, o Brasil vive presentemente um *sistema dual*, que opõe marginalizados e integrados, estes últimos os únicos a acessar os mecanismos de participação. Assim, embora a institucionalidade democrática formal faculte a possibilidade de influência, a marginalização de caráter sócio-econômico, que diminui a capacidade de organização dos grupos sociais – ao lado da influência da institucionalidade clientelista ainda existente sobre os comportamentos desses setores desorganizados – tem vedado seu exercício de fato.

Diante destas e de outras questões que não é possível abordar aqui, seria no mínimo enigmático falar em “democracia consolidada” no Brasil. No Brasil pós-Constituição de 1988 o jogo “estabilizou-se” na forma de um conflito precariamente regrado, que viu-se obrigado a tolerar a incorporação dos novos atores que eclodiram da complexificação social mas que, ao mesmo tempo, deixou a massa inorgânica da sociedade à margem do sistema político. Em suma: *institucionalizou uma competição restrita porque promoveu uma incorporação seletiva à participação política.*

A crise política vivida na transição brasileira configurou-se numa crise eminentemente institucional. Mais especificamente, foi uma crise de incompatibilidade entre instituições formais aspirantes à poliarquia (mas marcadas pelo “casuísmo” e por uma concepção autoritária de relação com a *demos*) e processos políticos efetivos em que a sociedade organizada, intervindo com mobilizações que tenderam a ampliar o espaço público, confrontou-se com tecnologias institucionais de contenção viabilizadas por práticas de inspiração tradicional, tendencialmente restritivas do espaço público, e portanto tendencialmente antidemocráticas.

Os deslocamentos sociais das últimas décadas, [nota Wanderley Guilherme,] produziram a emergência de realidades sociais inéditas, e redefiniram o significado político de situações mais antigas. O resultado agregado mais significativo dessas modificações consiste no intenso confronto entre o processo político instaurado por essas novas realidades e o velho processo político característico do corporativismo subdesenvolvido associado ao populismo irresponsável. (...) Em poucas palavras, *a essência da crise institucional contemporânea define-se pelo fato de que o processo político real deixou para trás, e muito longe, as instituições criadas há 50 anos. O corporativismo subdesenvolvido está em crise porque não consegue conter mais encapsulado o processo normal de competição entre os diversos segmentos sociais. Ao mesmo tempo, ainda não se desenharam com clareza os marcos institucionais*

que irão balizar a evolução histórica futura (Santos, W. G., 1993, p. 37-8, grifo meu).

E o problema não se limita ao sistema de intermediação de interesses corporativos. A “grande política” (parlamento, partidos, eleições) também continua refém de uma institucionalidade informal herdeira da tradição clientelista e autoritária que concorre com o “pacote institucional” poliárquico e obstaculiza sua implantação efetiva.

Volto a insistir no fato de que essas permanências antidemocráticas, que se mostraram extremamente funcionais aos desígnios dos gestores das políticas econômicas implementadas na conjuntura, não podem ser encaradas como forças da natureza. Em diferentes oportunidades, ao longo do processo de democratização – seja no momento da campanha das diretas, seja no processo Constituinte, seja na eleição presidencial de 1989 – houve oportunidades históricas para *escolhas políticas* que privilegiassem a institucionalização da poliarquia em detrimento da manutenção de traços institucionais autocráticos.

Nesse sentido, apenas indicarei uma questão que pode contribuir para iluminar a análise da construção desta institucionalidade híbrida e do estreitamento relativo dos espaços de mobilização sob a democracia recente. Trata-se da constituição, nas décadas de 1980 e 90, de dois pólos político-ideológicos distintos na política brasileira. Cada qual gestando e procurando implementar modos diversos de enfrentamento das questões fundamentais do processo de democratização, quais sejam: o problema do *Estado* – a crise fiscal/financeira e a crise do poder público (poder de Justiça e de polícia, manutenção da ordem etc) –, o problema da estruturação do *regime* – no que respeita ao mencionado conflito entre a institucionalização do *full package* poliárquico em meio às reminiscências oligárquicas – e o problema da *participação* – relativa tanto às tecnologias institucionais de contenção da participação da sociedade organizada e mobilizada, inseridas ou mantidas mesmo em contexto democrático, quanto às barreiras sócio-econômicas limitativas da participação de amplos setores inorgânicos da sociedade brasileira.

Do lado do primeiro pólo, o campo ético-político gestado a partir dos movimentos populares urbanos e do novo sindicalismo da década de 70 espalhou-se para o espaço público de abrangência nacional, especialmente com a formação do PT e sua

ascensão eleitoral durante os anos 80 e 90. Esses atores, basicamente polarizados em torno da esquerda partidária e do sindicalismo “combativo”, buscaram tratar o problema do Estado a partir da idéia de *desprivatização*, isto é, da remoção dos enclaves empresariais de suas posições privilegiadas frente ao aparelho de Estado e do aumento de “transparência” na relação deste corpo estatal com a sociedade, e isso como uma fórmula para a superação da crise financeira e de autoridade pública de que padece o Estado brasileiro; assim como buscaram tratar o problema do regime no sentido da equalização regrada da competição política (sem “casuísmos” e particularismos) e, portanto, no sentido da *poliarquia*; e, finalmente, buscaram tratar do problema da participação enquanto *mobilização* da sociedade organizada em moldes autônomos (e não mais populistas), justamente porque esta via lhes possibilitou o acúmulo de recursos políticos necessários para fazer frente aos adversários controladores do aparelho de Estado. As escolhas políticas deste pólo nitidamente recaíram sobre a reivindicação do universalismo de procedimentos, que em nossa conjuntura consubstanciou-se nos reclamos por “ética na política”.

Pelo lado do segundo pólo, a recepção, no Brasil, da ideologia justificadora das “reformas orientadas para o mercado” operou-se com o intento, entre outros, de contrapor-se à ética pública por assim dizer “*tocquevilleana*” surgida nos anos 70. A esta ética associativista e solidária a ideologia neoliberal contrapôs uma ética de mercado, privatista e pré-liberal-democrática, como uma de suas contribuições para a formação das atitudes e para o balizamento do comportamento dos atores. Uma ética de mercado que associou-se intimamente, por sua vez, à tradição clientelista e autocrática cultivada tradicionalmente pela direita. Note-se neste particular que no Brasil, mesmo sem a presença da relação entre os interesses organizados e o *Welfare State*, que tornara-se o alvo mais imediato das críticas neoliberais nos países industrializados, tal ideologia não deixou de voltar-se contra a recentíssima organização política dos trabalhadores e dos segmentos populares. Os atores que compuseram este pólo buscaram enfrentar a crise financeira do Estado a partir das noções de *Estado mínimo* e das *reformas orientadas para o mercado* (cf. Rodrigues, A. T., 1997; Velasco e Cruz, 1997c), que assentam-se sobre a idéia de *desregulamentação* dos direitos sociais, e nesse processo mais valeram-se das reminiscências institucionais tradicionais do que buscaram estabilizar uma ordem institucional de perfil poliárquico. Do mesmo modo, no intuito de obter a margem de manobra adequada ao enfoque tecnocrático

e centralizador de gestão econômica e de implementação das políticas de estabilização monetária por eles adotado – em nome, mais uma vez, da *governabilidade* –, apostaram na *contenção* da mobilização da sociedade organizada e na cooptação (desta vez por via dos *media* e do *marketing* político) das amplas parcelas desorganizadas da população, seja no âmbito do conflito distributivo, seja no âmbito do processo eleitoral. As escolhas políticas deste pólo nitidamente recaíram sobre a preservação dos traços institucionais herdados da tradição clientelista e do insulamento burocrático, e associou-se em nossa conjuntura à bandeira da “estabilização monetária”.

Destes dois projetos – que não necessariamente apareceram nesses termos à consciência e ao cálculo subjetivo dos atores, mas que aqui ganham uma formalização *ex post* – emergiu o campo do conflito político na conjuntura e a montagem da institucionalidade pós autoritária.

Capítulo 3

O *condottiere* mítico (tragédia)

“Eu gosto e confio mais no Collor. (...) Eu sou tão ignorante quanto a maioria do povo brasileiro. A culpa não é só minha.”

Marília Pêra, atriz,
Folha de São Paulo, 15 de novembro de 1989.

Um dos aspectos mais destacados pelos analistas da eleição presidencial direta de 1989 é o fato dela ter propiciado, em meio a um quadro de ampla desarticulação do sistema partidário, a polarização entre duas forças que, embora fortemente distintas entre si, amealharam ambas seus recursos mais expressivos através da oposição ferrenha ao que representou politicamente o governo de José Sarney. Geralmente destaca-se também que Collor e Lula construíram imagens públicas que naquele momento correspondiam, embora cada qual a seu modo e com graus distintos de verossimilhança, à de *outsiders* da política tradicional, contrapontos do *establishment*.

Não foi certamente uma eleição como outra qualquer. Foz de uma transformação de regime extremamente alongada, que serviu ao represamento de toda sorte de desavenças ideológicas e demandas sociais; episódio em que confrontaram-se concepções discrepantes da crise do Estado, da crise inflacionária e da crise da dívida externa¹; as eleições presidenciais de 1989 estavam destinadas a tudo menos a agregar politicamente a sociedade brasileira, a qual, ao seu término, estava de fato dividida ao meio.

1. Para um balanço detalhado da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, ver Baer (1993); para uma discussão da relação entre crise do Estado e transição democrática, ver Sallum Jr. (1995, 1996).

Paradoxalmente, porém, a ampla mobilização política verificada na mais disputada eleição presidencial da história brasileira se deu a partir de uma convergência. Mais que isso até, se fez a partir de um consenso, que fez dela um autêntico momento de catarse coletiva contra o predomínio flagrante das práticas do *clientelismo* tradicional no seio do governo e da política partidária. Este consenso no repúdio ao clientelismo revelou que a crise, múltipla, foi percebida pelo eleitor de 1989 fundamentalmente como uma “crise moral” da esfera política.

Claro que o modo fragmentário e precariamente articulado com que os diferentes extratos do eleitorado foram capazes de divisar os diferentes aspectos deste problema deram vez à formulação de diferentes ênfases e enfoques, por parte das forças políticas em disputa. Nesse sentido, o caráter de massa e o concurso do *marketing* político e da mídia eletrônica marcaram indelevelmente a disputa, porque fizeram com que se interpusessem uma série de complexas mediações entre o campo geral dos amplos sentimentos difusos do eleitorado e a formulação (ou, note-se bem, a recusa à formulação explícita) das plataformas eleitorais por parte dos candidatos.

Seria aconselhável não perder de vista, neste particular, a discrepância entre o voo que a Coruja de Minerva do analista de conjuntura pode agora levantar – imputando sentido aos eventos – e o modo pelo qual os elementos da disputa surgiram – disformes, desarticulados, segmentários, assistemáticos – aos olhos dos destinatários do proselitismo político veiculado. Pois a mobilização das vontades se faz pela identidade subjetivamente estabelecida entre os apelos dos protagonistas de uma disputa política e os destinatários desses apelos.

A análise política não pode, pois, abstrair as mediações interpostas entre os apelos e os apoios. Max Weber afirmou que a racionalidade instrumental pura, isto é, a adequação perfeita entre meios empregados e fins subjetivamente estabelecidos para a ação, é o melhor parâmetro de comparação a ser utilizado na análise de situações empíricas, justamente porque é o mais apto a revelar as irracionalidades instrumentais efetivas, isto é, as inadequações meio-fim. O papel de um candidato que disputa uma eleição de massa, a ser decidida nas praças públicas e nos veículos eletrônicos, é fazer com que os destinatários de seus apelos (os eleitores) assumam como seus os fins que são dele (candidato),

tornando-se assim ele próprio o melhor meio para a consecução dos fins que esses destinatários passam a assumir como seus. Para isso, ele precisa transformar sentimentos difusos e não formalizados em objetos palpáveis, que possam ser alvo de repulsa ou de desejo públicos. É isso que explica o fato de que um sentimento comum ao conjunto do eleitorado em 1989, acerca dos descaminhos morais do governo Sarney – vocalizado na forma do repúdio à “fraqueza” política do então Presidente e à política do “é dando que se recebe”, mas também na forma de repúdio ao fracasso no “resgate da dívida social” e na superação da chaga da inflação crescente – tenha resultado numa polarização política tão acentuada.

Costuma-se imputar dois sentidos ao termo “ideologia”: concepção de mundo e falseamento da realidade. Sem a mínima pretensão de tocar num assunto quase tão antigo quanto as ciências sociais, lembro a polissemia apenas para indicar que há pelo menos dois caminhos, à disposição dos protagonistas de uma disputa, para transformar um sentimento popular difuso numa ação política prática: formalizar articuladamente os cacos dispersos de indignação, estruturando e concatenando as diferentes partes constitutivas do problema para apresentar-lhe uma solução igualmente articulada conforme a visão de mundo à qual se vincula ou, pelo contrário, pinçar desses sentimentos vagos, ainda em sua forma bruta, aqueles de maior visibilidade imediata e transformá-los em mito, em moinho de vento contra o qual direcionar as energias, transformando-se a si próprio no Quixote mais adequado à tarefa.

Comentando o mito do líder salvador e providencial, Raoul Girardet fala de uma figura napoleônica que, como Fernando Collor, não traz consigo os símbolos do poder ou da justiça, mas antes os símbolos da guerra, sinais do enfrentamento da ordem estabelecida, um homem que “apodera-se das multidões que subjuga”.

A legitimidade de seu poder não provém do passado, não depende do fervor da lembrança; inscreve-se no brilho da ação imediata. O gesto de seu braço não é símbolo de proteção, mas convite à partida, sinal de aventura. Ele atravessa a história como um raio fulgurante. Herói da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega ao ponto de domar a natureza; transpõe as montanhas, atravessa os desertos, salta por cima dos rios... Esse é bem o lugar que ocupa, nesse imenso complexo mitológico que a lenda napoleônica representa, a imagem do jovem Bonaparte, a do vencedor das duas campanhas da Itália, de 1795 e de 1800 (Girardet, 1987, p. 75).

Do mesmo modo, fitando a história brasileira e a tradição ibérica, Gilberto Velho vê em Collor um personagem com várias encarnações anteriores:

São os *heróis salvadores*, tocados por carisma, que mobilizaram, cada qual em circunstâncias específicas, a paixão e admiração de vastos setores da sociedade nacional. Getúlio, Carlos Lacerda, Jânio, Brizola são, entre outros, exemplos de atualização de crenças e valores associados ao milenarismo e messianismo. De certa forma, Pedro I foi, de maneira dramática, no seu tempo, a própria encarnação de D. Sebastião. No mundo luso-brasileiro, é o sebastianismo que representa, de modo intenso e sistemático, a crença em indivíduos excepcionais destinados a redimir, salvar o povo de opressores, da injustiça e dos abusos. (...) Em Canudos, no Contestado e em outros movimentos sociais no Brasil identificam-se claramente manifestações sebastianistas dentro do quadro messiânico e milenarista. (...) Collor de Mello se encaixa como uma luva dentro desse quadro de heróis salvadores. Estes, insisto, encontram terreno particularmente fértil em períodos de *crise, deprivation, anomia, desorganização*, como assinalam diversos autores. Sem dúvida a comunicação de massa, sustentada por interesses específicos, reforça as tradições, maquilando e elaborando a figura do herói salvador (Velho, 1990, p. 44-5)².

Creio que a polarização brasileira de 1989 não pode ser vista apenas como uma disputa entre duas concepções simétricas e opostas da crise do Estado, da economia e da prática política – tal como a análise *ex post* nos facultaria expor – mas como a disputa entre uma proposta articulada a partir de clivagens sociais e outra que buscava um apelo direto à massa inorgânica. A candidatura do PT era inegavelmente portadora da experiência de uma década de re-articulação política autônoma dos trabalhadores e de setores populares e médios importantes³, e buscou durante a disputa fazer jus a este lastro, apresentando um diagnóstico e uma proposta de enfrentamento dos problemas econômicos e políticos da qual a idéia de “desprivatização do Estado” é prenhe de significados e representativa dos interesses sociais a partir dos quais a candidatura emergira e crescera. A candidatura Collor, por sua vez, partindo do escamoteamento dos vínculos sociais do candidato, negando a condição evidente de político profissional e aspirante a representante das oligarquias conservadoras, buscou fazer da imagem de homem sem lastro social de elite seu maior trunfo. Buscou nessa suposta independência de tudo e de todos, bem como no punho

2. Para uma discussão a respeito da transformação estética pela qual passou a política de massas no Brasil, em função do concurso dos meios de comunicação, desde a campanha das diretas até as eleições presidenciais de 1989, ver Carvalho, R. V. A. (1993). Para a autora, consolida-se, neste período, uma nova estética política, a “estética da mostrabilidade”, na qual o voto passa a funcionar como contrapartida do consumo de imagens.

3. Ver a respeito Meneghelo (1989); Keck (1991); Rodrigues, L. M. (1989).

cerrado para a guerra, a legitimidade para colocar-se na posição daquele que pode convocar a massa à revolta contra objetos erigidos em destinatários da fúria social represada, e neste particular a cruzada contra os “marajás” é esclarecedora.

Óbvio que a economia não esteve ausente da discussão política. Óbvio também que é possível detectar quais interesses econômicos estavam em jogo naquela disputa. O que desejo frisar no entanto é que a estabilização monetária e as reformas orientadas para o mercado, embora fossem temas cruciais da agenda política, não foram os temas mais fortes em torno dos quais construiu-se, do ponto de vista dos destinatários dos apelos à mobilização eleitoral, a polarização política verificada na disputa, mas sim antes a questão do *universalismo de procedimentos*, posta em pauta pelo sentimento vago de indignação contra a política do “é dando que se recebe”.

Como bem notou Luciano Martins, o “desencanto da política”, sob Sarney, ganhara a forma de um

sentimento de progressivo distanciamento entre a cidadania e sua representação política, reintroduzindo uma distância entre as instituições políticas e a sociedade que se presumia ser típica apenas do regime autoritário. Na verdade, *esse sentimento se expressou menos em termos de frustração face às expectativas sociais ou econômicas não correspondidas do que em termos de um julgamento moral sobre a própria representação política*, genericamente considerada. A consequência política foi a da generalização da apatia e do cinismo na sociedade em plena transição, o que tende a tornar difícil a mobilização da opinião pública para resistir a qualquer eventual tendência à regressão autoritária (Martins, L., 1989, p. 237, grifo meu)⁴.

Os candidatos, como assinei, manipularam de modo diverso este caldo de frustração social, fazendo da campanha eleitoral a senha para que emergissem na arena pública esses represamentos. A forte mobilização que tomou o país, num crescendo que se agudizou de meados de 1989 em diante, era percebida, pelos sujeitos políticos e pelos

4. E vai mais além neste ponto: “Desmobilização face a essa hipótese de alguma forma promovida pela própria Constituinte, através de sua débil reação às ingerências do Executivo e dos militares em decisões que envolviam o controle do *timing* da transição (a questão da duração do mandato do Sr. Sarney) e o processo de construção democrática (as questões do sistema de governo e do papel constitucional das forças armadas). De outro lado, a existência de um número considerável de parlamentares orientados por (ou permeados a) recompensas ‘fisiológicas’ afetou o desempenho do sistema partidário na medida em que tornou irviável qualquer disciplina partidária. Contribuindo, assim, para tornar ainda mais difícil a fixação e implementação de diretrizes partidárias voltadas para a condução do processo político. É significativo que em nenhum momento os principais partidos ousaram ‘fechar a questão’ quando da votação de temas programáticos ou importantes para os rumos do processo” (Martins, L., 1989, p. 237).

observadores do momento, como expressão de uma linha de continuidade com a campanha por eleições diretas de 1984 e com a mobilização em defesa do congelamento de preços estabelecido pelo Plano Cruzado de 1986, ou seja, como o momento de um *acerto de contas* cívico da cidadania contra os responsáveis (ou supostos responsáveis) pela frustração das expectativas (sobretudo as expectativas de mudança no comportamento “ético” da “classe política”)⁵.

Esse quadro sedimentara-se, vale lembrar, contando também com o concurso de um pesado investimento da direita política e do empresariado mais conservador na definição de um consenso ideológico e de um regramento legal – principalmente ao longo do processo constituinte – que completasse o *realinhamento político conservador* de que a Nova República era resultante. Os atores que confrontavam-se no primeiro processo eleitoral direto, inevitavelmente, deparavam com todos os impasses ideológicos e institucionais legados pela transição conservadora, fermentados por seu ritmo extraordinariamente lento e pelo predomínio que nele tiveram as elites da direita⁶.

É preciso lembrar também que, ao longo da disputa de 1989, fizeram-se sentir os efeitos da parca *institucionalização* das regras adequadas à competição política democrática, precariedade esta sistematicamente manipulada por alguns dos atores relevantes, alocados no Estado, e percebida pela crônica política cotidiana. Ou seja, a precariedade das regras – a legislação eleitoral é exemplo importante disso – tornou-se ela própria uma variável significativa para o desenrolar dos eventos e para a compreensão da trama. O governo Sarney, em seus estertores, lançou mão dessa precariedade para influir sobre os desdobramentos de uma sucessão da qual se via cada vez mais alijado. Nesse

5. A crônica política está repleta de exemplos a confirmar esta percepção. Ainda antes de iniciada a fase aguda da disputa, o colunista Ricardo Noblat, do JB, escreveu: “Diz-se que os programas políticos no rádio e na televisão estão destinados a alcançar baixos níveis de audiência, que os debates entre os candidatos não acrescentarão coisa alguma, e que os candidatos, quase todos eles, não têm idéias nem condições para formulá-las. Bobagem, escamoteação, elitismo desvairado. A proposta das ‘diretas, já’, em 1984, capturou a imaginação popular (...); [p]or ocasião do Plano Cruzado, o povo foi às ruas e provou, mais uma vez, que acredita e deseja alterar, fundamentalmente, tudo que aí está. (...) Os comícios da atual campanha eleitoral atestam, à exaustão, que o povo, uma vez mais, imagina que ainda vale a pena apostar no sonho das mudanças, apesar da miséria em que vive ou, justamente, por causa dela” (Noblat, 1990, p. 287-8).

6. Para análises circunstanciadas da constituição da hegemonia da direita partidária e empresarial durante a Nova República, ver Dreifuss (1989) e Velasco e Cruz (1994, 1997a), sendo estas últimas análises centradas na ação empresarial.

quadro, é importante destacar ainda que os meios de comunicação de massa, especialmente a mídia eletrônica, tornaram-se também atores políticos quase autônomos frente a este regramento extremamente frágil do jogo político⁷.

3.1. O colapso das esperanças e a nova chance de 1989.

A percepção da crise como uma “crise moral” foi fatal para todas as forças políticas que tinham qualquer identificação com o governo Sarney. Foi cruel, inclusive, para com quase todos aqueles que ostentassem um currículo de político profissional.

Analisando o resultado de pesquisas de opinião realizadas em setembro e novembro de 1989 e março de 1990, José Álvaro Moisés afirma:

Em seu conjunto, os dados confirmam a hipótese de agravamento da crise institucional brasileira sob o impacto do precário padrão de funcionamento das estruturas políticas ‘mistas’ [autocráticas e democráticas] e da reconhecida ineficácia dos recentes governos democráticos. De fato, a severidade dos eleitores brasileiros na avaliação da vida pública é quase unânime: as taxas de censura aos políticos ultrapassam, em alguns casos, a 80%, e a insatisfação com o desempenho dos partidos políticos é majoritária, mesmo se isso não implica em rechaço do sistema pluripartidário; ao mesmo tempo, a insatisfação com o governo e o Congresso Nacional, se menos intensa, também é majoritária, significando que ela perpassa praticamente todos os segmentos do eleitorado. Isso sugere uma tendência nacional de rejeição aos políticos e, também, ao modo de funcionamento de algumas instituições (Moisés, 1995, p. 206).

Talvez o fato mais emblemático dessa situação de desintegração política e de comoção social – que combinou desestruturação do sistema partidário, presença de legislação eleitoral casuística, generalização do sentimento de indignação cívica e grande mobilização – tenha sido o completo malogro do maior partido brasileiro, o PMDB, o mais fortemente identificado com os descaminhos da Nova República de Sarney. Ulysses Guimarães – o “senhor coragem” da resistência institucional ao regime militar, o “senhor diretas” de 1984, o homem que promulgou a “Constituição cidadã” na condição de “tríplice presidente” (do Congresso Constituinte, do PMDB e da República, na vacância ocasional

7. Para uma análise do comportamento dos meios de comunicação e o resgate do debate exibido pela imprensa durante a campanha eleitoral de 1989, ver Aguiar (1995).

do titular) – em 1989 viu, de um momento para outro, sua candidatura amargar índices irrisórios de preferência nas pesquisas.

Como se sabe, o principal partido da transição política tornara-se amplamente hegemônico com as eleições de 1986, transcorridas no auge do Plano Cruzado. Naquele momento de 1986, euforia cívica e estabilização monetária se haviam combinado plenamente. Era como se a promessa de Tancredo de viabilizar democracia política e justiça social ganhasse forma. O sócio menor da transição pactuada, o PFL, encolhia-se, já que “os economistas do PMDB” apareciam, ao lado de Dilson Funaro, como os fiadores da façanha. No mês de lançamento do Plano, 80% da população acreditava que sua vida havia melhorado com a iniciativa, mantendo-se esta avaliação na faixa em torno de 50% até as eleições daquele ano (Cf. Datafolha, apud *Opinião Pública* vol. II, n. 1, 1994). O tom da campanha eleitoral de 1986, da parte dos políticos governistas, foi dado pelo chamamento à fiscalização popular do congelamento de preços e pelas bravatas contra o desabastecimento, que começava a surgir⁸. Além dos governos de estado, estava em jogo nada menos que a eleição do Congresso Constituinte. As coligações regionais foram todas costuradas com ou contra o PMDB. O comparecimento foi massivo: 95,08% do eleitorado contra 82,31% em 1982. E o resultado, consagrador: 22 dos 23 governadores foram eleitos pela legenda do partido, cabendo o único restante ao PFL. Preencheu também 38 das 49 cadeiras em disputa no Senado (77,5%), perfazendo a partir de 1987 uma bancada de 46 senadores (63,9%), contra 14 do PFL, 5 do PDS, 2 do PDT e outros 5 representantes únicos de seus partidos. Na Câmara, o PMDB elegeu uma bancada de 260 deputados federais (53,5%), contra 118 do PFL, 33 do PDS, 24 do PDT, 17 do PTB, 16 do PT e outros 19 de pequenos partidos. Dos 559 constituintes, 306 eram peemedebistas (54,74%) (Lima Jr., 1993, p. 52-8).

Mas bastou o malogro do plano (e dos outros que o sucederam) para que Sarney, livre dos economistas estruturalistas bancados pelo PMDB de centro-esquerda, operasse completa guinada à direita em seu governo, tanto na gestão da política econômica

8. Era o momento tanto dos fiscais do Sarney quanto da célebre “Lei Delegada n. 4”, que dava poderes de polícia aos executivos para inibir a retenção especulativa de estoques por parte dos produtores de gêneros de necessidade. Através desse mecanismo, diversos políticos (o então candidato a governador de São Paulo Orestes Quéricia é um exemplo típico) protagonizaram, na mídia, a chamada “caça ao boi gordo no pasto”, alusão à batalha contra a recusa de pecuaristas de vender seu gado de corte a preço considerado vil.

quanto na conduta política, e que ganhou corpo em sucessivas reformas ministeriais. Ao mesmo tempo, articulou com sucesso os governadores de estado (a partir de Moreira Franco, do Rio) e o bloco conservador na Constituinte (o “Centrão”, formado principalmente pelo PMDB de direita e pelo PFL), contra a aprovação do parlamentarismo que se desenhava e em favor da duração de 5 anos para seu mandato⁹. A frase “é dando que se recebe”, tomada a São Francisco de Assis pelo deputado Roberto Cardoso Alves (então no PMDB-SP), é a expressão mais típica deste momento em que a ampliação do mandato e a postergação da eleição presidencial para 1989 foi obtida graças à distribuição clientelista de favores a parlamentares, especialmente de concessões de emissoras de rádio e televisão aos aliados de Sarney e de seu Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães¹⁰. O resultado dessa guinada à direita de corte marcadamente clientelista coincide, naquela conjuntura, com o completo descontrole do processo inflacionário: contra uma média anual de 506% no período 1986-88, a inflação de 1989 foi a 1.783%¹¹. O governo Sarney, incapaz de influir em sua própria sucessão e, principalmente, o PMDB pagaram o preço eleitoral correspondente. Já o PFL – graças a sua, digamos, plasticidade inata – serviria de base também aos futuros governos.

Ulysses Guimarães entrou 1989 numa longa viagem ao exterior, buscando consolidar a imagem de estadista. Não pretendia sequer disputar em Convenção partidária sua indicação como candidato à presidência. Mas os governadores, certos já da

-
9. A crônica política narra a recusa de Fernando Collor em apoiar o mandato de 5 anos para Sarney como sendo talvez seu primeiro ato rumo à candidatura presidencial. No final de 1987, Moreira Franco reuniu no Rio todos os governadores para articular os 5 anos. “Quando o anfitrião (...) propôs um ‘voto de confiança’ ao presidente, todos concordaram, à exceção de um, o jovem, temperamental e decidido governador do pequeno estado nordestino de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que protestou: ‘Não há hipótese de eu ficar com este Sarney. Trata-se de um filho-da-puta. Vou romper e lutar pelos quatro anos’. Saiu pisando duro e, na ante-sala, começou sua surpreendente corrida rumo à rampa do Palácio do Planalto, dando uma entrevista aos repórteres presentes na qual anunciou sua decisão [a favor dos 4 anos]”. (Nêumane, 1989, p. 39). Waldir Pires (BA) e Miguel Arraes (PE) também romperiam com Sarney e apoiariam 4 anos e parlamentarismo.
 10. A distribuição de concessões de rádio e TV a políticos em troca dos 5 anos de mandato talvez seja a face mais pública do clientelismo explícito da segunda metade do governo Sarney. Antes que a Constituinte regulamentasse um novo formato para as concessões, ele distribuiu nada menos que 1.028 delas (257 concentradas em setembro de 1988), contra 634 em todo o governo Figueiredo. Entre os contemplados, 4 foram ministros de seu governo. Dos 91 Constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão, 82 (90,1%) votaram pelos 5 anos. (Motter, 1994, p. 94 e segs).
 11. Medida pela variação do IGP-DI de dezembro a dezembro. Ao mesmo tempo, 1989 marca o primeiro ano de déficit nas contas correntes do governo, da ordem de 5,8% do PIB (cf. Almeida, M. H. T., 1996, p. 215-16).

inviabilidade eleitoral de seu “candidato natural”, buscavam, sem sucesso, articular uma alternativa. Em 12 de março, a Convenção do PMDB elegeu nova direção partidária e decidiu que o partido assumiria uma “posição de independência” frente ao governo Sarney. Era tarde. Contrariado, o enfraquecido Presidente negaria apoio à candidatura de Ulysses, buscando participar da disputa interna – a ocorrer em nova Convenção partidária – com o nome de seu ministro Íris Resende. Os governadores Waldir Pires (BA), em torno do qual se alinhou a centro-esquerda partidária, e Álvaro Dias (PR) também lançaram suas candidaturas à Convenção de abril. A confusão interna instaurou-se entre os governadores: Moreira Franco chegou a lançar a nome de Miguel Arraes, mas acabou apoiando Waldir Pires. Newton Cardoso e Tasso Jereissati apostaram suas fichas em Quércia, que por sua vez teimava em declarar apoio a Ulysses. O governador gaúcho Pedro Simon, amigo particular de Ulysses, chegou a buscar no proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho, apoio à candidatura de Quércia (cf. Noblat, 1990, p. 227-8). A nova executiva nacional e os governadores tentaram, afinal, viabilizar um consenso. A idéia era convencer Ulysses a desistir, mas o fato é que não havia outra candidatura viável que não a de Orestes Quércia, que no entanto hesitava.

O governo Sarney de fato dificultara ao extremo as chances eleitorais do centro e da direita. A guinada conservadora consubstanciada no fracasso do Plano Bresser e na subsequente substituição do ministro por Mailson da Nóbrega – ao mesmo tempo em que o Centrão montado para garantir o mandato de cinco anos para Sarney foi, em paga, atraído ao centro do poder – além de disseminar pela sociedade a mencionada sensação de crise moral, refletiu-se nos resultados das eleições municipais de 1988. Nelas, partidos de oposição, de modo muito especial o PT, elegeram prefeitos em cidades estratégicas. A derrota de Paulo Maluf para Luiza Erundina na sucessão de Jânio Quadros em São Paulo era decerto a mais radical admoestação eleitoral à direita política e empresarial na redemocratização brasileira até então. Considerando-se ao mesmo tempo os indicadores econômicos em deterioração crescente,

não por acaso partidos e personalidades associados ao governo foram de tal forma rejeitados. Sinais precursores deste movimento de opinião manifestaram-se inequivocamente nas eleições municipais de 1988. E por mais de quatro meses a consciência conservadora foi atormentada pelo fantasma de uma eleição presidencial enviesada à esquerda, cabendo a Brizola e Lula o privilégio de disputar o segundo turno (Velasco e Cruz, 1994, p. 47).

Em março de 1989, a sucessão parecia de fato encaminhar-se para uma polarização, inimaginável antes das eleições municipais de 1988, entre duas alternativas de esquerda, expressas nas candidaturas de Leonel Brizola (então com 19% das preferências, segundo o Ibope) e Luís Inácio Lula da Silva (com 15%). Setores do empresariado paulista estavam ainda à procura de um nome capaz de vencer o que o anedotário da época apelidou “monstro Brizola”. Fernando Collor só viria a liderar as pesquisas na virada de abril para maio, mas estava muito longe de ser “confiável” às elites do centro-sul do país. Esse nome mais confiável poderia, numa conjuntura com tão poucas alternativas, vir a ser o do governador Orestes Quércia¹². Mas no cálculo de Quércia havia vários empecilhos: em primeiro lugar, ele pretendia – como garantia para que abrisse mão de um ano e meio de mandato – que Sarney viabilizasse no Congresso uma emenda à Constituição que mudasse o prazo de desincompatibilização do cargo de governador de seis para três meses antes do pleito, pois assim poderia deixar o governo em 15 de agosto e não em 15 de maio, o que lhe aumentaria substancialmente a margem de manobra; a obtenção deste maior prazo era incerta; em segundo lugar, fazia questão dessa emenda também porque temia que seu vice, Almino Affonso, ao assumir o governo emprestasse o apoio que Leonel Brizola (velho companheiro de Almino no governo João Goulart) precisava em São Paulo; em terceiro lugar, consta que Quércia teria tido acesso a uma pesquisa Ibope na qual se revelava que qualquer que fosse o candidato do PMDB, ele ou Ulysses, a votação seria baixa¹³; finalmente, como observou Francisco de Oliveira, o próprio Quércia “ainda não se sentia um nome da inteira confiança da grande burguesia” (Oliveira, F., 1992, nota 1, p. 15-16).

A mesma Nova República que elegera os governadores-caciques do PMDB agora lhes impunha altos custos. Mais uma vez o federalismo enviesado, ligado à herança clientelista, moldara o jogo à política de distribuição de favores do governo federal. Os

12. A imagem que àquela altura povoava as conversas de muitos empresários era de que se fazia necessário encontrar um nome de perfil mais “moderno”, contra o “terceiro-mundismo” representado por Lula e Brizola. Alguém capaz de “enfrentar” um Congresso apinhado de coronéis nordestinos (ainda mais presidido pelo cearense Paes de Andrade, que acabara de protagonizar o espetáculo da transferência simbólica da capital federal para Mombaça, sua cidade natal no interior do Ceará), Congresso além disso hipertrofiado, diziam, pelos “super-poderes” conferidos pela Constituição de 1988 e pouco preocupado com a “modernização econômica” do país (cf. Nêumanne, 1989, p. 26).

13. “Na sexta-feira, 28 [de abril] (...) chegou-lhe às mãos uma pesquisa do Ibope com Collor em primeiro lugar, com 32%, e Ulysses em quarto, com 3%. Sua candidatura faria Collor cair um ponto (para 31%) e o PMDB ganhar apenas dois, pois ele teria 5% dos votos” (Nêumanne, 1989, p. 28).

governadores, eleitos no caudal do “estelionato eleitoral” de 1986, haviam utilizado (uns mais, outros menos), durante 1987 e 1988, seu controle sobre as bancadas federais de deputados e senadores de seus estados como recursos da operação fisiológica pela qual Sarney adiará a eleição para 1989¹⁴.

Os esforços desses governadores para convencer Ulysses a abrir mão de sua candidatura foram vãos. As regras da própria Convenção peemedebista chegaram a ser alteradas com o fim de possibilitar uma candidatura Quéricia na última hora. Mas o governador de São Paulo não entrou no páreo. Diversos governadores passaram então a apoiar Waldir Pires, que chegou assim a ameaçar o favoritismo de Ulysses. Mas na Convenção, Ulysses bateu Waldir por 302 votos a 272, com Resende em terceiro e Dias em quarto (cf. Nêumanne, 1989, p. 43). Waldir aceitou o convite para ocupar a vice, abrindo mão do restante de seu mandato no governo da Bahia. Compôs-se, assim, a chapa peemedebista. Quéricia limitou-se a tentar influir na campanha do partido, colocando na área de *marketing* os nomes de Chico Santa Rita e Luiz Fernando Mercadante, o que acabaria por lhe garantir, no enorme espaço do PMDB no horário eleitoral, uma farta divulgação das realizações de seu governo. Em suma, decidiu poupar custos e esperar a derrota certa para ficar com o controle total do espólio do partido.

Daí por diante, a candidatura Ulysses estaria à deriva até as eleições. Partiu de um pico de 8 pontos percentuais no fim de março, caiu lentamente até a faixa dos 4 a 5% em junho e manteve-se estável até 15 de novembro, quando obteve 4,43% dos votos (cf. Ibope e TSE).

Mas Sarney e seus aliados, no PMDB e especialmente no PFL, não deixariam de tentar influir na sucessão, valendo-se em particular da precariedade legal que cercava o pleito (prazos de filiação partidária, de desincompatibilização de cargos, de realização de convenções, de inscrição de candidatos etc). A lei 7.773, de 08/06/89, que regulou as eleições daquele ano, teve vetados por Sarney os artigos que tratavam de algumas dessas

14. “[Os governadores] censuram o mandato de cinco anos que o partido ajudou a dar ao Presidente. Fingem que esquecem que se reuniram mais de uma vez para apoiar o mandato ampliado. Foram eles, quase todos, que atrelaram o partido a Sarney em troca de empregos e de recursos para governar. Ao longo dos últimos meses, desgastaram como puderam a candidatura de Ulysses a Presidente. Podem ser obrigados a se conformar com ela” (Noblat, 1990, p. 227).

exigências de prazos e de certas regulamentações relativas ao horário eleitoral gratuito de rádio e TV – os de nº 4, 8, 29, 30 e o parágrafo 3º do artigo 17.

O Planalto tentara, após a derrota interna no PMDB, viabilizar a candidatura de Jânio Quadros, “ressuscitado” politicamente após a obtenção do mandato de prefeito de São Paulo (1985-88), tendo Íris Resende, derrotado na Convenção peemedebista, como vice. Jânio, em estado precário de saúde, viajara à Europa no início do ano, regressando em maio. Após rápida passagem pelo PFL, filiou-se ao PSD, legenda de aluguel criada pelo ex-ministro do governo Figueiredo, César Cals. Embora cercado de ex-auxiliares de Jânio – como Saulo Ramos, consultor-geral da República e depois Ministro da Justiça, o general Rubem Bayma Denis, chefe do Gabinete Militar, José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura, e o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército – Sarney não conseguiu viabilizar a candidatura. Jânio, histórico manipulador de espaços de mídia, sempre assessorado por Augusto Marzagão (que viria também a assessorar Sarney) arrancou manchetes de jornal, em maio, apenas com suas aparições na sacada de sua residência, no Morumbi, em São Paulo, onde acenava regularmente aos repórteres ávidos pelo lançamento de uma candidatura que não houve.

Enquanto isso, Collor ascendia rapidamente nas pesquisas, inspirando o Planalto a, ainda antes do primeiro turno urdir nova tentativa de golpear os resultados que se desenhavam para o processo eleitoral.

Mais que a candidatura do PMDB, a do PFL estampou durante toda campanha índices medíocres de preferência popular. Aureliano Chaves, o Vice-presidente da República de João Figueiredo que deu as costas ao regime militar e emprestou grande peso político à formação da Frente Liberal do PDS (depois PFL) e à própria transição pactuada, foi escolhido candidato em prévia nacional do partido, a 21 de maio, derrotando o senador Marco Maciel. O homem que, no primeiro ano da Nova República, havia ostentado índices significativos de intenção de voto para a futura eleição presidencial, partira, em 1989, de um teto de 4% no fim de março e caíra para a faixa de 1% em junho, patamar no qual permaneceu até o pleito, quando obteve 0,83% dos votos (cf. Ibope e TSE).

Carregando o peso de haver sido Ministro das Minas e Energia do governo Sarney, nem após o início do horário eleitoral, em setembro, quando passou a ter um tempo

significativo (proporcional ao da segunda maior bancada do Congresso), Aureliano conseguiu qualquer reação. Em outubro, face ao completo abandono de sua candidatura por seus próprios pares de partido, Aureliano considerou a hipótese de renunciar. Sarney e o grupo palaciano novamente viram a possibilidade de influir na sucessão, indicando um eventual substituto, em caso do abandono de Aureliano.

O primeiro sondado havia sido, já antes de qualquer sinal de desistência de Aureliano, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, procurado, a mando do Presidente, pelo senador Édson Lobão (PFL-MA) e pelo líder do PFL no senado, Marcondes Gadelha (PB). A 4 de setembro, Ermírio encontrou-se com Sarney, em sua residência oficial, para declinar do convite, alegando impedimentos familiares e desgastes provocados por sua candidatura derrotada ao governo de São Paulo, em 1986. Sarney insistiu e o empresário prometeu pensar. Novo encontro no dia 6, e a candidatura Antônio Ermírio já era cogitada nos círculos de Brasília. Mas no dia 13 de setembro, o proprietário do Grupo Votorantim alegou que não se sentiria bem em entrar na disputa com o processo eleitoral já tão avançado, fugindo ao debate com os demais, e desistiu definitivamente. Faltavam dois meses para a eleição e Sarney ainda não tinha candidato.

O assédio voltou-se então para o empresário Sílvio Santos, apresentador de TV e proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Com a candidatura Collor patrocinada por Roberto Marinho, o lançamento da candidatura de Sílvio Santos era tido pelo estreito círculo palaciano como uma espécie de “troco” ao dono da Rede Globo. Afinal, após quase 4 anos de boa troca de favores, intermediada pelo Ministro das Comunicações ACM, Marinho agora se punha ao lado do maior detrator de Sarney. Sílvio aceitou conversar. Aliás, já havia sido convidado para concorrer à vice, nas chapas de Collor e de Afif, mas recusara. Novamente os senadores Édson Lobão (PFL-MA), amigo e conselheiro de Sarney que se celebrizara pouco antes como “pianista” ao votar por um colega de bancada, Hugo Napoleão (PI), presidente do PFL, e Marcondes Gadelha (PB), foram encarregados de tal “articulação política”. A 19 de outubro, Sílvio Santos, Aureliano Chaves e os três senadores, que por conta disso receberiam o apelido de “três porquinhos”, reuniram-se. O ex-vice presidente, diante de seu desempenho apagado, mostrou-se disposto a renunciar à candidatura, mas pediu tempo. Antônio Carlos Magalhães tomou conhecimento da “operação” e, àquela altura já fiel escudeiro da candidatura Collor, temeu

prejuízos eleitorais a seu candidato. A partir daí, ACM, o advogado carioca Jorge Serpa, ligado a Roberto Marinho e freqüentador assíduo dos “bastidores” das articulações empresariais e palacianas, lançaram mão de todas as amizades disponíveis para demover Aureliano da idéia da renúncia¹⁵. O “Jornal Nacional” da Rede Globo foi chamado a dar a notícia da possível quase renúncia como um “furo” jornalístico e a entrevistar Aureliano sobre o que estaria acontecendo, na mesma noite da reunião com Sílvio Santos. Acuado e constrangido, especialmente pelo “vazamento” da notícia, Aureliano Chaves viu-se obrigado a negar qualquer possibilidade de renúncia. Os três senadores anunciaram formalmente o rompimento com a candidatura de seu partido. Sílvio Santos, frustrado, decidiu candidatar-se pelo PMB, outra legenda de aluguel, que tinha o pastor evangélico Armando Corrêa como candidato¹⁶. Hábil em seu *habitat* televisivo, Sílvio expôs sua

15. Naquele dia, Aureliano “telefonou para o ex-prefeito Jânio Quadros, em São Paulo, informando-o sobre a decisão que tomara. Jânio telefonou para o advogado Jorge Serpa, no Rio de Janeiro, amigo dele e do empresário Roberto Marinho, dono da Rede Globo. Em Brasília, poucos minutos depois, o Ministro Antônio Carlos Magalhães ficou sabendo de tudo. O candidato Collor de Mello foi posto a par da renúncia de Aureliano ainda naquela mesma noite” (Noblat, 1990, p. 281). O senador Marco Maciel ofereceu a seus pares uma razão pragmática: “Se Aureliano ficar de fora, Collor perde. E isso será pior para nós, pois, em seu governo, o PFL terá, pelo menos, três ministérios. Enquanto Sílvio Santos não terá tempo para ganhar a disputa”. Em conversa com o quase renunciante, Maciel argumentou: “Nem sempre a melhor forma de participar da eleição é vencê-la. Para o partido, neste momento, importa mais ter uma participação decente, dentro do espírito liberal, e construir para o futuro uma imagem sólida do que tentar ganhar a disputa de qualquer jeito” (cf. Nêumanne, 1989, p. 147-8). Antônio Ermírio teria ainda afiançado a Aureliano que cobriria todos os custos de sua campanha.

16. A busca por uma legenda qualquer para a candidatura Sílvio Santos seria apenas um misto de venalidade e ridículo, não fosse tão reveladora das condições precárias da legislação eleitoral e partidária. Após a recusa de Afif em ceder a legenda do PL, Sílvio partiu para o submundo das microcandidaturas. Segundo Noblat, por obra de ACM, “todos os candidatos a presidente por pequenos partidos foram pressionados para não ceder a vaga ao dono do Sistema Brasileiro de Televisão. Empresários, anunciantes das emissoras de Sílvio e até líderes militares procuraram o aspirante a candidato para que ele desistisse de disputar a eleição. Algumas dessas pessoas conversaram com a mulher de Sílvio, que o estimulava à disputa” (Noblat, 1990, p. 283). Sílvio tentou o Partido do Povo Brasileiro (PPB), cujo candidato era Antônio Pedreira, que teria anunciado a venda da legenda por uma quantia em torno de 3 a 5 milhões de dólares. Segundo declarou ele, “Sílvio me procurou e disse que só queria controlar os ministérios sociais e eu ficaria com o comando da economia, mas não aceitei”. A partir de então, choveram propostas: Livia Maria Pio de Abreu, do PN, Paulo Gontijo, do PP, e Eudes Mattar, do PLP, ofereceram mas não levaram. O latifundiário Fernando Vergueiro, proprietário do PDN, tentou negociar a desistência de Ronaldo Caiado, com quem estava coligado, mas também não houve acordo, já que Caiado queria a vice e esta estava reservada a Marcondes Gadelha. Ao final, o acerto seria feito com o pastor e deputado estadual paranaense José Felinto, ligado ao governador Álvaro Dias e controlador do PMB (Partido Municipalista Brasileiro), ao que consta mediante a imediata conversão do apresentador de TV “aos princípios do municipalismo” e uma compensação financeira que girou em torno de alguns milhares de dólares. “No fim da tarde [de 31 de outubro], no Salão Verde do Congresso Nacional, Sílvio Santos anunciou, sorridente, a candidatura e o acerto com Armando Corrêa, a seu lado. (...) ‘Um garoto de 14 anos, filho de gente pobre, trabalhou e teve a oportunidade de ser candidato à Presidência da República. Isso mostra que o Brasil é um país abençoado’, resumiu o novo candidato, na entrevista”. (Cf. Nêumanne, 1989, 152-8).

candidatura à mídia o máximo que pode¹⁷. A 15 dias da eleição, o Planalto conseguia mexer nos rumos da sucessão, mas tão evidente era a ingerência ilegítima no processo, e tamanhos os rumores de que havia ocorrido suborno ao candidato Corrêa para que desistisse, que houve reações significativas no meio político e na imprensa¹⁸. Em 9 de novembro, os juizes do TSE decidiram por unanimidade cassar a candidatura de Sílvio Santos porque, sendo sua empresa de TV concessionária de serviço público, ele estaria obrigado a desincompatibilizar-se de suas funções três meses antes do pleito, coisa que não havia ocorrido. Além disso, o registro do PMB foi cassado por não ter realizado Convenções partidárias em ao menos 9 estados (cf. Noblat, 1990, p. 280-7; Nêumanne, 1989, p. 151-9).

O episódio serviria ainda para caracterizar uma antiga desconfiança de eleitores, políticos e setores da imprensa: a possibilidade de manipulação das enquetes de intenção de voto¹⁹. Pesquisa Gallup divulgada por *O Estado de São Paulo* e, curiosamente, também por *O Globo* a 1º de novembro mostrava uma surpreendente virada na situação: Sílvio Santos lideraria com 29%, seguido por Collor com 18,6%, Lula com 10,6% e Brizola com 9,9% (cf. Nêumanne, 1989, p. 157-8). Porém, apenas quatro dias depois, a 5 de novembro, o Ibope divulgava uma pesquisa (cuja amostra fora colhida entre os dias 2 e 5) que mostrava exatamente o oposto: a situação se mantinha inalterada. Os três principais candidatos haviam preservado exatamente a mesma intenção de voto do último

17. “Como havia feito em sua frustrada candidatura para prefeito de São Paulo, Sílvio Santos aproveitou a ocasião para ocupar seu programa e contar sua versão do episódio. Sábado, 21 de outubro, o assunto encheu dez minutos do principal noticiário da rede, antes das 20 horas. Domingo, 22 de outubro, às 22h40, depois do horário gratuito do TSE, o próprio animador e dono do SBT usou uma hora de seu show dominical de variedades, para contar tudo e até mostrar a carta de amor que Íris, sua mulher, lhe escrevera, estimulando-o a entrar na disputa” (Nêumanne, 1989, p. 150). A ilegalidade do procedimento era flagrante à luz da lei 7.773, que, em seu artigo 25, afirmava que “os candidatos, após o registro, ficam impedidos de apresentar ou participar de quaisquer programas em emissoras de rádio e televisão”.

18. Já havia sinais de que o Judiciário não aceitaria o golpe: “O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), José Francisco Rezek, havia insinuado, ao ser entrevistado por Marília Gabriela, no programa Cara a Cara, na Rede Bandeirantes de Televisão, que não seria tão fácil assim aceitar uma candidatura nova, a 15 dias da eleição, apesar da liberalidade excessiva da legislação eleitoral”. Também houve reação na grande imprensa: “O Estado de S. Paulo publicou uma série de editoriais violentos contra o ‘golpe continuísta’ do Planalto. A Folha de S. Paulo viu o episódio ‘com consternação e angústia’. Já o Jornal do Brasil o classificou de ‘algazarra de auditório’. O Globo sentiu-se afrontado” (Nêumanne, 1989, p. 156-7).

19. A relação entre a divulgação das pesquisas eleitorais e a decisão de voto nas eleições de 1989 é analisada em Nunes, Olsen e Straubhaar (1993).

levantamento (feito em 31 de outubro): Collor 28%, Brizola 15% e Lula 14%, tanto antes quanto depois da entrada do apresentador no pátio. Sílvio Santos teria apenas 2%. Mesmo pelo levantamento seguinte do Ibope (10/11), que mostrou um crescimento de 2 para 7%, a candidatura de Sílvio não alteraria a situação, uma vez que os três primeiros manteriam uma vez mais o mesmo distanciamento entre si: Collor 26%, Brizola 14% e Lula 13%. Para o Datafolha, Collor ressentiu-se da entrada de Sílvio: caiu de 26% em 26/10 para 21% em 3/11, recuperando-se em seguida e voltando a 27% em 10/11, com Lula e Brizola sempre “embolados” entre 13 e 15% nesse período (cf. Ibope e Datafolha). Óbvio que não cabe qualquer justificativa estatística, ao menos para a discrepância entre o Gallup e, de outro lado, Ibope e Datafolha, o que faz crer que algum interesse envolvido tenha sido capaz de superestimar ou subestimar o impacto da candidatura de Sílvio Santos sobre a disputa²⁰.

No fim das contas, poucos roteiros poderiam ter sido mais melancólicos para o sepultamento da Nova República²¹. Sarney e seu grupo, levando de roldão os dois maiores partidos do país, PMDB e PFL, ficaram literalmente de fora da sucessão presidencial.

3.2. Em busca do voto volátil.

Olavo Brasil de Lima Jr. (1993) observa que o eleitorado brasileiro na década de 80, especialmente nas eleições municipais de 1988 e na presidencial de 1989, comportou-se como um eleitorado *flutuante*, sensível às opções que conjunturalmente se lhe apresentaram. Na medida em que se apresentaram opções à *direita* e à *esquerda*, capazes de polarizar a disputa, o eleitorado dividiu-se entre elas. Isso não significa que o

20. Sobre a polêmica envolvendo os institutos de pesquisa e sobre a discussão acerca dos possíveis impactos das enquetes sobre o processo eleitoral, ver Mendes, A. M. T., (1991).

21. Para se ter uma idéia do tom da imprensa sobre o comportamento político do governo, veja-se esta passagem: “O Presidente José Sarney, que em 1984 se empenhou para sepultar a emenda das ‘diretas, já’, oferece, agora, sua contribuição para frustrar o que parecia impossível. O patrocínio que confere, por mais que negue, ao lançamento da candidatura do empresário Sílvio Santos, não é só um movimento esperto e oportunista de um político matreiro que quer conservar o poder político em seu Estado. (...) É um golpe de mão, que dispensa o Urutu mas que aproveita uma brecha na legislação, para deformar o sentido do pronunciamento eleitoral de 15 de novembro, desmoralizar o processo político que deu ensejo a ele, e aprofundar a desconfiança dos cidadãos nas instituições e no próprio modelo democrático de regime” (Noblat, 1990, p. 287).

voto tenha se tornado mais “ideológico”, embora de fato a modernização econômica e social tenda a favorecer esse tipo de comportamento. Não implica, pois, salienta aquele autor, que os eleitores tenham se tornado de direita ou de esquerda, mas apenas que tenham respondido positivamente aos apelos da direita ou da esquerda, preservando, ao mesmo tempo, traços característicos da baixa institucionalização do sistema partidário e eleitoral brasileiros, notadamente o baixo grau de identificação partidária e a “volatilidade” do voto de eleição para eleição (Lima Jr., 1993, p. 63).

Na outra face deste comportamento do eleitorado, do ponto de vista da oferta, os partidos – ou, num sentido mais amplo, as forças políticas em ajustamento e competição (cuja interação modifica a própria conformação do quadro partidário) – procuraram, ao sabor da conjuntura, ocupar espaços e construir alianças à direita ou à esquerda, conforme, digamos, a taxa de ocupação ou a possibilidade de aproveitamento disponíveis em cada terreno.

Não se tem notícia no Brasil, ao que sei, de algum partido de direita que se tenha tornado conjunturalmente esquerdista para amealhar votos, embora o *marketing* eleitoral – que passou a instalar-se no centro das disputas políticas de modo irreversível e, diria eu, avassalador a partir de 1989 – recomende fortemente a seus clientes conservadores que forjem imagens identificadas, por exemplo, com políticas sociais. Desse ponto de vista, a crer na imagem vendida, Paulo Maluf (com os conjuntos habitacionais e planos de saúde supostamente populares de seu último mandato na prefeitura de São Paulo, 1993-96) deveria ser tomado na conta de um social-democrata típico.

Já o caminho contrário (da esquerda para a direita) parece ter tido um papel importante na estruturação dos conflitos no período que é objeto deste trabalho. Nesse particular, se faz presente uma das marcas mais características da cultura política brasileira: *a política se faz à sombra do Estado*. Tanto a direita quando boa parte da esquerda (e neste aspecto o PT representa uma ruptura com a cultura política tradicional) calcula, organiza-se e age ou à sombra dos ocupantes dos principais cargos executivos ou, no caso de uma disputa eleitoral, com vistas a disputar um naco o maior possível de espaço no séquito do futuro ocupante mais provável. Conforme já observado acima, a campanha eleitoral de 1989 principiou com um vácuo a ser preenchido à direita, já que a banda esquerda se

dividia entre Lula e Brizola. O governo Sarney tentou, a seu modo, como também já vimos, preenchê-lo. E se Fernando Collor foi de fato a figura que ocupou essa posição, não foi com tranqüilidade que logrou fazê-lo. Disputou-a com Paulo Maluf e Guilherme Afif, principalmente, mas também com Mário Covas.

Aliás, o caso mais interessante de indefinição quanto ao comportamento político e à construção da imagem pública da candidatura em 1989 é o do PSDB. Após formar-se como resposta “ética” ao “fisiologismo” que grassava no PMDB do período Constituinte (cf. Cabrera, 1995, p. 123-9), o PSDB amargou resultados eleitorais medíocres em 1988 e entrou 1989 com uma imagem de centro-esquerda que não aparecia como primeira opção para as elites e o empresariado e, ao mesmo tempo, tinha pouco apelo para o eleitorado popular ou de classe média que fosse simpatizante eventual da esquerda. A mesma conjuntura que empurrou Covas para a direita, empurrou-o em seguida para a esquerda: buscou durante o primeiro turno reunir cacife para ser o candidato da direita contra Lula ou Brizola no segundo; fracassada a tentativa, alinhou-se à esquerda com Lula.

Ocorreu com o candidato do PSDB algo parecido ao que ocorrera com a quase-candidatura de Quércia, como se viu acima. Até março de 1989 Covas tinha, à direita, o vazio. A partir de abril, Collor ocupou esse espaço em termos de preferência popular, mas, como já se disse aqui, estava longe de ser confiável ao empresariado, o que fez Covas esforçar-se por obter créditos nesse sentido. “O coração de Mário Covas batia à esquerda, mas a realidade do quadro político nacional parecia empurrá-lo para a direita”, comentava um cronista político (Nêumanne, 1989, p. 129). “O espaço eleitoral da esquerda na sucessão está preenchido pelo PT e pelo PDT. (...) O espaço que Covas poderia vir a ocupar é mais pelo centro. Está vazio, suplicando por um dono”, comentava outro (Noblat, 1990, p. 244-5). Covas viu aí sua chance, e nessa tarefa de “colonizar” a centro-direita contou com o apoio de dois governadores do PMDB: o cearense Tasso Jereissati, que viria a ingressar no PSDB, e o potiguar Geraldo Melo. Jereissati foi o contato entre Covas e, mais uma vez, Roberto Marinho, que embora apoiasse Collor foi convencido de que deveria preparar uma alternativa confiável em caso de algum acidente de percurso que provocasse uma queda brusca de seu candidato nas pesquisas. No fim de maio, após reuniões entre Jereissati,

Melo, Roberto Marinho e Jorge Serpa²², o grupo chegou à conclusão de que Covas, se quisesse de fato o apoio do empresariado e de setores conservadores, deveria sinalizar claramente neste sentido. Ficou acertado que o candidato faria um pronunciamento público e que a Globo daria ampla cobertura e repercussão a essa fala. Fernando Henrique Cardoso, José Serra e o próprio Serpa teriam contribuído na redação do texto. A 28 de junho, na tribuna do Senado da República, Mário Covas pronunciou um discurso de candidato com ares de estadista, no qual se destacavam uma defesa enfática da economia de mercado e da reforma administrativa do Estado, pregação à qual o candidato deu o nome de “choque de capitalismo”. O Jornal Nacional da Rede Globo reproduziu, com destaque, os principais trechos do discurso (Nêumanne, 1989, p. 130)²³.

Mas palavras, leva-as o vento. Covas precisava mais. Na composição da chapa, precisava de um vice egresso da direita, com trânsito no empresariado “moderno”. Esse nome era o ex-governador de Pernambuco e membro do conselho político da FIESP Roberto Magalhães, ex-Arena e PDS, que deixara o PFL que ajudara a fundar por divergências com o grupo “sarneyzista” de seu estado, liderado por Marco Maciel. Filiara-se ao PTB, onde defendeu a tese da “união trabalhista” para viabilizar a fusão com o PDT e fortalecer a candidatura Brizola. O malogro dessa tese, com o lançamento da candidatura do senador paranaense Afonso Camargo a Presidente, acabou fazendo com que Magalhães deixasse o partido. Após ter recusado convites de Aureliano Chaves e Paulo Maluf para compor a chapa, e através da intermediação do ex-ministro Roberto Gusmão e do ex-

22. Vale lembrar que o advogado carioca Jorge Serpa, conhecido *ghost writer* de diversos políticos e editorialista do jornal *O Globo*, além de braço direito de Roberto Marinho para assuntos políticos é descrito por José Nêumanne como figura controversa e amante do anonimato, alguém que privara da amizade pessoal de João Goulart, antes de 1964 e, 10 anos depois, escrevia discursos para o general-presidente Geisel. (Nêumanne, 1989, p. 129)

23. Ricardo Noblat narra de modo idêntico a aproximação entre Covas e Marinho, através de Tasso. E acrescenta detalhes sobre o espaço de mídia oferecido pelo proprietário da Globo a Covas. “Marinho não se comprometeu em apoiar o candidato. Concordeu em abrir mais espaço para ele nos seus veículos de comunicação. Assim fez. Covas participou, em menos de 40 dias, duas vezes do programa *Bom Dia Brasil*, a mãe dele foi uma das estrelas de uma reportagem do programa *Fantástico* dedicado ao Dia das Mães, e as atividades do senador começaram a ser citadas com mais frequência nos demais noticiários da Rede Globo e do jornal *O Globo*. Marinho prometeu uma cobertura de luxo para um discurso importante que Covas cogitava de fazer no Senado. (...) O *Jornal Nacional* dedicou-lhe um minuto e 20 segundos. Antes do dia marcado para o discurso, Covas e os Senadores José Richa (PSDB-PR) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) se reuniram meia dúzia de vezes com o advogado Serpa. Analisaram o quadro político do país, fizeram projeções e discutiram a necessidade de projetar um candidato que possa servir de alternativa a Collor” (Noblat, 1990, p. 245).

deputado Thales Ramalho, Magalhães aceitou compor a chapa de Covas, filiando-se ao PSDB, apesar da oposição da direção estadual pernambucana do partido, presidida pela deputada Cristina Tavares. Não foi uma boa escolha: as divergências internas provocadas pela entrada do ex-governador praticamente paralisaram a campanha no Nordeste, e nos bastidores de Brasília, São Paulo e Rio passou a circular o comentário de que o pernambucano só entrara para garantir algum apoio financeiro para Covas junto ao empresariado. Além do mais, consta que Roberto Marinho não ficou satisfeito com a chapa, posto que preferia Tasso Jereissati como vice de Covas. Pressionado e isolado, Magalhães renunciou à vice, gerando nova paralisia na candidatura, até que se escolhesse o nome do paraense Almir Gabriel para substituí-lo.

Covas, com um programa de TV carregado de estatísticas e textos pesados, patinou nas pesquisas na maior parte da campanha. Oscilou entre 5 e 7% de março a outubro. Nesse tempo, sua tentativa de aproximação da direita só lhe rendeu boatos em torno de supostos convites feitos por Fernando Collor e supostamente aceitos por Fernando Henrique Cardoso e José Serra para compor o futuro ministério em caso de vitória do ex-governador de Alagoas. Diante da enorme ascensão de Collor pelo flanco direito e talvez farto da tentativa frustrada de agradar à direita política e ao “empresariado moderno”, Covas abandonou, em outubro, o discurso do “choque de capitalismo” e passou a apresentar-se como candidato “com vergonha na cara” e falar em “choque moral”. Afinal, seus adversários mais diretos na briga pelo quarto lugar eram Maluf e Afif, que lhe comiam votos pela direita e tinham um flanco aberto no quesito “moral”. Procurou capitalizar também sua performance considerada positiva no último debate entre os presidenciáveis. Em suma, curiosamente, percebeu tarde demais que uma postura de homem “ético” poderia desde logo ter sido explorada como ativo importante, sendo ele alguém que havia construído uma imagem de incorruptibilidade, “austeridade” e “competência” à época da Constituinte, o que aliás lhe havia valido a própria condição de candidato. Percebeu tarde demais que o tema da “ética” e da crítica político-moral da corrupção pautara definitivamente a disputa. Apesar da subida para o patamar de 10 a 11% detectada pelo Ibope em novembro, terminou a campanha com 10,78% dos votos, em quarto lugar (cf. Ibope e TSE).

3.2.1. Saída pela esquerda.

Mas os dois candidatos à esquerda no espectro político, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, durante o primeiro turno, também não pautaram suas campanhas exclusivamente na crítica da corrupção política. Se é certo que iniciaram a campanha à frente dos demais justamente por conta da crítica do estado de coisas predominante no governo Sarney, tiveram ambos uma pauta diversificada de questões colocadas na discussão pública. Foram, durante o primeiro turno, os candidatos que mais tentaram colocar em discussão temas econômicos: Brizola, montado em seu habitual nacionalismo, procurou fazê-lo através do discurso contra as “perdas internacionais”, e Lula através da introdução da temática da “desprivatização do Estado”. Se a crítica da corrupção e do clientelismo ganhou mais destaque foi certamente pela inconsistência do discurso econômico do PDT e pela relativa complexidade embutida na discussão posta pelo PT.

O PDT, particularmente, fez uma campanha despolitizada, sem uma pauta estruturada, com temas bem definidos, e manteve-se por demais dependente da verve oratória de Brizola e da ascendência do líder sobre dois eleitorados muito específicos, o do Rio de Janeiro e o do Rio Grande do Sul, estados por ele governados. Embora com apoio de cerca da metade do eleitorado dos dois estados, teve uma preferência que manteve-se relativamente estável no patamar em torno de 15% da média nacional durante toda a campanha. Essa relativa estabilidade nas preferências, ou, por outra, essa incapacidade de crescer na disputa faz crer, inclusive, que o voto em Brizola esteve ligado antes à fidelidade a sua figura carismática que à pauta conjuntural posta em 1989. É possível especular que um discurso “ético” talvez tivesse pouca credibilidade para Brizola, uma vez que foi alvo durante a campanha de acusações dos adversários, em especial Moreira Franco, de ter ligações com o jogo do bicho e o crime organizado do Rio de Janeiro. O jornalista Sebastião Nery, ex-amigo de Brizola que se tornara seu desafeto e assessorava Collor, sustentou inclusive que o ex-governador tinha o apoio do narcotráfico a sua campanha. O que parece mais provável, porém, é que Brizola tenha passado por uma dificuldade algo parecida com a de Covas.

Embora, diferentemente de Covas, não pudesse ter a pretensão de agradar à direita recém-convertida ao neoliberalismo econômico ou conquistar apoios importantes junto ao empresariado, a dificuldade de Brizola, como a de Covas, estava ligada a importante fragilidade no que tange à elaboração e apresentação de suas propostas econômicas, o que ficou claro em episódio que envolveu o principal assessor econômico do PDT, o deputado federal e ex-secretário da fazenda do Rio na gestão Brizola, César Maia. Em agosto, o jornal *O Globo* publicou que o deputado pedetista preparava-se para apoiar a candidatura de Fernando Collor, por supostas divergências com a posição “nacionalista e estatizante” de Brizola. Por trás dessa notícia, segundo relato de José Nêumanne (1989, p. 96-8), havia a seguinte história. Maia – que avaliava estar sem espaço no PDT para dar conseqüência a seu projeto de candidatar-se ao governo do Rio no ano seguinte – teria se encontrado, sigilosamente, com o candidato do PRN na casa de seu irmão Leopoldo Collor em São Paulo e, novamente, na casa do empresário Paulo Octávio, aliado de Collor, em Brasília. Nessas ocasiões, sempre segundo Nêumanne, teria sido articulado um artilho: Maia defenderia sua posição supostamente “liberalizante” numa reunião da executiva nacional do PDT, o que fatalmente geraria divergências; a imprensa, especialmente a Rede Globo – que seria partícipe da articulação –, cobriria o fato com destaque e Collor elogiaria a posição de Maia, criando as condições para que ele migrasse para sua candidatura e desfalcasse a de Brizola. O “vazamento” da informação sobre esse esquema à imprensa (atribuído por Nêumanne a uma trapalhada da assessoria de Collor) inviabilizou, porém, a suposta armação e Maia se teria visto obrigado a negar tudo, permanecendo no PDT até o fim. Verídica ou não a história, o certo é que Brizola retirou de Maia o controle exclusivo sobre a elaboração econômica da campanha, que passou a ser dividido com o filósofo Roberto Mangabeira Unger, professor de Harvard chamado às pressas já no decorrer da campanha. A divergência entre os dois tornou-se notória, em especial nas propostas sobre a dívida externa, o que levou Brizola a deixar de lado estes temas, que certamente poderiam ter sido melhor explorados pelo habitual discurso contra as “perdas internacionais” ou contra as “remessas de lucro ao estrangeiro”, típico do líder pedetista²⁴. Por outro lado, a candidatura

24. César Maia defendia a redução do serviço, na negociação da dívida externa, pela limitação do pagamento a 15% da receita arrecadada com exportações. Já Unger defendia a suspensão do pagamento dos juros e medidas unilaterais que forçassem uma redução do principal. “Em agosto, setembro e outubro, o

Brizola teve algum esteio em apoios inesperados – que se deram por divergências em algumas oligarquias regionais do Nordeste – como o da prefeita de Natal Wilma Maia e o do prefeito de João Pessoa Wilson Braga. Ao contrário do esperado, sua participação nos últimos debates do primeiro turno, a 16 de outubro e 7 de novembro, na TV Bandeirantes, não foram tão marcantes, a não ser por lances em que se envolveu em discussões com Ronaldo Caiado e Maluf, a quem chamou “filhote da ditadura”, e pela despedida emocionada que fez da campanha no último debate. A oito dias das eleições, ainda com a candidatura Sílvio Santos colocada na disputa, pediu que o eleitor votasse “em qualquer um” dos que ali estavam, mas nunca nos dois ausentes, Sílvio Santos e Collor (cf. Nêumanne, 1989, p. 89-100). Foi assim que, oscilando nas preferências entre 13 e 17%, terminou o primeiro turno com 15,45% dos votos (cf. Ibope e TSE).

Já a candidatura Lula, na maior parte do primeiro turno, não conseguiu dar o tom que lhe interessava à disputa eleitoral, em função de três fatores básicos: 1) problemas internos à coligação, e especialmente ao PT, que atrasaram a composição da chapa e a unificação do discurso e impuseram uma certa paralisia à primeira parte da campanha; 2) a vulnerabilidade a críticas de cunho, digamos, administrativo, adquirida com a conquista de importantes prefeituras pelo PT no ano anterior, notadamente as maiores como São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas, Santos, Santo André e São Bernardo do Campo; e 3) uma intensa mobilização grevista que irrompeu em 1989, no rastro da crise econômica, e que do ponto de vista político acoplava-se ao xadrez das divergências internas da base de apoio da candidatura Lula. A onda grevista, vista com reservas pelo eleitor médio, era, conseqüentemente, um tópico insistentemente explorado pelos adversários e pela imprensa.

Os jornais, entre março e maio de 1989 especialmente, deram grande destaque ao que chamaram “grevismo selvagem”, que aparecia como sendo liderado pelo “braço sindical” do PT, a CUT, que aliás ganhara na mídia, na virada de 1988 para 1989, destaque maior que o próprio PT, em função da mobilização operária crescente. 259 paralisações e 32 milhões de jornadas de trabalho perdidas haviam sido registradas em setembro de 1988. Mas em abril de 1989, o número de greves chegava a 672, correspondentes à perda de 72,5

candidato do PDT evitou pronunciar-se em favor de um ou outro programa econômico, antagônicos os dois” (Nêumanne, 1989, p. 97-8).

milhões de jornadas de trabalho (cf. Velasco e Cruz, 1994, p. 46). A 25 de maio de 1989, um grevista bancário de Pernambuco, ligado a uma organização de esquerda abrigada no PT e filiado ao partido, tentara explodir com uma bomba de fabricação caseira uma agência bancária no Recife. A bomba explodiu nas mãos do bancário e o episódio passou a ser divulgado como o “Riocentro da esquerda”. Só não teve repercussão mais longa porque, a 2 de maio, a direita dava o troco explodindo o monumento de Oscar Niemeyer aos operários mortos em Volta Redonda em 1988, durante a invasão do exército na greve da CSN. No dia seguinte, um dos altos-fornos da siderúrgica seria também explodido, sem que o caso fosse elucidado. Buscava-se claramente criar um clima de consternação pública diante de atos apresentados como uma violência da esquerda²⁵.

Embora constrangido por este clima algo hostil, o discurso petista a respeito da institucionalidade democrática pretendida para um possível governo Lula, ao menos a julgar pelas resoluções políticas aprovadas nas instâncias partidárias, calcava-se tanto na perspectiva de incentivar a propiciar a mobilização da sociedade quanto na de ampliar os espaços institucionalizados voltados à participação da cidadania²⁶.

Depois de tentar, em vão, ampliar o perfil da chapa através da composição com um nome expressivo do PMDB de centro-esquerda ou alguma figura “representativa da sociedade civil”, a frente de apoio à candidatura Lula montou-se, por negociações preliminares, com PT, PSB, PCdoB e PV. Após uma viagem internacional pouco produtiva do candidato, o PT realizava a 7 de maio suas convenções municipais, nas quais a tendência majoritária “Articulação” obteve um controle precário do partido, conseguindo no geral

25. “Por ora, não é o PMDB que está pagando a conta – é o PT, que atende, também, pelo nome de CUT, que detona, comanda ou cavalga as greves. Lula não sabe o que fazer, e se pode fazer algo, para que os estilhaços das greves não atinjam sua candidatura. Que faria, eleito presidente, diante de um surto de greves e com a responsabilidade de governo de garantir o direito dos que desejam trabalhar?”, escreveu Ricardo Noblat no *Jornal do Brasil* em 12 de maio (cf. Noblat, 1990, p. 237)

26. Nas “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo” de Lula em 1989, documento aprovado no 6º Encontro Nacional do PT, em junho de 1989, afirmava-se: “O objetivo permanente de um governo democrático e popular é a construção de um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical da liberdade. Um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a formação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade dos sujeitos políticos, que impulsiona a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação” (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 397).

apenas pouco mais da metade dos delegados à Convenção Nacional²⁷. A disputa pela vice na composição da chapa acabou opondo o filólogo Antônio Houaiss, do PSB, e o deputado Fernando Gabeira, do PV. O PT fez uma prévia interna, que optou pelo líder do PV, mas o PSB, com mais peso que o PV e apoiado pelo PCdoB, vetou Gabeira. Buscou-se uma saída consensual convidando-se o senador gaúcho José Paulo Bisol, então filiado ao PSDB, a ingressar no PSB para ser vice de Lula. O PV deixou a frente, lançando Herbert Daniel à presidência, que seria depois substituído pelo próprio Gabeira. Àquela altura, o problema dessas discussões é que elas geraram uma certa paralisia na campanha, justamente num momento em que Collor ascendida rapidamente nas enquetes de intenção de voto. A candidatura Lula acabou sendo mais prejudicada pela subida do governador de Alagoas que a de Brizola, o que leva a crer que, desde o início, ambos, Collor e Lula, cavalgavam de fato os temas candentes da conjuntura, cada qual a disputar junto ao eleitor a preferência como antípoda da Nova República; a ascensão de um implicando a queda do outro²⁸. Dos 15 a 16% de que dispunha em março, Lula reduziu-se a 8% na virada de maio para junho, e caiu ainda mais para a faixa dos 5 a 6%, enquanto Brizola se mantinha estável e Collor disparava. Lula manteve esse patamar até setembro, quando voltou a crescer. A excelente qualidade dos programas de rádio e TV fez deles um veículo eficiente para o discurso agressivo da Frente Brasil Popular, que soube atacar, com denúncias e acusações, não apenas o líder Collor, mas também outros adversários da direita, como Maluf e Afif²⁹. Em

27. A “Articulação” obteve 50,6% dos votos, contra 34,7% da chapa mais à esquerda e 14% do bloco trotskista (cf. Nêumanne, 1989, p. 77).

28. “Lula também não sabe o que fazer com a divisão interna do PT, que está emperrando sua campanha. Lula está prisioneiro dos que querem, dentro do PT, que ele assuma um discurso social-democrata e dos que insistem para que ele faça a opção pelo discurso socialista. (...) A facção mais radical do PT controla a máquina e a burocracia do partido. Ocupa-se com um certo tipo de ativismo político que impede, arrefece ou limita o proselitismo político que o candidato possa desenvolver. Há 40 dias, citavam-se como possíveis candidatos a vice de Lula o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos e o jurista Raymundo Faoro. Jarbas assumiu a presidência do PMDB. Faoro disse não. A Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) está cotada para a vaga de vice. Estreitou-se o espaço do PT – que, ainda por cima, não soube elaborar o discurso moralista que catapultou o Governador Fernando Collor para a liderança das pesquisas” (Noblat, 1990, p. 237)

29. “A ‘rádio Lula’ transmitia, diariamente, dois blocos de cinco minutos com uma programação variada e agressiva. A versão televisionada do programa, bem-acabada e muito criativa, voltou a usar as paródias à programação normal da TV, uma fórmula bem-sucedida, que chegou a ser imitada por um adversário da direita, Paulo Maluf. O PT criou uma paródia em si. A programação – sob a supervisão do principal assessor político José Dirceu e direção de José Américo – era chamada de Rede Povo e a vinheta eletrônica, produzida por Jean Manzon, filho do produtor cinematográfico do mesmo nome, conhecido no Brasil inteiro por seus filmes ufanistas sobre o País, parodiava os trabalhos de *design* em computador do

outubro, a ida de Brizola ao segundo turno já não era tão certa. No dia 17 Lula fez o que foi considerado o maior comício da campanha, reunindo cerca de 30 mil pessoas no maior reduto brizolista, a Cinelândia, no Rio, e dando novo alento à campanha.

O ônus das prefeituras viria a pesar, sem ser capaz no entanto de deter a ascensão de Lula. No terceiro debate promovido pela Rede Bandeirantes, Ronaldo Caiado acusou o vice-prefeito de São Paulo e dirigente petista Luís Eduardo Greenhalgh de cobrar propina da empresa Lubeca Empreendimentos e Participações para conceder autorização para um projeto urbanístico. A investigação policial não chegaria a nenhuma comprovação de delito, mas Erundina demitiu o vice-prefeito do secretariado, por quebra de confiança. Quase ao mesmo tempo, as chuvas fizeram desabar um aterro na favela “Nova República”, em São Paulo, soterrando 80 barracos, matando seus ocupantes e tornando a prefeitura paulistana alvo de pesadas acusações de negligência³⁰.

Mas a essa altura a candidatura Lula, que direcionava as críticas mais agressivas ao comportamento “fisiológico” do governo Sarney e ao empresariado conservador, já havia encontrado o tom adequado da campanha. Dois episódios são emblemáticos desse momento. O primeiro foi a declaração do Presidente da FIESP, Mário Amato, de que “uns 800 mil empresários deixarão o país, se Lula ganhar”. A frase foi bem explorada no programa de TV e nos comícios do PT e acabou por constranger os adversários e por concentrar a polêmica em torno da figura de Lula. O segundo foi a denúncia de que haveria irregularidades na privatização, empreendida pelo governo Sarney, da fábrica de vagões ferroviários e de chassis de ônibus Mafersa. Pressionado, o governo suspendeu o leilão, o que funcionou como reconhecimento da denúncia e gerou dividendos

mago Hans Donner, da Globo. Até o ‘plim-plim’ característico da Globo foi incorporado à trilha sonora da vinheta. Essa trilha baseava-se, principalmente num *jingle* composto [por] Hilton Accioly, (...) parceiro de Geraldo Vandré. ‘Lula-lá, brilha uma estrela’, dizia o refrão, baseado no *slogan* criado pelo publicitário Carlito Maia” (Nêumanne, 1989, p. 83-4).

30. “Tem cheiro de Lula no ar. Um cheiro que poderia, a essa altura, ser mais forte se o PT e seu candidato não tivessem sido atropelados pelo escândalo da Lubeca e pela tragédia da favela Nova República. Afinal, parece estar esclarecido que o cheque desaparecido da Lubeca não engordou a conta de ninguém próximo ou distante de Lula e da Prefeita Luiza Erundina. O escândalo pode ter sido uma manobra suja armada contra o PT. Suja, mas, do ponto de vista eleitoral, eficiente. O candidato Ronaldo Caiado, do PSD-UDR, disputa a sucessão do Presidente José Sarney para firmar sua liderança no Centro-Oeste e atrapalhar a vida do PT, o maior adversário dele na área rural. Atrapalhou, com a ajuda de funcionários da Lubeca. Pode não ter atrapalhado tanto quanto desejava – mas conseguiu amortecer o ritmo de crescimento da candidatura de Lula” (Noblat, 1990, p. 290).

à candidatura do PT. Na reta final, o apoio da igreja progressista, em especial no Nordeste, e um certo ensaio de “voto útil de esquerda” da parte de certas lideranças, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, parece ter favorecido Lula. Dos 9% que o Ibope lhe dava no início de outubro, foi a 12 e daí a 14% às vésperas do pleito e 17% no levantamento de boca de urna. Seus 16,06% dos votos (0,61% a mais que Brizola) levaram-no ao segundo turno (cf. Ibope e TSE).

3.2.2. Saída pela direita.

Pelo flanco das candidaturas de direita, essa mesma pauta temática – a crítica de cunho ético ou moral ao “fisiologismo” do governo Sarney – certamente lança luz sobre o modo pelo qual Collor logrou ampla vantagem sobre seus concorrentes do campo conservador, para não mencionar a vantagem sobre seus oponentes de esquerda. Incapazes de competir nos termos colocados por Collor, Maluf e Afif tornaram-se inviáveis.

Paulo Maluf – após as derrotas para Tancredo no Colégio Eleitoral em 1985, para Quéricia e Antônio Ermírio na eleição estadual de 1986 e para Luisa Erundina na disputa pela prefeitura de São Paulo em 1988 – a princípio relutara em entrar na disputa. Mas sua posição desconfortável, quase marginal, no PDS ameaçava comprometer-lhe o futuro político, uma vez que não dominava a direção nacional, presidida por seu desafeto de longa data Jarbas Passarinho. O nome do prefeito de Florianópolis Esperidião Amin aparecia como favorito da direção. Cogitava-se até uma eventual coligação com o PDT de Brizola. Maluf entrou no páreo. A 14 de maio derrotou Amin na Convenção do PDS por 132 votos a 101, o que levou Passarinho a renunciar e entregar a presidência do partido ao malufista Delfim Netto. O comando da campanha – a cargo de Calim Eid, Roberto Paulo Richter, Jesse Ribeiro, dos jornalistas Carlos Brickmann e Ennio Pesce, do empresário Sérgio Lupatelli e do editor Jorge Yunes – centrou fogo na “competência administrativa” do candidato, trazendo à luz suas realizações na prefeitura e no governo de São Paulo. Tentou apelar para uma publicidade de boa qualidade, contratando Nizan Guanaes, que lhe fora indicado por Washington Olivetto. Mas o programa do horário gratuito tentou inovações (como a apresentação de fábulas em forma de novela) que não surtiram o efeito

esperado. O desempenho era medíocre nas sondagens de intenção de voto: oscilou entre 5 e 6% entre março e setembro. Em outubro, mudou a equipe de televisão e decidiu apelar para um discurso direitista mais agressivo, de críticas pesadas a Lula e Brizola, batendo na tecla do anticomunismo. Afinal, a fuga dos alemães orientais para a Alemanha Ocidental foi o grande tema internacional de outubro. Com a queda do muro de Berlim, na reta final da campanha, a foice e o martelo do PCdoB eram ampliados e destacados por Maluf para mostrar que Lula tinha o apoio dos construtores do muro. Apesar de ligeira ascensão para a faixa de 8 a 9% das intenções, caiu nos últimos dias e terminou com 6,28% dos votos (cf. Ibope e TSE).

Com uma passagem pela campanha entre burocrática e apagada, teve sorte em não perder parte de sua base eleitoral para um adversário que ele próprio lançara na política, Guilherme Afif Domingos. Maluf fizera de Afif seu secretário da agricultura (1979-82), quando tornou-se popular em São Paulo através do programa de “sacolões”, que distribuía gêneros básicos à população carente. Depois disso, foi vice na chapa do PDS que teve Reynaldo de Barros como candidato ao governo do estado em 1982, e assumiu em seguida a presidência da Associação Comercial de São Paulo, com apoio de Maluf, em substituição a Calim Eid. Em 1986 assumiu o controle do PL paulista e, com um discurso anti-estatista e de defesa da pequena e média empresas elegeu-se à Constituinte com a terceira maior votação do estado, atrás apenas de Lula e Ulysses. Por votar contra interesses dos trabalhadores, recebeu nota zero do DIAP, mas também mereceu a desconfiança do empresariado “por não ter sido fiel a vários dos acordos firmados com as grandes corporações empresariais e as lideranças dos partidos com as maiores bancadas no Congresso Constituinte” (Nêumanne, 1989, p. 116). Em 1989, contou com a colaboração de um grupo de antigos políticos “juscelinistas”, conhecidos como “as raposas felpudas do PSD”, especialmente Bartolomeu Santos, o Bartô, e Hermógenes Príncipe, que ajudaram a planejar sua campanha juntamente com o diplomata Eduardo Portela e o empresário Rogério Amato, filho do então presidente da FIESP Mário Amato, que cuidou da arrecadação de fundos. A candidatura não saiu de 1 a 2% das intenções de voto até agosto, quando uma boa participação na mídia colocou em evidência seu discurso e angariou votos junto às camadas de maior renda e escolaridade. O *Gallup* e a *Toledo e Associados*

chegaram a colocá-lo em terceiro lugar, atrás apenas de Collor e Brizola³¹. Em suas andanças de campanha, Afif conseguia importante apoio logístico não da precária estrutura de seu partido, mas dos Clubes de Diretores Lojistas e Associações Comerciais municipais espalhadas pelo país. Em setembro, por um momento, sonhou com uma arremetida rumo ao segundo turno. A essa altura, os órfãos de Sarney, especialmente Íris Resende e o Ministro da Educação Carlos Sant'Anna, num contato intermediado pelo assessor da presidência Henrique Hargreaves, aderiram a Afif. O próprio Hargreaves foi liberado para trabalhar por Afif junto a deputados e senadores, com muitos dos quais tinha largo trânsito desde a Constituinte, quando, como diretor-geral da Câmara dos Deputados, ajudara na articulação do "Centrão" (cf. Noblat, 1990, p. 268). Mas isso eram articulações de bastidores, sem visibilidade pública. Na opinião de Orjan Olsen, então diretor de opinião do Ibope, o perfil do político jovem e descompromissado, "moderno" e moralizador, não cabia apenas em Collor, mas também em Afif. De setembro para outubro, cresceu consistentemente em todas as regiões, embora não fosse páreo para Collor nas classes mais populares. E aqui, mais uma vez, a direita esbarrava na pauta imposta pela conjuntura: juventude e arrojo, forjados no *marketing*, Afif também os tinha, mas a essa altura Collor já assumira o monopólio do discurso sobre a moralização do Estado. Além disso, o esboço de crescimento do candidato do PL gerou reação dos adversários, em especial Covas, que insistiu em colar-lhe a imagem de "Constituinte nota zero". Depois de subir de 3 para 8% entre o início de setembro e meados de outubro, Afif caiu aos poucos para a faixa dos 4 a 5 pontos, terminando com 4,53% (cf. Ibope e TSE).

Onde falhou a maior parte de seus adversários, cresceu e firmou-se Fernando Collor. Na luta pelo voto volátil, que marcou o primeiro turno das eleições, a candidatura Collor pode ser resumida, em sentido geral, como aquela que perseguiu de modo mais tenaz a articulação de duas ordens de prioridades: por um lado, ocupar o enorme vácuo deixado pelas lideranças à direita que haviam feito parte da transição conservadora e, por outro, dirigir-se à massa diretamente, num estilo fortemente populista e autoritário, com um

31. "O segredo do crescimento de Afif tinha sido seu programa de televisão. O candidato falava baixo, olhando o telespectador nos olhos e recorrendo a temas simples e diretos. (...) A música caiu no gosto popular e os movimentos das mãos, repetindo o alfabeto dos surdos-mudos, compunham o único código gestual diferente da campanha: todos os demais apelaram para o desgastado V da vitória, feito com os dedos da mão direita" (Nêumanne, 1989, p. 123)

discurso forjado a partir da apreensão das expectativas frustradas da população. Dito de outro modo: Collor planejou cacifar-se perante as elites econômicas e falar à massa o que ela desejava ouvir, equação na qual o sucesso obtido no segundo intróito forçou a obtenção do primeiro, dada a ausência absoluta de alternativas viáveis para a elite.

Falar à massa o que ela deseja ouvir, por sua vez, exige, de um lado, o manejo de instrumentos adequados de aferição de preferências, desejos e frustrações difusas, e de outro, a ausência de seletividade de ordem ideológica, programática ou ética, por parte do candidato, com relação aos elementos do discurso a serem empregados na resposta aos sentimentos difusos aferidos, conforme a conveniência. Collor dispunha de ambos.

Desde 1987, em seu primeiro ano de mandato no governo de Alagoas, o Instituto Vox Populi de Belo Horizonte, de propriedade de seu amigo de infância Marcos Antônio Coimbra, levantou dados fundamentais para a montagem do perfil adequado à candidatura à presidência. Collor aferiu, por essa via, a penetração que tinha o discurso, em diferentes regiões do país, que ensaiara já na campanha eleitoral de Alagoas em 1986, contra os funcionários públicos que supostamente recebiam salários astronômicos e não trabalhavam, chamados por ele de “marajás”. É difícil saber se a imagem do “caçador de marajás” teve alguma inspiração no debate econômico trazido pela ascensão ideológica do consenso neoliberal, em torno da necessidade de racionalizar e otimizar o serviço público como requisito para um Estado mínimo ou, especialmente, enxugar a folha de pagamentos como requisito para obter o equilíbrio receita-despesa. Se teve, certamente a extrapolou, no imaginário popular, assumindo conotações inauditas de luta contra a corrupção, o empreguismo, o apadrinhamento, e daí indo mais além, para a imagem do jovem forte, perseverante, aguerrido, ao final quase guindado à condição de paladino da luta contra toda injustiça. Embora fosse facilmente demonstrável, desde sempre, que essa imagem jamais correspondeu à triste situação de Alagoas sob Collor, isso era de fato o que menos pesava na conformação das preferências, e esse dado é revelador da importância que assumiu a partir de 1989 o *marketing* eleitoral e o quanto, por conta disso, a política descolou-se da discussão cidadã sobre as situações vividas e passou a apoiar-se na montagem, por via da prestidigitação televisiva, de promessas de satisfação de sonhos difusos. Embora não se

possa atribuir o sucesso da candidatura exclusivamente a isso, tudo na campanha de Collor teve a marca da produção publicitária. Collor forjou um mito com suas próprias mãos³².

Conta a crônica política que a decisão de candidatar-se à presidência foi tomada num jantar em Tóquio, após uma viagem do governador de Alagoas à China, do qual participaram, além de Collor, Cláudio Humberto Rosa e Silva, o deputado federal Renan Calheiros e Cleto Falcão, então líder do governo na assembléia alagoana. Em diversas ocasiões, o governador de Alagoas criticara duramente o Presidente Sarney. Recusara a ele o apoio aos cinco anos de mandato durante a Constituinte e ia a Brasília regularmente “denunciar” o “tratamento discriminatório” dado a Alagoas. Quando entrou 1989, Collor já saíra do PMDB e abrigara-se no Partido da Juventude, PJ, que depois mudaria de nome para Partido da Reconstrução Nacional, PRN, que tinha como único parlamentar Arnaldo Faria de Sá, eleito pelo PTB-SP em 1986 e ex-candidato a vice na chapa de Maluf na campanha municipal de 1988.

A legislação eleitoral facultava a cada partido político o direito à exibição, além do horário gratuito pré-eleitoral, de um programa em rede nacional por ano, com uma hora de duração. Além de monopolizar o horário do PRN, utilizou-se do horário do PTR, presidido por seu amigo Juca Colagrossi, que tornou-se um de seus principais colaboradores de campanha, e, ainda, o do PSC, última legenda de aluguel obtida por Collor para montar sua coligação. Foram três programas, entre abril e maio, nos quais Collor, o único orador, veiculou um discurso meticulosamente estudado, preparado a partir dos levantamentos do Vox Populi. *A legislação permissiva novamente deve ser lembrada como fonte de desequilíbrios na competição eleitoral.* Collor valera-se de dois extensos programas em rede nacional, além do seu próprio, falando a partir de um espaço garantido em lei a partidos aos quais não estava filiado e com os quais sequer seu partido formalizara ainda a coligação. De índices inexpressivos na virada de 1988 para 89, Collor apareceu com

32. O Vox Populi levantava desde as preferências por nomes e partidos, até a predileção do eleitorado pelo tipo físico, idade e conduta dos candidatos. Ao mesmo tempo, Collor valia-se de bancos de dados informatizados sobre cada item que poderia vir a ser mencionado na campanha presidencial. “Álvaro Lins Filho (...) preparou programas de informática com projetos presidenciais, elaborados pela assessoria, e discursos de todos os pretendentes à Presidência. Graças a tais programas, por exemplo, ele ficou sabendo que seu mais temido adversário, Leonel Brizola, do PDT, jamais falara sobre mulheres”. Como toque final, a logomarca: “Collor” em branco sobre fundo azul e os dois éles em verde-e-amarelo (cf. Nêumanne, 1989, p. 55-7).

9% na metade de março, em terceiro lugar, e empatou com Lula em segundo lugar, no início de abril. No fim daquele mês já estava tecnicamente empatado com Brizola na liderança, em torno de 20%, e na metade de maio, graças ao monólogo que protagonizara em seus programas de TV em rede nacional, chegava à liderança com 32%, o dobro de Brizola. Quando entrou junho, Collor já estava na faixa dos 40%, patamar no qual se manteve até que começasse a campanha pela TV, em setembro (cf. Ibope). Além da precariedade da legislação, este episódio é uma demonstração inequívoca do peso da mídia eletrônica numa disputa desse tipo.

Mas, conforme já assinalado acima, o fundamental para compreender a ascensão vitoriosa de Fernando Collor foi sua percepção das demandas do eleitorado na conjuntura, que se concentravam, além dos evidentes reclamos por políticas sociais efetivas, em reclamos contra a “fisiologia”. Entre os dias 8 e 12 de agosto de 1989, o Ibope fez um levantamento de abrangência nacional sobre os “atributos indispensáveis” de um candidato à presidência. “Acabar com a corrupção e a impunidade” foi o atributo mais mencionado, secundado por outros correlatos como “coragem” para enfrentar os que “tiram proveito” do Brasil, acabar com a “politicagem” etc³³. Collor tinha idéia desse quadro desde o início e soube valer-se dele.

Já desde abril, começaram as adesões a Collor. Um dos primeiros foi o governador da Paraíba, Tarcísio Burity. ACM fez o mesmo, “pressionado” por prefeitos do interior da Bahia. Em agosto foi a vez de Esperidião Amin. Com eles ou depois deles, muitos outros o fizeram. Até o final de agosto, enquanto o candidato se mantinha ligeiramente acima dos 40% das intenções de voto, praticamente todas as pequenas e médias lideranças regionais, a maioria das quais órfãs dos grandes partidos e sem candidato viável, aderiam em massa à candidatura Collor que, por sua vez, assediava as que de fato lhe interessavam. Tasso Jereissati, por exemplo, esteve a um passo da adesão nesse momento e chegou a intermediar uma reunião de Collor com empresários, antes de, por

33. “Acabar com a corrupção e a impunidade no Brasil ocupou o primeiro lugar em 18% das respostas dadas e o segundo em 16% dos questionários. O segundo item favorito, experiência para governar bem, obteve 16% da primeira preferência mais 10% da segunda. As outras qualidades lembradas foram: coragem para enfrentar os que hoje tiram proveito de tudo no Brasil (14% e 12%) ; acabar com aumento de preços (13% e 13%); garantir remédio, médico e ensino para quem precisa (11% e 11%); vontade de trabalhar

problemas regionais, decidir-se por Covas³⁴. Os sindicalistas Luís Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri, da Força Sindical, que no início da campanha chegaram a apoiar Brizola – no momento em que pensavam que seria ele o “anti-Lula” – ajudaram a abrir as portas para Collor no meio operário paulista. Já o contato com os “descamisados” e os “pés descalços”, além do apelo discursivo direto, era intermediado pelos líderes religiosos pentecostais³⁵.

Nas articulações de apoio às candidaturas presidenciais, o que permeava o jogo político regional era a tentativa de antecipação dos maiores cacifes possíveis para as eleições estaduais de 1990. Os apoios costurados ao longo da campanha presidencial visavam invariavelmente obter a melhor situação possível para as oligarquias regionais no ano seguinte. Os apoios a Collor, sobretudo, obedeciam a esta lógica. Para os chefes regionais não havia tempo a perder na adesão ao líder das pesquisas, pois seus adversários no estado poderiam fazê-lo antes e obter assim vantagem em caso da esperada vitória do presidenciável. Se o adversário regional aderisse antes, tanto não aderir como aderir depois significaria aumento de custos. Foi assim na decisão dos apoios dados por todos os governadores e candidatos ao governo de estados nas futuras eleições de 1990³⁶.

(8% e 10%); autoridade para mandar (6% e 8%); ser equilibrado, ter a cabeça no lugar (4% e 5%); e acabar com a politicagem no governo (2% e 5%)” (Nêumanne, 1989, p. 62).

34. Os dois governadores “se encontraram com o candidato no Rio, levaram-lhe um documento pedindo apoio para uma política favorável ao Nordeste”. Collor aceitou prontamente, e Tasso acertou um encontro de empresários para discutir “metas” com o candidato. Reuniram-se com ele em São Paulo “cinco empresários de peso: Eugênio Staub, da Gradiente; Paulo Villares, do Grupo Villares; Paulo Cunha, do Grupo Ultragás; Abílio Diniz, dos Supermercados Pão de Açúcar, e o líder empresarial Cláudio Bardella, do Grupo Bardella. Os empresários não saíram com boa impressão do encontro. Collor também não gostou. Mas, depois, ao longo da campanha, à exceção de Bardella e Staub, que apoiaram Covas, terminou recebendo o apoio da maioria do grupo reunido, sem conquistar a adesão de quem marcou a reunião, Tasso Jereissati” (Nêumanne, 1989, p. 63).
35. “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido”, disse o pastor Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Para uma análise a respeito da participação dos evangélicos pentecostais na campanha de Collor, ver Mariano e Pierucci (1992).
36. Hugo Napoleão, candidato ao governo do Piauí, “convivia com a incômoda situação de seu maior adversário político regional, o governador Alberto Silva, apoiar Fernando Collor, o favorito nas pesquisas, enquanto ele carregava a pesada candidatura de Aureliano Chaves”. Igualmente João Alves, também candidato ao governo, na Paraíba, amargava a adesão antecipada de seu principal adversário, o governador Tarcísio Burity, a Collor. Seu aliado Wilson Braga, prefeito de João Pessoa, “aderira a Brizola, enquanto o PMDB, comprometido com o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, ainda tinha as opções de seu inimigo Antônio Mariz, deputado federal, e seu ex-chefe Humberto Lucena, senador”. Já o senador João Castelo, candidato ao governo do Maranhão, via na adesão a Collor seu

Mas a questão das adesões deve ser vista também por outro prisma. Collor saiu em busca de apoios parlamentares, desde abril ou maio, em função de seu tempo na TV, no horário eleitoral que se iniciaria em setembro. A legislação eleitoral, devidamente manipulada por Sarney como já se viu acima, não destinava um tempo de TV e rádio proporcional ao tamanho dos partidos, pois criara uma brecha através da inusitada figura da “adesão”. Assim, uma candidatura à presidência teria seu tempo de propaganda gratuita calculado não apenas pelo tamanho das bancadas dos partidos que formalmente o apoiavam, mas pelo tamanho destas bancadas somado à lista de parlamentares de outros partidos que simplesmente aderissem, individualmente, a esta candidatura. Porém, pouco afeita aos jogos de soma zero, a lei aprovada no Congresso não subtraía, em contrapartida, o tempo proporcional à candidatura que eventualmente perdesse apoios em seu próprio partido. Até o dia 15 de agosto, prazo final para a formalização de candidaturas perante a Justiça Eleitoral, os parlamentares puderam migrar livremente, e sem custos, barganhando individualmente com os candidatos uma adesão que valeria tempo na TV, garantido em lei³⁷.

A mídia eletrônica em geral, a Rede Globo de Televisão de modo muito particular, procuraram todo o tempo apresentar a candidatura Collor, naquele momento, como se já tivesse lugar assegurado no segundo turno, com seus 40% de intenção nas pesquisas, omitindo quase sempre o enorme número de indecisos e outros “detalhes” considerados “jornalisticamente irrelevantes”³⁸. Foi obviamente muito além do jornalismo e

melhor cacifê na disputa com o grupo de Sarney. Essas necessidades de sobrevivência das oligarquias regionais ajudam a entender também o desesperado lançamento da candidatura Sílvio Santos (cf. Nêumanne, 1989, p. 148).

37. Conforme a Lei 7.773, artigo 17, parágrafo 2, “será considerada a representação do partido político no Congresso Nacional existente no dia 5 de abril de 1989; serão entretanto consideradas as adesões ou coligações realizadas posteriormente a esta data, até o encerramento do prazo de registro das candidaturas (...)”. Veja-se o comentário a seguir para que se ilustre o tamanho do disparate. “Um exemplo absurdo: se o PMDB, de repente, perdesse metade de sua bancada no Senado e na Câmara dos Deputados, nem por isso perderia um só dos 22 minutos que terá no rádio e na televisão, entre setembro e novembro. A lei eleitoral foi concebida de maneira a preservar os interesses dos maiores partidos, abrindo brechas para a defesa de interesses que, mais tarde, se revelem poderosos. O casuismo não morreu com o regime anterior” (Noblat, 1990, p. 243).
38. Em agosto, Ricardo Noblat observou, no JB: “O páreo da sucessão do Presidente José Sarney oferece duas realidades que guardam certo parentesco, mas que parecem, no mais das vezes, distantes e inconciliáveis. A primeira realidade é a que transparece, claramente, dos números apreendidos pelas pesquisas sobre intenção de voto. A segunda realidade é a que acaba sendo sugerida pelos meios de comunicação, através do tratamento que conferem aos resultados das pesquisas. Naturalmente, o que fica

constituiu-se em ator político extremamente relevante. A tática do cerco eletrônico à esquerda, nas campanhas eleitorais, era inaugurada em rede nacional, tendo como principal aliada a legislação eleitoral casuística.

Mas o inchaço precoce passou a ser problemático para Collor, na medida em que as adesões oportunistas descaracterizavam frente ao eleitor a imagem forjada de candidato “anti-sistema”. O eleitorado identificara-se a esta imagem, e no entanto, no corpo-a-corpo das ruas, topava com os políticos tradicionais locais, seus velhos conhecidos, que apoiavam em massa a candidatura Collor. A dificultar sua campanha havia também os atritos internos à chapa, provocados pela relação difícil com o irascível Itamar Franco, que ameaçaria renunciar ao posto de candidato a vice mais de uma vez durante a campanha. O próprio empresariado chegou a assustar-se, em agosto, com a alardeada possibilidade de uma vitória de Collor no primeiro turno, temendo que isso conferisse excessiva autonomia ao eleito³⁹.

na memória coletiva é a realidade desenhada a bico-de-pena pela imprensa, especialmente pela televisão. (...) A TV Globo preferiu destacar que 41% dos entrevistados [pelo Ibope] responderam que já têm candidato. Não destacou que Collor lidera com 42% dos 41%. Certamente, julgou irrelevante assinalar que apenas 11% dos que apontaram Collor como candidato deles asseguram que não mudarão seu voto em hipótese nenhuma” (Noblat, 1990, p. 250-1). E, em outro artigo: “O candidato [Collor] se beneficia do apoio que lhe concede o empresário e jornalista Roberto Marinho, dono das Organizações Globo. Mas, em conversa com amigos, de vez em quando se queixa disso. Observou, há duas semanas, que Marinho lhe telefona, diariamente, e que insiste em se pôr à disposição para cabalar apoios na área empresarial. (...) Alega, contudo, que não tem como dispensar o tratamento privilegiado que recebe de Marinho” (Noblat, 1990, p. 255). Mais que favorecimento eleitoral, Collor reivindicaria de Roberto Marinho, tão logo terminada a eleição, uma direção de jornalismo da Rede Globo que favorecesse seu futuro governo. O seguinte comentário publicado na revista Istoé Senhor – que indica também a interação entre as “eminências pardas” de Marinho e Collor, Jorge Serpa e PC Farias respectivamente – é ilustrativo a respeito. “Quando o ano [de 1989] ainda não havia terminado, um amigo do então diretor de jornalismo da TV Globo, Armando Nogueira, lhe segredou: ‘O João Lyra [senador, amigo íntimo de Collor e de PC Farias] me contou que o Serpa e o PC estão articulando sua saída da Globo’. (...) O presidente da Globo, então, quase no final do segundo turno das eleições presidenciais, já sabia que o grupo que chegava ao poder gostaria de ter amigos no comando de jornalismo do mais poderoso ‘ministério’ da República verde e amarela”. Armando Nogueira seria demitido das Organizações Globo cerca de 15 dias após a posse de Collor, no início de abril de 1990. (Istoé Senhor, 07/11/90).

39. “Collor sabe que sua candidatura está sendo adotada pelos grupos econômicos mais poderosos do país como uma espécie de seguro de vida contra a hipótese de vitória de Brizola ou de Lula. É uma adoção por conveniência. (...) Collor não inspira muita confiança aos interesses que decidiram reunir-se em torno dele. (...) Teme-se sua falta de compromisso com idéias – o aventureirismo que é uma das marcas da personalidade dele. (...) De resto, um candidato como Collor, já eleito no primeiro turno, poderá, mais tarde, esquecer parte dos acordos que firmou com os verdadeiros donos do poder. Poderá vir a pensar que o poder, de fato, é ele” (Noblat, 1990, p. 254-5).

Some-se a isso tudo a má qualidade do programa de Collor no início do horário gratuito a partir de setembro e, muito especialmente, ao fato de que agora, *ao contrário de suas aparições televisivas anteriores, seu discurso estava sujeito ao contraditório*⁴⁰. O combate dos adversários, como seria de se esperar, recrudescer: veio à luz o perdão da dívida do ICMS aos usineiros de Alagoas na gestão Collor, assim como um contrato lesivo aos cofres públicos feito pelo governador com a empresa de consultoria ZLC, de sua assessora econômica Zélia Cardoso de Mello. Veio à luz, também, a figura de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do PRN: divulgou-se que ele estava impedido de operar com crédito rural e agro-industrial porque haviam sido comprovadas irregularidades em 31 dos 70 processos movidos contra ele pelo Banco Central⁴¹. O PT, em especial, explorou ao máximo esses escândalos. No fim das contas, a campanha milionária de Collor – cujo custo foi calculado por órgãos de inteligência do governo federal em US\$ 140 milhões (cf. Nêumanne, 1989, p. 72) – por mais que estivesse estruturada sobre uma avaliação apresentada como “científica” a respeito dos humores do eleitorado, não passou incólume pelo embate e pela disputa política. De um pico de 42% no início de setembro, Collor caiu para 34% no início de outubro e 28% no início de novembro. Perdeu 14 pontos, dos quais 8 migraram para a candidatura Lula, que subiu de 6 para 14% no mesmo período (cf. Ibope).

40. “Dez dias depois da estréia do programa de TV no horário gratuito do TSE, Juca Colagrossi – produtor dos programas responsáveis pela ascensão rapidíssima do candidato, no início da campanha – foi afastado da direção e substituído por Belisa Ribeiro, ex-assessora de imprensa do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco. A vitória de Belisa Ribeiro sobre Juca Colagrossi significou também uma mudança importante no comando publicitário da campanha, que saiu das mãos do mineiro Almir Sales, da [agência] Setembro, até então detentora da exclusividade, e passou a ser dividido com a do carioca Rubem Medina, da Artplan. (...) Na terça-feira 25 [de setembro], o novo programa entrou no ar, mas, ainda assim, Collor não conseguiu encontrar o tom adequado. Deixou o nível asséptico e frio da primeira fase e assumiu um ar desesperado, gritando muito, na tentativa frenética de recuperar sua antiga agressividade. Ficou parecendo um fanático a agitar os braços, em pânico, para multidões formadas ao seu redor. O programa de Belisa Ribeiro, apesar de melhor do que o de Juca Colagrossi, não conseguiu salvar Collor da queda livre, por um motivo simples: ele também era ruim, principalmente se comparado aos produzidos para os candidatos do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e do PL, Afif Domingos” (Nêumanne, 1989, p. 71-3).

41. Diversas outras histórias circulavam na imprensa sobre PC: “A Deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) pretende contar, qualquer dia desses, a denúncia que recebeu de um dos mais poderosos empresários da área de seguros do país. O empresário almoçou no Rio de Janeiro com o tesoureiro da campanha de Collor de Mello, o empresário alagoano Paulo César Farias. No fim do almoço, o tesoureiro pediu uma contribuição em dinheiro para a campanha de Collor. Explicou ao empresário que a contribuição poderia ser de três tipos: a que daria direito a ele de influir, fortemente, no futuro governo de Collor; a que daria direito a tomar cafezinho com o presidente e ser consultado em algumas ocasiões; e a que garantiria a ele não ser incomodado por nenhum órgão do governo. Para cada tipo de contribuição, um preço: de 1 a 3 milhões de dólares” (Noblat, 1990, p. 278).

3.3. A polarização direita-esquerda.

Como já observei acima, a polarização Collor-Lula, embora não se possa chamar de polarização “ideológica” no que tange às opções do eleitorado, opôs dois campos políticos muito distintos e bem delimitados, especialmente do ponto de vista dos diagnósticos e propostas relativos à crise do Estado e à política econômica a ser implementada, na qual o quesito estabilização monetária obviamente ocupava o lugar de maior destaque. A redistribuição dos apoios no segundo turno das eleições de 1989 demonstrou de modo inequívoco uma polarização do tipo direita-esquerda, tanto do ponto de vista do perfil das candidaturas quanto do da costura das alianças eleitorais. As raízes dessa polarização, também como já notado aqui, devem ser buscadas no colapso do projeto político e econômico da Nova República.

Eli Diniz (1997, p. 113-38) caracterizou a Nova República como um período de metamorfoses na agenda pública. De um amplo espectro de temas em jogo, dos quais destacava-se o combate à inflação combinado à distribuição de renda, o conflito teria se estreitado para uma “proposta minimalista”, em que a questão social foi atropelada pelas questões econômicas ligadas à estabilização monetária. O governo civil, lembra Diniz, instaurara-se com bandeiras de duas ordens: restabelecer as liberdades públicas e o procedimento democrático, de um lado, e “resgatar a dívida social” acumulada pelo modelo concentrador aplicado pela modernização empreendida durante o regime militar, de outro. Em seus primeiros dias, a Nova República parecia caminhar neste sentido – como o demonstra a leitura do I PND, de 1985 (cf. Martins, M. C. P., 1995) – e esse conjunto de expectativas de mudança política e econômica consubstanciou-se na primeira experiência heterodoxa de estabilização monetária, o Plano Cruzado de 1986. Um ano e meio depois, com Mailson e o Centrão, Sarney trouxe, conforme já assinalado, a direita política definitivamente ao centro das decisões do governo. Nos termos de Diniz, um enfoque “social-democrata” dos problemas postos na agenda pública foi suplantado por um enfoque “neoliberal”. A idéia subjacente a esta análise seria então a de que a conquista das consciências permitiu ao “neoliberalismo” esganar a agenda pública: “a questão social

perde espaço e os aspectos econômicos ligados ao controle da inflação adquirem primazia” (Diniz, 1997, p. 117). A vitória de Fernando Collor sobre Lula teria vindo no sentido de “coroar” este estado de coisas.

Diniz sustenta que “o confronto Collor-Lula expressou, na campanha eleitoral, o embate entre duas idéias que ainda disputavam espaço na política nacional, traduzindo-se na polaridade primazia do mercado *versus* reforma social” (1997, p. 118).

Ressalvado o fato já apontado no início do capítulo, de que efetivamente não houve um debate público de massa posto nos termos desta disjuntiva, esta avaliação é certamente correta. Insisto nessa ressalva para destacar que a agenda colocada ao escrutínio do conjunto do eleitorado, em 1989, sofreu a providencial subtração de alguns dos temas mais importantes da conjuntura. Por mais que seja correto atribuir à disputa Collor *versus* Lula o significado de uma disputa “primazia do mercado” *versus* “reforma social”, não foi nesses termos que as alternativas de escolha foram postas ao eleitorado, pelas razões já apontadas. Foram chamados, basicamente, a escolher qual seria o melhor disciplinador do espaço público, aquela força política capaz de “moralizar” as hostes do governo, moralização entendida como pré-requisito para uma vaga idéia de implantação da “justiça social”.

O fracasso da Nova República em disciplinar a competição política em termos democráticos, em fazer prevalecer o universalismo de procedimentos como denominador comum entre os atores, foi o responsável pela prevalência da discussão dos pré-requisitos “morais” do comportamento político sobre as questões substantivas efetivamente colocadas pela conjuntura ao conjunto do eleitorado. Dadas as características peculiares às grandes disputas nacionais, no quadro brasileiro, o debate sobre a crise do Estado – que cindiu a disputa nos termos sumariados por Diniz – chegou à massa da população através de uma série de mediações, como sugeri no início do capítulo.

Como se explica então que, *objetivamente*, a crise do Estado seja o ponto nodal da conjuntura e, *subjetivamente*, a grande massa do eleitorado perceba a disputa como um problema predominantemente (embora não exclusivamente) “ético” ou moral? A resposta está na constituição de uma *lógica de situação* pela qual o debate objetivo posto entre os atores relevantes foi reelaborado pelos próprios atores em disputa, pelos meios de

comunicação (que são intermediários dos conflitos) e por outros atores sociais, de modo a adequar-se aos sentimentos difusos de insatisfação social e deles resgatar as adesões desejadas.

Ora, seria duvidoso afirmar que Collor elegeu-se na condição de paladino da economia de mercado. Mais verossímil seria dizer que elegeu-se sobretudo porque foi o agitador que soube denunciar as infâmias morais de Sarney, *associando-as à crise do Estado*. Aí residia a força eleitoral da figura do “marajá”. Por intermédio desses filtros – *e de toda opacidade que faziam derramar sobre a disputa real* – é que os eleitores eram chamados a optar entre diferentes alternativas à crise do Estado.

Havia efetivamente duas posições bem demarcadas e excludentes entre si acerca da natureza da crise do Estado e das soluções propostas para sua resolução. Sebastião Velasco e Cruz apresenta de modo conciso as grandes linhas da disputa efetivamente colocada, que reproduzo aqui com as escusas pela longa citação:

Esquemmatizando ao extremo, na polêmica, duas posições diametralmente opostas se confrontavam. No discurso dominante na mídia, entre os empresários, na opinião conservadora em geral, a crise do Estado é endógena, interna, e se afigura como a razão principal das dificuldades que afligem nossa economia e nossa sociedade. O Estado vai mal porque gasta descontroladamente, porque intervém em excesso, porque é incapaz de gerir adequadamente suas atividades. Empreguismo, déficits, rigidez e incúria burocrática são termos de uso corrente para designar essas realidades. A uma avaliação tão simples correspondem soluções algo simplórias. A idéia básica é a de que o mercado é o lugar por excelência do dinamismo e da liberdade e que, por esse motivo, deve caber a ele o papel de organizar o conjunto da sociedade. ‘Menos governo, menos miséria’: austeridade, corte de gastos, desregulamentação, liberdade de iniciativa, transferência de funções ao setor privado. Para se contar com um Estado mais operativo e mais forte, é preciso ter um Estado menor.

No discurso de esquerda ou progressista, no campo popular, diagnóstico e propostas são de outra ordem. Para começar, há a recusa de encarar o Estado como uma entidade discreta, separada, distante e acima da sociedade. Daí que a origem e a natureza de sua crise não podem ser buscadas no interior mesmo das instituições estatais, mas devem ser rastreadas nas relações que estas mantêm com as classes, frações de classe e grupos que compõem o tecido da sociedade. O Estado está em crise, mas na raiz desta estão comportamentos e estratégias difundidos entre os atores sociais. Por outro lado, para além das diferenças que possam existir na maneira de conceber o mercado, reconhece-se que ademais de um mecanismo de coordenação econômica, ele é um espaço onde se nutrem relações de dominação e se cristalizam desigualdades. O mercado deve, portanto, ser socialmente regulado, e é preciso que o Estado tenha meios para desincumbir-se dessa tarefa. Nessa perspectiva, ao invés de reclamar menos governo e maior latitude para a realização

dos interesses privados, o que se propõe é a recuperação, a reconstrução da esfera pública e a desprivatização do Estado (Velasco e Cruz, 1994, p. 47-8).

O que Eli Diniz chama então de estreitamento da agenda para uma proposta “minimalista” deve ser entendido do seguinte modo: a “questão social” associada pelas forças da Aliança Democrática no primeiro momento da Nova República à bandeira do “desenvolvimento econômico” (crescimento com distribuição de renda) foi legada, em virtude do caráter privatista da ideologia recém-absorvida pela direita, à condição de elemento retórico. Quanto mais se explicitava e se agudizava a polarização esquerda-direita, mais a direita se esforçava por separar a discussão dos problemas efetivamente postos na agenda “minimalista” (reduzida, basicamente, ao tema da estabilização monetária) do discurso veiculado à massa na disputa eleitoral. O apelo às questões morais, que no primeiro momento servira à direita para facilitar a assimilação popular de seu enfoque da crise do Estado, agora servia para obscurecer a ausência de propostas de incorporação social subjacente a este mesmo enfoque. Esforço diametralmente oposto ao esforço da esquerda, cujo interesse fundamental era aproximar a discussão pública que se abria no segundo turno de 1989 à agenda “minimalista” imposta pela disseminação do consenso em torno das reformas orientadas para o mercado, justamente porque, do ponto de vista da esquerda, a possibilidade de *inverter as prioridades* dessa agenda era denunciá-la ao público como “minimalista”, como uma agenda excludente das questões sociais.

Foi este o caráter da intensa mobilização política verificada no segundo turno de 1989: a polarização direita-esquerda (conforme os termos apresentados acima) em meio a um cenário de esfacelamento do governo Sarney em seus últimos dias.

Desde antes da votação em primeiro turno especulava-se já sobre a antecipação da posse do futuro eleito, de março para janeiro de 1990, em função do absoluto descontrole a que chegava a gestão da política econômica⁴². Durante a lenta apuração do primeiro turno, a disputa voto a voto entre Lula e Brizola redobrou o clima de expectativa:

42. “Os Ministros da Fazenda e do Planejamento suplicam aos chamados agentes econômicos para que refreiem seu apetite ao reajustar os preços. Prometem, em contrapartida, diminuir o ritmo da recomposição dos preços das tarifas públicas e segurar um pouco a elevação das taxas de juros. Argumentam que o processo democrático correrá sérios riscos se a hiperinflação não for evitada. Pedem compreensão para que o governo seja aturado mais um pouco. A eleição está às portas” (Noblat, 1990, p. 270).

os mercados financeiros agitaram-se⁴³; alguns militares, preocupados com uma possível vitória de Lula, deram declarações alarmistas⁴⁴.

A montagem das alianças políticas passou a ser fundamental, especialmente pelo fato de que ambas as candidaturas de fato representavam, se tomadas em si mesmas, apenas pequena parte das forças políticas relevantes até então. O chamado “centro” político ficou todo ele de fora do primeiro plano da disputa. Justamente por conta disso, o realinhamento das forças derrotadas no primeiro turno obedeceu a uma lógica direita *versus* esquerda.

A Lula, caberia lutar pelo apoio de PDT, PSDB e PCB, além de lideranças de centro-esquerda do PMDB, algumas das quais já partidárias de sua candidatura desde o primeiro turno, embora discretamente, como Miguel Arraes. Ulysses Guimarães, alinhado a Quércia, recusou-se a apoiar o PT. A costura não foi simples. Primeiro pelas dissensões internas ao PT: grupos como a Convergência Socialista fizeram o que puderam para impor limites às adesões de forças à direita. Brizola valorizou o quanto pôde um apoio que na verdade poderia desde sempre ser dado como favas contadas. O PSDB demorou-se também ao máximo, tanto para dirimir querelas internas quanto também para valorizar seu próprio peso. Ao palanque de Lula subiram afinal Brizola, Covas, Roberto Freire, Valdir Pires e Miguel Arraes, para ficar nas lideranças mais expressivas. Brizola foi quem mais transferiu apoios à candidatura Lula⁴⁵.

43. “A dívida fez os ativos financeiros oscilarem dramaticamente. (...) O grama do ouro, que estava a NCz\$ 159,00 às 10 horas [de 16/11], subiu para NCz\$ 172,00 ao meio-dia, quando a Globo anunciou que Brizola passava Lula, na luta pelo segundo lugar, em sua apuração paralela. Terminou sendo cotado, às 16h45, a NCz\$ 165,50, na Bolsa Mercantil e de Futuros. A Bolsa de Valores de São Paulo recuou até 8,6%, fechando, após pequena recuperação, com perdas de 5%. A do Rio, que registrou queda de 7,2%, conseguiu concluir suas operações do dia com um índice negativo de 3,2%. O dólar paralelo, que chegou a NCz\$ 14,80, no fim do dia foi vendido a NCz\$ 13,40” (Nêumanne, 1989, p. 168).

44. O Brigadeiro Moreira Lima, ministro da Aeronáutica, advertiu: “O próximo presidente vai jurar e vai ter que cumprir a Constituição. Se a Constituição for arranhada, os poderes poderão ser chamados”. O ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, disse que o segundo turno poderia provocar “uma radicalização entre as coisas modernas do mundo e as coisas antigas”, onde “coisa antiga é a esquerda” e elogiou o parlamentarismo, “ele, o general, que pressionou tanto para que o parlamentarismo fosse derrotado na Constituinte” (Noblat, 1990, p. 292).

45. Segundo pesquisa Datafolha realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 1989, poucos dias antes da votação, 82% dos que declararam ter votado em Brizola no primeiro turno agora diziam preferir Lula, contra apenas 11% que preferiam Collor; entre os eleitores de Covas, 53% votariam em Lula e 33% em Collor, e até mesmo entre os poucos que votaram em Ulysses Guimarães, 48% votariam em Lula e 44% em Collor. (Cf. Datafolha, apud *Opinião Pública*, vol. 2, n. 2, dez. 1994, p. 21 do encarte “Tendências”).

A Collor competiu amarrar a direita, não através de apoios explícitos e públicos de Maluf ou Afif, o que não se coadunaria de modo algum com sua estratégia. A idéia era avançar sobre o eleitorado dos candidatos do campo da direita e obter apoios mais explícitos de políticos de direita regionais e de segundo escalão, de modo a um só tempo ampliar seus apoios e preservar no plano simbólico a imagem de independência⁴⁶.

E aqui é preciso observar que, do ponto de vista das “condições de governabilidade” do futuro mandato presidencial, instaurou-se expressiva diferenciação entre as candidaturas: de um lado, a coalizão em torno de Lula certamente reunia quadros expressivos da resistência e da transição democrática (sem falar das lideranças mais importantes do Congresso Constituinte) e provavelmente uma base de sustentação menor no Congresso, ao passo que Collor, por outro lado, não reuniria em torno de si senão os cacos da velha Arena, embora pudesse momentaneamente contar com maioria no Congresso. Digo momentaneamente porque as eleições para o novo Legislativo se dariam apenas oito meses após a posse do novo Presidente, e esse apoio estaria obviamente vinculado ao desempenho do Presidente eleito.

O tempo político condensava-se. Na primeira enquete do Ibope no segundo turno, a 22 de novembro, Collor apareceu com 50% e Lula com 38% das intenções de voto, relação que se manteria até o início de dezembro.

Lula equacionou então os problemas internos, uma vez que consolidou-se a posição da Frente Brasil Popular de ampliar o leque de alianças, em detrimento de posições minoritárias que desejavam ver a candidatura Lula livre do PDT e do PSDB. Quando entrou dezembro, partiram ambos os candidatos para as últimas grandes concentrações de massa da campanha. No dia 2, na cidade gaúcha de Caxias do Sul, um violento incidente entre partidários das duas candidaturas, durante um comício de Collor, terminou em quebra-quebra com mais de uma dezena de feridos. O fato foi amplamente explorado no

46. Na mesma enquete Datafolha, citada acima, 56% dos eleitores de Maluf declaravam apoio a Collor, contra 28% para Lula; assim como 48% dos eleitores de Afif votariam agora em Collor contra 35% em Lula.

horário eleitoral de Collor, que buscou qualificar os petistas como violentos e arruaceiros⁴⁷. A disputa fervia. A eleição se disputava, ao mesmo tempo, nas ruas e na mídia eletrônica.

No dia seguinte, domingo 3 de dezembro, travou-se o primeiro debate televisivo entre os dois, através de um *pool* de emissoras. Collor, detentor de grande penetração nas camadas inferiores, utilizou a estratégia de dirigir-se ao público das faixas mais elevadas de renda e instrução: empunhou gráficos e estatísticas, falou em números e em metas. Buscou, além disso, caracterizar o adversário como “radical”. O desempenho de Lula foi melhor: falou ao eleitor médio, e ao mesmo tempo apostou no tom emocional que a campanha ganhava. Esteve seguro e apresentou-se como moderado, buscando atrair a confiança das classes médias⁴⁸.

O resultado do debate somou-se ao crescimento da campanha de rua. Amostra colhida pelo Ibope nos dias 5 e 6 de dezembro mostrou o encolhimento da liderança de Collor: 49% a 40%. Collor buscou mudanças no formato de seu programa de televisão, que não estava bem. Lula investiu tudo nos grandes comícios: no Recife e em Campina Grande reuniram-se multidões na faixa de 100 mil pessoas, com a ajuda de Miguel Arraes. Em amostra colhida entre 8 e 11, o *Datafolha* apontava 44,2% a 38,5%, com 17,4% entre votos nulos e indecisos. No dia 12, nova aproximação pelo Ibope: 47% a 43%, com 10% de nulos e indecisos. Nos dias 12 e 13, pelo *Datafolha*, o empate: 42,8% para Collor, 42,4% para

47. Mais de dois anos depois, uma comissão de sindicância do novo governo do Rio Grande do Sul, que seria eleito em 1990 (gestão Alceu Colares, PDT), descobriu um dossiê produzido por uma investigação da PM-2 (serviço secreto da Brigada Militar da polícia gaúcha). No documento, a comissão, formada por representantes do novo governador e por membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, encontraria a confirmação do que já se suspeitava no momento do incidente: tanto os cabos eleitorais do PRN quanto os agressores com camisas e bandeiras do PT haviam sido pagos pelo Comitê da candidatura Collor. Cf. *A Farsa da Baderna. Istoé Senhor*, 15/01/92.

48. “O rei está nu”, comentou Ricardo Noblat no *Jornal do Brasil*. “Ou melhor: Lula ganhou o debate que travou pela televisão no último domingo com o candidato Collor de Mello. (...) Sobre o desempenho dos dois candidatos (...) uma única pesquisa foi divulgada até agora. O Instituto Datafolha, do jornal *Folha de S. Paulo*, entrevistou 2.755 pessoas em todos os Estados, que assistiram ao debate no seu todo ou em parte. Delas, 39% acharam que Lula foi melhor do que Collor, e 35% acharam que Collor foi melhor do que Lula. Uma fatia de 14% respondeu que houve empate, e outra, de 12%, não soube ou não quis responder. (...) A linguagem utilizada por Lula foi muito mais acessível ao eleitor comum do que a escolhida por Collor – mas o candidato do PT se preocupou mais em falar para a Bélgica do que para a Índia que existem entre nós. Lula precisa mais da Índia, que elegeu Collor no primeiro turno, e que poderá elegê-lo no próximo dia 17. Collor não debateu com Lula, propriamente. Fez campanha – naturalmente, dirigida para o público eleitor dele” (Noblat, 1990, p. 306)

Lula. A essa altura, o país mobilizado vivia intensa expectativa, com todas as atenções concentradas no processo eleitoral.

O pessoal de Collor está desanimado, enquanto o de Lula desfila por aí embriagado com a sensação de vitória ao alcance da mão, [resumiu Ricardo Noblat a poucos dias do pleito]. A diferença de estado de espírito das duas turmas é responsável, em parte, pelo clima criado no país de que Lula já ganhou. O clima se alimenta, também, do crescimento consistente de Lula registrado nas pesquisas sobre a intenção de voto do eleitor. Ele cresce em todo lugar, em todas as faixas sociais. (...) Lula está subindo a uma velocidade razoável. Collor está caindo a igual velocidade. Se nada de novo ocorrer, Lula ultrapassará Collor até domingo (1990, p. 312).

Nos últimos dias da campanha, o que restava a Collor era partir para o tudo ou nada. Consta que foi dele próprio a idéia de colocar no ar o célebre depoimento da ex-namorada de Lula, Miriam Cordeiro, com quem o candidato do PT tivera uma filha⁴⁹.

49. A apresentação de Miriam na TV é o episódio mais emblemático do alto nível de tensão emocional a que chegou a disputa. Reportagem publicada a 26 de abril no *JB*, “revelara” a existência da menina Luriam, que tinha então 15 anos. A filha, de fato, não era segredo, pois constava inclusive da biografia resumida que o deputado apresentara no livro publicado pelo Congresso que reunia o perfil dos Constituintes de 1988. Logo após essa reportagem, numa entrevista a *O Estado de São Paulo*, Miriam chamou o ex-namorado de “canalha” e queixara-se do pouco dinheiro que Lula lhe enviava para sustentar a filha (Cf. Nêumanne, 1989, p. 76). Gilberto Dimenstein e Josias de Souza narram do seguinte modo o episódio, descrição que reproduzo pelo retrato do “clima” eleitoral que apresenta. “Seis meses antes [de sua aparição no horário gratuito], em junho de 1989, o depoimento de Miriam havia sido desprezado como munição de campanha. Ela apareceu pela primeira vez num dos escritórios de Collor em São Paulo, na rua Curitiba, bairro do Ibirapuera. Apresentou-se como mulher de Lula, instigando a curiosidade de Leopoldo [Collor, irmão do candidato]. Os dois conversaram longamente, observados por Valmor Bolan, um dos coordenadores da campanha na capital paulista. Miriam mostrava-se disposta a achincalhar Lula na TV. Porém, ao constatar que não lidava com a mulher, mas com uma ex-companheira de Lula, Leopoldo encarou-a com uma ponta de desprezo, desdenhando da importância de seu depoimento. Um outro detalhe arrefeceu o entusiasmo inicial de Leopoldo: Miriam era filiada ao PRN, partido de Collor. E exibia um enorme apetite político. Deixava clara a intenção de seguir a carreira, como deputada. Para complicar, insinuava interesse por dinheiro. Momentaneamente esquecida, Miriam acabou sendo ressuscitada por Leopoldo em meio ao ambiente de tensão que dominava a campanha. Pelo telefone, Leopoldo pediu a Egberto Batista que levasse para Brasília o depoimento gravado de Miriam. Egberto, à época uma espécie de ‘faz tudo’ da campanha, foi até um estúdio de gravação no bairro de Moema. Esperava apenas recolher as fitas, que levaria de jatinho para a capital. Encontrou, no estacionamento da produtora de vídeo, a própria Miriam, no instante em que destilava raiva contra Lula, diante das câmeras, a serviço de Collor. Quando Egberto chegou, as acusações de Miriam Cordeiro já haviam enchido duas fitas VHS. O restante de sua ira coube em outras duas fitas. A alegação de que Lula havia proposto que fizesse aborto soava elogiosa, perto de outros trechos do depoimento. Fora do alcance da câmera, uma ‘repórter’ fazia perguntas a Miriam. Voz carregada de ressentimento, testa franzida, ela investia pesado contra o homem com o qual tivera uma filha. Disse que Lula tinha preconceito contra negros. Chamou-o de carreirista. Afirmou que ele não hesitou em atropelar companheiros para ascender na carreira sindical. Apresentou-o como alcoólatra e mulherengo. Miriam estava perturbada. Teve inúmeras crises de choro, interrompendo a gravação. Trouxeram-lhe três copos de água com açúcar. Concluída a coleta do seu testemunho, Egberto seguiu com as fitas debaixo do braço. Protegido à distância por dois seguranças, armados de metralhadoras, ele despachou o material para Brasília. Nos últimos dias de campanha,

Para além de qualquer influência que esse depoimento tenha tido diretamente sobre o eleitorado, o certo é que teve impacto muito grande sobre a pessoa privada do candidato da esquerda. No último debate pelo *pool* de emissoras de TV, a 14 de dezembro, Lula mostrou-se abatido e inseguro, nem sombra do candidato do primeiro debate. Collor partiu para um discurso mais marcadamente direitista, tentando impingir à classe média o temor de uma “radicalização” que seria promovida com o PT no poder⁵⁰. A edição do debate realizada pela Rede Globo, num dia em que o horário eleitoral pela TV já havia terminado, passou a imagem de que Collor havia massacrado seu oponente⁵¹.

receosos de que pudessem ser vítimas de represálias, os principais assessores de Collor foram protegidos por oficiais da P2, a parte secreta da polícia militar de São Paulo. Em Brasília, sob a supervisão pessoal de Leopoldo Collor, o publicitário Chico Santa Rita, homem de comunicação de Orestes Quércia, selecionou o trecho da fala de Miriam que acabou sendo exibido na televisão e no rádio. Instado a pôr Lurian e a mãe de Miriam no ar, Lula, abalado, recusou a idéia. ‘Esse é um assunto meu’. Lurian chegou a comparecer ao estúdio. Queria dar um depoimento em favor do pai. Mas Lula permitiu apenas que permanecesse ao seu lado no vídeo. Quanto à avó da menina, não consentiu que falasse. A vida de Miriam Cordeiro virou um inferno. Sua casa foi apedrejada. Discou para Egberto Batista, às três e meia da madrugada: ‘Estou falando de um orelhão. Estou no Paço Municipal, em São Bernardo’, disse Miriam, aos prantos. Ela contou que sua casa havia sido praticamente destruída. Conseguiu fugir com os dois filhos, mas tinha receio de ser linchada. Pediu socorro. Após consultar Leopoldo, Egberto orientou-a a dirigir-se ao mesmo comitê de campanha de Collor em São Paulo, na Rua Curitiba, onde encontrou-a de pijama, protegida pelos agentes da P2, que acionara antes de sair de casa. A partir dali, Miriam teve a vida transformada. Foi morar num *flat* e não lhe faltou mais dinheiro. O cheque que pagou seus primeiros dois dias no hotel foi emitido pessoalmente por Egberto Batista” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 74-6).

50. Gilberto Velho notou que “o debate final, com toda sua dramaticidade, apresentou em um palco privilegiado o confronto entre indivíduos de diferentes castas. Se no primeiro debate o simples fato de Lula ter enfrentado de igual para igual o candidato do PRN já seria surpreendente e meritório, no segundo o que se passou confirmaria a crença nessa ‘ordem natural’. Cansado, abatido possivelmente pela truculenta campanha que envolveu sua vida particular, Lula parecia, diante da aparente confiança e/ou arrogância do opositor, referendar a crença de que um trabalhador não poderia ser melhor candidato a presidente do que um membro da elite. Mais uma vez um universo previamente socializado em uma *visão de mundo hierarquizante* tinha confirmadas suas idéias sobre o lugar dos indivíduos na sociedade” (Velho, 1990, p. 46-7).
51. “Os fatos produzidos por Collor nos últimos dias (...) devem ter servido para atenuar a queda dele e frear a ascensão de Lula. Collor abandonou o discurso social-democrata e se ocupou em aterrorizar os eleitores com o discurso que foi de Paulo Maluf e de Ronaldo Caiado no primeiro turno. O depoimento da ex-namorada de Lula, obtido em troca de 10 mil dólares, pode ter confundido alguns espíritos que se inclinavam por Lula. Seguramente, o depoimento influiu no espírito do próprio Lula, que compareceu abatido ao debate de televisão da última quinta-feira [14/12]. Lula ganhou o primeiro debate porque foi melhor do que Collor e porque usou o programa de propaganda eleitoral para dizer que tinha ganho. Collor poderia ter dito a mesma coisa mas não o fez. Collor ganhou o segundo debate – e à falta do horário oficial de propaganda, a TV Globo se encarregou de dizer por ele que Lula perdeu o debate. Fez isso de maneira acintosa, fraudulenta” (Noblat, 1990, p. 316-17). A seguinte descrição das relações entre o “episódio Miriam Cordeiro” e o debate na TV me parece esclarecedora do momento vivido pelo candidato do PT. “Lula e Collor debateram na televisão na noite de quinta-feira, dia 14. Na noite da sexta, o *Jornal Nacional* apresentou um resumo do debate dos candidatos. O resumo favoreceu, claramente, Collor de Mello, segundo admitiram em Brasília, no início desta semana, Montenegro, pelo

Pesquisa Ibope fechada na véspera da eleição, considerando apenas votos válidos (eliminando indecisos), apontava vantagem de um ponto percentual para Collor (47% a 46%, com 7% de brancos e nulos). No mesmo dia, o Datafolha apresentou seus resultados sobre o total das opiniões, apontando Collor com 44,3% e Lula com 41%, 3% de brancos e nulos e 11,7% de indecisos. O levantamento de boca-de-urna do Ibope, no dia da votação, aferiu vantagem de Collor de 50% a 46%, com 4% de brancos e nulos.

O dia da eleição, aliás, foi também tumultuado. O episódio mais ruidoso foi o da libertação do empresário Abílio Diniz, que havia sido seqüestrado. A polícia militar de São Paulo, que invadiu o cativeiro no dia da votação, apresentou pela TV camisetas de Lula apreendidas com os criminosos, que se disseram militantes de grupo esquerdista que tinha por objetivo angariar fundos para guerrilhas na América Latina⁵².

Ibope, e Carlos Matheus, pelo Gallup – e no Rio de Janeiro, o diretor de programação da Globo, José Bonifácio Sobrinho, o *Boni*. A ordem de favorecer Collor no *Jornal Nacional* foi dada pelo próprio dono da Rede Globo, o jornalista e empresário Roberto Marinho. 'Mostrem que Collor ganhou', determinou ele. O jornal *Hoje*, que a TV Globo exibe no início da tarde, já veiculara um resumo do debate de modo a destacar os melhores momentos de Collor e os piores de Lula. O resumo apresentado no *Hoje* seria repetido no final da noite no *Jornal da Globo*. Marinho preferiu que o *Jornal da Globo* levasse ao ar o resumo oferecido pouco antes pelo *Jornal Nacional*. Era um resumo mais contundente que o do *Hoje*. (...) Lula começou a perder o debate muito antes do debate ir para o ar – quando não soube, não pôde ou não quis assimilar o golpe que sofreu com o depoimento da enfermeira Miriam Cordeiro, com quem ele teve uma filha. O candidato foi forçado por seus companheiros de partido a responder às acusações de Miriam feitas durante o horário de propaganda eleitoral de Collor. Ele resistiu muito a responder. Na noite em que gravou a resposta, ao lado da filha, chorou diante da equipe responsável pelo programa do PT na televisão – e chorou, mais tarde, trancado em um banheiro. No dia do debate, foi a Brasília, pela manhã, visitar o presidente da CNBB, e à tarde retornou a São Paulo. A poucas horas do início do debate, encontrou a filha, Lurian, aos cuidados de um psicólogo porque acabara de sofrer uma forte crise emocional. Quando chegou na casa dele, encontrou a mulher, Marisa, e seus três filhos abalados por dois telefonemas anônimos que tinham recebido um pouco antes. Lula foi para o estúdio da TV Bandeirantes, sede do debate, informado de que Collor dispunha de farta munição sobre a vida íntima dele. A primeira coisa que Lula fez na Bandeirantes foi ir direto ao banheiro. Passou todo o debate olhando as pastas que Collor ameaçava consultar" (Noblat, 1990, p. 319-20). Pesquisa Datafolha aferiu a veracidade dessa avaliação. Embora Collor e Lula estivessem praticamente com o mesmo percentual de preferências entre os que assistiram ao debate (47% a 46%), 48% dos entrevistados achou que Collor havia ganho no confronto, enquanto apenas 26% declararam o mesmo de Lula (cf. Datafolha, apud *Opinião Pública* vol. 2, n. 2, dez. 1994).

52. Francisco de Oliveira descreve do seguinte modo o episódio do seqüestro de Abílio Diniz: "O dia mesmo da eleição, que prosaicamente poderia ser chamado de desdobraimento da farsa, mostrou até que limites o ódio de classe e a crise desatada pela ascensão do candidato da Frente Brasil Popular poderiam fazer chegar seus oponentes. Um alto empresário havia sido seqüestrado há alguns dias; a polícia já sabia a localização do esconderijo e já tinha prendido um dos seqüestradores, com o qual negociou a rendição, as condições e o 'timing' do episódio final. A rendição não podia denunciar senão o óbvio: o empresário havia sido seqüestrado por elementos ligados ao PT. Um padre progressista havia alugado a casa-esconderijo; os seqüestradores apareceram fantasiados com a camiseta da campanha do Lula e, no local, farto material de sua propaganda. As televisões debruçaram-se minuto a minuto sobre o caso; a

O resultado final foi de 49,94% para Collor, 44,23% para Lula e 5,83% de brancos e nulos. Em termos de votos válidos (excluídos brancos e nulos) o resultado foi de 53,03% a 46,97% (cf. Ibope, Datafolha e TSE). Proclamados os resultados, Collor declarou-se interessado num "governo de união nacional", e convidou os derrotados a compô-lo. PT, PDT e PSDB emitiram notas oficiais afirmando que permaneceriam na oposição. Sintetizando um sentimento generalizado no meio intelectual e na esquerda de modo geral, José Arthur Gianotti escreveu que "no fundo, passadas a refrega e a ressaca, percebe-se que as últimas eleições não passaram de um grande engodo e um desastrado salto no ar" (Gianotti, 1990, p. 25)⁵³.

Talvez seja demasiado ir mais além e enxergar no tenso desfecho eleitoral de 1989, como fez Francisco de Oliveira, a iminência de um golpe de Estado. Mas há que levar a sério sua observação de que se viveu naquela quadra uma crise do regime democrático, a qual "pela ascensão ao primeiro plano do candidato Lula, tendeu a transformar-se numa crise de dominação social, ou numa crise de hegemonia" (Oliveira, F., 1992, p. 23)

colaboração discreta do então governador de São Paulo deu o ar de sua graça: seu próprio secretário de Segurança, depois candidato a governador, eleito no segundo turno das eleições de dezembro de 1990 (o hoje governador Fleury), afirmou alto e bom som que os seqüestradores 'provavelmente' eram ligados ao PT. E um jornal de Rio Branco, no Acre, região com fuso horário distinto do resto do Brasil, já dava manchetes no próprio domingo eleitoral: 'PT seqüestra empresário Abílio Diniz'. Um ano depois, já no segundo turno das eleições para governador de São Paulo, Orestes Quércia, acuado ante o fato de que seu candidato poderia perder, sendo os votos petistas decisivos para pender a balança num ou noutro sentido, confessou que a atuação do governo de São Paulo no episódio tinha sido motivada por pressões militares do Comando Militar do Sudeste, sediado em São Paulo. A confissão de Quércia de que a pressão para o final do seqüestro veio do Comando Militar do Sudeste deixa a nítida impressão, virtual certeza, de que os comandos militares já haviam ultrapassado os limites da legalidade, e um golpe armava-se e já estava em andamento. O que não quer dizer que se consumasse, nem que seu resultado fosse duradouro. É evidente também que ainda soa como fantasiosa a interpretação da utilização do seqüestro do empresário Abílio Diniz como arma na luta de classes com forma de eleições. Mas, beneficiando-me agora dos acontecimentos posteriores a este ensaio, o teor das relações entre a família Diniz e o presidente Collor não torna plausível meu argumento? Menos do que verdade ou mentira, a utilização política do seqüestro fica demonstrada pela confissão de Quércia e pela encenação da polícia de São Paulo, no mínimo, para não falar que a televisão mostrou durante todo o dia o final do seqüestro. Trata-se do único seqüestro, na história desses crimes inomináveis, cujo final foi assistido 'au grand complet' pela televisão, 'desprezando-se' os mais mezinhos princípios de segurança do seqüestrado. É que estava tudo arranjado, como numa 'ópera bufá'..." (Oliveira, F. 1992, p. 21-3).

53. Para um conjunto de análises, escritas no calor da hora, procurando avaliar diferentes dimensões da vitória de Fernando Collor, ver, além do artigo a que pertence a passagem citada de Gianotti, Oliveira, F. (1992), Cardoso, R. C. L. (1990), Goldenstein (1990) e Velho (1990). Para depoimentos dos responsáveis pela campanha de Lula e uma importante entrevista com o candidato do PT, tendo como tema um balanço de campanha de 1989, ver Singer, A. (1990).

Isso explicaria a enorme coesão da direita em torno da candidatura Collor. O fundamental em 1989 era derrotar o inimigo de classe.

Capítulo 4

Do mito à razão

“Pouco importa que as medidas provisórias sejam inconstitucionais, desde que o plano dê certo.”

Carlos Alberto Longo, economista,
Gazeta Mercantil, 03 de abril de 1990.

1990 principiou em meio ao vácuo de poder e ao caos econômico. Fernando Collor só tomaria posse em 15 de março, mas José Sarney já havia perdido a condição de governar o que quer que fosse.

Enquanto Collor saía em viagem de descanso – “ele estava física, intelectual e psicologicamente cansado”, disse o estrategista da campanha, Marcos Antônio Coimbra –, as especulações em torno da montagem do futuro governo pululavam e estimulavam as especulações do mercado financeiro. Em novembro de 1989 a inflação mensal medida pelo IBGE era de 41%, subindo para 53,6% em dezembro, 56,11% em janeiro e chegando a 72,78% em fevereiro. Um CDB prefixado de 30 dias era então cotado a 14.000% ao ano. Empresários já encurtavam seus prazos de cobrança normais, de 30 para até 8 dias, e os assalariados de classe média passaram a deixar o dinheiro exclusivamente em contas remuneradas ou aplicações diárias. Apenas com o aumento do índice da inflação de um mês para outro as perdas dos salários (os que eram corrigidos mensalmente pela taxa de inflação do mês anterior) já chegava aos 20%.

A nossa expectativa era a de que a nova equipe gerasse fatos e desse sinais à opinião pública sobre as medidas que iria tomar. Mas a nova equipe parece ter medo até de falar com os leprosos da atual equipe e se contaminar. Isso ajudou a exacerbar as expectativas do mercado, declarou o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega (Istoé Senhor, 03/01/90).

As únicas iniciativas esboçadas no governo foram a proposta do próprio Maílson, de antecipação da posse de Collor, e a proposta do ministro-chefe do Gabinete Civil Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), de que a nova equipe indicasse medidas econômicas emergenciais destinadas a preparar o terreno para as medidas que necessariamente teriam que ser adotadas quando da posse de Collor.

Instado, dessa forma, a colaborar na transição de governo, a resposta do principal articulador político de Collor, deputado Renan Calheiros (PRN-AL), foi objetiva. “Se o Sarney não tem competência para governar, que renuncie”, sugeriu (Istoé Senhor, 03/01/90)¹. Collor viajara para manter-se distante de qualquer tentativa de Sarney de

-
1. A renúncia na verdade já estivera bem próxima de acontecer, antes mesmo do segundo turno das eleições. Numa descrição que evidencia o grau da tensão que rondou os últimos meses de Sarney, Dimenstein e Souza relatam que o Presidente chegou a convocar os ministros para discutir a questão. “O dia 7 de dezembro de 1989 foi, para Sarney, um dos mais tensos de sua gestão. Reuniram-se, no terceiro andar do Palácio do Planalto, no final da tarde, o presidente e os dez ministros mais importantes de sua equipe. Dali a dez dias, o país iria às urnas para escolher, em segundo turno de votação, o sucessor de Sarney. A disputa era travada entre Lula e Fernando Collor, eleitos no primeiro turno. O assunto da reunião era grave. E, por isso, sigiloso. (...) Iniciado pontualmente às 18:00h, no gabinete presidencial, o encontro foi cercado de tensão. A pauta resumia-se à discussão de uma idéia explosiva: a renúncia de Sarney e a conseqüente antecipação da posse do novo presidente que, eleito a 17 dezembro, só assumiria no dia 15 de março de 1990. (...) A idéia da renúncia de Sarney não havia nascido do desvario de um parlamentar opositor. Tampouco foi lançada por Lula ou por Collor. (...) A proposta germinou no interior do próprio governo, vitaminada por um temor da equipe econômica, chefiada por Maílson de Nóbrega e por João Batista de Abreu, ministro do Planejamento. (...) ‘O que discutiremos aqui é um assunto da maior gravidade. Os ministros da área econômica acham que o governo não reúne mais condições para controlar a inflação’, disse Sarney, ao abrir o encontro com os ministros. (...) Após a curta fala inicial, passou a palavra aos ministros, para que, num processo de votação informal, dissessem se eram contra ou a favor da proposta de renúncia do chefe. Criou-se um ambiente de constrangimento. Por determinação de Sarney, os primeiros a falar foram Maílson e João Batista. Os dois deveriam explicar os riscos econômicos a que o país estava sujeito. (...) O quadro econômico era, segundo suas palavras, ‘muito temerário’. A campanha eleitoral havia gerado no país ‘um ambiente de calote’ da dívida interna, com prejuízo para os investidores. Sem credibilidade, o governo não reunia mais forças para impor qualquer tipo de estratégia econômica. ‘Os instrumentos de política econômica perderam a eficácia’, disse ele. (...) Na opinião de Maílson, exposta no encontro, a eleição do novo presidente provocaria o surgimento de um governo paralelo. Bastaria que o presidente eleito ou um de seus auxiliares pronunciasse uma ‘besteira’ econômica para que a hiperinflação brasileira fosse disparada. Ele lembrou que, acossado pelas circunstâncias, Raul Alfonsín consentiu em renunciar, em benefício da antecipação da posse de Carlos Meném. O ministro do Exército interpretou as palavras de Maílson como uma proposta de fuga. Três ministros deveriam falar antes de Leônidas. Mas, furando a fila, ele se insurgiu contra o raciocínio de Maílson. Olhar grudado na face do ministro da Fazenda, o general abespinhou-se: ‘Olha aqui, moço. O senhor não tem o direito de deixar para o próximo governo uma bomba relógio. Isso não seria sério’. ‘Não é bem isso’, tentou interceder o general Ivan de Sousa Mendes, do SNL. ‘Não estou falando com o senhor. Estou falando com o ministro da Fazenda. Estou discutindo a questão econômica’, ralhou Leônidas, olhar ainda estacionado em Maílson. (...) Após alguns segundos de silêncio, Maílson tentou explicar melhor o seu ponto de vista. Achava que a antecipação negociada da posse, longe de prejudicar, beneficiaria o novo presidente, que herdaria uma situação econômica menos deteriorada. Não pretendia armar a bomba, mas desarmá-la. Em sua intervenção, João Batista de Abreu limitou-se a concordar com seu colega de infortúnio. A palavra foi passada a Saulo Ramos. Disse que a renúncia do presidente

envolvê-lo nas dificuldades daquele momento particularmente delicado. O raciocínio era evidente: que Sarney arcasse com todo o ônus do apagar das luzes de seu governo, enquanto Collor ganhava todo tempo possível para a formulação de seu pacote de medidas contra a escalada inflacionária. Avançando um pouco mais no raciocínio e tendo em vista o teor das medidas que seriam tomadas, pode-se até mesmo concluir que o agravamento momentâneo da situação favoreceria, por contraste, o impacto – que, esperava o novo governo, seria positivo – das medidas “salvadoras” a serem adotadas, e minimizaria eventuais resistências que contra elas se levantassem, baixando os custos de eventuais “negociações” que fossem necessárias no Congresso.

O que se afigurava, desde o início do ano, em termos da sustentação parlamentar do futuro governo, era uma pálida sombra do que pretendia a verve voluntarista de Collor. Ele sonhava criar um novo partido, de perfil supostamente “trabalhista” ou “social-democrata”, e que congregasse “liberais”, sindicalistas conservadores e “novas gerações” das oligarquias políticas nordestinas. Renan Calheiros convenceu o presidente eleito, desde logo, que isso seria inviável para as eleições de 1990, dados o reduzido prazo disponível de registro (que se esgotaria em abril, pela legislação vigente) e a ausência de qualquer negociação substantiva nesse sentido. Restava a tentativa

poderia ‘traumatizar politicamente o país’. Na sua opinião, a saída antecipada de Sarney o sujeitaria à interpretação de que, em função dos ataques que lhe foram dirigidos pelos presidenciaíveis, decidira praticar um ato de represália pessoal, transferindo antecipadamente para o sucessor os problemas que não havia sido capaz de resolver. (...) O almirante Sabóia, da Marinha, falou como se discursasse para a tropa: ‘Um soldado não abandona o posto antes da hora. Recebemos a tarefa de passar o bastão no dia 15 de março. E devemos respeitar essa data. Qualquer dia antes disso seria deserção’. Em sua segunda intervenção, Leônidas voltou a crispar-se. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Sabóia, disse que ‘os homens públicos devem cumprir o seu dever até o fim’. Revelou o temor de que a renúncia do presidente mergulhasse o país numa fase de incertezas. (...) Ivan Mendes posicionou-se a favor da saída de Sarney. Não enxergava qualquer problema no horizonte, desde que a proposta fosse negociada com o Congresso. (...) ‘Não podemos correr o risco da hiperinflação, opinou o brigadeiro Moreira Lima, engrossando o pelotão dos defensores da renúncia. Acho a idéia da antecipação da posse muito boa’. Ele considerava ‘injusto’ que a gestão Sarney fosse obrigada a administrar problemas que se agravavam devido à insegurança gerada pela perspectiva de início do novo governo. (...) Último a falar, [Ronaldo] Costa Couto tinha posição conhecida. Havia exposto seu ponto de vista na reunião prévia, realizada em sua sala. Era visivelmente simpático à antecipação da posse. Mas a inexistência de consenso, condição imposta por Sarney para aceitar a renúncia, inviabilizava o projeto. (...) Mailson e João Batista saíram juntos do Planalto. Atordoados, afundaram-se no banco de trás do carro oficial, deslizando até o prédio do Ministério da Fazenda. Mãos na cabeça, Mailson perguntou: ‘O que vamos fazer agora?’ E João Batista: ‘Não há o que fazer’” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 99-107). Mailson da Nóbrega confirmou em entrevista a existência dessa reunião. Embora Collor tenha ignorado os apelos de antecipação, Sarney colaborou com o novo governo. Mailson foi orientado a decretar o feriado bancário para que Collor pudesse baixar seu Plano (Nóbrega, 1999, p. 58).

de formação de um “bloco multipartidário”. Afinal, não se haviam ainda acabado os mandatos dos deputados e senadores Constituintes e um bloco com um perfil muito semelhante ao do “Centrão” seria a saída mais à mão. As precauções de Collor quanto aos custos da negociação parlamentar eram, portanto, fundadas. O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, adiantou os termos da nova relação com o governo frisando que “apoio incondicional, jamais; queremos ser tratados na mesma proporção do nosso peso político”. Já Bonifácio de Andrada, vice-líder do PDS, foi bem mais explícito, lembrando que “o presidente vai adotar medidas impopulares, todos sabemos; mas os parlamentares podem apoiá-lo se ficar claro que terão apoio na campanha eleitoral” (Istoé Senhor, 03/01/90).

A imprensa já comentava, a esta altura, o contraste entre a gravidade do momento e a postura festiva e distante do presidente eleito e de seus assessores mais próximos, empenhados todos em cumprir seus roteiros de férias². Enquanto isso, as especulações para a montagem do ministério corriam soltas³ e empresários de grosso calibre tentavam, diante da aparente fragilidade da equipe de assessores diretos de Collor, influir na indicação do ministro da Economia, novo cargo que Collor anunciara como fusão dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Pela parte da elite empresarial paulista, Olavo Setúbal (Itaú), Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), José Mindlin (Metal Leve) e Cláudio Bardella (Grupo Bardella) decidiram indicar o nome do peessedebista José Serra. Consta que a idéia teria tido boa recepção no PSDB, cujo presidente, Franco Montoro, acabara de assinar nota em sentido contrário, colocando o partido na oposição ao futuro governo. Resumindo a situação, César Maia – cujos planos de adesão a Collor, como se viu, foram prejudicados durante a campanha

-
2. Zélia Cardoso de Mello veraneava em Punta del Este, a futura Primeira Dama Rosane Collor passava dias num “spa” de luxo, e em seguida o casal Collor iniciaria um roteiro que incluía as ilhas Seychelles, na Costa Leste da África, Roma e, na França, Paris e a Côté D’Azur, numa viagem de custo estimado pela imprensa em US\$ 300 mil.
 3. No princípio de janeiro, a bolsa de apostas que circulava na imprensa não tinha nomes fortes para Educação, Agricultura e Reforma Agrária, mas apontava para favoritos em diversos outros postos: Relações Exteriores, Rubens Ricúpero; Saúde, Adib Jatene ou José Aristodemo Pinotti; Ação Social (fusão de Habitação, Saneamento e Assistência Social), Joaquim Francisco; Trabalho e Previdência, Carlos Chiarelli ou Antônio Rogério Magri; Infra-estrutura (fusão de Minas e Energia, Transportes e Comunicações), Haroldo Correia de Mattos ou Rômulo Furtado; Economia (fusão de Fazenda e Planejamento), José Serra ou Afonso Celso Pastore ou Carlos Antônio Rocca ou Daniel Dantas; entre outros nomes e pastas (cf. Istoé Senhor, 03/01/90).

eleitoral – disse que “os empresários lançaram Serra porque perceberam que Collor não tem programa, não tem equipe, nada” (Istoé Senhor, 03/01/90)⁴.

Mas a equipe de Collor tinha, sim, seus próprios planos em gestação. Sob a coordenação geral do embaixador Marcos Coimbra (pai de Marcos Antônio Coimbra, proprietário do Vox Populi e estrategista da campanha), o grupo de 60 “técnicos” e 12 coordenadores de área temática reunia-se num prédio anexo ao Palácio dos Arcos, sede do Itamaraty, conhecido como “Bolo de Noiva”. Coordenando a elaboração das propostas econômicas, Zélia Cardoso de Melo acumulava pilhas de estudos com vistas à implementação das aguardadas medidas. Talvez já pensando nelas, o presidente eleito, quando perguntado em entrevista sobre “o futuro das aplicações financeiras”, diria simplesmente que não era consultor da bolsa de valores e que não administrava sequer o dinheiro da própria família. Uma declaração assim, num cenário de inflação e desorganização econômica crescentes – quando todos esperavam uma declaração do tipo “nada muda nas aplicações, os investidores estão garantidos etc”, que ajudasse a “acalmar o mercado” – era um sinal claro da dificuldade que teria Collor em indicar para a Economia qualquer um que não saísse de seu grupo mais próximo de colaboradores.

Os *lobbies* empresariais e políticos envolvidos na indicação do futuro ministro da Economia eram, no entanto, bastante pesados. E o jogo de pressões que se desenhava era também bastante elucidativo a propósito do que seria uma das principais marcas do comportamento político do futuro governo Fernando Collor: *a oligarquização do poder com base num familismo de tipo patriarcal e numa relação discricionária e personalista com grupos empresariais com acesso privilegiado aos círculos íntimos do presidente.*

No caso do Ministério da Economia, o alto empresariado paulista tinha poucas chances de emplacar José Serra, frente à força persuasiva de alguns grupos empresariais

4. A discussão em torno do nome de Serra e também do nome de Fernando Henrique Cardoso para a Chancelaria deixou em situação desconfortável os setores do PSDB contrários à participação no governo, em especial os nomes mais ligados ao grupo próximo do candidato derrotado Mário Covas. “O partido foi derrotado nas eleições, não irá agora aderir por oportunismo revestido de interesse nacional. O PSDB decidiu que não fará oposição sistemática. Está pronto a apoiar as medidas fiscais que serão necessárias para enfrentar a hiperinflação. Mas não participará do governo e adotará uma atitude crítica, de oposição, em relação ao novo governo. Ao adotar essa posição, o PSDB está dizendo um ‘não’ ao oportunismo político. E está lembrando que a oposição sistemática é tão irresponsável quanto a tese da união nacional” (Pereira, L. C. B., 1990). Em encontro entre Collor e Montoro, a 18 de janeiro, o Presidente do PSDB reafirmou que faria “oposição responsável” ao governo.

cariocas, que preferiam o jovem economista e hábil aplicador dos mercados financeiros Daniel Dantas ou, alternativamente, o ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce Eliezer Batista. Dantas era uma indicação do ex-sogro de Collor, Joaquim Monteiro de Carvalho, banqueiro e proprietário do grupo carioca Monteiro Aranha e do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que por sua vez mantinha relações familiares com os Monteiro de Carvalho (seu pai fora executivo do grupo) e que fora professor de Dantas na Universidade. Já Eliezer Batista era uma indicação de Roberto Marinho, pois que de seu círculo íntimo, e mantinha também relações de amizade com o “articulador político” do proprietário das organizações Globo, o advogado Jorge Serpa, que começara no serviço público junto com Batista, ainda durante o governo Goulart. O *Jornal Nacional* da Rede Globo chegou a noticiar, na noite de 17 de janeiro, em mais um de seus “furos” jornalísticos, que Collor havia se definido pelo nome de Eliezer Batista para a pasta da Economia, o que acabou por gerar constrangimento geral e irritação, por parte de Batista, com Roberto Marinho⁵. Além das relações pessoais, estavam em jogo conflitos de interesse empresarial: o grupo Monteiro Aranha, acionista da empresa de comunicações *Ericsson*, estava em litígio com a *NEC*, de Roberto Marinho, pelo controle da implantação da telefonia móvel no Rio de Janeiro. Confortável na disputa, estava apenas o ex-ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, ao mesmo tempo amigo de (e possuidor de “negócios em comum” com) Roberto Marinho e amigo do pai de Dantas, o ex-deputado

-
5. O hábito de Roberto Marinho de nomear ministros da Fazenda parece não ter começado no governo Collor. A impressionante descrição, feita pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega em entrevista recente, a respeito do episódio de sua nomeação, em substituição a Bresser Pereira em 1988, é indicativo do grau de poder ao qual acostumou-se o proprietário da maior rede de TV do país. Mailson era o secretário-geral do ministério à época de Bresser e estava ocupando interinamente o cargo até que Sarney nomeasse o substituto. Durante a interinidade, Mailson impressionou positivamente Sarney, segundo conta, por causa de uma entrevista concedida ao telejornal noturno da Rede Globo. “Conversei umas 6 horas com o presidente”, relata Mailson. “Ele me convidou [para assumir o ministério], mas disse que nada poderia ser anunciado ainda, porque precisava aparar algumas arestas. (...) [A] aresta era o Roberto Marinho, que tinha outro candidato para o cargo, o Camilo Calazans. (...) No dia 5 de janeiro [de 1988] o presidente me ligou perguntando: ‘o senhor teria algum problema em trocar umas idéias com o Roberto Marinho?’ Respondi: ‘De jeito nenhum. Sou um admirador dele. Até gostaria de ter essa oportunidade’. (...) A Globo tinha um escritório em Brasília, no Setor Comercial Sul. Fui lá e fiquei mais de 2 horas com o doutor Roberto Marinho. Ele me perguntou sobre tudo. Parecia que eu estava sendo sabatinado. Terminada a conversa, falou: ‘Gostei muito, estou impressionado’. De volta ao ministério, entro no gabinete e aparece a secretária: ‘parabéns, o senhor é o ministro da Fazenda’. Perguntei: ‘como assim?’ E ela: ‘deu no plantão da Globo’”. Perguntado sobre quanto tempo havia se passado entre a conversa com Roberto Marinho e sua chegada ao ministério, quando soubera da notícia televisiva de sua nomeação, Mailson respondeu: “uns 10 minutos” (Nóbrega, 1999, p. 48).

Luiz Raimundo Tourinho Dantas. O interesse de ACM era diminuir a ascendência do empresariado paulista sobre o governo. Após se haver entrevistado duas vezes com Dantas – da primeira vez em Brasília, quando o candidato a ministro se fez acompanhar do amigo André Lara Resende, e a segunda em Roma, durante seu *tour* de férias – Collor acabou optando por Zélia Cardoso de Mello para a economia. Eliezer Batista ficaria com a também poderosa pasta da Infra-estrutura (Istoé Senhor, 17 e 24/01/90).

O fato de não ter cedido a nenhum dos *lobbies* é indicativo de outra característica importante que seria também uma marca importantíssima do primeiro ano do governo Collor: *a personalização do poder na figura do presidente, e a extrema autonomia política a que julgava ter direito em vista de seus 35 milhões de votos*. Tanto Dantas quanto Batista ou Serra, ou ainda outros cogitados para a pasta, como o próprio Simonsen ou Afonso Celso Pastore, padeciam da desvantagem de possuírem idéias e grupos políticos próprios, o que tenderia a obscurecer a figura do próprio Collor, que reservava para si a titularidade absoluta sobre as decisões econômicas. Já Zélia encaixava-se perfeitamente no perfil de cumpridora de tarefas desejado por Collor, e desenvolvera com ele laços de afinidade pessoal que vinham de antes da campanha eleitoral. Dois outros nomes importantes foram também logo definidos: o de Bernardo Cabral (o homem que, como representante do PMDB, ganhara a vaga de relator da Constituinte) para o Ministério da Justiça e o do embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor, para o Gabinete Civil da Presidência (sem *status* de ministro).

Após suas férias de janeiro, e para continuar distante das pressões dos mais heterogêneos grupos que aderiram a sua candidatura, em função da montagem do novo governo, Collor saiu em viagem pelo exterior, para evidenciar uma vez mais seu pendor para o *marketing*. Embora nada de concreto houvesse a ser feito, posto que nem empossado estava, em fevereiro Collor avistou-se com alguns dos principais líderes mundiais, os presidentes Bush e Gorbachev, e os primeiros-ministros da Alemanha Helmut Kohl e do Japão Toshiki Kaifu. Collor aproveitou a oportunidade para indicar claramente às economias centrais, antes mesmo de fazê-lo à nacional, sua disposição de promover uma ampla abertura comercial e industrial no Brasil. Em Washington e Nova York, prometeu o fim da reserva de mercado da informática; em Tóquio acenou com a possibilidade de abertura do mercado automobilístico; na União Soviética e na Alemanha Ocidental falou no

estabelecimento de intensos programas de “cooperação tecnológica”. Tudo isso, naturalmente, no plano discursivo. Em uma declaração representativa do sentimento do capital transnacional para com os novos rumos econômicos do Brasil, o presidente da Sony, Akio Morita, afirmou: “O Brasil precisa de um plano econômico consistente e duradouro. A Sony pretende cada vez mais ampliar as operações no país. Mas a mudança de regras dificulta muito o planejamento e as operações das empresas” (Istoé Senhor, 07/02/90).

Em suma – tomando em consideração o comportamento, naqueles dias, dos componentes do antigo e esgotado tripé de sustentação do modelo desenvolvimentista brasileiro – o capital internacional mais uma vez pedia (como pedira em 1964) que o Estado garantisse as condições de previsibilidade de longo prazo indispensáveis ao processo de reprodução ampliada do grande capital (sem o que, recusava-se este a novos aportes); o capital nacional queimava seus cartuchos na batalha autófaga imposta pelo processo inflacionário e tentava garantir com a nomeação de ministros a preservação ou melhoria das posições relativas dos diferentes grupos sobre um tabuleiro em frangalhos e, finalmente, o próprio Estado, sob os estertores do governo Sarney (e diante do desinteresse interessado de Fernando Collor) assistia impotente à deterioração das relações econômicas, sociais e políticas.

Duas posições distintas de enfrentamento da crise do Estado haviam acabado de se confrontar no processo eleitoral e, no entanto, o conjunto do eleitorado não havia optado por uma ou outra. Pois a eleição fôra decidida, como se viu, com base numa confrontação de ordem fundamentalmente “moral” imposta pela conjuntura e, mais que isso, decidida a milhas de distância do terreno da discussão programática. Rememoro aqui afirmação feita no capítulo anterior: a contraposição nítida entre dois diagnósticos antitéticos da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro pode ser um fato heurístico a que o analista tem acesso *a posteriori*, mas dificilmente poderá ser tratado como um fato empírico ao qual tiveram acesso os atores. A contraposição não se fez nítida porque ao programa de Lula, que tinha por carro-chefe a idéia de “desprivatização do Estado”, Collor não contrapôs um conjunto de propostas claramente representativas da direita ou de setores expressivos do empresariado. Como notou Francisco de Oliveira,

esse programa concreto [as medidas baixadas por Collor no ato da posse] é o antípoda perfeito do programa elaborado durante a campanha; de resto, ninguém

prestou atenção ao plano durante o primeiro turno e, na virada para o segundo turno, a postura abertamente classista e o discurso anti-Frente Brasil Popular, anti-Lula, anti-socialismo, já o havia transformado em páginas à espera de menos nobre utilização (Oliveira, F., 1992, p. 56).

Já depois dos resultados proclamados, diante da postura olímpica do presidente eleito, tudo que à cidadania era dado saber a respeito do homem de 35 milhões de votos resumia-se a um espetáculo internacional de *marketing* político. Com discurso e pantomima meticulosamente elaborados, Collor definiu a imagem dos primeiros anos de seu governo antes mesmo de investir-se do cargo, com uma antologia de declarações bizarras: afirmou que derrubaria a inflação com um “golpe de caratê”, chamou os carros brasileiros de “carroças”, disse aos europeus que o Brasil sob seu governo era um “aspirante ao Primeiro Mundo” e, de quebra, reagindo a um manifestante brasileiro que na Alemanha o chamou de “corrupto”, ofendeu-lhe a mãe⁶.

De volta ao Brasil, em entrevista coletiva a 14 de fevereiro, o presidente não ajudou muito a desfazer a confusão: afirmou, por um lado, que a inflação era “caso de polícia” e que as livres remarcações de preços não seriam toleradas e, por outro, que iria promover a completa liberdade de mercado e prover as condições de livre competição na economia. Não antecipou coisa alguma sobre os rumos que a administração econômica iriam trilhar.

6. Durante todo o giro pelo mundo do Presidente eleito, antes da posse, sua assessoria esmerou-se em forjar situações favoráveis à divulgação de uma imagem “moderna”, “jovem”, “atletica” e “arrojada” de Collor. “Os países do Primeiro Mundo costumam receber diariamente um Presidente do Terceiro Mundo. E a imprensa de lá não se interessa mais por eles, sempre fazendo promessas e reclamando do peso da dívida externa”, diz [um dos assessores mais próximos de Collor]. “Então, quem quiser conquistar a mídia tem de fazer algo diferente”. Segundo o assessor, Collor tem isso muito claro e encarregou-se de criar episódios considerados exóticos para melhor amplificar sua mensagem. Seu esforço seria maior após o fracasso de mídia que foi a passagem pelos Estados Unidos, justamente a escala mais importante da viagem. Liberado para improvisar, bem ao seu estilo, Collor treinou caratê no Japão e prometeu derrubar a inflação com um *ippon* – golpe certo que decide a luta. (...) A produção de situações, contudo, não se limitou à arena esportiva. (...) Na Alemanha e na França, por exemplo, onde ouviu as maiores queixas a respeito do protecionismo da atual política industrial e do escasso zelo do país com ecologia, Collor fez declarações agressivas. Numa entrevista em Bonn ele se esmerou em falar mal da indústria automobilística nacional, até hoje objeto de proteção: ‘Comparados aos carros do mundo desenvolvido, os carros brasileiros são verdadeiras carroças’. Em Paris, o alvo das duras críticas foi a chamada elite brasileira. ‘Ela se aproveitou do milagre brasileiro para enriquecer’, comentou o presidente eleito na presença de François Mitterrand. E em Roma, talvez cansado da retórica de seus anfitriões, Collor desafiou: ‘Um dos objetivos de meu governo é trocar a liderança que segundo as suas falas o Brasil detém na América Latina por outra que consideramos mais interessante: a de simples integrante do Primeiro Mundo’”. (Istoé Senhor, 14/02/90).

A expectativa entre as elites empresariais e políticas voltava-se agora para o grau de permeabilidade da futura gestão Collor à vaga neoliberal que ganhara o mundo enquanto o Brasil transitava à democracia. Tratava-se, pois, de questão amplamente indefinida naquele momento. “Meu único receio é que a disposição de reduzir o tamanho do Estado ainda esteja à frente daquilo que a sociedade deseja”, resumiu o deputado e presidente do PDS Delfim Netto (Istoé Senhor, 07/03/90).

A partir de março, mediante as já mencionadas dificuldades a serem enfrentadas no Congresso – visto que o pacote viria, já se sabia, por medidas provisórias que deveriam ser votadas em até 30 dias após sua apresentação – os articuladores políticos de Collor, o futuro ministro da Justiça Bernardo Cabral e os futuros líderes no Senado, Carlos Chiarelli e na Câmara, Renan Calheiros, buscavam já reunir apoios ao governo para o processo de tramitação do pacote. “Temos maioria na Câmara”, anunciou Calheiros. “Temos 75% do Senado”, arrematou Chiarelli (Istoé Senhor, 07/03/90).

Mas mais importante para entender as intenções de Collor no que concerne a suas futuras relações com o Congresso é lembrar que, antes de definir-se por apresentar seu pacote em forma de Medidas Provisórias (MPs), ele ensaiou, por idéia de Bernardo Cabral, valer-se do mecanismo da *Lei Delegada*. O Artigo 68 da Constituição estabelece a possibilidade de iniciativa legal do presidente da República *sem necessariamente haver tramitação da matéria no Congresso Nacional*. Para tanto, bastaria ao presidente solicitar uma *delegação* ao Congresso e este resolver concedê-la. Após especificar as matérias que não podem ser objeto de delegação (como direitos individuais, organização do Judiciário, orçamento etc), o texto Constitucional determina que a delegação ao presidente tenha a forma de uma resolução do Congresso, “que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício”. Se, e apenas se, a resolução determinar a apreciação da matéria pelo Congresso, “este a fará em votação única, vedada qualquer emenda”. Se não, nem isso (Brasil, Constituição, 1988, artigo 68).

Seria muito pouco menos que o Paraíso para Collor e a reação das principais lideranças parlamentares à idéia, ainda que respaldada na Carta, foi obviamente negativa. “Se estão atrás de um mecanismo prático, está aí a Medida Provisória. A Lei Delegada é o pior caminho. Envolve um debate tão demorado que duraria cinco meses. Não serve para

quem tem pressa”, retrucou Ulysses Guimarães. Já um observador como Raymundo Faoro, comentando o lance foi mais incisivo:

Por motivos que a razão desconhece, ou quer desconhecer, ensaia-se desferir o golpe de caratê por meio da lei delegada. (...) Não se indagou acerca do eventual alcance político de, a pretexto de executar um programa de governo em 100 dias, autorizar o governo a legislar em lugar do Congresso. (...) O limite entre uma transferência de poder e uma autorização dependerá de circunstâncias políticas, sempre flexíveis, acomodáveis e acomodaticias, particularmente no momento que um Congresso desencama de seus membros, num ano de massacre eleitoral (Faoro, 1990a).

Collor voltou atrás, temendo maiores impasses já na estréia. Segundo Calheiros,

as críticas da oposição a sua utilização tiveram o objetivo de aglutinar forças contra nós. No fundo, o que nós queríamos era evitar a Medida Provisória, já muito desgastada. A Lei Delegada é específica, limitada, sujeita a dupla votação [afirmação falsa à luz do texto legal, como comentado acima]. Mas a própria oposição nos recomenda a Medida Provisória (Istoé Senhor, 07/03/90).

E assim se fez, por “recomendação” da oposição.

4.1. Plano Collor: insulamento e legitimidade.

A partir do dia 16 de março, a moeda nacional passa a ser o cruzeiro. A moeda anterior, o cruzado novo, deixa de circular. (...) E o dinheiro que você tem no banco? Você poderá sacar o quanto quiser até 50 mil cruzeiros do total do que você dispunha em sua conta corrente antes do dia 16. A partir daí você poderá movimentá-la livremente, sempre em cruzeiros. (...) O montante que ultrapassar 50 mil cruzeiros, você não pode retirar antes de setembro do ano que vem. (...) É como se fosse uma caderneta de poupança, só que mais longa. (...) E por falar em caderneta de poupança... Se você tinha mais de 50 mil cruzados novos na poupança, você passa a ter uma caderneta de 50 mil cruzeiros e a movimentá-la de acordo com as regras da poupança (Brasil, Ministério da Economia, 1990).

Dessa forma assim quase cândida o Ministério da Economia explicava ao cidadão comum o que havia feito do seu dinheiro.

Já no dia seguinte à posse, às 7 da manhã da sexta-feira 16 de março, o novo presidente apresentava as linhas gerais do que ficaria conhecido por Plano Collor (batizado, significativamente, com o nome do presidente, não com o nome da nova moeda ou do ministro ou da estação do ano, como nos casos anteriores). Pouco depois, em reunião com os líderes partidários, a ministra Zélia expunha-o com um pouco mais de detalhe. Às

10h30min, Collor atravessou a pé a Praça dos Três Poderes, acompanhado pelos 12 ministros de Estado e por uma massa compacta de repórteres e cinegrafistas, e levou o pacote pessoalmente às mãos do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, lembrando, em um curto improviso, que aquelas medidas tinham o aval de “35 milhões de votos”. Os ministros Zélia e Bernardo Cabral reuniram-se então com Carneiro e o presidente da Câmara, Paes de Andrade, e detalharam as medidas uma a uma. À tarde, Zélia – juntamente com o secretário Especial de Política Econômica Antônio Kandir, o presidente do Banco Central Ibrahim Eris e o presidente do BNDES Eduardo Modiano – atendeu aos jornalistas ávidos por declarações, em entrevista coletiva, em que explicou que Collor penalizara os ricos e não os pobres, posto que apenas 10% da população possuía ativos financeiros superiores aos 50 mil estabelecidos. O instrumento legal básico do plano foi o instituto da Medida Provisória⁷.

A inexperiência e o improviso da equipe de Zélia haviam sido marcas claras da elaboração do pacote. Na madrugada de 15 para 16 havia ainda pontos importantes do plano a serem definidos e a equipe solicitou a presença dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Luis Paulo Rosemberg. Viajando às pressas a Brasília, os dois sabatinaram a equipe sobre as medidas e acabaram ajudando a alterar vários itens⁸.

Além do confisco de toda caderneta de poupança ou conta corrente no que excedesse 50 mil cruzeiros, ou 25 mil no caso do *overnight* – dinheiro a ser devolvido

7. “Em termos jurídicos, o novo governo fundamentou quase todas suas decisões com base no artigo 62 da Constituição. Segundo esse dispositivo, ‘em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias’. Segundo o parágrafo único desse artigo, ‘as medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes’. É importante registrar a omissão da Constituição com relação à hipótese de reapresentação de medidas provisórias não votadas em tempo hábil e/ou rejeitadas pelo Congresso num mesmo exercício legislativo. Também é importante lembrar que a mesma Carta, no inciso I de seu artigo 154, afirma expressamente que a União só pode criar novos tributos mediante ‘lei complementar’, e não mediante lei ordinária. É igualmente oportuno recordar que o artigo 63 do Código Tributário Nacional, lei complementar à Constituição, define de modo preciso quatro situações de fatos geradores dos impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro e valores mobiliários; em momento algum esse dispositivo menciona, nas hipóteses fáticas de incidência desse tributo, os atos de resgate de depósitos a prazo sem emissão de certificados e saques de cadernetas de poupança” (Faria, 1993, p. 33)

8. Como por exemplo o limite de saques para a poupança de 50 mil cruzeiros, que havia sido fixado anteriormente em 25 mil (cf. Istoé Senhor, 27/06/90).

depois de 18 meses, acrescido de juros de 6% ao ano mais correção monetária, em 12 parcelas mensais – todos os preços da economia retroagiriam a 12 de março e os empresários e comerciantes foram admoestados pela boca do próprio chefe de Estado: “Abuso econômico passa a dar até cinco anos de cadeia neste país. Esconder mercadorias, exagerar nos preços, iludir o consumidor, levará para trás das grades o gerente, o diretor e o dono da empresa”. Os salários pagos em março seriam reajustados pela inflação de fevereiro (72,78%) e ficariam congelados até o mês seguinte, quando a 15 de abril o Ministério da Economia divulgaria o índice máximo para a correção do salário a ser pago em maio. Os salários seriam assim “expurgados” da inflação de março e da primeira quinzena de abril (45 dias de expurgo, portanto). Nos meses subsequentes a sistemática seria sempre a mesma e a eventual defasagem entre o índice estabelecido pelo governo e as perdas decorrentes da inflação só seriam repostas mediante “livre negociação entre patrões e empregados”, sendo que as eventuais reposições assim acordadas não poderiam ser repassadas aos preços. No flanco fiscal, o pacote previa aumento do IOF e diminuição do prazo de recolhimento do IPI⁹.

Houve surpresa e reações desfavoráveis entre “liberais”, “social-democratas” e na esquerda. O senador Roberto Campos (PDS-MT) irritou-se: “Collor garantiu que não haveria congelamento, nem mexeria no *over*. Fez as duas coisas. Ele quer o Estado fora da economia, mas a engessou de tal forma que vai asfíxiá-la”. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) também: “Não é possível. Só acredito quando vir no papel”. Para o senador José Richa (PSDB-PR), “de um lado o pacote libera tudo, e de outro amarra tudo no Estado”. O

9. José Eduardo Faria resume do seguinte modo esta ação inaugural do governo Collor: “Ao mesmo tempo em que manifestou a disposição de reformar estruturalmente a máquina estatal, enxugando seu poder de intervenção na vida social, e de modernizar o sistema produtivo, integrando-o de modo mais estreito com a economia internacional e promovendo o livre trânsito do capital transnacional nas mais variadas áreas, o novo governo também (a) criou um imposto extraordinário sobre operações de crédito, câmbio, seguro e venda ou alienação de títulos e valores mobiliários, sobre a transmissão, venda e resgate de ouro e sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança; (b) obrigou os bancos a comprarem compulsoriamente ‘certificados de privatização’ das empresas estatais; (c) ordenou a prisão de empresários acusando-os de ‘abuso do poder econômico’; (d) agiu no sentido de impedir os tribunais de apreciarem liminarmente os atos do Executivo de constitucionalidade duvidosa; (e) determinou o expurgo, nos reajustes salariais, da inflação de 84% relativa ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990 (apesar de o inciso VI do artigo da Constituição assegurar como direito fundamental dos trabalhadores a irredutibilidade do salário); (f) substituiu a moeda velha e apodrecida – o ‘cruzado’ – pela moeda nova e sadia – o ‘cruzeiro’; e (g) comprometeu-se a devolver parceladamente, com uma carência de dezoito meses e uma correção monetária de mais de 6% de juros ao ano, os cruzados bloqueados” (Faria, 1993, p. 32-3).

senador Severo Gomes (PMDB-SP) ironizou: “Lula não faria melhor”. Nesse primeiro momento, aliás, o PT parece ter recebido o pacote, embora em tom crítico, com certa cautela¹⁰. As principais ressalvas petistas ficaram por conta da política salarial e do confisco da poupança. “Caderneta de poupança não é investimento. Viúvas e aposentados podem ter sido penalizados”, declarou Aloísio Mercadante, que estranhou também, em pacote tão abrangente, o completo silêncio sobre a dívida externa. Lula, particularmente, desconfiou das remarcações: “duvido que os preços do dia 12 prevaleçam”, disse. Para o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) “o governo fez um empréstimo compulsório não confessado. Era esperado que Collor mexesse no *over* e nos títulos especulativos, não na poupança e nos depósitos de conta corrente”. Justamente por causa disso, desde logo o Artigo 5 da Constituição – que permite ao cidadão dispor de seus bens salvo em caso de decisão judicial em contrário – passou a ser invocado por várias vozes, entre elas as de juristas como Miguel Reale Jr. e Celso Bastos, para propor a inconstitucionalidade dessas medidas. O líder do PDT, Doutel de Andrade (RJ), manifestou preocupação também com as atribuições do Congresso: “Se o Diário Oficial publicar o pacote antes de o analisarmos, vamos acionar o governo”. E tinha razões para preocupar-se, já que o governo não parecia estar disposto – pelo precedente da tentativa de obter a lei delegada – a grandes diálogos com o Legislativo. A medida do voluntarismo autocrático foi dada numa declaração do embaixador Marcos Coimbra: “Espero que o Congresso não emende o pacote, porque estará mexendo em casa de marimbondo”. Ao que foi imediatamente contraditado pelo presidente Nélon Carneiro: “O Congresso tem plenos poderes para alterar, emendar, aprovar ou rejeitar o pacote” (Istoé Senhor, 21/03/90).

Na batalha congressual que imediatamente seguiu-se, os partidos dividiram-se internamente e entre si. Entre os partidos mais relevantes, o PMDB (20 senadores, 160

10. “Até mesmo o governo paralelo ao de Collor – aquele que o PT tenta armar em torno de Luís Inácio Lula da Silva e de outros partidos da oposição – tomou posse, na sexta, com uma crítica surpreendentemente branda ao pacote. Estavam presentes o economista Aloísio Mercadante e, como convidado, o presidente da CUT, Jair Meneguelli. Entre paredes, houve quem classificasse o pacote de ‘corajoso’ – sobretudo no que se refere às políticas fiscal e tributária. ‘Poderíamos fazer parecido’, confidenciou um participante” (Istoé Senhor, 21/03/90). Mas foi com certeza no estamento dos economistas que o plano teve acolhida calorosa. A professora Yeda Crusius, da UFRGS, por exemplo (que viria a ser a Ministra do Planejamento no governo Itamar Franco), saudou a iniciativa efusivamente. “O plano é tecnicamente genial, tanto é que alguns economistas, como vocês podem ter visto, mostram-se deslumbrados, porque estão vendo descritas pela televisão as aulas de economia que tiveram até o pós-doutorado. Do ponto de vista técnico e teórico é um plano perfeito” (Crusius, 1990).

deputados) tentou aumentar o limite dos saques da poupança, aumentar a influência do Congresso sobre as anunciadas privatizações e estabelecer mecanismos de reposição das perdas salariais. Já a liderança do PFL (14 senadores, 95 deputados), apesar das citadas bravatas de alguns parlamentares, pretendia aprovar o pacote sem emendas. No PSDB (10 senadores, 25 deputados) parece ter havido uma recepção favorável ao pacote (deputado José Serra à frente) e a tendência era de oferecer poucas sugestões de mudança, a não ser por parte do senador Mário Covas, francamente contrário ao que considerava inconstitucionalidades do Plano. O PDT (4 senadores, 32 deputados) era, no global, contrário às medidas e centrou fogo na tentativa de estabelecer mecanismos de reposição salarial e estabilidade para servidores. O partido de Collor e de seu líder Renan Calheiros, o PRN (2 senadores, 22 deputados) naturalmente considerava o pacote intocável e inegociável. No PDS (2 senadores, 28 deputados), em que pese as restrições inicialmente apresentadas por alguns de seus expoentes, o líder na Câmara Amaral Neto desaconselhou a apresentação de emendas e posicionou-se favorável à aprovação em bloco. O PTB (4 senadores, 21 deputados) também colocou-se à disposição do governo para uma aprovação rápida e em bloco. O PL (1 senador, 19 deputados) resolveu “não atrapalhar” a aprovação do pacote, a não ser por uma tímida tentativa de facilitar o acesso das empresas ao dinheiro bloqueado no *overnight*. Finalmente o PT (16 deputados), contrário em bloco às medidas, apresentou cerca de 50 emendas propondo desde garantia de emprego por seis meses e reposição das perdas salariais até maiores saques na poupança e tributação da grande propriedade rural, além de denunciar o silêncio do governo sobre a questão da dívida externa e da reforma agrária (Istoé Senhor, 28/03/90).

Após a tramitação no Congresso, em meados de abril, as mudanças efetivamente obtidas foram pequenas e superficiais. Como lembrou Luciano Martins (1990, p. 28-9) a ausência de reação à brutalidade das medidas do Plano Collor era tão surpreendente quanto o próprio. A reforma monetária foi aprovada em bloco, inclusive com os limites de saque à poupança e aplicações. A reforma do aparelho de Estado, com diminuição de 27 para 12 ministérios, também. As mudanças mais significativas foram a obtenção de um aumento de 5% no salário mínimo, a não-extinção de alguns órgãos públicos e, no processo de privatizações a ser deflagrado, alguma limitação à participação do capital estrangeiro, além da supressão de dispositivos que atentavam contra a liberdade

de expressão e associação dos funcionários públicos. Algumas emendas aprovadas, como a que dava poderes ao Congresso para anular privatizações e a que previa indenização para os funcionários dos órgãos públicos extintos, foram vetadas pelo presidente (Istoé Senhor, 18/04/90).

Em termos da armação conjuntural do jogo político, o fato é que o pacote, isto é, tanto o plano de estabilização monetária quanto a reforma burocrática (aprovados pelo Congresso praticamente sem arranhões), havia se tornado o centro absoluto, para não dizer o único ponto relevante, da agenda política de 1990.

O debate em torno do plano expressava-se desde dois tipos de discursos. De um lado os que, em nome de uma “lógica da eficácia”, viam, sinceramente ou não, no processo inflacionário o mais profundo impedimento de realização dos “ideais de cidadania” da transição política e, portanto, apoiaram de algum modo o Plano Collor, pelo menos como único mecanismo disponível no momento para enfrentar o problema, e pelo mais como uma intervenção audaciosa e organizadora sobre o caos econômico. De outro lado os que, em nome de uma “lógica do direito”, alegavam ver no plano, devido aos métodos pelos quais as medidas foram implementadas e devido ao estilo autocrático e centralizador do presidente, um atentado tão grave às instituições que poderia, pelo menos, ameaçar a permanência do patamar democrático atingido e, pelo mais, provocar até mesmo um retrocesso autoritário, na medida em que certas garantias constitucionais estariam sendo subvertidas pelo próprio Chefe de Estado, na medida em que a tecnocracia encorpava ainda mais seus poderes e atribuições no âmbito do executivo e na medida em que o equilíbrio entre os poderes estaria sendo seriamente ameaçado pela súbita hipertrofia do executivo com relação aos demais.

Para os que ainda não estavam certos do teor das posições político-ideológicas do novo governo, a combinação entre, de um lado, o discurso de abertura industrial e comercial, de enxugamento do aparelho de Estado, de desregulamentação e privatização futuras em moldes ultra-liberais (evidentemente contrastando com o tratamento policalesco dado pelo plano de estabilização monetária às relações econômicas) e, de outro, o conservadorismo político e a extrema centralização tecnocrática no processo de tomada de

decisões, esta combinação apontava claramente para a opção *neoliberal* do governo Collor (cf. a respeito Oliveira, G., 1991).

Pois o neoliberalismo é um construto que implica na convergência entre um dos aspectos da tradição liberal e o autoritarismo tecnoburocrático próprio à direita contemporânea. Como lembra Bobbio (1988), a tradição liberal funda duas grandes tendências de construção institucional, uma em permanente tensão com a outra: a primeira se expressa na idéia de Estado de Direito, a segunda pode ser resumida na fórmula do Estado Mínimo. É na primeira que convergiram liberalismo e democracia (o Estado liberal-democrático) através de um processo de complementaridade no qual o liberalismo forneceu as garantias civis indispensáveis para o funcionamento do método democrático de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, este método forneceu legitimação ao Estado liberal de Direito. Este foi o caminho de alargamento constante da esfera pública, na qual foram postos os conflitos da sociedade capitalista do século XX. Sobre os direitos civis e políticos do liberalismo clássico seriam conquistados os direitos sociais que terminariam na montagem do *Welfare State* do pós-guerra. Pendurada à reação neoliberal ao keynesianismo, a bandeira do Estado mínimo retoma a outra face da tradição liberal, aquela que só é compatível com uma democracia que se atenha aos aspectos estritamente formais, sem "conteúdos sociais". Tende portanto a direcionar o conflito distributivo e os demais conflitos da sociedade capitalista à esfera do mercado. Na medida em que, por extensão a esta reação neoliberal ao *Welfare*, os mecanismos multilaterais de financiamento das dívidas externas dos países periféricos impuseram, nos anos oitenta, um receituário preestabelecido de políticas de estabilização e ajuste – momento que coincidiu, note-se, com a democratização de muitos dos países que eram objeto de tais políticas – as pautas democráticas foram tornando-se cada vez mais "minimalistas" (para retomar a expressão de Eli Diniz) nesses países. Pois que a esfera abrangida pelo processo democrático de tomada de decisões perdeu espaço cada vez mais para a esfera da razão econômica, da tecnocracia ilustrada encarregada da execução dos "ajustes". A impermeabilidade ao entorno democrático é um pré-requisito fundamental para as instâncias decisórias voltadas à

implementação das reformas orientadas para o mercado, que trabalham, portanto, a partir da lógica do insulamento burocrático¹¹.

Nesse sentido, Collor cuidou, é fato, de concentrar poderes no executivo e alijar os demais poderes de algumas de suas atribuições constitucionalmente asseguradas, em nome da “emergência econômica”. Mas isso não significa necessariamente que a figura do presidente imperasse absoluta, como seu voluntarismo discursivo podia fazer crer. O comportamento autocrático de seu governo teve como epicentro a tecnocracia da área econômica (notadamente da gestão financeira), o que em absoluto fazia eco às expectativas de processo político democrático e participativo que a campanha eleitoral despertara, como notou Raymundo Faoro.

Viu-se que o ministro, e seus apêndices, principalmente na área vital do governo, manda, decide, desmanda, erra e cuida de corrigir os erros, tudo por conta própria. O processo de decisões está, não no Palácio do Planalto, mas nas reuniões do Ministério da Economia ou do Banco Central. O critério para implantar e executar uma política é o suposto saber técnico, de tal forma que as opções desaparecem, em favor da *best one way* dos iluminados, iluminados principalmente pelo poder que se lhes conferiu, do alto e às cegas. Não custa indagar: que regime e que estilo é este? A decisão política, pela ausência do ator principal, passou para a prima-dona, cujo papel, por sua vez, amortecido pelos coadjuvantes, restringe-se a pôr o ponto no ‘i’ das deliberações previamente acertadas pelos corpos técnicos. (...) O modelo tecnocrático, em estado puro, com toda sua feição autocrática, voltou à circulação. Os cientistas políticos chamam o monstro de ‘tecnoautoritarismo’. O modelo contradiz a soberania nacional ou popular, segundo a qual todo o poder emana do povo. Ele não se coaduna, de outro lado, com o sistema de controle dos poderes, o Congresso e o Judiciário (Faoro, 1990b).

As possibilidades da democracia política, da poliarquia, num cenário como este, de fato estreitam-se vertiginosamente. Pois sob a imposição de uma razão objetiva e incondicional imanente à necessidade econômica é virtualmente impossível exercitar a democracia naquilo que ela tem de fundamental, isto é, como método de tomada de decisões coletivas e obrigatórias para o conjunto da cidadania. À já então desgastada frase “tem que dar certo”, que pode ser lida como um apelo do Estado para que a cidadania aquiesça sem restrições à política de estabilização monetária autocraticamente formulada e implementada, viria somar-se outra, típica da situação de “emergência econômica”: “como

11. Para um balanço do processo pelo qual o receituário de ajuste estrutural foi imposto aos países devedores, ver Ominami (1986); para uma periodização do processo de ascensão da ideologia neoliberal desde o pós guerra até os anos noventa, ver Overbeek e Van der Pijls (1993).

estava não dava para continuar”, dito que reforça o caráter de “fato consumado”, de irreversibilidade da política aplicada, e apela uma vez mais ao conformismo dos cidadãos. Pela boca do governo Collor, o Estado em crise solicitava à *demos* que abrisse mão de algo mais que sua participação ativa, solicitava que abrisse mão da democracia como método de tomada de decisões. Aliás “solicitação”, no caso, talvez não seja o termo mais adequado. Tratava-se evidentemente de uma imposição, feita contudo em nome da vontade da própria *demos*, dos 35 milhões de votos lembrados à exaustão, privadamente apropriados pela “República de Alagoas” como se fossem um ativo político seu, de sua propriedade, como se fossem delegação e não representação. Se a crise econômica e a mobilização vinculada ao processo eleitoral de 1989, transcorrido sob o signo da “ética na política”, ampliaram a “ingovernabilidade” do último ano de Sarney, o “excesso de governabilidade” (Martins, L., 1990), que se revelaria efêmero, do primeiro ano de Fernando Collor, sob o signo da reforma monetária, sufocava qualquer possibilidade de participação cidadã, de mobilização social e de democracia política efetiva.

Era tamanha, no entanto, a “emergência econômica” imposta pela escalada inflacionária, que aos olhos de muitos dos atores e analistas brasileiros, no calor da hora, este perfil político profundamente autoritário do governo Collor minimizava-se. Chamo a atenção aqui para o fato de que, para além da batalha entre os discursos do formalismo jurídico e da eficácia econômica, estava em jogo também o embate entre a “necessidade” desta política neoliberal (enquanto suposta inevitabilidade histórica) e as “possibilidades” da democracia *vis-à-vis* um novo processo, que se desenhava, de modernização elitista sob o comando do Estado.

4.2. O fracasso do golpe de mão.

Quanto mais altas as apostas, como se sabe, maiores as possibilidades de prejuízo. Com os primeiros sinais de dificuldades do plano de estabilização monetária em conter a inflação, ainda em maio de 1990, principiou uma enorme e paulatina queima dos estoques de legitimidade abiscoitados por Fernando Collor. Simetricamente a ele, a

oposição, particularmente o PT, buscava uma vez mais na mobilização social a resposta à deslegitimação do poder constituído¹².

A deslegitimação crescente afirmou-se, por outro lado, justamente a partir da confrontação empreendida pelo governo Collor com a ordem legal democrática e com os demais poderes constituídos.

Nas semanas e meses imediatamente seguintes ao lançamento do programa de ajuste do governo Collor, o Executivo parece ter ficado mais poderoso até mesmo do que na época dos próprios militares, uma vez que passou por cima dos direitos e garantias individuais em nome de uma 'reconstrução econômica' impossível de ser formalmente conceituada, enquadrada e regulada pelas categorias jurídicas da Constituição de 1988, exigindo fórmulas normativas abertas e sujeitas não a interpretações tecnicamente jurídicas, mas sim a critérios excessivamente indeterminados e basicamente fundados em sentimentos de responsabilidade funcional das autoridades econômicas. Tratava-se, em suma, de um governo cujos dirigentes, sentindo-se legitimados por terem sido eleitos pelo voto direto, passaram a afirmar que ninguém estaria autorizado a impedir a aplicação das medidas de interesse 'coletivo' (...). Tratava-se de uma recusa que acabou sendo fatal para esses dirigentes e autoridades, impedindo-os, justamente por causa da arrogância, da falta de autocritica, da ausência de disposição ao diálogo parlamentar e do desejo de 'passar por cima' das instituições parlamentares e judiciais, de obter apoio jurídico, partidário, empresarial, trabalhista e psicossocial para corrigir os equívocos técnicos, as 'distorções jurídicas' e os custos sociais de seu programa (Faria, 1993, p. 88-9).

Collor havia prometido, com sua bala solitária, seu "golpe de caratê", trazer a inflação a zero. Zélia, a exemplo de diversos antecessores seus, chegou a criar nova metodologia própria de cálculo do índice pelo IBGE, chamada de inflação "ponta-a-ponta",

12. A avaliação de conjuntura feita pelo PT por ocasião de seu 7º Encontro Nacional (31 de maio a 3 de junho de 1990), apontava, como reação necessária à perda de legitimidade do governo, a retomada da mobilização social. "Diferentes setores sociais foram se conscientizando da natureza do Plano Collor, dos seus efeitos antipopulares e de seus objetivos a longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil. As medidas ilegais, o autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor produziram, em setores democráticos da sociedade, articulações dirigidas pela Comissão Justiça e Paz, incluindo OAB, ABI, setores das igrejas, movimento sindical, entidades de profissionais e técnicos, pequenas e microempresas. No campo popular e sindical, as manifestações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC, pelos bancários de São Paulo, o Congresso do Movimento Sem-Terra em Brasília e a ocupação de centros de trabalho, particularmente a Companhia Siderúrgica Nacional, foram um exemplo do caminho a seguir para enfrentar o Plano Collor. De maneira geral, as mobilizações populares e as greves estão sendo retomadas, como ocorre com os judiciários de São Paulo, os motoristas e ferroviários de várias capitais, portuários, canavieiros de São Paulo, professores da rede pública do Rio Grande do Sul, Paraná, de Minas Gerais e de Santa Catarina. (...) Faz-se necessária uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil e pelos partidos de esquerda, para lançar o movimento sindical em jornadas de protesto e luta contra o Plano e preparar uma greve geral" (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 455-6).

que deveria comparar os preços da última semana do mês com igual período do mês anterior, em vez do método antigo que tomava como referência a variação média dos preços ao longo dos 30 dias do mês. O índice da FIPE-USP para a grande São Paulo, usando já esse novo método, saiu antes que o do IBGE, apurando uma inflação de 3,29% em abril de 1990. Foi tomado portanto um período posterior ao plano e anterior aos aumentos das tarifas públicas, que só apareceriam nas contas de luz do mês seguinte. O item que mais contribuiu para os 3% apurados foi o vestuário de inverno que chegava às lojas. Insistindo no zero prometido, Antônio Kandir solicitou ao IBGE que expurgasse o vestuário de inverno, alegando que “sazonalidades devem ser desconsideradas” e reafirmando que “não está ocorrendo inflação no país”. Mas a própria ministra Zélia, em audiência no Senado, declarou aos parlamentares que a estimativa preliminar do IBGE chegava também a 3%. Certamente era pouco perto dos mais de 70% anteriores ao plano, mas era já um indício de problemas. Os aplicadores que mantiveram os recursos que lhes restaram depositados na poupança perderam dinheiro, pois com a aposta governamental no zero absoluto, o valor dos BTN (Bônus do Tesouro Nacional) foi congelado e as cadernetas renderam apenas 0,5% líquidos, provocando um aumento da retirada que chegava já a 15% do valor que restara depositado após o confisco. Consta que burocratas de alta patente já telefonavam a grandes empresários solicitando que fizessem depósitos em poupança. Quanto ao aperto monetário, começava também a fazer água. As expectativas dos autores do plano não se confirmaram quanto ao fato de que o dinheiro restante na economia seria suficiente para um mínimo razoável de atividade. Não foi, e o próprio BC foi obrigado a providenciar a abertura de linhas de crédito para que empresários pudessem honrar ao menos as folhas de pagamento, dando origem à abertura de uma série de “torneiras de liquidez”. Pelos primeiros balanços do BC, calculava-se que o índice de liquidez da economia, avaliado em 9,5% do PIB no primeiro dia de funcionamento dos bancos após o pacote, em março, já teria se elevado para 14% do PIB apenas 60 dias depois. A empresa de consultoria Trevisan e Associados avaliava, ao mesmo tempo, que dos 85 bilhões de dólares retidos pelo plano, cerca de 40 bilhões já estariam de volta à circulação. Para completar o quadro problemático, no dia 8 de maio, sob o impacto das 45 mil demissões registradas na indústria paulista em abril, cerca de 5 mil metalúrgicos da Volkswagen e da Ford saíram em passeata até a prefeitura de São Bernardo do Campo, onde fizeram ato

público contra o “arrocho salarial” embutido na política de estabilização monetária, a recessão e o desemprego, organizados pela CUT. Era a primeira grande manifestação pública contra o Plano Collor (cf. Istoé Senhor, 16/05/90).

Do ponto de vista da reforma burocrática, os planos eram de demitir mais de 20% de todo funcionalismo (cerca de 350 mil num universo de 1,6 milhão), sendo 330 mil nas empresas estatais, especialmente bancos oficiais, e 20 mil na administração direta, como fonte de uma economia de recursos que transformasse o déficit fiscal em conta corrente do governo de 8% em 1989 num superávit de 2% em 1990.

Enquanto isso, a aparente prática policial sobre o empresariado, convertida em *marketing* do plano, prosseguia. Em maio foram presos, por sonegação, dois empresários do Paraná e cinco de São Paulo; por conversão fraudulenta de cruzados novos em cruzeiros, um gerente de banco em Rio Branco, no Acre; e por crime contra a economia popular, um gerente e dois donos de supermercados em São Paulo. Mas o caso mais espalhafatoso foi a perseguição empreendida pela Polícia Federal ao empresário Paulo Malzoni, presidente da holding controladora das cadeias de lojas Dillard's e Sears e da financeira Ultracred, acusado de ter legalizado dinheiro proveniente de caixa 2. Todos os casos tiveram grande destaque na imprensa.

Em meados de maio a área econômica implementou alguns ajustes¹³, mas a desconstrução da lógica do plano já se iniciara irremediavelmente¹⁴, apesar da aquiescência inicial da população para com as medidas¹⁵.

13. O governo passou a corrigir o BTN com base no índice de inflação da FIPE, para evitar os expurgos do IBGE e aumentar o rendimento da poupança. Passou também a corrigir o mínimo pela variação dos preços da cesta básica, deixou de estabelecer um patamar mínimo de reposição salarial, deixando-a a cargo da “livre negociação”, proibiu parcelamentos com cartão de crédito, limitou as quantias que poderiam ser colocadas à disposição pelos bancos como crédito para pessoa física e extinguiu as contas remuneradas

14. Trecho de um Editorial de *O Estado de São Paulo* de 20 de maio de 90, jornal que apenas dois meses antes aplaudira o pacote, é uma boa ilustração da rápida deterioração da situação política. “É a pessoa do Presidente da República que está em causa – ninguém pense o contrário! É sua capacidade de compreender a extensão da crise, que a imaturidade e a afoiteza dos mosqueteiros de d. Zélia e a inexperiência de muitos armaram, que está sendo questionada dentro do próprio governo! (...) A sociedade ou ri-se dos mosqueteiros de d. Zélia, ou demonstra irritação, quando não um mal-estar de causas mal definidas, que paralisa os negócios, pois tira a vontade de investir”.

15. Pesquisa Datafolha em 10 capitais apontava que, um mês depois do pacote (11/04), 42% dos entrevistados acreditavam que seu poder de compra havia aumentado com o Plano Collor, número que

No dia 29 de maio, um juiz de primeira instância de São Paulo determinou, em sentença, a liberação de NCz\$ 800 mil de uma caderneta de poupança retida pelo confisco. Era a primeira do gênero e seria seguida em breve por inúmeras outras por todo país. A 31 de maio o governo sofria sua primeira derrota no Congresso, nas votações das MPs relativas ao pacote. Por 152 votos a 130 o Congresso derrubava a MP 185, que autorizava o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a suspender as decisões dos TRTs nos julgamentos de dissídios coletivos. O objetivo da medida, estabelecida pelo governo em concomitância à decretação da “livre negociação” salarial, era conter a concessão de reajustes baseados na estimativa das perdas salariais com inflação passada. “É a pior notícia desde o início do plano”, reagiu Zélia. Em resposta, no mesmo dia o governo reeditou a medida, sob o número 190 e com uma pequena alteração cosmética, propondo novamente a suspensão dos dissídios. “O governo não está reeditando a mesma medida”, declarou o ministro Cabral. “Isso é uma provocação evidente”, disse o deputado Néelson Jobim (PMDB-RS). “O governo está afrontando o povo e provocando um confronto entre os poderes”, completou o jurista Miguel Reale Jr. Alternativamente, os líderes do PMDB, PSDB, PDT, PCB, PCdoB, PSB e PL passaram a articular um projeto de política salarial que corrigisse uma parte dos salários pela variação da inflação. Os problemas de Collor, no entanto, apenas começavam. O achaque aos demais poderes não lhe restaria sem custos. Não que o Congresso tenha-se revoltado com inconstitucionalidades. A base clientelista de Collor, PFL à frente, estava descontente era com o atraso do governo na distribuição de cargos de segundo escalão nos ministérios, autarquias e estatais¹⁶.

O presidente do Senado aceitou a MP 190 e deu-lhe trâmite, mas o Procurador-geral da República, Aristides Junqueira, ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. “A reapresentação da medida provisória constitui

caiu para 32% no mês seguinte (09/05) e, transcorridos mais dois meses, para 16% (09/07) (cf. Datafolha, apud *Opinião Pública* vol. II, n. 2, 1994).

16. O deputado mineiro Mário de Oliveira, do PRN, por exemplo, votou contra a MP 185 “para dar um aviso ao governo”, já que havia levado “um chá de cadeira de duas horas do Ozires Silva”. Na mesma linha, Francisco Salles (PRN-RO), afirmou ter votado “contra o autoritarismo da equipe econômica. Essa derrota é um alerta ao presidente de que é preciso mudar a equipe”. A situação do governo no Congresso já era tão ruim que o líder Calheiros valia-se mais da estratégia de obstrução das votações, típica das minorias, que da tentativa de votação, propriamente. Na votação da MP 185 mais de 100 parlamentares que vinham votando com o governo não compareceram (Istoé Senhor, 06/06/90).

crime de responsabilidade do presidente da República”, afirmou o subprocurador Carlos Victor Muzzi. Ao mesmo tempo, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ingressava também com ação no Supremo, pedindo a inconstitucionalidade da MP que impedia a concessão de liminares em processos contra o plano econômico do governo. Esta MP, e a que determinara o confisco, eram as medidas mais delicadas do plano, do ponto de vista jurídico. Com o objetivo precípua de argüir a inconstitucionalidade dessas medidas foi lançada no dia 30 de maio a “Frente Nacional pela Democracia e Contra a Recessão”, um movimento que congregava dezenas de entidades, sob a liderança da OAB. Mais importante que isso, a Frente propunha a limitação ao uso das Medidas Provisórias, ainda não regulamentado por lei complementar desde a promulgação da Constituição¹⁷.

Derrota política mais importante veio a 6 de junho quando, por 9 votos a zero, o STF suspendeu os efeitos da MP 190¹⁸. Em seu voto, o relator da ação de inconstitucionalidade, ministro Celso de Mello, citou passagem de um livro do professor Tércio Sampaio Ferraz Jr., secretário-executivo do Ministério da Justiça e, portanto, o principal assessor do ministro Bernardo Cabral:

A consequência perversa deste entendimento [do direito de reedição de MPs pelo governo] é óbvia”, diz o texto. “Em tese, reeditando medidas provisórias, até mesmo quando explicitamente rejeitadas, o chefe de Estado se outorga o poder discricionário de disciplinar não importa que matéria, fazendo do Congresso um mero aprovador de sua vontade, um poder emasculado (apud Istoé Senhor, 13/06/90)¹⁹.

Novos contratempos ocorreram também no Congresso, em sessões tumultuadas por agressões verbais e até físicas, com a oposição incluindo emendas que ampliavam o limite de saque dos cruzados novos bloqueados, durante a votação da MP 184. Iniciou-se

17. A Frente encaminharia sugestões ao Projeto de Lei Complementar n. 223, do deputado Néelson Jobim, que regulamentava o uso de MPs. Entre elas estavam a proposta de proibir a reedição de medidas provisórias não votadas pelo Congresso no prazo legal. “A não votação deve representar a rejeição tácita da medida”, afirmou o jurista Fábio Konder Comparato, autor do estudo que resultou nas propostas da Frente (Istoé Senhor, 06/06/90).

18. A oposição, mesmo a mais moderada, foi bem servida pelo que a imprensa chamava de “trapalhadas jurídicas” do governo. “Coitado do Bernardo Cabral. Gosto muito dele, trabalhamos juntos, mas vejamos só: ele foi reprovado pelos principais juristas do país, foi reprovado no Congresso e, agora, por nove a zero, foi reprovado no Supremo. Se isto fosse uma banca examinadora, ele sairia com nota zero”, disse Ulysses Guimarães sobre o procedimento de seu relator, à época da Constituinte (Istoé Senhor, 13/06/90).

19. Para uma avaliação da “autonomia política” a que chegou Collor em seu primeiro ano, ver Martins, L. (1990) e Soares (1990a).

também um processo por crime de responsabilidade contra o secretário de Administração, João Santana, que por três vezes não compareceu à Câmara para prestar esclarecimentos sobre a “reforma administrativa”. Até o principal aliado do governo na mídia, as Organizações Globo, a partir das primeiras derrotas políticas passou a regatear apoios²⁰.

Nesse contexto, após indispor-se com diversos setores capazes de algum grau de reação política – correntistas e poupadores que perderam dinheiro, funcionários públicos ameaçados de demissão, juristas boquiabertos com as bateladas de inconstitucionalidades das MPs, decretos e portarias do plano, militares furiosos com a extinção do SNI, parlamentares fisiológicos “prejudicados” pela ausência das nomeações exigidas etc etc etc – Collor tentou patrocinar um “pacto social” (cf. Boschi, 1990; Vianna, 1990 e Pena, 1990). A 15 de junho, a ministra Zélia conversou com Luís Antônio de Medeiros e Jair Meneghelli, presidente da CUT, intermediados pelo coordenador do PNBE, Emerson Kapaz. No dia 18 reuniu-se, no Ministério da Economia, a grande mesa do suposto “pacto”, com sindicalistas, governo e empresários²¹. A CUT, porém, exigiu a suspensão das demissões no funcionalismo – no D.O. do dia 16 havia sido publicada a demissão de 10 mil funcionários públicos – e o governo aferrou-se à posição de que era impossível revê-las. Após 9 horas de discussão, empresários e trabalhadores já avaliavam que o governo desejava “dividir com eles a derrota”. Não se chegou a qualquer acordo, mas abriu-se a possibilidade de novas reuniões (cf. Istoé Senhor, 27/06/90).

A esta altura, as greves eclodiam uma após a outra. Só em São Paulo, contabilizavam-se 250 mil trabalhadores parados, 65 mil dos quais eram metalúrgicos (de Santo André, São Bernardo, Campinas e São José dos Campos). Ao mesmo tempo, somavam-se já 440 mil trabalhadores demitidos na indústria em junho, na Grande São Paulo. No serviço público, os funcionários da CEF entraram em greve exigindo a revisão

20. Manchetes de *O Globo*, a 03/06/90, “Collor perde apoio no Congresso” e a 04/06/90, “Procurador da República teme que Collor se torne ditador” são exemplares a respeito.

21. Além de Meneghelli, da CUT, e de Luís Antônio de Medeiros, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, pelo lado dos trabalhadores, estiveram presentes Paulo Francini, pela CNL, Roberto Della Manna, pela Fiesp, César Rogério Valente, presidente da Confederação das Associações Comerciais, Theóphilo Orth, da Indústria de Base, Edmundo Klotz, da Indústria de Alimentos, Júlio Capuano, da Construção Civil, e Pedro Camargo Neto, da Sociedade Rural Brasileira. Pelo governo, os ministros Antônio Rogério Magri, do Trabalho, e Bernardo Cabral, da Justiça, os secretários do Ministério da Economia Antônio Kandir e Eduardo Teixeira e Ibrahim Eris, presidente do Banco Central.

das demissões de mais de 2.500 funcionários concursados. Os petroleiros, do mesmo modo, condicionaram o retorno às atividades à revisão das demissões na Petrobrás. Com o aumento das pressões, o governo acabou cedendo em alguns casos: após uma semana com 75 mil servidores da Eletrobrás em greve, o governo abriu mão das demissões na empresa e concedeu reajuste de 51% aos funcionários (cf. Istoé Senhor, 27/06/90).

No relacionamento com os empresários, novo foco de atritos criou-se com a elaboração de um documento, em junho, dispondo sobre as “bases para uma política industrial” do governo Collor. Confeccionado pelo Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria Nacional de Economia, o documento, que tinha por meta a introdução de formas para obter-se “preço e qualidade em padrões internacionais” para a indústria brasileira, não contou com a colaboração nem valeu-se da consulta a qualquer empresário ou entidade empresarial importante no setor, apesar da FIESP ter mobilizado representantes de diversos setores para colaborar na redação das diretrizes²². Ao falar em redefinir o papel do Estado em suas relações com o meio empresarial, atrair novos capitais externos para investimentos, extinguir protecionismos, cartorialismos etc, temperando esses dados com o habitual estilo autocrático, mais uma vez Collor semeava desconfiança. Para o empresariado, a questão colocada era a de que, nas palavras do empresário Einar Kok, “não é possível passar de uma política de alta proteção para a de liberdade sem uma cautelosíssima fase de adaptação” (entrevista a Istoé Senhor, 04/07/90).

Tantos foram os desencontros entre o governo Collor, os destinatários de suas políticas e os demais poderes constituídos que, ao final de poucos dias, e com um plano de estabilização monetária já em franco esfacelamento nas mãos, dos estoques de legitimidade angariados pelos célebres 35 milhões de votos restara apenas a referência discursiva aos ditos cujos. Pesquisa *Datafolha* aferira que, contra a expectativa positiva da ordem de 71% de dias antes da posse, Collor amargava agora uma aprovação de 36% apenas. Com o isolamento crescente, o presidente partiu para gestos mais amistosos com a oposição. A 27 de junho tomou café da manhã com os líderes do PSDB no Senado,

22. Os estudos do governo estariam indicando o uso de tarifas e financiamentos, juntamente com a criação de programas de melhoria da qualidade e produtividade. A idéia seria promover uma “abertura dos portos”, com a possibilidade de importação de carros japoneses e franceses. Os produtos sem similar nacional seriam importados a tarifa zero. Mas as informações sobre o projeto eram escassas e imprecisas (cf. Istoé Senhor, 27/06/90).

Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Euclides Scalco, quando teria afiançado aos interlocutores sua disposição de restabelecer relações amigáveis com o Congresso. O líder no Senado parece ter compreendido o recado. “Não podemos criar dificuldades desnecessárias, que acabarão por jogar o governo nas mãos da direita”, declarou após o encontro (cf. Istoé Senhor, 04/07/90)²³.

No *front* externo, Zélia e sua equipe, especialmente o embaixador Jório Dauster, escolhido como negociador da dívida externa, procuravam ganhar tempo frente às pressões dos bancos credores, que queriam ao menos algum pagamento de juros em 1990, já que o Brasil estava em moratória não-declarada desde meados de 1989. A idéia era obter alguns resultados palpáveis na estabilização monetária primeiro, para que se reunissem condições um pouco melhores na renegociação da dívida, depois. Em reunião no FMI, já em maio, os organismos de financiamento internacional declararam apoio formal às medidas do Plano Collor. “Suas metas justificam um esforço conjunto das instituições financeiras internacionais para manter o fôlego do plano até que ele comece a produzir resultados”, disse Barber Conable, presidente do BIRD. “Queremos ajudar”, completou Michel Camdessus, diretor-presidente do FMI. Em meados de julho, Zélia foi à Europa e aos Estados Unidos, acompanhada de sua equipe e de alguns banqueiros e empresários brasileiros “convidados”, como o presidente da Febraban Leo Wallace Cochrane Jr. e os empresários Olavo Monteiro de Carvalho e Joaquim Monteiro de Carvalho, do Grupo Monteiro Aranha, para manter contatos preliminares com vistas à renegociação. Avistou-se com Margaret Thatcher, que fez elogios ao Plano, e com diretores de instituições financeiras francesas e alemãs, credoras do Brasil. Em Wahington, encontrou-se com diretores do Federal Reserve, o BC americano, para quem, no entanto, a ascensão inflacionária que se verificava em julho já era bastante preocupante. “Gostamos da tendência, mas achamos que os níveis atuais de inflação não são aceitáveis”, disse um deles. O problema principal porém era a retomada dos pagamentos brasileiros. Para Kandir,

23. À luz desta reconstituição factual não se sustentam as dívidas, expressas por alguns analistas da conjuntura, a respeito do perfil político do governo Collor. Eli Diniz (1990a), por exemplo, afirma que nos seus primeiros meses (refere-se aos primeiros quatro ou cinco meses), o governo manteve uma posição dúbia entre a opção pelo neoliberalismo ou pela social-democracia, dubiedade já presente, segundo esta autora, na campanha eleitoral de 1989. Parece-me evidente, ao contrário, que ao final dos primeiros cem dias neoliberalismo e autocracia eram de fato as faces mais visíveis do governo Collor.

os pagamentos em atraso eram “apenas um dos aspectos do problema global da dívida”, fala que indicava aos credores que o governo só tencionava pagar alguma coisa no contexto de um acordo mais abrangente, que poderia levar até dez meses para ser obtido. De 7 a 9 de agosto o Senado – encarregado pela Constituição de fixar os parâmetros de negociação da dívida externa – promoveu um seminário com credores, economistas e parlamentares brasileiros a respeito. Para vários parlamentares havia chances de um bom acordo, desde que se conseguisse “convencer a comunidade internacional” de que a dívida brasileira não poderia ser paga nas condições em que estava. Já o vice-presidente do Banco de Tóquio, presente no evento, foi mais direto: “não teria sido possível conseguir a modernização da estrutura industrial brasileira sem os bancos privados”, avaliou ele. “Os bancos acreditaram no Brasil e agora, para restabelecer a credibilidade, o país deve retomar os pagamentos. Há um limite nas concessões que podemos fazer”. A 7 de agosto foi fechado um acerto com o FMI, pelo qual o Brasil receberia empréstimos de US\$ 2 bilhões em seis parcelas trimestrais. Em 5 de novembro, os bancos credores apresentaram como proposta o pagamento parcelado de um terço dos atrasados brasileiros, proposta considerada boa pelos negociadores (Istoé Senhor, 16/05, 25/07, 15/08, 12/09 e 14/11/90).

Como se não bastasse esse acúmulo de questões pendentes na pauta, ligadas em alguma medida ao tipo de prática política adotada pelo executivo, começava também a eclodir uma outra ordem de problemas, que sulcariam profundamente a face pública do governo Collor: os escândalos político-administrativos envolvendo funcionários de alto escalão, assessores e aliados políticos²⁴.

24. Na virada de junho para julho vieram à luz os seguintes escândalos: 1) *SOS Estradas*. No final de junho, a secretaria nacional dos transportes, subordinada ao Ministério da Infra-estrutura, preparou um projeto de decreto que previa a contratação “emergencial” de empreiteiras sem licitação. Alegando urgência, o secretário Marcelo Ribeiro (ex-empresário da Tratex e conhecido “lobista” em Brasília) autorizava o DNER a definir critérios de escolha direta das empreiteiras para os trechos a serem reparados, rateando assim uma verba equivalente a US\$ 500 milhões do projeto “SOS Estradas”. Collor assinou o decreto, publicado no D.O. em 26/06/90. Já no dia seguinte, por pressão do Ministro Ozires Silva, que havia sido alertado por parlamentares e jornalistas, foi obrigado a revogar o ato. O Ministro pediu também a exoneração de Ribeiro, conhecido de Collor desde a infância, mas não foi atendido. Em defesa do secretário, posicionou-se Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de campanha de Collor. 2) *Portobrás*. A 3 de julho, Jorge da Silva Campos, liquidante da Portobrás, empresa extinta pelo pacote do Plano Collor, foi exonerado de suas funções pelo Secretário de Administração João Santana, horas depois de entregar ao diretor da Polícia Federal Romeu Tuma seis processos comprovando corrupção e irregularidades em antigas administrações da empresa. Campos acusou o secretário dos transportes Marcelo Ribeiro e o secretário adjunto de transportes aquaviários Fernando Viana, este “lobista” dos usuários de portos, de

Mas o plano de estabilização monetária demonstraria possuir ainda algum fôlego, mesmo com os reveses precoces que acumulou. Nos planos Bresser e Verão a inflação renitente só voltara a ultrapassar o patamar dos 8% após quatro meses de vigência dos respectivos pacotes de estabilização. Sob Collor ela chegara a isso em três meses. No início de julho, enquanto Collor garantia que ela estava sob controle e iria estabilizar-se em patamares “baixos”, o empresário Roberto Della Mana anunciava que a FIESP trabalhava com uma expectativa de 12% para o mês. Porém, de julho para agosto as expectativas melhoraram. O índice medido pela FIPE em São Paulo manteve-se na casa dos 11% em junho e julho. Apesar da estabilidade, constatou-se que a expectativa de inflação do índice, que era de 13,1% na primeira semana de julho regredira para 11,3% até o fechamento. Em vez de alta, a FIPE passou a indicar estabilização com leve tendência de regressão da inflação. “Podemos chegar a um dígito em agosto”, previu o economista Juarez Rizzieri, coordenador da pesquisa de custo de vida da FIPE. A principal razão para a bolha de calma inflacionária era, com certeza, a forte recessão imposta à economia. O IBGE anunciou em 8 de julho que a diminuição da atividade industrial brasileira no primeiro semestre de 1990 havia sido de 7,1% (cf. Istoé Senhor, 15/08/90)²⁵.

pressionarem por sua demissão para evitarem ser envolvidos nas apurações que o liquidante realizava, e que já diziam respeito à malversação de recursos da empresa da ordem de Cr\$ 100 bilhões. As investigações de Campos apontaram também para desvio de bens da empresa, concessão de financiamento para a construção de estaleiros, contratos irregulares de consultoria e malversação de verbas da Fundação Portos, instituto de previdência privada dos funcionários da Portobrás. Um dos nomes envolvidos na malversação era o do advogado Jorge Serpa, “articulador político” de Roberto Marinho. 3) *Telebrás*. Em julho a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), investigando uma oscilação suspeita dos papéis da Telebrás no mercado de ações, descobriu uma “operação” para favorecer alguns credores da empresa, entre eles fundos de previdência privada (especialmente a Previ, de funcionários do Banco do Brasil) e uma empresa prestadora de serviços à Telebrás, a NEC do Brasil, de propriedade de Roberto Marinho. Os principais agentes financeiros envolvidos na “operação” eram o Banco Icatu, de propriedade de Daniel Dantas, e o Banco ABC-Roma, integrante do Grupo Roberto Marinho. 4) *Fundos de Pensão das Estatais*. O Ministério da Previdência decidira transferir o controle das aplicações em ações e no mercado financeiro realizadas pelos fundos de previdência complementar dos funcionários das empresas estatais para instituições privadas. As exigências da licitação reduziram o leque possível de administradoras privadas a 12 instituições. Segundo o deputado Luiz Gushiken (PT-SP), a quem bancários beneficiários da Previ (do BB) levaram a denúncia, essas 12 instituições já controlavam metade do mercado de ações no país e passariam a movimentar também uma soma então avaliada em 3 bilhões de dólares dos fundos, oligopolizando o mercado. Os funcionários do Ministério envolvidos eram ex-funcionários da Sulamérica Seguros e da Bradesco Seguros, todos também conhecidos “lobistas” (cf. reportagem de Istoé Senhor, 11/07/90).

25. Algumas outras conseqüências do plano contribuíram também para o bom resultado desses meses. Houve um melhor controle da liquidez da economia. O BC passou a zerar diariamente todas as posições do mercado financeiro, deixando de emprestar dinheiro para que os agentes cobrissem seus pagamentos do

Aproveitando-se do breve momento positivo, Collor tentou nova armação do “pacto”. A 5 de setembro a grande mesa reuniu-se mais uma vez, com Cabral, Zélia e Magri à frente, além de representantes da CUT, Federação dos Metalúrgicos e empresários. Pressionado pelos grupos mais à esquerda na CUT, Jair Meneghelli disse que não estava ali para decidir nada: “Antes eu não queria sentar na mesa; agora vou ouvir e levar as propostas para minha base”²⁶. O grande mote agora, do ponto de vista do governo, é que as reposições salariais que vinham sendo concedidas estavam sendo integralmente repassadas aos preços, o que terminaria por provocar a retomada inflacionária. Zélia insistiu que a margem de lucro das empresas era “das mais altas do mundo” e que gostaria de ver os reajustes salariais saírem dela. Na véspera da reunião, Collor retirara da MP 211, que versava sobre a “livre negociação” salarial – como “um gesto de boa vontade do presidente em relação à classe trabalhadora” –, o artigo que permitia aos empresários não darem reajustes na data-base das categorias. Aos trabalhadores foram oferecidos ainda, como propostas do governo, um programa de combate à pobreza, um projeto de educação e um programa de participação no lucro das empresas. Para os empresários, em troca do não-repasse das reposições aos preços, o governo propôs maior facilidade nas importações, a criação de uma lei antitruste, “novas formas de desregulamentação da economia” a serem fixadas em lei, definição de novas áreas em que o capital privado poderia “colaborar com o governo” e concessão de serviços públicos ao capital privado. Antes que uma concertação política propriamente dita, o governo pretendia nitidamente a restauração da aquiescência social erodida²⁷.

dia seguinte, restando a estes apenas a troca de recursos com as outras instituições privadas. Passou também a cobrar IOF sobre aplicações de prazo inferior a 18 dias, onerando-as. Além disso, o dispositivo da MP 168 que obrigava o recolhimento de todos os recursos bloqueados da poupança ao BC ainda não havia se completado integralmente. O montante só seria totalmente recolhido no final de maio, retirando da economia mais de 1 bilhão de cruzeiros. Na área fiscal, o governo já trabalhava com a previsão de um superávit nas contas públicas de 1,2% do PIB.

26. No que diz respeito ao comportamento da CUT, Meneguelli só teria se disposto a participar da reunião, como afirmou reportagem da Istoé, “porque ao longo dos últimos meses a tática da CUT de atacar o governo com greves em grandes sindicatos estatais acabou se esvaziando. Na primeira greve, da Companhia Siderúrgica Nacional, Collor não chamou o Exército como Sarney, nem invadiu a fábrica, ou matou operários. Simplesmente, venceu os grevistas pelo cansaço, depois de 38 dias, nos quais pôde contar, sempre, com as decisões do Tribunal Superior do Trabalho. A mesma estratégia foi seguida nas greves posteriores da Rede Ferroviária e dos eletricitários – obtendo igual êxito” (Istoé Senhor, 12/09/90).
27. Raymundo Faoro ironiza, a propósito, uma entrevista em que Zélia Cardoso de Mello revolta-se contra a “incompreensão” da sociedade frente às boas intenções governamentais. “A honrada autoridade debate-se

4.3. As Eleições de 1990 e o governo.

Havia uma enorme expectativa – no governo, na oposição e na imprensa – quanto ao novo perfil do Congresso que emergiu das eleições de 1990²⁸. Ressaltou-se uma grande renovação nos nomes e a não-reeleição de lideranças conhecidas, o que poderia levar a crer que as coisas caminhavam em conformidade com a tendência de repúdio à

numa desesperada decepção com a sociedade brasileira. 'Está havendo um descompasso entre a expectativa da sociedade e a ação do governo'. O descompasso poderia estar, talvez com melhor propriedade, entre a expectativa do governo e a ação da sociedade. Que fazer? Trocar de sociedade, composta de um povo que não foi digno dos iluminados dirigentes que ilustram este apagado fim de século? Não, é claro que não. Basta, com algumas ameaças firmes ou algumas bordoadas bem calibradas, desentortar o que está torto. 'A sociedade – adverte, ao que parece pela última vez – precisa entender que o governo tem um objetivo e vai cumpri-lo. A sociedade está demorando para perceber'. Sociedade burra, esta. Se demorar muito a entender, ela vai ver com quantos paus se faz uma recessão, calçada sobre as quebras dos recalcitrantes e o desemprego dos ambiciosos operários, gente nefasta que só pensa em aumentar seus salários, em lugar de pensar no país sem inflação. (...) O que se quis dizer é que, com um bom governo, as coisas vão por bem ou por mal, queira o povo ou não, saiba a sociedade ou não. Governar é impor um projeto, é, para ser sintético, *modernizar a sociedade*. O segredo está no método, que prescinde do consentimento. Diálogo? Só com a borduna a mostra, ou como expediente de cata de um bode expiatório – um pacto que gera um bode expiatório, é o que resulta quando o governo desce até o povo. O que está na essência de todas as modernizações [brasileiras] (...) é a convicção de que a sociedade pode ser desenhada com uma providência enérgica, ainda que imposta goela abaixo do doente canalha que não sabe que o remédio é para seu bem". E, mais adiante no artigo, retoma a questão do embate entre a suposta eficiência da lógica econômica e a legitimidade conferida pelo ordenamento jurídico. "O despotismo, chame-se tirania ou absolutismo, é sempre a autocracia em muitas formas. A vítima é a Constituição, cadernos de papel que levam este nome. As grandes modernizações as arquivam sumariamente, como 1937 e 1964. As pequenas modernizações as desprezam, entregando-as ao culto dos adoradores de filigranas ou de pessoas que não vêem a eficiência do governo e sua sabedoria, sempre superior aos entraves das ninharias jurídicas. A MP 211, por exemplo, permitia, antes de ser corrigida, não pagar aumentos salariais, enquanto a Constituição pede que lance de tal gravidade dependa do acordo das partes. Vejamos a lógica do poder modernizador, solitário e soberano: o parágrafo 'não pode ser visto como inconstitucional e sim como um artigo pela defesa do emprego'. Bonaparte, *Le petit*, falou. Obedeça quem tem juízo" (Faoro, 1990c). A propósito de ilustração do argumento econômico, o seguinte comentário de Luiz Gonzaga Belluzzo parece representativo. "O governo acaba de reeditar a proposta de um pacto social. O objetivo é constituir uma base de apoio para executar uma política de preços e salários capaz de tornar menos onerosa a estabilização da economia e mais próximo o momento de recuperação do crescimento. A reação dos sindicalistas e dos empresários oscilou entre o ceticismo e recusa liminar. As tentativas anteriores, deste governo e do passado, justificam a descrença, mas não suprimem a questão: é possível suportar os custos de uma política de estabilização drástica na ausência de estratégias cooperativas assumidas por organizações de trabalhadores e associações empresariais? (...) [N]ossa história revela que tem sido mais proveitosa a busca de estratégias não consensuais, por parte dos setores economicamente mais poderosos ou mais organizados. Correr à frente dos demais é uma forma de lançar aos ombros dos mais frágeis ou mais desorganizados o peso das conjunturas desfavoráveis" (Belluzzo, 1990b).

28. Para análises dessas expectativas e a construção de cenários possíveis colocados para o pleito que se aproximava, ver Lima Jr. (1990), Diniz (1990b) e Soares (1990b).

“classe política” cristalizada com a eleição de Collor. Olavo Brasil de Lima Jr. (1993), porém, afirma que o efeito da eleição sobre o perfil do Congresso foi “apenas marginal” e, ainda, que este Congresso não refletia um sistema partidário nacionalmente organizado.

As 503 cadeiras da Câmara distribuíram-se entre 18 partidos (contra 22 da legislatura anterior) e as 81 do Senado entre 12 partidos (mesmo número anterior). Apenas PMDB e PFL alcançaram representação em 2/3 dos estados brasileiros. O PMDB continuou sendo a maior bancada da Câmara, com 21,7%, seguido do PFL com 17% e, mais atrás, PDT, PDS, PRN, PSDB, PTB e PT, todos na faixa entre 7% e 9%. Além destes, assumiram representação outros 10 partidos, cada um com menos de 5% das cadeiras. No Senado, o PMDB passou a ocupar 26 cadeiras, contra 14 do PFL, 10 do PSDB e 7 ou menos para cada um dos outros 9 partidos, que dividiram entre si as remanescentes 31 cadeiras. Especialmente no que diz respeito à Câmara, “essa distribuição partidária do poder parlamentar nunca atingiu, no pós-1945, patamar de tamanha dispersão” (Lima Jr., 1993, p. 131). Agrupando-se os partidos conforme suas supostas tendências ideológicas, nota-se o crescimento da esquerda (PDT, PT etc, que passou de 14% para 20%) e um ligeiro acréscimo à direita (PFL, PDS, PRN etc, que passou de 31% para 33%), em detrimento dos partidos de centro (PMDB, PSDB etc, que passaram de 50% para 45%). Diferentemente de 1986, o PFL elegeu o maior número de governadores (9 dos 27, concentrados na Região Nordeste), contra 7 do PMDB (principalmente no Norte e Centro-Oeste, mas também em São Paulo), concentrando esses dois partidos 16 governos estaduais, além de 3 do PDT (todos no Sudeste e Sul) e 1 ou 2 governos divididos entre os outros 6 partidos nos 8 estados remanescentes.

Esses dados mostram claramente que o processo de consolidação dos partidos, quer dos que apareceram logo após a reforma partidária (1979), quer dos que surgiram por cisão (PFL e PSDB), incluindo naturalmente as pequenas legendas que despontaram ao longo dos anos 80, não ocorreu. Ao contrário, as eleições de 1990 indicam, de maneira exacerbada, que esteve em curso um processo de erosão do sistema partidário: os grandes partidos (PMDB e PFL) perderam posição para elevado número de partidos com pequena expressão eleitoral e parlamentar (Lima Jr., 1993, p. 132).

Diferentes tipos de desdobramentos do processo eleitoral conjugavam-se à administração do pacote de estabilização monetária e à distribuição de forças políticas entre apoiadores e opositores do governo Collor. A tendência geral, porém, era no sentido de

ampliação do desgaste e do isolamento político do presidente, que só buscou nos partidos e na sociedade a negociação de sua aquiescência a sua política de fatos consumados no momento em que o trunfo da eficácia do pacote de estabilização se dissolvia a olhos vistos.

O PSDB saíra relativamente enfraquecido do pleito, com resultados eleitorais aquém das expectativas de suas lideranças. Como entre os partidos brasileiros a perda de densidade eleitoral é avaliada principalmente enquanto distanciamento dos postos do Estado e como *déficit* na ascendência sobre o eleitorado e no *status* público dos líderes dentro da agremiação, já após o primeiro turno das eleições fortaleceram-se as posições dos que defendiam um “maior entendimento” do partido com o governo Collor, em especial Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Tasso Jereissati e José Richa. Os contrários a esta aproximação saíram desgastados, especialmente Mário Covas²⁹. No final de outubro, ainda antes do segundo turno, Collor já dava os primeiros passos para transformar a maioria conservadora eleita em apoios efetivos, em base de sustentação. Seu projeto era a montagem de um “bloco parlamentar”, que teria como base o PRN, o PFL e o PDS. A soma de seus membros superaria a bancada do PMDB. Ocorre que, regimentalmente, quando da oficialização de um bloco parlamentar as lideranças dos partidos se diluem em uma liderança única, que no caso seria controlada pelos aliados mais próximos do governo. Isso facilitaria em muito a ação de Collor, que de saída, receberia sem disputas as presidências da Câmara e do Senado (dadas pela praxe à bancada majoritária de cada casa), mas desagradava a certas lideranças que perderiam gabinetes, verbas próprias etc. Muitos, como o próprio presidente do PFL, Hugo Napoleão, se contrapunham à idéia e preferiam que o governo articulasse sua maioria informalmente, o que melhoraria as condições relativas de barganha do PFL na alocação de recursos materiais e de poder. As complicações na formação desse bloco de sustentação ao governo e, depois, os resultados ruins do próprio Collor no segundo turno afastariam uma vez mais o PSDB do governo.

Às dificuldades crônicas de articulação de uma base de sustentação no Congresso (que não diminuíram após as eleições de 3 de outubro) agregaram-se ainda

29. Fernando Henrique, com mandato, não concorreu. Serra foi bem votado para a Câmara e Jereissati elegeu Ciro Gomes para seu sucessor. Richa, derrotado no primeiro turno no Paraná, lutou para que o PSDB apoiasse o candidato do PRN contra o PMDB. Covas ficou de fora do segundo turno em São Paulo, perdendo para Maluf e Fleury e desentendeu-se durante toda campanha com o ex-governador Franco Montoro, vindo a apoiar veladamente a candidatura de Eduardo Suplicy ao Senado.

episódios de corrupção política envolvendo a figura de Paulo César Cavalcanti Farias, o PC, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor em 1989 e eminência parda do governo³⁰. Os rastros da ação de PC começaram a trazer complicações para Collor tanto no terreno das disputas eleitorais quanto no da própria administração federal.

Dois incidentes são representativos dessa ordem de problemas. O primeiro deu-se no primeiro turno da campanha pelo governo de Alagoas, onde dois aliados de Collor, seu líder na Câmara Renan Calheiros (PRN) e Geraldo Bulhões (PSC), enfrentaram-se. Após a votação, Calheiros denunciou a existência de uma estrondosa fraude eleitoral destinada a dar a vitória a Bulhões ainda no primeiro turno. “Geraldo Bulhões e o PC montaram uma fraude para roubar as eleições e evitar o segundo turno em Alagoas”, disse Calheiros, que usou o termo “gângster” para referir-se ao tesoureiro das campanhas de Collor. “Foi um mar de lama, uma bandalheira, um espetáculo estarrecedor”, definiu o presidente do TRE de Alagoas, Hélio de Rocha Cabral. Foram anulados mais de 70 mil votos em cinco municípios, inclusive Maceió. Apesar do reconhecimento oficial, porém, as eleições não foram anuladas, segundo consta, por fortes pressões do governo federal sobre o TRE local, que acabou não permitindo que a apuração do problema fosse para as mãos do TSE. O episódio marcou o rompimento de Calheiros com Collor. O segundo incidente envolveu a nomeação de funcionários do próprio governo. Acusado por Zélia e pelo próprio presidente de pressionar pelo aumento dos combustíveis, o presidente da Petrobrás, Luís Otávio da Motta Veiga foi demitido a 19 de outubro. Sua versão para a demissão, porém, foi outra: segundo ele, Paulo César Farias estava tentando obrigá-lo a aprovar um empréstimo irregular de 40 milhões de dólares da Petrobrás para ajudar o empresário paulista Paulo César Canhedo a comprar a VASP, que estava sendo privatizada pelo

30. Pelo que se noticiou, eram pelo menos os seguintes os “indicados” por PC Farias, não por coincidência todos gestores de elevados orçamentos e responsáveis por freqüentes licitações e concorrências: Lafayette Coutinho, presidente da CEF, amigo pessoal de PC; Luís Romero Cavalcante Farias, irmão de PC, na secretaria-executiva do Ministério da Saúde; Pedro Roberto de Melo Nogueira, indicado por PC em nome dos usineiros de Alagoas, para gerenciar Projetos Especiais Sucro-alcooleiros da Secretaria de Desenvolvimento Regional; Antônio Carlos Peruci, para a diretoria-geral do DNER; Márcio Brandão Barros, primo de Geraldo Bulhões, na diretoria de transportes de passageiros do DNER; Ricardo Lins de Barros e Nelson Duplat, respectivamente vice-presidente executivo e diretor da Petroquisa; José Luitgard de Figueiredo, na secretaria executiva do Ministério da Educação; Rubem Noe Wilke, na direção do Apoio Alimentar da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE; e Sérgio Nascimento, chefe de gabinete do Ministério da Economia, que seria demitido tão logo surgiram os primeiros problemas envolvendo PC Farias.

governo de São Paulo e ainda oferecer outros 30 milhões em combustíveis de aviação para o mesmo empresário. Motta Veiga disse que vinha sendo pressionado pelo chefe do gabinete civil Marcos Coimbra para “resolver o problema”. “Saio porque não aceitei negócios escusos na Petrobrás”, declarou. A 24 de outubro, o deputado Luis Eduardo Greenhalgh (PT-SP) decidiu pedir apurações no âmbito do legislativo. “Diante das acusações do ex-presidente da Petrobrás, devemos ouvir os envolvidos, em especial este senhor, PC” (Istoé Senhor, 24 e 31/10/90).

Essas conturbações, por sua vez, somavam-se às dificuldades da própria gestão do pacote. Com a alta nos preços internacionais do barril de petróleo (que acabou gerando um aumento de 20% nos combustíveis) e a proximidade do final de ano, quando o consumo cresce, o período eleitoral esteve marcado por extremas dificuldades de contenção da inflação, estacionada no patamar dos 12%. O governo passou inclusive a não mais esconder uma certa frustração com os resultados pouco animadores do gigantesco arrocho monetário promovido pelo plano. “Nossa expectativa era de que as políticas fiscal e monetária apresentassem resultados mais firmes, de forma a garantir uma queda da inflação mais constante e não estas oscilações”, afirmou um membro da equipe não identificado (cf. Istoé Senhor, 17/10/90). As únicas armas do governo que pareciam restar eram ambas bastante frágeis: por um lado tencionava aumentar a pressão contra os empresários que estivessem executando “aumentos abusivos de preços” e, de outro, continuar com a tentativa de “trégua”, através das reuniões do minguido “pacto social”. Houve mais duas em outubro, nos dias 9 e 30, ambas totalmente inconclusivas.

Assim, após ligeira melhora na virada de semestre, a aceleração da inflação retomou o curso. O índice de outubro bateu nos 16%³¹. O Ipea, ao mesmo tempo, projetava

31. “O avanço da escalada inflacionária tem muitas explicações: a mudança das expectativas causada pelo novo choque do petróleo [a crise envolvendo Iraque e Estados Unidos que culminaria com a Guerra do Golfo em 1991], o ajuste da taxa de câmbio, o inesperado ‘descontrole’ monetário de setembro, os reajustes das tarifas públicas etc... etc... A esperança na única andorinha que pretendia fazer verão – o poder da política monetária – começa a fraquejar. (...) A reforma monetária de março deste ano barrou o incêndio da hiperinflação. Os sucessivos superávits fiscais, a política monetária de junho em diante, a administração do câmbio e das reservas permitiram uma estabilização das expectativas de curto prazo. O comportamento dos mercados de risco comprova a efetividade dos primeiros movimentos da política econômica na tentativa de aplacar as antecipações instabilizadoras dos agentes privados. Não se deve esquecer, porém, que o suposto implícito do sucesso das políticas de estabilização reside na capacidade de sinalização a longo prazo e de convencimento do público quanto à correção do regime monetário e

uma diminuição da atividade industrial em 1990 da ordem de 5%, e a FIESP falava em diminuição de 8% em São Paulo. Após serem veementemente cobrados por Collor, a ministra Zélia e sua equipe prometeram resultados para janeiro, quando a recessão teria um “efeito educativo” sobre empresários e trabalhadores. Tudo que se fez, entre novembro e dezembro, foi reafirmar a manutenção da política de aperto monetário e desmentir “boatos” sobre um novo choque. “Não cogitamos de congelamento”, garantiu Antônio Kandir. De concreto, apenas o anúncio da reforma patrimonial do governo, com venda de imóveis, máquinas e materiais ociosos na administração pública, que a equipe procurou apresentar à mídia como um “esforço para reduzir o déficit público”. A 7 de novembro, novo aumento dos combustíveis, com um impacto estimado em mais de 1,5% sobre o índice de inflação do mês. Com a eleição dos governadores, as novas bancadas estaduais passariam ainda a pressionar, no Congresso, para uma nova rolagem das dívidas dos estados para com a União, dificultando também as metas da equipe econômica quanto ao déficit público. Aumentaram também os atritos na área empresarial. A equipe gestora do plano de estabilização insistia, em suas declarações públicas, que a “indexação informal” – reajustes de preços e salários dos trabalhadores promovidos pelos empresários – estava prejudicando o plano. O porta-voz da presidência Cláudio Humberto chamou Mário Amato de “coronel do empresariado”. Respondendo em nota oficial, o assessor de comunicação da Fiesp informou que a entidade lamentava “a triste demonstração de menosprezo à ética profissional e desrespeito para com a imprensa e a própria sociedade”. Poucos dias depois, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, perguntado sobre as denúncias de corrupção no governo, afirmou que “não posso dizer que o governo só tem ladrões, porque é injustiça, embora tenha ladrões no governo, mas não são todos”. Em resposta, Collor, através do ministro Cabral, decidiu processar o empresário por calúnia e difamação (cf. *Istoé Senhor*, 7, 14 e 21/11/90).

Fernando Collor, em suma, dava sinais, quase nove meses depois da posse, de que ainda não encontrara na sociedade os interlocutores reais. Dirigia-se, insistentemente, ainda aos descamisados que o elegeram, renitente em frases de efeito com ar de palanque mas desprovidas de sentido prático. Através de dísticos em camisetas, de performances

fiscal em curso. (...) Precisamos, talvez, de monetaristas ainda mais fervorosos. Deveriam nos convencer do poder da política monetária sobre as expectativas de longo prazo” (Belluzzo, 1990c).

pseudo-atléticas, da exposição à mídia de arranca-rabos com a esposa, buscava com sofreguidão manter viva, como se isso fosse possível, a imagem do herói da campanha de 89. Quanto menos eco encontrava, na sociedade, a essas manifestações olímpicas, mais cedia à lógica do insulamento burocrático, subjacente à gestão do plano de estabilização, e, ao mesmo tempo, cedia igualmente ao clientelismo parlamentar da direita. Recorro, mais uma vez, ao comentário conjuntural de Raymundo Faoro, que compara o comportamento de Collor a características do “cesarismo”. Após forjar os moinhos de vento da campanha eleitoral, habilitando-se como o melhor Quixote para enfrentá-los, Collor parecia enredar-se nos redemoinhos que criou, imaginando que a massa que o elegeu o sustentaria.

Quando o governo diz que as pessoas que constituem a cidadania não lhe interessam, preferindo, em seu lugar, a legião, enorme e amorfa, dos excluídos das oportunidades mínimas, ele pode ser a primeira vítima da ilusão. *O ponto de apoio, que foi uma mina de votos, pode ser, na sua invisibilidade, a mudez congênita. Essa camada, que produz votos e não cidadãos, só é mobilizável compulsoriamente por técnicas e meios autoritários e totalitários.* O cesarismo, em todas suas modalidades, é sempre, por isso mesmo, precedido por uma mudança institucional, não democrática. Assim foi com César, assim com Napoleão III, com Vargas, com Perón. Eles não nasceram dos votos: eles se serviram dos votos, deturpando seus indicadores, o que é outra coisa. A máscara que as urnas populares fornecem determinou, na filosofia política, o arquivamento dos antigos aleijões, a tirania e o despotismo, em favor de um novo padrão político, que leve em conta a maioria, a que pode aparecer nas urnas sem estar na cidadania. Aí está o equívoco sobre o qual se instituiu o governo, filho de uma ótica eleitoral, a eleição em estado bruto. Os enganos somam-se aos enganos, até que o artificialismo, a montagem, se desmorone, numa peça que se representa com atores no papel de atores. A hora do apelo à Nação, com as armas ou com os desfiles à sombra das armas, tem um território a vencer: o espaço que vai do faz-de-conta à seriedade (Faoro, 1990d, grifo meu).

Diante dos resultados ruins que o plano de estabilização monetária apresentava, o segundo turno das eleições disputado em 15 estados tornou-se um plebiscito sobre o governo Collor. O presidente certamente foi o maior perdedor desta eleição: nenhum dos candidatos diretamente apoiados pelo Planalto se elegeu. As derrotas mais significativas foram as de Paulo Maluf (PDS) em São Paulo – que tinha em Leopoldo Collor, irmão do presidente, seu mais importante cabo eleitoral – para Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), o desconhecido candidato de Orestes Quércia³². No Rio Grande do Sul, seu candidato Nelson

32. A eleição em São Paulo foi muito disputada e a vitória de Fleury dramática. Na véspera do pleito, as últimas pesquisas de opinião divergiam. O Ibope dava dois pontos de vantagem a Maluf e o Vox Populi, 4. Houve espocar de champanhe na residência de Maluf. O Datafolha, porém, dava 3 pontos de vantagem

Marchezan (PDS) perdeu para Alceu Collares (PDT) e no Espírito Santo, o líder do governo no Senado José Ignácio (PFL) perdeu para outro novato, Albuíno Azeredo (PDT). Os dois eleitos de Leonel Brizola, somados à sua própria eleição no Rio de Janeiro, fortaleceram a posição do líder pedetista frente ao já enfraquecido governo Collor. As derrotas de José Carlos Martinez (PRN) para Roberto Requião (PMDB), no Paraná, e a de Hélio Costa (PRN) para Hélio Garcia (PRS) em Minas Gerais, também foram golpes duros, uma vez que ambos os candidatos, do partido do presidente, foram os mais identificados, em todo país, pela marca governamental. Antônio Carlos Magalhães elegeu-se na Bahia, mas dele Collor poderia esperar um apoio condicionado às circunstâncias e com alto custo. Marcos Antônio Coimbra desta vez não precisou computar muitos dados para formular sua análise: “O quadro é péssimo para o presidente”, disse³³.

E nem bem a contabilidade eleitoral terminara, revelando as derrotas, um incidente importante a 12 de dezembro, envolvendo protestos por reposição salarial, dava ao governo uma amostra do que mais viria. Em Brasília, cerca de 3 mil policiais civis e militares do Distrito Federal, em greve havia quase um mês, fizeram passeata reivindicando o restabelecimento de uma gratificação sobre periculosidade retirada de suas folhas de pagamento pelo pacote do governo, e acabaram entrando em conflito com colegas seus destacados para “manter a ordem” durante a manifestação. Os conflitos de rua entre policiais chocou a opinião pública, quando exibido pelos telejornais. A expectativa de maiores problemas, porém, era para janeiro, quando, na data-base do funcionalismo público civil e militar, se confrontassem os índices de reposição reivindicados pelos sindicalistas, de 448%, e os oferecidos pelo governo, de 76%.

Frente à derrota eleitoral e ao agravamento das manifestações de trabalhadores, a idéia de “pacto” acabou sendo definitivamente sepultada. Collor optou por retomar a iniciativa através, mais uma vez, de medidas unilaterais que lhe concentrassem os instrumentos de gestão econômica nas mãos. As últimas reuniões do pacto foram marcadas por um clima quase patético, em que as conversações, já se sabia, seriam inúteis, uma vez

a Fleury e acertou. Novamente, disseminou-se a desconfiança com relação à lisura dos levantamentos eleitorais, especialmente os do Ibope.

33. Para a descrição resumida de um quadro que combina as relações entre a ação de Collor, os resultados das eleições de 1990 e a temática da construção institucional, ver Power (1991).

que a equipe econômica já preparava um novo pacote. A 12 de dezembro o Congresso, no apagar das luzes da legislatura, aprovava um projeto de lei salarial que previa reposição de perdas passadas e reajustes mensais automáticos dos salários³⁴. Aprovou sabendo já que Collor necessariamente vetaria o projeto em sua íntegra. As intenções de manutenção do arrocho monetário e de resistência à indexação pareciam inquebrantáveis, ao final do primeiro ano do governo, o que ficou claro nas discussões do "pacto". Na reunião do "entendimento" realizada a 4 de dezembro, os negociadores de empresários e trabalhadores apresentaram ao governo uma proposta que previa cláusulas de reajustes salariais, de reposição de perdas e se combinava a um compromisso, a ser assumido pelo governo, de queda das taxas de juros e de ampliação de financiamentos à produção. Dias depois, em nova reunião, o governo respondeu com um documento assinado pelos Ministérios da Economia e da Justiça, rejeitando em bloco a proposta e pondo um ponto final ao que a base mais "radical" da CUT e mesmo alguns setores da FIESP chamavam já de "farsa". O governo dizia com todas as letras que não aceitava a interferência de empresários ou sindicalistas na definição da política de juros ou na política de contenção monetária, nem tampouco qualquer proposta que implicasse em reposição de perdas passadas ou indexação dos salários a índices inflacionários. Em suma, como dizia o texto, "o governo não abdica de sua legítima autoridade na definição de política e em sua execução". A única concessão foi um abono, de valor tão baixo que o sindicalista Medeiros – já então representante nas negociações da recém criada Força Sindical, a nova Central insuspeita de oposicionismo que passava então a presidir – previu que se tornaria "motivo de chacota". O presidente da CUT, Jair Meneghelli, que já ameaçara, por pressões internas, abandonar as conversações desde o encontro anterior, resumiu o clima da reunião: "viemos chutar o pau da barraca, mas o governo chutou antes" (Istoé Senhor, 19/12/90). A CUT abandonou a tentativa de

34. Os principais pontos do projeto aprovado eram: salário mínimo de Cr\$ 12,5 mil em janeiro; reajuste mensal do salário mínimo com base no IPC do mês anterior; reajuste real de 6% a cada dois meses para o salário mínimo; livre negociação salarial para as faixas de remuneração acima de dez salários mínimos; quando a inflação acumulada chegasse a 15%, os assalariados que ganhassem até dez salários mínimos teriam reajuste equivalente a pelo menos 90% do índice acumulado; reposição das perdas salariais ocorridas desde a última data-base até a publicação da lei salarial e garantida a reposição de perdas futuras; abono salarial, a ser pago até 5 de fevereiro, aos trabalhadores que recebessem até Cr\$ 120 mil em janeiro; criação de uma linha de crédito especial do BC, com juros de 12% ao ano, para pagamento da folha de salários das empresas que assegurarem pelo menos 90 dias de estabilidade aos seus funcionários (cf. Istoé Senhor, 19/12/90).

entendimento, no que foi acompanhada a 18 de dezembro pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), dissidência da FIESP liderada por Êmerson Kapaz. Após uma reunião de “entendimento” em que o governo declara que “não abdica de sua legítima autoridade na definição de política e em sua execução”, e à luz da própria política executada por Collor desde sua posse, certamente nada mais restava a discutir.

4.4. O Plano Collor II e a “crise de governabilidade”.

A tendência para janeiro de 1991, todos sabiam, seria de uma percepção maior, por parte dos diferentes setores sociais, dos efeitos da recessão e do desemprego que se agudizavam. Segundo dados da FIESP, em novembro mais de 24 mil trabalhadores haviam sido demitidos na indústria paulista, justamente um mês em que a indústria normalmente contrata (provocando a mais alta taxa de dispensas no mês de novembro em toda a década). De janeiro a novembro de 1990, o setor industrial acumulava 177 mil demissões em São Paulo (cf. Istoé Senhor, 26/12/90).

Mesmo com a divulgação da inflação de dezembro, que chegara a assustadores 18,3%, a equipe aparentava indiferença. Collor, hospedado na fazenda Capuava, interior de São Paulo e, no *reveillon*, em Angra dos Reis, a bordo do iate Brisa II, ambos de propriedade do empresário Alcides Diniz³⁵, gozou de férias prolongadas. Zélia e Eris também hospedaram-se em Angra, embora Kandir preferisse Salvador. Com tão ilustres presenças num mesmo local de veraneio, surgiram rumores de que um novo pacote viria, em resposta ao novo avanço inflacionário, incluindo congelamento de preços. Oficialmente, porém, tudo prosseguia em sua platitude habitual. “Não se prepara qualquer pacote, muito menos com congelamento”, afirmou Kandir. Além do mais, diziam, não haveria razão para tanta preocupação. “A inflação de janeiro ficará bem abaixo da de dezembro e, acredito,

35. O empresário Alcides dos Santos Diniz, irmão do empresário seqüestrado por “militantes do PT” em 1989, Abílio Diniz, desligara-se havia alguns anos do grupo Pão de Açúcar para montar sua própria empresa, a ASD, do ramo de hotelaria e alimentação. A ASD, como se verá à frente, teria uma participação muito especial na CPI do caso PC Farias, em 1992. Foram seus proprietários e advogados os executores da farsa conhecida como “Operação Uruguai”, denunciada pela secretária Sandra Fernandes de Oliveira, funcionária da ASD.

também haverá queda em fevereiro”, garantiu o secretário nacional de Planejamento, Marcos Gianetti da Fonseca. Perguntada se seria possível baixar a inflação sem um novo choque, a ministra Zélia respondeu: “Não faço previsões. Deixei de fazer previsões” (Istoé Senhor, 09/01/91).

Enquanto isso, no Congresso sucediam-se novas derrotas. Na convocação extraordinária iniciada a 7 de janeiro, para votar MPs importantes, como a que impedia indexação salarial, o governo demonstrou falta de coordenação política e dificuldades para manter o controle de sua já frágil base de sustentação, especialmente o PFL. Foi derrotado na tentativa de extinção do Lloyd Brasileiro e na de aumentar o ITR (Imposto Territorial Rural).

A 31 de janeiro, antes do plano completar seu primeiro aniversário, a ministra Zélia Cardoso de Melo ocupou rede nacional de rádio e televisão para expor à população o mais novo pacote governamental, que ficaria conhecido como Plano Collor II. Diante de uma inflação que, ao contrário das previsões governamentais, ficaria em quase 20% em janeiro, o novo pacote buscava estabelecer uma “trégua”: congelava preços e salários, baixava um “tarifaço” e promovia uma desindexação ampla dos preços da economia³⁶.

36. As principais medidas eram as seguintes. Os preços foram congelados, por tempo indeterminado, nos níveis praticados em 30 de janeiro de 1991. Uma lista da Sunab passou a estabelecer os preços iniciais de produtos básicos. Todos os aumentos pleiteados pelos produtores deveriam ser autorizados previamente pelo Ministério da Economia, que administraria então um descongelamento gradual. Foi extinto qualquer índice oficial de aferição da inflação. Já em fevereiro não existiria mais a “inflação oficial”, isto é, o IPC calculado pelo IBGE, continuando apenas a apuração de institutos privados, por diferentes metodologias (FIPE, FGV e o próprio IBGE, que continuaria a apurar o INPC). Todos os índices oficiais que indexavam a economia à inflação passada também foram extintos (o BTN, o BTNF, o IRVF, Índice de Reajuste de Valores Fiscais). Os salários de fevereiro de 1991, dos trabalhadores do setor privado, seriam reajustados pela média dos 12 últimos meses, considerando a inflação do período (inclusive a prevista para fevereiro, de 21%). A partir de então, acabava qualquer política salarial e os salários só poderiam ser reajustados por livre negociação (a ser regulamentada em lei) em julho e janeiro, o que tornava as datase de todas as categorias profissionais coincidentes e duplicadas. Até julho, portanto, os salários estariam congelados, inclusive os dos funcionários públicos, que tiveram ainda extintas certas gratificações. Com a extinção da correção monetária, os depósitos em caderneta de poupança passariam a ser corrigidos, a partir de março, pela Taxa Referencial de Juros (TR), divulgada mensalmente pelo Banco Central com base na estimativa do mercado financeiro quanto à futura taxa nominal de juros, mais juros de 0,5% ao mês. Foi extinto o *overnight*. Em seu lugar, seriam criados fundos de investimento com cotas lastreadas em títulos públicos e privados, com rentabilidade diária. O dinheiro investido poderia ser retirado a qualquer momento, mas o investidor pagaria um imposto tanto maior quanto menor o prazo do depósito. Todas as tarifas públicas federais sofreram reajuste. A gasolina e o álcool subiram 46,7%, o óleo diesel 50%, o gás de cozinha 60%, a energia elétrica 59,5%, o telefone 58,6%, as tarifas postais 71,4%, a taxa rodoviária 55% e a tarifa portuária 25% (cf. Istoé Senhor, 06/02/91).

Mais uma vez concebida no improviso, durante o veraneio em Angra – no afogadilho das pressões dos restritos grupos palacianos³⁷ – a nova tentativa foi recebida com ceticismo e repúdio, desde logo, por políticos, empresários, juristas e trabalhadores. “Fui surpreendido pelo congelamento e não gostei”, comentou o líder do PFL e do bloco governista na Câmara, Ricardo Fiúza. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, em conversas com a ministra, havia sugerido a necessidade de entendimentos com as lideranças governistas antes do fechamento do pacote, mas Zélia alegou temer “vazamento” das informações se os políticos fossem envolvidos na tomada de decisões. A FIESP divulgou nota afirmando que “os empresários, por princípio, são sistematicamente contra a adoção de controle ou congelamento de preços, por violar os mecanismos de mercado” e Emerson Kapaz, do PNBE, declarou estar “perplexo”, pois todo o discurso anterior da ministra reduzia-se, com o anúncio das medidas, a mero “teatro”: “ela queria ganhar tempo enquanto preparava o pacote, que é a negação de todo o discurso até então”. A entidade também divulgou nota manifestando sua “indignação”. Para Gilmar Carneiro, secretário-geral da CUT, “o Plano Collor II trará mais recessão, mais miséria e mais inflação. O governo agiu de forma autoritária porque não tem credibilidade para negociar com a sociedade”. Convidada pela ministra para uma conversa, dias depois, a CUT recusou-se³⁸.

Uma vez mais se colocaria, também, a discussão sobre as inconstitucionalidades e sobre o autoritarismo embutidos nas medidas governamentais.

Embora o governo tenha agido mais uma vez com base no artigo 62 da Constituição, o qual (...) permite ao presidente da República editar medidas provisórias com força de lei nos casos de ‘relevância e urgência’, o problema é que tanto o espírito quanto o teor desse controle – ou dessa ‘trégua’ – colidiram com pelo menos quatro dispositivos da Constituição de 1988: o inciso IV do artigo 1º, que consagra o princípio da livre iniciativa; o inciso XXVI do artigo 7º, que assegura a liberdade de negociação dos salários por meio de dissídios, acordos e convenções coletivas; o inciso IV do artigo 170, que institucionaliza o primado da concorrência; e o *caput* do artigo 174, segundo o qual o Estado – como agente normativo, controlador e regulador da atividade econômica – exerce funções de

37. As propostas básicas teriam sido esboçadas em reuniões entre Collor, Zélia, Eris e Modiano na casa do empresário Eugênio Staub, proprietário da Gradiente, em Angra dos Reis, onde Zélia estava hospedada durante o *reveillon* (cf. Istoé Senhor, 06/02/91).

38. O seguinte comentário publicado em reportagem indica o tom das reações ao segundo plano Collor. “Poucas vezes as críticas empresariais e ameaças foram tão abertas e em nenhum dos quatro planos econômicos anteriores a recepção desse setor foi tão negativa”, afirmou o texto (Istoé Senhor, 13/02/91).

fiscalização, direção, promoção e planejamento de modo 'determinante para o setor público e indicativo para o setor privado' (Faria, 1993, p. 93-4)³⁹.

A 2 de fevereiro, em rede de TV, Collor defendeu o novo pacote e resgatou o velho bordão de campanha: "não me deixem só". Mas o presidente já estava quase completamente só e o descontentamento generalizava-se. A 4 de fevereiro, o empresário Antônio Ermirio de Moraes, perguntado no programa televisivo de entrevistas "Roda Viva" sobre qual seria a saída para a situação presente, respondeu, seco: "Viracopos", referindo-se ao Aeroporto Internacional de Campinas. No dia 6, sabatinado por mais de três horas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Antônio Kandir recebeu uma saraivada de críticas e ataques de mais de 30 parlamentares da base governista. "O governo montou uma equipe econômica sem consultar ninguém. Essa equipe é dona da verdade e fez o pacote sem ouvir ninguém", repetiu o líder do bloco governista Ricardo Fiúza. "Na Bolívia a população foi para o campo e pôde pegar um capim qualquer para fazer sopa, mas imaginem o que aconteceria num Rio de Janeiro numa situação de hiperinflação?", reagiu Kandir, invocando a lógica da necessidade econômica, soberana pouco tempo antes mas agora aparentemente sem muito sucesso junto à platéia.

Já àquela altura em confronto aberto com o governo, os empresários, reunidos na FIESP, enviaram à ministra da Economia um documento pedindo mudanças na política econômica, especialmente aumento da lista de itens com preços liberados e reajustes dos que continuavam sob controle do Ministério. Não houve retorno ou conversas. "Estão

39. A colisão com esses princípios constitucionais verificava-se, segundo Faria, nos seguintes dispositivos do Plano Collor II: "De acordo com a Medida Provisória 295, de 31.1.91, convertida pelo Congresso na Lei 8.178/91 em 1º de março, 'os preços de bens e serviços efetivamente praticados em 30 de janeiro de 1991 somente poderão ser majorados mediante prévia e expressa autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento' (artigo 1º). O § 4º. desse mesmo artigo dava poderes ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para 'fixar normas para conversão dos preços a prazo em preços à vista com eliminação da correção monetária implícita ou de expectativa inflacionária incluída nos preços a prazo'. O artigo 3º, por sua vez, atribuía ao ministro competência para: 'I - autorizar reajuste extraordinário para corrigir desequilíbrio de preços (...); II - suspender ou rever, total ou parcialmente, por prazo certo ou sob condição, a vedação de reajustes de preços a que aludem os artigos anteriores; III - baixar em caráter especial, normas que liberem total ou parcialmente, os preços de qualquer setor (*sic*); IV - expedir instruções relativas à renegociação de contratos (...)'. Quanto aos salários, além de unificar as datas-base de todas as categorias profissionais com o objetivo de evitar que os aumentos conquistados por categorias mais organizadas continuassem 'puxando' os reajustes das outras, a Medida Provisória 295 também determinou a correção dos salários apenas duas vezes ao ano, em janeiro e julho, tomando-se como base o salário médio real dos últimos doze meses" (Faria, 1993, p.94).

querendo fazer dos empresários os bodes expiatórios de uma política econômica que não deu certo”, disse Mário Amato (Istoé Senhor, 27/02/91).

Diante do estreitamento crescente de sua margem de manobras, Collor procurou novamente o caminho da aproximação com o PSDB, agora através do prefeito de Manaus Arthur Virgílio, que após alguns encontros com o presidente passou a tentar convencer, com a ajuda do senador José Richa (PR), outras lideranças mais expressivas a recolocar em pauta a entrada do partido no governo. O PSDB já havia informalmente promovido uma reunião de suas principais lideranças, no Rio de Janeiro, para discutir a questão, mas desta vez as chances eram muito poucas, já que a liderança mais propensa a esta composição no ano anterior, Fernando Henrique Cardoso, já indicava, nos bastidores, que a situação não lhe parecia favorável ao acerto⁴⁰. Flertou também com o próprio José Sarney, “dono” de uma bancada própria de 40 parlamentares de vários partidos. Sarney disse a Collor que temia seu isolamento político, que segundo ele poderia levar a uma “crise de governabilidade”. Apenas isso. As tentativas de aproximação com antigos desafetos, como Sarney, por sua vez desagradava ainda mais aos governistas. Consta que, numa conversa reservada com o cientista político Hélio Jaguaribe, filiado ao PSDB, o próprio Collor teria chamado seus apoiadores no Congresso de “fisiológicos”. O isolamento era tanto que Collor buscou até mesmo acordos pontuais com partidos opositores, em torno de algumas medidas do plano⁴¹.

Numa situação assim, a questão da “crise de governabilidade” tornava-se a senha para o foco principal do debate político de 1991. Ela foi reposta no governo Collor, é importante frisar desde logo, não pelo sufocamento do processo de tomada de decisões

40. Pelo publicado em reportagem, Virgílio teria comunicado a Fernando Henrique que “o presidente convidou o PSDB para assumir na prática e no governo o seu programa”. Ao que o interlocutor respondera: “Não vamos procurar sarna para nos coçar. Isto é sinal de que as coisas não vão bem e ele está tentando sacudir. Ele faz estas coisas sem combinar com ninguém, sem compromissos. A comunicação vira uma coisa de índio, uma miçanga aqui, uma miçanga ali” (Istoé Senhor, 13/02/91).

41. O próprio PT chegou a negociar com Zélia mudanças na política salarial. O deputado Mercadante sugeriu uma fórmula pela qual os salários mais baixos seriam reajustados de acordo com a evolução dos preços de uma cesta básica familiar definida previamente. “Esse governo não tem base sólida, não cumpre compromissos, trabalha de improviso, está indo para uma perambeira. Temos de mostrar que o Congresso tem capacidade de governar”, disse Mercadante. O PDT retirou-se das negociações porque Brizola, que tentava demarcar posição a partir do governo carioca, considerou o salário mínimo em discussão “inaceitável” (cf. Istoé Senhor, 27/02/91).

ocasionado por um excesso de demandas sociais sobre o sistema político – como rezava o postulado da *trilateral* – mas antes pelos efeitos provocados no conflito político pelo que Luciano Martins (1990) chamou “excesso de governabilidade” do primeiro ano do governo Collor. Num quadro de centralização decisória e falta de articulação política, a precariedade da base de sustentação governista nas votações das Medidas Provisórias e projetos de lei do governo acabavam realimentando a sensação de “preocupação com a governabilidade do país”, como dizia o primeiro-secretário da Câmara Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Após algumas dificuldades em votações importantes – 135 pró-governo e 210 contra na apreciação do veto de Collor à reposição das perdas salariais, matéria em que faltaram apenas 40 votos para derrubar o veto (maioria absoluta da casa) – Inocêncio decidiu procurar “formadores de opinião” no Congresso, como os deputados Delfim Netto, Roberto Campos, Ibsen Pinheiro, Nelson Jobim, Aloísio Mercadante e José Genoíno, para discutir a “governabilidade”.

Estava aberta, na verdade, uma *crise de legitimação*. Pois, dada a aposta feita, em nome da lógica da eficácia, na centralização decisória – que levou ao paroxismo, por sua vez, a lógica do insulamento da tecnoburocracia executiva frente às instâncias representativas, parlamento e corporações – a paulatina perda de eficácia das medidas de política monetária e de controle do mercado de trabalho adotadas também retirou pouco a pouco a única fonte de legitimação com base na qual o governo optou por sustentar-se: aquilo que chamei antes de legitimação passiva, isto é, a obtenção de aquiescência social com base na ameaça de colapso econômico iminente, dado pela situação de “emergência econômica”.

O Plano Collor II, na verdade, além de suas medidas de política monetária, aumentava ainda mais a concentração de poderes na tecnocracia do Ministério da Economia. Pelas MPs e portarias do pacote a área econômica assumia atribuições antes concernentes a outros Ministérios, que iam desde a autorização de importação de produtos agrícolas até a compra de insumos para hospitais, do controle sobre a gestão das empresas estatais até as decisões sobre despesas correntes, investimentos e política de pessoal das forças armadas. Essa transferência definitiva e desvelada do centro do poder político para o Ministério da Economia redundou numa situação de perda efetiva de atribuições e de esvaziamento de peso político de diversos ministérios importantes. Tratada pela imprensa

como “ciúme” entre os ocupantes dos postos ou no roldão das “intrigas palacianas”, essa situação espelhava um novo descompasso de poder e desaguava naturalmente no presidente, cujo gabinete passou a ser o estuário das queixas de ministros e secretários que perdiam atribuições e controle sobre suas próprias pastas, o que, conseqüentemente, tinha reflexos sobre os distintos grupos de aliados políticos que estavam na base das indicações desses postos. Os ministros de fora da área econômica acabavam se comportando mais como lobistas que como dirigentes e, no final de fevereiro, essa situação chegou a apresentar desdobramentos agressivos⁴². O resultado final era, sem dúvida, uma ampliação da desagregação política do núcleo do poder. O próprio Collor, aliás, assumia cada vez mais uma posição de “refém” com relação às decisões da área econômica.

A 29 de fevereiro, o Datafolha publicava enquete pela qual, um mês após o lançamento do Plano Collor II, 58% da população já o consideravam “ruim para o país”; 12% o consideravam “em parte bom e em parte ruim” e 18% o consideravam “bom”. Na passagem de fevereiro para março já se podia antecipar o malogro completo do Plano Collor II.

Diante deste quadro, tentou-se articular no Congresso uma discussão muito própria do padrão brasileiro de conduta política. Pensou-se no tal “movimento pela governabilidade”, cujo pontapé inicial havia sido dado por Inocêncio Oliveira. O “movimento”, que não contou com os oposicionistas que a princípio pretendia-se convidar, era na verdade a senha para reivindicações por maior poder, influência e prestígio políticos por parte de uma base aliada clientelista. Uma espécie de *round* da luta entre o clientelismo congressional e o insuflamento burocrático presente na direção da política econômica. O “movimento” que se desenhava, naturalmente sem a contrapartida de nenhuma movimentação social propriamente dita, era de fato uma tentativa antecipada de ocupar espaços políticos em um governo com três quartos de seu mandato pela frente e já sem condições de articular junto ao Congresso e aos grupos de pressão mais poderosos da sociedade qualquer política de maior fôlego. A idéia, que perpassava setores do PMDB, do

42. “Irritada com o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, que fortaleceu o *lobby* para garantir subsídios agrícolas no pacote antiinflacionário, a ministra Zélia reagiu com a indignação de um sindicalista nas galerias do Congresso, e acusou o colega de Ministério através da assessoria: ‘Leviano, irresponsável e demagogo’” (Istoé Senhor, 06/03/91).

PSDB e também de partidos de direita como o PDS e o PFL, era obter de Collor a implementação de políticas mais “negociadas” – com a maioria congressual e entidades empresariais – em troca de um aumento no nível de “entendimento” e apoio público e parlamentar à administração. Afinal, as medidas do Plano Collor II precisavam ser aprovadas no Congresso. Numa palavra, essas forças políticas buscavam condicionar seu apoio à diminuição da autonomia política de Collor. Ou, de outro ponto de vista, obter vantagens “administrativas” do governo enfraquecido em troca de apoio velado, como fizeram o governador eleito do Rio Leonel Brizola e o ex-presidente Sarney⁴³. O senador José Richa, um dos articuladores da idéia pelo lado do PSDB, declarou que “a situação vem deteriorando-se rapidamente por causa do isolamento de um presidente com maioria precária no Congresso”. Richa na verdade, pensava numa espécie de “governo de coalizão”, que controlasse Collor, trouxesse algumas lideranças mais expressivas ao centro do poder e, ao mesmo tempo, preparasse o caminho para a adoção do parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Já para o presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, “não se pensa em reduzir os poderes constitucionais do presidente, mas em adequar sua conduta à realidade” (Istoé Senhor, 27/02/91).

Esse tipo de entendimento, do ponto de vista dessas lideranças partidárias, passava pela demissão de Zélia e sua equipe, e por uma revisão dos rumos da política econômica. Para Collor, a demissão da equipe, ainda que pudesse ser facilmente justificada pela falta de resultados que a sustentassem (especialmente em vista dos altíssimos custos por ela impostos), significaria mais que capitulação. Significaria efetivamente a

43. Brizola escolheu Zélia, que estava na berlinda, para trocar apoio por um financiamento substancial para o Rio de Janeiro. Convidado ao Ministério, a presença de Brizola teve grande repercussão. Acertada a troca, o governador eleito fez-se todo simpatia. Convidou a Ministra para sua posse e saiu fazendo elogios rasgados: “muito segura, simples, direta, delicada, aberta e honesta”. No dia seguinte, já tinha a garantia da liberação de verbas federais (US\$ 100 milhões) para a construção da Linha Vermelha, acesso alternativo ao Rio que Moreira Franco tentava havia anos construir, sem sucesso. Segundo reportagem, “ao perceber o crescente isolamento do governo, Zélia e sua equipe se empenharam nos convites e audiências a políticos e empresários capazes de realizar qualquer demonstração de simpatia em relação à política econômica. Entre as atribuições da ministra, foi incluída uma média de 30 encontros ou conversas telefônicas diários com políticos. Sempre que vê no interlocutor alguma boa vontade, Zélia apela para a mesma franqueza com que surpreendeu Brizola: ‘Gostaria de contar com seu apoio para aprovar o plano. O PDS e o PTB vão votar contra, e se não tivermos o voto da oposição nem da situação nossas férias serão muito bem recebidas’, disse Zélia ao governador eleito. Sarney também acertou com a equipe econômica a liberação das verbas necessárias à retomada da Ferrovia Norte-Sul, considerada “ponto de honra” pelo ex-presidente, em vista das pesadas acusações de corrupção que havia sofrido em função da obra, inclusive do então candidato Collor (Istoé Senhor, 06 e 13/03/91).

necessidade de montar uma nova coalizão que sustentasse um novo rumo, com a conseqüente diminuição de autonomia e de iniciativa, como desejavam esses interlocutores.

Ao mesmo tempo, esse “movimento pela governabilidade”, pode ser visto como mais um episódio em que – como tantos outros que se deram na transição recente – as elites parlamentares e corporativas, muito especialmente as da direita política e do empresariado, buscaram antecipar-se, por meio da política articulada à sombra dos gabinetes, em nome da “conciliação nacional”, ao teor conflitivo do enfrentamento político deflagrado pelo movimento das ruas. Afinal, outros setores sociais começavam a movimentar-se “de baixo para cima”. A 18 de fevereiro a Volkswagen demitira mais de 5 mil trabalhadores. No mesmo dia os metalúrgicos de São Bernardo, Osasco, Taubaté e São Paulo entraram em greve, promovendo passeatas e interdição de rodovias. No dia 20, Zélia reuniu-se com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vicente Paulo da Silva, além de Meneghelli e do senador Suplicy (PT) para tentar um acordo. “Só voltamos ao trabalho com garantias de que não haverá nenhuma demissão”, replicou Vicentinho. No dia 26 a Autolatina firmou uma trégua de um mês com os funcionários, suspendendo as 8 mil demissões anunciadas. A essa altura o porto de Santos entrava já na terceira semana de paralisação contra as 5.300 dispensas efetuadas, acarretando a imobilização de 35 navios e prejuízos estimados em US\$ 4 milhões. No dia 28, toda a cidade de Santos parou, com manifestações e passeatas, num movimento conjunto dos sindicalistas portuários e da prefeita Telma de Souza (PT), o que obrigou o governo federal a recuar e rever as dispensas, reabrindo as negociações com os portuários. No Rio de Janeiro, 10 mil funcionários do Fisco, entre auditores fiscais, técnicos do Tesouro e procuradores, fizeram uma greve de protesto contra o congelamento de seus salários. No dia 26, 50 mil petroleiros também iniciaram paralisação por reposição salarial de 310% e pela revisão das demissões, sob a bandeira “Não à privatização da Petrobrás”. Resguardado pelos estoques de petróleo acumulados em virtude da guerra do Golfo, o governo endurecera nas negociações, acirrando os confrontos. Movimentos menores também pipocavam, como o dos motoristas de ônibus de Belo Horizonte e dos garis do Rio. Em meio à onda grevista, veio à luz também a greve dos professores primários do Piauí que, paralisados havia 8 meses, protestavam contra seus rendimentos de meio salário mínimo (Istoé Senhor, 27/02 e 06/03/91).

Um primeiro resultado prático desse discurso em torno da idéia de “governabilidade” foi a aprovação, no final de fevereiro, das principais medidas do plano no Congresso. Apesar da inserção de várias emendas e da mobilização de trabalhadores que lotaram as galerias da Câmara⁴⁴, alguns pontos básicos foram mantidos, como a desindexação e o congelamento de preços e salários, permitindo alguma sobrevida à equipe econômica. Mas o resultado mais favorável ao governo, do ponto de vista político, foi o episódio da tentativa de limitação do uso de medidas provisórias. A 6 de março o Congresso pôs em votação o projeto de Lei Complementar do deputado Néelson Jobim (PMDB-RS), que proibia a reedição pelo presidente da República de MP não votada pelo Congresso. Manobras regimentais dos líderes governistas adiaram a votação por duas semanas consecutivas. A 20 de março, finalmente votado, o projeto recebeu 247 votos a favor e 178 contra. Faltaram 5 votos para sua aprovação (maioria simples, 252). As “negociações” de Collor com a oposição davam resultado: 4 deputados do PDT, inclusive o líder da bancada, chegaram “atrasados” à votação e vários deputados “sarneyzistas” alinharam-se ao governo, evitando a aprovação do projeto Jobim⁴⁵.

No aniversário do primeiro ano de governo, Collor tentou a fuga para frente. Propondo-se a superar o limite da simples estabilização monetária para chegar ao ponto de implementar uma proposta efetiva de “reestruturação” do Estado e de criação de novas bases para a “retomada do desenvolvimento”, lançou em reunião ministerial a 14 de março de 1991 o documento “Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional”, que ficou conhecido como “Projetão”⁴⁶. Em vez da fúria legisferante calcada em Medidas Provisórias, Collor

44. Na votação de 20 de fevereiro, parlamentares do PT tiveram que pedir calma aos manifestantes que atiravam cédulas e moedas sobre os parlamentares que votavam com o governo.

45. “Espalha-se a forte impressão de que a governabilidade *collorida* passa pela malha viária e isso é que se chamaria pavimentar apoios parlamentares. No caso da votação da última quarta-feira [20/03/91], fica difícil deixar de relacionar o resultado favorável ao Planalto com as negociações Collor-Brizola” (Istoé Senhor, 20/03/91).

46. O “Projetão” mesclava propostas genéricas de “resgate da dívida social” com um programa marcadamente neoliberal, centrado na retirada de encargos de política social do Estado e sua submissão ao controle privado em áreas como educação, previdência e organização do Estado. Por um lado, propunha diminuir a carga tributária sobre os investimentos produtivos e criar taxaões sobre grandes fortunas, criar subsídios para compra de casas populares e impostos sobre terrenos com finalidade especulativa, criar conselhos de defesa da criança e do índio, retirar subsídios públicos à agricultura e substituí-los por instituições privadas de crédito de cunho cooperativo, extinguir o imposto sindical e criar o contrato coletivo de trabalho. Por outro, propunha concentrar a ação do Estado no ensino básico público e gratuito e abrir o superior à exploração privada, rever a aposentadoria por tempo de serviço

apresentava, como desdobramento do "Projetão", 7 propostas de Emenda Constitucional e 42 projetos de lei, além de 10 decretos. O discurso, porém, continuava siderado: "Considero ter cumprido todos os compromissos assumidos na campanha eleitoral, numa atuação caracterizada pela prática democrática e o respeito à Constituição", disse o presidente na cerimônia de lançamento. Apesar do chamamento à discussão e dos apelos ao entendimento, no entanto, o "Projetão" foi recepcionado com aberto ceticismo mesmo entre os supostos aliados. "O governo está agindo como aquele sujeito que despreza ajuda numa caminhada e depois que entra na areia movediça começa a chamar todo mundo para tirá-lo de lá", definiu o líder do PDS, Amaral Neto. "Voltamos à estaca zero. É um programa para iniciar governo", comentou César Maia (PDT). No meio empresarial, representativo foi o comentário de Antônio Ermírio: "Essa história de reconstrução é boa para o Kuwait", disse, referindo-se à Guerra do Golfo. "Trata-se de um grande cascatão", ironizou o deputado José Genoíno (PT-SP). O "Projetão", portanto, era mais uma peça de retórica política pela qual Collor tencionava fazer um "gesto de boa vontade" aos críticos e romper em alguma medida o isolamento extremo a que tão precocemente chegara.

Para Luiz Weneck Vianna, o "Projetão" era também uma tentativa malograda de Collor de retomar a "tradição Republicana", isto é, os mecanismos utilizados pela elite para buscar o progresso "pelo atalho da modernização autoritária". Para ele,

o Projetão consiste num reconhecimento tácito de que o projeto político inicial do governo foi derrotado. O caminho de ruptura neoliberal está interdito, como o governo não ignora, sabendo mais que sua persistência nele conduziria a abreviar dramaticamente a existência do regime presidencialista. Tal constatação não subentende que reformas de sentido neoliberal se tenham inviabilizado, e sim que o campo sobre o qual o próprio Executivo opera, nesta nova conjuntura pós-eleitoral e pós-guerra do Oriente Médio, consiste no da Tradição Republicana (Vianna, 1991, p. 19)⁴⁷.

como forma de enfrentar o crescente déficit do sistema previdenciário e acabar com a estabilidade do funcionalismo público (cf. Brasil, Governo Federal, 1991).

47. Vianna define "Tradição Republicana" como "o conjunto de práticas políticas de nossas elites que se institui a partir da tensão entre criar uma economia e perseguir a idéia de progresso à americana pelo atalho da modernização autoritária" (1991, p. 11). Esta observação é importante para a análise aqui empreendida na medida em que se coaduna com um dos pressupostos apresentados nos capítulos iniciais: o de que a implementação do receituário das reformas orientadas para o mercado se faz, desde Collor até Fernando Henrique, por via da associação deste ideário às práticas autoritárias da tradição política brasileira.

Numa palavra: Collor amadurecia a percepção de que a implementação do receituário neoliberal dependia da capacidade de articulação entre este ideário e as práticas clientelistas e autoritárias tradicionais. Em sentido, mais uma vez, contrário ao universalismo de procedimentos e, portanto, à democracia política.

Na véspera do anúncio do Projeto o Congresso decidiu criar, sempre em nome da “governabilidade”, um “fórum de entendimento nacional”. O conflito político, em sua dimensão institucional, estava entregue, naquele momento, a uma disputa pela primazia na ocupação de espaços, de nacos de poder maiores no interior do Estado, os atores deste campo como sempre alheios aos reclamos por uma ampliação do peso dos atores sociais relevantes. A explicação do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), um dos idealizadores do “fórum”, para o lançamento desse “espaço de discussão” um dia antes do Projeto do governo, dá uma idéia do uso que o grupo pretendia fazer da representação política democrática. “Queremos sair na frente do Projeto, até porque, na democracia, a representação mais autêntica da sociedade é o Poder Legislativo”, preconizou.

Concomitantemente ao anúncio do “Projeto” e ao lançamento da idéia de um “fórum” no Congresso, porém, novas denúncias de corrupção no governo contribuíam para o ceticismo generalizado. Desta vez o envolvido era José Luitgard, colocado no Ministério da Educação por Paulo César Farias, acusado de desviar as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE). Além disso, o ex e o então governador do Ceará, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, respectivamente, denunciaram que a empresa Sansuy intermediara verbas do Ministério da Ação Social para a construção de cisternas em municípios cearenses. Em represália, a Receita Federal “vazou” à imprensa a informação de que empresas do grupo Jereissati vinham sendo investigadas por sonegação. “Se a Receita Federal fiscalizasse um sujeito chamado PC estaria cumprindo o seu dever”, disse Jereissati. “O governo só persegue ladrões do dinheiro público”, devolveu o porta-voz Cláudio Humberto (Istoé Senhor, 20/03/91).

A resposta mais visível de Collor às dificuldades era o *marketing*. Todos os domingos, o presidente praticava *jogging*, em Brasília ou onde quer que estivesse, usando camisetas cujas inscrições mandavam recados a aliados e adversários. Às terças e sextas-feiras, novas peças de *marketing* foram instituídas as descidas de rampa do Palácio do

Planalto, a partir das quais, conforme as presenças e ausências dos acompanhantes do presidente no ritual, eram explicitados os afetos e desafetos do poder (cf. Mendonça, 1990). Isso naturalmente servia também como uma conclamação aos apupos da oposição que, em diversas oportunidades e em locais diferentes, protagonizou nessas oportunidades protestos de repúdio às políticas governamentais. E o fez cada vez com mais intensidade. O modelo de “comunicação” em que insistia Collor estava certamente esgotado, na medida em que a viabilidade de suas políticas tão precocemente já estavam também. Construiu-se paulatinamente, desde 1991, uma situação de impasse político crescente. Pois, conforme já pontuei, os “35 milhões de votos” freqüentemente invocados nos primeiros momentos do governo, em 1990, não só não podiam mais ser invocados do mesmo modo, como em verdade nunca significaram uma situação de ampla crença generalizada, da parte dos governados, na legitimidade do governante.

Um sentimento difuso percorria diferentes setores, já em meados de 1991, que ia além da insatisfação da sociedade com os resultados efetivos da política monetária ou das demais políticas adotadas pelo governo. Havia o nascimento de um sentimento de indignação – seja com a falência dessas políticas mencionadas seja com as denúncias de corrupção ou mau uso dos recursos públicos que já se avolumavam, seja ainda por intermédio do repúdio à própria imagem que o presidente fazia questão de cultivar – indignação com o próprio modo pelo qual Fernando Collor delineara sua ocupação do poder. Somados aos ressentimentos de amplos setores do eleitorado, represados desde a campanha de 1989 (que podem ser simbolizados pela estupefação provocada pelo episódio Míriam Cordeiro), disseminavam-se nas hostes governamentais a arrogância e a tibieza, expostas na desenvoltura com que circulavam os próceres do poder, cujo rosto mais visível, além do próprio Collor, era o do porta-voz Cláudio Humberto, jornalista de província, homem de trato rude e afeito a bravatas. Esse sentimento difuso, como soe acontecer nessas ocasiões, condensava-se já na reflexão dos setores mais escolarizados, politizados ou mesmo intelectualizados. A leitura dos periódicos do período, jornais diários ou revistas semanais, expõe, nas linhas e entrelinhas, um repúdio público e crescente ao governo Collor. Poucas eram as vozes com alguma influência nesses meios que ainda atreviam-se a tentar revestir as políticas e, sobretudo, a atitude governamental frente à sociedade, de algum verniz que lhes melhorasse a aparência (e recorde-se que na campanha eleitoral de

1989 elas eram muitas). Creio não ser exagerado lembrar que a postura desse rosto visível do governo, que ganhou o nome de “República de Alagoas”, tornou-se inclusive destinatário de preconceitos vindos de setores da elite econômica, a paulista em particular, por tratar-se, segundo os detratores bem nascidos, de um grupo de “novos ricos” (enriquecidos “pela política”) e oriundos de estado pobre e periférico. Do ponto de vista de outra elite, a intelectual, quero crer que não terá sido mera coincidência a realização (e o sucesso de público) de um seminário como o promovido pela Secretaria da Cultura da cidade de São Paulo sobre “Ética”, em cujas intervenções, como a de Marilena Chauí ou a de Renato Janine Ribeiro, as pontes entre os postulados filosóficos e o dia-a-dia do governo Collor eram nítidas⁴⁸.

O final do primeiro semestre de 1991 marca uma mudança importante no que concerne às atenções do público, da cidadania ativa. As atenções – num cenário composto

48. As intervenções do seminário “Ética”, realizado em abril de 1991, estão reunidas em Novaes (1992). Seguiram-se a este outros eventos significativos, como por exemplo o seminário “Brasileiro: Cidadão?”, promovido pelo Banco Bamerindus entre agosto e novembro de 1991 e também publicado em livro (Da Matta et al., 1997), com a presença de intelectuais, empresários, sindicalistas e políticos como Roberto da Matta, José Murilo de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, José Eduardo de Andrade Vieira, Antônio Ermírio de Moraes, José Mindlin, Luiz Antônio de Medeiros e o governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury. Marilena Chauí, então secretária de cultura da gestão petista de São Paulo, em entrevista, comentou os nexos entre a temática da ética e os rumos assumidos pelo governo Collor. “O brasileiro é esperto, dá um jeitinho em tudo (...) e a lei de Gerson transformou isso em uma instituição [‘Lei de Gerson’ é uma expressão utilizada desde que um anúncio publicitário dos cigarros Vila Rica, veiculado pela televisão na década de 70 e protagonizado pelo jogador de futebol Gerson, ao louvar o baixo preço do produto popularizou o slogan ‘é preciso levar vantagem em tudo, certo?’. Institucionalizou, do ponto de vista ético e político, e portanto o vencer em tudo é um valor ético. Não interessam quais são os meios usados, nem quais são os fins, mas o fato de que se possa provar que se chegou ali porque hndibriou os outros, porque usou de todos os recursos da imoralidade para chegar lá. Isso se tornou um valor ético e no instante, por exemplo, que o Presidente da República tomou posse e disse que tinha só uma alternativa - ‘Vencer ou vencer’ – ele estava repondo no nível do governo federal a lei de Gerson como norma, porque em uma sociedade há conflitos de classe, conflitos sociais, conflitos de grupos, obstáculos reais colocados pela situação econômica, por instituições existentes e, portanto, ninguém pode ‘vencer ou vencer’. Não há essa possibilidade em uma sociedade que está constituída com sua própria história. Então, quando se diz ‘vencer ou vencer’ significa ‘eu vou tirar vantagem de tudo’, os fins justificam os meios e qualquer meio será válido para atingir os fins. (...) Essa experiência que nós estamos tendo com esse curso sobre ética revelou que se tivéssemos realizado as palestras no Anhembi, para 5 mil pessoas, teria lotado. Nós estamos recebendo pedidos de todas as cidades do Brasil para realizar esse curso. As escolas e as universidades estão pedindo os vídeos. As categorias profissionais querem fazer conosco seminários específicos. Um grupo de empresários veio pedir para ver um curso sobre a ética empresarial. O que isso mostra é que a sociedade foi se dando conta de que havia mesmo essa lacuna”. Mais adiante na entrevista, em nova referência ao comportamento do governo Collor, Chauí lembra que a aparente apatia da população estaria sendo superada, a exemplo do que acontece em outros países. “A regra do jogo internacional é: Giscard D’Estaing aceita um brilhante e um cavalo negro e é ameaçado de *impeachment*. O Nixon pratica o Watergate, ele cai. Há algumas regras da conduta pública que são inadmissíveis nos países mais desenvolvidos” (Chauí, 1991).

pelas dificuldades da gestão monetária, pelas greves que se multiplicavam e pela insatisfação empresarial – passaram a ser divididas entre a economia e a política. A política não apenas entendida como o dia-a-dia das relações entre o presidente e o Congresso, as proclamações públicas dos partidos, a atuação dos novos governadores etc, mas entendida como alguma discussão ou questionamento públicos acerca das bases do poder político. Como bem lembraram O'Donnell e Schmitter em sua discussão sobre a transição a partir de regime autoritário, após o anestesiamiento da sociedade provocado por resultados econômicos positivos (no caso brasileiro, o “milagre”), abre-se espaço para a erupção de questionamentos ao poder autoritário, inicialmente por parte das elites intelectuais ou culturais na forma de publicações de livros e jornais “alternativos”, debates públicos etc. Esse “renascimento” se desdobra em efervescência e desta se passa, se as condições políticas permitirem a confluência com os movimentos organizados da sociedade, aos processos de mobilização. No segundo ano do governo Collor, após o enorme peso do impacto do Plano Collor I, em março de 1990, a sociedade em 1991 como que “renascia” por meio dos questionamentos à legalidade das medidas tomadas pelo governo e pelas discussões públicas suscitadas por estas e outras pendências. Este é o caso dos eventos de discussão promovidos no período, citados acima, obviamente guardadas todas as proporções e distâncias que separam os efeitos deste tipo de prática num regime fechado e numa situação de liberdade formal de expressão. *Mas se no Brasil dos anos 90 a liberdade formal de expressão estava já assegurada, a transformação da mídia eletrônica em ator político apenso ao poder por certo obnubilava a formação livre da opinião pública, ainda que consideremos a própria idéia de “opinião pública” como uma proposição romântica do liberalismo do século passado.*

Tanto modificara-se, porém, a recepção da sociedade à postura política adotada por Collor em seu primeiro ano de mandato que as medidas do Plano Collor II receberam da sociedade o ceticismo e a desconfiança generalizados. De sorte que, não obstante os resultados aferidos pela nova política monetária (especialmente a queda da inflação de 21,9% em fevereiro para 5,8% em março, pelo IPC) ainda assim a sociedade mostrou-se pouco disposta a repetir seu comportamento do ano anterior. *Ao lado dos subprodutos econômicos, passou a discutir com interesse crescente os subprodutos políticos do governo Collor.*

Esse novo estado do ânimo social se fez sentir no seio do governo, que a partir de abril de 1991 multiplicou os esforços no sentido de obter aquiescência social baseada em algum tipo de consenso. Procurava acenar à sociedade com iniciativas que, embora desconstruídas e de eficácia discutível, visavam superar ao menos em parte o fosso que se havia estabelecido entre um e outra. Data deste momento a institucionalização da Câmara Setorial da indústria automobilística, que havia fracassado durante as primeiras tentativas de implementação, no governo Sarney.

Mas a demissão da ministra Zélia, a 8 de maio de 1991, marca certamente uma mudança radical, nem tanto na política econômica implementada, que viria então a ser administrada pelo embaixador Marcílio Marques Moreira, mas principalmente no que tange à conduta política do governo Collor e às estratégias de relacionamento com o parlamento e com certos setores das elites. Desde antes da posse, Collor dissera que o cargo de ministro da Economia seria ocupado por ele próprio, buscando personalizar a iniciativa de derrubar a inflação de modo radical. Ao imolar a ministra da Economia – e com ela toda a equipe econômica responsável pelos Planos Collor I e II, inclusive Kandir, Eris, Modiano, Alberto Policaro, Eduardo Teixeira e Jório Dauster –, indicava que o presidente preferia, em vista dos enormes obstáculos reais encontrados, transferir ou dividir essa responsabilidade e, ao mesmo tempo, minimizar a afronta que protagonizara aos demais poderes⁴⁹, à Constituição e às elites empresariais e sindicais, buscando ainda facilitar com a presença do embaixador Marcílio a renegociação da dívida.

49. Não seria demais lembrar que a efetiva ausência de mecanismos de *checks and balances* entre os poderes não pode ser exclusivamente atribuída às iniciativas autocráticas de Collor. A responsabilidade certamente se divide entre a iniciativa tecnocrática do governo, o padrão clientelista de conduta da maioria parlamentar e a evidente falta de zelo da alta corte judiciária para com as garantias constitucionais. Episódio representativo deste estado de coisas ocorreu no final de abril, quando uma ação movida na Justiça Federal de São Paulo conseguiu uma sentença determinando a liberação dos cruzados novos retidos no Banco Central pelo Plano Collor I. Embora faltassem apenas quatro meses para a liberação prometida pelo governo, a ação contrariava os planos de Zélia e equipe, preocupados com os efeitos inflacionários da liberação. O governo recorreu ao STF que, no dia 25 de abril, cassou a liminar que autorizava o desbloqueio. O relator do processo, Ministro Sidney Sanches, embora não tenha entrado no mérito da matéria, no que tangia à constitucionalidade ou não do Plano, concordou com a tese dos recorrentes de que o desbloqueio seria “uma ameaça de grave lesão à economia e à ordem pública”. A equipe tinha motivos para insistir nisso. O INPC baixara finalmente para a casa de um dígito, de 11,79% em março para 5,01% em abril. Já se especulava, apesar disso, sobre a possibilidade de mudanças na equipe econômica (Istoé Senhor, 01/05/91).

A política econômica posta em prática por Zélia⁵⁰, como se viu ao longo deste capítulo, levou o governo ao mais completo e precoce isolamento político. Após 14 meses de gestão, Zélia foi demitida, num momento em que a ruptura do isolamento, tentada sem sucesso já diversas vezes, era a necessidade política mais urgente de Fernando Collor⁵¹.

Bresser Pereira, numa análise que me parece significativa como prenúncio do futuro governo Fernando Henrique, acreditava que a gestão de Zélia havia sido positiva, não obviamente por um inexistente sucesso no controle inflacionário, mas porque *inseriu uma pauta econômica "correta"* – refere-se à tentativa de ajuste fiscal e da balança de pagamentos, ao modo como foi tratada a dívida externa, aos processos de reforma administrativa e às privatizações. No momento de substituição da equipe, resume a primeira gestão econômica de Collor do seguinte modo:

Terminaram os tempos jovens e heróicos de Zélia. Tempos de firmeza de decidir, de coragem de enfrentar os interesses, de determinação de cobrar de todos uma parcela de sacrifício, de tenacidade na luta pelos objetivos; mas também tempos de aprendizado, de inabilidade política, de dificuldade de ouvir, de desconhecimento da dinâmica da inflação inercial brasileira.

O balanço desses catorze meses foi positivo. Ainda que Zélia Cardoso de Mello e sua equipe tenham sido derrotados pela inflação, que afinal não foi controlada, e pela recessão, que resultou da política ortodoxa, monetarista, inutilmente implantada no Brasil entre maio e dezembro de 1990, o saldo de sua administração é favorável ao país.

A nova equipe econômica partiu do diagnóstico correto de que o problema central da economia brasileira consistia na crise fiscal do Estado. Essa crise, definida pela perda do crédito público, pela incapacidade do Estado de se financiar a não ser inflacionariamente, está na base da estagnação da economia brasileira dos últimos

-
50. Uma avaliação global dos indicadores econômicos e das estratégias políticas da gestão dos planos Collor e da política econômica mais geral aplicada no primeiro ano de mandato podem ser encontradas em Pereira, R. e Magalhães (1991), Singer (1991), Munhoz (1991) e Oliveira, G. (1991).
51. José Eduardo Faria traça uma relação direta entre a incapacidade ou impossibilidade prática da ministra de impor as medidas (extremamente arbitrarias) do plano Collor II e a demissão da equipe econômica. "Não tendo outra alternativa a não ser 'endurecer' no plano retórico, ampliando e dramatizando as ameaças de punições severas a quem quer que descumprisse o tabelamento e desacatasse a legislação em vigor, mas sem qualquer condição de impedir na prática o ágio entre os varejistas, a então ministra da Economia ficou numa posição politicamente insustentável. Com o fracasso de seus dois planos econômicos, com a erosão da política monetária, com o agravamento da crise fiscal, com o recrudescimento da inflação, com as sucessivas derrotas nos tribunais e com a ineficácia da Secretaria Nacional de Direito Econômico na fiscalização e controle das políticas de preços praticadas pelos grandes conglomerados empresariais, fato esse evidenciado pela tentativa de enquadrar a maior indústria montadora de veículos do país nos termos do artigo 2º da Lei 4.137/62 e do § 4º do artigo 173 da Constituição (que reprime o 'aumento arbitrário de preços'), ela acabou sendo afastada do cargo" (Faria, 1993, p.107).

dez anos e do regime hiperinflacionário que a caracteriza desde, pelo menos, 1987. A partir deste diagnóstico, não teve dúvidas em agir. Em reduzir a dívida pública interna, em tentar firmemente reduzir a dívida pública externa, em cortar despesas públicas impiedosamente, em reduzir a sonegação fiscal através da eliminação dos cheques e títulos ao portador ou tentavam mexer no bolso de todos.

Um segundo diagnóstico, também fundamental, não escapou a Zélia e sua equipe. O Estado crescera demais, e a estratégia de industrialização por substituição de importações se esgotara. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar as empresas estatais e, principalmente, liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não-tarifárias e reduzir as tarifárias. Nesse ponto também Zélia não hesitou em abandonar velhas convicções protecionistas e desenvolvimentistas, que no passado foram confundidas com posições de esquerda, embora abraçadas pelo regime autoritário de direita, e em adotar com firmeza as idéias modernizantes. Com isso não se transformava em uma neoliberal, não traía suas posições social-democratas, porque seu objetivo não era o *laissez faire*, o 'Estado mínimo'. Era saneá-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente, embora subsidiariamente ao mercado, em novos setores: política industrial e tecnológica, política social, política do meio ambiente.

O grande erro de Zélia e sua equipe foi ter adotado, em maio de 1990, uma política ortodoxa, monetarista [que Bresser chamou de segunda fase do Plano Collor I], que tantos aplausos recebeu, interna e internacionalmente, mas que na verdade não tinha condições de quebrar a dinâmica da inflação inercial, informalmente indexada, que existe no Brasil (Pereira, L. C. B., 1991, p. 9-10).

A passagem de Bresser, creio, é representativa do debate público daquele momento e elucidativa a respeito do modo pelo qual as elites empresariais e da direita concebiam a crise do Estado e as "terapias" adequadas a ela. Estado hipertrofiado demanda enxugamento, privatização, liberalização comercial. Ponto. Nenhuma linha destinada a sabatinar quer a eficácia quer a legitimidade desse tipo de "ajuste". O erro de Zélia não teria sido político (Collor, portanto, implementava uma política "correta"), mas "técnico", de implementação da política monetária, desnecessariamente ortodoxa, responsável pela recalcitrância da inflação e pela recessão.

Tenho dúvidas, porém, de que Zélia e equipe tenham sido "derrotados pela inflação e pela recessão". Afinal, diferentemente de seus predecessores, Zélia não foi demitida num momento de arrancada ou descontrole inflacionário. Pelo contrário, o foi num momento (fugaz, é verdade) de trégua dos índices de inflação. Em função das medidas do Collor II, o INPC do IBGE recuara de 20,20% em fevereiro de 1991 para 11,79% em março e 5,01% em abril. O de maio, primeiro mês de Marcílio à frente do Ministério, fecharia ainda em 6,68% e somente em agosto e setembro daquele ano sairia novamente do controle, atingindo a casa dos 30%. Há, creio, uma outra possível determinante da sadia de

Zélia, que não é menos relevante para os desdobramentos da conjuntura. Sua saída se deu num momento em que crescia muito seu envolvimento em disputas, no seio do governo, com grupos de assessores muito próximos do presidente Collor. O episódio mais significativo foi o dos atritos entre Zélia e o secretário de Desenvolvimento Regional Egberto Batista, homem de estrita confiança do presidente. Segundo o que se noticiou, Zélia acusara Batista, nos bastidores palacianos e através, mais uma vez, de “vazamentos” de informações à imprensa, de favorecer ao irmão, Gilberto Miranda, na concessão de cotas de importação para suas empresas na Zona Franca de Manaus⁵². Este foi apenas o último de uma série de atritos. E há algumas hipóteses relevantes para eles: pela primeira, as desavenças Zélia/Egberto seriam representativas de um embate entre a opção pelo “insulamento burocrático” da equipe econômica e a prática clientelista e familista da “República de Alagoas”; pela segunda, os atritos que contribuíram para a queda de Zélia estariam relacionados a disputas intestinas pela “colonização” de áreas da burocracia estatal, entre diferentes grupos administradores de esquemas de corrupção; em terceiro lugar, finalmente, resta a hipótese de pura e simples fidelidade pessoal, de Collor para com Egberto e de Zélia para com Bernardo Cabral.

De qualquer modo, configurou-se ali, no episódio da demissão de Zélia, uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que precisava urgentemente romper o isolamento e fornecer um rosto mais maleável às negociações com a sociedade e os demais

52. O entrevero é significativo, na medida em que revela o tipo de embate que se travava. A prática corrente era a da distribuição de cotas de importação aos empresários da Zona Franca. Gilberto Miranda, irmão de Egberto Batista, era conhecido em Manaus por ter enriquecido vendendo a outros empresários, irregularmente, parte das enormes cotas que obtinha por intermédio do favorecimento do irmão. Zélia apresentara a Collor, pouco tempo antes, um projeto que eliminava o sistema de cotas e instituiu uma lista pública baseada no capital de cada empresa importadora e em seu histórico de importações. Egberto publicou uma portaria liberando as cotas e, ato contínuo ofereceu uma de US\$ 50 milhões ao irmão. Zélia conseguiu que Collor revogasse a portaria, mas o Presidente irritou-se quando viu, no JB e no O Globo, a declaração de Zélia de que a portaria era “ilegal” e que beneficiava o irmão do secretário, fato que a rigor exigiria apuração e providências do Presidente. Egberto contra-atacou “vazando” à imprensa que Zélia retomara seu romance com Bernardo Cabral, demitido do Ministério da Justiça, e que o amazonense Cabral a influenciara em sua política sobre a Zona Franca. Cabral, por sua vez, sempre atritara-se com Batista no governo, geralmente pela nomeação do superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Batista teve o apoio de Cláudio Humberto e, afinal, do Presidente. A opção não poderia ser mais emblemática e certamente revelava o tipo de relação pessoal e o peso das intimidades compartilhadas por essas pessoas. Afinal Egberto Batista, em pessoa, negociara o depoimento de Miriam Cordeiro na TV, durante a campanha eleitoral de 1989. “Collor acha que deve a Egberto sua eleição”, declarou o líder do governo na Câmara Arnaldo Faria de Sá. O governo paralelo do PT, montado em torno de Lula, emitiu nota sobre o episódio, lembrando que “a Ministra cai exatamente no momento em que denuncia um caso de corrupção envolvendo Egberto Batista” (cf. Istoé Senhor, 15/05/91).

poderes – além de facilitar as negociações internacionais –, Collor aferrava-se ainda mais a seu séquito imediato ou a setores dele, talvez porque seu enredamento com o tipo de prática levado a cabo por esses grupos não lhe permitisse outra opção àquela altura. Ganhavam, assim, ainda mais espaço no governo seus colaboradores mais próximos, formais e informais, que viriam logo a seguir a protagonizar o escândalo que levaria à demissão do presidente.

Capítulo 5

Corrupção e "governabilidade"

"Convença-se de uma coisa: o Collor está inaugurando uma nova prática (...). Nós estamos mudando a política."

Renan Calheiros,
Isto é Senhor, 07 de março de 1990.

Se com Zélia e a política do tiro único contra a inflação, durante o primeiro ano, Collor polarizara o debate com seu plano de estabilização monetária e chegara ao isolamento quase completo, com a reformulação da equipe econômica as atenções da opinião pública passaram a dividir-se, no segundo ano, como já observado, entre a economia e a política. Nos meios de comunicação, nos meios empresariais e sindicais e nos partidos, a percepção de que a *corrupção* tornara-se uma prática de governo alastrou-se com a rapidez das metástases.

Sabe-se que as práticas de corrupção ganham contornos e caráter específicos a partir das formas de interação que estabelecem, historicamente, com os processos de racionalização social e do *State building* inerentes às formações nacionais. Como discutimos acima, a matriz patrimonial-patriarcal da formação sócio-política brasileira erigiu-se em obstáculo importante à racionalização das relações sociais, especialmente as que envolvem vínculos entre classes ou grupos sociais e o Estado. Os "anéis burocráticos" que ganharam corpo com a combinação entre industrialização e autoritarismo nos anos setenta é um exemplo de como a desestruturação da dimensão pública do Estado pode ocasionar canais privilegiados de acesso a grupos econômicos, os quais acabam por constituir-se em ante-salas de práticas de corrupção. Estas, por sua vez, podem ter seu caminho facilitado e sua incidência potencializada mediante duas condições: (a) a presença

de uma tradição personalista que tenda a diluir as fronteiras entre o público e o privado e que ofereça às relações em questão um substrato ético segundo o qual as práticas de corrupção são pensadas como trocas entre indivíduos e grupos, escoradas nos valores tradicionais (compadrio, relações de patronagem etc); e (b) a erupção de crises econômicas que gerem um escasseamento dos recursos públicos destinados a investimento, recursos que em condições sociais como as brasileiras são objeto preferencial do desejo de diversos grupos econômicos¹.

Ambas as condições estavam dadas no Brasil do início dos anos noventa, agravadas ainda pela profunda crise de legitimidade que já atingia o governo Collor.

5.1. Um debate enviesado.

Tamanha era a desagregação em meio à qual o presidente buscava reequilibrar-se, já em meados de 1991, que os setores do PSDB e do PMDB que haviam ensaiado articular-se em torno do “movimento pela governabilidade” incluíram até mesmo a idéia de uma “solução parlamentarista” em suas cogitações. Consta que dois dos principais mentores da proposta, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso, a teriam levado ao próprio presidente Collor. Em setembro de 1991, enquanto que setores nitidamente oposicionistas – como o PT, ou lideranças como Covas – posicionavam-se contra a antecipação do plebiscito ou da posse de um novo gabinete em caso de aprovação do parlamentarismo (isso exigiria, note-se, mudança constitucional), os interlocutores preferenciais de Collor para assuntos de “governabilidade” passaram a ser, embora com posturas e pesos diferenciados frente ao presidente, os novos presidentes do PSDB, Tasso Jereissati, e do PMDB, Orestes Quécia, além de ACM pelo PFL, Maluf pelo PDS e Brizola pelo PDT. O “pacto”, como foi chamado na imprensa, desses líderes pela

1. Para uma interessante análise da corrupção por meio de seus vínculos com relações de caráter pessoal, ver Bezerra (1995); para um quadro de análise – que não pode ser discutido nos limites do presente trabalho – a respeito das relações entre corrupção, clientelismo e as possibilidades da competição política em regimes democráticos recém-instaurados nos “países em desenvolvimento”, ver Heywood (1997); Philp (1997) e Hutchcroft (1997).

“governabilidade” ou por uma “solução parlamentarista” duraria muito pouco, na medida em que tratava-se, antes, de uma disputa antecipada pelo espólio do rei, já seminu².

E se o interesse era o espólio não se pode esquecer o vice-presidente Itamar Franco, que em outubro entraria na discussão com declarações nas quais manifestava a impressão de que o governo distanciara-se da sociedade, governava autoritariamente e poderia a qualquer momento buscar inclusive uma solução “não constitucional” para seus problemas. “Ele pode entender de mandar uma mensagem dissolvendo o Congresso”, disse Itamar (Folha de São Paulo, 20/10/91). O vice defendia como solução a tese da antecipação do plebiscito, opinião que chegava também aos meios empresariais: “Caso a situação se agrave, o parlamentarismo poderia ser uma alternativa”, disse Ruy Altenfelder, diretor da FIESP (Istoé Senhor, 25/09/91).

A desorganização política, ao sabor da ideologia das reformas orientadas para o mercado, de fato ameaçava em alguma medida a ordem constitucional vigente. Para além do questionamento público da figura do presidente da República – sobre o qual pesava a desconfiança de autoridades importantes e segmentos sociais representativos quanto a suas convicções referentes ao próprio Estado de Direito democrático – a contraposição discursiva entre a lógica da eficácia econômica e a lógica da legitimidade jurídica lançava sobre o Judiciário e o Legislativo, como já se apontou antes, e também sobre a própria Constituição, questionamentos vindos de dentro e de fora do país. No início de julho, o Supremo Tribunal Federal decidira, em favor do governo, uma medida cautelar que pedia a liberação dos cruzados retidos pelo confisco. A exemplo do que já se fizera em abril, em sua decisão o ministro Sidney Sanches alegou razões de ordem estritamente econômica: se concedida a liberação liminar dos cruzados novos, alegou Sanches, ela “resultaria em enormes transtornos para a economia, com a injeção de trilhões, o que pode trazer o retorno de uma hiperinflação”. Os juristas imediatamente reagiram, condenando o apoio do STF a uma medida governamental segundo eles sabidamente inconstitucional (ver a respeito Faoro, 1991a). Curioso é que no final do mesmo mês Collor liberaria parte do dinheiro

2. A “articulação” em breve tornou-se confronto aberto. Após reunião com Collor em 16 de setembro, Brizola declarou que havia alertado o presidente para a influência excessiva dos “interesseiros”, Tasso, Quéricia e ACM. A respeito, uma reportagem chamada “Chute no Pacto” afirmava: “Maluf critica ACM, que critica Brizola, que critica Quéricia, e todos são criticados pelos tucanos” (Istoé Senhor, 25/09/91).

retido, por iniciativa própria³. Pouco depois da decisão do Supremo, foi a vez dos credores internacionais opinarem sobre a ordem constitucional brasileira. Em meados de julho, o argentino José Fajgembaum, chefe da missão do FMI que visitava o Brasil, declarou aos jornais que, para obter novos empréstimos, o Brasil precisava de ajustes que implicariam em mudanças na Constituição. Os parlamentares agitaram-se por vários dias, na condenação unânime à “ingerência indevida”. Collor respondeu com irritação: “mandem-no reformar a casa dele”, declarou. O ministro Marcílio conseguiu do agente do Fundo, em vista do mal-estar, uma retratação por telefone, ao presidente Collor. Um mês depois, porém, Collor propôs, em reunião com todos os governadores de estado, que eles se empenhassem junto a suas bancadas no Congresso pela aprovação de mudanças constitucionais que lhe permitissem a demissão dos servidores públicos postos em disponibilidade, e também uma reforma tributária ainda a ser enviada ao legislativo. Em troca, propôs a renegociação das dívidas dos estados (cf. Istoé Senhor, 24/07 e 21/08/91).

Esses dois episódios são exemplares acerca do padrão de conduta da cúpula dos poderes constituídos frente à ordem legal democrática. Porque mostram que tanto a evocação da razão econômica (no caso da liberação do dinheiro retido) quanto a evocação da soberania nacional (no caso da intromissão do funcionário do FMI) funcionavam como peças retóricas a trabalhar em função da oportunidade política. Tanto que o próprio Collor, em seguida, e por “iniciativa própria”, liberaria parte do dinheiro e proporia mudanças na Constituição. Essas práticas em somatória, transmitiam à cidadania a insegurança quanto a suas garantias civis, seus direitos sociais e a legitimidade da representação política. Disseminava-se a sensação de que o governo era um barco à deriva dentro do qual todos estavam obrigados a permanecer.

Da parte da sociedade, aliás, vale notar que a quase completa impossibilidade de articulação de um movimento sindical forte acabou reduzindo a intervenção social organizada a alguns poucos episódios de protesto. Claro que a mobilização dos sindicatos e centrais sindicais, aguçada em 1990, perdeu fôlego com a recessão forte, a retomada inflacionária e o desemprego crescente. Foi nesse clima que fracassou o movimento dos

3. A 30 de julho Collor anunciou a liberação do valor total dos cruzados novos bloqueados das contas que atingissem até o valor de Cz\$200 mil e as que ultrapassassem este valor teriam a diferença a mais liberada conforme anunciado anteriormente, em parcelas.

bancários, petroleiros e petroquímicos, sindicatos ligados à CUT, que haviam marcado para 11 de setembro de 1991 uma mobilização conjunta. A 24 de setembro, o primeiro leilão de privatização de uma empresa estatal no governo Collor, o da siderúrgica mineira Usiminas, foi marcado por intensos conflitos de rua entre manifestantes e policiais, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O leilão acabou sendo adiado para o mês seguinte. A 7 de outubro, a comemoração do 38º Aniversário da Petrobrás tornou-se um ato público contra o programa de privatizações, com as presenças de Miguel Arraes, Waldir Pires, Aureliano Chaves e Leonel Brizola. Este último, apesar da postura contrária às privatizações, mantinha o apoio ao governo Collor e afastava-se mais do PT, que havia se posicionado, no Congresso, contra o projeto dos CIACs. A 18 de outubro o PDT promoveu comício contra as privatizações, sem a presença do PT. Em 24 de outubro, em novo leilão, o governo finalmente privatizou 75% do controle acionário da Usiminas. A Praça XV, no Rio, virou praça de guerra entre os manifestantes e os 600 policiais que faziam a segurança do prédio da Bolsa. Quatro horas de tumulto e 81 feridos computados. Também em outubro de 1991, a Brastemp demitia mais de mil funcionários, causando comoção nos meios políticos, empresariais e sindicais de São Paulo. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicentinho, após o fracasso das tentativas de negociação, iniciou uma greve de fome em protesto, num ato em que chegou a chorar diante das câmeras de TV. No dia 22 de outubro, os demitidos invadiram a fábrica, onde houve conflitos com a polícia, e diversos presos e feridos (Istoé Senhor, 23 e 30/10/91). Em meio a uma situação de baixa na intervenção política dos sindicatos, e a dificuldades de mobilizar mesmo as categorias mais organizadas, o único espaço de maior relevância ocupado pelos trabalhadores viria a ser o dos acordos da indústria automobilística⁴.

4. Depois disso, já no início de 1992, o acordo da indústria automobilística, envolvendo o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a FIESP e os governos de São Paulo e Federal, polarizaria as atenções da iniciativa sindical num de seus setores mais organizados. O acordo previu a redução dos preços dos automóveis, garantia no emprego aos metalúrgicos e renúncia fiscal de parte do ICMS por parte dos governos. O acordo acabaria aparecendo como um espaço importante num cenário de ampla desmobilização política do movimento sindical. Por outro lado, no âmbito interno ao movimento sindical, a recente criação da Força Sindical era percebida, pela direção da CUT, como uma investida das próprias burguesias contra a organização autônoma recentemente consolidada pelos trabalhadores brasileiros. Segundo Vicentinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, "a Força Sindical, por mais que eu respeite, ela é uma criação, é obra do neoliberalismo. É uma central que está aí para tentar impedir o crescimento da CUT" (cf. Silva, V. P., 1992).

Frente à desarticulação social e ao desgaste de seu próprio governo, Collor buscava recuperar a iniciativa investindo na obtenção de meios governativos ainda mais concentrados. As reformas constitucionais propostas pelo executivo em agosto de 1991, que ganharam o nome de “Emendão”, embora tenham sido apresentadas num momento já de extrema debilidade política e apesar da retórica em torno da conversão governamental a um formato “soft”, *visavam todas elas à obtenção de novos e mais poderosos mecanismos de centralização administrativa e de subsunção da representação política à ação discricionária da tecnoburocracia*⁵. O aspecto *soft* do procedimento do governo limitava-se a rodadas de conversas com dirigentes partidários e à convocação do “Conselho da República”, instituição criada pela Constituição de 1988 a ser posta em uso em momentos de dificuldades extraordinárias para o país, ambas iniciativas sem qualquer desdobramento prático.

Ora, à luz dessa situação, as vozes que falavam em antecipação do parlamentarismo não o faziam obviamente por alguma preferência abstrata por sistemas de governo, senão antes por conta da putrefação política do governo Collor. E a face cada vez mais visível desse processo, que caminhava conjuntamente com a falta de apoios no

5. Argumentos concordantes com esta avaliação foram apresentados à época por Raymundo Faoro, que merecem ser citados aqui como registro relevante de uma posição em defesa da “legalidade” contra a super-concentração de poderes de caráter antiliberal-democrático praticada por Collor. “As emendas apresentadas versam fundamentalmente sobre três itens: em primeiro lugar, suspendem a garantia constitucional de que o aumento de imposto só pode entrar em vigor no ano seguinte. Mais: a vigência poderá ser retroativa ao início do ano. (...) Em segundo lugar, estão os controles sobre a administração pública. O governo – o Poder Executivo – sem nenhuma interferência do Congresso, pode aumentar e reduzir vencimentos, tanto dos funcionários próprios quanto dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso, a estrutura administrativa – criação, repartição, extinção de ministérios, repartições e órgãos públicos – depende só da pena presidencial, ao seu arbítrio e inspiração. Em terceiro lugar, suspende-se a estabilidade dos funcionários públicos, admitida a redução dos salários dos servidores, procuradores e juizes. Em contrapartida os governadores, também contemplados com os poderes que se acrescentam ao chefe do governo central, receberão um alívio na dívida pública estadual, bem verdade que à custa dos municípios. (...) Se a manobra der certo, obtém-se, pelo grito ostensivo, o fim oculto, que consiste, pura e simplesmente, em atrelar ao governo o Congresso, o Judiciário e a administração pública” (Faoro, 1991b). E, em outro artigo sobre a concentração de poderes: “Ou o ‘Emendão’ ou o caos – esta a proposta presidencial, nada menos. (...) A confissão é total: nada há a esperar do atual grupo dirigente. Ele fracassou e caminha inevitavelmente em direção à catástrofe. Mas, para que não se consuma o naufrágio, que se confira ao governante, ao mesmo que denuncia sua incompetência, plenos poderes. Não os poderes constitucionalmente previstos, mas ainda os poderes incompatíveis com o Estado de Direito. (...) Pelo ‘Emendão’, que é substancialmente uma atribuição de poder a quem já tem o poder, levando-o ao grau máximo, todas as fronteiras que protegem o governo limitado serão levantadas. Em lugar do Estado que, pela via da lei, exerce o monopólio da força legítima, o presidente, os governadores e os prefeitos terão a força, instrumentada não por funcionários, mas por capangas” (Faoro, 1991c).

Congresso e a desorganização da economia, eram os casos de *corrupção*. Seria este o ponto de partida para a generalização do sentimento de indignação na opinião pública e para a fermentação de um movimento oposicionista interessado em mobilizar a sociedade contra o governo⁶.

A maior visibilidade pública das práticas de corrupção coincidem com as mudanças empreendidas por Collor na equipe econômica, isto é, sua chegada com mais força à discussão pública se deu após a saída da equipe de Zélia. Mais discreto, Marcílio cumpria a função de "acalmar os mercados" e, ao menos no plano discursivo, oferecer garantias aos agentes econômicos de que não haveria mais "grandes sobressaltos" na gestão econômica.

Os "negócios escusos" de PC e congêneres haviam florescido sob a opacidade do estilo governamental de tomada de decisões. Comentei nos capítulos iniciais que a lógica do insulamento burocrático apresenta-se a si própria como um contraponto asséptico, técnico, aos "ruídos" administrativos provocados pelo clientelismo, pela "ingerência política" em questões que devem ser tratadas "tecnicamente". Vimos também que essa lógica, no entanto, nada tem de técnica, na medida em que fornece acessos privilegiados a certos grupos, na relação destes com o Estado. Alia-se, pois, intimamente às práticas de corrupção, na medida em que fornece um escudo de opacidade ao processo de tomada de decisões, facilitando este tipo de ação. Houve, de fato, uma queda de braço, a certa altura, entre a equipe de Zélia e os administradores de esquemas subterrâneos de corrupção. Mas ela se deu sobretudo num momento em que a única aposta, aliás elevadíssima, do governo era a derrubada da inflação com "um só golpe" (o que exigia um mínimo de controle, inclusive por pressão dos organismos internacionais, sobre a execução orçamentária). Na

6. Em seu I Congresso, realizado na virada de novembro para dezembro de 1991, o PT esboçava a seguinte análise da conjuntura. "O governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente denunciadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, seguidas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor. (...) Caso se caracterize, jurídica e politicamente, crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao *impeachment*, em defesa da democracia" (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 539).

medida em que o isolamento político, decorrente desta aposta, foi percebido como insustentável por Collor e a equipe econômica foi “sacrificada” (e o foi num momento de tregua da inflação), a própria aposta exclusiva na estabilização foi desfeita. O que Collor pretendia, com Marcílio, era basicamente recobrar alguma iniciativa política. Como assinalei acima, para romper o isolamento e recobrar a desejada iniciativa, Collor tentou obter ainda mais instrumentos governativos (com o “Emendão”) e, ao mesmo tempo, mostrar-se mais maleável à influência da base conservadora no Congresso. Buscou, sem êxito, colocar a lei e a maioria parlamentar a sua disposição.

Marcílio, sem compromissos com o discurso do “golpe de caratê” único e decisivo contra a inflação, e ansioso por demonstrar uma estabilidade geral que não havia de fato, logrou ao menos subtrair da pauta da imprensa ações por demais espalhafatosas no dia-a-dia da gestão da economia. Essa pauta acabou sendo ocupada, aos poucos, pelos escândalos de corrupção.

Mas a troca de equipe pode ter facilitado, também, algumas acomodações internas aos grupos próximos do presidente. Assim que viu Zélia e equipe pelas costas, Paulo César Farias conseguiu a indicação do novo presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho⁷, que deixaria em seu lugar na Caixa Econômica Federal Álvaro Mendonça, igualmente aliado seu, de PC, de Leopoldo Collor e de Roberto Marinho. O co-autor das indicações foi Antônio Carlos Magalhães, desafeto declarado do ex-presidente do BB, Alberto Policaro. Não que antes disso as facilidades de ação subterrânea de PC Farias não fossem bastante grandes. Em junho de 1991 o Tribunal de Contas da União (TCU) publicava um relatório colocando dúvidas sobre a lisura das contas públicas no primeiro ano de mandato. O ponto mais destacado foi o imenso número de processos de compra sem licitação⁸. Pode-se inferir, pois, que a corrupção era um mal congênito do governo Collor.

7. Da parte do novo ministro Marcílio, foram chamados a compor a equipe econômica Pedro Malan, que recusou o convite, e, após sugestão do ex-ministro Mailson da Nóbrega, Pedro Parente e Roberto Macedo (Istoé Senhor, 22/05/91).

8. Segundo o relatório, Cr\$ 1,2 trilhão haviam sido gastos em contratações e alienações sem qualquer tipo de licitação em 1990, contra apenas Cr\$ 88 bilhões mediante concorrência pública ou licitação. Além disso, apontava-se o pagamento de parcelas da dívida externa sem registro no Banco Central, emissão de moeda acima do limite permitido por lei e um número incorreto de servidores públicos cadastrado (cf. Istoé Senhor, 19/06/91).

Além do mais, a desagregação da base parlamentar, que havia chegado a seu extremo, facilitava em muito a chegada ao público de denúncias dos numerosos casos de corrupção, agudizando o mal-estar na sociedade. Numa “carta aberta ao presidente”, a 6 de julho, o senador Divaldo Suruagy (PMDB-AL), por cujas mãos Collor iniciara sua carreira política como deputado estadual, dizia ter conhecimento de que havia cobrança de propina para liberação de verbas do governo, que chegariam a 40% em alguns casos. Dias depois jornais publicavam declarações de empreiteiros (que reservaram anonimato) dando conta de que haviam sido alvo de cobranças semelhantes (Istoé Senhor, 24/07/91).

No início de julho, vieram à luz denúncias contra uma nova eminência parda do governo, até então relativamente discreta, o secretário de Assuntos Estratégicos Pedro Paulo Leoni Ramos, o PP. Segundo revelação do Jornal do Brasil, ele movimentava uma “conta secreta” do governo, pela qual circularam cifras da ordem de US\$ 65 milhões, sem qualquer dotação orçamentária específica e sem qualquer autorização do Congresso. PP disputava palmo a palmo com PC Farias a cobrança dos “pedágios” para a liberação de verbas públicas, que, segundo a imprensa, haviam sido inflacionados da casa dos 10% para a dos 30% ou até 40%⁹.

Era tal a situação de deterioração política que, em entrevista coletiva do presidente a 30 de setembro de 1991, os repórteres já lhe indagavam se cogitava renunciar ao cargo ou se temia por um processo de *impeachment* (cf. Istoé Senhor, 09/10/91). Escândalos variados emergiam no noticiário do dia-a-dia. A 1º de outubro, por exemplo, o ministro da Agricultura Antônio Cabrera cancelou o edital de uma concorrência pública a ser feita pelo INCRA, no valor de quase 21 bilhões de cruzeiros, para a construção de estradas, cisternas e outras obras de infra-estrutura no sul do Pará, por haver “evidências

9. O caso mais ruidoso de cobrança de propina envolveu os CIACs. Houve intensa disputa interna ao governo, pelo controle do projeto. PC obtivera uma primeira vitória, pois a construção das novas salas de aula, curiosamente, ficara a cargo do ministério da Saúde, onde seria gerida por seu irmão, Luís Romero de Farias, secretário-executivo do ministério. Mas Luís Romero entrou em atritos com o ministro Alceni Guerra. O ministro defendia, baseado em estudos que encomendara, o estabelecimento de um valor de 220 dólares por metro quadrado para a obra, enquanto Romero advogava 400 dólares. PC organizou um boicote das grandes construtoras, o que segundo imaginava forçaria o governo a estabelecer o preço em 400. Mas pequenas e médias empreiteiras de São Paulo aceitaram a obra pelo preço de 220, furando o esquema. Reportagem da Istoé Senhor detalha inúmeros casos de superfaturamento e corrupção de diferentes níveis por prepostos de PC Farias e Pedro Paulo Leoni Ramos (cf. “Negócios à meia luz”. Istoé Senhor, 14/08/91).

enormes de fraude”. O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara acusou o INCRA de promover um prejuízo de pelo menos 7 bilhões de cruzeiros aos cofres públicos, numa transação que envolveria favorecimento às Construtoras Tratex e Odebrecht. Os governadores do Maranhão, Edson Lobão e do Pará, Jader Barbalho, contrapuseram-se ao ministro Cabrera, pressionando em favor do prosseguimento da concorrência e das obras, que afinal seriam anuladas.

Mas a 4 de dezembro um novo e importante escândalo de corrupção atingia finalmente o primeiro escalão do governo Collor: o chamado “escândalo das bicicletas”, protagonizado pelo ministro da Saúde Alcení Guerra. Ele teria adquirido, numa loja que não era do ramo, no Paraná, seu estado natal, um lote de milhares de bicicletas para serem usadas no combate à epidemia de dengue, a preços superfaturados. O caso ocorria duas semanas depois de o ministro ter sido acusado de beneficiar uma construtora, também paranaense, e a ele seguiram-se denúncias de superfaturamento em outras compras, que iam de filtros de barro e nebulizadores a carros novos. Dois dias depois, Alcení determinou a suspensão de todas as licitações no âmbito do ministério, a suspensão dos funcionários envolvidos e uma apuração do ocorrido, assim como fizera com o caso da construtora¹⁰. Mas havia também outros interesses envolvidos no caso das bicicletas. O fato de Collor ter passado para o ministério da Saúde a execução do programa de construção dos CIACs (clones dos CIEPs de Brizola), fez crer a muitos que o Planalto urdia o apoio a uma dobradinha Brizola-Alcení Guerra nas eleições de 1994. Essa especulação teria provocado extrema contrariedade a Antônio Carlos Magalhães e Roberto Marinho, o que se poderia aferir, segundo notícias que circulavam na imprensa, pela ampla divulgação dada pela Rede Globo ao “escândalo”. Já ACM passou a declarar abertamente, no Congresso, que “o governo perde credibilidade e precisa mudar a equipe”, pressionando por uma nova reforma ministerial que desse mais espaço a seu grupo. Além disso, Marinho já retaliava Collor por conta de interesses econômicos contrariados. Segundo sua percepção, o ministro da Infra-

10. A Fundação Nacional de Saúde, subordinada ao ministério, adquiriu nas “Lojas do Pedro” 23,5 mil bicicletas Caloi a preços bem superiores aos de mercado, pagando no total 3,3 bilhões de cruzeiros, quando a média de mercado estimada seria de 2,3 bilhões. Esse 1 bilhão superfaturado, segundo as denúncias da imprensa somava-se à contratação irregular da construtora paranaense Masters, para prestação de serviços de consultoria aos CIACs, sem licitação, por um valor de 18 bilhões de cruzeiros (cf. Istoé Senhor, 11/12/91).

estrutura João Santana estava demorando excessivamente para marcar a licitação da telefonia móvel em São Paulo, um negócio da ordem de 2 bilhões de dólares, visado por sua empresa do setor, a NEC.

Paulo César Farias e seus irmãos envolveram-se ainda num problema que se revelaria extremamente desastroso para eles e para o governo. Collor havia incentivado PC a entrar no mercado de comunicações de Alagoas, dominado por sua própria família. Em resposta, o irmão de Collor, Pedro, administrador do grupo de comunicações da família do presidente, entrou em conflito direto com PC e os irmãos Farias. O secretário particular de Collor, Cláudio Vieira, participou das negociações para a aquisição da “Tribuna de Alagoas”, o jornal com que PC concorreria com a “Gazeta de Alagoas”, da família Collor. O investimento, de 4 milhões de dólares, seria, segundo Pedro, incompatível com os rendimentos “oficiais” dos proprietários, os irmãos Farias. Esse episódio abriu uma crise familiar no clã dos Collor de Mello e contrapôs visceralmente os irmãos Fernando e Pedro¹¹.

Em fevereiro de 1992 foi a vez de o já ex-ministro Antônio Rogério Magri ter seu nome envolvido em escândalo. Evidenciou-se, por meio de denúncia de um funcionário do INSS acompanhada de gravações de conversas telefônicas, que Magri, quando ministro, recebera da construtora Odebrecht uma propina de US\$ 30 mil para apressar a liberação de verbas do FAT e do FGTS para a construção de obras cujas concorrências haviam sido vencidas pela construtora, em especial a obra do “Canal da Maternidade”, em Rio Branco (AC).

Em março, pressionado pelos fortes rumores sobre a montagem de um poderoso esquema de corrupção ligado aos negócios de compra e venda internacional da Petrobrás, o secretário de Assuntos Estratégicos Leoni Ramos chegaria a colocar o cargo à disposição.

11. Segundo o relato de Pedro Collor, o irmão Fernando, em aliança com Paulo César Farias, tentara por quatro vezes, através da compra de ações ou buscando convencer a mãe, detentora de 75% do controle acionário da empresa familiar, tirar Pedro do controle da administração. Sem sucesso, teria apoiado o projeto de montar empresa concorrente (cf. Mello, 1993, p. 110-15). Ver também Veja (27/05/92).

Collor recusou, provavelmente para ganhar algum tempo, e acabou demitindo-o dias depois¹².

Concomitantemente ao aparecimento dessa sucessão de denúncias de corrupção, Collor se via obrigado, cada vez mais amiúde, a recompor seu ministério e o segundo escalão do governo de modo a acomodar apoios no Congresso, para que ao menos não ficasse inviabilizado por completo o dia-a-dia da gestão. Já em agosto de 1991 a substituição de Carlos Chiarelli por José Goldemberg, na Educação, havia sido necessária inclusive como oportunidade para desalojar o secretário-executivo do ministério José Luitgard, preposto de PC Farias e envolvido em várias irregularidades. Mas com o início de 1992, o rosto do governo assumiu definitivamente a fisionomia do PFL. Em janeiro, substituiu as personagens figurativas de Antônio Rogério Magri e Margarida Procópio por Reinhold Stephanes e Ricardo Fiúza, ambos do PFL, na Previdência e na Ação Social. O próprio Fiúza envolveria, logo depois, em março, novamente o governo em escândalo: confessou ter recebido US\$ 100 mil da Febraban para sua campanha eleitoral (a doação era ilegal) e um *Jet Ski* da empreiteira OAS. A permanência de Magri tornara-se insuportável também por conta da crise da Previdência frente às reivindicações de reajuste dos vencimentos dos beneficiários¹³. Collor demitiu ainda Alcení Guerra, desgastado pelo escândalo das compras de bicicletas. Quem assumiu interinamente foi o ministro da Educação José Goldemberg, que, mesmo após ser substituído pelo titular definitivo Adib

12. O esquema consistia no seguinte: PP influíra na nomeação dos indicados para postos-chave na Petrobrás e em Furnas, além de possuir aliados nas direções dos fundos de pensão dessas e de outras estatais. A partir daí, estabeleceu paulatinamente o controle sobre os negócios internacionais das empresas, especialmente a compra diária de barris de petróleo, feita por telefone nas Bolsas de Nova York, Londres e Singapura, além dos milionários negócios de compra de maquinários para as empresas. Com seus prepostos nos cargos principais das transações, estabeleceu-se um sistema de cobrança de “pedágios” dos empresários interessados nos negócios. Nas compras e vendas em bolsas, por exemplo, os negócios são decididos com plena autonomia pelos operadores, num mercado cujos preços flutuam conforme a hora do dia, às vezes conforme os minutos. Numa situação assim, operadores em comum acordo (do lado da compra e da venda) podem combinar negócios a preços sobrevalorizados, lançá-los na contabilidade oficial pelos preços mínimos e repartir a diferença, depositada em alguma conta na Suíça (cf. “PPetróleo S.A.”, reportagem de Istoé, 01/04/92).

13. Uma enxurrada de ações chegou à justiça, na virada de 1991 para 1992, exigindo o reajuste das aposentadorias e pensões dos segurados do INSS em 147,06%. Os ministros Marcílio e Magri chegaram a afirmar publicamente que, como não haveria dinheiro, mesmo que a justiça decidisse em favor do reajuste o governo não pagaria. Em 28 de janeiro, passeata de aposentados, que reivindicavam o reajuste de 147% nas aposentadorias e pensões, foi dissolvida com violência pela tropa de choque, em Florianópolis: 20 feridos e 2 hospitalizados.

Jatene, herdou o milionário projeto dos CIACs, repassado à Educação. Criou ainda as secretarias de governo (um *revival* do Gabinete Civil, extinto no início do mandato) e do Trabalho (como desmembramento da Previdência), postos entregues a Jorge Bornhausen (PFL) e Nelson Marchezan (PDS), respectivamente.

Cabe lembrar que, como primeiro resultado da ação de Marcílio, era este o momento em que o governo fechava novo acordo com o FMI, após quase dois anos de moratória “técnica”, assumindo compromissos que incluíam a manutenção de juros em patamares elevados, aperto no crédito, elevação de tarifas públicas, criação de novos impostos e proibição ao endividamento dos estados. Isso significa que se por um lado o governo conseguia fôlego com as recomposições ministeriais, por outro as medidas “impopulares” impostas pelo acordo certamente aumentariam os custos da negociação política no parlamento.

Montando o quadro dos apoios ao governo, após a reforma ministerial, as coisas ficariam mais ou menos assim. O Bloco PFL-PRN-PSC com 120 parlamentares, e o Bloco PDS-PTB-PDC-PL com 116, somariam 236 votos na Câmara. Faltariam 16 votos para a maioria de 252 na Casa. Entre os não formalmente aliados, os com parte das bancadas em oposição explícita e os efetivamente opositoristas poderiam ser computados o PMDB sob o comando de Quércia (101 deputados), mais PDT (43), este ainda formalmente na oposição apesar das ligações entre Brizola e Collor, PSDB (41), PT (35), PSB (11), PCdoB (5), PCB (3), e PV (1), num total de 240. Mas há que se considerar ainda a disponibilidade de votos para o governo em pequenos partidos fisiológicos, como o PTR de Joaquim Roriz (12), o PST (9) e o PRS de Hélio Garcia (3). Sem mencionar a falta de homogeneidade nas votações das bancadas do PMDB e do PDT que poderiam tender, em parte e ocasionalmente, para o apoio ao governo.

Pouquíssimo tempo depois, no final de março, nova rodada de “reformas” no primeiro escalão, visando desta vez, finalmente atrair o PSDB – que engendrara o “movimento pela governabilidade” e a idéia de antecipação do parlamentarismo – como um antídoto para os baixos índices de popularidade e para tentar apagar a imagem de corrupção desenfreada. O PSDB, por muito pouco, não aderiu finalmente ao assédio de Fernando Collor, nos primeiros dias de abril de 1992. Antes que o partido decidisse, um dos membros

do diretório nacional, o cientista político Hélio Jaguaribe, já aceitara o posto de secretário de Ciência e Tecnologia. Na reunião da Executiva Nacional do PSDB, no dia 2, o assunto “adesão” era o único ponto de pauta. De um lado, o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, a quem o presidente acenara com a Chancelaria, de outro o grupo ligado a Mário Covas, contrário à adesão. Foram exatos 8 votos a 8, cabendo o Voto de Minerva ao presidente Tasso Jereissati, que decidiu que o partido deveria permanecer fora do governo. Provavelmente o que mais pesou em sua decisão foi a proximidade com as eleições municipais de 1992, nas quais o PSDB pretendia, negando as origens, crescer de baixo para cima, recuperando-se dos fracassos eleitorais anteriores. A adesão ao governo certamente comprometeria este objetivo. Membro da Executiva, a baiana Lídice da Mata, que trocara o PCdoB pelo PSDB para disputar a prefeitura de Salvador, ponderou que em todo o Nordeste a atuação peessedebista pautava-se por um discurso anti-Collor e anti-ACM e a adesão descaracterizaria por completo a imagem pública do partido. Foi provavelmente por compreender este problema que o também nordestino Tasso decidiu-se por esta linha na votação da executiva. Collor continuou, porém, a pressionar o partido pela adesão e provocou aumento da tensão interna entre os diferentes grupos. Tasso voltou a negociar, ao longo de abril, a adesão ao governo, até que o partido decidiu lançar uma nota condenando a corrupção governamental, como forma de livrar-se do assédio¹⁴.

14. Dimenstein e Souza descrevem esse assédio nos seguintes termos. “A nova investida de Collor deixou o PSDB zozzo. Sondados por Jorge Bornhausen, no sugestivo 1º de abril de 1992, dia da mentira, os tucanos disseram que não ingressariam no governo. A comissão executiva do partido ratificou as palavras da trinca que esteve com Bornhausen: Tasso Jereissati, então presidente da legenda, Ciro Gomes e José Serra. O governo decidiu jogar pesado com o PSDB. Tão pesado que, após uma sucessão de reuniões, o partido voltou atrás, concedendo a Tasso Jereissati uma delegação para abrir negociações com o governo. Tasso foi a Collor, acompanhado de Fernando Henrique Cardoso. O presidente foi direto ao ponto. Ofereceu dois ministérios: o Itamaraty para Fernando Henrique, e metade do da Infra-estrutura – a parte das Minas e Energia – para Tasso. Enquanto a direção de seu partido dialogava com Collor, Mário Covas, presidenciável derrotado na disputa em que Collor sagrou-se vencedor, entabulava negociações com o pessoal de Lula. Em reuniões sigilosas com a ala moderada do PT, Covas e o deputado Jutahy Magalhães Jr., tucano da Bahia, inimigo político de ACM, combinaram resistir à adesão ao governo. Desenhava-se nos encontros a possibilidade de entendimentos futuros entre tucanos e petistas. Diante de um Collor ansioso, Tasso e Fernando Henrique sacaram uma nota preparada pelo partido. Redigida por Edmar Bacha, o documento investia pesado contra a corrupção. Entre outras coisas, propunha que fosse criada uma comissão para fiscalizar atos de desonestidade na administração pública. O trecho mais duro do arrazoado dos tucanos era aquele em que se dizia que funcionários públicos deveriam ser proibidos de receber presentes ou doações. As palavras tinham endereço certo. O ministro Ricardo Fiúza havia admitido o recebimento de um *jet-ski*, mimo da empreiteira baiana OAS. Reconhecera também ter recebido doação de campanha no valor de 100 mil dólares da Federação Brasileira de Bancos. ‘Está difícil de aceitar, presidente. Seu programa se encaixa muito bem com o nosso. Mas fica complicado

A reforma que se pretendia profunda ao final caracterizou definitivamente o governo como uma constelação de estrelas da direita, boa parte das quais oriundas da velha Arena. Collor trocou desde logo Pedro Paulo Leoni Ramos pelo engenheiro e ex-presidente da Vale do Rio Doce Eliezer Batista, além de Jarbas Passarinho por Célio Borja. O embaixador e acadêmico Celso Lafer assumiu as Relações Exteriores, o banqueiro baiano Ângelo Calmon de Sá, ex-ministro de Geisel, deu mais uma vaga a ACM assumindo a secretaria de Desenvolvimento Regional no lugar de Egberto Batista (outro envolvido em escândalos), João Mellão, ex-secretário de Jânio na prefeitura paulistana, assumiu o Trabalho e Administração (em nova fusão de pastas), Pratini de Moraes as Minas e Energia e Affonso Camargo os Transportes e Comunicações (cf. Istoé, 08 e 15/04/92)¹⁵.

Não bastasse a sucessão de episódios desgastantes acumulados por Fernando Collor, a suspeita de plágio levantada em janeiro de 1992 a respeito de artigos publicados na imprensa acabou somando-se à atmosfera de desmoralização pública¹⁶. Assim como

participar de um governo que tenha o PFL. O partido é a encarnação do atraso, simboliza tudo de ruim que há no país', disse Fernando Henrique a Collor. Embora alimentasse esperanças, o presidente suspeitava que a negociação naufragaria. 'Suponho que o senhor não possa prescindir do PFL agora', testou Fernando Henrique. 'Não, realmente não posso abrir mão da participação do PFL. As condições políticas não me permitem', descartou Collor. 'Essa nota é um absurdo', reagiu Bornhausen, ao tomar conhecimento dos termos do documento, no Ascot, uma uisqueria de Brasília. Mais tarde, em sua casa, Bornhausen reuniu a nata do PFL: Fiúza, vítima da nota tucana, Luís Eduardo Magalhães, filho de ACM e líder do PFL na Câmara e Marco Maciel, líder do PFL no Senado. Eles execraram os tucanos e comemoraram o fim das negociações. Bornhausen conduziu, nos dias que se seguiram, uma reforma que trouxe para a Esplanada dos ministérios políticos do PTB e do PL. Dias depois, Collor teria um encontro a sós com Fernando Henrique, também no Palácio do Planalto. O senador tucano, na época líder do PSDB no Senado, lançou a ponte para um eventual futuro entendimento com Collor: 'Pode contar conosco em 94'. Collor fez ar de espanto. Fernando Henrique foi, então, mais explícito: 'Conte conosco para evitar que, na sua sucessão, o PFL queira impor o nome de Antônio Carlos Magalhães'" (Dimenstein e Souza, 1994, p. 65-7).

15. Três figuras importantes, convidadas pelo articulador político Jorge Bornhausen em nome do presidente, recusaram prontamente: Ulysses Guimarães, convidado com o objetivo de "explodir" o PMDB, Jaime Lerner, que seria a primeira vaga do PDT no ministério e Luís Antônio de Medeiros, que seria um "sucessor natural" de Magri.
16. Collor publicou na Folha de São Paulo uma série de artigos, propondo uma "agenda para o consenso", nos quais pregava como base para este consenso uma doutrina denominada pelo texto de "social-liberalismo". Dias depois, descobriu-se nas gavetas de um cartório de Brasília as atas de fundação e registro de um partido político até então desconhecido, o PSLB (Partido Social Liberal Brasileiro), cujo manifesto de fundação era assinado por mais de uma centena de pessoas, de São Paulo e do interior de Alagoas, muitos da família Malta, de Canapi. Os artigos de Collor e o manifesto do PSLB eram praticamente idênticos. O ministro da Infra-estrutura Egberto Batista veio a público e assumiu a "articulação política" que desembocou na fundação de tal partido, afirmando ainda que fora o responsável por copiar o texto do presidente, sem seu conhecimento, para servir de manifesto a sua nova agremiação. Dias depois, porém, o jornal O Globo revelava que os dois textos, o assinado por Collor e o do PSLB,

José Sarney em seus últimos meses, Fernando Collor, nos primeiros meses de 1992 – debalde a última tentativa de recuperar a iniciativa por meio da reforma ministerial que re-entronizara o PFL – já não governava, não podia governar¹⁷.

Estava-se, enfim, diante de mais uma situação crítica. Qual o caráter dessa crise é uma pergunta necessária de se fazer a esta altura. Do ponto de vista dos atores, é certo que as diferentes forças de oposição, embora mantivessem atitudes distintas frente ao governo, encaravam a crise política como uma crise *de governo* (embora *não exclusivamente* situada no governo, para alguns) enquanto que o grupo governante procurava vendê-la como uma crise exclusivamente *sistêmica*. As atitudes distintas frente ao governo, por parte das forças que se declaravam na oposição, podem ser resumidas do seguinte modo: de um lado os que, como o PT e a CUT, apostavam ainda *sem sucesso* numa mobilização social contra o governo Collor, mobilização que esbarrava obviamente, no que tange a greves e outras formas de pressão dos trabalhadores, no quadro econômico recessivo; de outro lado os que, como o PSDB e o PDT, viam no isolamento político e no desgaste precoce e crescente do governo a oportunidade para aumentar sua influência e/ou obter vantagens administrativas (os presidentes dos dois partidos, Tasso e Brizola, eram governadores de estado). Ao PSDB, porém, interessava também apresentar a crise a que chegara o governo Collor como uma crise institucional, isto é, como mais uma *crise do presidencialismo*, com vistas a obter

eram na verdade cópias de um *paper* preparado por José Guilherme Merquior, pouco antes de seu falecimento, sob encomenda do próprio Collor. O fato de possuir um *ghost writer* seria banal não tivesse Collor passado pelo vexame não só de sustentar publicamente a falsa autoria como também divulgado uma bibliografia acadêmica que teria sido a fonte por ele consultada para a redação, e que incluía títulos em inglês, italiano, alemão e francês de autores como Dahrendorf, Weber, Elster, Przeworki, Bobbio, Carlo Rosselli, Stuart Mill e Guizot, entre outros. Ao fim do episódio, ridicularizado na imprensa, Collor emitiu nota reconhecendo que “Merquior participou da primeira redação de alguns textos, não de todos, porque em alguns casos, mais técnicos, pedi o concurso de outros colaboradores”. De quebra o episódio causou revolta na bancada do PRN no Congresso, que temia ser substituído pelo novo PSLB. Cf. “Apropriação Liberal”, reportagem de Istoé Senhor, 15/01/92; ver também Faoro (1992a).

17. Raymundo Faoro resumiu o discurso dos aliados de Collor frente à necessidade de recomposição de forças no âmbito do ministério. “O desastre, comentam os políticos de sempre, eternos e insubstituíveis, é de gestão, de natureza administrativa. Um chefe de Estado cru e ousado, iludido pela inexperiência, se cercou de ministros e secretários inexperientes e crus. Errou, mas o erro, por ser de gestão, pode ser corrigido: novos ministros e secretários, vividos e realistas, desandarão o caminho imprudentemente andado. (...) Qual seria a alternativa, perguntam, astuciosos e triunfantes? A alternativa é a queda do chefe de governo, num desabamento que levaria ao fim o regime democrático”. E, mais adiante, após criticar esse ponto de partida argumentativo, conclui: “Para que a democracia perdure, é necessário cumprir a Constituição, que prevê meios de superar o malogro, sem evasivas, diretamente, claramente, dignamente” (Faoro, 1992b).

apoio popular para a mudança do sistema de governo no plebiscito de 1993, senão antecipá-lo¹⁸.

De fato, tanto o processo de perda rápida de legitimidade por que passou o governo Collor, no primeiro ano e meio de mandato, em função do fracasso da política de estabilização monetária, quanto as recorrentes denúncias de corrupção que se avolumavam, e que jogavam água no mesmo moinho, contribuíram para a verossimilhança da versão de que se estaria diante de uma “crise de governabilidade”. O que unia Collor e o PSDB naquele momento era o interesse de ambos em antecipar a oportunidade das mudanças constitucionais previstas para 1993 pelas Disposições Transitórias da Carta de 1988. A Collor, interessava rever o capítulo da ordem econômica, ao PSDB interessava viabilizar a vitória do parlamentarismo no plebiscito. Assim, embora o primeiro negasse e o segundo acusasse uma crise política ao nível do governo, a ambos interessava o estabelecimento de um consenso social em torno da idéia de uma *crise de governabilidade*, posto que a ambos interessavam mudanças institucionais profundas. A dubiedade do procedimento do PSDB nesse momento residia no fato de que as lideranças do partido compartilhavam com o governo o diagnóstico da ameaça de crise institucional e pretendiam agir com ele para apressar (embora por interesses diversos) a revisão constitucional e o plebiscito, ao mesmo tempo em que pretendiam também desgastar o governo com vistas à ocupação de espaços.

18. Sobre a tentativa de “ocupar espaços”, vários intelectuais manifestavam-se nos jornais e revistas. Luiz Gonzaga Belluzzo, por exemplo, via na crescente onda de denúncias contra o governo a presença do oportunismo de “certos setores” – claramente referia-se ao PSDB – que pretendiam, com a destruição das condições de governar do grupo no poder, assumir eles próprios o controle do governo, o que considerou uma atitude “golpista”. Para ele, vivia-se “a centésima ou enésima tentativa, na história do Brasil, de se transformar uma onda de denúncias de corrupção numa crise política e institucional. Esta sempre foi, no Brasil, a arma dos perdedores de eleições, dos freqüentadores de quartéis, dos golpistas que finalmente engordaram seu patrimônio (...). [Collor e Jânio] foram e são políticos que se elegeram à custa de campanhas dirigidas contra a política, com discursos moralistas e despolitizantes. (...) Em pouco tempo, as mesmas forças que elegeram o salvador da pátria se organizam para apeá-lo do poder, ou quando isso não é possível armam expedientes para reduzir suas prerrogativas. (...) Os oportunistas, ou social-oportunistas, aderem à onda moralista e de despolitização (...)”. Para Belluzzo, a questão da moralidade pública deveria ser tratada como uma questão política e cultural, pois a “ética dos negócios” teria penetrado os “negócios da administração pública” e esse processo, que se acoplava à tradicional indistinção entre os espaços público e privado no Brasil, é que deveria ser responsabilizado pela onda de corrupção que vinha à tona. Não se tratava, pois, para ele, de um problema “deste governo”, e portanto as tentativas de enfraquecer Collor com base nessa premissa reduzir-se-iam a mero exercício de golpismo (Belluzzo, 1991).

Do ponto de vista do grupo governante, as amarras econômicas e administrativas frequentemente atribuídas à Constituição de 1988 teriam sido as responsáveis pela impossibilidade “objetiva” de uma gestão econômica eficaz, donde a priorização, a partir do aguçamento da crise de legitimidade, de uma política de “reforma” da Constituição. Ou seja, dado o fracasso da opção pela implementação de uma política econômica ao arrepio da lei, e que na prática significara um enfrentamento da ordem legal e constitucional, o grupo governante via, na segunda metade de 1991, a opção pelo estabelecimento de um consenso em torno da necessidade de reformas da Constituição como a melhor alternativa para o enfrentamento da aguda crise política, naquele momento de fato circunscrita a uma crise de governo, a que submetera-se a si próprio. A possibilidade desse consenso, por sua vez, estava dada pela crescente difusão do ideário do “ajuste estrutural” entre elites políticas e empresariais brasileiras – o PFL é paradigmático desta posição, no plano partidário –, que viam na reformulação do Estado e da ordem econômica constitucional – tal como proposta nos moldes exigidos pelos organismos multilaterais – novas oportunidades de acumulação e/ou novos modos de controle dos nichos de poder. De outra parte, o próprio estabelecimento do consenso em torno da necessidade de reformas contribuía para a difusão dessa mesma ideologia a outros setores da sociedade e ao conjunto da opinião pública. Assim procedendo, *Collor deixava de apostar no desprezo informal pelo arcabouço legal vigente e jogava suas fichas, consciente e sistematicamente, na tentativa de promover uma desinstitucionalização da própria regulamentação legal da ordem econômica vigente, com conseqüências evidentes sobre a ordem política democrática, uma vez que a implementação de tais políticas exigiria uma concentração ainda maior de poderes no executivo e uma subordinação a ele ainda maior dos demais poderes e das forças políticas organizadas da sociedade (como o atestam as medidas do “Emendão”)*.

No entanto, à luz do que se discutiu no primeiro capítulo acerca do conceito de governabilidade, não se pode afirmar que se tratasse, naquele momento, de uma “crise de governabilidade”. Pois a crise advinha do próprio descontrole administrativo do governo, de sua estratégia deliberada de ignorar os limites constitucionais e de sua recusa a negociar maiorias políticas em bases programáticas (antes ou depois do processo eleitoral). Tamanhas foram as conseqüências da ação econômica do governo (desmobilização de

trabalhadores e setores médios em função do quadro recessivo) ou de sua ação política (desorganização da própria base parlamentar do governo, somada a uma enorme dificuldade de articulação parlamentar oposicionista) que decerto não houve aumento “excessivo” das demandas sócio-políticas, e se eventualmente houvesse teria enorme dificuldade de chegar ao sistema político sob a forma de reivindicações politicamente formuladas. Ou seja, o problema residia no lado da oferta e não no da demanda política. A seguinte análise de Faoro, embora presente, como artigo de polêmica jornalística, várias simplificações, espelha no geral o ponto de vista aqui adotado acerca da discussão que se travava sobre governabilidade e seus desdobramentos em termos da ação dos atores políticos.

O governo fracassou, malogrou-se, encalhou – é o que se lê no livro da realidade, sem a desconversa cínica ou ingênua. O desastre – *o desgoverno, a incapacidade, a incompetência* – (...) é a face do simulacro, da sombra que restou da função governamental. Em lugar de chamar as coisas pelo nome – *desgoverno* – os politicólogos de plantão resolveram ver no que está acontecendo uma crise de governabilidade. Mas *ingovernabilidade* é outra coisa: ela ocorre quando a sociedade, sobreexcitada, formula mais pedidos do que o governo pode atender. Os políticos, de posse de tal diagnóstico, que se baseia num sofisma, concluíram que a ingovernabilidade decorria da falta de apoio, de suporte, de amparo da autodenominada ‘classe política’. É verdade que aqui há malícia. Alguns políticos, interessados numa aproximação com o governo, que socorreriam para herdá-lo, pensam como os bispos do século VI. Já que os bárbaros não podem ser expulsos, vamos esclarecê-los, educá-los, domesticá-los. *O expediente não seria absurdo se ele conseguisse fechar a cúpula em união que não permitisse nenhuma brecha por onde se insinuassem as vozes de baixo para cima. Em outras palavras, nesse pacto sem povo e sem divergências, não podem ficar de fora nenhum partido e nenhum setor que mantenha diálogo com a sociedade – o que parece impossível* (Faoro, 1991d, grifo meu).

Como já vimos, Schattschneider (1967) lembrou que no jogo político, o campo e as arquibancadas não são separados e a entrada de novos jogadores em campo é uma possibilidade constante.

Por outro lado, é importante salientar que havia setores da intelectualidade brasileira que sustentavam, naquele momento, posições diametralmente opostas. Sérgio Abranches, por exemplo, afirma que, em meio à crise de governabilidade que, segundo ele, o país atravessava, as forças políticas “mais avançadas” (refere-se claramente ao PSDB) tinham a responsabilidade de apoiar o governo Collor para realizar as reformas orientadas para o mercado que o governo empreendia, vistas como “consensuais” e “necessárias”. Para

ele, o insulamento burocrático da gestão Collor funcionava como uma alternativa ao clientelismo tradicional. O que faltava era uma base de apoio mais orgânica.

A sobrecarga de demandas, associada à diminuição da capacidade de governo, aumenta as frustrações com o desempenho do setor público. Desempenho efetivamente precário e, ainda, prejudicado pela crise fiscal. Esse quadro confere base real às insatisfações sociais, bem como aprofunda a crise e alimenta, inexoravelmente, a deterioração da base política, com a perda acelerada de legitimidade e credibilidade do governo e do próprio Estado. (...) O cenário acima demarca o limiar de uma séria crise de governabilidade. (...) É importante assinalar que ela foi exacerbada pela retomada do modelo clientelista no governo da Nova República. O governo Collor não se constituiu segundo os moldes do 'presidencialismo de coalizão', nem loteou politicamente os principais núcleos decisórios do Estado, como o fizeram Tancredo Neves e José Sarney. Ao mesmo tempo, como a eleição do presidente se deu fora dos limites partidários, foi uma caminhada pessoal, também não se formou um governo de partidos. O executivo não tem uma base orgânica no Congresso e, por isso mesmo, sofre sistemática pressão para ajustar-se ao padrão clientelista. Não obstante, tem atacado duramente muitas das instituições que viabilizam este padrão e, assim, desgostado os setores que o apoiam no Congresso. (...) As forças políticas mais avançadas do país, por insegurança, oportunismo ou preconceito, têm relutado em oferecer ao presidente uma saída política viável para a armadilha do fisiologismo e do conservadorismo. Atribuir as resistências à mudança à base atual do governo não é de todo correto. O governo tem a base que tem porque nenhuma outra força política se dispõe a negociar a ampliação do apoio político a medidas governamentais específicas necessárias e urgentes. (...) As linhas básicas para a reforma do Estado são de reconhecimento quase unânime. Trata-se, em princípio, de reduzir a ação do Estado naqueles campos em que a sociedade já adquiriu autonomia. (...) O setor público não em capacidade para atender a todas as demandas que são politicamente incorporadas a sua pauta de ação. (...) O mercado já tem efetiva capacidade de atender, com eficiência, demandas de largas parcelas da sociedade. O crescimento e fortalecimento do setor privado permitem, claramente, a revisão das funções públicas (Abranches, 1992, p. 133-6)¹⁹.

Esse debate enviesado sobre a “governabilidade” traz à tona um dos traços mais marcantes da tradição política brasileira, revivido sempre nos momentos críticos: *o jogo político institucional rotineiro, em vez de ser encarado simplesmente como competição, é visto como uma oportunidade de conciliação intra-elite destinada a antecipar-se à possibilidade de ampliação da disputa aos setores sociais subalternos*. Bobbio, numa de suas frases mais felizes, afirma que a diferença entre o autoritarismo e a democracia é que

19. Os fundamentos dessa concepção talvez possam ser buscados na seguinte sentença de Hélio Jaguaribe: "A crítica ao modelo de bem-estar social, a partir de um modelo neoliberal de crescente influência, gerou uma tendência, que se vem acentuando, no sentido de uma combinação entre o legado clássico do liberalismo e as principais conquistas da concepção social-democrática de sociedade" (Jaguaribe, 1992, p. 12). O *non sense* da afirmação dispensa comentários.

no primeiro “as elites se impõem” e na segunda “as elites se propõem”. Nessa quadra da transição brasileira as elites já não podiam se impor, mas recusavam-se ainda a propor-se no jogo aberto, no jogo de resultados imprevisíveis, enfim, no jogo da incerteza democrática.

No Brasil, em sucessivos episódios, a ampliação da competição política e do embate conflitivo tem sido sempre regateada às forças sociais até as últimas conseqüências. Quando afinal as mobilizações eclodem, elas são antes resultado do agravamento das crises – provocado ou recrudescido por esta política de “conciliação” – do que de um chamamento à participação, por parte destas elites, aos setores sociais organizados. Só então principia o processo oposto, pelo qual a mobilização social pressiona parte dessas elites a posicionarem-se por uma solução disruptiva da crise. E, ainda assim, os desdobramentos que se operam, já num novo patamar de disputa intra-elite, após o arrefecimento da participação social nos processos mobilizatórios, tendem a novamente canalizar as disputas para uma arena a mais estreita possível, “traindo” sem exceção os anseios, aspirações e expectativas sociais despertados pelo processo de ampliação da participação política. No momento aqui em questão – assim como ocorrera por ocasião da campanha das “diretas já” –, antes que a expulsão dos bárbaros se tornasse inevitável, para persistir na imagem de Faoro, houve quem buscasse “esclarecê-los”.

5.2. Dos negócios em família aos negócios do Estado

A expulsão, porém, era agora inevitável.

5 de maio de 1992. O irmão mais novo do presidente, Pedro, em entrevista à revista *Veja*, denunciou o esquema PC Farias e afirmou categoricamente que havia ligações diretas entre as ações de PC e Collor. Ao amplificar o que parte da imprensa já noticiava desde o ano anterior, e adicionar a carga emocional de uma denúncia feita no próprio seio da família, Pedro Collor deflagrava a crise que poria termo ao governo.

Foi um episódio marcado por intensas desavenças familiares, cujos contornos fizeram brotar fissuras nos círculos pessoais do presidente e terminaram por extrapolar os

domínios domésticos e expor à nação atarantada um espetáculo sórdido de corrupção e mandonismo²⁰. Esse aspecto da crise derradeira do governo Collor ficou evidente desde o início das denúncias de Pedro. Dias depois de sua publicação, 19 de maio, Pedro Collor foi destituído da direção do grupo Arnon de Mello por sua mãe, D. Leda, sob acusação de desequilíbrio emocional. Ele entregaria ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, nos dias que se seguiram, cinco fitas de vídeo de vinte minutos cada, consolidando o vasto rol de denúncias contra o presidente e PC Farias. Nessas fitas, Pedro afirmava que, atuando em órgãos do governo, Paulo César Farias roubava, extorquia e corrompia, tendo como cacife sua amizade com o presidente Fernando Collor. “Eu não acredito que Fernando soubesse de todos os casos, de todos os métodos, de todas as atitudes de Paulo em relação a a, b, c ou d”, declarou à revista *Veja*. “Mas que ele sabia que o Paulo agia em nome dele, sabia...”. Na mesma entrevista, Pedro avançara nos ataques ao irmão e contara detalhes de sua vida familiar. “Eu estive envolvido com drogas quando era jovem, induzido pelo Fernando. Ele era um consumidor contumaz de cocaína e me induziu a cheirar, a aspirar cocaína” (*Veja*, 27/05/92). Foi a fim de evitar que as denúncias levassem à criação de uma CPI que o clã dos Collor de Mello, reunido sem a presença de Pedro, decidiu acusá-lo de insanidade mental. Nessa reunião, realizada a 18 de maio, Collor teria dito que era necessário deixar claro para o Congresso que Pedro não estava bem, que passava por uma crise emocional, desacreditando assim as denúncias. Sem o que, avaliava Collor, corria-se o risco de ser criada uma CPI, cujos desdobramentos seriam imprevisíveis. A carta de destituição foi assinada 24 horas depois (cf. Mello, 1993).

No mesmo dia, foi adiada a abertura da CPI, em reunião dos líderes partidários. Além dos partidos que normalmente davam sustentação ao governo, votaram contra a instalação imediata da CPI PMDB, PSDB, PDT e PPS. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, justificou sua adesão ao pedido de retardar a abertura de uma CPI argumentando que alguns procedimentos legais não podiam ser atropelados e que era necessário aguardar o resultado das investigações da Receita Federal sobre o patrimônio de PC. Afinal, não se podia, do ponto de vista desses partidos e lideranças, amplificar uma “crise de

20. Filigranas familiares e pessoais, bem como as idiossincrasias da personalidade de Fernando Collor estão expostas em Mello (1993).

governabilidade” se as denúncias fossem infundadas²¹. Apenas o PT tomou posição favorável à CPI. Reuniu suas bancadas e decidiu apresentar, pelos líderes no Senado e na Câmara, Eduardo Suplicy e José Dirceu, um Projeto de Resolução para que se instaurasse o inquérito então evitado pela maioria dos parlamentares.

Se havia naquele momento alguma certeza, era a de que a CPI não seria instalada. A tônica geral era supor que a crise se arrastaria até o final do mandato, notando-se já, na estratégia governista, sinais de soluções controladas e acomodadoras²². O que se observaria nos meses seguintes, porém, é que a crise conjuntural deflagrada a partir de então ganharia *timing*, velocidade e força próprios, impondo ao conflito uma lógica pela qual novos atores seriam convocados a entrar no jogo. Emergiriam no conflito todas as respostas ainda não dadas, ao longo dos dois anos anteriores, à prática governamental de desrespeitar sistematicamente a ordem legal, de um lado, e fomentar a ação de uma arraigada e poderosa rede de corrupção, de outro²³.

-
21. Na fala de líderes partidários e representantes dos mais variados setores podem ser reconhecidos alguns argumentos, aliás recorrentes em várias situações da transição democrática, com vistas a permitir o “acerto por cima”. O mais utilizado, em artigos, editoriais e opiniões de lideranças expressivas, foi o da fragilidade da democracia brasileira. “Temos a obrigação de fazer algo pela estabilidade”, declarou o governador Ronaldo Cunha Lima; ou ainda: “acho que o Congresso Nacional deve deixar esta questão para o Judiciário. Desta forma, evita repetição do episódio Jânio Quadros, que levou à renúncia do presidente e à desestabilização do país”, afirmou Celso Hahne, presidente da Abiplast. Em segundo lugar, nota-se a tentativa de se remeter o contencioso aos domínios do privado: “não costumo me meter em briga de família, mas acho que está ocorrendo é ciúme de um irmão contra outro”, analisou Antônio Carlos Magalhães, cuja bancada no Congresso estava empenhada em impedir a instalação da CPI; opinião ratificada pelo empresário Mário Amato: “essa é uma questão de família e não do Brasil. As desavenças entre irmãos são normais e não se pode arrasar um país inteiro por causa disso”. Por último, a reafirmação do caráter delegativo e imperial da democracia brasileira, visão segundo a qual não seria possível confiar às instituições o papel que a Constituição de 1988 lhes outorgara, e que pode ser identificada na fala do governador Hélio Garcia, para quem “o presidente da República foi escolhido pelo povo brasileiro, no primeiro e segundo turno, e só este povo pode destituí-lo”; sendo secundado pelo presidente da Metal Leve, José Mindlin: “em minha opinião, o caso deve ser apurado pelo Poder Judiciário e não pelo Congresso” (O Estado de São Paulo, 26/05/92).
22. Exemplo disso foi o acordo tentado pelo governo com os líderes do PMDB e PSDB. Consta que Collor ofereceu a esses partidos uma “investigação rigorosa” do imposto de renda do empresário PC Farias, em troca de um acordo de bastidores para impedir a instalação da CPI. Como parte do acordo, PC seria convocado a depor apenas em uma outra CPI que já estava criada – a da Evasão Fiscal. O acordo também foi proposto aos governadores mais influentes do PMDB. A idéia, nesse momento inicial, era tentar evitar a convocação do irmão do presidente, Pedro Collor.
23. Os “elementos da crise”, afirmou Renan Calheiros em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, “foram a recusa do presidente em assumir-se como político, virar as costas ao diálogo e imaginar-se imperador (...). Não é de hoje que venho denunciando a ação nefasta do esquema armado por este poder paralelo: um esquema provinciano montado para nomear, traficar influências, extorquir, corromper, aliciar, pressionar (...). Por que não se desmonta este esquema?” (Folha de São Paulo, 21/05/92).

No final de maio, a Polícia Federal abria, a pedido do Procurador Geral, inquérito para apurar as denúncias de Pedro. A investigação envolveria também PC, a ex-ministra Zélia, e o piloto Jorge Bandeira. Aristides Junqueira baseou seu pedido na transcrição das fitas de vídeo apresentadas e na entrevista de Pedro Collor publicada na revista Veja. A CPI não fora ainda formada no Congresso, mas na prática já estava nos jornais. A cada dia novas acusações eram publicadas, ampliando o impacto sobre a opinião pública.

Em face dos constrangimentos que começavam a se estabelecer, desde o ministério público até setores da imprensa, os parlamentares já se viam obrigados a reavaliar seus cálculos. Em pouco tempo, o governo perderia sua principal garantia contra as investigações, o apoio do PMDB e do PSDB. O bloco governista lutou o quanto pôde para evitar a CPI, mas as lideranças partidárias terminariam sem outra alternativa senão referendá-la²⁴.

Criada a CPI, com representantes da Câmara e do Senado, o Governo se mobilizou em duas direções: fazer com que a composição da CPI lhe fosse a menos adversa possível; e tentar escalar, para a presidência e a relatoria, nomes “confiáveis”. O PMDB, maior bancada, tinha nas mãos a possibilidade de escolher entre um ou outro dos principais cargos da comissão. Após negociações com os líderes governistas, ficou com a relatoria e deixou a presidência a cargo do PFL, que indicou o deputado Benito Gama, ex-secretário de Transportes do governo de ACM na Bahia. O interesse na troca, explicitou-o o líder pefelista Luís Eduardo Magalhães: “se eu tiver maioria na Comissão, derrubo o relatório do relator. Se for minoria, não aprovo nem o meu próprio relatório. Tendo a presidência, tenho

24. Em reunião a 26 de maio, as lideranças dos partidos aliados procuraram sustentar a decisão da semana anterior, do mesmo colégio de líderes, no sentido de que não havia razão para a instalação da CPI. Depois, estabeleceram uma segunda linha de defesa: em vez da CPI, propuseram criar uma comissão de acompanhamento das investigações que o Ministério Público e a Polícia Federal – esta aberta por determinação de Collor – já estavam fazendo. O PDT foi o único entre os partidos de oposição a aceitar a segunda idéia. Mas uma conversa entre o líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA) e o presidente do partido, Orestes Quércia, já havia decidido a questão em favor da criação da CPI. Somada às assinaturas dos membros dos demais partidos de oposição, a adesão peemedebista assegurou o apoio de pelo menos um terço dos membros do Senado e da Câmara, número exigido para a abertura de uma CPI conjunta. Diante disso, o PDT aceitou a criação da Comissão. Quanto ao PSDB, mesmo dividido até a semana anterior, definiu-se pelo apoio à CPI antes que o PMDB o fizesse.

quem convoca para depor, quem marca as reuniões, quem faz a pauta, quem faz e acontece” (Folha de São Paulo, 31/05/92).

Portanto, tendo sido instalada com relutância no Congresso, a CPI teve como presidente um deputado ligado a Antônio Carlos Magalhães, fato que indicava a primeira vitória de uma política de acomodação frente aos então tímidos movimentos de oposição a Collor, e demonstrava que o presidente, mesmo com todos os tropeços, ainda desfrutava de consideráveis recursos. Tantos que, no dia seguinte à criação da CPI, encabeçados por ACM, os governadores decidiram organizar uma “frente de apoio político ao presidente Collor”. Os governadores de São Paulo, Fleury, e do Rio de Janeiro, Brizola, confirmaram sua adesão. Brizola declarou, inclusive que iria reeditar a “cadeia da legalidade de 1961” caso houvesse a tentativa de “rasgar a Constituição e derrubar o presidente” (Folha de São Paulo, 27/05/92). Por outro lado, uma vez aprovada a CPI, principiara em 27 de maio, com uma reunião de lideranças, a articulação entre PMDB, PT e PSDB com vistas a uma atuação conjunta. O PT levou a proposta de se ter o *impeachment* do presidente como alvo a ser perseguido e a necessidade de se convocar a cidadania organizado à mobilização, através da organização de atos públicos em todos os cantos do país. De uma parte, a política dos governadores como base para a circunscrição do conflito a uma disputa o mais restrita possível, de outro, a política da mobilização social como fonte de recursos para forçar uma solução disruptiva do conflito. Governo e oposição preparavam-se, assim, para a segunda fase do processo: o levantamento das provas e os depoimentos.

Graças à indicação do senador José Paulo Bisol (PSB-RS), para compor a Comissão, por parte do líder do PDS Esperidião Amin, a oposição acabou ficando com 12 das 22 vagas da CPI mista do Congresso, instalada a 1 de junho²⁵. No primeiro momento, porém, havia dúvidas acerca da efetividade dos resultados do trabalho da Comissão e do compromisso “investigativo” dos supostos opositoristas²⁶. Dúvidas reforçadas pelo perfil

25. A indicação de um opositorista (ninguém menos que o vice de Lula em 1989) pelo PDS se deveu à intenção de Amin de retaliar o governo. A decisão foi contestada pela bancada e por representantes do governo até o final de julho, quando a indicação foi levada à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que decidiu que Bisol tinha o direito de continuar integrando a CPI.

26. “Dentre os parlamentares que a compõem (a CPI), teremos maioria de deputados governistas ou inclinados a apoiar o presidente, restando uma representação muito pouco expressiva de deputados e senadores de partidos que, realmente, empenharam-se na deflagração do processo de investigação para

político do presidente, Benito Gama – ligado a Antônio Carlos Magalhães – e do relator Amir Lando – parlamentar inexpressivo, que geralmente se alinhava ao governo Collor nas votações do Senado²⁷. De fato, desde o início, as lideranças governistas pareciam ter a situação sob relativo controle e acreditavam poder evitar a aprovação de um relatório que envolvesse o presidente Collor, a menos que surgisse algum “fato novo” extraordinariamente comprometedor. Para tanto, afirmavam não hesitar em “sacrificar” PC Farias.

Mas vieram os depoimentos.

Logo a 2 de junho, a CPI definiu a lista dos depoentes. O governo preferia começar pelo depoimento de Pedro Collor, a oposição preferia PC. Começou-se por Pedro, que depôs a 4 de junho. Afirmou que havia alertado o ex-secretário de Collor, Cláudio Vieira, sobre a rede de influências, corrupção e extorsão montada no governo por PC, mas ressaltou não saber se o presidente Collor tinha conhecimento das denúncias. Não estabeleceu, portanto, vinculação entre o irmão e PC. Em suma, alegando ter feito suas declarações à imprensa sob forte “pressão emocional”, Pedro limitou-se, na CPI, a envolver Cláudio Vieira e, segundo a impressão geral, poupar Fernando Collor. Amir Lando dedicou-se a perguntas genéricas. Os presentes saíram do depoimento certos de que o relator nem sequer havia lido as entrevistas. Diante desse primeiro depoimento, o governista Ney Maranhão tentou inclusive pedir o fim da CPI, alegando que as denúncias que a motivaram não foram confirmadas pelo depoente.

O governo procurava também, nesse momento, esvaziar a Comissão, desviando as atenções para a votação do “ajuste fiscal” no Congresso. A oposição, por sua vez, procurava manter o interesse nas apurações através da aposta em depoimentos polêmicos e da utilização do suposto interesse demonstrado por Antônio Carlos Magalhães na punição de PC.

valer (...). Se alguma coisa se apurar, isso será devido à combatividade dos representantes do centro-esquerda”, afirmou em artigo o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) (Folha de São Paulo, 03/06/92).

27. “Além do presidente da CPI sobre PC/Collor, o governo tem também agora o relator. Filiado ao PMDB, o Senador Amir Lando figura, na verdade, entre aqueles com que o governo conta com segurança no Senado (...). Há todos os motivos para crer que a indicação de Amir Lando foi parte, também, do negócio pelo qual o PMDB quercista já cedera ao governo a presidência da CPI, ficando com a relatoria”, comentou Jânio de Freitas (1992a).

PC Farias depôs a 9 de junho e deu novo alento às investigações. Além de reconhecer seu envolvimento em fraude eleitoral, PC admitiu a prática de tráfico de influência – duas irregularidades que atingiam o governo federal. O empresário classificou-se como “coordenador financeiro” da campanha de Collor à presidência e reconheceu que atuava para favorecer interesses privados junto à administração pública. Ao revelar a existência de um “Caixa 2” por onde circularam milhões de dólares na campanha de Collor em 1989, PC parecia emitir sinais ao presidente de que não venderia barato seu “sacrifício”.

No dia seguinte, 10, foi a vez de Cláudio Vieira, que afirmou ser ele e não PC o tesoureiro oficial da campanha de Collor. Confirmou que teve negócios com três empresas de táxi aéreo alagoanas ligadas a PC, mas negou que recebesse repasses de dinheiro arrecadado pelo empresário. A CPI estabelecia, assim, a primeira ligação entre os negócios de PC e um alto funcionário do governo Collor, ligação que seria melhor evidenciada com os depoimentos seguintes.

No dia 16 de junho, Takeshi Imai, dono da fábrica de implementos agrícolas Hatsuta, foi o primeiro empresário a denunciar o esquema PC. “Já temos elementos de provas”, afirmou Amir Lando após o depoimento. No dia seguinte, José Maria da Fonseca, dono da From Brazil – acusado por Imai de pertencer à quadrilha de PC – confirmava a existência de um esquema de extorsão e tráfico de influência no ministério da Saúde, montado por PC, envolvendo seu irmão Luís Romero Farias e o ex-ministro Alceni Guerra. Luís Romero, em depoimento subsequente, negaria todas as acusações.

Depois destes depoimentos – que de fato deflagrariam o processo investigatório – o governo começaria a perder o controle sobre a CPI. Cresceu muito desde então a imprevisibilidade da situação. Agentes políticos relevantes passavam já a especular sobre a possibilidade de um eventual processo que levasse ao impedimento do presidente, fato até então ainda impensável – “o *impeachment* não é apenas um enfeite posto na Constituição”, já afirmava o governador Fleury, envolvido, semanas antes, na articulação dos governadores em defesa de Collor. As investigações, no entanto, ainda não haviam ganho dinâmica própria.

A CPI está montada de maneira a garantir maioria protetora do presidente, do governo e das empresas, que, sendo investigado o enriquecimento de PC, deveriam ser investigadas por tê-lo enriquecido, para aumentar suas próprias riquezas. Mas só

os imprevistos assumem o comando dos fatos, a maioria da CPI o perde. É o que está acontecendo [, escreveu Jânio de Freitas] (Folha de São Paulo, 17/06/92).

Já o PFL, pressionado pelo efeito negativo das revelações recentes, passava a procurar eximir-se da responsabilidade de dar sustentação irrestrita ao governo. Seus líderes afirmavam acreditar na inocência de Collor e previam que PC seria condenado por sonegação fiscal, mas deixaram o presidente em situação delicada ao permitir que a CPI seguisse uma linha em que poderia atingi-lo. O próprio líder Luís Eduardo Magalhães afirmava que o partido não seguia as orientações do coordenador político do governo Jorge Bornhausen: “a minha turma é a ‘do direito’. É o Bisol, é o Maurício Corrêa”, declarou Magalhães. Benito Gama também negava alinhamento automático do partido. O PFL passou a admitir, inclusive, a possibilidade de um depoimento de Collor à CPI (cf. Folha de São Paulo, 12-14/06/92)²⁸.

Observou-se, ao longo dos trabalhos da Comissão, e considerando-se membros e não-membros efetivos envolvidos, a constituição de três grupos distintos no parlamento:

1) o “esquadrão da morte” ou “tropa de choque” do governo, grupo de apoio direto a Collor, liderado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e pelos senadores Ney Maranhão (PRN-PE) e Odacir Soares (PFL-RO), cuja atuação pautou-se, de início, pela defesa incondicional da “dignidade do presidente” e terminou, conforme se avolumavam denúncias e provas, por basear-se em tentativas de manobras jurídicas ou regimentais para atrasar e dificultar as investigações;

2) a chamada “tropa de choque” da oposição, cujo comando mais incisivo estava a cargo de Eduardo Suplicy e José Dirceu (ambos do PT-SP) e contava também com parlamentares de atuação oposicionista mais moderada, como Mendes Thame, Pedro Simon, Odacir Klein, Sigmaringa Seixas, Jamil Haddad, Wilson Muller e Antônio Mariz; e

28. “O coordenador político do governo, ministro Jorge Bornhausen, pensava que poderia tornar a CPI inócua, mas acabou vendo a chamada tropa de choque das oposições vencendo todas as votações e deflagrando uma crise entre o PFL e o governo. A contagem entre governistas e oposicionistas na CPI dá vantagem de apenas um senador para a oposição, José Paulo Bisol, indicado pelo PDS. Mas nas votações internas da Comissão, as propostas oposicionistas têm conseguido em torno de 13 votos contra apenas sete, contando-se apenas os titulares e excluindo o relator e o presidente” (cf. reportagem da Folha de São Paulo, 14/06/92).

3) a “turma do direito”, espécie de maioria silenciosa composta de parlamentares de quase todos os partidos, que se bandeava cada vez mais para apoiar as propostas que o Palácio temia, à medida que os depoimentos avançavam. Integravam o grupo, entre outros, os senadores Juthai Magalhães, (PSDB-BA), Esperidião Amin (PDS-SC) e Iram Saraiva (PMDB-GO), e os deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), José Múcio (PFL-PE), Marcelo Barbieri (PMDB-SP) e Dario Pereira (PFL-RN)²⁹.

Uma contabilidade rápida da adesão de lideranças nacionais expressivas à tese do *impeachment* indicava naquele momento a posição contrária dos governadores Antônio Carlos Magalhães, Leonel Brizola, Hélio Garcia e Gilberto Mestrinho; de indefinição de Ciro Gomes, Fernando Henrique Cardoso, Fleury, Ulysses, Divaldo Suruagy e Maurício Corrêa. Francamente a favor, apenas Lula e o governador do Paraná Roberto Requião (cf. Folha de São Paulo, 20/06/92).

Note-se também, que apesar do descontentamento popular, não havia sinais de mobilização social no primeiro mês de funcionamento da CPI.

Diante das investigações e revelações que se sucedem, em outros tempos já se estariam sucedendo manifestações públicas de todos os tipos e sentidos. Hoje (...) por muitos motivos, os instrumentos de mobilização da sociedade desmobilizaram-se. Mas as indicações de que a opinião pública já estabeleceu o seu veredicto estão por toda parte, estão em cada conversa. E não se concentram, como fazem os encarregados das várias investigações, em Paulo César Farias, mas em Fernando Collor (Freitas, 1992b).

Diante da situação de acuo, mas ainda não completamente abandonado pelos aliados, o governo procurava sair da defensiva e colocar em prática algumas ações táticas. A partir da segunda metade de junho Collor buscou, tanto quanto lhe foi possível: 1) acelerar ao máximo os trabalhos da Comissão, inclusive apoiando o avanço dos trabalhos no recesso de julho, para evitar que o desgaste provocado pelas apurações chegasse a agosto; 2) esvaziar o debate sobre *impeachment*; 3) desqualificar os depoentes que

29. Segundo a Folha de São Paulo, “os governistas bandeados para a ‘turma do direito’ atribuem a Bornhausen, em conversas reservadas, a culpa por boa parte dos problemas. Primeiro, na escolha da ‘tropa de choque’ do governo, composta por membros folclóricos e agressivos, pouco respeitados nos debates. Depois, por ter interferido na escolha dos representantes dos partidos aliados na CPI, que gerou por exemplo, a rebeldia da bancada do PDS no Senado. A situação ficou tão difícil que o líder do governo no senado, Marco Maciel evita frequentar a CPI, e Luiz Eduardo Magalhães já cunhou a frase mais repetida pelos governistas rebeldes: “não roubei, não matei, não tenho nada com isso. Minha turma é a turma do direito” (Folha de São Paulo, 14/06/92).

atingissem o Planalto na CPI – já havia, por exemplo, um dossiê contra o ex-presidente da Petrobrás, Luís Octávio da Motta Veiga, que, repercutindo o episódio de sua demissão no ano anterior, agora acusara PC, em entrevista, por tráfico de influência.

A articulação política do governo podia contar ainda com o peso de figuras como o governador Antônio Carlos Magalhães e o deputado Ulysses Guimarães. ACM jantara com Collor, a 16 de junho, após se encontrar com Ulysses e o ministro Jorge Bornhausen. No dia seguinte, foi a vez do governador Hélio Garcia almoçar com o presidente. No dia 22, Ulysses viajou a Minas para tentar recompor com Garcia, uma vez mais, a frente de apoio a Collor, embora nenhum deles admitisse publicamente a articulação. “Escolheram o presidente para ser alvo de deduções”, comentou o velho líder do PMDB (cf. Folha de São Paulo, 18-23/06/92). Os presidentes da Câmara e do Senado, Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides, decidiram apoiar a estratégia governista de prorrogar a sessão legislativa até meados de julho para impedir que avançassem até agosto os trabalhos da CPI. Benevides, antes contrário à prorrogação, mudou de opinião depois de conversar com o deputado Ulysses Guimarães³⁰.

A 22 de junho, Collor convocou para pronunciamento uma cadeia nacional de rádio e TV, respondendo a críticas de seu ex-líder na Câmara Renan Calheiros. O presidente foi incisivo e contundente, procurando retomar o estilo agressivo que o celebrizara na campanha. “O pronunciamento marcou uma mudança no estilo. O governo não está mais na defensiva”, disse Marco Maciel (Folha de São Paulo, 23/06/92). Com a retomada da ofensiva, o governo pretendia recuperar algum fôlego nas batalhas parlamentares que se avizinhavam. O *impeachment*, embora já posto em pauta, parecia ainda bastante improvável³¹.

30. O que se especulava na imprensa era que a contrapartida dos operadores dessas manobras pró-Collor – que visavam apressar o encerramento da CPI e sacrificar PC Farias para salvar o presidente – seria a obtenção de algum tipo de apoio oficial para a tese do parlamentarismo no plebiscito sobre sistema de governo em 1993, além de apoios velados nas campanhas eleitorais de 1992 e 1994, e ainda, sobretudo, obter finalmente de Collor o que se desejava desde 1991: o controle efetivo do espólio governamental.

31. “O tema é inadequado porque a CPI não foi constituída para investigar o presidente e não pode investigá-lo”, dissera Ibsen Pinheiro no dia 19. “Não há nada, neste momento que justifique conversa sobre *impeachment*, renúncia e crime de responsabilidade de Collor, não há fatos que embasem essas medidas”. Para ACM, por sua vez, o *impeachment* seria impossível sem o apoio dos governadores Brizola, Fleury e Hélio Garcia, e seria inviável a tentativa de antecipação do parlamentarismo sem o engajamento do deputado Ulysses Guimarães. “Onde está então o grande perigo que ronda o presidente?”, perguntava o

Fatos novos vieram, porém, na forma de depoimentos à CPI. O de Renan Calheiros, a 25 de junho, ampliou o leque de altos funcionários do governo Collor a serem investigados pela Comissão. Segundo Calheiros, o chefe do gabinete militar, General Agenor Homem de Carvalho, o ex-chefe de Secretaria de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos e o secretário particular de Collor, Cláudio Vieira, estavam envolvidos com o esquema. O Palácio do Planalto anunciou, logo após o depoimento, que o ex-deputado seria processado criminalmente. Com esse depoimento, a “CPI do PC” começava de fato a ser uma comissão de investigação dos atos do presidente e seus assessores mais diretos.

No mesmo dia 25, cerca de 30 entidades civis e várias lideranças partidárias, reunidas no Congresso Nacional numa “vigília pela ética na política”, defenderam a tese do *impeachment*, caso as investigações da CPI sobre PC Farias comprovassem a conivência do presidente. Segundo um dos organizadores da manifestação, Marcelo Lavenère, presidente da OAB, a vigília era um “alerta ao presidente Collor”³².

No dia 27 de junho, porém, surgiu o fato político decisivo. Começava a circular a revista *Istoé* com data de 1º de julho, em que o motorista Francisco Eriberto Freire França, que havia estado a serviço da “Casa da Dinda” – a residência familiar que Collor transformara em residência oficial – anunciava a existência de ligações pecuniárias diretas entre o presidente Fernando Collor e o empresário PC Farias. Segundo o motorista, PC

líder baiano. Ciro Gomes, governador do Ceará, também concordava que sem “um grande fato novo” não via a possibilidade de *impeachment* (cf. *Istoé*, 24/06/92; Folha de São Paulo, 20/06/92). As pressões sobre a continuidade das investigações se lastreavam largamente na argumentação de que estariam gerando uma crise institucional, o que pode ser exemplificado em artigo de Luiz Alberto Bahia, membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo. “Evitando o descaminho da sugestão de impedimento, a Comissão Parlamentar de Inquérito pode concluir construtivamente seus trabalhos destacando a urgência das reformas da legislação eleitoral e partidária. Ao mesmo tempo, ela impediria a paralisação mais longa do país e a contaminação do pleito municipal pelo tema do impedimento. O tema poderá provocar a mobilização agitada da opinião pública e a precipitação criminosa da sucessão presidencial. A suspensão possível do presidente, na hipótese prevista na Constituição inauguraria um longo período de incertezas e desordens até que se consumasse, de uma forma ou de outra, o rito constitucional, que inclui a possibilidade de o presidente voltar a exercer a função. E nesse clima o risco de golpes crescerá” (Folha de São Paulo, 21/06/92, grifo meu) Chamo atenção, neste artigo, para a identificação feita pelo autor, aliás comum no debate daquele momento, entre paralisação decisória do sistema político e uma possível mobilização social, de modo semelhante aos termos em que Huntington colocou o problema.

32. As concepções de “ética na política” que tinham os diferentes atores relevantes envolvidos no processo que culminaria na organização de um amplo movimento de massas em favor do *impeachment* são problematizadas em Tatagiba (1998). Sobre o tema ver também Vita (1994).

pagava contas da Casa da Dinda, através de sua empresa Brasil Jet: a secretária particular do presidente, Ana Acioli, pagaria empregados da Casa da Dinda e despesas da primeira-dama Rosane Collor com dinheiro obtido de PC. Os pagamentos seriam feitos através da conta 01.0047778 do banco Bancesa, em Brasília. Em Las Leñas, na Argentina, Collor disse “desconhecer” o assunto: “Quem paga as minhas contas sou eu”. Em Maceió, PC negou as informações da revista. “O governo acabou”, sentenciou o deputado Delfim Netto (Istoé, 01/07/92; cf. Folha de São Paulo, 28/06/92).

E os depoimentos na CPI prosseguiram.

Em 29 de junho, o ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, disse à CPI que o empresário PC Farias “circulava com desenvoltura em alguns setores do governo”, entre os quais a Caixa Econômica Federal, e reafirmou que a fonte de seu poder era ninguém menos que Fernando Collor de Mello. No dia seguinte, o secretário-geral da presidência, Marcos Coimbra, próximo na lista de depoentes, limitou-se a procurar não envolver Collor. A Comissão agiu rápido no caso Eriberto. Já no dia 29, marcou o depoimento do motorista para 1º de julho, definindo também que seriam ouvidas as secretárias Ana Acioli e Rosinete Melanias.

No dia 30 de junho, em nome da “governabilidade”, editorial de primeira página da Folha de São Paulo exigia que o presidente Collor renunciasse imediatamente.

Nenhuma atitude exceto a renúncia [, frisava o texto]. Trata-se da única alternativa capaz de assegurar de imediato a governabilidade do país. A crise chegou ao seu ponto extremo. Não é por oposicionismo sistemático que esta Folha vê na renúncia do presidente um imperativo político incontornável. Às primeiras revelações de irregularidades no governo Collor, feitas pela Folha, segue-se, hoje, uma verdadeira avalanche de denúncias e evidências, veiculadas por praticamente todos os órgãos de opinião; imerso no escândalo, o Executivo perdeu o crédito da sociedade. Collor não consegue mais governar. Que renuncie (...), o país precisa de governo. Precisa de um presidente. Já deixou de reconhecer em Fernando Collor de Mello uma figura capaz de atender a essa necessidade. A superação da crise exige sua renúncia (Folha de São Paulo, 30/06/92).

No dia seguinte, a OAB, através de seu presidente, apoiaria a iniciativa do jornal. O governador Brizola classificou o Editorial de “irresponsável”. No mesmo dia 30, em novo pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, o presidente buscava explicar a nova onda de denúncias que o atingiam, mas não reuniu argumentos ou provas convincentes, limitando-se a divulgar declarações do ex-secretário particular Cláudio

Vieira, da secretária Ana Acioli e de um gerente do Bancesa. Várias questões ficaram sem resposta. Mas Collor via-se então, na virada de junho para julho, na necessidade de contornar também o inconveniente de se haver tornado, mais do que nunca, refém do PFL, única força expressiva disposta a dar-lhe algum suporte. Os pefelistas, que haviam cobrado do presidente uma “explicação convincente”, deram-se por “satisfeitos” com as declarações de Collor na TV e, ao final, asseguraram que não deixariam o governo. “O presidente deu explicações esclarecedoras que reverteram o quadro que havia no partido. As denúncias publicadas no fim da semana resultaram num quadro de muita perplexidade no partido”, comentou Marco Maciel, após tomar conhecimento do conteúdo do discurso. O preço da sustentação, porém, seria alto (cf. Folha de São Paulo, 01/07/92)³³. No entanto, fora a retórica pefelista, a avaliação geral, tanto de integrantes da CPI quanto da imprensa ou do ministério Público era de que as explicações de Collor haviam sido muito pouco convincentes, e de que ele continuava a dever esclarecimentos.

Ao mesmo tempo, a própria equipe ministerial dava sinais de que estava na iminência de dissolver-se. Preocupados com a paralisia do governo, alguns ministros já discutiam entre si a possibilidade de deixar seus postos caso o quadro não se modificasse em breve³⁴.

Em seu depoimento à CPI, a 1º de julho, o ex-motorista Eriberto Freire França reafirmou que a secretária de Collor, Ana Acioli, utilizava dinheiro de PC para pagar despesas da Casa da Dinda e denunciou ainda que dois assessores de Collor – o capitão Dario Cavalcanti e o sargento Luiz Amorim – estiveram em sua casa para tentar convencê-

33. Algumas manchetes da Folha de São Paulo naquele momento dão a dimensão dos problemas de Collor com o PFL: “Planalto fica sob tutela do PFL para tentar afastar tese do *impeachment*” (21/06/92); “PFL exige ações de impacto na economia” (28/06/92); “PFL debate se deixa governo” – “Pefelistas decidem esperar pelo pronunciamento e pela reação da opinião pública para tomar decisão” (29/06/92); “PFL exige explicação” (30/06/92); “PFL: apoio por influência na economia” (03/07/92); “PFL dividido” – “O presidente nacional do PFL, Hugo Napoleão, admitiu ontem que o partido já não está coeso em torno do apoio ao presidente Collor: ‘há setores favoráveis à saída imediata do governo e há setores que dificilmente aceitariam sair’” (07/07/92).

34. O ministro Célio Borja (Justiça) disse estar “louco para deixar o cargo”. “Só penso nisso”, afirmou em entrevista. José Goldemberg (Educação), por sua vez, passaria a afirmar que estava “perplexo” e “em busca de respostas” do presidente às acusações. “Se a coisa evoluir, vou ter de tomar uma atitude”, afirmava Eliezer Batista (Infra-estrutura), quanto a uma eventual saída do governo. Raciocínio seguido por outro “respeitável” ministro, o da Saúde, Adib Jatene. Com as denúncias de Eriberto, Jorge Bornhausen, o articulador político do governo, afastou-se por dias da frente das câmeras e microfones, afirmando estar tratando de projetos importantes em tramitação no Congresso.

lo a voltar atrás nas declarações³⁵. No mesmo dia, os presidentes dos partidos de oposição reuniram-se e anunciaram que, a partir de então, consideravam o presidente Collor o principal alvo das investigações da CPI. Setores empresariais conservadores, por seu turno, temerosos dos danos políticos que poderiam ser causados a muitos empresários por um longo processo de *impeachment* e avessos a um possível governo Itamar, continuavam a insistir na tese de que a CPI não devia avançar na investigação de Collor.

A situação do presidente começava a tornar-se então insustentável, em função, especialmente, da enorme repercussão junto à opinião pública do depoimento do motorista Eriberto, associada à ineficácia da autodefesa do presidente em seus pronunciamentos televisivos³⁶. Crescia em muito a imponderabilidade da situação, numa conjuntura em que, conforme frisou Luciano Martins, “nem governo nem oposição estão em condições de controlar o desenrolar dos acontecimentos” (Martins, L., 1992). Viriam juntar-se a esse quadro, ainda, os primeiros resultados da ação investigativa do própria CPI que, com o rastreamento de cheques emitidos por auxiliares de PC, fechava um dos elos na ligação entre este e o presidente Collor.

As frentes de defesa articuladas pelo Planalto viam-se cada vez mais reduzidas à tentativa de acusar “golpismo” por parte da CPI e da oposição. Em bilhetes ao porta-voz,

35. “Eriberto atropela a defesa do presidente – Um exemplo de Coragem para o País: o motorista Eriberto enfrenta os insultos e pressões governistas na CPI e deixa o Congresso sob aplausos”, relatou Istoé. “O depoimento provocou estragos na estratégia defensiva do Governo. Com sinceridade desconcertante, emoldurada em frases curtas pronunciadas em voz baixa, Eriberto não se deixou intimidar pelos até então temidos xiitas governistas Roberto Jefferson (PTB-RJ), Ney Maranhão (PRN-PE) e Euclides Mello (PRN-SP). (...) Numa saraivada de ataques, os defensores de Collor partiram definitivamente para a intimidação, insistindo em arrancar de Eriberto o local onde esteve escondido e os nomes dos amigos que o protegeram após ter dado entrevista a Istoé. E voltaram à carga na questão do suposto suborno: ‘o senhor vai querer dizer que está agindo apenas por patriotismo?’, insistiu Jefferson. ‘E o senhor acha isso pouco?’ retrucou Eriberto” (Istoé, 08/07/92; cf. também Folha de São Paulo, 02/07/92).

36. A essa altura, sinais importantes de descontentamento podiam ser aferidos nas enquetes de opinião, conjugados porém com baixa expectativa com relação à punição dos envolvidos no escândalo. Segundo pesquisas Datafolha, 24 de junho: 65% dos paulistanos achavam que Collor estava envolvido com PC em corrupção; 32% achavam que o presidente deveria renunciar; 71% achavam que CPI faria apenas encenação; 65% consideravam o governo Collor ruim/péssimo. Levantamento nacional realizado em 24, 26 e 29 de junho: 36% achavam que o presidente deveria renunciar, 17% achavam que Collor deveria afastar-se temporariamente durante as investigações; ou seja, ao todo 53% dos entrevistados desejavam que Collor saísse do Palácio do Planalto. São Paulo revelava o maior índice favorável à permanência do presidente: 48%. Na mesma enquete, ante à questão “Collor está envolvido com PC?”, 63% responderam sim; 18% não; 19% não sabiam. A 4 de julho, pesquisa feita após o pronunciamento do presidente em rede de TV e rádio mostrava que 53% defendiam o afastamento de Collor (Folha de São Paulo, 26/06; 01 e 05/07/92).

em estilo Jânio Quadros, Collor chamava os opositores de “sindicato do golpe”³⁷, no que era secundado por Brizola, que também responsabilizou a CPI pelo “ambiente de golpe” que, para ele, vivia-se no país (Folha de São Paulo, 03/07/92). Para vencer as dificuldades no *front* parlamentar, a bancada governista traçara algumas estratégias. A cada evidência encontrada, procurava responder, de um lado, negando que as provas tivessem “caráter jurídico”, e de outro, ameaçando retaliar parlamentares com uma “devassa fiscal” em suas contas. Os governistas procuraram também, sem sucesso, proibir que parlamentares não-membros da CPI participassem de investigações, no intuito de barrar a ação de opositoristas mais empenhados, em especial o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). Buscava-se, finalmente, mais uma vez associar a tese do *impeachment* a “riscos institucionais”. A ação governista mais efetiva, no entanto, estava mesmo no terreno do clientelismo. Multiplicavam-se na imprensa as informações sobre a balcanização definitiva do governo³⁸.

A 9 de julho, um ingrediente importante da receita de Collor para resistir ao dismantelamento progressivo de sua sustentação política passou a ser a utilização do *marketing* em torno do acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores recém fechado pelo ministro Marcílio Marques Moreira, e considerado positivo pelos analistas econômicos e pelo empresariado. O “Jornal Nacional” da Rede Globo, naquele dia, dedicou 25 minutos à cobertura do acordo da dívida e 1 minuto à CPI. No dia seguinte, em novo

37. Foram ao todo oito bilhetes, entre 2 e 8 de julho, em mais uma retomada do *marketing* cultivado na campanha. Nos textos, havia desde acusações aos adversários até queixas contra traidores e ameaças contra investigações da CPI.

38. As notícias sobre aliciamento “fisiológico” de parlamentares abundavam. “O Palácio do Planalto começou ontem a liberar verbas e decidiu tomar medidas para tentar reduzir a recessão, para conseguir o apoio dos governadores no combate à tese do *impeachment* (...). Dos 14 governadores mais influentes no Congresso, 12 são hoje contrários ao *impeachment*, segundo apurou a Folha” (Folha de São Paulo, 05/07/92); “O PFL já começou a receber a contrapartida em cargos pela manutenção do apoio ao governo. Ganhou entre ontem e anteontem a Secretaria Nacional de Transportes e a Secretaria Nacional de Habitação e pretende ficar com a presidência da Telebrás” (Folha de São Paulo, 08/07/92); “O presidente Collor distribuiu ontem cerca de Cr\$177,5 bilhões em verbas numa cerimônia com 11 governadores” (Folha de São Paulo, 09/07/92); “Quanto custa para abafar o Collorgate: Secretaria de Desenvolvimento Regional: Cr\$76,9 bilhões para projetos no Nordeste, ministério da Agricultura: Cr\$100,6 bilhões para projetos de irrigação, Banco do Brasil: Cr\$336,9 bilhões para projetos que vão desde linhas de crédito para microempresas até verbas para peça teatral, BNDES: Cr\$ 470 bilhões para a construção do primeiro trecho da Ferronorte, CEF: Cr\$483 bilhões para a construção de moradias para militares. Total: Cr\$1,467 trilhão” (Folha de São Paulo, 11/07/92); “O governo vai abrir mais uma vez seus cofres hoje”, através de “convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e os governos estaduais das regiões Norte e Centro-Oeste” (Folha de São Paulo, 15/07/92).

pronunciamento na TV, Collor prometeu esgotar “todos os problemas políticos com que alguns pretendem imobilizar o governo federal”. Agressivo, Collor comparou os integrantes do que chamava “sindicato do golpe” a porcos. “Isso é uma pocilga, não nos aproximemos dessa pocilga. Deixem que os porcos façam isso e chafurdem nessa lama” (Folha de São Paulo, 11/07/92).

Como dividendo efetivo, o acordo da dívida valeu a Collor a retomada momentânea do apoio dos empresários. No dia 15 de julho, importantes líderes empresariais reuniram-se em café da manhã de apoio a Collor em Brasília, evento que contrastava com jantar realizado apenas uma semana antes, em que os mesmos empresários deixaram claro que seu apoio se restringia ao ministro Marcílio. Com isso, o governo recuperou certo fôlego e pode inclusive dificultar os andamentos da própria CPI³⁹. Em menos de duas semanas, a inclusão do nome de Collor no relatório final da CPI, dada como certa dias antes, passara a ser novamente improvável.

39. Como observou o jornalista Jâmio de Freitas, “a estratégia dos governistas, apoiada pelo próprio relator (...), é a de impedir que a CPI do caso PC/Collor faça uso do direito de prorrogação do seu prazo para além de 11 de agosto. E até lá, abrir tantos desvios temáticos quanto possível, desde que não impliquem em riscos para Collor e o círculo dos seus íntimos; de outra parte, protelar ao máximo as providências, sejam da própria CPI ou de órgãos federais, que enriqueçam a constelação do inquérito” (Freitas, 1992c).

Capítulo 6

O "fora Collor"

"Demoraria a aparição, nos idos de agosto, deste povo-na-praça,
escondido nas locas das 'diretas já'."

Cândido Mendes,
Collor: anos-luz, ano zero.

A segunda metade de 1992 trouxe as massas de volta à intervenção pública¹, como não se via mais desde que em 1984 a campanha das "diretas já" (Rodrigues, A. T., 1993b) forçara as portas do regime militar. As frustrações que se acumularam desde então – em especial o represamento da participação da cidadania, *vis-à-vis* o insulamento da tecnocracia, por ocasião da implementação dos planos de estabilização monetária nos 80 e nos 90 – reemergiram na campanha do "Fora Collor", organizada e orientada em torno da bandeira da "ética na política". Malgrado a agenda extremamente ampla que se apresentava aos atores em conflito, o tema da ética, em vista da eclosão dos escândalos listados no capítulo anterior, monopolizou o debate. A própria coalizão que se formou em apoio à tese do *impeachment* do presidente só foi possível, certamente, porque a discussão sobre a agenda de reformas orientadas para o mercado e de "ajuste estrutural" deflagrada por Collor não foi posta em pauta. Com o apoio da mídia eletrônica² e a participação, como

-
1. A descrição factual e as interpretações referentes aos eventos da campanha pelo *impeachment*, neste capítulo, utilizam-se de levantamento previamente realizado em pesquisa por mim coordenada junto ao departamento de ciências sociais da UFES (cf. Rodrigues, A. T., 1994). Valem-se também da vasta literatura jornalística e de alguns artigos acadêmicos publicados sobre o assunto, especialmente: Krieger, Novaes e Faria (1992), Nêumanne (1992), Oliveira, F. (1992), Mendes, C. (1993), Velasco e Cruz (1997b), Alencastro (1992) e Nobre (1992).
 2. Para uma discussão sobre a relação entre os media e a campanha pelo *impeachment* de Collor ver Fausto Neto (1993) e Rubim (1993).

protagonista, de um movimento estudantil ao mesmo tempo renovado e despolitizado, o discurso da "ética" não deu vez à contaminação da pauta pública por qualquer tema econômico.

6.1. A intervenção da cidadania ativa.

No início de julho de 1992, em meio ao refluxo das investigações na CPI, passaram a organizar-se as primeiras manifestações de rua dignas de nota em favor do *impeachment*. Em Porto Alegre, a 3 de julho, uma "Caminhada contra a Corrupção" organizada por partidos e sindicatos reuniu 400 manifestantes, sob a palavra de ordem "CPI prá valer". No mesmo dia, PT, PSB e PCdoB colhiam adesões a um abaixo assinado contra a corrupção no centro de Belo Horizonte; 4 mil pessoas, segundo organizadores, ou apenas 400, pela PM, pediram o *impeachment* em passeata organizada em São Paulo pela CUT, CGT, PT, PCdoB e PPS. A 7 de julho, com a presença de 8 mil pessoas (organizadores) ou 4 mil (PM), ato público era promovido em Brasília pelos partidos de oposição, sindicatos filiados à CUT e OAB, em continuidade à "Vigília pela Ética na Política" realizada no Congresso duas semanas antes. Lula foi o único dirigente nacional da oposição a acompanhar o ato. Os presidentes nacionais do PMDB e do PSDB cancelaram a participação. No dia 10, a chuva não impediu que partidos de esquerda reunissem 400 pessoas em manifestação no Rio de Janeiro. No dia 12, defronte à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, era realizado mais um ato suprapartidário pela "Ética na Política", organizado por um grupo de dez entidades, representando trabalhadores, empresários, juristas, cientistas e vários setores da sociedade civil (CUT, UNE, PNBE, CNBB etc.)³. A essa altura, pesquisa Datafolha mostrava que 62% dos deputados estariam dispostos a processar o presidente caso a CPI concluísse por apontar como fundamentadas as irregularidades denunciadas (cf. Folha de São Paulo, 12/07/92).

3. Para uma narrativa empírica detalhada da construção do "movimento pela ética na política", bem como para uma avaliação dos diferentes discursos políticos formulados por algumas das principais entidades "representativas da sociedade civil" no contexto da campanha pelo *impeachment*, ver o trabalho de Tatagiba (1998).

Enquanto isso, na CPI, a lista de depoentes, em meados de julho, chegava às secretárias da Casa da Dinda e da empresa de PC Farias, que contaram versões contraditórias quando questionadas a respeito das denúncias do motorista Eriberto⁴. No dia 15, o governador do Paraná, Roberto Requião, depôs e afirmou também que o esquema PC atuava em seu estado através do empresário José Carlos Martinez, dono de rede de televisão e membro do PRN. Embora inconclusivos, os depoimentos das secretárias foram comprometedores.

No dia 16, Collor ocupava rede nacional de rádio e televisão pela 22ª vez em seu governo – 11ª vez só no ano de 1992 – para novamente procurar ganhar algum espaço positivo de mídia. Em longo discurso, tratou do problema do ajuste fiscal. A julgar pelas repercussões na imprensa, não foi bem sucedido na tentativa. Já as manifestações de rua, ainda que localizadas e esporádicas, ganhavam corpo.

A 15 de julho, partidos, entidades sindicais e estudantis realizaram ato público no centro de Belo Horizonte em favor do *impeachment*, reunindo 2 mil pessoas (segundo organizadores) ou 400 (PM). Em Belém, cerca de mil pessoas participaram de uma caminhada de protesto, primeira manifestação pelo afastamento do presidente ocorrida no Pará. No dia 16, o Sindicato dos Bancários de Brasília realizou manifestação pedindo o afastamento do presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho. No dia 21 de julho,

4. No dia 13 de julho, a secretária da Brasil Jet, Marta Vasconcelos, contradizia o depoimento de Eriberto. Segundo ela, o ex-motorista, que servia à secretária Ana Acioli na Casa da Dinda, não ia à Brasil Jet buscar dinheiro, mas falar com o motorista Roberto, que servia ao empresário PC Farias. Eriberto, em resposta, pediu uma acareação entre os dois. No dia seguinte, a secretária particular dos Collor na Casa da Dinda, Ana Acioli, internada no Instituto do Coração após ter dado à luz, apontou o ex-secretário particular da presidência, Cláudio Vieira, como sendo o responsável pelos depósitos feitos em sua conta, que serviram para pagamento das despesas da residência presidencial. Ana Acioli confirmou o relato feito por Eriberto e apresentou contradições com o depoimento de Marta Vasconcelos. O depoimento foi considerado por membros da CPI como o mais revelador de toda a investigação, só perdendo em importância para as denúncias de Eriberto. O mais comprometedor foi que, embora tenha destacado a importância de Cláudio Vieira como administrador das despesas do presidente, Acioli disse que Collor tinha absoluto controle sobre suas contas: “nunca saiu um centavo sem autorização”. Em mais um de seus bilhetes, Collor criticou a “violência” e “desumanidade” de membros da CPI contra sua secretária, os quais segundo ele “forçaram seu depoimento no instante em que convalesce de um parto delicado”. No dia 16, a secretária da Brasil Jet Táxi Aéreo em São Paulo, Rosinete Melanias, admitiu que fez depósito na conta da secretária particular do presidente, Ana Acioli. Não informou o valor mas deu a entender tratar-se de quantia elevada. “Chamadas a depor por causa das denúncias do motorista Eriberto a Istoé, Ana Acioli (secretária particular do presidente Collor), Marta Vasconcelos (secretária do escritório de PC em Brasília) e Rosinete Melanias (secretária do escritório de PC em São Paulo) conseguiram transformar silêncio em confissão e frases ensaiadas num sumário de culpa e contradições”, comentou reportagem da Istoé (22/07/92); cf. também Folha de São Paulo (15-16/07/92).

passeata de mulheres a favor do *impeachment* reuniu 300 pessoas (PM) ou 800 (organizadores), na Av. Paulista em São Paulo. No dia 23, em João Pessoa, o PT promoveu um almoço em praça pública em protesto contra a política econômica do governo, a favor da continuidade das investigações da CPI e pelo *impeachment* do presidente Collor. No mesmo dia, o diretório acadêmico Fernando Costa, da UNESP, realizou em Jaboticabal (SP) passeata e ato público em defesa do ensino público e gratuito e pelo *impeachment*. (Folha de São Paulo, 18-20/07/92).

As manifestações crescentes abriram a discussão, na comunidade acadêmica e no meio jornalístico, acerca da dimensão que a mobilização social poderia vir a atingir em meio à crise que se construía. Em 18 de julho, o Folha de São Paulo perguntou a três importantes intelectuais: “o prolongamento da crise aponta para um movimento do tipo diretas já?” Fábio Wanderley Reis respondeu “em termos”, afirmando que “apesar de toda frustração, há um anticlímax que faz a crise pouco favorável às mobilizações de massa”. Roberto Romano, por sua vez, via no horizonte os indícios de nova mobilização: “grupos já se movimentam; se acharem formas de luta inteligentes, comoverão os milhares de espoliados”. Já Renato Janine Ribeiro foi categórico ao afirmar que o momento não comportava mais utopias: “as lideranças firmadas na sociedade devem construir algo que fique no tempo e não se esgote no alarido”. Do mesmo modo, dias depois Fernando Gabeira apontava os limites de novo movimento de massas: “Já começam as mobilizações localizadas, na esperança de que, de repente, a coisa cresça. Tenho dúvidas em apostar no movimento de massas para solucionar a crise política brasileira. Acho que a referência é fundamental. No entanto, é preciso lembrar que as esperanças das eleições diretas, sob muitos aspectos foram frustradas” (Folha de São Paulo, 18 e 20/07/92).

Depois dos depoimentos das secretárias, o conflito no interior da CPI recrudescceu: os opositoristas julgavam estar a um passo de provas documentais da ligação de PC com o presidente Collor, mas a obstrução às investigações promovida pelo governo, principalmente através do Banco Central (atrasos na liberação de documentos, adiamentos de prazos etc), impedia que as apurações avançassem. Curioso notar, como mais um exemplo de subsunção da ordem legal à oportunidade política, que um dos principais argumentos usados pelo governo – o mesmo governo do confisco da poupança e atos assemelhados contra a ordem jurídica – baseava-se num dos direitos individuais protegidos

pela lei: a inviolabilidade do sigilo bancário. A pretexto de protegê-la, os governistas buscavam barrar o rastreamento das contas dos personagens-chave, das quais poderia sair a qualquer momento a prova procurada. Por outro lado, os governistas tentaram impor um “recesso branco” ao Congresso, para atrasar os trabalhos, e até mesmo chegaram à tática de forjar a fuga de depoentes da CPI. Na oposição imperava a incerteza. Ulysses Guimarães era apontado pela imprensa como contrário ao *impeachment*. Quéricia estava cauteloso. Por determinação de Brizola, o PDT discutia a substituição do deputado Miro Teixeira e do senador Maurício Corrêa na CPI, caso não concordassem em votar contra a inclusão do presidente Collor no Relatório Final. Collor parecia avaliar que seria impossível atingi-lo.

As acusações contra o presidente da República (...) criaram um momento singular na vida política. E impossível retroceder, restaurando a confiança antiga, e é difícil prosseguir em direção ao *impeachment* ou ao processo perante o Supremo Tribunal Federal (...). O governo, diante deste quadro, cuida de ganhar tempo, de qualquer modo, com fatos de evasão e agredindo seus eventuais juizes (Faoro, 1992c).

O impasse, porém, foi quebrado pela erupção de fatos novos. A CPI obteve, no dia 20 de julho, cheques que comprovavam o pagamento direto feito por empresas de Paulo César Farias a pessoas ligadas ao presidente Fernando Collor, entre elas a primeira-dama Rosane Collor, D. Leda, mãe do presidente, o ex-secretário Cláudio Vieira, e o ex-portavoz Cláudio Humberto. A relação incluía ainda Elizabeth Luporini, ex-secretária de Marcos Coimbra, secretário-geral da presidência. “A cada dia que passa, realmente aumenta a hipótese de um envolvimento de PC com alguns órgãos do governo”, declarou o presidente da CPI Benito Gama. A Receita Federal levantou ainda provas de que a Brasil Jet, de PC, pagara serviços da Brazil's Gardens, empresa que fizera a reforma dos jardins da Casa da Dinda. No dia seguinte, a cúpula do PFL avaliava que não teria como evitar que o Relatório Final da CPI citasse o presidente Collor. E a partir da citação, acreditavam ser inevitável o pedido de abertura do processo de *impeachment*. A proximidade da apresentação do Relatório Final, aliás, dividiu o PFL em dois grupos: de um lado, o “esquadrão da morte” ou “tropa de choque” e a cúpula do partido, com postos no governo, ainda pretendia trabalhar pela defesa do presidente contra a tramitação do processo de *impeachment*; de outro lado, um grupo de parlamentares “rebelados” (Roberto Magalhães e Elcio Alvares à frente), propunha que o partido apoiasse a abertura do processo de impedimento sob o argumento de que a realização do processo e uma eventual absolvição do presidente seriam

já a esta altura necessários para a recuperação de sua credibilidade e, mais uma vez, da “governabilidade”.

No dia 21, enquanto Collor participava de comício ao lado de Brizola, no Rio de Janeiro, o próprio Jornal Nacional da Rede Globo, que funcionava como nunca, àquela altura, como uma espécie de arauto das virtudes oficiais, mudou o enfoque da cobertura e anunciou, em tom grave, quase fúnebre, que “algo muito preocupante” estava para sair do Relatório da CPI. Em seu apoio, a esta altura, Collor só podia contar com algumas manifestações de funcionários públicos recrutados nas repartições para prestarem “solidariedade” defronte à casa da Dinda, e com algumas vozes isoladas na imprensa, como Luiz Alberto Bahia, membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo⁵. Segundo levantamento do Datafolha, no dia 22 a maioria dos membros da CPI estava disposta a aprovar a citação de Collor no Relatório Final da Comissão (Folha de São Paulo, 22/07/92).

Os partidos de oposição ao governo, empenhados na ampliação da mobilização social, apresentavam neste momento boas chances de vencer as eleições municipais em diversas cidades importantes. Pesquisa Datafolha realizada a 21 de julho em dez capitais mostrava que em seis delas, o eleitorado preferia votar em candidatos do PMDB, PSDB e PT. Mas a população ainda via com alguma hesitação o afastamento de Collor e com certa descrença as investigações da CPI: 38% dos entrevistados queriam a renúncia de Collor e 39% defendiam a permanência do presidente no cargo. Sobre a CPI, 25% achavam que a Comissão investigaria as denúncias até o fim; e 66% achavam que a CPI faria apenas uma encenação, sem chegar a qualquer resultado (Folha de São Paulo, 26-27/07/92).

No dia 27 de julho, diante de uma situação que já se aproximava do desespero, Cláudio Vieira depunha novamente à CPI e afirmava que os recursos supostamente depositados por ele nas contas do presidente e de seus familiares eram provenientes de um empréstimo de US\$ 3,75 milhões tomado no Uruguai por ocasião da campanha eleitoral, e que teria sido convertido em ouro quando de sua entrada no Brasil. A chamada “Operação

5. “Se a maioria que votou em Collor e todos aqueles que o ajudaram na eleição como cidadãos são culpados, a purificação não virá pela via de uma crise, que pode arruinar o país, a do impedimento. O caminho da moralização não é o da catarse, que conduz ao sofrimento de todos e, talvez antes, à vitória dos xiitas de todos os partidos de oposição, que reconhecem sua impotência na luta pela justiça social, e apelam, por isso, para a flagelação da democracia”, escreveu Bahia (Folha de São Paulo, 21/07/92).

Uruguai”, transação bastante inverossímil, foi apresentada por Vieira para tentar demonstrar que os recursos que sustentavam o presidente não vinham de PC Farias, mas de “sobras de campanha”. “Ele mostrou à CPI e à nação que o sindicato do golpe, comandado pelo PT, precisava ser destruído. Isso é um golpe de caratê e o presidente é faixa preta”, comemorou o Senador Ney Maranhão. “Eu acho mais fácil os membros da CPI voltarem a acreditar em Papai Noel do que nesse depoimento”, retrucou Aloízio Mercadante. Uma vez que não apresentasse qualquer documento comprobatório da operação, o depoimento foi suspenso e adiado por 72 horas. Vencido o prazo, Cláudio Vieira não conseguiu apresentar provas da existência do alegado empréstimo no Uruguai: disse que não houve registros, não informou a origem do dinheiro e não explicou como os recursos entraram no Brasil. Admitiu não ter declarado o endividamento ao Imposto de Renda e causou risos ao explicar que esperava ajuda de Collor para pagar o empréstimo, que segundo ele venceria em 1996. Vieira continuava a afirmar ser o gestor das contas do presidente. A história era tão insustentável que, nessa derradeira tentativa de livrar Collor, ele acabou sendo envolvido num incrível episódio de lavagem de dinheiro, supostamente feito com o auxílio de doleiros, falsários e contrabandistas. O relator Amir Lando deu a Vieira prazo limite até 03 de agosto para que apresentasse provas materiais de suas declarações (Folha de São Paulo, 28 e 31/07/92; Istoé, 05/08/92).

Logo após o depoimento de Vieira, mais uma secretária entrou em cena. Era Sandra Fernandes de Oliveira, secretária da ASD Empreendimentos, empresa do ramo de hotelaria, de propriedade de Alcides dos Santos Diniz, amigo pessoal de Collor. Sandra, em contato com o senador Eduardo Suplicy, afirmava que a “Operação Uruguai” não passava de uma farsa, armada no escritório em que trabalhava. Ela chegou ao Congresso no dia 29, pelos braços de Suplicy e do deputado José Dirceu e causou, até seu depoimento na CPI dois dias depois, forte apreensão aos oposicionistas. Alguns parlamentares temiam que a testemunha de Suplicy pudesse ser um “tiro n’água” capaz de comprometer a seriedade da CPI. Governistas procuraram desqualificar a denúncia, alegando “jogada eleitoral” de Suplicy, então candidato à prefeitura de São Paulo. Mesmo assim, a secretária foi convocada a depor. No dia 31 de julho, em seu depoimento, ela afirmou ao relator Amir Lando que toda a chamada “Operação Uruguai” começara no início de julho, logo após o depoimento de Eriberto França à CPI e que ela teria presenciado os contatos entre Cláudio

Vieira e o proprietário da empresa em que trabalhava, feitos durante a armação da farsa (cf. Oliveira, S. F., 1993)⁶. Por mais que houvessem contestações às versões de Sandra, por parte da “tropa de choque” governista, a manobra havia sido publicamente desmoralizada.

Ao mesmo tempo, nas ruas, as manifestações começavam a assumir ritmo crescente, embora ainda não acumulassem poder de pressão suficiente para decidir a questão em favor do *impeachment*⁷. A CPI vivia naqueles dias fortes tensões internas – explicitadas por exemplo na insistência do presidente em não convocar várias testemunhas consideradas importantes pela oposição – embora a dinâmica dos fatos começasse a atropelar com enorme velocidade eventuais tentativas de segurar a marcha das apurações. Conforme comentou Jânio de Freitas, “não será exagerado dizer que a CPI avançou para constatações importantes a despeito de si mesma” (Folha de São Paulo, 01/08/92). A certeza, da parte dos partidos de oposição, àquela altura era de que a aprovação do *impeachment* dependeria de dois fatores: um relatório incisivo da CPI, com dados que permitissem uma clara ligação do presidente com irregularidades, e a pressão da sociedade sobre os deputados que votariam a admissibilidade do pedido de processo contra o presidente.

Até o final de julho, início de agosto, havia ainda a expectativa de que o grupo do PFL liderado pelo governador ACM pudesse romper com o governo, expectativa logo frustrada com a escolha do Deputado Eraldo Tinoco – ligado a ACM – para o ministério da Educação, em substituição a José Goldemberg, que se demitiu a 3 de agosto. Inflado por este cacife, o grupo do governador baiano passou inclusive a pretender a demissão do ministro Márcilio Marques Moreira, figura importante para a sustentação política de Collor,

6. Foi acordado entre os emissários de Collor, Cláudio Vieira especialmente, e Alcides Diniz que a compensação deste último pela colaboração no episódio, segundo o depoimento da secretária Sandra, viria na forma da liberação, assegurada pelo então presidente do Banco do Brasil Lafayette Coutinho, de um empréstimo de 231 milhões de dólares da Caixa de Previdência dos Funcionários do BB, a Previ, para a construção de um empreendimento imobiliário, o ASD Trade Center (Oliveira, S.F., 1993, p. 13).

7. A Associação Nacional dos Municípios Portuários, por exemplo, decidiu durante seu 5o. Congresso Anual, encerrado em 27 de julho, assinar moção de apoio aos presidentes do Congresso e da CPI, pedindo uma apuração eficaz. Na mesma data, a OAB de Campinas (SP) e a de Sorocaba (SP) realizaram manifestações pela ética na política, esta última com a presença do deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP). No Ceará, cerca de 600 pessoas (segundo os organizadores) participaram de vigília pela ética na política no prédio da Assembléia Legislativa. A 31 de julho, o PCdoB promoveu, no centro do Rio, manifestação pelo *impeachment*, que incluiu a montagem de um chiqueiro com dois porcos, em alusão à Casa da Dinda e seus principais ocupantes (Folha de São Paulo, 28/07-01/08/92).

mas incômodo ao PFL pelas resistências que ainda conseguia impor às liberações de verbas. Foi preciso que o articulador político do governo, Jorge Bornhausen, lançasse uma “operação segura Marcílio”, constituída de intermináveis conversações, para mantê-lo no cargo.

A 3 de agosto, frustrou-se mais um dos expedientes tentados pelos governistas: por votação simbólica o Congresso aprovava a prorrogação por 15 dias dos trabalhos da CPI, que inicialmente expirariam em 11 de agosto e que então foram adiados até o dia 26. Seria o tempo necessário para que o Relatório Final pudesse ser redigido, discutido e votado na Comissão.

O controle do PFL, nesse momento, era absolutamente crucial para Collor. No início de agosto, o líder Luís Eduardo Magalhães comunicou a Collor que 70% da bancada estava firme com o governo, e 30% apresentava posições “rebeldes”. Para segurar a banda “fisiológica” do Congresso, Collor se via na necessidade de recrudescer a concessão de favores, a despeito das resistências de Marcílio. Já na segunda semana de agosto, o ministério dos Transportes e Comunicações divulgava cinco editais para concessão de emissoras de rádio e televisão no Maranhão e Santa Catarina, as primeiras de um lote maior destinado à caça de votos na Câmara.

Os opositoristas, por sua vez, viam-se diante de uma mobilização social ainda incipiente. Caso a situação não fosse revertida, sabiam, Collor tinha chances de derrubar o pedido de admissibilidade do processo, e governaria seus últimos dois anos e meio, então, sob a tutela exclusiva do PFL. PMDB e PSDB prometiam, para depois da aprovação do Relatório da CPI, empenhar-se num ponto defendido como essencial pelo PT desde o início da crise: a convocação de atos públicos em favor do *impeachment*, ligada a uma campanha de divulgação dos resultados das investigações. A dinâmica política assumida pelas ações da sociedade organizada, porém, acabou por antecipar-se às articulações destinadas a ativá-la. A partir de agosto, uma onda bem mais substancial de manifestações públicas tomou o país, trazendo à proa das mobilizações, em meio a diversos atores organizados, um setor que já havia algum tempo estava desativado: os estudantes⁸.

8. Para um perfil diacrônico resumido da participação política do movimento estudantil desde a conjuntura das lutas pelas “reformas de base” de 1962 até a conjuntura do movimento pelo *impeachment* em 1992,

7 de agosto. Cerca de 2 mil pessoas participaram de um ato pró *impeachment* em Porto Alegre, organizado por sindicatos e entidades de classe; em Recife, uma passeata seguida de ato público reuniu, na mesma data, cerca de 400 pessoas; enquanto que em Curitiba manifestação anti-Collor contava com as presenças de Lula e do governador Roberto Requião, e em São José dos Campos uma carreata com 60 veículos promovida pela CUT percorria 30 quilômetros em protesto contra a corrupção.

8 de agosto. Entidades da sociedade civil e partidos de esquerda promoveram ato na Praça da Sé em apoio à CPI e em favor do afastamento do presidente, com a presença de 10 mil pessoas (segundo a PM). Participaram Lula, a prefeita Erundina, e mais CUT, CGT, OAB, ABI, PNBE, UNE, SBPC, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, entre outras. “A CPI vai atingir o presidente, e a pressão popular é fundamental para que o processo de *impeachment* chegue a bom termo”, antecipava o representante da OAB. Sabia-se, porém, que o governo ainda mantinha assegurado o número de votos para barrar o pedido de *impeachment* e algumas lideranças, cautelosas, preferiam pressionar com o argumento da necessidade da renúncia do presidente. “O mais rápido seria a renúncia, não podemos esperar pelo tal do *impeachment*”, afirmou em seu discurso o presidente da CUT, Jair Meneguelli. “É preciso ir às ruas para impor a renúncia do presidente”, acrescentou. O governador do Ceará, Ciro Gomes, também defendeu a tese da renúncia: “o procedimento do *impeachment* seria muito penoso para o país”, previu ele. Mais direto, Ulysses Guimarães não parecia impressionado com as possibilidades da oposição: “o governo tem os votos necessários e é difícil reverter isso” (Folha de São Paulo, 10-11/08/92).

Essa manifestação da Sé era o ato mais importante até então realizado, pela participação de diversos setores na organização e pela presença de oradores expressivos. Mas a aposta de que de fato seria possível encher as ruas em uma campanha nacional pelo afastamento do presidente só passou a ganhar dimensão real a partir das manifestações estudantis ocorridas em São Paulo no dia 11 de agosto. “Com uma passeata de 10 mil pessoas, segundo a PM (20 mil segundo os organizadores), uma nova geração estudantil reviveu ontem o clima dos anos rebeldes”, relatava a reportagem da Folha de São Paulo.

ver Martins Filho (1994). Para um comentário comparativo sobre a atuação estudantil nas crises de 1968, 1984 e 1992, ver Rodrigues, A. T (1993a).

Convocados pelas entidades nacionais, UNE e UBES, os estudantes, alguns com os rostos pintados, caminharam do MASP, na Avenida Paulista, até o Largo de São Francisco ao som de “Alegria Alegria”, tema da minissérie “Anos Rebeldes” (que retratava a juventude dos anos 60 frente à ditadura), então exibida pela Rede Globo. Após cinco horas de passeata, um ato público convocado pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, encerrou o protesto com discursos que pediam o *impeachment* do presidente e manifestavam apoio à CPI do “Collorgate”. “O PC é testa-de-ferro do Collor”, repetiu Lula; “com corrupção e sem ética não existe democracia”, discursou Luiza Erundina. Ainda no dia 11, em Brasília, o Movimento Democrático Contra a Impunidade, formado por partidos de oposição e entidades do Distrito Federal, realizou manifestação com 200 presentes a favor do *impeachment*, no Congresso Nacional, entregando uma Carta Aberta aos presidentes da Câmara e do Senado em defesa do afastamento de Collor.

12 de agosto. Manifestação pró *impeachment* era promovida em São Paulo pelo comitê do candidato Eduardo Suplicy, reunindo 2 mil pessoas. No Rio, o Sindicato dos Bancários realizou uma “festa de aniversário” para Collor, sob o tema “*Impeachment* Já – Fora Collor”, e que contou com um bolo feito de lama. No mesmo dia 12, os partidos de oposição (PT, PSDB, PMDB), decidiram formalizar uma frente pró *impeachment*, com participação da sociedade civil. “Nesse momento temos que ser uma frente, como foi aquela contra o regime militar”, disse Quércia. “Temos que ter a consciência de ir para as ruas juntos”, acrescentou Tasso. As mobilizações suprapartidárias, reafirmou-se, seriam promovidas a partir da divulgação do Relatório Final da CPI, que ocorreria até o dia 26 (cf. Folha de São Paulo, 13/08/92).

No dia seguinte à mencionada reunião oposicionista, porém, mais um “fato novo” – fatos novos eram, aliás, o insumo político mais abundante do momento – terminaria por precipitar a afluência das multidões às ruas, especialmente os estudantes. A 13 de agosto, num discurso improvisado durante solenidade em que lançava medidas de incentivo da Caixa Econômica a motoristas de táxi, o presidente pediu à população que fosse às ruas, no domingo, 16 de agosto, vestida com as cores da bandeira, para mostrar que os defensores do *impeachment* estavam em minoria. Sob o impacto da passeata dos 10 mil estudantes em São Paulo, Collor – numa inconveniente bravata – prometia seu contra-ataque: “No próximo domingo, nós estaremos mostrando onde está a verdadeira maioria .

Está na minha gente, no meu povo, nos pés descalços, nos descamisados”. Foi um erro importante de avaliação, como se veria nos dias seguintes (cf. Folha de São Paulo, 14/08/92)⁹.

Na sexta-feira 14, o Rio de Janeiro presenciou a maior manifestação pública até então realizada pela saída de Collor, reunindo entre 25 e 50 mil pessoas (segundo organizadores) ou 10 mil (para a PM). A multidão – principalmente formada por estudantes e trabalhadores das empresas da região – ocupou dois terços da Avenida Rio Branco, entre a Igreja da Candelária e a Cinelândia, onde houve comício. Nenhuma liderança política nacional compareceu ao evento, caracterizado pelo bom humor das roupas, faixas e slogans dos manifestantes. A palavra chave era *impeachment*. Artistas como Sílvia Buarque de Holanda, Paulo Betti e Antônio Pedro, cantavam ou animavam a platéia. Não faltaram alusões aos “Anos Rebeldes”, vividos refratadamente pelos adolescentes contemporâneos, via TV. Remanescentes de 1968, Wladimir Palmeira e Fernando Gabeira faziam comparações entre o que viam e o movimento estudantil do passado, aos repórteres curiosos. No sábado, dia 15, Editorial de primeira página da Folha de São Paulo propunha que a população usasse a cor preta no domingo, em sinal de luto pela situação do governo e em resposta à convocação de Collor pelo uso do verde-amarelo.

Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia [, dizia o editorial,] viram-se usurpados por um presidente sem condições políticas para governar. (...) O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população. (...) Lança-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade insuportável de uma crise. (...) Generaliza-se a idéia de usar cor negra como expressão do descontentamento, do protesto, da rebeldia, contra um governo desmoralizado. (...) Mais do que isso, trata-se de enunciar o sentimento que predomina neste instante: o luto (Folha de São Paulo, 15/08/92).

O tempo político condensava-se enormemente. Note-se por exemplo que, no balanço dos apoios, a situação de Collor, diferentemente de 10 dias antes, já começava a deixar de ser confortável: a essa altura, o presidente já não contava com 77 dos 245 votos de sua base parlamentar na Câmara para barrar o pedido de admissibilidade do processo de

9. “O presidente, detalhista, tenta seu lance mais exótico para o exercício da democracia direta. Assim como seus opositores, o presidente sabe que seu futuro depende do cenário das ruas. É a reação popular e não 250 votos que vai determinar o tamanho do seu mandato”, comentou reportagem de Istoé (19/08/92).

impeachment. O racha, que como se viu acima já havia atingido pelo menos 30% do maior partido governista na Câmara, o PFL, chegava a 60% no PDS, segundo avaliação feita pelos líderes governistas no início de agosto para o ministro Jorge Bornhausen. Até a metade do mês, o governo já havia perdido 10 deputados da bancada do Maranhão, comandada pelo ex-presidente José Sarney. A Executiva Nacional do PSC, que integrava o bloco governista, anunciou seu rompimento com Collor, apoiada por 3 de seus 6 deputados. No PDS, era maior o número dos que falavam publicamente em rompimento. O presidente Nacional do partido, Paulo Maluf, candidato a prefeito de São Paulo, e o líder no Senado Esperidião Amim trabalhavam nos bastidores para afastar a legenda do governo. Os ilustres da bancada, como Delfim Netto e Roberto Campos, já declaravam voto em favor do *impeachment*. No PL, o governo contava com apenas 8 dos 17 deputados. No PDC, onde os apoios já haviam sido em grande número, os deputados Mauro Borges, Jair Bolsonaro e José Maria Eymael aderiram ao *impeachment*. Apenas no PTB e no PTR a situação ainda estava sob relativo controle, com poucos deputados dispostos a votar contra Collor. O PDT era o partido “de oposição” com o qual o governo mais contava para obter votos contra o processo de afastamento. O apoio do governador Leonel Brizola era a garantia de uma expectativa alta: 15 dos 42 membros da bancada votariam com Collor. Quanto ao apoio popular, segundo pesquisa Datafolha, 70% dos entrevistados queriam o afastamento de Collor, mas apenas 31% acreditavam que o Congresso aprovasse o *impeachment*.

O domingo, 16 de agosto – que ficaria conhecido por “domingo negro” – certamente veio complicar esse quadro. Com sua bravata, Collor dera o ânimo às manifestações que a oposição até então não conseguira dar. Vestidos de verde-amarelo, 300 “manifestantes” – funcionários públicos recrutados em repartições de Brasília – reuniram-se para atender ao chamado de Collor, defronte à casa da Dinda. Pelo país, segundo o Datafolha, apenas 5% dos que foram às ruas trajavam as cores nacionais. Os demais, vestiram preto. Em Brasília, uma carreata em que predominava o negro saiu pelas ruas da capital, logo pela manhã, com 15 mil veículos em fila dupla (segundo os organizadores) ou 8 mil, segundo o Detran. “Ele quis verde-amarelo e o povo está de preto. Vai embora Fernandinho, você perdeu o terceiro turno”, disse aos manifestantes o deputado Chico Vigilante (PT-DF). No Rio de Janeiro, manifestantes com roupas e fantasias negras ocuparam a orla da zona sul, em uma passeata de 10 quilômetros, do Leme ao Leblon.

Antes da caminhada, um comboio de 200 carros com bandeiras negras percorreu alguns dos principais trechos da cidade. Em Belo Horizonte, cerca de 15 mil pessoas, segundo a PM, “abraçaram” a Praça da Liberdade, no centro, ao final de diversos atos públicos em vários pontos da cidade. As manifestações foram organizadas por sindicatos ligados à CUT. “A cidade está de luto. Não vi ainda ninguém de verde-amarelo”, disse o escritor Roberto Drumond. Em Santos, no litoral paulista, cerca de 500 veículos saíram em carreata, convocada pela prefeita Telma de Souza (PT). Em Recife, carreata percorreu cerca de 20 quilômetros do centro ao bairro de Boa Viagem pedindo o *impeachment* de Collor. Em Salvador, cerca de mil pessoas, segundo a PM, participaram de manifestação na praia de Jaguaribe. Em São Luís, houve passeatas e carreatas de preto percorrendo as praias. Em Porto Alegre, houve passeata com mil pessoas e em Vitória, carreata com 500 veículos. Em São Paulo, manifestações ocorreram durante todo o dia em diversos pontos da cidade. Ninguém se habilitou a calcular o número total de manifestantes. Cerca de 4 mil pessoas, na maioria estudantes secundaristas e universitários, transformaram o show da cantora Margareth Menezes, na USP, em ato público contra Collor. Uma passeata com mais de 25 km ocupou a Avenida Paulista. Também houve concentração no Ibirapuera. “A maioria silenciosa que o presidente convocou para apoiá-lo estava do lado de cá, do nosso lado”, avaliou no dia seguinte o senador Fernando Henrique Cardoso, quatro meses e meio depois de defender, em reunião da executiva do PSDB, a participação do partido no governo Collor (cf. Folha de São Paulo, 17-18/08/92).

A ampliação da mobilização incidira efetivamente, afinal, sobre os desdobramentos da conjuntura. Com o êxito das manifestações do “domingo negro”, políticos do PT avaliavam ser possível reunir até 500 mil pessoas em novos atos pró *impeachment*, capazes de selar definitivamente o futuro de Collor. “Não se trata ainda de favas contadas. Mas a situação de Collor se agravou muito depois do domingo”, disse o deputado José Dirceu. “Mudou tudo de domingo para cá. Quebrou-se a confiança que o governo tinha de barrar o pedido de *impeachment*”, declarou Tasso Jereissati. “Se o Collor ainda tinha alguma dúvida da insatisfação popular contra seu governo, isso ficou patente no domingo”, emendou Lula. Premidos pela mesma onda, PDS e PDT começaram a articular o rompimento com o governo. O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, também declarou que retirava seu apoio a Collor. Apenas José Lourenço (PDS-BA) não deu o braço

a torcer e disse que “não viu nada de mais” nas manifestações de domingo: “cem mil pessoas foram às ruas em todo o país. Como o Brasil tem 145 milhões de habitantes 144,9 milhões ficaram em casa. Então vencemos” (Folha de São Paulo, 18/08/92).

No mesmo domingo “negro”, o Colégio de presidentes Regionais da OAB decidiu por unanimidade que a entidade encabeçaria o encaminhamento de um pedido formal de *impeachment* contra o presidente, que seria baseado no Relatório da CPI. A decisão foi referendada pelo Conselho Federal da entidade e já no dia 18 a OAB comunicou ao Congresso Nacional sua disposição a pedir o *impeachment* de Collor¹⁰. Os partidos de oposição, novamente reunidos no dia 19, decidiram organizar conjuntamente a agenda das manifestações suprapartidárias após a divulgação do Relatório Final, procurando desvincular as manifestações de articulações em favor dos candidatos às eleições municipais, bem como não vetar as adesões de qualquer político governista. Participaram do encontro Roberto Freire, Lula, Quércia, Álvaro Dias, Fernando Henrique Cardoso, Aldo Rebelo e Jamil Haddad.

E os atos públicos vieram com toda força, em diferentes lugares do país, nesta segunda quinzena de agosto¹¹. O ressurgimento das grandes manifestações, no momento

10. “Contra a crença na impunidade, a OAB sustenta haver medidas legais suficientes para reprimir com energia a ação dos que fraudam, cometem perjúrio, mentem, ofendem pelas mais variadas formas os valores que juraram respeitar, e que têm buscado embargar a ação investigatória sobre suas condutas. Dia após dia, novas revelações aturdem a nação: operações financeiras suspeitas, lavagem de dólares, obscuros negócios com ouro, fantasmas e, circulando a uma velocidade alucinante, quantias fabulosas de dinheiro cuja origem se vê não ser honesta”, argumentava a entidade, justificando sua iniciativa (cf. Folha de São Paulo, 18/08/92).

11. No mesmo 19 de agosto em que a oposição se articulava, em Vitória (ES) 3 mil estudantes secundaristas (segundo a PM) fecharam as principais ruas da cidade para defender o *impeachment*, em protesto organizado pela UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), sob a palavra de ordem “Fora Collor já”. Em Salvador, cerca de 20 mil pessoas (organizadores) ou 12 mil (PM), na maioria vestidos de preto, fizeram a maior manifestação na Bahia desde o início da CPI, incluindo o enterro simbólico de Collor. No Rio de Janeiro, um grupo de artistas e intelectuais enfrentou chuva para exigir, das escadarias do Teatro Municipal, o *impeachment* do presidente, em manifestação organizada pelo “Movimento dos Cidadãos Indignados”. Em Belo Horizonte, o Sindicato dos Bancários promoveu a encenação da peça “O Banquete dos Porcos”, em que os atores usavam máscaras de Collor, PC e Lafayette Coutinho (presidente do Banco do Brasil); também na capital mineira, estudantes secundaristas de oito escolas particulares da cidade pediam “Fora Collor”, em protesto contra reajustes das mensalidades escolares. 20 de agosto. Em Fortaleza, 10 mil estudantes (segundo os organizadores) ou 6 mil (PM) protestaram em passeata pelas ruas do centro, num percurso de 3 km, convocados pela UMES, DCEs e UNE, enquanto bancários da Caixa Econômica faziam ato público pelo *impeachment* defronte o banco. 21 de agosto. No Rio de Janeiro, novo recorde de público: uma multidão de 25 mil (para a PM) ou 100 mil (segundo a UNE), reuniu-se no centro, na maior manifestação pelo *impeachment* da capital carioca até então. A passeata ocupou praticamente toda a avenida Rio Branco. Saudados por chuva de papel picado embora sem

decisivo em que se fazia necessária a pressão sobre o Congresso, certamente surtiu efeitos importantes sobre o curso dos acontecimentos. A começar pelos partidos. O presidente do PDS, Paulo Maluf, candidato à prefeitura paulistana contra o situacionista Eduardo Suplicy, passou a pressionar a direção partidária pelo fechamento de questão em torno da aprovação do *impeachment*. Já o PFL, pelo contrário, decidiu não fechar questão contra o *impeachment*, temendo uma debandada geral no partido, por parte dos parlamentares detentores de cargos no governo. Todos os governadores, com exceção de ACM, liberaram suas bancadas. No dia 20 de agosto, o governador Brizola finalmente rompeu com Collor. Chamou o presidente de omissão e disse haver recebido “informações convincentes” dos representantes do PDT na CPI sobre o envolvimento de Collor com PC. Mas o governador carioca não admitia usar a palavra rompimento; preferiu dizer que nunca apoiara Collor. Dias depois, o Diretório Nacional do PDT fechou questão em favor do *impeachment*, mas Brizola continuou se recusando a participar das manifestações suprapartidárias juntamente com PT, PSDB e PMDB.

Finalmente, depois de 84 dias de trabalho, consumidos em inúmeras diligências e investigações, 23 depoimentos e 12 reuniões administrativas, foi divulgado a 24 de

contar, mais uma vez, com a presença de nenhuma liderança nacional de expressão, predominaram no ato os estudantes – muitos de cara pintada ou com roupas pretas, verdes e amarelas. Desfilaram fantasmas, cachorros vestidos de preto, palhaços, uma gaiola com bonecos de Collor e PC e um caixão para mais um enterro. Representantes dos partidos e candidatos foram recebidos com frieza e hostilidade: “este movimento não é de político nem tem partido”, disse Daniela Rosa, 19, estudante da faculdade Cândido Mendes. A manifestação terminou às 15h com um comício na Cinelândia, que teve direito ao Hino Nacional cantado por Fafá de Belém. O presidente da UNE, Lindbergh Farias, disse que os estudantes não sairiam das ruas até a queda de Collor. No mesmo dia 21: passeata de 5 mil estudantes em São José dos Campos (SP); passeata de 25 mil pessoas (ou 8 mil, para a PM) em Belo Horizonte; concentração de 20 mil pessoas (ou 10 mil, para a PM), na maior manifestação já ocorrida em Campo Grande (MS); enterro simbólico com mil pessoas em Cuiabá (MT); passeata com 800 presentes em São Luís (MA). No dia 22, uma passeata com mais de mil pessoas pediu o *impeachment* em Alphaville, um bairro de classe média alta, em São Paulo, onde se encontrava hospedada a secretária Ana Acioli. 23 de agosto. Em Fortaleza, 7 mil religiosos pediram o *impeachment* durante uma caminhada convocada pelas dioceses do estado do Ceará, dentro das atividades da Campanha da Fraternidade 1992. O ato terminou com missa de D. Aloisio Lorscheider. Em Belém, mil pessoas assistiram ao ato artístico-cultural “Xô Collor”, promovido pela UNE e entidades estudantis locais. Em Maceió, 6 mil pessoas se concentraram na maior manifestação pelo *impeachment* da capital alagoana, convocada pela “Frente de Oposição Popular”, coligação de dez partidos que apoiava a candidatura do senador Teotônio Vilela Filho à prefeitura de Maceió. 24 de agosto. No Rio, o PDT promoveu ato exclusivo, em que não se reivindicou o *impeachment*, mas apenas se protestou “contra a corrupção”. A platéia, segundo a imprensa, era composta por funcionários públicos e cabos eleitorais. Em São Paulo, foi inaugurado o “Painel da Indignação”, na praça Ramos de Azevedo, com cerca de 500 presentes. O painel, idealizado pelo Movimento pela Ética na Política, se destinava a colher manifestações de protesto da população e encaminhá-las aos congressistas (cf. Folha de São Paulo, 20-25/08/92).

agosto, no auditório Petrônio Portela do Senado, o Relatório Final da CPI do caso PC. A leitura do texto, dividido em 10 capítulos, durou cerca de cinco horas, das 10 da manhã às 3 da tarde. Na introdução do Relator, o presidente Collor foi citado por duas vezes. Na conclusão, resumida em nove páginas, Collor mereceu do Relator um destaque de 49 linhas. Terminada a leitura do documento de 359 páginas, o Relator Amir Lando, com os olhos marejados e a voz emocionada, citou Getúlio Vargas para definir o texto: “quase sempre é fácil encontrar a verdade. Difícil é, uma vez encontrada, não fugir dela. Espero que a Nação não fuja dessas verdades”, completou. O texto apontava crimes comuns e de responsabilidade cometidos pelo presidente da República. Collor, dizia o Relatório, “recebeu vantagens econômicas indevidas” do esquema PC, salientando que os fatos apurados revelavam comportamentos “incompatíveis com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de Chefe de Estado”. O Relatório abria, com isso, espaço para o processo de *impeachment* do presidente.

Com o resultado da CPI, as oposições e os organizadores da movimentação social foram tomados pela euforia. A 25 de agosto, São Paulo presenciou, num único dia, as duas maiores concentrações populares da campanha. A capital paulista foi colorida de verde, amarelo e preto por uma passeata de 200 mil estudantes (segundo a PM) ou 350 mil (segundo a UNE e a UBES, organizadoras), que saiu da Avenida Paulista com destino à Praça da Sé. Na Sé, os jovens não se dispersaram e rumaram para o Anhangabaú, onde às 17 horas realizou-se ato público promovido pelo Movimento pela Ética na Política. O público foi estimado em 200 mil presentes pela PM, 500 mil pelos organizadores e 80 mil pelo Datafolha, que usou critérios estatísticos de medição. Os promotores do evento contavam com uma festa política em que prevalecesse a retórica suprapartidária das entidades, mas a presença dos partidos, em especial do PT, acabou predominando. Houve vaias de petistas a oradores de outros partidos. Discursaram representantes da OAB, ABI, PNBE, UNE, dos partidos e personalidades, como a prefeita Luiza Erundina e o ex-governador Franco Montoro, além de Lula. Com o Anhangabaú apinhado, era inevitável a comparação com o 16 de abril de 1984, durante a campanha das diretas¹².

12. No mesmo dia 25, duas passeatas percorreram as ruas do Recife, na maior manifestação da cidade, reunindo 200 mil pessoas (150 mil, segundo a PM). Em Salvador, passeata reuniu 100 mil (80 mil segundo a PM). Em Belo Horizonte, concentração reuniu 12 mil estudantes (5 mil, para a PM). Em

No dia 26 de agosto, por 16 votos a 5, a CPI aprovou o Relatório que incriminava o presidente Collor e abria a possibilidade de instauração de um processo de *impeachment*. Em clima de festa, as cerca de 700 pessoas que lotavam o auditório Petrônio Portela, no Senado, saudaram o resultado cantando o Hino Nacional. A votação começou às 10h46 e durou cinco horas e meia. Foi a última sessão da CPI. “Aqui mesmo eu vejo os futuros ministros”, disse o senador governista Odacir Soares, olhando a platéia desde a tribuna e se referindo a um eventual gabinete Itamar Franco¹³. “Hoje é o dia da oposição, mas amanhã começa nossa temporada”, havia dito Collor logo após a leitura do Relatório da CPI, segundo frase anunciada pelo porta-voz Etevaldo Dias. A leitura e subsequente aprovação do Relatório, porém, só fizeram acelerar a adesão dos deputados à tese do *impeachment*. No dia 25, quando 284 deputados já haviam declarado ao Datafolha que votariam pela aprovação do pedido de impedimento, passaram a faltar apenas 52 votos na Câmara para que Collor pudesse ser afastado. Só no dia da leitura do Relatório, o número de deputados “indecisos” caiu de 206 para 183. No mesmo dia, também, o PMDB fechou questão em favor do *impeachment*, na esperança de garantir todos os seus 99 votos à proposta. No dia 26, Fleury e Hélio Garcia formalizaram, também, seu apoio. Ao mesmo tempo, um grupo de parlamentares opositores e dissidentes do PFL já falava em articular um “grupo da governabilidade” no Congresso, para evitar que o país se tornasse “administrativamente inviável” ao longo de um eventual governo interino de Itamar Franco e, mais além, num mandato que se estendesse até 1994. Em reunião, dois dias depois da leitura do Relatório, líderes dos partidos ainda aliados ao governo (PTB, PDC, PL e PTR) avaliavam que a oposição já havia assegurado dois terços dos votos para aprovar a abertura

Curitiba foram 40 mil (ou 30 mil, para a PM). Em Maceió, passeata reuniu 15 mil pessoas. No Rio de Janeiro, eram 60 mil os presentes à passeata estudantil (10 mil, segundo a PM). Em Ribeirão Preto (SP), 10 mil fizeram passeata (cf. Folha de São Paulo, 26/08/92).

13. Em Brasília, 100 mil pessoas (segundo os organizadores) ou 50 mil (segundo a PM) tomaram no final da tarde o gramado em frente ao Congresso Nacional, numa vigília cívica de acompanhamento da votação do Relatório Final da CPI. Os membros da Comissão que aprovaram o Relatório se revezavam no palanque, armado em frente à rampa do Congresso. Os estudantes, a exemplo do que acontecera em outras manifestações pelo Brasil, foram à Esplanada dos ministérios de rostos pintados com palavras de ordem. Entre um discurso e outro, os manifestantes puderam acompanhar através do equipamento de som a votação do Relatório. A trilha sonora incluiu reggae e Titãs. Em São Bernardo do Campo, uma concentração de 60 mil pessoas (40 mil, segundo a PM), promovida pelo PT, também acompanhou os acontecimentos de Brasília. Em Juiz de Fora, 20 mil pessoas (5 mil, para a PM) acompanharam a votação e pediram o *impeachment*, na primeira manifestação ocorrida na cidade (cf. Folha de São Paulo, 26-27/08/92).

do processo contra o presidente Collor e decidiam liberar suas bancadas na votação. O acompanhamento do Datafolha registrava então 300 votos a favor do *impeachment*, 37 contra e 165 indecisos (cf. Folha de São Paulo, 26-27/08/92).

A essa altura, já existia um movimento entre os ministros para a apresentação de renúncia coletiva de todo o ministério logo após o resultado da votação do pedido de *impeachment*. Os ministros Célio Borja (Justiça), Jorge Bornhausen (Secretaria de Governo) e Marcílio Marques Moreira (Economia) formaram um “comando paralelo” no governo, que atuava de forma “independente” do presidente, para evitar a debandada dos chamados “ministros de mãos limpas”, que ao longo do mês de agosto mantiveram um pacto de agir em conjunto diante da crise (Folha de São Paulo, 27/08/92).

6.2. O *impeachment* admissível.

Dia 1º de setembro começava a tramitar na Câmara o pedido de *impeachment* do presidente Collor.

Naquele momento, toda a expectativa já estava posta na capacidade de pressão da sociedade organizada. Raymundo Faoro – impressionado com a força da emergência popular – fazia então uma análise bastante positiva da intervenção social sobre o processo político institucional.

Enquanto não chega o inglório e vergonhoso fim, quem fala pela nação são as ruas [comentou]. O que impressiona não é a idade dos manifestantes – uma grande parte eleitores de primeira viagem – mas o conteúdo de seu protesto e, eventualmente, de sua mensagem. Até aqui as vozes populares pediam alguma coisa de outrem – dos ministros, dos políticos, dos militares, do governo, os ‘salvadores’ de outrora. (...) Agora o objetivo está na própria participação, nas passeatas e nas vigílias. Os políticos, os militares, as associações, são, só e puramente, uma projeção dos manifestantes. (...) A sociedade civil, nas ruas, nas praças, nas grandes e nas pequenas cidades, presente em todos os comícios, proclama sua emancipação do poder político. (...) Que ninguém se engane: o povo não está a pedir a ação dos congressistas para que decretem o *impeachment* do presidente da República. O povo está, por sua conta, decepcionado de seus representantes, decretando, inapelavelmente, o *impeachment*, que os políticos confirmarão ou não (Faoro, 1992d).

O pedido de admissibilidade foi encaminhado ao plenário do Congresso¹⁴. Iniciado o rito processual na Câmara dos Deputados, o tempo do trâmite tornou-se objeto das disputas. Agora não eram mais os depoimentos, mas a agilidade do processo a variável fundamental. O governo, nesse sentido, procurava forçar a morosidade dos trabalhos, apostando no arrefecimento das manifestações; a oposição, por sua vez, armava estratégias para apressá-los, temendo que a votação do pedido ficasse para depois das eleições de outubro, o que diminuiria consideravelmente o poder de pressão das manifestações de rua sobre o voto dos deputados. Aliada a isso, a falta de uma legislação clara sobre o rito a ser seguido no processo de *impeachment* deu margem a muitas manobras regimentais.

Nos primeiros dias de setembro, os atores mobilizaram-se principalmente em torno de três temas: o número de votações que deveriam ser realizadas na Câmara, na apreciação do pedido; a natureza do voto, se aberto ou secreto; e a fixação do prazo para a defesa do presidente.

Lembremos que já em 31 de agosto, Collor, que vinha sofrendo baixas desde meados de julho, foi abandonado pelo maior partido de sustentação ao seu governo, o PFL. Os pefelistas avaliaram que já havia número suficiente para a aprovação do pedido na Câmara e temiam uma disseminação ainda maior das manifestações de rua. Dois dias depois, data em que o processo começava a tramitar na Câmara, foi a vez do próprio PRN negar seu apoio a Collor. O já frágil círculo de proteção ao Governo tornou-se ainda mais vulnerável quando, apenas mais dois dias depois, por iniciativa dos ministros Célio Borja,

14. A cerimônia de entrega do pedido de admissibilidade foi precedida de uma “caminhada cívica” entre a sede da OAB e a Câmara, da qual participaram líderes sindicais e estudantis, além dos juristas Evandro Lins e Silva, José Carlos Dias, Eduardo Seabra Fagundes, Miguel Reale Júnior e Márcio Thomaz Bastos – que ajudaram a redigir o pedido de admissibilidade do processo de *impeachment*. O pedido foi entregue no salão verde da Câmara, em clima de comício, presenciado por um público estimado em mil pessoas. Presentes, entre outros políticos, os presidente do PMDB, do PT, do PSDB e o governador do Ceará, Ciro Gomes. O processo foi desencadeado com um despacho do presidente da casa, deputado Ibsen Pinheiro, e pela leitura do pedido em plenário. Diante da confusão criada pelo número de presentes, Barbosa Lima Sobrinho fez um discurso rápido, salientando que o pedido estava sendo feito “em nome de todos os cidadãos”. Em seguida, a petição, de 109 páginas, foi resumida por Marcelo Lavenère, presidente da OAB. Logo após, foi a vez do presidente da Câmara fazer um discurso emocionado em defesa da instituição, em que rebatia as duras críticas de Collor ao Congresso. No dia seguinte, quarta-feira, 02, o Planalto ameaçava com a intenção de pedir o “*impeachment*” do presidente da Câmara, alegando a “falta de isenção” supostamente demonstrada no discurso da véspera, encerrado com a frase: “aquilo que o povo quer esta Casa acaba querendo”. A idéia foi logo abandonada. Em entrevista a Istoé, Ibsen diria: “hoje esse mesmo Congresso esquecido em 1954 e atropelado em 64 e 68, tem um papel decisivo na história política do país” (Istoé, 09/92).

Jorge Bornhausen e Marcílio Marques Moreira, todo o ministério assinou uma nota que, na prática, informava que a tripulação dispensava o comandante, e declarava permanecer no cargo apenas para garantir a “governabilidade”. Lida como se deve, a nota informava que havia no país um governo de “transição”, que tinha um compromisso com a Nação e não com o presidente¹⁵.

Collor tentou reagir e, nos primeiros dias de setembro, anunciou que assumiria pessoalmente a coordenação política do seu governo. O anúncio foi feito num jantar para cerca de 100 deputados na casa do deputado Êzio Ferreira, do PFL-AM, encerrado na madrugada do dia 3. Em seu discurso, Collor afirmou que a coordenação de Bornhausen “não deu certo”, e sinalizou como pretendia agir dali por diante na caça aos votos: “vou prestigiar os deputados que estão comigo, com a bandeira da modernidade. Vou prestigiá-los nas suas bases para que tenham a certeza de que os 35 milhões de votos não foram em vão”. Diante dessa disposição, a política do clientelismo ocuparia mais uma vez as manchetes dos jornais, numa autêntica maratona de favorecimentos aos políticos do “baixo clero” da Câmara (Folha de São Paulo, 04/09/92)¹⁶. Portanto, a estratégia básica – traçada com a criatividade de um coronel nordestino em defesa de seus domínios – consistia em “abrir as torneiras” para os deputados indecisos, e ao mesmo tempo tudo fazer para que o encaminhamento do processo se tornasse o mais lento possível. Para quem ainda não havia

15. No dia 9, Bornhausen entregaria o cargo a Collor, alegando ter sido destituído da função de coordenador político do governo. No dia 10, Ricardo Fiúza seria nomeado para o cargo. Sem a ajuda de Bornhausen, Collor passava a ficar definitivamente nas mãos do “Esquadrão da Morte”.

16. Alguns excertos de reportagens da Folha de São Paulo são ilustrativos a respeito: “É dando que se recebe usa alimentos contra *Impeachment*. O governo vai vender, a partir de outubro, alimentos básicos subsidiados – 50% abaixo do valor de mercado – à população carente e reforçar os programas que garantiram a vitória de vários candidatos governistas nas eleições de 1990” (10/09/92). “BB Comanda o E Dando que se Recebe: Lafayette Coutinho comanda distribuição de recursos. Lista de Parlamentares chega a 190” (12/09/92). “Collor negocia verbas do Orçamento para salvar seu mandato” (17/09/92). “Justiça afasta Lafayette da Fundação Banco do Brasil. Sentença diz que presidente libera verbas para beneficiar políticos” (18/09/92). “Lafayette foi reintegrado à Presidência da Fundação Banco do Brasil através de liminar concedida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Luiz Cláudio de Almeida Abreu” (20/09/92). “O presidente Collor está coordenando pessoalmente o loteamento dos cargos de segundo e terceiro escalões dos ministérios para garantir a derrubada do pedido de *impeachment* na Câmara. Só na noite de anteontem ele recebeu 20 deputados para garantir as promessas do ministro Ricardo Fiúza de que se mudassem seus votos teriam cargos no governo (...). ‘A conversa é essa mesmo, estamos oferecendo cargos que hoje estão com o PMDB’, disse Roberto Jefferson. ‘Não é nada de mais. A oposição também está loteando os cargos do governo Itamar Franco’, disse Nelson Marquezelli (...) ‘Só eu mandei hoje oito *impeachmenteiros* para casa; eles não vem votar’, afirmou Jefferson” (26/09/92).

entendido, o vice-líder do governo, Basilio Vilani (PDS-PR), encarregado do mapeamento dos votos favoráveis ao governo, explicava: “para se ter uma bancada bem estruturada, a estratégia é muito simples. Se dermos escola, infra-estrutura, microônibus, nós receberemos votos... É dando que se recebe” (Istoé, 09/09/92). O pleno êxito dessa estratégia, porém, dependia da aprovação do voto secreto dos deputados na votação do pedido de admissibilidade. Os governistas avaliavam que apenas a combinação entre o derrame de cargos e verbas e o voto secreto seria capaz de neutralizar a influência das manifestações de rua sobre o voto dos deputados.

Simultaneamente à ofensiva do Governo, as oposições também traçavam suas linhas de ação. Os objetivos principais a serem alcançados eram: angariar os votos que lhes faltavam para aprovar o pedido; conseguir que a votação do pedido fosse aberta; e votar o pedido de admissibilidade antes das eleições de 3 de outubro. Para tanto, foram articuladas várias frentes, ou grupos, que teriam tarefas específicas. A primeira comissão, que passou a ser mencionada na imprensa a partir do dia 28 de agosto, foi a “Comissão Suprapartidária Pró-*Impeachment*”, que teve como objetivo procurar deputados e governadores para tentar assegurar votos na Câmara. Esta comissão era, por assim dizer, o “comando” em torno do qual se organizaram subcomissões, grupos ou frentes de trabalho. Um grupo composto apenas por senadores – José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Humberto Lucena – teve como tarefa dialogar diretamente com o presidente da Câmara no sentido de pedir agilidade no processo; sua primeira reunião com o deputado Ibsen Pinheiro ocorreu no dia 2 de setembro. A dupla José Sarney e Ulysses Guimarães (este último finalmente “convencido” da necessidade do *impeachment*) foi incumbida de, valendo-se do prestígio de veteranos, conquistar votos entre ruralistas e evangélicos, os dois grupos mais resistentes a apoiar o afastamento. A subcomissão formada pelos deputados Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Gustavo Krause (PFL-PE) e Roseana Sarney ficou responsável pela matemática das adesões ao *impeachment*. Por fim, a cargo dos presidentiáveis Lula, Quércia, Tasso e Fleury ficou a responsabilidade de dar prosseguimento ao trabalho de mobilização da sociedade civil. A este grupo coube ainda a tarefa de evitar que o movimento pró-*impeachment* fosse caracterizado por Collor como uma ação partidária ou eleitoral.

É nesse contexto que a luta “pela ética na política” surgiu como a mais importante bandeira das mobilizações de 1992. Ao mesmo tempo em que encarnava toda

insatisfação social com as práticas clientelistas e com a corrupção, desvinculava-se de uma contestação mais substantiva da política econômica adotada (o que causaria fissuras inevitáveis), e acabou tornando-se uma demanda capaz de aglutinar em torno de si as mais variadas tendências políticas. Se a generalidade que ela sugeria trouxe como consequência uma inegável despolitização do debate em torno do projeto político de Collor, por outro lado permitiu caracterizar o movimento como uma iniciativa espontânea dos setores mais organizados da sociedade civil, lastreados na indignação e revolta populares. A conformação desse perfil, além da função mobilizatória e agregadora, visava garantir que nenhum dos atores políticos relevantes envolvidos (individuais ou coletivos) alocasse privadamente os recursos que seriam mobilizados com as manifestações de rua, que voltavam a ocorrer com força no início de setembro¹⁷.

17. A 3 de setembro, os estudantes de Fortaleza voltaram às ruas na maior manifestação pública da cidade desde as diretas-já. 40 mil pessoas, segundo os organizadores, participaram do ato. No mesmo dia, em Porto Alegre, uma passeata com 8 mil estudantes, secundaristas e universitários, percorreu o centro da cidade aos gritos de “Fora Collor Já”. Em Mirassol-SP, uma passeata com cerca de 500 presentes, na maior parte estudantes, saiu às ruas em meio a faixas que pediam “arroz, feijão e Collor na prisão”. O feriado de 7 de setembro também não passou em branco e foi apropriado por uma série de iniciativas que, naquele ano, procuraram transformar as comemorações formais do Dia da Pátria em atos contra a corrupção e pela ética na política. A CUT apresentou a outras entidades a proposta de manifestações na data. “Não queremos confronto com as paradas”, disse seu presidente Jair Meneghelli. “O 7 de setembro não é o dia nacional dos militares, mas o dia da pátria (...) e será o dia da nossa independência dos corruptos”. No mesmo sentido, a CNBB sugeriu aos fiéis a realização de jejum pela ética naquele feriado, e houve paróquias que foram ainda mais longe, como a de Santo Ângelo (RS), decidindo hastear a bandeira nacional a meio pau, com tarja preta, e não colocar flores nos altares das missas de 7 de setembro, em protesto contra a corrupção. Em Aparecida do Norte, houve missa na Basílica pela ética na política, organizada pela CNBB. No Rio de Janeiro, houve uma passeata Pró-*Impeachment* pelas praias de Copacabana e Ipanema, na Zona sul, organizada pela CUT, OAB e ABI – que, prejudicada pela chuva, reuniu apenas mil pessoas (segundo os organizadores) ou 250 (segundo a PM) – além de uma vigília ecumênica na Fundação Progresso, promovida pelo ISER e um desfile de blocos na rua Voluntários da Pátria. Em Salvador, passeata organizada pela CUT-BA tomou o centro da cidade. Em São Paulo, ato contra a República e contra o governo Collor no monumento do Ipiranga foi realizado pelo Movimento Monárquico. O governador Fleury distribuiu no desfile oficial “kits pró-*impeachment*”, contendo uma camiseta, uma bandeirinha de plástico, um botton e uma faixa para a cabeça, tudo pago pelo governo de São Paulo e trazendo os dizeres “o verde-amarelo é nosso, não delie”. Em Porto Alegre, houve poucas manifestações. O desfile militar reuniu 6 mil pessoas (segundo a imprensa) ou 50 mil (segundo a PM). Ao final da parada, estudantes da UNE abriram defronte ao palanque uma faixa com a inscrição “Fora Collor”. Em Belo Horizonte, passeata da Praça Tiradentes à Praça Sete, sob chuva, reuniu cerca de 3 mil pessoas (segundo a CUT), ou mil e quinhentas (segundo a PM). A manifestação reuniu estudantes, mulheres de PMs e até um grupo de punks, que pregavam o voto nulo. Em Recife, a UNE protestou durante o desfile militar (assistido, segundo o Comando Militar do Nordeste, por 70 mil pessoas), abrindo uma faixa preta com a inscrição “Fora Collor”, no alto de um edifício. Em Florianópolis, professores organizaram um desfile de protesto paralelo ao militar. Em Nova York, brasileiros residentes nos EUA fizeram na véspera do Dia da Independência um ato contra o governo Collor, onde os manifestantes, alguns vestidos de preto, promoveram o enterro simbólico do presidente. Em Lisboa, cerca de duzentas pessoas fizeram manifestação em frente à embaixada brasileira, “pela verdadeira independência do

A 8 de setembro, Ibsen Pinheiro finalmente definiu o rito processual na Câmara. Foi uma vitória importante da oposição: a tramitação obedeceria a um “rito sumário” e se realizaria mediante voto aberto. O presidente da Câmara instalou também uma Comissão Especial destinada a emitir parecer acerca da abertura ou não do processo, parecer que seria em seguida submetido ao plenário. A Presidência dessa Comissão ficou com o deputado governista Gastone Righi (PTB-SP) e a Relatoria com o oposicionista Néelson Jobim (PMDB-RS). Dos 49 membros, os líderes oposicionistas calculavam que pelo menos 30 votariam a favor da admissibilidade do processo.

Esse início de tramitação na Câmara já permitia antever que seu caminho seria palmilhado em meio a muita polêmica. Como houvera prometido, o Governo impetrou um Mandado de Segurança, com pedido de liminar, um dia depois da decisão de Ibsen, questionando as regras definidas para o processo. Segundo Collor, não estaria sendo garantido o seu direito de defesa, “princípio elementar numa sociedade civilizada”. A liminar foi parcialmente concedida pelo STF, que, no dia 10, decidiu ampliar de cinco para dez sessões o prazo para que Collor apresentasse sua defesa (assim adiado do dia 15 para o dia 22 de setembro). Não se manifestou, porém, sobre a forma de votação e permitiu que o processo prosseguisse. Essa decisão do Supremo foi encarada como uma primeira vitória pelos governistas: foram parcialmente atendidos em seu pleito e ainda tinham chances de conseguir que a votação fosse secreta, e com isso imaginavam ter garantido o adiamento da votação da admissibilidade para depois do primeiro turno das eleições. Preocupados, os representantes dos partidos na Comissão *Pró-Impeachment* – em especial os deputados José Genoíno, Roseana Sarney, Moroni Torgan e Lázaro Barbosa – avaliavam que, com a decisão, a votação só sairia antes das eleições de outubro se fosse possível manter uma mobilização permanente.

Após a Semana da Pátria, as manifestações públicas ganharam ainda maior impacto e disseminação. Com presença importante do movimento estudantil, diversos atos

Brasil”, segundo a presidente da Casa do Brasil, Virgínia Freitas. Já o presidente Collor teve de se deslocar de helicóptero, entrar por um túnel que dava acesso ao palanque oficial e mesmo assim não escapou a demoradas vaias no desfile comemorativo realizado em Brasília, deixando rapidamente a tribuna. Ao chegar ao Itamaraty, onde recebeu os cumprimentos de embaixadores estrangeiros, foi novamente saudado por manifestantes aos gritos de “ladrão, ladrão” (cf. Istoé, 16/09/92 e Folha de São Paulo, 08-09/09/92).

em favor do *impeachment* continuaram a espalhar-se pelo país, mas tornou-se nítida a aversão da maioria dos estudantes mobilizados à participação mais ostensiva de partidos políticos e, especialmente, de candidatos às eleições de 1992¹⁸. Nos grandes centros o sucesso da mobilização foi grande, especialmente em São Paulo, onde, com a participação efetiva da prefeita Erundina e do governador Fleury na organização dos eventos, houve o maior ato da campanha, no dia 18, embora dificuldades na compatibilização dos interesses das forças políticas envolvidas tenham levado a conflitos internos¹⁹.

18. Manifestação organizada pela UNE em João Pessoa (PB) levou às ruas 15 mil estudantes (segundo os organizadores, ou 8 mil segundo a PM) no dia 10 de setembro, uma quinta-feira. No mesmo dia, em Recife (PE), os estudantes promoveram a passeata “Empurra o Collor que Elle Cai”, que reuniu 30 mil pessoas (ou 20 mil segundo a PM); em Londrina (PR) 5 mil estudantes (2 mil e quinhentos segundo a PM); em Campo Grande (MT) 8 mil; e em Porto Alegre 15 mil. No Amazonas, o Movimento pela Ética na Política inaugurou o Placar do *Impeachment*, na Praça da Igreja Matriz de Manaus. Na sexta-feira, 11, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, reuniu-se na sede da Rede Globo com Roberto Marinho, quando teria solicitado espaço na cobertura da emissora para as manifestações que ocorriam. No dia 15, secundaristas e universitários fizeram pela manhã, segundo a UNE, a maior passeata da história de Curitiba. Cerca de 45 mil pessoas, segundo a PM, ou 60 mil, nos cálculos dos organizadores, pediram a saída do presidente Collor. O ato superou em volume o comício das diretas-já e os comícios da sucessão presidencial. Na véspera, o PDT realizara um showmício *Pró-Impeachment*, na pedreira Paulo Leminsk, com 30 mil pessoas (ou 15 mil, segundo a PM). No Rio de Janeiro, também dia 15, manifestação promovida pela UNE terminou em confusão e agressões físicas ao prefeito Marcelo Alencar. Houve ainda brigas e discussão entre militantes do PDT e da Convergência Socialista. Os estudantes mencionaram a presença de 100 mil pessoas ao ato (apenas 10 mil, para a PM), marcado por forte reação dos estudantes à presença de candidatos às eleições municipais. Nenhum dos candidatos pôde subir ao carro de som e só com muita discrição alguns puderam distribuir panfletos. “A Cidinha não veio porque respeita a posição dos estudantes, que não querem candidatos na passeata”, disse um assessor da candidata à prefeitura do Rio pelo PDT. A candidata do PT, Benedita da Silva, que na manifestação estudantil anterior fora vaiada ao discursar, permaneceu poucos minutos na concentração, sempre frisando que estava ali “como congressista e não como candidata”. Cabos eleitorais do candidato a vereador Fernando Bandeira (PDT) tiveram que recolher uma faixa diante do protesto de estudantes: “o espaço é nosso, vamos parar com essa exploração”. No mesmo dia, em Maceió, cerca de 20 mil pessoas (ou 2 mil e quinhentas, segundo a PM), participaram de nova passeata *Pró-Impeachment*, onde as críticas a Collor se estenderam também ao governador Geraldo Bulhões. No dia 16, manifestação estudantil em Brasília foi marcada por conflitos com a PM. Cerca de 1.800 estudantes (segundo a PM) ou 20 mil (para os organizadores) saíram em passeata, às 11 horas, pela Esplanada dos ministérios, onde foram interceptados com violência pela Polícia Montada. Eles teriam “apedrejado os soldados”, segundo o oficial responsável, fato negado pelo presidente da Unesb (União dos estudantes de Brasília). A manifestação terminou às 14 horas, em frente ao Congresso. Era a primeira vez que os estudantes de Brasília criticavam a política econômica do ministro Marcílio. No dia 17, estudantes de 20 escolas da Grande Vitória promoveram uma manifestação em defesa do *impeachment* no centro da cidade. O presidente da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) calculou que cerca de 6 mil pessoas participaram da manifestação (3 mil para a PM). No dia 18, ato público em João Pessoa reuniu de 20 a 25 mil pessoas (segundo a PM) ou 30 a 40 mil (para os organizadores); em Rio Branco, manifestação marcada por fortes críticas ao governador do Acre, Romildo Magalhães (pró-Collor), reuniu 5 mil pessoas; em Natal, cerca de 12 mil compareceram ao ato público (cf. Folha de São Paulo, 11-20/09/92).

19. Em São Paulo, dia 18, numa manifestação estudantil menor que a de 25 agosto mas com palavras de ordem mais agressivas que as de outros atos, cerca de 45 mil estudantes (segundo a PM) participaram de

Havia sido marcada para o dia 15 de setembro a apreciação pelo plenário da Câmara do recurso do governo contra a forma de votação do pedido de admissibilidade decidida pelo presidente Ibsen Pinheiro, isto é, o voto aberto. O governo, diante da vitória parcial no Supremo, retirou o recurso para que a Câmara não tomasse qualquer decisão antes do julgamento definitivo do STF sobre a matéria, que acabou se dando no dia 23 de setembro. A decisão do Supremo, porém, frustrou as expectativas de Collor, aprovando o voto aberto e o “rito sumário” determinados pelo presidente da Câmara. No dia seguinte, foi aprovado o parecer do relator da Comissão Especial da Câmara, a ser levado a plenário, sobre a admissibilidade do processo contra Collor, por 32 votos contra 1 (do líder do governo Humberto Souto), enquanto 15 governistas abandonaram a sessão²⁰.

passada. Na tarde do mesmo dia, a prefeita da Capital, Erundina, e o governador do estado, Fleury, patrocinaram um grande comício. A realização deste ato, no vale do Anhangabaú, exemplifica bem o tipo de conflito interno ao campo oposicionista que se desenhava. O movimento *Pró-Impeachment* pretendia organizar a maior manifestação da campanha na cidade de São Paulo, inicialmente prevista para o dia 11 de setembro. Desde do dia 2 realizavam-se reuniões preparatórias ao ato unificado, das quais participavam, além dos organizadores, os presidentes do PMDB e da CUT e o coordenador do PNBE, representando as entidades civis. A idéia era centralizar os esforços e evitar “rachas” na campanha, uma vez que havia o temor de que a dispersão das manifestações e a realização de atos exclusivos de entidades ou partidos ameaçaria a unidade do movimento. Os esforços, porém, não foram suficientes. A dissidência mais ruidosa, protagonizada pela Força Sindical de Luiz Antônio de Medeiros, acabou inviabilizando a unificação da manifestação no dia 11. Medeiros não aceitava realizar o ato no Anhangabaú, classificado por ele como “Vale da Intolerância”, numa referência às costumeiras vaias da militância petista a políticos de outros partidos. Fleury chegou a abandonar a reunião de organização. Medeiros realizou um ato exclusivo da Força Sindical, com apoio da FIESP, na Praça da Sé, no dia 11 e o ato do Anhangabaú realizou-se sem a “Força”, no dia 18. Repetiu-se no Vale a grande concentração humana de 16 de abril de 1984, na campanha das Diretas. Os organizadores falaram em um milhão de presentes. A Folha de São Paulo, aplicando critérios estatísticos, estimou o público em 70 mil presentes no momento de maior concentração. PMDB e PT protagonizaram uma “guerra de militantes” pela hegemonia do espaço do Vale. O PMDB contratou “militantes” pagos, com direito a ônibus fretado e almoço em restaurante, que chegaram desde a manhã. Uma hora antes dos discursos, porém, os petistas já eram maioria, desequilibrando o tom das claque. “Era difícil quantificar os partidários do PT e do PMDB que disputaram a hegemonia em frente ao palanque. Ficou de qualquer modo evidente que os petistas estavam mais motivados e por isso suas vaias eclipsavam os aplausos do grupo concorrente”, afirmou a reportagem da Folha. Lula procurou amenizar as hostilidades: “independente das divergências, estamos cansados das safadezas de Collor e sua quadrilha”, disse o petista, citando ainda o nome de todos os partidos promotores do ato. Não conseguiu, porém, evitar a sonora vaia recebida pelo governador Fleury, último orador da noite, que apelou para o restabelecimento da unidade “ferida pela intolerância”: “apenas a voz da união levará ao *impeachment*”. No encerramento, às 19h30, houve hino nacional e mãos dadas no palanque (Folha de São Paulo, 19/09/92).

20. Antes disso, no dia 22, outra manobra governista tentara atrasar os trabalhos. Nesse dia, Collor entregara sua defesa ao presidente da Comissão Especial, Gastone Righi, que deveria apresentá-la na reunião da Comissão a realizar-se naquela mesma noite. Na defesa, o presidente e seus advogados não contestavam nenhuma das acusações feitas pela CPI sobre suas ligações com PC Farias, limitando-se a contestar a técnica jurídica do pedido de *impeachment*. Righi não compareceu à reunião, alegando dor de dente, e levou consigo a defesa. Sem meias palavras, o líder do PTB, Nelson Marquezeli, admitia que a estratégia

A mobilização social, aliada à aprovação do voto aberto dos parlamentares seriam certamente as principais responsáveis pela aprovação do pedido de admissibilidade do *impeachment* no plenário. Afinal, a estratégia governista, como se viu, já se escorava quase que exclusivamente na política “fisiológica”, prática de difícil sustentação pública, em especial para os que eram candidatos às eleições municipais que se avizinhavam²¹. Acossados pelo voto aberto – que os colocara nus diante do eleitor – e pelo calendário político – que os obrigara a se expor antes das eleições de 3 de outubro – muitos parlamentares “indecisos” começaram a mudar de posição poucas horas depois da decisão do Supremo pelo voto aberto. No dia da votação no STF, a Comissão *Pró-Impeachment* contabilizava 345 votos contrários a Collor. Na sexta-feira, 25, dois dias depois da decisão pelo voto aberto, contava com quase 370.

O Brasil de Itamar Franco começava, pois, a figurar no mapa na noite de quarta-feira, 23, quando o Supremo derrubou as esperanças de Collor por 8 a 1 no quesito voto aberto e por 6 a 3 na questão do “rito sumário”. Entre este dia e a votação final em plenário a mobilização popular persistiu²².

era mesmo roubar o documento e só aparecer com ele na quinta-feira, atrasando o cronograma. O relator Nelson Jobim, porém, teve acesso a uma cópia “pirata” da defesa e pôde preparar seu parecer. Gastoni Righi, recuperado da dor de dente, ainda tentou conceder pedido de vistas ao parecer por duas sessões, mas a oposição recorreu novamente ao presidente da Câmara Ibsen Pinheiro.

21. Já no início de setembro, as pesquisas relativas ao pleito municipal traziam números preocupantes para os partidos aliados a Collor. “Com exceção do PTB, os partidos que dão sustentação ao governo Collor não estão bem. O PFL (de SP) lidera apenas em presidente Prudente e mesmo assim seu candidato, Agripino Oliveira, caiu de 55 % para 49% entre a pesquisa anterior e a da semana passada...” (Folha de São Paulo, 06/09/92).
22. As manifestações não cessaram até o último momento. A forte chuva que caiu em Porto Alegre no dia 23 não impediu a realização do ato *Pró-Impeachment* liderado pelo governador Alceu Collares (PDT) e pelo prefeito da Capital, Olívio Dutra (PT). Os organizadores calcularam a presença de cerca de 80 mil pessoas, enquanto a PM estimou em 10 mil. No mesmo dia, 10 mil (segundo os organizadores) ou 3 mil (para a PM) participaram de ato em Fortaleza; em Belo Horizonte, cerca de 300 professores e 500 alunos da UFMG realizaram protesto pelas ruas do campus universitário; em Florianópolis, ato promovido por estudantes e integrantes do Movimento pela Ética na Política/SC reuniu 3 mil pessoas; e em Teresina, concentraram-se 2 mil manifestantes. No dia 25, a ausência de lideranças nacionais e a convocação de última hora impediram que o ato “Rio unido pelo *Impeachment*”, na Candelária, fosse a maior manifestação do movimento na cidade. Os organizadores falaram em 420 mil pessoas, mas a Defesa Civil Municipal calculou 50 mil e a PM 18 mil. O ato foi organizado pela prefeitura do Rio, Movimento pela Ética na Política e partidos políticos, principalmente PT e PDT. Na falta de políticos de expressão nacional – Brizola não foi por se dizer “velho demais para levar vaia desses fedelhos do PT” – artistas como Paulo Betti e Milton Gonçalves monopolizaram a atenção dos manifestantes (Folha de São Paulo, 24-26/09/92).

Seguindo a tendência verificada na votação do Relatório da Comissão Especial, o plenário da Câmara dos Deputados, no dia 29 de setembro, em decisão inédita na história brasileira, aprovou o afastamento do presidente Fernando Collor, por esmagadora maioria: 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências. Era a primeira vez em que um presidente eleito perdia o cargo mediante mecanismos constitucionais. A decisão foi sacramentada às 18h45, momento em que o deputado Paulo Romano (PFL-MG) emitiu o voto de número 336 a favor da admissibilidade do pedido, completando dois terços dos 503 deputados. Estava aprovado o afastamento, ainda provisório, do presidente da República. E com o voto maciço de todas as bancadas, inclusive as governistas²³. Até mesmo integrantes do grupo mais fechado de apoio a Collor aderiram à tese do *impeachment*. Somando o PFL, o PRN e o PSC, que formavam o bloco de sustentação ao governo, com 120 deputados, apenas 20 votaram contra.

No dia da votação do pedido de admissibilidade, a Folha de São Paulo, em editorial de primeira página, exigia o *impeachment*, com um texto que ajuda a retratar o sentimento que se disseminava na opinião pública naquele momento.

Espera-se agora dos 503 parlamentares daquela Casa que cumpram sua obrigação moral e política: autorizar o processo de *impeachment* de um presidente que envergonha o Brasil. (...) O desvario de Fernando Collor acabou por conduzi-lo ao ponto em que se encontra, o único a que poderia chegar: ante a perspectiva humilhante e perigosamente próxima de ver-se escorraçado do poder que conspurcou e não tem mais condições políticas de exercer. Cabe ao Congresso reconhecer este fato; ou então mergulhar – com Collor e todas as instituições brasileiras – num abismo de ingovernabilidade, infâmia e execração (Folha de São Paulo, 29/09/92).

Segundo pesquisa do Datafolha, publicada naquela data, “80% dos brasileiros querem que a Câmara vote hoje o *impeachment*, apenas 12% querem que Collor permaneça e 7% estão indecisos”²⁴. Ao final da votação, o plenário e as praças públicas explodiram em

23. Os números da votação, entre alguns dos principais partidos, são os seguintes (o primeiro número entre parênteses é o de deputados do partido, o segundo é o de votos favoráveis à admissibilidade): PMDB (98,98); PFL (87,64); PSDB (39,39); PT (35,35); PTB (30,24); PRN (28,18); PDC (19,17); PTR (19,17); PL (17,15). O vice-líder do governo, Gastoni Righi (PTB-SP), consignou a única abstenção, enquanto que a reviravolta mais espetacular ficou por conta de Onairves Moura, que duas semanas depois de oferecer em sua casa um jantar para cem parlamentares em homenagem a Collor, votou contra o homenageado.

24. Na sessão de votação, transmitida por todas as redes nacionais de televisão e perpassada por forte carga emocional, foram ovacionados de Ulysses Guimarães (até muito recentemente contrário ao *impeachment*)

comemoração²⁵. Collor estava afastado da Presidência da República. O processo seria então encaminhado ao Senado, que teria 180 dias para proceder à votação. Em caso do julgamento não ocorrer nesse prazo, Collor retornaria ao cargo, embora sem prejuízo da continuidade do processo.

6.3. Ao "deixado só", a renúncia

A 2 de outubro, Collor e Rosane deixaram o Palácio do Planalto, sob vaia de funcionários do Senado que se aglomeraram no local. Já no helicóptero que os levaria à Casa da Dinda, o presidente afastado despediu-se do cargo reafirmando sua inocência, já que em nenhum momento “deslustrara” a dignidade de suas funções e que “não perdera o afeto do coração do povo brasileiro, que se tornaria mais confiante quando conhecesse a verdade” (Folha de São Paulo, 03/10/92). Chegava ao fim um estilo de governo despótico, que só apelara para a tentativa retórica da construção de consensos quando já sem capacidade de iniciativa política; um governo de estilo oligárquico, pela subsunção do espaço público aos domínios privados que impusera com a prática predatória de poucos favoritos sobre o erário e pelo desprezo ostensivo para com as garantias constitucionais; um governo também provinciano, como o demonstrara a truculência política dos próceres da “República das Alagoas”. Ao vice-presidente Itamar Franco, que então assumia interinamente, cabia a tarefa delicada de compor forças que possibilitassem uma retomada

a Roberto Campos. O presidente da Câmara, rompendo o protocolo, fez questão de votar “sim”. Mas, para além do “sim”, o discurso – por vezes esdrúxulo – que acompanhava cada voto favorável ao *impeachment*, indicava a intenção de muitos caronas de mostrar o rosto ao lado da medida unanimemente defendida nas ruas. “Pela minha querida Serra Talhada, por Pernambuco e pelo Brasil” votou sim Inocêncio de Oliveira. “Pelos trinta e cinco milhões e brasileiros enganados, pelos alagoanos humilhados, *impeachment* já”, disparou José Tomás Nonô. Já o capixaba Jório de Barros preferiu discursar “contra a impunidade, pelo Espírito Santo, Amém. Sim”. Enquanto que João Fagundes (PMDB-RR) votou no *impeachment* “pela vitória do bem contra o mal”. Os discursos só saíram dessa linha na vez de Ricardo Fiúza. Antes de votar “não” ao *impeachment* fez questão de dizer que “firmeza, coerência e coragem cívica são requisitos fundamentais à ética política” (Folha de São Paulo, 29/09/92).

25. Cerca de 500 mil pessoas, segundo a PM, saíram às ruas nas 17 principais cidades do país para acompanhar a votação. A maior concentração foi a de São Paulo, no vale do Anhangabaú, onde 300 mil pessoas (organizadores) ou 120 mil (PM) se reuniram a partir das 14 horas. O clima, tenso devido à demora do início da votação, gerou temores quanto a eventuais quebra-quebras, mas dissipou-se conforme os votos iam dando a vitória ao pedido de admissibilidade do *impeachment* (Folha de São Paulo, 29/09/92).

da iniciativa, por parte do governo, no sentido de superar, ao menos durante o desenrolar do processo no Senado, a paralisia completa a que se chegara e enfrentar os problemas políticos e administrativos que se haviam acumulado à larga.

Já de início, porém, a insistência do interino em só assumir a Presidência 72 horas depois do afastamento do titular deixava apreensivos os agentes políticos e denunciava a fragilidade de um governo provisório que tinha pela frente um curto mandato com enormes problemas²⁶.

O primeiro e mais urgente deles era a composição do novo ministério, principalmente a escolha do novo ministro da Fazenda. A dificuldade era nomear um gabinete que representasse todas as forças *pró-impeachment*. Após diversas reuniões, foi enfim fechada a lista de nomes que comporiam o ministério²⁷. O novo governo esboçava a composição de um arco político inédito no processo de redemocratização do país, por incluir o PT e o PDT. No dia 05 de outubro, Itamar tomou posse, numa solenidade simples onde o presidente, em seu discurso, criticou a era Collor e sua “modernidade que ignora a fome e o desespero”²⁸.

Dois dias depois da posse dos novos ministros, a 7 de outubro, os advogados de Collor deram início à primeira de uma série de oito manobras regimentais ou jurídicas, em que definiram como estratégia de defesa questionar as datas e valores dos depósitos “fantasma” para parentes e empregados de Collor. A defesa também resolveu pedir uma peritagem nas provas contra Collor levantadas na CPI do caso PC e pela Polícia Federal. O

26. Um acordo entre Itamar, o presidente do Senado Mauro Benevides e o ministro da Justiça Célio Borja, impediu que a posse ocorresse imediatamente, provocando protestos de um grupo de parlamentares (Folha de São Paulo, 01/10/92).

27. “Mais do que inconclusiva, a reunião de ontem 30 de setembro, dois dias antes da posse do novo presidente, entre Itamar, Lula, Quéricia, Tasso e Roberto Freire, para a escolha do ministro da Fazenda e de alguns outros, só fez aumentar as dificuldades. Lula e Freire apoiaram a indicação de José Serra feita por Tasso, mas Quéricia vetou-a (...). Lula e Freire indicaram o próprio Tasso, também vetado por Quéricia, sob o argumento de que não cabe ao PSDB fazer o ministro da Fazenda. Sua proposta: o embaixador Paulo Nogueira Batista ou Nildo Mazzini. Foi a vez do veto pelos outros três”. Ainda segundo a Folha, Quéricia teria perguntado a Lula se ele vetaria o nome de Delfim Netto para o ministério da Agricultura, ao que Lula teria respondido: “Você está louco? Fazer a meninada de 12 anos pintar a cara, ir para as ruas e depois pôr o Delfim?” (Folha de São Paulo, 01/10/92).

28. Número de ministros, por partido, na composição do primeiro ministério Itamar Franco: PMDB, 4; PSDB, 3; PFL, 3; PSB, 2; PTB, 1; PDT, 1; PT, 1 (cf. Folha de São Paulo, 06/10/92).

objetivo era adiar ao máximo a votação a princípio marcada para 22 de dezembro, visto que se Collor não fosse julgado em 180 dias retornaria à Presidência.

A 12 de novembro, o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, após examinar os volumes do inquérito da Polícia Federal, denunciou o presidente afastado por crime comum, incriminando ainda Paulo César Farias por formação de quadrilha, falsidade ideológica, corrupção ativa, co-autoria de corrupção passiva e ameaça de suborno a testemunha; Cláudio Vieira e Roberto Carlos Maciel (motorista de PC) por suborno a testemunha; Jorge Bandeira de Mello, as secretárias Rosinete Melanias e Marta Vasconcelos e os executivos das empresas de PC, Severino Nunes de Oliveira e Giovani Carlos Fernandes de Mello, por assinatura de “cheque fantasma”.

No dia 29 de novembro o presidente afastado impetrou novo Mandado de Segurança no STF pedindo mais prazo para sua defesa e arguindo a suspeição e o impedimento de 21 dos 89 senadores. Segundo as alegações da defesa, alguns desses parlamentares estariam impedidos porque haviam atuado como autoridade policial na CPI do caso PC, outros porque perderiam o mandato se o *impeachment* fosse aprovado e ainda outros porque divulgaram opinião contrária a Collor ou eram seus adversários declarados. O Mandado foi acompanhado pelo pedido de medida liminar, que, se concedida, atrasaria o processo de *impeachment* por tempo indeterminado (cf. Folha de São Paulo, 01/10/92)²⁹.

O advogado da defesa José Guilherme Villela deu entrada, dia 2 de dezembro, à terceira manobra protelatória: um pedido de *habeas corpus* no STF para suspender a tramitação do pedido de autorização do Congresso para processar Collor por crime comum, feito pelo Procurador Geral, e que estava em andamento na Câmara. Isso porque enquanto Collor não fosse definitivamente afastado da Presidência pelo Senado, o STF era obrigado a pedir autorização ao Congresso para iniciar o processo por crime comum. O pedido de *habeas corpus* questionava ainda a decisão da Câmara dos Deputados de mudar seu Regimento Interno para adotar o voto aberto dos parlamentares no caso de autorização para processos contra autoridades do Executivo e Legislativo. Formulado dessa maneira, o pedido obrigaria o STF a julgar a legalidade da decisão da Câmara de mudar seu

29. O pedido foi apreciado e negado em definitivo no dia 07 de dezembro, pelo vice-procurador geral, Moacyr Machado.

Regimento. Um dia depois, o ministro Ilmar Galvão, do STF, acataria liminarmente o pedido de *habeas corpus* suspendendo a tramitação do pedido de autorização para a abertura do processo contra Collor por crime comum. Era uma saída política para evitar que o STF fosse obrigado a julgar a decisão da Câmara de mudar seu regimento.

No mesmo dia em que Collor desfrutava desta vitória parcial, porém, foi votado o Relatório do Senador Antônio Mariz, que o acusava de ter agido de forma desonrosa, indigna e indecorosa no exercício do cargo. O Relatório foi aprovado pelo plenário do Senado por 67 votos a 3, além de 11 ausências³⁰. Não houve surpresas na votação. Os três votos contrários ao relatório foram de senadores notoriamente “colloridos”: Ney Maranhão (PRN-PE), Áureo Mello (PRN-AM) e Lucídio Portella (PDS-PI). Outro voto certo contra o relatório era de Odacir Soares (PFL -RO), mas ele esteve ausente. Para Evaristo de Moraes Filho, um dos advogados de defesa de Collor, a votação “foi mais um ato de massacre em que se transformou esse processo, que poderia ser chamado de crônica de uma deposição anunciada” (Folha de São Paulo, 03/12/92). Na verdade, nesta votação, o Senado não só aprovava o relatório do senador Antônio Mariz como sinalizava claramente que o presidente deveria considerar seu mandato perdido e seus direitos políticos cassados.

Com a aprovação do relatório, o processo de *impeachment* entrava na fase de julgamento propriamente dito. Um dia após a votação, o advogado de acusação, Evandro Lins e Silva, apresentou o libelo acusatório (resumo da acusação), que deveria ser contraditado pela defesa em 48 horas. Em seguida, o julgamento foi marcado pelo presidente do processo de *impeachment*, Sidney Sanches, que manteve a previsão de data para o período de 18 a 22 de dezembro.

No dia 6, três dias depois do início do julgamento, em entrevista ao repórter Alexandre Garcia, da Rede Globo, Collor reiterava que não pensava em renunciar. “Vivemos um momento histórico único que não pode terminar com soluções de última hora (...). Vou para o sacrifício correndo o risco de ser condenado, mas também vou expor o Senado ao julgamento da história” (apud Istoé, 09/12/92).

30. A votação do Relatório exigia quorum qualificado de 50% mais um, isto é, a presença de 41 dos 81 senadores em plenário. Para ser aprovado, necessitava de 21 votos favoráveis (Folha de São Paulo, 01/12/92).

Na quarta manobra protelatória, os advogados de Collor anexaram a última peça de defesa, entregue no dia 7 ao presidente do processo de *impeachment*, Sidney Sanches. Era um pedido de novas perícias na Casa da Dinda e de perícia contábil na Brazil's Gardens, que reformara os jardins da residência de Collor. Se os pedidos fossem aceitos o julgamento poderia ser adiado para o ano seguinte. A tentativa, porém, novamente fracassou. Um dia depois de receber a defesa, o ministro Sidney Sanches recusou o pedido de novas perícias argumentando que a fase de instrução do processo (formação de provas) havia terminado junto com o encerramento dos trabalhos da Comissão do *Impeachment*, cujo relatório final fora aprovado dia 27. Ainda segundo o despacho, as únicas provas possíveis após o fim dos trabalhos da Comissão seriam as de plenário no dia do julgamento: inquirição, reinquirição e acareação de testemunhas, e verificação dos documentos reunidos pela Comissão do *Impeachment*.

Em resposta, Collor emitiu nota manifestando sua intenção de persistir na defesa, valendo-se das palavras do já então falecido deputado Ulysses Guimarães. “No Brasil é mais fácil retirar um presidente da República que um inquilino de um imóvel alugado”, afirmou. “Estou aqui de pé, resistindo democraticamente a toda essa articulação insidiosa que vem sendo realizada contra mim e contra meu governo e permanecerei lutando pelo meu direito até o final. Lutando com as armas que o jogo democrático me concede” (Folha de São Paulo, 11/12/92).

Eram os últimos movimentos do presidente afastado. De um lado, tentava convencer a opinião pública de que estava sendo vítima de um tribunal de exceção, que tolhia seus direitos de ampla defesa, e de outro insistia em tentativas sucessivas de adiar o julgamento. Seus advogados entraram com novo pleito junto ao STF, alegando mais uma vez a necessidade de novas perícias na Casa da Dinda e a conseqüente suspensão do julgamento marcado para o dia 22³¹.

Ante à ineficácia da estratégia protelatória, Collor reuniu-se com seus assessores jurídicos no domingo, dia 20, dois dias antes do julgamento, para definir a tática a ser adotada no momento decisivo. Três alternativas lhe foram apresentadas pelo advogado

31. Era a quinta manobra dos advogados de Collor. O Mandado de Segurança foi impetrado na quarta-feira, 16, e indeferido pelo Supremo na quinta-feira, 17 de dezembro.

Vilela: comparecer ao julgamento e “legitimar o tribunal de exceção”; renunciar; ou destituir seus advogados como forma de protestar contra a “farsa” montada pelos adversários e, assim, inviabilizar o julgamento. Collor decidiu optar pela última hipótese. Na segunda-feira, dia 21, reuniu-se com amigos e assessores políticos – os senadores Ney Maranhão, Affonso Camargo, Odacir Soares e Áureo Mello; os deputados Roberto Jefferson e Euclides de Mello; o ex-deputado Thales Ramalho e os advogados Vilela e Evaristo – e todos concordaram que seria este o melhor caminho a seguir. No mesmo dia, os advogados Evaristo de Moraes Filho e José Guilherme Villela entregaram ao ministro Sidney Sanches uma carta na qual o presidente afastado os destituía da função de seus defensores no processo de *impeachment*. Enquanto isso, o porta-voz de Collor lia um “manifesto à nação”, onde sua estratégia era explicada como única reação possível ao cerceamento do direito de defesa do presidente afastado.

Depois de ouvir as ponderações dos presidentes do Senado e da Câmara, Mauro Benevides e Ibsen Pinheiro, o presidente do processo de *impeachment* Sidney Sanches anunciou, na sessão do dia 22, que Inocêncio Mártires Coelho estava nomeado como “advogado dativo” do réu, e declarou, oficialmente, que a nova data do julgamento era 29 de dezembro.

Os partidos de oposição começaram a preocupar-se com o rumo dos acontecimentos. Em reunião no dia 22, os presidentes do PT, do PMDB e do PSDB, decidiram realizar no dia 29 uma vigília cívica de representantes de entidades civis de todo o país, com o objetivo de desfazer a impressão de “justiçamento” que Collor pretendia imputar a seu julgamento. “O julgamento no Senado é político e Collor não pode continuar brincando irresponsavelmente com a nação”, afirmou Lula após o encontro. “Precisamos agir dentro do Senado e junto à sociedade civil para que não haja mais adiamentos”, emendou Tasso. Também ficou agendada para a data nova reunião dos presidentes de partidos (cf. Folha de São Paulo, 23/12/92). A essa altura a preocupação era de que Collor recuperasse fôlego com a decisão do Senado de adiar o julgamento, justamente num momento em que as manifestações de rua haviam sido suspensas quase que completamente. Segundo declarações do líder do governo no Senado, o presidente afastado estaria oferecendo o controle de cargos da máquina Federal em troca de votos favoráveis ou abstenções que lhe garantissem o retorno ao posto. Collor só poderia ser condenado com os

votos de dois terços dos 81 senadores. Portanto, com 28 votos – número de votos que o grupo collorido dizia já ter garantido – seria possível barrar o *impeachment*. Segundo o deputado Roberto Jefferson, Collor teria recebido manifestações de apoio de senadores antes dispostos a votar pelo *impeachment*, que estariam recuando “diante da turbulência no governo Itamar Franco” (cf. Folha de São Paulo, 18/12/92). Em entrevista a Istoé, o presidente afastado disse sentir que suas chances haviam aumentado.

Na votação da Câmara a situação era bem diferente, era bem mais difícil que hoje, por causa da proximidade das eleições [, afirmou Collor]. A paixão eleitoral constrangeu de forma brutal os deputados. Hoje estamos vivendo um outro instante, as eleições já passaram, os ânimos estão acalmados, (...) já se inicia uma maior reflexão por parte da sociedade, já se instaura a dúvida no coração dos que estavam levados por uma avalanche de notícias desfavoráveis. (...) No governo interino de Itamar a produção de equívocos é recorde (Istoé, 23/12/92).

E para quem pensava que Collor tivesse esgotado o arsenal de manobras jurídicas para protelar o julgamento do processo de *impeachment*, uma surpresa: dois dias depois de ter destituído seus advogados, no dia 23, Collor recusou o advogado dativo, Inocêncio Mártires Coelho, nomeado pelo ministro Sidney Sanches, alegando que ele não era confiável, e indicou José de Moura Rocha como seu novo advogado. A intenção da nova iniciativa era, naturalmente, conseguir mais um adiamento. Moura pleiteou junto ao presidente do processo de *impeachment*, ministro Sidney Sanches, um prazo de 30 dias para analisar o processo, e antes que este se decidisse, impetrou Mandado preventivo no STF. Sanches aceitou o nome indicado por Collor, mas não adiou o julgamento, e manteve a indicação do advogado dativo. A defesa de Collor no dia 29, portanto, seria feita por Moura ou, na falta deste, por Mártires Coelho. Também o STF negou a liminar. Com essa decisão, anunciada na véspera da votação do *impeachment* no Senado, Collor viu barradas, de uma só vez, a sétima e a oitava tentativas de adiar a votação³².

Esgotadas todas as manobras para protelar o julgamento por crime de responsabilidade, Collor renunciou no dia 29 de dezembro, às 9h34, à Presidência da República. Escrita com caneta Mont Blanc, em apenas seis linhas, a carta-renúncia foi lida pelo advogado de Collor, no plenário do Senado, depois de frustrada ainda uma derradeira

32. Dos 180 dias de que dispunha o Senado para realizar o julgamento foram necessários apenas 78, uma vez que a acusação e o relator da Comissão de *Impeachment* abriram mão de seus prazos (cf. Folha de São Paulo, 29/12/92).

tentativa de adiamento, baseada na ausência do ex-deputado Thales Ramalho, uma das testemunhas de defesa.

Collor esperava, finalmente, que o Senado encerrasse o julgamento após a renúncia, deixando intocados seus direitos políticos. Por 73 votos contra 8, porém, os Senadores decidiram prosseguir com o julgamento. Na madrugada do dia 30, o ex-presidente teve cassados, por 76 votos contra 3, seus direitos políticos, tornando-se inelegível por oito anos. A sessão de julgamento – uma das mais longas já realizadas na história do Senado, com 15 horas e meia – foi encerrada às 4h38min do dia 30, quando os Senadores assinaram a sentença condenatória. Todos os 81 senadores estavam presentes. Apenas Guilherme Palmeira e Lucídio Portella não quiseram votar.

Poucas horas depois da cassação, Collor leu outro de seus manifestos ao povo brasileiro, em que mais uma vez dizia-se vítima de um tribunal de exceção e alegava ter sido deposto, atribuindo sua queda a uma articulação de “adversários inconformados” e “velhas oligarquias” contrários a seu “projeto de modernização nacional”. Arrematou a nota afirmando que voltaria à cena política (cf. Istoé, 06/01/93).

O interino tornou-se presidente numa solenidade simples, ocorrida logo após a renúncia de Collor. O primeiro ato de Itamar como presidente efetivado no cargo foi mandar retirar todos os retratos de seu antecessor remanescentes nas repartições.

Os termos secos da renúncia, a ausência de Fernando Collor a seu julgamento, a presença de minguados 200 parlamentares no Congresso no dia seguinte à cassação e o formalismo da posse de Itamar foram os ingredientes que compuseram o anticlímax em que se transformou o episódio.

Sem estudantes ou populares nas ruas, terminava a Era Collor.

Capítulo 7

O novo condottiere (farsa)

"Que os anjos protejam o sociólogo que detecta e o político que negocia: o novo ministro Fernando Henrique"

Aspásia Camargo, presidente da ANPOCS,
Folha de São Paulo, 22 de maio de 1993.

A posse de Fernando Henrique Cardoso no ministério da Fazenda dividiu os tempos do governo Itamar Franco entre um lúgubre antes e um alvissareiro depois.

"Ressaca cívica", agudização do descontrole inflacionário e esfrangalhamento-relâmpago da ampla coalizão das forças *pró-impeachment* que dera sustentação inicial ao governo compunham o quadro imediatamente posterior à renúncia de Fernando Collor. O ano de 1993 começara também com a discussão acerca do plebiscito sobre sistema de governo, que ocorreria a 21 de abril, e seria todo ele marcado por uma série de impasses e tensões no âmbito do executivo e no Congresso. Havia tanto na esfera política quanto na econômica *uma pauta em suspenso*, malparada, um consenso imposto pela "emergência econômica" e pela recente conversão ideológica das elites empresariais e políticas da direita ao receituário de "ajuste" do Consenso de Washington. Collor, de modo atabalhado e predatório, abria as portas do Estado à implementação desse programa, mas não fora capaz de dar-lhe conseqüência. Itamar Franco não parecia ser-lhe simpático e a coalizão de forças sobre as quais precariamente sustentava-se não permitiria a pura e simples continuidade nem muito menos um aprofundamento desse tipo de "ajuste". Menos por falta de interesse e mais por falta de articulação política.

7.1. Esquerda, direita, expectativas.

O quadro que emergia da demissão de Fernando Collor projetava, para a sucessão presidencial de 1994, um cenário no qual a candidatura de Lula – tanto por ter sido a contraface de Collor em 1989 quanto por ter protagonizado com destaque a campanha popular pelo *impeachment* – aparecia como uma força eleitoral desta vez imbatível. Sob o impacto positivo do afastamento de Collor, o PT buscava articular, em 1993, uma estratégia de largo fôlego. A perspectiva antecipada de uma votação descomunal em Lula na sucessão de 1994 levava o partido a pensar um projeto de poder de longo prazo. A direção partidária assumia consciência de que o PT, desde 1989, vinha polarizando a política brasileira como um divisor de águas, cindindo a discussão política nacional, em diversos de seus aspectos, entre as forças pró-PT e anti-PT. O projeto petista era, para usar terminologia conhecida, um projeto de hegemonia política. A direção tinha em mente fixar a imagem do partido como força enraizada na sociedade civil organizada e com peso político crescente no parlamento, ao mesmo tempo em que esforçava-se por combater o “anti-petismo” das forças conservadoras e do empresariado, de peso igualmente significativo.

Desde o I Congresso do partido, realizado em novembro-dezembro de 1991, o PT falava em “conquista da hegemonia”, ancorada na adequação entre o movimento dos trabalhadores organizados, algum modo de ação junto aos desorganizados e a construção de alianças parlamentares e eleitorais. No documento aprovado no I Congresso (27 de novembro a 1º de dezembro de 1991), baseado numa “tese-guia” assinada por José Dirceu, Marco Aurélio Garcia e César Alvarez, encontrava-se a seguinte projeção:

Ao definir como nossa perspectiva de médio prazo a conquista da presidência da República em 1994 – e como batalha já em curso a disputa das eleições de 1992 e a reforma constitucional – o PT entende que nossa ação política só tem sucesso quando está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional. Para o PT, conquistar a presidência da República significa não só obter uma vitória eleitoral, mas também as condições para governar e cumprir o seu programa. Portanto, a pavimentação de nosso caminho para obter a vitória eleitoral em 1994, e para a viabilização de um governo democrático e popular, exige mudanças em nossa forma de intervir e de nos relacionarmos com a sociedade e uma política de alianças que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças

sociais que incorpore, também, os setores desorganizados e marginalizados da população (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 515).

A avaliação petista era de que chegara o momento de romper a resistência ao PT por parte de certas elites – resistência que acabava sempre por difundir-se aos setores menos escolarizados ou organizados da população –, constituindo assim as condições necessárias ao futuro governo Lula, que por sua vez, ao que tudo indicava naquele momento, impunha-se ao cenário sucessório como uma força da natureza.

Dessa visão da situação política derivaram dois tipos de iniciativa no sentido da penetração social da candidatura petista, iniciativas de compatibilização complexa: de um lado, o estreitamento dos contatos entre Lula e o meio empresarial; de outro o estreitamento das relações entre Lula e os trabalhadores pobres e desorganizados do interior do Brasil.

Junto aos empresários, Lula buscava firmar uma imagem de moderação: desmentia a propalada intenção de um eventual governo do PT de "estatizar o sistema financeiro" ou bloquear o acesso do capital internacional; reafirmava que apoiaria o capital produtivo, em detrimento do "especulativo", e que as privatizações não seriam sumariamente canceladas, mas sim revistas caso a caso. Em 1993, impulsionado pelos altos índices de preferência exibidos nas enquetes de opinião, esses encontros multiplicavam-se, no Brasil e no exterior, a convite dos mais diferentes setores empresariais, banqueiros e credores externos brasileiros, ocasiões em que Lula expunha essa perspectiva a interlocutores cuja resistência paulatinamente parecia conformar-se à vitória do petista.

Pelo flanco do contato com os trabalhadores e as populações pobres e desorganizadas, nasceu a idéia de promover uma ampla peregrinação partidária pelo país, que fosse algo mais que apenas a campanha eleitoral de Lula, e que ajudasse a enraizar as pretensões hegemônicas do PT. Durante um ano e meio Lula e dirigentes nacionais e regionais do partido percorreriam os confins do Brasil, lançando as raízes dessa proposta e, ao mesmo tempo, obtendo um enorme arsenal gravado de imagens de grandes e pequenas concentrações públicas e manifestações em favor da candidatura Lula, além de colecionar "reportagens" sobre as condições de vida dos trabalhadores brasileiros do Rio Grande do Sul às regiões Norte e Nordeste. A "Caravana da Cidadania", além de mostrar-se uma forma eficaz de fazer campanha eleitoral antecipada em mais de um ano, adensava o enraizamento

partidário, dava dimensão épica à candidatura Lula (seria, por exemplo, freqüentemente comparada à Coluna Prestes) e apostava na obtenção de um material inédito a ser utilizado no momento da disputa do terreno decisivo da sucessão, a mídia eletrônica, durante o horário eleitoral gratuito.

Mas nos anos de 1993 e 1994 o PT enfrentou importantes obstáculos internos a essa tentativa de abrandamento do "radicalismo" de seu discurso sobre as elites econômicas e de ampliação de sua base territorial de influência. A aparente proximidade do êxito eleitoral fez com que diferentes setores da assim chamada "esquerda" interna petista, fragmentados em diversas "tendências" sub-partidárias, se aproximassem entre si, rearticulando-se e disputando com sucesso um maior espaço nos postos de direção do partido. A pouca expressão eleitoral dos representantes desses grupos vinha sendo compensada, durante anos, através de sua alocação na burocracia partidária, em contraste com os nomes eleitoralmente muito mais expressivos dos "moderados", que cada vez mais abandonavam as questões de economia interna do partido e dedicavam-se ao parlamento e às administrações municipais. O tom do discurso político presente nas resoluções do 8º e 9º Encontros Nacionais do partido, realizados em junho de 1993 e maio de 1994 exemplifica essa situação (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 543-612).

Essa mudança na composição da direção partidária, com o crescimento dos setores "à esquerda", teve várias implicações importantes sobre o comportamento do PT na conjuntura pós-*impeachment* e sobre a candidatura Lula e o processo sucessório de 1994.

Em primeiro lugar, foi um dos vetores do distanciamento crescente do PT com relação ao governo Itamar Franco, um governo que, a princípio e em vista do trauma político do *impeachment*, afigurava-se como de "união nacional" e tendera mesmo a colocar-se sob o controle das principais forças responsáveis pelo afastamento de Collor, entre as quais o próprio PT. Itamar sondara o PT no momento da composição e trabalhara com a expectativa de uma participação bem maior que a que de fato houve. Segundo especulações que circularam na imprensa, procurara os deputados petistas mineiros Paulo Delgado e João Paulo Pires, para as pastas da Educação e Trabalho, respectivamente. Os deputados estariam até mesmo dispostos a aceitar, não fosse a acolhida negativa da maioria

da direção nacional do partido. Ainda assim, Lula indicou dois nomes não filiados ao PT para o ministério: o de Raymundo Faoro para a Justiça e o de Walter Barelly para o Trabalho, este último o único aproveitado no governo. Em fevereiro de 1993 Lula apresentou ainda a Itamar o “Programa de Segurança Alimentar” produzido pelo “governo paralelo” do PT e indicou o sociólogo Herbert de Souza para coordená-lo. Participação efetiva só viria com Luísa Erundina, que ocupou a cadeira da Administração, mas a vaga acabou por tornar-se o epicentro de uma série de crises entre o partido e administração de Itamar, chegando a inviabilizar a permanência da ex-prefeita de São Paulo no PT.

Em segundo lugar, o crescimento interno da "ala esquerda" contribuiu para fortalecer as posições favoráveis ao presidencialismo e, especialmente, contrárias ao parlamentarismo, defendido pelas lideranças petistas “moderadas”. Esta circunstância, embora não possa ser tomada como variável de causalidade unívoca, deve ser levada em consideração para se entender a ampliação do distanciamento entre PT e PSDB a partir da campanha pública em torno do plebiscito. No mínimo, ela forneceu um pretexto plausível ao PSDB, que manteve desde 1992 – ocasião em que se iniciaram gestões entre os dois partidos visando uma coligação para 1994 – uma postura ambígua com relação a seu interesse efetivo em aliar-se ao PT. Reivindicando a condição de partido “programaticamente” parlamentarista no plebiscito, o PSDB podia, em vista do distanciamento do PT do apoio a este sistema de governo, ao mesmo tempo livrar-se da condição de possível futuro aliado subalterno do PT e lançar a responsabilidade pela inviabilização da aliança sobre os "radicais" petistas. Cabe salientar que o comportamento do PSDB revelava na verdade um grande mal-estar, eleitoral e ideológico, frente à possibilidade de aliança com o PT. A maioria do partido preferia buscar uma coligação em torno de um candidato do PSDB, o que de pronto excluía o PT, dada a densidade da candidatura Lula.

O discurso que o candidato do PT levava às ruas centrava-se basicamente na idéia de que seria necessário vincular o controle do processo inflacionário – embora não veiculasse propriamente uma proposta acabada de como esse enfrentamento se daria – a uma retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, de modo a incorporar ao mercado interno a outra metade da população brasileira, dele excluída. Esse

discurso apresentava, como seu pressuposto, um amplo investimento destinado a dotar o Estado de mecanismos que lhe permitissem efetivamente exercer seu poder de regulação sobre a economia, em especial do ponto de vista fiscal. Insistia, pois, numa proposta de desprivatização do Estado brasileiro. Reivindicava, também, a retomada da autonomia nacional frente à imposição de políticas de reforma orientadas para o mercado, por parte dos organismos multilaterais em função do refinanciamento da dívida externa. Como corolário, propunha-se a investir na construção de um consenso social e de uma aliança parlamentar que possibilitasse ao executivo a retomada da capacidade governativa e evitasse a deterioração de suas relações com o Congresso¹.

Ao mesmo tempo em que o PT saía às ruas com este discurso e se debatia com seus problemas internos – em boa medida exacerbados pela proximidade de eleições gerais das quais imaginava que sairia amplamente vitorioso – os demais partidos confrontavam-se a uma perspectiva eleitoral extremamente desanimadora.

O PSDB, nas eleições municipais de 1992, obtivera uma vez mais um desempenho apagado, conquistando poucas cidades expressivas. Embora fosse um "partido de quadros", as lideranças de maior expressão, com chances de uma candidatura à presidência, resumiam-se, basicamente, a Mário Covas e Tasso Jereissati. Desde a campanha pelo *impeachment*, a prioridade do PSDB parecia ser uma aliança com perfil de centro-esquerda, em torno do nome de Lula. As negociações nesse sentido foram várias, durante os anos de 1992 e 93. Os obstáculos, já mencionados, eram a resistência da esquerda petista e as dissensões na campanha do plebiscito. Eleito pelo PMDB em 1986, juntamente com Mário Covas, na esteira do discurso feroz de Orestes Quécia pela captura do "boi gordo no pasto", no auge do Plano Cruzado, Fernando Henrique Cardoso, enquanto aguardava no posto de chanceler o final do seu mandato no Senado, tinha como perspectivas ou uma candidatura a deputado federal ou o simples retorno à vida acadêmica em 1994. Tasso Jereissati, como presidente do partido, veiculava um discurso que propunha basicamente a necessidade da integração do Brasil aos processos mundiais de modernização, que no

1. Esse discurso, e vários outros tópicos, pode ser conferido na longa entrevista de Lula publicada em *Novos Estudos CEBRAP* (Silva, L. I. L., 1993).

entanto viesse articulada à superação das amplas desigualdades sociais. Esse trabalho exigiria um Estado "mais eficiente", que evitasse ralos de desperdício na aplicação das políticas sociais. Isso por sua vez seria obtido na medida em que o clientelismo fosse substituído por uma política "mais contemporânea". Para a resolução dos problemas econômicos, especialmente no que tange ao equacionamento do problema da dívida externa e à necessidade de atração de capitais produtivos para a economia brasileira, a palavra-chave do PSDB era o resgate da "confiança" dos agentes econômicos no governo (cf. Jereissati, 1993a).

Quanto ao PFL, nunca possuíra um nome próprio com viabilidade eleitoral e ainda lembrava-se bem de sua tentativa anterior de vôo autônomo, com o canhestro desempenho de Aureliano Chaves em 1989. Na virada de 1992 para 1993, o presidente Jorge Bornhausen tentara viabilizar o nome do prefeito de Curitiba Jaime Lerner, então no PDT, para uma aliança com o partido. Embora Lerner se mostrasse disposto à empreitada, havia o obstáculo da inamovível candidatura presidencial de Leonel Brizola. O presidente do PFL tentou, sem sucesso, a costura junto a Brizola. O governador do Rio mostrava interesse numa aliança com o PFL, mas em torno do próprio nome. Lerner chegou a cogitar candidatar-se pelo PV, em coligação com o PFL, mas as conversas não evoluíram. No final de 1993, Bornhausen tentaria novamente sem sucesso demover Brizola de sua candidatura presidencial em favor de Lerner. Mas teria, além do mais, que enfrentar a oposição interna de ACM, que nessa mesma época tentaria de sua parte viabilizar o nome do ex-ministro Adib Jatene, tentativa igualmente malograda (cf. Dimenstein e Souza, 1994, p. 170-2). O que o PFL procurava era um candidato que não se parecesse consigo mesmo. Esse tipo de discussão interna ao maior partido do campo conservador revelava uma orfandade eleitoral que só poderia ser resolvida como acabaria sendo afinal: com uma aliança costurada em torno de um nome que obscurecesse o perfil conservador extremamente desgastado do partido e ao mesmo tempo trouxesse consigo os recursos políticos, simbólicos e materiais, próprios aos ocupantes de posições estratégicas no aparelho de Estado, uma vez que esta última, afinal, foi sempre a principal vocação do PFL.

7.2. O triste fim de Itamar Franco.

Contra este pano de fundo partidário, a presença de Itamar Franco na presidência da República acicatava a turbulência política e aumentava a sensação de debilidade do poder institucional. Desde a posse, ainda interino, Itamar abespinhara-se diante da ocupação de um cargo que, na intimidade, revelava a amigos não considerar como seu de direito. Cogitara por várias vezes, conforme relatos da imprensa, renunciar ao posto. Pensara também em adensar o movimento pela antecipação das eleições para 1993 ou antecipar a escolha de um primeiro-ministro em caso da vitória do parlamentarismo no plebiscito. O desgosto de Itamar com respeito à situação política em que se encontrava aumentava a sensação de instabilidade institucional, num momento em que o próprio sistema de governo estava prestes a ser submetidos ao crivo direto do eleitorado e a própria Constituição ao crivo da distribuição de forças no Congresso, isto é, às vésperas do plebiscito sobre sistema de governo e da revisão constitucional prevista na Constituinte de 1987-88. O estilo pessoal de Itamar tornou-se polo de atritos. Centralizou o quanto pôde, por exemplo, as decisões sobre privatização de estatais, dificultando-as, e canalizando para si as críticas do empresariado, que o acusava de diminuir o interesse de compradores nacionais e estrangeiros².

Mas a principal fragilidade do novo governo residia, certamente, na inexistência de uma política viável de estabilização monetária. Após curta passagem de Gustavo Krause

2. Segundo escreveu, em seu livro-homenagem ao "vulto político" de Itamar Franco, o então consultor-geral da República, José de Castro Ferreira, "depois que o governo recebeu todas as descargas da incompreensão e do açoitamento, tanto dos privatistas quanto dos estatizantes, ficou concluído, na esteira de esforço sobre-humano, o decreto que regulamentava a privatização no governo Itamar Franco, estabelecendo alguns pontos básicos: 1) O presidente da República poderia interferir a qualquer momento no processo e decidir sobre quaisquer matérias no âmbito do programa. 2) Os fundos de pensão das estatais não poderiam participar do programa de privatização. 3) A participação do capital estrangeiro em limite superior aos 40% já fixados em lei teria que ser regulamentada pelo Congresso Nacional. 4) A parcela de 'moedas podres' no pagamento das empresas privatizadas seria decidida em cada caso pelo presidente da República. 5) Antes de comprar a empresa, um novo controlador teria de resolver os contenciosos nas áreas ambiental, previdenciária e trabalhista acaso existentes. 6) A privatização também poderia ser feita com o aumento do capital social da empresa e com a renúncia ou cessão (total ou parcial) dos direitos de subscrição por parte da União ou da controladora. 7) A comissão diretora, com poderes totais para tomar decisões, estaria diretamente subordinada ao presidente da República" (Ferreira, 1995, p. 113-14)

pela direção da economia, ainda durante a interinidade, Paulo Haddad assumiu e procurou começar a gestão da política econômica pela tentativa de um ajuste fiscal, que incluiu o controvertido Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Mas sob a pressão de Itamar por resultados mais palpáveis contra uma inflação mensal que chegava aos 30%, logo lançou um pacote conhecido como “Plano Carnaval”, de resultado praticamente ineficaz. O lançamento das medidas, naquele início de 1993, fora uma “crônica do pacote anunciado”. O plano era discutido na imprensa desde 27 de janeiro, e sabia-se com antecedência que a idéia era uma tentativa de estabilização monetária com base em algum tipo de flutuação cambial, inspirada no pacote de Domingo Cavallo, ministro argentino da economia, com quem Haddad se reunira para discutir a questão já em dezembro de 1992. Após uma série de idas e vindas, com críticas públicas do presidente à área econômica e com direito a comentários críticos de Itamar contra as idéias assumidas por Haddad – especialmente a alta de juros –, o plano já surgiu desmoralizado a 17 de fevereiro. Que foi inócuo o revelam os números da inflação. O INPC acumulado nos quatro primeiros meses de 1993 chegou a 130,33%. Mês a mês, a inflação permaneceu alta e estável: 28,77% em janeiro, 24,79%, 27,58% e 28,37% nos meses seguintes.

De outra parte, a entrada de Luisa Erundina no ministério provocava, como se notou acima, grande desconforto no PT, afastando ainda mais o partido do governo. A adesão de Erundina havia sido discutida em reunião do diretório nacional do PT nos dias 06 e 07 de janeiro de 1993. A “ala radical” liderada pelo deputado Vladimir Palmeira, líder do partido na Câmara, contrária à participação no governo, detinha 26 votos, enquanto que a “ala moderada” liderada pelos deputados José Genoíno e José Dirceu detinha 25. “O PT e os partidos de centro-esquerda têm que oferecer um programa de emergência a Itamar e se ele aceitar alguns pontos mínimos, participar plenamente do governo” disse o deputado “moderado” Eduardo Jorge (PT-SP). A “ala radical” considerava o governo Itamar uma continuidade do governo Collor. O próprio Lula manifestou publicamente descontentamento com a hipótese de participação: “É um governo que coloca pessoas conservadoras para dirigir a economia, coloca conservadores para dirigir a agricultura, e aí quer dar um carguinho social para um partido de esquerda. Isso não é possível”, declarou o dirigente petista. Erundina, contrariando decisão do partido, aceitou o convite de Itamar a 22 de

janeiro (note-se: após quase um mês de desavenças internas, que naturalmente tiveram custos políticos variados). No PT, passou-se a discutir a possibilidade de expulsão da ex-prefeita. Antes mesmo de tomar posse, Erundina lançou sua candidatura ao governo de São Paulo em 1994, ocasionando já seu primeiro atrito com Itamar e piorando suas relações com o PT. O PSB chegou a oferecer a legenda à ex-prefeita para a candidatura. Itamar repreendeu-a publicamente. "A Erundina está fora do PT, não tenha dúvida", declarou o deputado José Dirceu (Folha de São Paulo, 21-26/01/93).

A 1º de março Itamar, sob críticas cada vez mais contundentes ao descontrole inflacionário que permitia, substituiu Haddad por Eliseu Resende. "É um fato político, não econômico", disse Delfim Netto sobre o novo ministro. "Itamar está cavando a própria sepultura", opinou, mais contundente, Antônio Carlos Magalhães. Eliseu anunciou medidas "ortodoxas": política monetária rígida, arrocho orçamentário com cortes de despesas, manutenção de juros altos, facilidades para entrada de capital estrangeiro e privatização mais agressiva. Sabidamente antipático a este tipo de política, o fato de escolher um ministro da Fazenda que a implementasse indica a disposição de Itamar de abrir mão de suas preferências em favor de qualquer "técnico" salvador que o ajudasse a produzir algum resultado positivo, mínimo que fosse, no campo da estabilização monetária. Indica também a força do consenso da direita, preservado no episódio da demissão de Collor. O pragmatismo a contragosto que Itamar levava a cabo tinha sua razão de ser. Crescia a impopularidade do presidente e o governo, a essa altura, passava a ser alvo de amplo coro de críticas, sendo quase unanimemente apontado como "imobilista". Falava-se em "sarneyzação" de Itamar, isto é, vislumbrava-se um governo fraco e ineficaz fadado a ser o alvo preferencial das críticas na próxima sucessão. Noticiou-se inclusive que ministros estariam articulando renúncia coletiva, estimulados pelo próprio presidente, cuja intenção seria antecipar o parlamentarismo e promover a escolha imediata de um primeiro-ministro de transição. No Congresso, uma nova rodada de declarações e articulações em favor da "governabilidade" revelava que alguns partidos, especialmente PMDB e PSDB, insistiam na idéia de permanecer atentos para amealhar o espólio de um governo auto-destrutivo que, avaliava-se, em poucos meses estaria completamente inviabilizado.

A situação da base de sustentação parlamentar era a mais precária desde Collor. O governo obtivera, durante a gestão de Paulo Haddad, o apoio de 375 parlamentares para a aprovação do IPMF. Após a nomeação de Eliseu Resende o cômputo era de que o apoio certo seria de 250 parlamentares apenas (a maioria simples era de 252), somados PMDB, PSDB, PP e a parcela governista do PFL (não alinhada a ACM), além de partidos menores como PL, PCdoB, PSB e PPS, que mantinham seu apoio. O governo afirmava ainda que contava com pelo menos 10 deputados de partidos não alinhados, como PTB, PRN, PRS, PV e Prona. Por sua vez, PT, PDT e PPR (fusão de PDS e PDC) encaminhavam-se cada vez mais para a oposição.

Mas a confirmação do presidencialismo no plebiscito de 21 de abril³, por larga margem, e a desarticulação crescente do governo Itamar anteciparam o início das discussões sobre as eleições de 1994, para a qual Lula e Maluf apareciam, então, como os candidatos mais cotados.

O plebiscito, no que tange às relações entre PT e PSDB, constituiu-se num complicador importante. O PSDB não apenas se via obrigado a sustentar a bandeira do parlamentarismo, constante do próprio estatuto do partido, como também lhe interessava muito mais, do ponto de vista de suas possibilidades de chegar ao núcleo do poder de Estado, um sistema de governo com o perfil parlamentar, dada a expressividade de várias de suas lideranças nas Casas Legislativas. O fato de que muitos petistas declarassem ser favoráveis ao parlamentarismo – na verdade muitos pensavam num sistema "à francesa", misto – havia feito com que os planos de entendimento entre PT e PSDB avançassem num raciocínio pelo qual a montagem de uma aliança parlamentar entre ambos poderia garantir um gabinete, inclusive majoritariamente do PSDB, ao lado do petista mais cotado, Lula, ocupando a presidência da República. Creio não ser exagero dizer que a situação ótima para viabilizar tal coligação teria sido a perspectiva factível de uma "dobradinha" com Lula como

3. Não há espaço, aqui, para abordar os argumentos formulados de lado a lado, entre intelectuais e políticos, em defesa da manutenção do presidencialismo ou da mudança ao parlamentarismo, no plebiscito. Para uma reconstrução desse debate, ver, por exemplo, Lamounier e Nohlen (1993), Almeida, M. H. T. (1993) e Alencastro (1993).

presidente e um peessedebista (Covas, Tasso Jereissati, Ciro Gomes ou Fernando Henrique) como primeiro-ministro.

Quando isso tornou-se quimera – diante da preferência de 60% da população, aferida nas enquetes, pela continuidade do presidencialismo, contra cerca de 25% pelo parlamentarismo⁴ e, já antes, diante da opção petista pela continuidade do sistema presidencial – a resposta dada pelo PSDB foi a de definir o lançamento de candidatura própria do partido à presidência. Essa decisão foi tomada oficialmente em reunião da executiva nacional do PSDB a 15 de abril de 1993, seis dias antes do plebiscito, embora o grupo de Mário Covas ainda apostasse na idéia de construção de uma aliança de centro-esquerda para 1994⁵. Nesse mesmo dia, Lula fazia, em entrevista concedida durante viagem aos Estados Unidos, uma previsão que se revelaria acertada: "Sozinho ficará difícil, muito difícil, para o PT ou qualquer outro partido de esquerda chegar à presidência" (Folha de São Paulo, 16/04/93).

A essa altura, levantamento do Datafolha sobre as preferências por candidaturas revelava mais uma vez a já mencionada ausência (muito semelhante à de 1989) de um candidato capaz de polarizar a disputa por parte da direita. Entre os eleitores que se diziam simpatizantes do PFL, por exemplo, 67% declararam preferência por candidatos de outros partidos (18% preferiam Paulo Maluf, 13% José Sarney, 13% Leonel Brizola, 10% Lula, 7% Orestes Quércia, 4% Tasso Jereissati e 2% Hélio Garcia), e apenas 18% expressaram preferências por candidatos do próprio PFL (12% para Antônio Carlos Magalhães e 6% para Joaquim Francisco). Mesmo um partido com um perfil mais ao centro e um eleitorado

4. Na apuração final: presidencialismo 55,5%, parlamentarismo 24,7%, brancos e nulos 19,8%; República 66,1%, Monarquia 10,2%, brancos e nulos 23,7%; deixaram de comparecer às urnas 25,76% dos eleitores, na média nacional; na região Norte do país esse número chegou a 47% (Fonte: TSE *apud* Folha de São Paulo, 28/04/93).

5. "Na avaliação dos tucanos, a provável vitória do presidencialismo impedirá alianças com PT, PDT ou PMDB no primeiro turno das eleições. Anteontem à noite [14/04/93], um grupo de tucanos liderado pelo senador Mário Covas (SP) havia se reunido na casa do ministro das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso, na expectativa de que ainda fossem tentadas alianças para a formação de uma chapa com o PMDB ou o PT. Jereissati, o governador do Ceará Ciro Gomes, Fernando Henrique Cardoso e até mesmo Covas – que já anunciou o desejo de concorrer ao governo de São Paulo – são os principais nomes do partido para concorrer à presidência da República", comentou reportagem da Folha de São Paulo (16/04/93).

de definição um pouco mais estruturada como o PMDB dividia-se entre três nomes: Orestes Quércia com 33%, seguido pelo governador Fleury com 19% e o ministro Antônio Brito com 17%. Segundo reportagem do jornal, tanto Quércia quanto Antônio Carlos Magalhães estariam dispostos a apoiar José Sarney em última hipótese, caso outras alternativas não se viabilizassem, o que pode ser lido, sem dúvida, como a própria imagem da orfandade eleitoral (cf. Folha de São Paulo, 22/04/93). Paulo Maluf, embora com densidade eleitoral, enfrentava o obstáculo dos altos índices de rejeição e da resistência de Antônio Carlos Magalhães no PFL. O líder baiano vetou pessoalmente uma chapa Maluf-Luís Eduardo Magalhães que o prefeito de São Paulo pretendia articular como forma de agregar o PFL a sua candidatura.

O cenário que emergiu do plebiscito, em suma, pode ser observado desde dois aspectos: de um lado, o completo esgarçamento da sustentação política de Itamar Franco, de outro, a precipitação da corrida sucessória de 1994, que no entanto distava ainda um ano e meio. O debate sobre a recorrente temática da "governabilidade", nesse contexto, apresentava então duas faces: uma acadêmica, onde predominava a preocupação com as condições institucionais mínimas de funcionamento do governo e do sistema político de modo geral, e onde a palavra-de-ordem era a implementação de *reformas políticas* que devolvessem as adequadas condições governativas às instituições, e outra face partidário-parlamentar, onde a questão-chave era articular blocos parlamentares ou quadros políticos capazes de preencher o crescente vazio político *a despeito e apesar da incômoda presença de Itamar Franco*. Havia porém, uma inegável convergência entre o discurso de certos setores da intelectualidade e da imprensa, de um lado, e certos setores partidários e parlamentares de outro: *a idéia de que a disputa presidencial caminhava para uma nova polarização direita-esquerda e que isso devia ser evitado*. Pelo primeiro flanco, o intelectual, esse discurso aparecia na forma de uma defesa do papel do "centro" político contra a fragmentação e a polarização, consideradas negativas. Pelo segundo flanco, no campo partidário, esse discurso aparecia como a necessidade de se articular uma "terceira via" entre Lula e Maluf.

Mais uma vez adensaram-se nesse momento as vozes que, desde a academia, pensavam junto ao público dos jornais o problema da "governabilidade". Sua falta era vista

como sinônimo da falta de um "centro" político que evitasse a polarização da competição e se dispusesse à agregação e à construção de soluções pactuadas. Sem pretender discutir aqui a eventual eficácia que esse tipo de proposição política poderia ter, chamo a atenção para o fato de que nela *a mobilização política da sociedade é pensada como evento claramente disfuncional*. Impossível deixar de notar, à luz do que se discutiu em capítulos anteriores, que no tipo de raciocínio que acompanha a disseminação desse ponto de vista a *estabilidade política democrática* parece não poder prescindir de alguma dose de – para ficar nas palavras de Huntington – *apatia política*. Tomemos duas passagens ilustrativas a respeito.

Quando o país vai mal, a demolição verbal e prática do governo tende a produzir bons dividendos eleitorais. (...) Afirmações atribuídas a Lula de que 'o governo Itamar não acabou porque nem começou', ou as investidas nacional-conspiratórias de Brizola, só servem para agravar a crise de governabilidade, *por razões estritamente eleitorais*. O país continua esquizofrênico. Viveu seu momento de euforia com o *impeachment*. Agora, volta ao desalento de um governo incerto e de uma classe política que, *nos seus extremos*, não está disposta a contribuir para que haja *condições mínimas de governabilidade*, nos longos meses que nos separam – queiramos ou não – das eleições presidenciais (Fausto, 1993, grifos meus).

Tradução⁶: o governo "incerto" e os "extremos" da classe política (direita e esquerda, suponho) são os responsáveis pelo "desalento" que seguiu-se à "euforia" da mobilização social, porque não contribuem para a "governabilidade". Mas só a esquerda – porque critica o governo "incerto" num afã "estritamente eleitoral" – aparece no raciocínio como agindo irresponsavelmente, e portanto gerando mais "ingovernabilidade".

Vejamos uma segunda passagem, escrita em defesa da necessidade de se antecipar o calendário da sucessão presidencial em função dos resultados do plebiscito.

A tendência é, portanto, de que as atenções dos vencedores [do plebiscito, os presidencialistas] se precipitem não em direção às reformas pactadas – como parece mais conveniente à *situação limite* que estamos vivendo – mas para a corrida presidencial que tem sido interpretada com otimismo como uma *radicalização antecipada* que pode ser favorável às mudanças (...). Convém alertar, no entanto, para os enormes riscos que estamos correndo com esta proposta *eleitoralizante* que *reacende as frustrações da campanha de 1989* e que vai dividir parte das lideranças

6. Esta prática deselegante de traduzir as palavras dos outros nas próprias tomei-a de empréstimo, naturalmente sem o mesmo brilho, ao radical Wright Mills, que em *A Imaginação Sociológica* cita extensas passagens de Parsons para "traduzi-las" em frases curtas, simples e reveladoras. Embora aparente arrogância, procedo assim com o objetivo exclusivo de apresentar um subtexto que penso existir na fala do citado, inferido a partir do viés particular que informa este trabalho.

expressivas do país em um grande Fla-Flu de Lula contra Maluf, deixando *outras forças entregues à orfandade partidária e ao imponderável das disputas políticas*. Podemos, portanto, acumular dois grandes males: fragmentação e polarização ao mesmo tempo. (...) Dificilmente a propalada 'radicalização' irá acordar a população de seu torpor, de sua apatia e de sua *indignação velada* diante deste descalabro que as elites políticas lhe oferecem de nem sequer *saber escolher* o sistema de governo que *melhor nos convém*. (...) Mas a situação está mudando e lideranças *responsáveis*, parlamentares, sociais, empresariais, *munidas de idéias e de números*, pensam já no dia de hoje, no dia seguinte, no qual parlamentaristas, presidencialistas, democratas de todos os matizes possam (...) iniciar entendimentos que já estão *amadurecidos pela consciência nacional*. (...) Essas idéias terão que reaproximar necessariamente, a agenda econômica e a agenda política. Glasnost sem perestroika é como eleição sem projeto nacional. É puro suicídio político (Camargo, 1993a, grifos meus).

Tradução: as reformas políticas e econômicas – necessariamente, as orientadas para o mercado – exigidas pela "situação limite" só podem ser engendradas por via de um pacto intra-elite, para o qual o parlamentarismo seria o formato ideal, e não como consequência do processo eleitoral, pois a polarização que este último está fadado a acarretar só serviria – além de permitir a vingança da esquerda pela derrota de 1989 – para deixar o centro, pólo de agregação por excelência (e celeiro do indispensável saber das "idéias" e dos "números"), fora da disputa, órfão, entregue ao "imponderável". Mobilizar o eleitorado não é a solução, pois o verdadeiro "descalabro" residiu no fracasso das elites em convencer o eleitorado de que o melhor sistema de governo é o parlamentarismo, não por coincidência considerado o formato ideal dos pactos intra-elite. Mas apesar de não ter optado pelo melhor formato institucional, a "consciência nacional" já está madura o suficiente para saber que governar é estabilizar a moeda e realizar o consenso do Estado mínimo. Resta que alguma elite "responsável", naturalmente munida do saber "das idéias e dos números", habilite-se a fazê-lo.

Distanciando-se um pouco das passagens citadas e levando em consideração o contexto político que vimos discutindo, o tipo de raciocínio subjacente a esta argumentação permite algumas inferências:

- 1) Como a "crise de governabilidade" é vista em geral como incapacidade do governo de solucionar problemas, e como o problema de maior "urgência" é a estabilização monetária, o argumento supõe que a governabilidade começará a ser readquirida no

momento em que a inflação estiver sob controle e que a fragmentação política que a dificulta for contornada.

- 2) Nesse quadro, a saída econômica funcional deve ser provida pelo concurso de algum saber "técnico" capaz de engendrar um plano, de preferência aliado à constituição de maiorias parlamentares estáveis, que possibilitem a implementação de uma política de estabilização exitosa, porque livre de "ruídos políticos", interpostos quer pelo clientelismo quer pela mobilização eleitoral.
- 3) Assim, a crítica ao governo "incerto" de Itamar promovida pela esquerda é *irresponsável* porque aposta na *mobilização* de vontades que podem vir a enfraquecer ainda mais o governo e, portanto, qualquer política de estabilização monetária. Daí que só restem, nesse momento, duas alternativas: *antecipar a eleição ou isolar a possibilidade de mobilização*.
- 4) Isso leva a crer que a ação *responsável* em prol da *governabilidade* está no comportamento da direita e do centro, que nesse momento lutam com todas as forças para ocupar espaços no governo, a despeito de Itamar.
- 5) A esquerda erra porque a saída para a crise não é mobilizar a cidadania e sim *prover-lhe* a estabilização monetária. A *mobilização* é, portanto, antônima da *capacidade governativa*.

Note-se, a propósito, que os debates de 1990 e 1991, discutidos em capítulos anteriores, traziam a marca nítida da contraposição entre um discurso tecnocrático da eficácia e um discurso jurídico da legitimidade formal, posta nos confrontos abertos pelo Plano Collor. Dois anos depois, essa disjuntiva parece diluir-se em função do momento de "emergência econômica". Nos artigos assinados, nas reportagens, nas entrevistas dos jornais e das TVs, políticos, empresários, economistas, intelectuais tendem predominantemente a encarar o problema institucional exclusivamente como um problema de capacidade governativa, despreocupados quase que por completo do problema da permeabilidade destas instituições à intervenção social. Passou ao segundo plano a discussão sobre os fundamentos da legitimidade do poder. O debate em torno da antecipação das eleições de 1994, que

disseminou-se aos próprios círculos palacianos e à mídia, é apenas um caso extremo de indiferença quanto às regras institucionalizadas da competição política⁷. *O discurso da legitimidade política subsumiu-se de modo evidente ao discurso da eficácia econômica.*

O que torna mais curiosa essa visão aligeirada do problema governativo – aligeirada justamente porque, diante da "emergência econômica" tornou-se indiferente quanto à legitimidade conferida pela lei – é que ela tomava como ponto de partida pressupostos rigorosamente falsos. Os dados da pesquisa Datafolha publicados no dia seguinte ao plebiscito – diferentemente, note-se, de toda discussão que se travava nos partidos e na imprensa –, embora apontassem a liderança de Lula seguido de Maluf, *não apontavam para uma polarização Lula-Maluf*. Os números eram claros: 22% das preferências para Lula, seguido de Maluf com 15%, Brizola empatado em segundo com 14%, Sarney com 9%, Quéricia com 6%, Tasso com 5% e ACM com 4% (Covas, candidato declarado ao governo de São Paulo, não entrou na pesquisa estimulada). Some-se a isso mais dois dados: 1) Tanto Lula quanto Maluf estavam em queda naquele momento (da ordem de 5 pontos percentuais cada um), tomando-se essa pesquisa de abril de 1993 com relação às anteriores, de março de 1993 e dezembro de 1992, enquanto Brizola estava em ascensão (também de 5%), considerado o mesmo intervalo. 2) Na pesquisa espontânea, Brizola superava Maluf (6% a 4%). Ora, não é preciso ser cientista político para chegar à conclusão óbvia: *fragmentação sim, polarização não*. Some-se as preferências por Sarney, Quéricia, Tasso e ACM (PMDB, PSDB e PFL), da ordem de 24%, para chegar-se à hipótese de que o espaço de crescimento para uma aliança de centro-direita era bastante significativo, talvez já naquele momento maior que as possibilidades de crescimento de uma aliança de centro-esquerda em torno de Lula. A suposta "orfandade" do centro-direita reduzia-se à falta de um nome eleitoralmente viável e com condições de articular esse campo, e não poderia ser confundida com a discussão sobre a "responsabilidade" ou "irresponsabilidade"

7. Cabe lembrar que Bolívar Lamounier insurgiu-se com veemência contra esse debate. "A persistência da crise econômica e o aumento das tensões sociais são às vezes invocados como argumento para a antecipação das eleições de 1994. É outro equívoco inaceitável. Admitir que as regras constitucionais possam ser alteradas quando a situação for considerada excepcionalmente grave por algum partido ou por qualquer parcela da sociedade é negar a própria necessidade de uma Constituição" (Lamounier, 1993).

da esquerda, o PT em particular, em costurar uma aliança que agregasse o "centro", o PSDB em particular.

Quanto à "instabilidade" do governo cabe lembrar, aliás, que no dia seguinte ao plebiscito, 22 de abril, Itamar Franco desautorizava publicamente a articulação de seus próprios ministros em favor de uma renúncia coletiva – urdida, ao que parece, no próprio epicentro do governo com a intenção de facilitar acomodações e demissões pontuais de ministros – deixando a impressão de que a "instabilidade institucional" propalada e debatida, ao menos do ponto de vista do governo, foi antes um artifício para sanar obstáculos de economia interna do executivo (cf. Freitas, 1993a).

É sintomático que nessa situação Itamar e Eliseu Resende tenham lançado solenemente, a 24 de abril, um "plano" governamental (precariamente apelidado ora de Plano Eliseu ora de Plano Itamar) visando ordenar alguns investimentos públicos e canalizar recursos para ações de cunho "social", ao lado de medidas administrativas e fiscais, sem contudo tocar de modo mais efetivo no problema da estabilização monetária. O discurso governamental, já a esta altura, era o de evitar "sobressaltos", como congelamentos de preços.

A crítica oposicionista acusava o plano de "empurrar com a barriga" o combate à inflação, deixando o ajuste ao sucessor, quando então seria inevitável um ataque mais direto aos "problemas estruturais" da economia. Acusavam sobretudo a recusa governamental a uma política que apostasse no "controle social da inflação", em moldes neocorporativos⁸.

8. A respeito das medidas do governo, Aloizio Mercadante e Guido Mantega escreveram: "A vaga consistência macroeconômica entre os cortes de despesas e o aumento de gastos e investimentos prenuncia que o governo vai continuar empurrando com a barriga os grandes problemas estruturais da economia brasileira, procurando manter a inflação num patamar razoável e garantindo um certo nível de desenvolvimento, para transferir o abacaxi do ajuste ao próximo governo. Daí a total ausência de uma política antiinflacionária, ou de uma proposta mais consistente para o equacionamento da dívida pública, a não ser medidas de efeito duvidoso como a reativação dos órgãos de controle de preços e a liquidação de empresas estatais. (...) [Fernando H.] Barbosa e [Fernando A.] Hadba [economistas da FGV-RJ, membros da secretaria de política econômica na gestão Paulo Haddad, que haviam publicado artigo acusando Mercadante de formular "crítica inconsistente" ao Plano Carnaval] acham que o controle social da inflação não foi adotado por nenhum país com uma inflação elevada e resistente a terapias de contenção monetária. O que vêm a ser então os acordos de preços e salários feitos em Israel, na Espanha e no México senão um controle social da inflação? (...) A estratégia de controle gradualista

Mais interessante à análise que se pretende aqui, porém, é o tratamento que a intelectualidade ligada ao PSDB deu ao plano. O argumento básico era o de que a falta de uma política de estabilização monetária era, em primeiro lugar, um indicador de puro populismo irresponsável de Itamar, visto como alguém despreocupado com um cálculo macroeconômico sólido em suas decisões e, em segundo lugar, um indicador de que, diante da falta de um projeto político "da sociedade", o governo não era capaz de assumir a devida autonomia frente a ela e *dirigi-la*, rumo à estabilização. O diagnóstico era, no fundo, o de que *faltava governo para viabilizar a estabilização monetária e para que as reformas orientadas para o mercado permitissem um ordenamento político e econômico com "menos Estado"*. Faltava, numa palavra, o *condottiere* da estabilização.

As seguintes passagens de artigos publicados na Folha de São Paulo naqueles dias parecem-me representativas desta posição, expressa justamente diante do último suspiro de Itamar Franco enquanto presidente de fato:

[O plano] parece, à primeira vista, revelar uma candente preocupação com o social que, inclusive, o presidente mistura com o seu desprezo pelo conselho técnico dos economistas. (...) O desempenho da economia será horrível, mas o plano não foi feito propriamente para isso (...). Trata-se de preencher os seis meses 'vagos' de que o presidente dispõe antes do início da revisão constitucional e da campanha presidencial. (...) Poderá ser um sucesso político: haverá clientelismo à larga e obras a inaugurar por toda parte. (...) Fracasso econômico, sucesso político: o velho paradoxo do populismo (Franco, 1993).

E, em outro artigo:

Traumatizadas pelos fracassos dos choques heterodoxos, ortodoxos e mistos anteriores, as elites querem uma 'estabilização sem sustos', 'sem violência'. Imobilizadas, não querem cirurgias, nem sequer antibióticos. Preferem a homeopatia. Fica clara, assim, a perplexidade e a falta de projetos da sociedade brasileira. Seu último projeto nacional foi político – a luta pela democratização, que permitiu a formação de um grande pacto político democrático popular entre meados dos anos 70 e o fracasso do plano Cruzado. Desde 1987 estamos no vácuo político. Collor

e moderado da inflação, com recuperação da economia, do Plano Itamar (...) [conta] com a simpatia de parte significativa do empresariado, que depois de ter confiado no choque recessivo de Collor, prefere conviver com uma inflação alta e realização de negócios, do que se arrastar numa longa recessão, de eficácia duvidosa sobre a inflação. (...) Mas corre sérios riscos no futuro próximo, advindos (...) de uma aceleração inflacionária que poderá ocorrer após a calmaria que deve suceder os primeiros momentos do plano (...). Isso inviabilizaria mesmo um crescimento moderado e o governo teria que gestar novas medidas, com certeza mais drásticas, para evitar a hiperinflação antes de 1995. Mas essa é a história do próximo plano." (Mercadante e Mantega, 1993).

tentou esboçar um pacto moderno, mas fracassou. A modernidade transformou-se em corrupção e arrogância. *Itamar, dividido entre o arcaico e o moderno, não tem forças para liderar um novo pacto político* (Pereira, L. C. B., 1993a, grifo meu).

Desnecessário preocupar-se em especificar, pois que evidente, o que o articulista entende aqui por "arcaico" e por "moderno". Mais evidente ainda é o que o artigo, quase premonitório, reivindicava: que alguém fosse capaz de fazer o que Itamar não era, isto é, engendrar um projeto – concebido a partir do Estado mas orientado para a satisfação dos interesses estratégicos de elites que, imobilizadas, não eram capazes de expressá-lo por conta própria – um projeto que vislumbresse o "moderno" mas que, ao contrário do de Collor, pudesse ser implementado com consequência *porque* apoiado no saber técnico e num pacto político agregador dessas mesmas elites.

Enquanto discutia-se o Plano Eliseu, crescia o prestígio do chanceler Fernando Henrique junto a Itamar. Já então um dos homens mais próximos do presidente, ele participara da elaboração das medidas apresentadas por Eliseu e chegou a causar atritos com a ministra do Planejamento Yeda Crusius que, por não ter sido convidada para as discussões do programa, viria a demitir-se em 6 de maio.

No âmbito dos partidos, por outro lado, é relevante notar que no PMDB naquele exato momento o governador Fleury articulava a destituição de Orestes Quércia da presidência da legenda (que antecipou-se e acabou por renunciar ao posto, assumido pelo senador gaúcho José Fogaça). Com o afastamento de Quércia, o PSDB ficou ainda mais distante do PT e mais próximo de uma coligação com o PMDB. Havia, já então, uma tentativa de costura em direção a uma aliança de centro-direita, em cuja discussão o principal temor do PSDB era o da perda de identidade própria. Tanto que em reunião da executiva peessedebista a 28 de abril, o que se procurava evitar era justamente que o partido aparecesse publicamente como mero agregado do PMDB⁹. A candidatura em mira era a do

9. "A Executiva do PSDB decidiu ontem reafirmar a decisão de disputar com candidato próprio a sucessão presidencial, mas a iniciativa é menos para valer e mais para evitar a impressão de 'liquidacionismo' do partido. A expressão 'liquidacionismo' foi usada pelo líder do partido na Câmara, José Serra, para se contrapor à impressão que, segundo ele, a mídia está dando de que o PSDB caminha inexoravelmente para aliar-se ao PMDB em 1994, em torno de uma candidatura peemedebista" (cf. Folha de São Paulo, 29/04/93).

ministro Antônio Britto, pelo PMDB (que aparentemente passava a ser mais viável com a saída de Quéricia do comando da máquina partidária), com apoio do PSDB.

Porém, no início de maio, num momento em que os partidos mais à direita, especialmente o PFL, pressionavam por uma reacomodação de forças através de nova reforma ministerial, vieram à luz acusações de favorecimento à construtora Odebrecht, por parte do ministro Eliseu Resende (que havia sido conselheiro da empresa entre 1983 e 1990). Resende teria intervido para facilitar a concessão de um empréstimo, através de um programa de "estímulo às exportações", no valor de 115 milhões de dólares, à Odebrecht que, segundo alegou, serviriam para que a empresa realizasse empreendimentos no Peru, os quais por sua vez serviriam para que aquele país saldasse dívidas com o Brasil da ordem de mais de 200 milhões de dólares. O empréstimo foi vetado pelo ministro da Indústria e Comércio José Eduardo de Andrade Vieira. O caso foi aproveitado pela ministra Erundina, que dirigiu pesadas críticas à Fazenda, num momento em que Eliseu vetava a concessão de reajustes ao funcionalismo pretendida pela pasta da Administração. Ao mesmo tempo, vieram a público notícias de que as obras de construção civil apontadas como preferenciais pela ministra do Planejamento Yeda Crusius haviam sido preteridas pelo Plano Eliseu em favor de outras obras, consideradas menos prioritárias, a serem realizadas pela Construtora Odebrecht. Iniciou-se aí um processo de intenso desgaste do ministro Resende e de conflitos no seio do governo entre políticos pró (especialmente Henrique Hargreaves, do círculo íntimo de Itamar) e contra Eliseu (especialmente Luísa Erundina, Vieira e o ministro da Agricultura Lázaro Barbosa), culminando em nova imobilização das ações governamentais, conquanto Itamar adiasse a decisão de uma demissão anunciada por todos como inevitável. O presidente pretendia ganhar tempo para viabilizar uma "ampla reforma ministerial", exigida especialmente pelo PFL como contrapartida ao apoio no Congresso. As coisas começaram a tomar ares de escândalo quando noticiou-se que as diárias de hotel utilizadas pelo ministro em sua viagem para a renegociação da dívida brasileira, em Nova York, haviam sido pagas pela Odebrecht.

Chegou-se a discutir a possibilidade da renúncia, desta vez do próprio Itamar, e falou-se como nunca em "vácuo de poder" e "risco para as instituições democráticas". E isso num momento em que os ministros militares esforçavam-se por "acalmar a tropa", em

vista da alegada defasagem salarial, o que por sua vez provocava a multiplicação das reuniões do Clube Militar. Se o burburinho na caserna não passou disso, é preciso notar que isso deve-se ao fato de que, desde o episódio da campanha pelo *impeachment*, os militares encontravam-se, de modo inédito na história republicana, deslocados do centro da agitação política. Buscando razões para este deslocamento, Velasco e Cruz (1997b, p. 404-7) argumenta que, desde o início da gestão Collor, os militares afastaram-se cada vez mais do governo. Por diversas razões, em especial: pelas pesadas restrições orçamentárias impostas por Collor aos militares, e suas conseqüências em termos de defasagem dos soldos e de desaparecimento das instalações e tropas; e pelo desestímulo e mesmo pela extinção dos projetos mais caros aos militares, como o Calha Norte. E isso, ainda segundo este autor, como sinais de algo maior: de que a nova agenda política assimilada a partir de Collor reservava aos militares um novo papel, desejado pelas potências internacionais, em especial os Estados Unidos, um papel que, dada a nova ordem internacional, não mais poderia apoiar-se na doutrina da Segurança Nacional. Se os rumores voltaram a ser ouvidos nos quartéis sob o governo Itamar isso certamente se deve à restauração de um discurso mais refratário ao ideário do Consenso de Washington veiculado por Collor, e a uma presença mais próxima da corporação militar aos espaços decisórios do governo. Nada, porém, que autorizasse falar numa retomada, pelos militares, de suas antigas pretensões políticas.

O PSDB, nesse momento de aumento das pressões contra Eliseu, passou a reivindicar também uma reforma ministerial ampla, para a formação de um governo de "notáveis", segundo a expressão do deputado José Serra. A 4 de maio Itamar convocou Eliseu para dar explicações sobre as acusações, e considerou-as a princípio "satisfatórias", segundo seu porta-voz. No dia 5, Eliseu foi também ao Congresso dar explicações aos parlamentares, que no geral consideraram suas afirmações evasivas. No dia 7, após a demissão de Yeda Crusius, Fernando Henrique Cardoso foi convidado para o Planejamento, mas recusou o cargo, que foi então ocupado por Alexis Stepanenko. Nos dias que se seguiram, a imprensa encarregou-se de explorar o caso Eliseu, com novas denúncias ou esmiuçamentos das já apresentadas. A paralisia de Itamar Franco diante da necessidade de resolver o problema deu vez a um rápido agravamento da situação política. Num momento em que se discutiam as mal traçadas linhas do "Plano Eliseu", as denúncias de que o ministro

cumpria no cargo o papel de lobista de empreiteiras fez com que a recorrentemente solicitada "credibilidade" governamental se esvaísse em definitivo. A exasperante seqüência de manchetes de primeira página da Folha de São Paulo sobre o episódio serve como amostra do clima que envolveu a situação. Dia 5 de maio de 93: "Itamar cobra explicação de Eliseu"; dia 6: "Congresso pede respostas a Eliseu"; dia 7: "Empréstimo de Eliseu fere norma"; dia 8: "Aumenta a pressão sobre Eliseu"; dia 9: "Eliseu já admite deixar governo"; dia 10: "Itamar perde confiança em Eliseu"; dia 11: "Eliseu admite que está desgastado"; dia 12: "Itamar espera que Eliseu se demita"; dia 13: "Eliseu dá explicações e Itamar adia a decisão"; dia 14: "Itamar teme crise institucional"; dia 15: "Procuradoria investiga Eliseu"; dia 19: "Itamar prepara reforma para afastar Eliseu"; dia 20: "Demissão de Erundina inicia reforma". Foram exatos 15 dias de completa paralisia, verdadeira eternidade política, que serviram para que se condensassem todas as avaliações negativas a respeito do que foi chamado de "incapacidade", "despreparo", "falta de habilidade política" (e muitos outros adjetivos) de Itamar Franco e para tornar o presidente, afinal, um simples refém de qualquer força política que se habilitasse a resgatá-lo do fundo de poço em que se via.

7.3. A hora e vez da estabilização monetária.

As imagens da crise estavam por toda parte. Em charge do cartunista Glauco publicada na Folha de São Paulo de 8 de maio de 1993, Itamar Franco era retratado como o feirante da barraquinha de abacaxis, ao lado de uma placa onde se lia: "precisa-se de ajudante". Na capa da revista *Veja*, com data de 14 de maio, se via um minúsculo Itamar diante de uma enorme onda prestes a engoli-lo, sob a manchete "A crise e o homem: o papel do presidente num Brasil sem rumo".

Este governo não é um governo comum [escreveu Tasso Jereissati, presidente do PSDB, em sua coluna na Folha de São Paulo publicada no mesmo dia em que Fernando Henrique era convidado para assumir a Fazenda]. Ele é consequência de um movimento nacional contra os maus hábitos políticos e administrativos. É um governo que tem mandato de 18 meses. E dele não se exige nem se espera grandes reformas estruturais ou econômicas, ou grandes realizações. O que se exige, isso sim, é que o governo estabeleça três premissas básicas da sociedade: a restauração

da moralidade pública; o funcionamento da máquina pública e o controle da inflação (Jereissati, 1993b).

Governo sem rumo e sem forças, rendeu-se aos que, imaginava, seriam capazes de viabilizar "tecnicamente" e "politicamente" um programa efetivo de estabilização monetária. A trajetória governamental de Itamar, nesse aspecto, foi a mesma de Collor: após a insistência irracional (no sentido mesmo de inadequação meios-fins) nas próprias idiossincrasias, via-se na necessidade imperiosa de fazer concessões, por meio das quais comprava apoios a contragosto e pagava pelo preço mais alto. A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o ministério da Fazenda, a 21 de maio de 1993, além de representar uma concessão que valeu a Itamar a perda de fato do controle da administração, assumia o aspecto de uma cerimônia de lavagem das mãos (que não impediria, note-se, novos arroubos governativos de Itamar no futuro próximo). A crise provocada pelas denúncias contra Eliseu e, especialmente, as críticas que partiram da ministra Erundina eram apontadas naquele momento como os fatos responsáveis pela mudança radical de rumos imposta pelas circunstâncias a Itamar. Como exemplifica a seguinte versão jornalística:

Ao disparar sua metralhadora giratória, a ministra Erundina tinha plena consciência de que não deixaria ao presidente outra saída senão demiti-la. Ao mesmo tempo, porém, encostava Itamar contra a parede, forçando-o a decisões reveladoras. Demitida Erundina e mantido Eliseu, ganhariam força as versões de uma 'direitização' do governo. Da mesma forma que se interpretaria como 'esquerdização' do governo uma eventual derrota de Resende na definição dos salários do funcionalismo. A 'convocação' de Fernando Henrique Cardoso, nessas circunstâncias, surge como saída providencial, capaz de interromper o processo de radicalização a que o país estava sendo empurrado (Biondi, 1993, grifo meu).

Fernando Henrique, até então chanceler, assumiu como o quarto ministro da Fazenda em 232 dias do governo Itamar Franco. A principal exigência do providencial indicado foi a de contar com "carta branca" para montar as equipes e gerir a economia. Começava aí um governo híbrido, no qual o presidente de direito, em termos práticos, cedia a gestão pública ao PSDB. "Se o ministro Fernando Henrique tiver carta branca para implementar sua política econômica, nós o apoiaremos [o governo Itamar] de corpo e alma, dispostos a correr qualquer tipo de risco", disse Jereissati (Folha de São Paulo, 21/05/93). Não houve, porém, carta branca.

Os embates internos ao governo passariam então a dar-se entre uma lógica tendencialmente autônoma dos novos gestores e as recaídas periódicas em que, vez por outra, Itamar exercitava suas veleidades de mandatário. Já de saída, manteve no Planejamento (cargo sobre o qual Fernando Henrique reivindicava o direito de nomeação) o interino Alexis Stepanenko e nomeou, sem ouvir o novo titular da Fazenda, Osiris Lopes Filho para a Secretaria da Receita Federal. Nesse embate, a principal intenção do PSDB era, desde o início, tentar afastar do comando da articulação política do governo o amigo íntimo de Itamar Franco Henrique Hargreaves.

Iniciava-se também, é importante destacar este ponto, uma inesperada reversão de expectativas. Da sensação de "instabilidade" iminente passou-se com notável rapidez a um clima de "alívio", em que despontavam os sinais de satisfação do empresariado e dos meios de comunicação com o "alto nível" do ministro e sua equipe. Principiava um período de entusiasmo, no qual a grande preocupação era fazer com que o presidente não "atrapalhasse" a equipe econômica¹⁰.

Não vou dar sustos no mercado. Não temos que ter aflições, temos que ter confiança. Não vai haver surpresas nem passes de mágica. O Brasil não pode ziguezaguear. O programa do ministro Eliseu é realista e tem de ser cumprido. A prioridade número um do povo brasileiro é conter a inflação (Folha de São Paulo, 21/05/93).

Essas foram as primeiras declarações de Fernando Henrique como ministro. A simples listagem da equipe de colaboradores diretos "de alto nível" convocada pelo novo ministro (ainda mais se cotejada aos nomes de seu futuro ministério, em 1995) já é suficiente para dar a certeza de que sua presença significou de fato a montagem de um governo

10. As declarações de empresários, economistas, políticos e intelectuais sobre a nomeação não podiam ser mais entusiastas. A título de exemplo: "É uma pessoa extremamente qualificada, preparada para a função pública, desapegada de qualquer interesse pessoal, com ampla militância no Congresso e na vida política brasileira. Terá certamente condição de fazer uma administração em benefício do país", disse o presidente da FIESP Carlos Eduardo Moreira Ferreira. "Em um quadro de incertezas, a nomeação de Fernando Henrique é animadora", disse Mailson da Nóbrega. "Ele é respeitado, tem prestígio nacional e internacional", disse o presidente do BID Henrique Iglesias. "Fernando Henrique tem estatura e combustível para pilotar o grande pacto político do governo", disse um de seus antecessores, Gustavo Krause (Folha de São Paulo, 21/05/93). Ou então: "Que Brasília deixe de ser um incinerador de lideranças e um altar de sacrifícios e que passe a ser, com a ajuda dos homens e mulheres de boa vontade, o incinerador dos gases que nos sufocam. Que os anjos protejam o sociólogo que detecta e o político que negocia: o novo ministro Fernando Henrique", escreveu em artigo a então presidente da ANPOCS Aspásia Camargo (1993b).

paralelo ao de Itamar Franco, encravado no ministério da Fazenda. Os nomes foram divulgados pela imprensa com o destaque que teria um novo gabinete: Pedro Malan, como negociador da dívida, Winston Fritsch, como secretário especial de política econômica, Gustavo Franco, como secretário adjunto de política econômica, Clóvis Carvalho, na secretaria executiva do ministério, Edmar Bacha, como assessor especial no Rio de Janeiro e José Roberto Mendonça de Barros e André Franco Montoro Filho, como assessores especiais em São Paulo, além de Sinésio Sampaio e Júlio César Gomes, diplomatas alocados na chefia de gabinete e na secretaria particular do ministro, e, finalmente, Murilo Portugal (ex-coordenador do programa de desregulamentação no governo Collor) como secretário do Tesouro Nacional. Osiris Lopes Filho, conforme já dito, fora indicado por Itamar para a secretaria da Receita Federal e, completando a equipe, os presidentes do Banco Central, Paulo César Ximenes, do Banco do Brasil, Alcir Calliari e da Caixa Econômica Federal, Danilo de Castro.

Desde logo FHC era apontado como a “terceira via” reivindicada pelo “centro” e passava a falar em “entendimento” e “pacto” entre os partidos para “tirar o país da crise”. Como observou Roberto Mangabeira Unger, já num artigo publicado a 28 de maio,

o novo ministro da Fazenda aceitou o cargo porque quer ser candidato à presidência da República como agente da ‘terceira via’ entre a direita e a esquerda. (...) A política econômica deles [FHC e equipe] tem que (...) produzir resultados nos 11 meses que o ministro tem antes de desincompatibilizar-se [do cargo para concorrer às eleições] (Unger, 1993).

Análise que o PSDB, por motivos óbvios, recusava. Mas o próprio tom do discurso peessedebista pode servir-nos como indicativo das pretensões presidenciais imediatas do partido. É um discurso que nega a vinculação umbilical evidente que passa a existir entre o partido e o governo (como forma de resguardar-se de um eventual insucesso) e, ao mesmo tempo, nega o vínculo entre a ascensão de Fernando Henrique e sua candidatura presidencial (como forma de resguardar-se das críticas contra o “oportunismo” do partido). Era a senha de uma estratégia de proteção do candidato da lógica dos embates próprios a uma disputa eleitoral, que aliás viria a dar o tom da campanha de 1994. No início de junho de 1993, o presidente do PSDB escreveu:

É importante observar que o ministro Fernando Henrique Cardoso não é, neste momento, um representante do PSDB no governo. Ele é o ministro que representa a confiança do presidente Itamar Franco e a esperança dos brasileiros. Nesta hora de crise tão aguda não há a distinção partidária. (...) A sucessão presidencial deve, então, ser assunto absolutamente esquecido, pois ela impede a construção da obra capaz de estancar a inflação (...) (Jereissati, 1993c).

O INPC de maio, aliás, chegou a 26,78% e ingressaria na casa dos 30% a partir do mês seguinte. Enquanto Itamar Franco atravessava o mês de junho às voltas com a reforma ministerial, o Congresso marcava para 6 de outubro o início da revisão constitucional. O novo ministro da Fazenda via na reforma uma oportunidade para lançar as bases da estabilização monetária, através de medidas que promovessem o equilíbrio orçamentário a partir do qual fosse possível implementar uma política antiinflacionária (embora não tencionasse esperar até outubro). A própria revisão, no entanto, era objeto de controvérsia, entre juristas e políticos, quanto a seu alcance e suas prerrogativas.

Já a defesa de um "pacto nacional contra a inflação", por Fernando Henrique, naturalmente restringia-se ao plano discursivo. Destinava-se primordialmente a introduzir um "clima de entendimento" acerca das propostas que seriam encaminhadas naquele momento ao Congresso, como "medidas complementares ao plano enviado pelo ex-ministro Eliseu Resende" (cf. Folha de São Paulo, 31 de maio de 1993). O PNBE, no entanto, chegou a propor a criação de uma "frente solidária de combate à inflação", que, diferentemente do apoio quase desesperado da FIESP a qualquer medida que a equipe econômica tomasse, defendia o ajuste fiscal mas propunha "cortes seletivos" no orçamento, de modo a não comprometer gastos sociais básicos. O momento era de fortes pressões de outros ministérios contra os cortes anunciados por Fernando Henrique como necessários. A 14 de junho, o ministro da Fazenda apresentou em rede nacional de TV um conjunto de medidas na área fiscal, com o objetivo de "sanear as contas públicas", apelidado por alguns de "Plano Verdade", e pediu apoio da população à aprovação das medidas pelo Congresso. Por enquanto, era tudo que tinha em mãos. Mas era o suficiente para inaugurar a mais importante simbiose política da conjuntura, estabelecida entre o ministro e a mídia. Difícil era localizar os espaços em jornais e revistas em que se tecessem críticas à iniciativa. A propósito, escreveu o ombudaman da Folha de São Paulo:

O ministro conseguiu algo cada vez mais inédito na mídia brasileira, uma unanimidade em favor do que não passou de uma manifestação de intenções bem parecida com as de muitos de seus antecessores. É curiosa essa atitude favorável a Fernando Henrique e a seu plano. Ela parece, sintomaticamente, reeditar o período de lua-de-mel que às vezes se estabelece entre imprensa e 'novo governante'. (...) A torcida por Fernando Henrique (...) é também reflexo do evidente fascínio que a figura do ministro por vários motivos exerce sobre as redações (Santos, M. V., 1993).

Enquanto o novo ministro ensaiava suas ações futuras, a oposição buscava pautar a conjuntura com temas que lhe propiciassem maior mobilização de recursos. Como grande força do campo oposicionista, o PT realizava seu 8º Encontro Nacional, de 11 a 13 de junho de 1993, em que reafirmava suas críticas à condução da política econômica e propunha, como forma de contrapor-se a seus efeitos, retomar a luta pela "ética na política". Fica claro, nesse momento, a opção petista por uma pauta de luta basicamente "política", calcada na tentativa de resgatar o tema da "ética" como contrapartida reivindicativa da sociedade em resposta a uma política econômica excludente. E o fazia em contraste com a tendência que se desenhava no PSDB e no governo de priorizar uma pauta basicamente "econômica", calcada no tema da estabilização monetária. Na "Carta de Brasília", documento do 8º Encontro do PT se lê:

O sentimento de frustração e desencanto contamina a população. Toda a esperança de resgate da dignidade de nosso povo, que emergiu do movimento pelo *impeachment* e cresceu com a queda de Collor, desapareceu do cotidiano da população. A impunidade dos envolvidos no esquema PC-Collor, uma inflação mensal superior a 30%, o desemprego e a violentíssima concentração de renda, em um contexto em que o país não tem sequer uma política salarial mensal, vão aprofundando a crise e ampliando a exclusão social. O governo Itamar não reverteu o processo de privatização, permitiu que ocorressem processos escandalosos, como o caso da CSN, e agora fala em ampliar e acelerar esse processo terminal de privatização do Estado. (...) As elites conspiram contra os direitos sociais da Constituição e tentam aprofundar o ajuste neoliberal na revisão constitucional marcada para 5 de outubro. (...) É preciso reverter o imobilismo que se espalha pelo país e atinge os movimentos sociais. É preciso revigorar as lutas sociais e mobilizar a sociedade civil e os trabalhadores, para resgatar o significado do Movimento pela Ética na Política e impedir a continuidade do arrocho de salários, do processo inflacionário e o agravamento da crise econômica e social (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 545).

Com base nessa avaliação, o PT decidia investir suas energias em uma ação política que compreendia 6 prioridades para a conjuntura: 1) empreender uma ampla

mobilização social pela aprovação da política salarial de reajuste mensal de salários apresentada pelo deputado Paulo Paim; 2) participar ativamente "das mobilizações em defesa da reforma agrária" deflagradas pelo MST; 3) desencadear campanha nacional contra a revisão constitucional, "denunciando as iniciativas e propostas dos partidos de direita e do empresariado, que pretendem revogar os direitos sociais, sindicais, e aprofundar o ajuste neoliberal"; 4) elaborar propostas de políticas públicas "que representem os interesses dos trabalhadores e aprofundem o processo de democratização da sociedade", ampliando a visibilidade social do "modo petista de governar" presente nas administrações municipais; 5) "retomar a mobilização do povo pela punição já de todos os envolvidos no esquema PC-Collor"; e 6) mobilizar a sociedade para ampliar a campanha de combate à fome.

Assim, [conclui o documento,] o PT considera que os objetivos dessas lutas consubstanciam a conquista da cidadania para milhões de excluídos, o resgate da solidariedade e da ética como valores na sociedade e permitem a formulação de alternativas para a produção e a distribuição de riqueza e renda no país (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 546).

A 20 de junho, pesquisa Datafolha apontava Lula com 26% em primeiro lugar, empate entre três candidatos em segundo lugar – Maluf com 13%, Brizola e Sarney com 12% cada – e FHC, aparecendo pela primeira vez nas pesquisas, com 9%. Mais que a simples preferência, uma outra pesquisa Datafolha, publicada em 4 de julho, traçava, a partir de respostas espontâneas e múltiplas dos entrevistados, o *perfil esperado* do próximo presidente. "Honestidade" foi o requisito apontado por 61% dos entrevistados, quando solicitados a listar as "principais qualidades" que o presidente deveria ter, seguido de 19% para "combater a pobreza", 18% para "experiência, competência", 12% para "resolver os problemas econômicos", 6% para "resolver os problemas sociais". Esse dado aponta para o fato de que o eleitorado vislumbrava, ao compor o perfil pessoal do governante ideal, uma liderança cuja imagem pública fosse a de um anti-Collor. Ética pessoal e moralidade na política parecem ser aqui as palavras-chave. Ora, o candidato "mais honesto" na visão dos mesmos entrevistados era Lula (para 19%, seguido por Sarney, Maluf e Brizola, apontados por 10, 7 e 5% respectivamente). No entanto, quando a pergunta se referia aos principais *problemas que deveriam ser combatidos* pelo próximo presidente, a quase unanimidade apontava em outra direção: 65% apontaram problemas econômicos como prioridade,

enquanto que saúde foi a prioridade lembrada por 24%, educação por 24%, pobreza por 16% e habitação por 15%. Isto é, os "problemas econômicos", vistos como apartados dos "problemas sociais", sobrepujavam, no âmbito do senso comum, a estes últimos. Por exemplo: o combate à inflação foi espontaneamente lembrado por 20% dos entrevistados como uma das principais prioridades do próximo presidente, enquanto que apenas 7% lembrou-se de listar entre suas prioridades o combate à corrupção – e isso embora 50% tenham colocado como fundamental o requisito "não ser corrupto" para o futuro mandatário. Assim como o "econômico" afastava-se, no imaginário popular, do "social", afastavam-se igualmente o "ser" e o "fazer". Nesse sentido, de pouco valeria, levando em consideração os dados desta enquete, a lembrança de Lula como "o que mais defende os pobres" – 40% o viam assim, contra 6 a 8% para cada um dos concorrentes (cf. Folha de São Paulo, 20/06 e 04/07/93). Porque no momento de buscar aquele que melhor poderia resolver os "problemas econômicos", considerados mais importantes, o eleitorado demonstrou tendência a responder em termos de aprovação ou desaprovação a políticas efetivamente implementadas pelo governo, isto é, responder ao "fazer" e não ao "ser".

Dito de outro modo: a pesquisa indicava uma tendência à consolidação de um quadro de preocupações, por parte do eleitorado, relativas à implementação de políticas econômicas, notadamente a de estabilização monetária. Pela experiência acumulada pelo eleitor médio desde o Cruzado – isto é, uma experiência de não-participação no processo decisório ligado à implementação da política antiinflacionária – combate à inflação significa um plano "técnico" do governo que detenha a elevação dos preços. O eleitor responderá a ele positiva ou negativamente – inclusive e principalmente do ponto de vista eleitoral – conforme observar, como resultado, a elevação ou contenção da subida dos preços. Do ponto de vista da oferta desta política, isto é, do ponto de vista das forças políticas em competição, para submeter-se a este tipo de escrutínio popular, é óbvio, é preciso *estar no governo*, situação na qual, por sua vez, não há comparação nem concorrência possíveis. Paradoxalmente, não há competição, portanto.

Essa diferenciação, na cabeça do eleitor, dos pesos atribuídos às ações dos que estão "no poder" e dos que estão fora dele – e considere-se aqui todo o peso da dimensão estatal na cultura política brasileira – evidentemente redundava em aumento dos riscos aos

detentores de posições estatais, no que respeita às possibilidades de fracasso das políticas implementadas. Mas também secciona, por outra, a arena eleitoral em dois terrenos distintos: de um lado, o terreno do escrutínio popular a uma política pública efetivamente implantada, terreno de perfil eminentemente plebiscitário, em cujas dimensões não cabe a competição entre diferentes políticas possíveis; e, de outro, o terreno usual da competição entre projetos de poder, ou entre propostas de políticas públicas específicas. A arena eleitoral que se formava em direção à sucessão de 1994 começava então a seccionar-se entre uma dimensão *plebiscitária* – que se organizaria nos meses seguintes em torno da política de estabilização monetária – e uma dimensão *competitiva* – que se organizaria em torno das políticas propostas, como virtualidades, pelas forças políticas em disputa.

Viabilizar o projeto presidencial do ministro da Fazenda afigurava-se, assim, como a melhor possibilidade de encaixar alguém de carne e osso ao perfil esculpido pela enquete citada acima. Mais que isso, porém, fazia com que a disjuntiva voto plebiscitário-voto competitivo – de resto presente em qualquer campanha eleitoral – se encaminhasse, com a opção do governo híbrido Itamar-Fernando Henrique de conceber uma política de estabilização monetária a ser implementada em período eleitoral, no sentido do franco *predomínio da dimensão plebiscitária sobre a dimensão competitiva*. Foi nesse contexto que empresários da FIESP, sindicalistas da Força Sindical e personalidades criaram o movimento “Decola Brasil”, em claro apoio ao ministro e a sua candidatura.

Mas os entraves às iniciativas de Fernando Henrique multiplicavam-se. Dos 6 bilhões de dólares que pretendia cortar do orçamento da União, só obteve um corte previsto da ordem de 4 bilhões. Em julho, em meio a outra tensão no governo - desta vez no ministério da Justiça, devido à fuga de PC Farias do Brasil - o Congresso aprovava reajuste mensal dos salários em 100% da inflação passada (projeto Paulo Paim), o que provocou novas divergências no interior do governo, entre o presidente e a equipe econômica. "Podem me tirar do governo, mas não vou ceder às pressões de ninguém – nem mesmo do presidente da República – nem fazer um *strip-tease* por dia", havia dito o ministro da Fazenda em pronunciamento na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, referindo-se à necessidade de "arrumar a casa" (Folha de São Paulo, 30/06/93).

A idéia de organizar as finanças públicas encontrava eco não apenas na base governista no Congresso. Na relação do novo ministro com o PT, àquela altura, estava em jogo tanto um interesse mútuo em contribuir para alguma "ordem na casa" que evitasse problemas por demais candentes já no início do próximo governo, quanto levava-se em consideração também, ainda naquele momento, alguma possibilidade de entendimento entre PT e PSDB, se não mais visando uma composição de chapa como se pensava antes, ao menos para uma aliança num eventual segundo turno das eleições de 1994. No dia seguinte à aprovação do reajuste de 100% no Congresso, Fernando Henrique recebeu em audiência o deputado Aloízio Mercadante, fato que parece indicar alguma intenção recíproca em manter aberto, ainda naquele momento, um canal para eventuais composições. O deputado encaminhou ao ministro proposta de discussão de uma política salarial com as centrais sindicais, antes de um veto puro e simples, por parte de Itamar, aos 100%. Fernando Henrique se manteve inflexível. Itamar anunciou uma tentativa de entendimento em torno da política salarial, mas acabou vetando o projeto aprovado no Congresso. A contenda em torno da política salarial durou toda a segunda metade de julho¹¹, mas Fernando Henrique acabou dando a palavra final: editou MP que estabelecia redutor da correção mensal de 10 pontos percentuais abaixo da inflação passada¹².

11. Mais uma vez utilizo uma seqüência de manchetes da Folha de São Paulo como retrato da atuação de Itamar. Os títulos listados refletem a morosidade da ação do governo e as dificuldades de articulação entre o presidente, sua equipe econômica, o Congresso, trabalhadores e empresários, no caso da política salarial. "Itamar adia decisão sobre salários" (20/07/93); "Reajuste salarial divide governo" (21/07); "Itamar tenta ressuscitar o pacto: presidente adia decisão sobre salários, marca nova reunião e procura ganhar tempo propondo 'entendimento'" (22/07); "Governo busca romper impasse salarial: para oferecer alternativas de ajuste salarial, Planejamento pede concessões a empresários na área fiscal" (23/07); "FIESP prevê fracasso na negociação: Federação quer que Itamar decida ajuste salarial; Centrais ameaçam deixar discussão se índice não superar 60%" (27/07); "Freire acha que veto será derrubado" (28/07); "Governo impõe redutor para salário: reajuste de 100% será vetado e substituído por MP que determina correção de dez pontos abaixo da inflação" (29/07); "Centrais tentam derrubar redutor: CUT e Força Sindical pressionam Congresso a mudar MP dos salários" (30 de julho).

12. O debate em torno do reajuste e sua relação com uma possível disparada da inflação dava-se justamente entre as posições que viam uma relação direta entre ambos – "O reajuste mensal complica o equilíbrio das contas públicas e joga para o alto as expectativas", escreveu o ex-ministro Gustavo Krause – e as que viam no reajuste uma defesa legítima do poder de compra dos trabalhadores, conjugada a uma pressão política sobre o governo – "Com o reajuste mensal as perdas diminuem, mas poderão realimentar o processo inflacionário por um período provisório, mas forçará o governo a agir" [sic], escreveu Aloízio Mercadante (Folha de São Paulo, 03/07/93).

Uma certa sensação de "perda de tempo" pairava como nunca sobre o governo Itamar-Fernando Henrique naquele momento. Como assinalou Bresser Pereira:

Fernando Henrique Cardoso e sua equipe estão enfrentando sua primeira crise. Haviam pensado um cronograma para a estabilização, que começaria pelo ajuste fiscal ora em curso, seria seguido pela revisão constitucional e a reforma tributária, no segundo semestre, e se completaria no início do próximo ano com o plano de estabilização propriamente dito. Agora, com a crise provocada pela lei de correção salarial, seguida pela decisão do presidente de iniciar um processo de acordo social permanente entre empresários e trabalhadores, esse cronograma estaria sendo atropelado, causando visível irritação, menos no ministro e mais nos membros de sua equipe. (...) E um número crescente de pessoas preocupa-se com o problema do 'timing'. As perguntas se sucedem: 'não estaria escapando a Fernando Henrique a chance? Não estaria ele começando a desgastar-se?' Ainda há tempo para Fernando Henrique. Ainda há tempo para o Brasil, porque se o ministro fracassar não sei o que será do país. É sabido que ele é a última esperança do governo Itamar. Se falhar, viveremos um ano de caos em meio a uma campanha eleitoral (Pereira, L. C. B., 1993b).

A 28 de julho, nova MP do governo cortava três zeros da moeda e criava o Cruzeiro Real. Como ainda cabia ao Congresso apreciar uma eventual derrubada do veto presidencial ao reajuste de 100%, FHC ameaçou demitir-se caso a correção mensal dos salários pela inflação fosse afinal aprovada. Não foi. Confirmando a tendência que se desenhava desde a posse de Fernando Henrique, o executivo e o próprio Congresso tornavam-se, de modo especial a partir deste episódio, prisioneiros da perspectiva de viabilidade da política de estabilização gestada pela equipe econômica do PSDB.

Mas nem só de contenção salarial vivia a tentativa de estabilização. Desejavam seus gestores, também, valer-se da revisão constitucional para promover "as reformas que o Brasil precisa", isto é, viabilizar alguma forma de limitação dos "direitos sociais excessivos" com os quais, pelo discurso oficial, o Estado em crise não tinha mais condições de arcar. Embora esses gestores não contassem com propostas articuladas de reforma fiscal ou do sistema previdenciário, entre outras, a intenção que se desenhava era a de utilizarem a revisão para concentrar meios governativos, orçamentários em especial, nas próprias mãos. Bom indicativo disso é que em agosto de 1993 o "Decola Brasil" - com Moreira Ferreira (FIESP) e Medeiros (Força Sindical) à frente - promovia manifestação contra a proposta das oposições de adiamento da revisão constitucional. Começava a tornar-se mais claro o roteiro: primeiro, controlar o déficit orçamentário, depois, aprovar reformas liberalizantes na

revisão constitucional ainda em 1993; e em 1994, finalmente, aplicar um pacote monetário cujo calendário coincidissem com o processo eleitoral. Era uma aposta tida como arriscada, em cujo sucesso a principal força política cotada para a sucessão de Itamar, o PT, não acreditava.

Nova pesquisa Datafolha, publicada em 15 de agosto de 1993, mais uma vez desmentia a suposta polarização Lula-Maluf e apresentava a liderança do candidato do PT com 27% das intenções, seguido por José Sarney com 13%, Maluf com 12%, Brizola com 9%, Fernando Henrique com 7% e ACM com 4% (Folha de São Paulo, 15/08/93).

Embora tivessem conseguido assumir o controle sobre a política salarial – em 18 de agosto de 1993 o Congresso aprovava o redutor do reajuste¹³ – entre os integrantes da equipe de Fernando Henrique Cardoso a pretensão maior parecia limitar-se, naquele momento, a evitar uma hiperinflação. Segundo a crônica, foi nesse período que Edmar Bacha pensou a idéia geral e as linhas básicas do plano de estabilização monetária. Mesmo duvidando do sucesso completo da iniciativa, sua intenção era a de, ao menos, resguardar as biografias dos envolvidos, evitando um descontrole tão generalizado quanto o que se dera sob Mailson da Nóbrega na virada de 1989 para 1990. Em reunião informal da equipe no apartamento de Fernando Henrique, a 6 de agosto, Bacha opinou que o momento pedia algo mais que a iniciativa posta em curso pela equipe em 14 de julho, que soava como simples continuidade do "Plano Eliseu". Embora em público o ministro fizesse o discurso do combate "sem sustos" à inflação, visando sua derrubada gradual, a equipe sabia perfeitamente que isso não bastava. A idéia de Bacha, apresentada na reunião, era substituir o cruzeiro real por uma "moeda forte", vinculando todos os contratos da economia a um indexador, que poderia ser o próprio dólar ou a UFIR. Aproveitando sugestões lançadas em artigos de André Lara Resende, propôs a encampação da idéia de "bimonetização" daquele economista, isto é, manter por algum tempo a coexistência entre a atual moeda e uma outra

13. Com a aprovação, decidida num dia de forte tensão para a equipe econômica no Congresso, tornava-se lei a política salarial estabelecida por MP: os salários no valor de até 6 salários mínimos seriam reajustados mensalmente em 10% menos que a inflação passada, os demais estariam sujeitos a livre-negociação; os resíduos seriam repostos quadrimestralmente, mas apenas nas datas-bases das categorias; a recomposição do salário mínimo seria feita em janeiro, maio e setembro, descontadas as antecipações (cf. Folha de São Paulo, 19/08/93).

moeda indexada ao dólar (ou à UFIR), que num segundo momento substituiria a primeira, mas já na condição de moeda estável. Bacha tinha em mente uma "ufirização": o governo lançaria, em vez de uma nova moeda, um novo indexador geral (que bem poderia ser a UFIR), estimulando as pessoas a substituírem a moeda antiga por esse indexador em seus contratos, até o ponto em que a troca definitiva de moeda se tornasse viável.

Viviam-se dias bastante conturbados. Dois massacres, um de índios Ianomami, por garimpeiros, em Rondônia – que serviu de inspiração à criação de um ministério extraordinário para a Articulação de Ações na Amazônia, que foi ocupado pelo embaixador Rubens Ricúpero –, e outro de 21 moradores da favela de Vigário Geral, pela PM do Rio, chocaram a opinião pública e geraram protestos em todo o mundo. Quase ao mesmo tempo, um choque entre policiais e manifestantes (da UNE e CUT) no leilão de privatização da COSIPA, em São Paulo, deixara 20 feridos. Privatização esta, aliás, também cercada de denúncias de favorecimento a um amigo do governador Fleury, o que acabaria levando ao rompimento deste com o governo Itamar e, por pouco, não levou à saída do PMDB do governo. Esse rompimento, por sua vez, acabou por fortalecer, paradoxalmente, a posição interna de Quércia, já montado em discurso de oposição a Itamar, e que continuava suas costuras de bastidores com vistas à convenção partidária que escolheria o candidato do PMDB.

Conturbados também eram os dias da equipe econômica e do ministro-candidato. Quando entrou setembro, além do INPC de agosto na casa dos 33,34%, eles viam-se já na necessidade de providenciar soluções que lhes possibilitassem o início das articulações propriamente políticas, que amarrassem plano e candidatura. O prazo para mudança de filiação partidária se esgotaria em dezembro de 1993, dali a três meses apenas, e algumas costuras poderiam envolver trocas de partidos. O mais importante, porém, é que estavam no cargo havia quatro meses já, e tanto o impaciente Itamar quanto a opinião pública só tinham como resultado até então o crescimento tranquilo e gradual dos índices mensais de inflação, diante da aparente platitude dos gestores da economia. Para agravar a situação, já em agosto Itamar decidira mexer na equipe econômica. Diante da resistência do Banco Central em conceder maior prazo para troca de cheques pré-datados – necessária por causa do recente corte de três zeros da moeda –, demitiu o presidente Paulo César Ximenes.

A equipe relativamente inexperiente de Fernando Henrique sofria uma baixa importante e o ministro decidiu movimentar-se no sentido de recompô-la. Na verdade, viu no episódio a possibilidade de um salto além, no sentido da incrementação do *think tank* necessário à concepção e à gestão do plano esboçado por Bacha. Trouxe para o centro da equipe inicialmente Pedro Malan, então negociador da dívida, alocando-o na presidência do Banco Central e, ao mesmo tempo, André Lara Resende, então sócio do banco Matrix, que assumiu o lugar de Malan na negociação da dívida. Mais que a função específica, Fernando Henrique naturalmente contava com a participação de Resende na formulação das políticas de ajuste. Mas não era só. Com o episódio da privatização da COSIPA e os mencionados atritos entre Itamar e o governador Fleury, uma nova demissão naquele início de setembro (a do presidente do BNDES, Luiz Carlos Delben Leite, ligado ao governador de São Paulo) ofereceu nova oportunidade para o reforço da equipe da Fazenda. Quem assumiu o BNDES a 13 de setembro foi Pérsio Arida. Além de contar agora com uma trinca de ex-mentores do Plano Cruzado – Lara Resende, Arida e Bacha – Fernando Henrique deslocou Gustavo Franco para o cargo de diretor da área externa do Banco Central, com o objetivo de operar um dos pontos nevrálgicos do plano em preparação: a política cambial (cf. Dimenstein e Souza, 1994, p. 112-16)¹⁴.

Enquanto isso, a popularidade de Itamar caía a níveis inferiores aos de Sarney e Figueiredo, superando apenas a de Collor no momento do *impeachment*. Nesse contexto, crescia muito a pressão por medidas rápidas e mais efetivas, enquanto FHC debatia-se por um ajuste fiscal cada vez mais difícil, especialmente depois que o Supremo Tribunal Federal vetou o IPMF. Só se falava em “antecipar o choque”. Capa da revista Istoé, por exemplo, estampava a seguinte manchete: “Sr. ministro, o povo exige Pacote Já!”. Fernando Henrique reagiu afirmando que “a sociedade está esquizofrênica”, isto é, dizia, ao mesmo tempo, querer e não querer um choque (Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1993).

14. “Já não entendo mais nada. Quanto pior a crise, quanto mais o presidente briga, melhor fica para nós”, teria comentado Edmar Bacha, referindo-se às demissões promovidas por Itamar que acabaram possibilitando um reforço inesperado no time de cérebros da equipe econômica (Dimenstein e Souza, 1994, p. 116).

Assuntos que pareceriam impensáveis no ano anterior, como "crise institucional" ou mesmo "golpe de Estado" se recolocavam, insistentes, nas páginas de jornais e revistas.

Fábio Wanderley Reis foi enfático a respeito:

Passada a euforia produzida pela entrega do ministério da Fazenda a Fernando Henrique Cardoso, com suas qualidades pessoais especialíssimas, o desalento ressurgiu aos poucos. E o tema da crise institucional e de um possível golpe volta a ocupar espaço nos jornais. Essa volta poderia ser descartada como devendo-se ao alarmismo de alguns ou à ação de pescadores de águas turvas não fosse por um aspecto: o próprio Fernando Henrique, do alto de sua autoridade, não apenas como ministro da Fazenda e peça principal do governo Itamar, mas também como analista consagrado da realidade brasileira, adverte explicita e enfaticamente para a possibilidade de que as eleições de 1994 não se realizem (Reis, F. W., 1993).

Em meados de setembro de 1993, Fernando Henrique e equipe reuniram-se com a cúpula do PSDB (Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Mário Covas e José Serra) para acertar as articulações entre a implementação do plano de estabilização monetária e a campanha eleitoral de 1994. Do convencimento da cúpula sobre a viabilidade do plano dependia a possibilidade da candidatura do ministro. No encontro, Edmar Bacha apresentou um documento intitulado "Bacha 1", que continha as duas primeiras fases do plano: a aprovação de diversas emendas na revisão constitucional, que ampliassem os mecanismos disponíveis de gestão econômica, e em seguida a introdução do novo indexador geral. O primeiro obstáculo, porém, vinha do déficit público, estimado pela equipe em cerca de 20 bilhões de dólares (na casa de 5% do PIB) para o ano de 1994, em vista da previsão de arrecadação. Sem o equacionamento do problema orçamentário, afirmavam, as medidas teriam vida curta demais. A saída exposta no "Bacha 1" era a de um "fundo de emergência" que desse "flexibilidade" quase irrestrita à equipe para realocar e cortar recursos destinados a rubricas específicas. Com ele, seria possível manejar com liberdade de 15 a 20% de todo o orçamento, montante em que estariam incluídas retenções de recursos destinados a estados e municípios e boa fatia dos destinados à seguridade social¹⁵. Segundo o relato de Dimenstein

15. A equipe de Fernando Henrique, após constatar que a proposta orçamentária para 1994 enviada, como de praxe, pela Seplan ao Congresso a 31 de agosto de 1993, apresentava, implícito em suas projeções, um elevado déficit primário (isto é, o déficit correspondente à diferença entre receitas e despesas não financeiras), reformulou completamente a proposta orçamentária, de modo a embutir uma projeção de superávit primário que atendesse às despesas do governo com juros. Foram apresentadas duas outras propostas orçamentárias referentes ao ano-base de 1994: uma em meados de dezembro de 1993 e outra já em novembro do próprio ano de 1994, alterando a primeira. O superávit primário projetado foi de 7,7

e Souza (1994, p. 117-121) sobre a reunião, Mário Covas mostrou-se cético com a proposta, que se baseava na tentativa de confiscar dinheiro de prefeitos e governadores, sem congelamento de preços e sem previsão para a queda da inflação. Imaginava que o "fundo de emergência" jamais passaria no Congresso às vésperas de um processo eleitoral, o qual além disso pressionaria fortemente em sentido contrário ao controle do déficit público (opinião que era compartilhada, nesse aspecto, com Lara Resende e Arida).

Instalava-se a partir de então, no seio da equipe, uma certa tensão entre os que defendiam um *timing* considerado adequado à implementação das três fases do plano – sendo a primeira, reunir condições para o controle do déficit público; a segunda, lançar indexador geral e re-pactuar todos os contratos privados com base nesse indexador e a terceira, lançar a nova moeda – e os que alegavam que a última fase deveria necessariamente vir alguns meses antes das eleições, pois só com ela a inflação sofreria de fato um corte e cairia para índices próximos a zero. Se o calendário eleitoral não fosse milimetricamente conjugado ao calendário do plano de estabilização monetária, argumentava-se, de nada adiantaria ter em mãos um bom plano, porque fatalmente seria interrompido pela derrota eleitoral. Ou, em hipótese ainda mais pessimista, aproveitado por um futuro governo Lula do qual seus autores estariam alijados. Bacha, Lara Resende e Pêrsio Arida defendiam inicialmente a tese de que só haveria condições de lançar a nova moeda em janeiro de 1995, data aliás prevista no "Bacha 2", documento que trazia novos desdobramentos da estratégia de estabilização. Malan acompanhava, com discrição, esta posição¹⁶. Já Clóvis Carvalho e

bilhões de dólares e o seu saldo operacional acabou sendo nulo, uma vez que a diferença correspondia justamente à previsão de juros. Quanto ao déficit da Previdência, os indicadores são os seguintes: os benefícios pagos, que giravam em torno de 62% da arrecadação previdenciária no final do governo Sarney, passaram a quase 80% no final da gestão Collor e chegaram a 95% em 1993. A equipe trabalhava com a previsão de que a Previdência pagaria em benefícios, em 1994, mais que sua arrecadação. De outra parte, as despesas referentes à assistência médica, que chegaram a um pico de 35% da arrecadação previdenciária durante o governo Collor, foram repassadas pela equipe de Fernando Henrique à pasta da Saúde, ao mesmo tempo em que o gasto com pessoal foi drasticamente reduzido, de uma média histórica de 25% para 8% da arrecadação previdenciária em 1993 (cf. Velloso, R., 1995, p.06-13).

16. Dimenstein e Souza (1994, p. 122 e segs.) narram uma reunião para a qual Pedro Malan convidou seu amigo pessoal Francisco Lopes, sócio da empresa de consultoria Macrométrica. Lopes defendeu uma implementação lenta do plano, poupando-o dos ataques que receberia ao longo do processo eleitoral, tanto de adversários políticos como das pressões que seriam impostas ao orçamento. No que foi contraditado por Clóvis Carvalho.

Winston Fritsch – e naturalmente o próprio ministro Fernando Henrique – estavam decididos a arriscar a tentativa de estabelecer a simbiose entre estabilização e eleições. Aos poucos, no correr dos últimos meses de 1993, a equipe abandonaria a intenção de reformas mais profundas na revisão constitucional e se concentraria na solução emergencial representada pelo fundo proposto por Bacha.

Na última semana de setembro já se noticiava que um esboço do plano de estabilização estava sendo encaminhado à apreciação e devida chancela do FMI. Ao desembarcar em Washington no dia 22 o secretário de política econômica Winston Fritsch declarou que trazia "o esqueleto de um plano de desindexação da economia" à reunião. As declarações causaram mal-estar no Congresso e na própria direção do Fundo, já que o plano permanecia secreto em território nacional. No dia seguinte, para evitar a demissão do assessor, Fernando Henrique repreendeu-o publicamente pela indiscrição: "Ele tem que dar um desmentido cabal porque isso não é verdade. Se o secretário é milagroso, ele vem para o meu lugar ou ele cala a boca", declarou o ministro. Entrevistado durante a reunião do Fundo, Fernando Henrique afirmou: "Estou de mãos abanando. Programa eu não tenho" (Folha de São Paulo, 24-26/09/93).

Ao mesmo tempo, o movimento de oposição à revisão constitucional ganhava corpo, tanto na sociedade civil - com o lançamento, a 13 de setembro, da segunda "Carta aos Brasileiros", do jurista Gofredo da Silva Telles Jr. - quanto através de manobras parlamentares para limitar seu alcance. O que estava em jogo neste debate eram dois tipos de interesses conflitantes: de um lado, o interesse do governo/PSDB de utilizarem-se da revisão, sobretudo pela enorme vantagem que seria operar com maioria simples e votações unicamerais, para implementar uma série de reformas da estrutura do Estado que apontassem para o caminho da desregulamentação da economia; de outro o interesse das oposições (e também de parte das próprias forças governistas) em evitar justamente este processo, sob o argumento de que a manutenção do sistema republicano-presidencialista no

plebiscito impedia, constitucionalmente, este tipo de reforma¹⁷. Aprovou-se afinal o início da revisão, mas com uma agenda limitada de reformas.

No plano dos partidos, a convenção do PMDB realizada em setembro gerava eventos importantes para o esquadramento da corrida sucessória de 1994. Orestes Quércia, até então dado como decadente no interior do partido, em vista da ascensão da liderança do governador Fleury sobre parte das bancadas peemedebistas de São Paulo e outros estados, fechou acordo com o ex-presidente Sarney e elegeu o presidente do partido, o deputado catarinense Luís Henrique. Ele foi, aliás, o único candidato a concorrer ao cargo, inviabilizando inclusive a candidatura do líder do governo, Pedro Simon, obrigado a retirá-la antes do início dos trabalhos. Esse quadro apontava para um afastamento maior entre o partido e o governo Itamar – leia-se afastamento da possibilidade de montagem da chapa PSDB-PMDB, com a dobradinha FHC-Antonio Britto, pretendida por Itamar – e reforçava as chances de uma candidatura Quércia ou Sarney pelo partido. O resultado levou Simon a pedir demissão da liderança do governo no Senado e os ministros do PMDB a colocarem seus cargos à disposição do presidente da República no dia seguinte à Convenção, mas, bem ao feitio peemedebista, não formalizou o rompimento aberto com o governo (Folha de São Paulo, 14/09/93). A querela interna prosseguiria, no entanto – por pressão de diversos governadores, especialmente Fleury, que desejavam uma ruptura

17. Os argumentos do professor Goffredo da Silva Telles Jr., em sua "Segunda Carta aos Brasileiros" – vale lembrar que sua primeira "Carta", lançada em 1977, foi um marco do processo da luta pela abertura – são ilustrativos desta postura contrária à revisão: "Para as reformas na Constituição, dois processos existem: o das emendas e o da revisão. Mas, desses dois processos, o único a figurar no rol constitucional dos atos do processo legislativo é o da emenda. A revisão não se acha mencionada em tais atos. Aliás, a revisão não é citada nenhuma só vez, nos 245 artigos da Constituição (...). A revisão aparece em outro diploma legal. Aparece na lei anexa à Constituição, na lei denominada "Ato das Disposições Transitórias". A revisão surge, pela primeira e única vez no artigo 3º dessa lei (...). Não estando mencionada na lista completa do artigo 59, a revisão votada com quorum simplificado em sessão unicameral, é processo não reconhecido pela Constituição; é processo inidôneo para a execução de reformas em nossa Carta Magna. Diríamos que essa revisão é proibida pela Constituição (...). Se o eleitorado, por meio do plebiscito, houvesse optado pela forma monárquica e pelo sistema parlamentarista de governo, seria necessário, obviamente, alterar alguns artigos da Constituição, a fim de adaptá-la à decisão do povo. Para fazer essa eventual alteração, o Ato das Disposições Transitórias prescreveu, em seu artigo 3º, não a emenda, mas a revisão. Acontece, porém, que o povo, por meio do referido plebiscito, não optou pela mudança da forma e do sistema de governo. (...) Isso significa, simplesmente, que o povo manteve a forma e o sistema adotados na Constituição em vigor. O povo não autorizou a mudança. Logo, não autorizou a revisão (...)" (cf. Folha de São Paulo, 14 de setembro de 1993)

explícita – até que a 21 de setembro o conselho político do partido decidiu, por 25 votos a 22, permanecer no apoio a Itamar (Folha de São Paulo, 22/09/93)

Em 6 de outubro daquele ano de 1993 iniciava-se também, sob extraordinária expectativa, a revisão constitucional. No momento de sua instalação somavam-se nada menos que 17.246 propostas revisionais, que viriam a receber, ao longo dos trabalhos, 12.614 emendas, as quais incidiam sobre todos os artigos da extensa Carta de 1988 e versavam sobre assuntos que iam da quebra do monopólio da Petrobrás à concessão de um abono sobre a pensão dos seringueiros amazônicos convocados para a Segunda Guerra. O Congresso Revisor ostentava – ao contrário da legislatura anterior, responsável pela promulgação da Constituição – uma evolução ideológica predominantemente favorável às reformas orientadas para o mercado. Segundo *survey* feita no Congresso, 51% dos parlamentares (e 72% dos parlamentares de partidos de direita) declarava optar por "reduzir o papel do Estado" e "abrir mais a economia ao exterior" (cf. Tavares, 1994, p. 1-6).

Mas mal instalara-se a revisão constitucional, em meio a polêmicas regimentais, e o país já era sacudido por novas denúncias de corrupção, desta vez na Comissão de Orçamento do Congresso. Era de fato um problema não resolvido havia anos. Um esquema de corrupção envolvendo esta instância ganhara as páginas dos jornais já desde o final de 1991. Nessa época, atendendo denúncia do senador Eduardo Suplicy, a Polícia Federal abriu inquérito contra a Seval, empresa de intermediação de verbas que mantinha contrato com milhares de prefeituras (na verdade quase 10% de todas as prefeituras do país) para "agilizar" inclusão de pedidos e de repasses de verbas do Orçamento da União. A empresa era uma fachada para o trabalho de ninguém menos que o relator da comissão mista de orçamento do Congresso, deputado João Alves (PFL-BA, depois transferido ao PPR). Ele foi destituído do cargo pelos presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro, e do Senado, Mauro Benevides, e substituído pelo então líder do PFL Ricardo Fiúza. No entanto, um pedido de instalação de CPI, feito à época pelo deputado petista Jacques Wagner, da Bahia, foi arquivado em maio de 1992 (exato mês em que se discutia a instalação da CPI de PC-Collor), sob o argumento de que as "devidas providências" já haviam sido tomadas. Com a eclosão do escândalo do "Collorgate", o assunto foi abafado e perdeu visibilidade (cf. Krieger, Rodrigues e Bonassa, 1994).

Mas em 1993, foi inevitável. A 15 de outubro a Câmara instalava nova CPI para apurar denúncias feitas à revista *Veja* pelo economista José Carlos Alves dos Santos, assessor-chefe da Comissão de Orçamento. O assessor havia sido preso sob a acusação de haver mandado assassinar a própria esposa. Nas investigações, a polícia encontrou em seu poder mais de 2 milhões de dólares em dinheiro, guardados em casa. No inquérito policial, o economista denunciou, ao justificar a origem do dinheiro, propinas pagas a ele pelo próprio João Alves. Parlamentar veterano, que chegara ao Congresso em 1963, eleito pelo PTB de Jango, Alves, durante toda a década de 70 especializara-se no trabalho da pouco prestigiada Comissão de Orçamento. Nessa época o cargo era meramente decorativo, pois a Constituição de 1967 não permitia qualquer adendo à peça orçamentária apresentada pelo executivo. Chegou à presidência da comissão em 1988, quando a nova Carta possibilitou a apresentação de emendas pelo Congresso, e permaneceu no cargo no ano seguinte, passando à relatoria nos anos de 1990 e 1991, quando foi destituído pelo escândalo envolvendo a Seval.

O assessor José Carlos Alves dos Santos repetiu as denúncias do depoimento à polícia em entrevista à *Veja* e, desta vez, deu nomes aos bois, entre os quais figuravam ninguém menos que Ibsen Pinheiro, Mauro Benevides (presidentes da Câmara e do Senado durante o processo de *impeachment*), Genebaldo Correia (líder do PMDB), José Luís Maia (líder do PPR), Inocêncio Oliveira (PFL-PE, então presidente da Câmara), o ministro Henrique Hargreaves (por sua atividade como assessor da liderança do PFL, na época de Ricardo Fiúza e, depois, como diretor-geral da Câmara), entre vários outros, inclusive os governadores do Distrito Federal Joaquim Roriz, do Maranhão Edson Lobão e de Sergipe João Alves (homônimo do ex-relator da comissão de orçamento). Rapidamente, as investigações da CPI tomaram conta da cena política, senão pelas somas de dinheiro em questão, pela importância dos envolvidos (cf. Granato, 1994, p. 89-97).

A eclosão de mais esse escândalo deixava à própria sorte uma revisão constitucional desde sempre fadada ao fracasso. Desferia, além disso, mais um golpe no frágil governo Itamar, especialmente pelo envolvimento de Hargreaves, seu homem de confiança. Novamente aventou-se a antecipação das eleições. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) propôs da tribuna da Câmara a renúncia coletiva de todos os detentores de cargos

eletivos, para viabilizar eleições gerais que trouxessem novo fôlego à capacidade de iniciativa do governo e algum alento à cena pública. Itamar, para desespero da equipe econômica, mandou dizer, através do líder Pedro Simon (que ainda aguardava no cargo a escolha do substituto), em discurso da tribuna do Senado, que aceitaria a idéia "para o bem do Brasil". A bolsa de São Paulo fechou o dia em queda de 9,5%.

No dia 20 de outubro, com a notícia dos pedidos de demissão de André Lara Resende e Pêrsio Arida, embora "não aceitos", teve-se a sensação de que, nas palavras de Clóvis Rossi, "o governo Itamar acabou", dado o insucesso em promover qualquer política de estabilização. Dia 29, o ministro Hargreaves, envolvido no escândalo do orçamento, demitia-se. Matéria da Folha de São Paulo a 21 de novembro anunciava: "Crise abala Congresso, Itamar e a Democracia".

Os planos eleitorais do PSDB se haviam dissociado definitivamente dos do PT desde que, a 16 de outubro, o diretório regional de São Paulo do PT promoveu uma prévia entre dois pré-candidatos próprios ao governo paulista, José Dirceu e Telma de Souza, ato que inviabilizou por completo uma composição estadual com a qual sonhavam ainda Mário Covas e setores minoritários da direção petista. Sem acordo em São Paulo, uma eventual aliança em nível federal tornou-se ainda mais impensável. Itamar Franco, porém, continuava a ser o principal obstáculo aos planos do PSDB. Pressionado pela opinião pública e pelos aliados no Congresso, pressionava a equipe econômica por medidas imediatas contra a inflação. Além do mais, exigia que os ministros candidatos às eleições de 94 saíssem do governo ainda em 1993. Isso só não se viabilizou porque Itamar não conseguiu recompor o ministério e adiou o restante das mudanças para 1994. A essa altura, o Datafolha apontava 31% para Lula e 16% para Sarney, em segundo.

Em meio a essas pressões e a divergências no governo sobre a privatização da Petroquímica União e de empresas do setor elétrico, a equipe econômica insistia, ainda que num plano cada vez mais exclusivamente discursivo, na necessidade de um ajuste fiscal prévio às medidas antinflacionárias. Decidiu-se então aumentar alíquotas do Imposto de Renda e apresentar à revisão constitucional a proposta do Fundo Social de Emergência.

Em outubro e novembro de 1993 estabeleceu-se, em suma, uma dessas situações críticas em que o entrecruzamento de diferentes impasses coloca aos atores políticos a urgência da decisão e da ação. E os impasses eram muitos. As perguntas colocadas aos diferentes atores eram muitas também: deveriam aprofundar as investigações da CPI do orçamento e promover uma "operação mãos limpas" à italiana ou, por outra, fincar pé na necessidade da revisão constitucional como pré-requisito de um ajuste fiscal que possibilitasse a implementação, a seu tempo, de um plano de estabilização monetária?; deveriam apostar na prevalência da política, investindo uma vez mais na mobilização social contra as mazelas "éticas", ou apostar na prevalência da economia, investindo uma vez mais na lógica do insulamento burocrático tradicionalmente ligada à aplicação dos planos de estabilização monetária?; deveriam antecipar eleições, na tentativa quase desesperada de renovar os processos de legitimação, ou, justamente para evitar maiores desgastes à frágil institucionalidade democrática, preservar o calendário eleitoral?

Essas orações, note-se, estão sem sujeito não por falta deles, mas porque eram também muitos os possíveis, vários os que, naquele momento, poderiam escolher apropriar-se de cada uma das ações descritas pelos diferentes verbos.

Como frisou Renato Janine Ribeiro, analisando a situação que a CPI do orçamento levava ao limite:

É esse o dilema do Brasil, hoje. De momento, não se sabe para que lado pende a balança (...). Começou tudo, há um ano e meio, com o cerco ao grupo palaciano que se havia assenhorado da coisa pública. (...) O caso Collor também se abria para duas possibilidades. Podia resultar na desmoralização das instituições; era o que receava a maioria do empresariado, e até mesmo uma parte da intelectualidade que foi de esquerda. Mas o episódio acabou levando, por uma mobilização sem precedentes em nossa história, a uma retomada de fé no país (...). Faz parte dos momentos decisivos na vida que raramente eles se dêem no instante em que gostaríamos. Mas quando surge o momento certo, a oportunidade, aquilo que os gregos chamavam de 'kairós', tudo o que resta é agir (Ribeiro, 1993).

Fernando Henrique Cardoso agiu, como se verá mais abaixo.

7.4. Bases legais do darwinismo eleitoral.

Cabe a esta altura um parêntese para assinalar o modo pelo qual chegou-se a uma dos principais balizas institucionais do conflito político travado no período: a legislação eleitoral.

O trâmite do projeto de lei que regulava a matéria, de autoria do deputado José Serra (PSDB-SP), começou em agosto de 1993. Concomitante a isso, as investigações sobre o chamado "escândalo Paubrasil" vinham ocorrendo pelo menos desde julho. A Paubrasil era uma empresa de propriedade de um amigo de Paulo Maluf, usada como um "caixa 2" para doações ilegais de empresários à campanha do candidato nas eleições presidenciais de 1989 e para a prefeitura paulistana em 1992. Com as investigações, promovidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, revelaram-se listas de empresários que contribuíram com Maluf, levando pânico ao universo de possíveis doadores no pleito de 1994. Surgiram, em função disso, dois movimentos, entre alguns políticos da direita, que tinham dificuldades financeiras no pleito próximo, e empresários, que pressionavam os políticos com esse mesmo argumento: um, que acabou abortado, em favor da "anistia" aos doadores de campanhas anteriores¹⁸ e outro em favor de uma "regulamentação" das doações para a próxima campanha.

O projeto de lei em pauta visava atender essa segunda necessidade.

Primeiro, foi apresentada uma emenda à Constituição (a de nº 4, que viria a ser aprovada, antes mesmo da revisão constitucional, em 14 de setembro de 1993), de autoria do líder do PMDB na Câmara, o "anão" do Orçamento Genebaldo Correia, para alterar o artigo 16 da Carta. "A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação", dizia o artigo em mira. Ele foi alterado para a seguinte redação: "A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência". Segundo Tavares (1994, p. 12-15)

18. "Por falta de regras claras, o financiamento de campanhas sempre trilhou, entre nós, caminhos pouco ortodoxos. Nossa legislação simplesmente proíbe que empresas privadas colaborem nas campanhas. E todo mundo faz de conta que acredita. Ora, ao proibir algo que não é imoral, a lei eleitoral faz um convite irrecusável para que todos entrem na ilegalidade. As elites também fazem 'vistas grossas'. Em vez de criar uma legislação severa e transparente, onde a sociedade fique sabendo quem financia quem, preferimos o cinismo geral", argumentou o assessor da presidência da Confederação Nacional da Indústria, Nei Lima Figueiredo (1993), em defesa da anistia.

essa emenda, na verdade articulada pelo relator da revisão constitucional, deputado Nelson Jobim, era parte de um acordo com os governadores de estado. Pelo acordo, eles ganhariam a reeleição em troca de seu apoio a "emendas impopulares" (restrições a direitos sociais) a serem votadas na revisão que se avizinhava. Para isso, porém, era necessária a mudança no artigo 16. A oposição, por outro lado, acusaria o relator da revisão e as bancadas majoritárias de tentar, ao mesmo tempo, reduzir o mandato presidencial e inviabilizar a reeleição do presidente que seria eleito. Afinal, naquele momento, as maiores possibilidades recaíam sobre Lula.

Durante a negociação, no dia 19 de agosto, por decisão do colégio de líderes, o projeto de lei eleitoral suspendeu a obrigatoriedade de que as coligações em nível estadual fossem feitas entre os mesmos partidos que se coligassem a nível nacional, obrigatoriedade prevista na proposta original. Segundo o relator do projeto de lei eleitoral, deputado João Almeida (PMDB-BA), esta obrigatoriedade por ele introduzida destinava-se a exigir coerência na ação eleitoral dos partidos. Para os líderes, porém, a exigência "engessaria" os partidos. Nova iniciativa legislativa demonstraria, dias depois, o estado de espírito dos parlamentares para com a legislação eleitoral e partidária: a 24 de agosto foi aprovado no Senado substitutivo do senador José Fogaça ao Projeto de Lei Orgânica dos Partidos Políticos, reduzindo de 2 horas para 40 minutos o horário eleitoral gratuito a que os partidos tinham direito anualmente, para além do período de campanha eleitoral. "O objetivo da redução do horário gratuito foi tornar os programas dos partidos menos desagradáveis", informou Fogaça. Em seguida, o substitutivo do relator João Almeida, com os cortes e acréscimos feitos pelos líderes, foi aprovado na comissão especial que o apreciava a 25 de agosto, incluindo um teto máximo de US\$ 40 milhões de dólares para os gastos da campanha presidencial de cada candidato. Mas em 31 de agosto um novo acordo de lideranças estabeleceu que não haveria mais o limite máximo para os gastos de campanha, nem haveria mais obrigatoriedade de envio de balanços mensais especificando a execução dos orçamentos à Justiça Eleitoral, conforme previsto na proposta inicial do relator. "Tivemos que afrouxar a legislação porque, caso contrário, não seria possível aprovar a lei", disse o deputado João Almeida. A 2 de setembro, PT e PDT obstruíram a votação da lei em plenário, com sucesso, fazendo adiar a definição. Novo acordo, fechado no dia 9,

estabeleceu tetos de contribuições para as empresas, embora bem mais altos que os inicialmente previstos. Estabeleceu também a necessidade de haver uma bancada mínima de 15 deputados (3% da Câmara, menos que os 5% do projeto original) como requisito para o lançamento de candidatura própria à presidência, proposta que logrou obter o apoio dos pequenos partidos. O relator e o PSDB firmaram ainda posição em favor da obrigatoriedade da apresentação de imagens gravadas em estúdio para o horário eleitoral gratuito. PT, PMDB e PPR manifestaram-se contrariamente (Folha de São Paulo, 25 e 26/08; 1, 3 e 10/09/93).

No dia 15 de setembro, a Câmara aprovou a lei eleitoral e encaminhou-a à votação no Senado. Estabeleciam-se afinal limites de doação para empresas e pessoas físicas, mas desobrigava-se os partidos do principal: revelar os nomes dos doadores. Quanto ao prazo de filiações partidárias, foi fixado na Câmara em cem dias após a promulgação da lei, o que na prática significava que o prazo de filiação dependeria ainda do tempo de aprovação final da lei no Senado e, também, da vontade do presidente de sancioná-la. Naquele momento, os prazos para filiação, na prática, passaram a depender da vontade do executivo, o que certamente oferecia preciosa margem de manobra para composições.

A lei aprovada na Câmara determinou que todos os programas do horário gratuito – duas horas diárias nos 60 dias anteriores ao pleito – deveriam ser realizados em estúdio, proibidos explicitamente a apresentação de imagens externas, efeitos especiais e trucagens. O líder do PMDB, Genebaldo Correia, chegou a apresentar emenda em plenário prevendo que ao menos fosse permitida a apresentação de imagens dos comícios dos candidatos. A emenda foi rejeitada por 190 a 87 votos. Depois disso, o termo "Lei Falcão" voltou a ser pronunciado com insistência no Congresso¹⁹.

19. "Seria melhor ficar com a lei Falcão de uma vez. Pelo menos ninguém perdia tempo assistindo", reagiu o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "A intenção é que o horário seja realmente gratuito, não milionário como tem sido", justificou o deputado José Serra, líder do PSDB. "Eles estão com medo dos comícios que são mostrados na TV", declarou o deputado petista Valdir Ganzer (PA). "Um absurdo. (...) No momento em que a TV evolui, a gente volta a uma espécie de Lei Falcão. O que deveria ser feito não foi feito, que é obrigar os candidatos a debates", avaliou o publicitário Duda Mendonça, responsável pelos programas televisivos de Paulo Maluf. Já o próprio Maluf elogiou a nova lei, com um argumento significativo: "Dos presidencialíveis, sou o único que pode levar fotografias de obras para o estúdio", disse ele (Folha de São Paulo, 16 e 17/09/93).

Ao fim e ao cabo, após os trâmites no Senado, a lei eleitoral foi aprovada, institucionalizando, de três modos diferentes, os interesses da direita e do empresariado quanto ao regramento do pleito de 1994:

1. Limitou drasticamente os efeitos do horário eleitoral gratuito de TV, um dos poucos instrumentos à disposição para ampliar o interesse pelo processo eleitoral, sobretudo por parte das amplas maiorias desmobilizadas;
2. Legalizou a lógica de mercado subjacente ao financiamento privado, e portanto assimétrico, das campanhas eleitorais pelo grande empresariado; e
3. Contribuiu, uma vez mais e a exemplo do que ocorrera em 1989, para a desestruturação dos partidos políticos, por via da manipulação dos prazos de filiação partidária.

Vale a pena detalhar esses efeitos. Em primeiro lugar, a questão da imposição de limitações ao horário gratuito. Nos debates que se deram pela imprensa, é possível vislumbrar a argumentação forjada pelos diferentes interesses. O PT reclamava da perda de eficácia da campanha de TV, que considerava um de seus grandes trunfos, e o PSDB respondia que a pretensão era a "moralização" da campanha através do controle dos gastos.

Ao ressuscitar a Lei Falcão, [escreveu o deputado José Dirceu (PT-SP),] os tucanos eliminam no Brasil o único instrumento que democratiza a eleição e garante a todos os partidos competirem com o poder econômico daqueles que gastam até centenas de milhões de dólares em campanhas majoritárias. A televisão é imagem, a comunicação atual se dá pela imagem, mas os tucanos querem que os candidatos regridam à comunicação oral. Isso é o fim! O horário gratuito de rádio e televisão, como propõe o PSDB, perderá totalmente a eficácia em termos de comunicação. Sem o rádio e a TV como instrumentos democratizadores, o que vai predominar nas eleições é o poder econômico, exatamente o inverso do que é pretendido pela proposta aprovada. É contra isso que o PSDB deveria se levantar (Dirceu, 1993)

A "eficácia" pretendida pelo deputado petista referia-se claramente à possibilidade de mobilizar o eleitorado desorganizado do interior do país, que o PT pretendia apresentar em seu horário televisivo. Dias depois, o deputado José Serra rebatia com argumentos simétricos, afirmando que, sem os limites da legislação proposta, os programas se tornariam muito mais caros, gerando abusos do mesmo "poder econômico":

Ora, se um artista global não cobra para o PT na forma e no montante que cobra para outros, isso não significa evidentemente que o preço de mercado de seu trabalho seja zero. Explícitos, subsidiados ou indiretos, custos são custos e de alguma forma,

em algum momento, têm de ser pagos. Seria o caso de lembrar a máxima de Milton Friedman, até agora aceita por economistas das mais diferentes tendências: 'Não há essa coisa de almoço de graça'. Para Dirceu, há, ou pelo menos muito barato, quando preparado pelo PT. Na verdade ele confunde almoço subsidiado com almoço gratuito. Sem democratizar o uso do horário gratuito de TV, hoje diferenciado pelos custos milionários de produção dos programas, estimula-se o predomínio do poder econômico nas campanhas eleitorais, exatamente o inverso do pretendido pelo PT. E é contra isso e contra o esvaziamento político dos programas que esses militantes e parlamentares devem se levantar (Serra, 1993).

É certo porém que, sob o pretexto de supostamente reduzir os custos da campanha (o que obviamente não ocorreu), a nova lei eleitoral inviabilizava na prática o maior trunfo de mídia petista: exibir as imagens que vinha gravando da “Caravana da Cidadania” de Lula e de seus comícios. Ao mesmo tempo – e isso talvez seja o mais grave – deixava os candidatos à mercê da cobertura televisiva dos telejornais, usualmente discriminatória, conforme tornara-se evidente no pleito de 1989.

Esta Lei Globo, [escreveu Jânio de Freitas,] oficializa a TV Globo como o maior cabo eleitoral do presidente da República. Ao proibir que o programa eleitoral gratuito exiba quaisquer cenas externas, a lei retira aos candidatos a defesa mais eficaz contra a possível discriminação feita pelos telejornais. Na eleição presidencial de 1989, a Globo privilegiou, em tempo e em força das cenas exibidas no Jornal Nacional, os comícios e as manifestações pró-Collor. As campanhas de Lula, Mário Covas e Brizola tiveram o tratamento oposto. Para estes candidatos, o horário gratuito representou a oportunidade de exibir a verdadeira eloquência de suas campanhas, principalmente no caso de Lula, com seus comícios grandiosos. A nova lei cassa aos candidatos até esta oportunidade. E, como se os candidatos ignorassem a concentração do poder informativo e deformativo em uma só emissora, concedem ao absoluto predomínio de audiência do Jornal Nacional, ou por outra, aos seus orientadores e elaboradores, a possibilidade de influência eleitoral em dimensão sem precedente até aqui, em qualquer parte e em qualquer eleição. (...) A lei foi copatrocínada pelo PSDB, mas neste caso, a notar alguma coisa, só poderia ser a comunhão do partido e da emissora na oposição aos candidatos ditos de esquerda e nas expectativas depositadas em Fernando Henrique Cardoso (...) (Freitas, 1993b).

Criticada também pelo ministro Sepúlveda Pertence, do TSE, por “limitar a liberdade de expressão”, essa lei prenunciava um traço marcante das eleições de 1994: *a tentativa do PSDB/governo de conter qualquer mobilização eleitoral de massa durante a campanha, para que a disputa fosse limitada ao terreno da obtenção da aquiescência para com as políticas de combate à inflação, estratégia na qual reservou-se aos meios de comunicação de massa um papel de sujeitos políticos ativos.*

Em segundo lugar, a lei também evidenciou os conflitos envolvidos no problema do financiamento de campanhas. O estabelecimento de um teto para as doações de empresas com base num percentual de seu faturamento (2%), na prática permitiu a doação de vultosíssimas quantias, ocultadas sob o anonimato do doador. Considerando-se que na lista das 500 maiores empresas publicada pela Folha de São Paulo naquele ano, 265 empresas apresentavam faturamento anual entre 100 e 200 milhões de dólares, elas estariam autorizadas pela lei a aplicar entre 2 e 4 milhões de dólares cada uma no processo eleitoral de 1994. Só a empresa mais rentável do país naquele ano, a Autolatina, por exemplo, com seu faturamento superior a 5 bilhões, estaria autorizada a aplicar mais de 100 milhões de dólares na campanha. E mais: estavam todas elas estimuladas a fazê-lo, na medida em que esta doação implicava isenção de impostos aos doadores. Sem mencionar o risco óbvio de institucionalização da corrupção: rigorosamente nenhum mecanismo impediria a doação de uma quantia e a obtenção de um recibo "superfaturado", o que implicaria em lavagem de dinheiro de sonegação fiscal através do processo eleitoral. Para se ter uma idéia da magnitude dos valores, o escândalo da contribuição ilegal da Votorantim à campanha de Collor, revelada pela CPI de PC Farias, havia sido da ordem de 250 mil dólares, sem autorização legal e sem isenção de impostos (cf. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 1993).

Em terceiro lugar, cabe lembrar ainda a permissividade relativa aos prazos de mudança de filiação partidária. A liberdade de mudança de partido político pelos parlamentares, sem qualquer custo, permitida pela legislação eleitoral e partidária levou, mais uma vez, a uma troca intensa de legendas por parte de parlamentares de pouca expressão. Houve inclusive denúncias de pagamento em dinheiro pela troca, pois conquistar deputados significaria tanto ganhar o direito a lançar candidato próprio à presidência quanto o respectivo tempo de televisão. O PSD, uma legenda de aluguel com base principal em São Paulo, foi o epicentro desse escândalo. Segundo o responsável pelo "convencimento" de parlamentares para o ingresso no PSD, seu presidente nacional Luiz Paccas Filho, a coisa se dava do seguinte modo:

Eu cheguei para os caras e dizia que se eles se filiassem, poderiam fazer o que quisessem com a parte do horário eleitoral gratuito que é reservada à eleição estadual. Poderiam fazer acordos com os governadores, negociar cargos, o diabo. (...)

Eu só peguei deputado rabeira e ambicioso e eles concordaram em se filiar (Folha de São Paulo, 2 de outubro de 1993).

Apenas nos últimos 15 dias de setembro de 1993, o PSD passou de 6 para 20 deputados federais. As suspeitas eram de que o governador Fleury, que utilizava o PSD como linha auxiliar ao PMDB paulista desde sua campanha em 1990, estivesse por trás do esquema. Mas nada se apurou quanto a isso. Três deputados envolvidos foram cassados.

Depois desse episódio, outra legenda de aluguel, o PSC, arguiu junto ao STF a inconstitucionalidade das restrições aos pequenos partidos estabelecidas pela lei eleitoral e, ao mesmo tempo, pediu a anulação dos prazos de filiação partidária. A inconstitucionalidade foi aceita pelo Supremo, mas os prazos de filiação estabelecidos na lei eleitoral foram mantidos, frustrando os planos de Sarney, que pretendia, como recursos derradeiro, candidatar-se por um micropartido. Como assinala Marcus Figueiredo, "[e]ssas duas decisões do Supremo tiveram duas conseqüências políticas: por um lado, [mantiveram] inalterado o estoque de 'moedas' de alto valor no mercado eleitoral [refere-se, basicamente, ao tempo de TV com que cada partido negociava]; por outro, definiu um quadro eleitoral diferente do que teríamos se o senador Sarney tivesse obtido o que pleiteava" (1994, p. 4)

7.5. O plano e a candidatura.

Em pronunciamento na TV no dia 7 de dezembro de 1993, FHC anunciava as medidas de estabilização monetária: haveria um indexador geral, a URV, que acompanharia o dólar, e depois se transformaria em nova moeda. Ato contínuo, FHC passou a admitir publicamente a "possibilidade" de sua candidatura. A inflação fecharia 1993 como a mais alta da história: 2.567%, superando a acumulada nos doze últimos meses do governo Sarney, que ficara em 1.782%.

A mesma crise política que ameaçava FHC, note-se, era, por outro lado, sua aliada. A desarticulação e a ausência de alternativas à política de estabilização monetária por parte das forças políticas relevantes favoreciam a aprovação das medidas, mesmo em meio ao ceticismo generalizado (pesquisa Datafolha de 19 de dezembro assinalava que 74% não acreditavam que o Plano derrubasse a inflação).

Quanto à tentativa de revisão constitucional, caminhava muito lentamente. Só na metade de novembro o regimento interno foi aprovado, e já no início de dezembro o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, a julgava "inviabilizada". Após tentativas judiciais de suspendê-la e articulações para adiá-la, a revisão prosseguiu, mas atravessou janeiro de 1994 sem conseguir iniciar as votações. Enquanto os partidos contrários tentavam tirar o deputado Nelson Jobim da relatoria, empresários organizados no "Decola Brasil" faziam pressão pela agilização dos trabalhos, sem sucesso.

A CPI do orçamento, por seu turno, se marcou o período com seus efeitos, terminou frustrando expectativas. Apesar da grande movimentação em torno das investigações, dos depoimentos dos governadores envolvidos, de algumas poucas manifestações populares contra a corrupção e da divulgação de suposto envolvimento de mais de 100 parlamentares, o relatório final declarou-se incompleto e pediu a cassação de apenas 18 deles, deixando outros 11 de fora do pedido por falta de provas e, sobretudo, não atingindo as empreiteiras claramente envolvidas e as conexões com o executivo federal²⁰.

O quadro sucessório, no início de 1994, caracterizava-se pela dianteira consistente de Lula (32% contra 13% de Maluf e 10% de FHC, segundo o Datafolha)²¹.

20. A enorme e tentacular rede de corrupção montada em torno da comissão mista de orçamento, um esquema muito parecido com os montados por Paulo César Farias e Pedro Paulo Leoni Ramos durante do governo Collor, que envolvia a participação íntima de empresas, especialmente grandes empreiteiras (como C. R. Almeida, OAS e outras), além dos políticos, é descrita em detalhe por Krieger, Rodrigues e Bonassa (1994) e Granato (1994), este último com maior ênfase para a confluência entre os episódios de corrupção e o escabroso episódio do assassinato da mulher do assessor Aíves dos Santos. As somas envolvidas, ou melhor, as descobertas pela polícia, são extremamente vultosas: cada um dos "anões" do orçamento recebeu, entre os anos de 1989 e 1992, entre 1,5 e 2,6 milhões de dólares em depósitos em suas contas bancárias. Só o deputado João Alves, que chefiava o esquema, recebeu no mesmo período, 30,5 milhões de dólares.

21. Um bom quadro das plataformas políticas e das biografias dos candidatos à sucessão de 1994 pode ser obtido em Studart (1994).

Mas a vitória da ala mais à esquerda na última eleição do diretório nacional do PT, no 9º Encontro, criara uma série de obstáculos para o candidato, tanto no teor do programa quanto na discussão de eventuais alianças. Além disso, a exigência da direção de que a bancada se ausentasse da revisão gerou uma série de fricções internas.

O que ficava cada vez mais claro, por outro lado, era a crescente preferência do empresariado pela candidatura de FHC, conforme observava a seguinte reportagem:

A nove meses da eleição do sucessor do presidente Itamar Franco, os setores mais influentes e articulados do empresariado já definiram o perfil do adversário que julgam ser capaz de bater Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno. É um candidato identificado com a ética e saído da centro-esquerda, mas apoiado por um arco de alianças que passa pelo PMDB e pode chegar ao PFL. Hoje o anti-Lula, como já está sendo chamado, é o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (Folha de São Paulo, 30/01/94).

E isso num momento em que o problema inflacionário voltava a ser - depois de um interregno em que fora de certo modo obscurecido por preocupações de ordem política e/ou ética - a grande preocupação do eleitorado (52% citavam a economia como principal preocupação, seguida da miséria, com 32%, e da corrupção, com 19%, segundo Datafolha).

Mas havia ainda boa dose de dificuldades para o PSDB/governo, especialmente no encaminhamento das medidas de ajuste. Diante delas, por outras duas vezes, segundo registros da imprensa, o ministro da Fazenda ameaçaria demitir-se do cargo: em dezembro, caso Itamar sancionasse projeto que readmitia servidores demitidos por Collor, e em janeiro, caso as medidas de “ajuste das contas públicas”, especialmente a Emenda Constitucional que criava o Fundo Social de Emergência, não fossem aprovadas. As readmissões foram vetadas e o Fundo aprovado, mas a perspectiva de implantação da URV acelerava por si os preços e colocava em discussão o método de conversão dos salários para URV, se pela média, como queria a equipe econômica, ou pelo pico, como ocorreria com os preços. Era um momento em que o próprio BIRD e o FMI ainda viam com bom grau de ceticismo a possibilidade de sucesso do programa.

A coonestar o imbricamento entre a agenda eleitoral e a agenda traçada para o plano de estabilização monetária, as articulações que, em fevereiro de 1994, visavam a aprovação do Fundo Social de Emergência na revisão constitucional entrelaçaram-se às

articulações da aliança eleitoral entre PSDB e PFL. Como nota Melo (1997, p. 69), os integrantes da equipe econômica avaliavam que o momento de extremo desgaste por que passava o Congresso, com a CPI da corrupção no Orçamento, era propício para impor cortes de verbas. O fundo, aprovado em 8 de fevereiro, dava à equipe econômica a possibilidade de dispor, livremente das rubricas orçamentárias, de 18% do Orçamento da União. Quanto ao aumento da carga de impostos, ela foi ao mesmo tempo aprovada para os assalariados de classe média, mas recusada para as empresas.

A aprovação do fundo correria riscos importantes desde janeiro, quando Fernando Henrique admitiu publicamente, no dia 15, a possibilidade de sua candidatura presidencial. A base crescentemente conservadora em que transformara-se a "sustentação" do governo Itamar Franco, o PFL de ACM sobretudo, passara então a olhar com desconfiança o próprio plano de estabilização e por certo só embarcaria definitivamente no projeto, apoiando o fundo, se seu espaço político na articulação sucessória estivesse desde logo devidamente reservado. Segundo o relato de Dimenstein e Souza (1994) as negociações em torno do fundo e da coligação foram feitas por Fernando Henrique e algumas lideranças do PSDB em vários encontros sigilosos. O primeiro foi em dezembro de 1993, quando em almoço no apartamento de Fernando Henrique em Brasília (juntamente com Tasso Jereissati e Ciro Gomes), ACM afiançou que o apoio do PFL ao fundo viria desde que o partido estivesse incluído nos planos de aliança do PSDB, já que, segundo o líder baiano, o PFL não tinha um candidato próprio com viabilidade eleitoral. O segundo encontro, 20 dias depois do primeiro, foi mais amplo, embora também sigiloso: incluiu os líderes do PFL na Câmara e no Senado, Luís Eduardo Magalhães e Marco Maciel, e o presidente do partido Jorge Bornhausen, além de outro presidenciável do governo, o ministro da previdência Antônio Britto, do PMDB. Na ocasião, o ministro da Fazenda condicionou sua permanência no cargo à aprovação do fundo de emergência, e ficou acertado, mediante a "crise institucional" que essa renúncia poderia provocar, que os líderes pefelistas levariam à cúpula do partido a proposta de apoio ao fundo, a ser votado na revisão. A cúpula, realizada em Recife, aprovou o pedido do ministro e decidiu que o partido reivindicaria em troca a aliança para as eleições. Em novo encontro, Bornhausen comunicou-lhe o apoio e insinuou a reivindicação pefelista de obter o vice na chapa.

Fernando Henrique mostrou-se aberto e prometeu levar a questão a seu partido, cujas instâncias até então nem sequer haviam sido informadas da possibilidade de coligação com o PFL e nem haviam desistido ainda, ao menos oficialmente, de uma possível composição em torno de Lula. Aprovado o fundo, dois outros encontros consolidariam os entendimentos entre as cúpulas dos dois partidos²².

Em 27 de fevereiro o ministro teve o último embate interno ao governo antes de desincompatibilizar-se. Precisava garantir, como pré-requisito de sua candidatura, o texto da medida provisória que deflagrava a segunda parte do plano de estabilização, criando a URV (Unidade Real de Valor). Em reunião ministerial, o ministro da Fazenda apresentou a MP aos colegas: todos os salários seriam convertidos em URV (pela média dos últimos 4 meses) e, a partir do mês de março, aumentariam conforme a variação do novo indexador geral. O ministro do Trabalho, Walter Barelly, apoiado na reunião pelos ministros militares, defendeu porém que a conversão fosse feita com base no valor do salário mais alto, pelo pico, sob pena de impor perdas salariais. Houve debate acalorado e Fernando Henrique, uma vez mais, ameaçou renunciar ao posto. Finalmente, propôs um abono de 5% ao funcionalismo público, obtendo o apoio dos militares e deixando Barelly isolado. O ministro do Trabalho bombardeou a medida ainda em outro flanco: seria necessário prever na MP mecanismos de controle de preços. Nisso foi apoiado pelo próprio Itamar. Gustavo Franco

22. Não é demais lembrar a situação de precariedade política do governo em que essas articulações se davam. Um episódio de menor importância, ocorrido no carnaval de 1994, talvez deva ser mencionado como mais uma ilustração das fragilidades do governo Itamar e das repetidas ameaças à "estabilidade das instituições", vindas inclusive de setores militares, que essa fragilidade ensejava. O presidente Itamar deixou-se fotografar ao lado de uma modelo seminua, no sambódromo do Rio, ao lado do ministro da Justiça Maurício Corrêa, que na ocasião foi flagrado pelos fotógrafos excedendo-se no álcool. Os ministros militares passaram a receber insistentes manifestações de diferentes setores da "tropa", inconformados com o que consideravam "quebra da dignidade" do cargo de presidente e de ministro de Estado, e conseqüente quebra do próprio princípio da autoridade, praticada justamente pelo "comandante em chefe das forças armadas". As reclamações concentraram-se em torno do ministro do exército Zenildo Lucena e do ministro da administração, o militar da reserva Romildo Canhin, que naquele mês de fevereiro chefiava justamente uma comissão de sua pasta que redigia um "código de ética do servidor público". Canhin levou o problema a Fernando Henrique Cardoso, que, preocupado com a relatada iminência de uma reação mais radical de certas lideranças militares da ativa, decidiu interceder junto a Itamar. Os militares tinham uma exigência para "acalmar a tropa": a cabeça do ministro Corrêa. Fernando Henrique intermediou a reivindicação, em nome da manutenção da "estabilidade das instituições", e Itamar informou aos militares que aceitava demitir o ministro da Justiça, mas pediu um prazo, para não configurar uma "humilhação" ao colaborador. Correia sairia dois

foi então chamado a redigir novo artigo da MP que previsse tal controle. Barelli proporia ainda uma elevação do mínimo para 100 dólares, ao que foi contraditado pelo ministro da Previdência, Sérgio Cutolo, sob alegação de que seria insuportável ao sistema previdenciário. Foi então a vez de Barelli ameaçar demitir-se, ao que foi acudido pelo próprio Fernando Henrique. Nada pior para a imagem do plano que tornar públicas divergências no próprio governo que o apresentava à sociedade. Criou-se uma comissão para estudar a possibilidade de futuros aumentos do salário mínimo e o ministro do Trabalho permaneceu no cargo.

Ao longo do mês de março de 1994, FHC viu-se às voltas com dificuldades políticas para fechar as alianças. Ao mesmo tempo em que se desenhava a coligação PSDB-PFL-PTB, e o PFL já reivindicava publicamente o vice na chapa, diversas direções estaduais do PSDB, especialmente da Bahia e de Santa Catarina, e inclusive o senador Mário Covas, opunham-se ferrenhamente à aliança. Além do que, parte do empresariado temia que a saída do ministro, exigida pela desincompatibilização do cargo que precederia a campanha eleitoral, desestabilizasse o plano.

Em meados de março, cerca de 20 dias antes de expirar o prazo fatal de desincompatibilização do ministério, que seria 2 de abril, Fernando Henrique reuniu correligionários e assessores do PSDB. Pesquisas internas do partido davam conta de que Lula caminhava na casa dos 29%, seguido por Antônio Brito com 13%, empatado com Maluf. Fernando Henrique, com 6%, ficava à frente apenas de Tasso Jereissati, com 1%. Convidado por Itamar a definir-se, Britto recusara a candidatura, reafirmando sua intenção de concorrer ao governo gaúcho. Vencido já o prazo para mudança de partido, Britto não pretendia correr o risco de disputar a convenção peemedebista com Orestes Quércia, considerado imbatível na máquina partidária. Sem a opção de uma coligação em torno de Britto, os companheiros de partido pressionavam por um posicionamento, mas Fernando

meses depois, sob o pretexto de que iria candidatar-se ao governo do DF, candidatura que acabou sendo inviabilizada (cf. Dimenstein e Souza, 1994, p. 136-44).

Henrique tinha, além dos problemas postos na definição das coligações, outros no flanco privado, que o faziam adiar a definição da candidatura²³.

Uma dupla articulação acertou o desfecho: Mário Covas foi convencido a aliar-se ao PFL, inclusive para a disputa do governo paulista, e Rubens Ricúpero, nome bem aceito pelo empresariado, foi escolhido para a Fazenda. Após, segundo suas declarações, viver o drama entre continuar na gestão do plano ou candidatar-se, FHC anunciava a 29 de março que concorreria à presidência. Para substituí-lo na Fazenda, sugeriu os nomes de seus colaboradores mais diretos: Pedro Malan, Edmar Bacha ou Clóvis Carvalho. Itamar propôs um outro nome: o do embaixador Rubens Ricúpero, então ministro do meio-ambiente. O ministro-candidato fez o contato, mas antes mesmo que Ricúpero se decidisse Itamar anunciou à imprensa sua nomeação.

Já Maluf, tendo a prefeitura de São Paulo como trampolim, e motivado pela segunda posição nas enquetes, tentava viabilizar a candidatura buscando uma aliança com o mesmo PFL. Preparando-se para isso, nomeara para sua secretaria o advogado Cláudio Lembo, ligado a Marco Maciel. Precisava de apoios no Nordeste e chegou a convidar, com esse intuito, até mesmo Tasso Jereissati para compor uma chapa, sem sucesso. Maluf conseguira quebrar o gelo com ACM, com quem desentendera-se desde o episódio do colégio eleitoral de 1984. Na festa de aniversário de Roberto Marinho, em dezembro de 1993, conversaram e combinaram voltar a encontrar-se. Por intermédio de Affonso Camargo (PPR-PR), marcou-se reunião entre Maluf, Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Guilherme Palmeira e Luís Eduardo Magalhães, inconclusiva. Maluf insistiu e convidou ACM a São Paulo, por intermédio de seu secretário Silvano Raia. ACM manteve os canais abertos, mas a esta altura, março de 1994, já estava decidido pelo apoio a Fernando Henrique. Em termos de imagem pública, o escândalo do caso Paubrasil prometia render-lhe revezes em termos de arrecadação de fundos de campanha, além do fato de que os setores empresariais que tradicionalmente lhe davam apoio, desta vez pareciam nitidamente

23. Consta que Fernando Henrique temia que Quércia, antigo desafeto pessoal, revelasse durante a campanha seu relacionamento extraconjugal com a jornalista Míriam Dutra, da TV Globo. O que poderia estremecer ainda mais a vida pessoal do candidato-ministro, uma vez que a mulher Ruth e as filhas Luciana e Beatriz não apoiavam sua candidatura à presidência (cf. Dimenstein e Souza, 1994, p. 151)

tendentes a migrar para a opção Fernando Henrique. Sem sucesso com o PFL, e após uma decisiva conversa com Roberto Marinho – na qual o proprietário da Globo teria deixado clara sua intenção de apostar suas fichas em Fernando Henrique Cardoso (cf. Dimenstein e Souza, 1994, p. 163) – Maluf desistiria de concorrer ainda naquele mês de março, abrindo espaço para a inexpressiva candidatura de Esperidião Amin.

Quanto a José Sarney, teve dificuldades para obter legenda no PMDB de Quércia, e também para ingressar em outro partido (PTB, PFL ou PP), acabando por inviabilizar sua candidatura. Quércia seria escolhido candidato do PMDB, após derrotar Sarney na prévia partidária de maio. O lance derradeiro, que seria a candidatura por uma legenda de aluguel, inviabilizou-se também, como assinalado acima.

No âmbito interno à candidatura do PT, os principais problemas enfrentados nos primeiros meses de 1994 haviam sido, de um lado, a definição de candidaturas de pouca densidade eleitoral nos estados mais importantes e, de outro, o próprio impacto do lançamento da candidatura de Fernando Henrique. Pesquisa Datafolha publicada a 10 de abril apontava Lula na liderança com preferência entre 33 e 36% e FHC em segundo, entre 19 e 21%. Por outro lado, beneficiou-se com o apoio do PSDB da Bahia e de parte das lideranças de Santa Catarina, além da adesão do PPS. Em maio o PSB definiu o nome de José Paulo Bisol como vice na chapa. Mas os problemas internos ao PT talvez tenham sido os mais significativos. O 9º Encontro Nacional do partido, realizado de 29 de abril a 1º de maio no Congresso Nacional em Brasília, com a presença de 440 delegados – no mesmo dia em que um acidente vitimava o piloto Ayrton Senna –, lançou oficialmente a candidatura Lula. O texto das resoluções aprovadas espelhava o embate interno das forças políticas que disputavam a hegemonia pela definição programática e do discurso a ser adotado na campanha. Ele se deu entre o grupo ligado a Lula, a "Articulação", somado ao grupo "Democracia Radical", do deputado Genoino, contra dois grupos da "esquerda" petista. O primeiro era o "Na Luta PT", formado pelas correntes "O Trabalho", "Movimento por uma Tendência Marxista", "Força Socialista", e "Fórum do Interior". O segundo era a "Opção de Esquerda", formado pelas correntes "Democracia Socialista" e "Hora da Verdade". Ao contrário de sua atuação no 8º Encontro, realizado em junho de 1993, Lula agora empenhava-se em aparar as arestas entre os grupos.

No seu 9º Encontro, o PT fazia a crítica do Plano Real e da candidatura de Fernando Henrique. Para o partido, a aliança montada em torno do candidato do PSDB era uma nova "tentativa desesperada" da direita e do empresariado de evitar a vitória de Lula e o plano, nesse espírito, era um novo "estelionato eleitoral". Um erro importante da avaliação petista certamente era o de crer que a campanha pelo *impeachment* havia provocado alguma reorientação no consenso em torno das reformas orientadas para o mercado. Propunha o enfrentamento do problema do pagamento de elevados juros, como serviço da dívida externa, e buscava vincular o combate à inflação à necessidade de reformas no sentido de desprivatizar o Estado. No geral, a avaliação petista que emerge das resoluções no 9º Encontro era a de que, daquela vez, as elites teriam que conformar-se a um governo dos trabalhadores. O plano de estabilização, portanto, deveria ser publicamente combatido.

A ofensiva neoliberal, viabilizada pela eleição de Collor, sofreu um duro golpe com o *impeachment*. Desde então, fica cada vez mais claro para o país que só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se, desde 1992, com um único intuito: impedir nossa vitória eleitoral. É por isso que as elites se esforçaram para impedir que o movimento Fora Collor fosse além da reivindicação de ética na política e passasse a contestar também o neoliberalismo e a privatização do Estado. (...) Em todos os episódios – movimento pelo *impeachment*, unidade nacional em torno do governo Itamar, plebiscito sobre sistema de governo, revisão constitucional – nosso partido acertou globalmente, derrotando total ou parcialmente as manobras que visavam impedir nossa vitória ou, simplesmente, nos descaracterizar, transformando-nos em fiadores do pacto entre as elites. (...) [P]arece estar consolidada, em amplos setores da população, a idéia de que uma melhoria efetiva nas condições de vida depende do resultado das eleições de 3 de outubro. *Ainda que reflita uma expectativa favorável à candidatura Lula, o marasmo é negativo. Por isso, a orientação do partido, de nossas lideranças sindicais e populares, deve ser no sentido da mobilização contra o arrocho provocado pelo Plano FHC. É fundamental que o PT, nossos economistas, nossos parlamentares, passem à ofensiva no combate público ao plano, fundamentando de forma consistente nossa oposição a ele, que não se esgota em seus aspectos eleitoreiros. (...) As eleições de 1994 representam uma oportunidade ímpar na história de nosso país. Com Lula, a classe trabalhadora e o conjunto das forças autenticamente democráticas do Brasil têm ao alcance das mãos a chance de conquistar a Presidência da República, para inaugurar um período de profundas mudanças estruturais (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 578-84, grifo meu)*²⁴.

24. Nessa mesma resolução política, o PT faz uma detalhada análise conjuntural do momento político, dos partidos e da candidatura de Fernando Henrique. E conclui lembrando: "Fernando Henrique representa, nesse início de campanha, a grande cartada das forças conservadoras, das redes de TV e demais meios

Lula perseguia com firmeza a idéia de viabilizar-se como um fato dado às elites empresariais e aos setores sociais médios resistentes a seu nome e, ao mesmo tempo, dar um caráter de massas a sua candidatura. Durante todo o ano de 1993 e naquela primeira metade de 1994, as Caravanas da Cidadania arrebanharam multidões às ruas com grandes concentrações populares. Ao discurso da "competência" ou da "experiência administrativa" Lula pensava contrapor o discurso de que conhecia o Brasil de perto, de que passara os últimos anos visitando os confins do país e convivendo com todo tipo de mazelas sociais²⁵. Houve um esforço, inclusive, no sentido de contornar o cordão de isolamento montado pela Rede Globo em torno da candidatura Lula. Através de contatos com a direção da emissora, incluindo o diretor de jornalismo Alberico de Souza Cruz e o próprio Roberto Marinho, Lula e lideranças petistas procuravam desde 1992 abrir canais com a emissora e, mais recentemente, viabilizar uma cobertura mínima da Caravana²⁶. Antes do lançamento da nova

de comunicação de massa, dos banqueiros, do grande capital e dos próprios meios financeiros internacionais. Pode consolidar-se, na campanha, como uma espécie de frente única das classes dominantes. (...) Sua candidatura não pode ser subestimada. Era, de fato, o único caminho possível, nessa conjuntura, para criar uma alternativa a Lula com viabilidade" (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 602).

25. "Os comícios lotavam: até prefeitos de outros partidos queriam subir no palanque. As viagens dariam um argumento que compensaria sua falta de escolaridade, um de seus pontos frágeis: ele se apresentaria como quem conhece o país de perto. A eficácia dessa iniciativa era atestada num documento reservado, da campanha dos tucanos, intitulado 'Uma tese para a estratégia', preparado por Antônio Lavareda, responsável pelas pesquisas de opinião [do PSDB]. Está escrito, na página 6: 'O conhecimento concreto, substantivo dos problemas de Brasília, já está sendo funcionalmente substituído por Lula, por experiência sensorial: 'eu estive, eu vi, eu falei com as pessoas, eu sofri com elas' '. As caravanas repetiam cenas de multidões cercando o candidato, reverenciado, no interior do Nordeste, como a moderna versão de Antônio Conselheiro. Cristalizava-se um mito, um representante dos excluídos." (Dimenstein e Souza, 1994, p. 182).
26. "As pazes entre Lula e a TV Globo começaram no restaurante Dinho's Place, no Largo do Arouche, em São Paulo. Alberico levou-lhe de presente o livro *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, de Rubem Fonseca. Abraçaram-se e Lula logo amenizou o clima: 'Sem ressentimentos'. Ali nasceu a idéia do encontro com Roberto Marinho. (...) Num novo almoço em São Paulo, desta vez com o deputado Luiz Gushiken ao lado de Lula, Alberico demonstrou o interesse de Roberto Marinho num encontro. (...) Acompanhado de Mercadante, Lula encontrou Roberto Marinho no dia 11 de setembro de 1992. O pretexto: convencer a TV Globo a apoiar a tese do *impeachment*, cuja autorização pela Câmara seria votada no final do mês. (...) O ambiente cordial propiciou a exposição tranqüila de antigos ressentimentos. Lula se disse magoado com a edição que o 'Jornal Nacional' fez do debate. Marinho reclamou do enterro simbólico da emissora, realizado por militantes do PT. Dia seguinte, a foto destacada de primeira página de *O Globo* mostrava sorrisos de confraternização. O encontro teve direito a uma página interna, reproduzindo os diálogos. Tempos depois, João Roberto Marinho daria uma prova ainda maior de bom relacionamento. A pedido de Kotscho, enviou sugestão escrita à área de comunicação [da campanha do PT], para a elaboração do programa de governo. Essa proximidade com

moeda, de fato, Lula aparecia como uma realidade inevitável a ser encarada pelo empresariado. Em maio de 94, por exemplo, Lula reuniu 740 empresários na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Washington; e em junho promoveu novos encontros exitosos com empresários na Alemanha, encontrando-se em seguida com Nelson Mandela. Numa palavra, crescia o clima de "já ganhou" no comando de campanha de Lula. Uma das teses aprovadas no 9º Encontro, porém, é indicativa do principal erro de avaliação do PT naquela conjuntura:

Uma vez no comando econômico e político do governo Itamar, FHC adotou um plano econômico anti-popular, submisso aos interesses do grande capital e do sistema financeiro internacional. (...) Mas as chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas: falta ao 'cruzado dos ricos' o mínimo apelo popular (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 580).

Enquanto isso, a revisão constitucional, após tentativas de adiamento, depois também de ter sido derrotada uma emenda do relator Nelson Jobim que permitia a revisão a qualquer tempo, e sob críticas da "Ação Empresarial Pró-Revisão", terminou praticamente sem ter havido. Instalada a 13 de outubro de 1993 e encerrada a 31 de maio de 1994, em seus 231 dias realizou 80 sessões e votou apenas 19 mudanças, sendo 12 rejeitadas já no primeiro turno de votação. Dos 79 pareceres elaborados pelo relator, 61 não foram sequer submetidos à votação. A única emenda promulgada imediatamente foi a que criou o Fundo Social de Emergência. Além disso, outras cinco emendas foram aprovadas em dois turnos, entre as quais a que reduziu o mandato do presidente de cinco para quatro anos. Houve certo consenso entre os líderes partidários em apontar como principais causas do fracasso o desinteresse de votar temas polêmicos em ano eleitoral e a movimentação em torno da CPI do Orçamento. Muitos líderes da direita acusaram também a oposição, cuja tática obstrutiva havia de fato demonstrado certa eficácia. Não era essa, porém, a opinião de Inocêncio Oliveira.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, as causas da desintegração e do colapso da revisão constitucional não teriam sido nem a obstrução dos partidos contrários, nem a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento,

a TV Globo sinalizava ao empresariado que os tradicionais esquemas de poder conviveriam com o PT sem maiores traumas" (Dimenstein e Souza, 1994, p. 183-4).

que se instalara simultaneamente ao Congresso Revisor, nem o processo de cassação de mandatos que a ela se seguiu, nem a discussão do ajuste fiscal, do plano econômico do governo e do Fundo Social de Emergência, nem mesmo a votação do Orçamento Geral da União com o seu crônico impasse, que dividiram com a revisão, até o seu último mês, o trabalho dos parlamentares, mas – singelamente – a falta de quorum (Tavares, 1994, p. 8)

Esta, por sua vez, não denotou apenas a negligência, o desinteresse e a apatia protagonizados pela precária maioria governista – é bom não esquecer, a propósito, que o presidente da Câmara alegou restrições legais para recusar-se a cortar o ponto dos faltosos. Explicitou também, no dizer de Tavares, a "falta de saber institucional" dos parlamentares. A ostensiva falta de vínculos reais que perpassassem o processo de representação, que efetivamente atrelassem o representante aos representados, espelhou de certo modo o empobrecimento generalizado da vida pública brasileira, cuja face mais evidente aparecia na indigência intelectual, no descaso com a missão delegada por seus constituintes ou mesmo na simples venalidade de amplos setores parlamentares. A frase pronunciada por Lula, ainda em 1993, de que o Congresso devia contar com "uns 300 picaretas" materializava-se, com todas as seus pressupostos sociais e suas implicações institucionais, aos olhos de quem quer que observe os trabalhos da revisão constitucional²⁷.

Foi no entanto esse Congresso, o único existente, o palco dos acordos firmados para a composição da aliança em torno de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Ainda em maio de 1994, ultimou-se a montagem da chapa. A definição do candidato a vice arrastava-se desde o início de abril. A direção do PFL e a bancada no Senado preferiam o nome de Marco Maciel. ACM e a bancada pefelista na Câmara pressionavam por Luís Eduardo Magalhães, que no entanto reafirmava seguidamente não desejar a candidatura a vice. Além do mais, o filho de ACM enfrentava forte resistência de Itamar e de vários líderes

27. A descrição e análises mais detalhadas do processo de revisão constitucional de 1993-94 podem ser encontradas em Melo (1997), além de Tavares (1994), bem como no paper de Costa (1994), que discute o problema do ponto de vista da consignação dos direitos sociais. As coletâneas organizadas por Velloso, J. P. dos R. (1992) e Peppe e Lesbaupin (1993) são registros em livro de importantes debates, entre intelectuais e políticos, realizados previamente ao início da revisão. Faria (1989) é uma referência fundamental para a discussão das relações entre a ordem constitucional inaugurada em 1988 e as crises econômica e política que a trespassavam, além de oferecer um mapeamento do debate posto entre o novo direito que emergia da Carta recém-promulgada e o direito vigente até então, contraponto que se consubstanciara nos conflitos pela regulamentação infraconstitucional de inúmeros preceitos consagrados pela Constituinte.

peessedebistas. Fernando Henrique temia pela imagem da chapa com a presença da figura emblemática de Marco Maciel. Mas, pelo acordo prévio, a escolha do nome caberia ao próprio Fernando Henrique, que acabou optando pela figura anódina de Guilherme Palmeira²⁸. Após um primeiro impacto positivo, obtido no anúncio da candidatura, as enquetes registraram um recuo de Fernando Henrique, em meio aos problemas na coligação. Pesquisa Datafolha apontava Lula com preferências situadas entre 40 e 42%, e FHC, já livre da concorrência de Maluf e Sarney, entre 15 e 17%.

Em conversas reservadas com Carlos Augusto Montenegro, diretor do Ibope, e Marcos Antônio Coimbra, o guru de Fernando Collor, Fernando Henrique recebeu, em meados de junho, avaliações semelhantes: seria muito difícil provocar um segundo turno em que tivesse a chance de disputar com Lula. O grande temor do momento era o de que Brizola e Quércia não amealhassem apoios suficientes para dispersar os votos concentrados na candidatura do PT.

Documento interno da equipe de *marketing* da campanha de Fernando Henrique, citado por Dimenstein e Souza (1994, p. 190), demonstrava forte preocupação com esse cenário e, ao mesmo tempo, com o próprio perfil político exigido de um candidato com pretensão a polarizar a disputa:

Hoje, boa parte dos eleitores desencantados vêem Lula como a única certeza de mudança. Até porque Fernando Henrique não fala sobre isso e não sinaliza às pessoas que ele pode significar a mudança desejada. (...) Fernando Henrique

28. Dimenstein e Souza resumem do seguinte modo a opção de Fernando Henrique por Palmeira. Palmeira é descrito como "um inodoro e incolor senador do PFL alagoano, cuja maior realização política havia sido o lançamento de Fernando Collor de Mello na vida pública, como prefeito de Maceió, em 1981. Bom copo, Palmeira tinha como característica mais evidente a admiração pela vodka polonesa Wyborowa. Todos o tinham, de resto, como um sujeito boa praça, um belo papo. Ele participava das reuniões como coadjuvante. Pouco opinava". Na reunião que definiu a chapa, quando a expectativa dos interlocutores pefelistas era de homologação do nome de Maciel, os autores narram o seguinte diálogo: "Acho o nome do Marco formidável", iniciou Fernando Henrique. É bom até para a vaga de presidente. Mas acho que ele trafega no mesmo setor que eu. Tem ascendência na área acadêmica'. A comissão do PFL gelou, com as palavras do 'noivo'. Era como se Fernando Henrique estivesse abandonando Maciel no altar. Diante disso, creio que a melhor pessoa para o posto de vice é você', arrematou o candidato, virando-se para Guilherme Palmeira. Recusando-se a acreditar no que ouvia, Palmeira, o último da fila do PFL, resmungou: 'Você quem?' observou, olhando à sua direita, como se buscasse a presença de outra pessoa. 'É você mesmo, Guilherme', insistiu Fernando Henrique. Assim foi consumada, por decisão pessoal de Fernando Henrique, a escolha de Palmeira. 'Esse é tão inexpressivo que não vai nos trazer nenhum problema', disse o candidato a Tasso Jereissati" (1994, p. 164-5)

construiu uma grande aliança com a direita, na expectativa de ganhar votos, principalmente no Nordeste. Pode terminar perdendo alguns votos que já eram seus se não assumir um discurso mais à esquerda. Na média, Fernando Henrique está parecendo candidato do PFL-PTB. A aliança não atucanou o discurso do PFL ou do PTB. Ao contrário, foi o candidato do PSDB que incorporou parte do ideário liberal.

Esse tipo de raciocínio, feito pela organização da campanha do PSDB, parece-me ser mais um elemento a evidenciar com clareza 1) que sem a presença da variável "plano de estabilização monetária" a disputa estaria fadada a balizar-se por um discurso "mudancista", próprio à esquerda política, e que nesse terreno Lula seria imbatível; 2) que independentemente dos efeitos desse plano de estabilização (pois que o comentário citado data de momento anterior à entrada em vigor de sua fase decisiva) o perfil ideológico neoliberal, politicamente conservador, foi predominante na candidatura Fernando Henrique em razão das alianças que optou por construir; e, finalmente, 3) como corolário, a constatação de que uma aliança de centro-direita, com um candidato a veicular um discurso neoliberal, não teria condições de polarizar competitivamente a disputa com a aliança de esquerda em 1994, não fosse essa aliança conservadora parte de uma outra aliança, feita com o próprio poder imanente ao Estado, mediante a qual o candidato da centro-direita logrou antecipar, no próprio governo em curso, aquilo que o adversário só poderia necessariamente apresentar como projeto para um governo futuro²⁹.

Em suma, a absoluta ausência de qualquer projeto político no governo Itamar – ele próprio resultante do colapso do primeiro experimento de implementação do receituário das reformas orientadas para o mercado – possibilitou à candidatura Fernando Henrique valer-se do Estado tanto para, por um lado, formular um novo e consistente projeto de

29. Parecem-me ilustrativas a respeito as seguintes passagens, extraídas do grandiloquente livro de memórias de José de Castro Ferreira, em que o autor pretende reivindicar "para a história" os devidos créditos de Itamar Franco quanto à "paternidade" do plano de estabilização monetária: "Tenho lido, vez por outra, que Itamar nada tem com o Plano, porque não o fez. O argumento soa tão falso como se pretendesse tirar a construção de Brasília a Juscelino Kubitschek, à invocação de que a capital foi projetada pela genialidade incontestada de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. E fico imaginando Lúcio e Oscar, sozinhos e desamparados no planalto central, construindo sozinhos e por conta própria a nova capital" (Ferreira, 1995, p. 217). E mais adiante: "O Plano Real, de inteligente e correta concepção econômica, muito deve de si ao seu idealizador, Fernando Henrique Cardoso, e à cintilante constelação de técnicos que o elaborou e administraram. Deve, porém, muito mais, e tudo deve, ao presidente Itamar Franco, que o inspirou, autorizou, prestigiou, avalizou e emprestou a força do poder político que encarnava, sem o que nada teria sido possível" (Ferreira, 1995, p. 232).

poder assentado na direita política – como matriz ideológica e como base de apoio parlamentar – quanto para, por outro lado, ocupar este governo e transformá-lo em laboratório de um experimento de estabilização monetária com base no qual tal projeto de poder reivindicou sua viabilidade eleitoral.

E isso foi feito através da mais cara e profissional campanha eleitoral da história brasileira, orçada em 65 milhões de dólares – em que pesem todos os esforços do deputado José Serra para reduzir os excessivos gastos da campanha televisiva, expressos em sua proposta de lei eleitoral. “Perto disso, éramos amadores”, disse Marcos Coimbra, referindo-se à campanha de Fernando Collor. Coimbra também foi contratado por Fernando Henrique para compor a equipe de *marketing* ao lado de Nizan Guanaes e Geraldo Walter³⁰. O objetivo seria apresentar um candidato tão preocupado com as “questões sociais” quanto Lula (pois derrubar a inflação seria a questão social mais básica), mas com melhores

30. A descrição da estrutura de campanha de Fernando Henrique parece-me justificar a afirmação de Coimbra. “Foi trazida, dos Estados Unidos, a última palavra para testes de opinião, para avaliar a eficácia do programa eleitoral. A pessoa fica diante da TV e, na frente, tem um botão que varia de 0 a 100. À medida que ele vê e ouve, vai girando o botão, indicando sua aprovação ou crítica. Foram treinados técnicos especialmente para ler e interpretar os resultados. Coordenados por [Antônio] Lavareda, contrataram-se sete institutos de pesquisa: Vox Populi e Ibope, por exemplo. Alguns deles regionais, para captar a diversidade cultural do país. O objetivo era fazer um acompanhamento diário da oscilação do eleitor, com pesquisas de quantidade e qualidade. (...) Contrataram-se várias empresas, cada qual encarregada de tarefas separadas e específicas de comunicação: transmissões e produções de notícias para rádio; notícias e fotos para os jornais de interior; envio de fitas de vídeo; realização dos comícios. Para os comícios, convocou-se uma produtora que tinha em seu currículo a organização do show da Madonna. Apenas para a propaganda, foi criada uma empresa, batizada de DVT, com 120 pessoas, reunindo várias empresas de publicidade, para a produção dos vídeos do horário eleitoral. Havia especialistas até em detalhes, tais como o vestuário do candidato. Uma massagista aliviava a tensão do candidato antes da gravação, para que aparecesse no vídeo com ar sereno – e, principalmente, sem a antiga dor na coluna. Devido ao tempo exíguo, e para compensar a vantagem de Lula, que cruzara o país em caravanas, inventou-se o comício eletrônico. O candidato apareceria numa tela gigante, e os candidatos da região subiriam no palanque. E, obviamente, conjuntos de música, como o de Dominginhos atrairiam a população. Discretamente, lançou-se uma operação preventiva contra algum eventual jogo bruto. Equipes elaboravam dossiês – um deles contra Orestes Quéricia e seus amigos. Até estavam dispostos a insinuar homossexualidade, caso ele manejasse o caso Miriam Dutra. Para prevenir tiroteio que viesse da esquerda, uma das armas seria bater no empresário Roberto Teixeira, dono da casa onde Lula mora de graça. Outro foco de investigação seriam os fundos internacionais, supostamente enviados à Central Única dos Trabalhadores. Coletaram-se informações destinadas a criar um banco de dados, na hipótese de o PT ir longe demais. O banco de dados deveria conter informações que pudessem caracterizar Lula das mais variadas formas negativas, indo de falhas do PT nas prefeituras que administrou, passando pela influência dos radicais e chegando aos seus desempenhos escolar e como deputado federal” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 201-2).

condições de realizar seus planos³¹. As linhas gerais do programa do PT para 1994 punham destaque em quatro metas: "emprego", "educação", "saúde" e "agricultura". Os publicitários do PSDB tomaram estes temas e agregaram um quinto: "segurança", que pretendia dizer respeito tanto à violência urbana quanto ao desejo difuso de estabilidade. As cinco metas viraram símbolo da campanha, através da mão espalmada do candidato³².

7.6. Vitória real.

A 10 de maio de 1994, a equipe econômica reunira-se na casa de Rubens Ricúpero, naturalmente com a presença do candidato, para definir a data de lançamento da nova moeda, e com ela lançar também a cartada final da sucessão. Havia três datas em estudo: o primeiro dia dos meses de junho, julho ou agosto. A Casa da Moeda não havia ainda impresso as novas notas e a proposta inicial de 1º de junho foi logo descartada, assim como 1º de agosto, pois que, pela excessiva proximidade com o pleito, os resultados eleitorais poderiam não aparecer em tempo. Restou 1º de julho, a data afinal escolhida. Havia muita preocupação na equipe com todas as possibilidades de revés a que a iniciativa estava sujeita. Como qualquer experiência do gênero, ela era, afinal, um tiro no escuro³³.

-
31. A idéia, segundo Dimenstein e Souza, era "vender a imagem de Fernando Henrique como um Lula melhorado. Mostraria sensibilidade social, histórico de luta contra a ditadura e, para completar, experiência administrativa. 'A agenda do PT está certa e é a agenda da eleição', disse Walter. Sustentou que deveriam se apropriar dessa agenda e explorar a prioridade aos excluídos" (1994, p. 197).
 32. "À procura de um símbolo que resumisse a alma da campanha e das prioridades, Nizan Guanaes e Geraldo Walter fizeram todos os tipos de testes, utilizando as técnicas mais modernas de *marketing*. Reuniam pessoas de diferentes camadas da população e mediam a reação, a exemplo do que é feito com produtos comerciais. Levaram a Fernando Henrique a idéia da mão aberta, que, nos testes, sugerira alegria e participação. Ela era o inverso do punho cerrado, sugerindo radicalismo. (...) A palavra estabilidade estava no topo dos anseios captados pelas pesquisas. Os eleitores buscavam um candidato com experiência administrativa, que reduzisse a taxa de insegurança provocada pelo sentimento de incerteza. Mas, ao mesmo tempo, valorizava-se a mudança. Daí se discutiu a utilização de dois símbolos que transmitissem sensação de estabilidade, mas, ao mesmo tempo, de progresso. Usariam como exemplos de estadistas Juscelino Kubitschek, representando o desenvolvimento, e de Tancredo Neves, o consenso. A idéia era manipular as imagens de JK e Tancredo, transmitindo a impressão de que o futuro governo, ao contrário dos de José Sarney e Collor, teria apoios para governar. Apoios que faltariam a Lula" (Dimenstein e Souza, 1994, p. 198)
 33. "Às vésperas da introdução da nova moeda, seus formuladores demonstravam pânico. O presidente do BNDES, Pêrsio Arida, ensaiou um pedido de demissão. A exemplo de André Lara, queria ir embora

Mas quando julho chegou, os ânimos dos governistas aos poucos foram serenando. A situação eleitoral favorável ao PSDB consolidou-se.

Com a entrada em vigor da nova moeda, o Real, em paridade com o dólar, a estabilização passava a ser praticamente o único objeto de discussão eleitoral possível. “A candidatura vai dar um salto”, avaliou FHC, passando imediatamente a caracterizar Lula como “candidato da inflação”. Os apoios à candidatura FHC, a partir daí, multiplicavam-se, e, de modo digno de nota, passava a ser nitidamente preferido pelos principais veículos da grande imprensa.

O clima da Copa do Mundo também misturava-se à discussão política e trazia uma nova onda de otimismo discursivo para os jornais televisivos. A tônica dominante, mais uma vez, era a torcida para “dar certo”. Ser contra o real, passava a ser contra estabilidade monetária, e portanto contra os trabalhadores³⁴. À medida em que revelavam-se os impactos positivos do plano de estabilização sobre o conjunto da população, alterava-se de modo radical as intenções de voto em Lula e Fernando Henrique³⁵.

No PT, havia confusão a respeito de qual posição pública assumir. Entre os principais assessores econômicos de Lula, pelo que foi publicado na imprensa, Aloízio Mercadante e, especialmente, Maria da Conceição Tavares, então candidata a deputada federal pelo PT-RJ, identificaram um traço fortemente “eleitoreiro” na iniciativa e defendiam

antes da missão cumprida. Com sua inteligência privilegiada, tecia infundáveis hipóteses que poderiam corroer o plano. Ninguém sabia como reagiria a população, cuja maioria é analfabeta ou semi-analfabeta, obrigada a dividir o valor dos preços ou salários por 2.750 [este era o valor do divisor para que os preços e salários da economia ganhassem a cotação de 1/1 com relação ao dólar]. Temiam-se saques de poupança e corrida ao consumo. Os inseguros empresários aproveitavam as últimas semanas para subir ao máximo seus preços. Pérsio temia que Itamar Franco cometesse alguma loucura” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 205).

34. “Os telejornais, especialmente o Jornal Nacional, da TV Globo, exalavam otimismo. Reportagens e mais reportagens anunciavam a estabilidade de preços. Enfatizava-se a queda do preço da cesta básica, vital para os trabalhadores. ‘A TV Globo entrou na campanha’, espantou-se Lula, ao assistir o primeiro jogo da Copa do Mundo e ouvir o locutor Gaivão Bueno fazer propaganda do real. A equipe de *marketing* preparava-se para atar o tetra aos novos tempos de otimismo, relacionando-o, não apenas com o real, mas com a candidatura Fernando Henrique. Antônio Carlos Magalhães tratou de espalhar o boato de que Lula torcia contra o Brasil para ‘faturar’ com o clima de pessimismo” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 207).
35. A coincidência perfeita entre a preferência pela candidatura Fernando Henrique e a sensação de benefício provocado pelo plano Real é descrita em detalhe por Mendes, A. M. T. e Venturi (1994).

a idéia de que o plano devia ser combatido por Lula como um novo "estelionato eleitoral". Paulo Nogueira Batista Jr. e o prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, por outro lado, alertaram para o fato de que, mesmo com a possibilidade de vir a causar recessão, a nova moeda viria necessariamente acompanhada de esperança popular e que atacá-la seria temerário para a campanha³⁶. Acabou prevalecendo a primeira posição, e Lula recepcionou o plano com fortes críticas.

As pesquisas registraram o crescimento da candidatura Fernando Henrique durante julho: dia 7, Lula 38%, FHC 21%; dia 21 a diferença despencava de 17 para 9 pontos, isto é, Lula 34%, FHC, 25%; dia 28, Lula 32%, FHC 29%.

Poucas objeções foram colocadas publicamente à coincidência programada entre a vigência do plano de estabilização monetária e a eleição, como as de Luís Nassif. Ainda assim, a crítica neste caso era ao fato de que supostamente o interesse eleitoral de FHC trairia o "compromisso" das reformas orientadas para o mercado, conforme escreveu o articulista a 3 de julho:

Esse Plano Real não é íntegro, é oportunista; não é racional, é eleitoreiro; não é plano, é mera troca de moeda. Seus autores aceitaram participar desse jogo de cena, abrindo mão do compromisso com as reformas, porque há muito a economia, neste país, deixou de ser ciência, para servir apenas à manipulação da opinião pública, com objetivos eleitorais (Nassif, 1994).

Rubens Ricúpero, por seu turno, viajava por todo país fazendo propaganda do plano, dando entrevistas, ocupando espaço nos meios de comunicação.

Em contraste, a candidatura Lula - como se não bastasse a dificuldade em articular um discurso que desse conta de reagir afirmativamente às condições desfavoráveis - passou também por problemas com o vice. Com a denúncia de favorecimento de Bisol em emenda por ele apresentada ao orçamento, criou-se clima negativo que culminou com sua substituição, depois de quase um mês de desgaste, por Aloízio Mercadante. A presença de Mercadante na chapa colocaria algum ânimo novo na campanha: a prioridade do economista era agora desfazer a imagem de que o PT era "contra o real" ou que pretendesse mudar de

36. Paulo Nogueira Batista Jr. Considerava um plano de estabilização monetária nos moldes do Plano Cavallo, da Argentina, como uma regressão monetária. A dolarização, a paridade 1/1 com o dólar, é vista por ele como uma regressão ao padrão-ouro (cf. Batista Jr., 1993).

moeda em caso da vitória de Lula. Guilherme Palmeira, o vice de FHC, também foi alvo de denúncias. Acusado de receber dinheiro do esquema PC, foi rapidamente substituído por Marco Maciel, quase sem prejuízos. A discussão, certamente, não passava mais pela escolha de vices.

O PT buscou alvejar Maciel, um dos líderes do governo Collor até praticamente seu final, mas o plano de estabilização monetária já era, na virada de julho para agosto, uma realidade avassaladora³⁷. Para completar, a campanha televisiva veiculada no horário eleitoral gratuito, ao contrário da tradição petista, apresentava-se irreconhecivelmente ruim. O cineasta Sílvio Tendler foi chamado pessoalmente por Lula a contribuir para melhorar a qualidade do programa, mas consta nos relatos que foi mal recebido pela equipe petista e acabou por afastar-se.

Ao longo de agosto, os poucos obstáculos à candidatura FHC vinham do próprio governo. O presidente Itamar continuava em atrito com a equipe econômica. Chegou a afirmar que números divulgados pela equipe sobre o caixa do Tesouro, contendo previsão de déficit, eram “mentirosos” e responsabilizou a Fazenda pelo aumento pequeno concedido ao funcionalismo. Enquanto isso, Ricúpero procurava administrar a divulgação de uma inflação de 5% apurada pelo IPC-R no primeiro mês do Real e o estouro nas previsões de emissão de moeda. Nada, porém, que comprometesse o desempenho eleitoral de FHC. A 10 de agosto, o Datafolha já registrava a virada: FHC 36%, Lula 29%; ao final do mês a enquete já apontava FHC 43%, Lula 23%.

O teste final do fôlego da articulação entre campanha eleitoral e estabilização monetária viria em setembro, num episódio quase surreal. Algumas antenas parabólicas caseiras captaram o sinal de imagens de uma conversa transcorrida diante das câmeras do jornal Bom Dia Brasil da Rede Globo. O programa estava fora do ar, mas o sinal aberto do

37. Pesava, e muito, naquele momento, “a dificuldade do PT em costurar alianças nos estados, em contraste com a enxurrada de adesões ao adversário: Fernando Henrique dispunha de vários palanques poderosos. Em alguns lugares, como em Minas Gerais, Brasília e Paraná, dispunha, não de um, mas de dois palanques. Afora no Espírito Santo, os candidatos do PT iam mal. Começava a faltar dinheiro, escasseava o material de campanha, adiava-se o pagamento de algumas contas (...). O prestígio do real crescia a cada pesquisa. Aumentava o consumo nas lojas: humildes trabalhadores faziam fila para comprar eletrodomésticos pelo crediário” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 223).

satélite possibilitou a captação de um diálogo entre o ministro Rubens Ricúpero e o jornalista Carlos Monforte, que imaginavam-se em conversa privada. O conteúdo do diálogo parecia explosivo. Uma frase especial chamava a atenção por seu conteúdo: “Eu não tenho escrúpulo: o que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde”. O ministro se referia ao IPCR, índice de inflação recém-criado, e dava a entender que havia abafado a divulgação do índice. Além disso, o ministro lembrava ao interlocutor que sua presença constante na mídia desobrigava a Rede Globo de um apoio mais direto ao candidato governista, ao contrário do que ocorrera em 1989 com Fernando Collor. “E o PT não pode nem reclamar”, afirmou. “É uma solução, digamos, indireta, né?”

A expectativa imediata, tanto nos meios governistas quanto na oposição, passou a ser de que o episódio traria graves prejuízos à candidatura do PSDB. O PT buscou retomar, ainda uma vez, o discurso da “ética na política”, em voga na recente crise do *impeachment*. Vozes críticas levantaram-se também na sociedade civil, manifestando uma indignação que pode ser resumida no seguinte comentário de Jânio de Freitas:

O diálogo entre o ministro Rubens Ricúpero e o repórter Carlos Monforte prescinde de considerações sobre o seu teor: é tão direto, tão claro e tão escandalosamente comprometedor para ambos e para a mínima decência da eleição presidencial, que tudo o que se diga sobre o seu conteúdo ficará aquém do que ele lança sozinho sobre cada cidadão de bem (Freitas, 1994).

Porém, de modo bastante diverso, talvez em consonância com a enquete da Folha que recentemente apontara a questão econômica como centro das preocupações do eleitorado, em detrimento de questões de ordem ética, as intenções de voto não sofreram qualquer alteração significativa em função do episódio. Da parte do governo, através de uma operação ágil, Ricúpero foi substituído pelo ex-governador do Ceará Ciro Gomes. A grande imprensa, após alguns dias de repercussão, encarregou-se de banir o tema do noticiário³⁸.

38. "Invertendo os papéis, Itamar passou da condição de trapalhão à de administrador de trapalhadas. E teve um desempenho surpreendente. Em menos de 48 horas, ainda no domingo, antes da abertura do mercado financeiro, o Planalto anunciou o nome do novo ministro: o tucano Ciro Gomes (...). Para desespero de Lula, a ação rápida de Itamar, somada a um pedido de desculpas do ministro, esvaziaram a reação do PT. O mea-culpa de Ricúpero aconteceu ainda no domingo, em entrevista coletiva no prédio do ministério, na presença da mulher e dos filhos. O comitê de Fernando Henrique fez suas próprias pesquisas sobre o episódio. Constatou que a reação da fatia esclarecida do eleitorado evoluiu da 'indignação' e da 'revolta' registradas num primeiro momento, para a 'insegurança' quanto à

Pouco tempo depois, o empresariado paulista articulou uma “trégua” nos preços de varejo até dezembro, com o objetivo declarado de não “desestabilizar” o Plano/candidatura.

A 3 de outubro de 1994 Fernando Henrique Cardoso era eleito presidente da República já no primeiro turno de votação, com a maioria absoluta dos votos válidos (54,28%). A bipolaridade entre a esquerda e a direita, vislumbrada no pleito de 1989, quebrava-se mediante a formação de uma aliança de "centro-direita" para contrapor-se a um campo da esquerda realinhado e ligeiramente diminuído, com sua votação concentrada em torno do PT³⁹.

possibilidade de haver 'descontinuidade' do plano econômico. Mais uma vez, o grosso do eleitorado colocava o real acima das turbulências. Os eleitores das classes C e D, especialmente no Sul e no Sudeste absorveram o episódio sem prejuízos para Cardoso. Foi feita uma pesquisa qualitativa, do tipo em que as pessoas são reunidas em grupos e estimuladas a dizer o que pensam. O resultado, resumido num relatório confidencial entregue ao candidato, foi surpreendente. Diz o documento: 'A maioria não demonstra surpresa com o conteúdo das declarações, sobretudo aquelas relativas ao uso da máquina do governo e ao apoio da Rede Globo. Embora não concordem com esse tipo de procedimento, consideram-no parte do comportamento dos políticos'. Desaprovava-se mais o procedimento de Ricúpero do que as revelações feitas por ele. Entre as pessoas que viram o pedido de desculpas, predominou o sentimento de pena. Muitos reduziram o escândalo a uma mera 'falha humana'. Ao ler o documento, Fernando Henrique descobriu-se praticamente imune aos ataques dos adversários" (Dimenstein e Souza, 1994, p. 230-31).

39. Uma discussão acerca do realinhamento político-ideológico entre 1989 e 1994 pode ser encontrada em Fernandes (1995). Discussões gerais sobre o pleito de 1994 estão em Lima Jr. (1995) e Rodrigues, L. M. (1995).

Epílogo: a democracia que nos coube

"Hoje, o ministro da Fazenda faz suas as minhas palavras: o desequilíbrio nas contas públicas é o responsável pela inflação, pela fome e pela miséria. (...) Agradeço ao ministro o reconhecimento dos meus esforços, e considero natural a omissão da autoria".

Fernando Collor de Mello sobre Fernando Henrique Cardoso,
Folha de São Paulo, 26 de setembro de 1993.

Gostaria de retomar, a esta altura, os propósitos que moveram a pesquisa em direção à reconstituição dos eventos da conjuntura, aqueles pontos de partida que levaram o texto, nos capítulos anteriores, a tentar descrever os diferentes pólos discursivos e conflitivos em disputa.

É preciso agora apresentá-los de modo tão ordenado quanto possível, à luz das hipóteses da investigação, algumas já esboçadas nos dois capítulos iniciais. Imputar algum sentido aos eventos é, afinal, a sina do analista.

Desde logo apresentei, como preocupação fundamental do trabalho, a tentativa de captar as dinâmicas de mobilização e desmobilização política da sociedade – não com o objetivo de construir uma sociologia dos atores políticos, ou de descrever os jogos racionais que eventualmente tenham protagonizado, mas para tornar mais compreensível o modo pelo qual se deram o alargamento e a constrição conjunturais da arena política nacional sobre a qual ocorreram tais eventos. Este direcionamento esteve preso, por sua vez, à

intenção de observar o alcance de um dos aspectos da democratização: a permeabilidade da nova institucionalidade democrática à participação da cidadania ativa.

Nas seções que se seguem, pretendo uma aproximação destes problemas, em primeiro lugar, pela distinção entre dois ciclos históricos de mobilização política da sociedade; em segundo lugar, pela discussão da natureza das crises presentes no ciclo a que pertence nossa conjuntura; em terceiro pelo tratamento de alguns tópicos referentes ao procedimento da investigação e em quarto, finalmente, por uma abordagem remissiva dos eventos conjunturais, procurando imputar-lhes um sentido compatível com as hipóteses da análise.

8.1. Dois ciclos.

Como vimos no segundo capítulo, Sidney Tarrow propôs um modelo de análise pelo qual os "ciclos de protesto" foram descritos como agregados de episódios de mobilização cujo substrato comum seria o sentido da pressão exercida por eles sobre a institucionalidade política. A resposta institucional oferecida pelo sistema político ao conjunto e ao sentido global das demandas suscitadas pelas mobilizações seria, por contrapartida, um "ciclo de reformas". Essa idéia geral nos será útil, com algumas adaptações. Em vez de considerar seqüências empíricas de eventos de protesto, falarei aqui em *ciclos de mobilização política* mais gerais, demarcados pelas diferenças nos móveis da ação dos extratos sociais mobilizados e pelas diferenças nas estruturas de oportunidades e limitações conferidas pelos regimes políticos sob os quais se manifestam.

Proponho a consideração, com a finalidade de situar, numa primeira aproximação, os processos de mobilização e desmobilização de que trata este estudo, dois ciclos bastante nítidos em nossa história republicana, os quais, à falta de melhor denominação, apelidarei simplesmente de *ciclo de entrada* e *ciclo de saída*. Entrada e saída, no caso, são a entrada no regime autoritário de 1964 e a saída dele. O primeiro, assim, abrange o processo de incorporação das massas urbanas à participação política, desde os anos 30, passando pela ativação populista, até o golpe de 1964. O segundo refere-se ao "renascimento" da sociedade civil possibilitado pela eclosão dos "novos movimentos

sociais" no bojo da transição de regime desde a década de 70, que chega até nossa conjuntura, os anos de 1989 a 1994, e não permite demarcar ainda, creio, seu término.

Pode-se afirmar que em ambos os momentos configuram-se ciclos de mobilização e de reforma do sistema político porque, nos dois casos, os processos de mobilização associam-se ao delineamento de situações *críticas* que incidem diretamente sobre as mudanças estruturais que se operam no perfil do regime.

Sobre o *ciclo de entrada* – considerado o já exposto no primeiro capítulo acerca do padrão clientelista e o uso das políticas sociais – basta frisar que nele o caráter do processo de mobilização é *heterônomo*, do ponto de vista dos móveis da ação política dos atores mobilizados, e que a resultante institucional ao final do ciclo foi a reciclagem das tecnologias estatais de contenção, e não uma reforma que institucionalizasse uma competição política ampliada. Não se afirma aqui que a mobilização foi a causa do golpe autoritário, mas antes que a relação entre o ciclo de mobilizações e o ciclo de reformas do sistema político *desfavoreceu* a continuidade da mobilização, na medida em que a solução institucional adotada foi altamente repressiva. Desfecho que certamente guarda relação com o desenvolvimento desigual e truncado das duas dimensões da poliarquia, a incorporação de novos atores (participação) e a institucionalização do conflito (liberalização).

A mobilização do ciclo de entrada pode ser dita heterônoma porque durante a incorporação desses novos atores urbanos por via da prática populista e do corporativismo de Estado, como deixa claro a análise de Weffort, as massas

aparecem envolvidas em uma *relação de manipulação*: elas só servem à legitimação do Estado na medida em que, paradoxalmente, são também 'massas de manobra' para os grupos que controlam o poder; seus interesses sociais reais de classe só podem encontrar algum grau de expressão na medida em que politicamente ajustados e subordinados aos interesses dominantes. Enfim, sua autonomia de comportamento como classe não pode ir além dos limites impostos por esta relação de manipulação que – aí está a raiz do paradoxo – possibilita sua emergência no plano político (Weffort, 1980, p. 123, grifo no original).

Esta situação contraditória em que se encontram os setores populares – isto é, ter na relação de manipulação o único canal para a expressão de seus interesses – ajuda a explicar, segundo Weffort, desde a identificação das massas com uma ideologia "supraclassista" como o nacional-desenvolvimentismo até sua adesão "emotiva" a lideranças personalistas, ou ainda a ausência de uma representação política própria.

O modelo populista, porém, baseia-se num compromisso entre classes sociais e Estado, que se equilibra sobre um conjunto de pressões que provém tanto "de cima" como "de baixo". As camadas populares servem à legitimação do regime na medida em que pressionam por sua incorporação econômica e social, utilizando a política populista como canal, mas ao mesmo tempo trazem à cena pública todo o conjunto das insatisfações geradas pela "privação relativa", própria à modernização. O auge do nacional-desenvolvimentismo, na virada dos 50 para os 60, funciona como o principal motor desta mudança. Mobilizadas pelo populismo, ainda que parcialmente controladas pela estrutura corporativa, as camadas populares transformam-se, à medida que sua ativação se intensifica, em uma ameaça potencial permanente ao *status quo*.

Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, o que impõe no mínimo uma política de crescimento do emprego. Em outras palavras, ela deve ser capaz pelo menos de garantir a preservação e a intensificação do ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que agora mantém a vigência das alianças populistas (Weffort, 1980, p. 163).

Esta observação de Weffort, note-se, lembra que há uma correlação potencialmente direta entre o perfil político e econômico do *Estado* – enquanto poder público e enquanto pacto de dominação social –, a estrutura de oportunidades e limitações à ação política oferecida pelo *regime democrático* e, finalmente, o processo de *mobilização política* da sociedade.

Sabemos que o Estado brasileiro do período não foi capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento e de incorporação sócio-econômica. Quando o processamento irresponsável¹ das demandas "de baixo" inviabilizou-se, inclusive em função das próprias dificuldades interpostas pela mobilização social à continuidade do processo ampliado de acumulação, abriu-se uma situação instável que conjugou as mobilizações à incidência de várias crises – de governo, de regime e, como possibilidade limite, de dominação social – e

1. Irresponsável porque, como notou Wanderley Guilherme, a delegação desse processamento à burocracia fez com que seu custo fosse socializado e seus proventos privatizados pelos políticos populistas. A formulação das políticas sociais no pós-30, portanto, não obedeceu a qualquer mecanismo de garantia de *accountability* mínima, que permeasse o processo de representação política (cf. Santos, W. G., 1993).

culminou na solução institucional de 1964. Expirada a capacidade populista-corporativa de contenção das mobilizações em níveis aceitáveis, os militares forjaram, em especial a partir de 1968, *novas tecnologias de contenção*, notadamente por intermédio de um aprofundamento da corporativização, conforme já comentado, além da repressão política pura e simples. Guillermo O'Donnell descreve com precisão o caráter desta conjuntura crítica (1990, p. 41-60), em que a imprevisibilidade econômica amalgamou-se à "ativação do setor popular" e aprofundou a instabilidade "pretoriana", em princípio instaurada ao nível do governo e em seguida em direção a uma crise de proporções maiores. A partir das expectativas negativas gestadas aí é que se definiu o grau de fechamento político do novo regime autoritário.

Já os resultados institucionais do *ciclo de saída*, de outra parte, materializaram-se nas conquistas democráticas paulatinamente obtidas durante a transição, a partir de 1974 (cf. Velasco e Cruz e Martins, 1983), e estenderam-se, em termos gerais, ao processo constituinte de 1987-88. Mas não esgotaram-se nele – e este é o ponto central para nossa periodização.

Do ponto de vista dos móveis da ação e da relação dos novos atores – que incorporaram-se a si próprios ao jogo – com as elites políticas já em competição, pode-se falar, em contraste com o ciclo de entrada, num processo de mobilização predominantemente *autônomo*. Este novo caráter da mobilização observada neste segundo ciclo está associado à constituição, em seu nascimento e desenvolvimento inicial, de um novo tipo de cultura política e de ética pública, próprias ao campo social então articulado.

Note-se que, do ponto de vista da formatação das demandas sócio-econômicas dos "de baixo", o regime autoritário pagou também seu preço pela exclusão dos setores populares, exclusão que viabilizara com o recrudescimento da contenção desses setores via corporativismo. Vale a pena recordar, a propósito, que as greves do ABC paulista que eclodiram a partir de 1977 se deram no bojo de uma campanha por reposição salarial que não encontrou na estrutura corporativo-repressiva canais adequados de processamento. As consequências políticas dessa ausência de canais são conhecidas. Mas, por outra, o regime autoritário só pagou esse preço político a partir do momento em que as pressões de ordem econômica desencadeadas pela crise do "milagre" deram sua contribuição à ativação

política dos setores operários de ponta. O que nos remete, por sua vez, à crise do Estado e do modelo de desenvolvimento, e suas relações com este ciclo de mobilizações, como veremos mais abaixo.

Mas antes é importante frisar que os movimentos sociais urbanos tiveram nesse momento um papel fundamental. No desenvolvimento disso que aqui chamo de ciclo de saída, os conflitos políticos que envolveram de algum modo a estruturação dos agentes sócio-políticos e sua mobilização estiveram sujeitos à presença, como notou Doimo (1995), de atores coletivos dotados de longevidade e densidade política muito diversas: “desde aqueles que se esvaziam junto com o próprio esgotamento do circuito reivindicativo, até aqueles que ganham fôlego e passam a marcar presença no espaço público”. Conforme assinalado na descrição da perspectiva de Tarrow, quando a persistência de práticas de mobilização ganha corpo e visibilidade na arena política nacional, isto é, torna-se parte da “grande política”,

já não estamos mais diante de meras ações-diretas e sim de *campos ético-políticos* ou de redes sociais que criam energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política. [...] [No Brasil,] extensas redes sociais desenharam, entre os anos 1975-1990, um expressivo campo ético-político à base de movimentos reivindicativos de ação-direta, auto-reconhecido como *movimento popular*, mediante apoio de significativos setores da Igreja Católica, do ecumenismo, de segmentos da academia científica e grupamentos de esquerda, estes quase sempre inseridos nas chamadas ONGs, organizações não-governamentais (Doimo, 1995, p. 66-7).

Talvez uma das mais significativas peculiaridades deste novo campo ético-político esteja no fato de que as elaborações discursivas e as práticas efetivas dos movimentos populares – assim como as do novo sindicalismo – *negavam o padrão institucional e cultural clientelista-corporativo* prevalente no ciclo de entrada, bem como os aspectos mais autoritários desse padrão, reapropriados, reelaborados e ampliados pelo regime militar. No caso do novo sindicalismo, os trabalhadores foram capazes de elaborar estruturas organizacionais “a partir da base” e por fora da institucionalidade permitida pelo corporativismo estatal. Não deixaram tampouco de fazer a crítica do uso corporativista das políticas sociais: “A CLT é o AI5 dos trabalhadores”, bradou o Lula sindicalista (apud Munakata, 1984, p. 106). A esta estrutura corporativista o novo sindicalismo agregou (embora de fato sem romper com ela por inteiro) formas autônomas de representação corporativa dos trabalhadores, que se consubstanciaram na formação das centrais sindicais,

notadamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no início dos anos 80. Mesma época em que a persistência da concentração da propriedade rural e o processo de proletarização no campo ocorrido nos anos 70 deu vez ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contra as permanências institucionais residuais do coronelismo e do populismo, esses movimentos cultivaram um forte sentimento autonomista.

Mas, para além da negação do clientelismo ou do corporativismo estatal, creio ser possível afirmar que tais movimentos populares e sindicais contribuíram efetivamente para a conformação de novas atitudes para com o “fazer política”, estruturadas a partir do investimento na *socialização do conflito político* e no compartilhamento de uma ética pública solidária, tendências que tiveram desde o início, como horizonte institucional, a democracia². Nesse sentido, mesmo forjando, em seu nascimento, um forte caldo de cultura anti-institucional, os movimentos populares ajudaram a montar – justamente na medida em que constituíram um campo ético-político – um novo paradigma discursivo e um novo estoque de práticas políticas que incidiram sobre o comportamento dos atores presentes na arena política nacional, notadamente a oposição democrática ao regime militar, liberais ou esquerda.

A intervenção pública deste campo plasmado no bojo do ciclo de saída do autoritarismo ajudou a moldar o comportamento de atores que, em boa medida, foram chamados a participar (e de fato participaram) dos pactos fundantes da institucionalidade reclamada pela democracia pós-1985. E o fizeram na medida em que, “para além das reivindicações locais e pontuais, influíram nos padrões de convivência política”. Mesmo reconhecendo, portanto, o discurso de recusa às instituições, deve-se encarar a formação de

2. Noto aqui que há uma grande dificuldade conceitual para se falar em movimentos populares como vetores de uma ética pública tendente a favorecer a construção de instituições poliárquicas. Afinal, um associacionismo de tipo toquevilleano implica necessariamente em algum amor pelas instituições da democracia representativa, e como sabemos tais movimentos pautaram-se antes via de regra pela recusa, pelo estranhamento e mesmo pelo repúdio deliberado aos canais institucionais “formais”. Para Doimo, aliás, “a própria natureza dos conflitos de ação-direta, ao prescindir do sistema de representação política, abre terreno fértil para o florescimento de valores morais em substituição aos conceitos políticos” (1995, p. 68). Mas há que se distinguir entre os discursos produzidos pelas lideranças “movimentalistas” e o saldo da intervenção prática dos movimentos sobre a institucionalidade política e, inclusive, sobre as concepções e estratégias de outros atores políticos mais diretamente preocupados com a montagem institucional democrática.

um tal campo ético-político como um fenômeno conjuntural que, se tem sua face “expressivo-disruptiva, pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública”, por outro lado também apresenta sua face “integrativo-corporativa, pela qual se buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços”. Foi esta última face a que deparou diretamente com a crise do Estado que se agrava a partir da década de 1980. Assim, vê-se que a ênfase por vezes colocada, por parte dos militantes, na “deslegitimação” da autoridade pública *deve ser compreendida como a recusa ao autoritarismo instaurado ao nível do regime e como crítica à política econômica dos últimos governos militares*. O que se mostra fundamental para meu argumento é, antes, o outro lado da moeda, a saber, o fato de que “em conjunturas mais democráticas, em que o sistema político se torna mais sensível e permeável às demandas”, os movimentos populares – e, poder-se-ia dizer, a mobilização da cidadania ativa de um modo geral – podem até mesmo “*apontar a possibilidade de se estabelecerem novos arranjos político-institucionais de perfil democrático, visando à formatação dos conflitos e à canalização das demandas*” (Doimo, 1995, p. 67-9, grifos meus).

Talvez valorizemos mais adequadamente o fenômeno se lembrarmos que as bases sobre as quais é possível o pleno desenvolvimento das instituições políticas poliárquicas são justamente o pluralismo societal e o universalismo de procedimentos, no que tange às relações entre público e privado, entre Estado e sociedade. Há uma incompatibilidade de nascença entre a poliarquia e a tutela do Estado sobre a sociedade – em especial se a estruturação desse Estado se deu em moldes patrimonialistas – tutela da qual decerto derivam boa parte das enormes dificuldades de institucionalização da democracia brasileira no presente. Talvez possamos compreender melhor os desdobramentos do conflito político na Nova República, e depois dela, se recordarmos que os “novos arranjos institucionais” que seriam compatíveis com uma expressão plena deste novo campo ético-político no sistema político formal foram, afinal, *preteridos* em favor de pactos políticos firmados entre elites políticas que investiram-se da condição de fiadoras da transição. Para retomar os termos que utilizei em outro trabalho (Rodrigues, A. T., 1993b), o saldo da derrota da campanha das diretas foi o de que a “*lógica da negociação*” prevaleceu sobre a “*lógica da ruptura*”. Padrão que obedeceu, neste particular, à indelével vocação elitista da tradição política brasileira. Está para ser feito um balanço adequado do

preço pago – pela cidadania e pela institucionalidade democrática – por esta *opção* pela entrada na democracia "por meios não democráticos", para usar a expressão de O'Donnell e Schmitter.

Note-se que a questão fundamental aqui não é a valorização de ações supostamente espontâneas do povo contra algum conservadorismo maquiavélico das elites. Sabemos que o momento inicial do ciclo de mobilização de saída do autoritarismo – cuja imagem mais eloqüente talvez tenha sido a do “povo como sujeito de sua própria história” – foi o leito para o qual confluíram, vale a pena repetir, *em função do bloqueio dos canais institucionais rotineiros*, diversos atores políticos relevantes, como sindicalistas, intelectuais, militantes de organizações de esquerda e religiosos, que canalizaram suas energias represadas para o associativismo e o “movimentalismo” ascendentes. A elaboração discursiva e política que ajudaram a construir *pautou-se*, em vista desta situação, *pela lógica da ampliação do conflito político*.

Ao interpretar as coordenadas estruturais do seu tempo, [escreve Doimo,] ao processar as novas influências intelectuais e correntes européias de pensamento, ao estabelecer um diálogo crítico com a tradicional cultura política autoritária brasileira, bem como ao resgatar e revalorizar outros traços da tradição cultural – comunidade, relações interpessoais –, esses atores recuperaram de tal sorte a capacidade ativa do ‘povo’ que conseguiram não só colocá-lo no centro da elaboração teórica como *promovê-lo a personagem central da vida política* (Doimo, 1995, p. 74).

Creio que não faz sentido, portanto, concebê-los simplesmente como atores interessados em manter-se como marginais à institucionalidade. Pelo contrário, sua vocação expressou-se, em diversas situações empíricas, em diferentes níveis de abrangência, no sentido de contribuir para a estruturação de *novos canais institucionais*, que incorporassem a cidadania ativa ao conflito. A concepção de democracia que subjaz a este tipo de prática, por sua vez, contrasta fortemente com a da maior parte das elites egressas da competição restrita do autoritarismo, responsáveis pelos pactos da transição. Para essas últimas, a melhor palavra de ordem democrática teria sido uma corruptela da célebre frase de Antônio Carlos (o outro, o de 1930): “façamos a democracia antes que o povo a faça”.

Assim se fez. E aí reside uma sugestão interessante, creio, para perceber-se o caráter da incompletude da institucionalização do novo regime democrático. E é por isso,

entre outras coisas, que o ciclo de mobilizações vinculado à saída do regime autoritário não se esgota com o advento do governo civil da Nova República.

8.2. Três crises.

Procurei apresentar, na seção anterior, um rápido esboço do que considero serem os dois ciclos de mobilização e reforma institucional mais recentes da história republicana³. A intenção era destacar o contraste entre dois modelos diferentes de interação entre atores sociais mobilizados e a transformação da institucionalidade política sob a qual atuam e sobre a qual produzem impactos.

A fase inicial do segundo ciclo de mobilizações apresenta uma trajetória ascendente, do ponto de vista da participação social "de baixo para cima" – incremento do associativismo em geral, novos movimentos sociais, novo sindicalismo – e uma liberalização da estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema político institucional "de cima para baixo" – a distensão e a abertura. Esta conjugação de dinâmicas viabilizou a emergência de uma situação *crítica*, que pode ser chamada de conjuntura política fluida (cf. Dobry, 1983; 1986), cujas características empíricas foram descritas no primeiro capítulo. É o momento que envolve a campanha das "diretas já" (cf. Rodrigues, A. T., 1993b; 1995). Este episódio de ampla mobilização de massa tem um perfil que *poderia*, à primeira vista, ser interpretado como o *clímax* do ciclo de saída do regime autoritário, ao qual se seguiria uma desmobilização que encerraria o ciclo.

Isso seria assim se concebêssemos a Nova República como o ponto final da "transição" e o início da mal chamada "consolidação" democrática. E se concebêssemos o movimento geral do ciclo, como no modelo de O'Donnell e Schmitter, desdobrado em três fases: uma primeira fase de ascensão em que se dá o processo de mobilização funcionalmente adequado à tarefa de "forçar as portas fechadas" do regime autoritário rumo

3. Falo em dois ciclos mais recentes porque, a rigor, poderíamos pensar num primeiro ciclo ainda na Primeira República, que contemplasse as relações entre a mobilização operária das décadas de 10 e 20 e a própria crise da República oligárquica. Mas isso obviamente escapa por completo a nossos interesses aqui.

à liberalização; uma segunda fase (o clímax), onde o entrecruzamento de diversos processos parciais de mobilização culminariam na emergência de grandes movimentos de massa na cena pública (como a campanha das diretas), pondo em xeque o regime; e uma terceira fase em que o regime se desagrega e precipita o surgimento de um poder civil por via de um pacto entre moderados do regime e da oposição. Isso culminaria, por sua vez, com o estabelecimento de um novo quadro normativo democrático, como o da Constituição de 1988, simétrico ao descenso das mobilizações. Os ciclos de mobilização e reforma se entrecruzariam, se alimentariam um ao outro e, afinal, revelariam sua complementaridade. Seguindo por esta trilha, concluiríamos que após a Nova República as mobilizações da "transição" seriam devidamente substituídas pela "rotinização" do conflito, pela "normalização" do regime democrático e, portanto, pela "desmobilização" social, uma vez que a mobilização tornar-se-ia então funcionalmente desnecessária. A desmobilização seria, a julgar por este padrão, a contrapartida esperada da institucionalização dos canais "normais" da competição política, típica da "consolidação" democrática.

Uma rápida olhadela nos eventos que vimos discutindo nos capítulos anteriores basta, porém, para revelar que *não é disso que se trata*. A batalha é bem mais longa do que este modelo faria crer. Além disso, o que é mais importante, a compreensão do alongamento do perfil desse ciclo de mobilização e reforma *depende da consideração de outros elementos que não exclusivamente a montagem da institucionalidade formal*.

E por que não pensarmos então, pode-se inquirir, num modelo interpretativo que divida este ciclo de saída do autoritarismo em dois, um de "transição" e outro de "consolidação"? Porque isso seria incompatível com a observância da complementaridade entre os ciclos de mobilização e de reforma do sistema político. De meu ponto de vista, as potencialidades de mudança institucional trazidas à luz do dia pelas mobilizações que tiveram na campanha das diretas seu ápice – e penso que essa virtualidade coincide no mínimo com um padrão poliárquico – não encontraram resposta compatível no sistema político que se institucionalizou a partir da Nova República e que se desdobrou nas eleições e nos outros eventos políticos subsequentes, abrangidos na conjuntura tratada nos capítulos anteriores (o "híbrido institucional" de que fala Wanderley Guilherme). É justamente o fato de as mobilizações não terem encontrado resposta que as fez ressurgir nos anos de 1989, durante a campanha eleitoral, e 1992, durante a campanha pelo *impeachment*.

Penso, para formular o problema de modo sintético, que estas situações de mobilização – de 1989 e 1992 – e as de desmobilização – planos Collor, de 1991, e Real/eleições de 1994 –, eventos chave de nossa conjuntura, prendem-se ainda ao problema da democratização *tal como colocado pela mobilização das "diretas já"*⁴. As respostas institucionais da Nova República deixaram o ciclo em aberto. Dito de outro modo: na conjuntura de 1989-94, tanto as mobilizações, cujo sentido, advogo, foi o de *pressionar o sistema político em direção à institucionalização do universalismo de procedimentos e de mecanismos participativos*; quanto as respostas às mobilizações engendradas pelos atores alocados no Estado, cujo sentido, advogo, foi o de *reafirmar, conforme a conveniência, as lógicas do clientelismo ou do insulamento burocrático*, inscrevem-se num quadro conflitivo cujo cerne é a *disputa pelo tipo de instituições e práticas políticas* que devem ser aceitas como reguladoras da competição democrática, e não a *disputa "rotinizada"*, regrada por instituições de perfil poliárquico, que supostamente canalizariam as pressões "de baixo" para dutos "adequados".

Numa palavra, a agenda política posta pela campanha das diretas, no topo da qual está a institucionalização de uma democracia participativa, continua em aberto.

E mais. Se considerarmos que a promessa básica sobre a qual erigiu-se a Nova República foi a da conjugação entre democracia política e equacionamento das desigualdades sócio-econômicas, o "resgate da dívida social", teremos que lembrar necessariamente o impacto da crise do Estado brasileiro em meio ao qual cambaleou a década de 80. A propósito, Brasília Sallum (1995; 1996) chamou atenção para o fato de que o fracasso dos planos de estabilização monetária deflagrados nos anos 80 está diretamente ligado ao fato de que são tentativas políticas de resolver um problema que tem por base a crise do Estado desenvolvimentista dentro dos quadros deste mesmo Estado desenvolvimentista. Esta situação aponta para a indissociabilidade entre a montagem do novo aparato institucional democrático, as tentativas de superação dos problemas econômicos interpostos pela crise do Estado e o novo padrão de participação autônoma da sociedade organizada.

4. Não me refiro, evidentemente, à reivindicação específica de realização de eleições diretas para presidente da República. Refiro-me ao fato de que a mobilização das "diretas já" traz ao espaço público o "espírito"

Há uma relação freqüentemente esquecida entre a eclosão da participação política autônoma durante o que aqui chamei de ciclo de saída do regime autoritário, por um lado, e a crise do Estado desenvolvimentista, por outro. Uma relação que se verifica exatamente na reação política da sociedade organizada à centralização decisória própria à implementação das políticas econômicas. Como assinalou Brasília Sallum,

o novo padrão associativo e suas práticas - além de pôr em xeque diretamente a capacidade do Estado regular como antes a sociedade, tornando mais flexíveis os controles corporativos tradicionais - expressam em geral o descompasso entre a complexidade crescente da sociedade e os mecanismos de representação/cooptação política até então vigentes, apontando para o anacronismo do Estado desenvolvimentista vigente e do regime militar (1995, p. 154).

Se os novos movimentos sociais dos países capitalistas centrais podem ser lidos como reações à crise do *Welfare State*, os movimentos populares brasileiros são já reações à crise do modelo nacional-desenvolvimentista. Sabemos que o desenvolvimentismo, assim como o corporativismo, foi retomado como política de Estado durante o regime militar, embora com transformações importantes com relação ao período anterior. Tanto o "milagre econômico" quanto a reação a sua crise, nos anos 70 (reação cujo principal instrumento foi o II PND), se deram nos quadros do pacto desenvolvimentista. Este nacional-desenvolvimentismo - uma ideologia "supraclassista" pensada, nos anos 50, como articulada à prática populista e à estrutura corporativista estatal, no que concerne à contenção da mobilização dos trabalhadores - foi objeto, nos 70, do contraponto político dos movimentos populares, justamente naquilo que diz respeito a um de seus aspectos mais importantes e duradouros (que inclusive sobreviveu à própria crise do desenvolvimentismo), a saber, a ideologia *tecnocrática*, à qual associa-se, por sua vez, uma lógica de comportamento político própria aos gestores da burocracia econômica brasileira, a *lógica do insulamento burocrático*. Como lembrou Doimo, com a estruturação do campo ético-político no início do ciclo de saída do autoritarismo,

de uma concepção passiva e quase objetal da participação (...), inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual *não havia mais lugar (...) para o culto do 'Estado-nação', que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa do planejamento compreensivo* (1995, p. 76, grifo meu).

Da prática dos movimentos e do novo sindicalismo emana a primeira reação política da sociedade organizada à crise do Estado desenvolvimentista, que orientou-se em sentido diametralmente oposto ao do consenso que se instauraria no seio das elites empresariais e da direita partidária.

Em suma, do dito acima depreende-se que o conflito político que perpassa a sociedade e o sistema político na conjuntura 1989-94, ao mesmo tempo em que está marcado pela continuidade da competição acerca do caráter das instituições políticas do regime democrático, sofre também os impactos da crise do Estado desenvolvimentista, em resposta à qual podem-se vislumbrar alternativas tanto pelo lado da sociedade organizada quanto das elites.

Tal crise, por sua vez, é incompreensível apartada das circunstâncias da ampla mudança histórica observada no capitalismo internacional. A agenda política dominante, desenvolvida como resposta à crise do capitalismo central nos anos 70, passa por um período de encubação entre as elites empresariais e da direita política brasileiras (o período da "produção do consenso", como o chamou Sebastião Velasco) até ganhar força suficiente para intervir de modo decisivo sobre o conflito político posto na arena nacional, na virada da década de 80 para a de 90, sob a forma do discurso em favor do Estado mínimo.

Quando a década de 90 principia, estão já configuradas, politicamente ativadas e inextricavelmente articuladas a *crise do Estado*, a *crise da institucionalidade política formal* (recém instaurada) e a *crise de participação social*. Enquanto a crise do Estado solicita à institucionalidade formal instrumentos políticos que ampliem a margem de manobra dos gestores da economia e lhes facilitem o acesso a meios governativos efetivos, a crise de participação social solicita a esta mesma institucionalidade que incorpore, através de canais formais, o novo padrão de conduta dos setores populares e a nova abrangência do conflito social. Não se pode falar numa crise do regime democrático, mas ao falar em crise da institucionalidade política formal pretendo destacar o fato de que ela era objeto de uma disputa a respeito de seu caráter: se compatível com a centralização administrativa e o insulamento burocrático ou se aberta à ampliação dos canais de expressão e processamento das demandas substantivas da sociedade. Assim, se a agenda *política* não cumprida pela Nova República apontava para a urgência de *respostas políticas legítimas*, que ancorassem

e enraizassem o processo democrático formal nas novas práticas participativas articuladas pela cidadania ativa, por outro lado a agenda *econômica* igualmente não cumprida exigia *respostas políticas eficazes*, que equacionassem de imediato ao menos o problema da estabilização monetária, se não da crise do Estado.

Dito isso, é possível entender porque o cerne do conflito político que se desenrola na conjuntura 1989-94 é o conflito entre os *atores situados no executivo* que, a partir da lógica do insulamento burocrático, buscam dotar a burocracia econômica de instrumentos políticos eficazes, e os *atores situados na sociedade organizada e na esquerda partidária* que, a partir da lógica do universalismo de procedimentos, buscam efetivar canais participativos de competição política. Os primeiros, contra os segundos, agem na conjuntura em aliança com os *atores da direita partidária situados no parlamento* que, a partir da lógica do clientelismo tradicional, buscam no acesso privilegiado aos recursos públicos a manutenção de sua ascendência sobre os amplos setores inorgânicos da sociedade que lhe servem de base eleitoral.

De um lado, a lógica da eficácia econômica; de outro, a lógica da legitimidade político-jurídica. De um lado, o discurso da governabilidade, de outro, o reclamo por mobilização social. De um lado, o interesse numa competição política cujo eixo estivesse no tema da estabilização monetária; de outro, o interesse numa competição política cujo eixo estivesse no tema da "ética na política".

A situação que se apresenta na conjuntura é portanto extremamente complexa e revela a presença de inúmeras variáveis interpretativas significantes, que tentarei tratar com maior detalhe mais abaixo. Antes disso, porém, é preciso registrar que, em contraste com as variadas possibilidades de interpretação que os eventos empíricos facultam, há uma certa tendência de se tomar a mudança política em curso nesta conjuntura como um processo unívoco de final conhecido. Senão vejamos.

8.3. Escolhas.

Talvez o principal obstáculo à compreensão de nossa conjuntura esteja no argumento, que aparece no debate com freqüência bem maior do que se imagina, segundo o qual não havia *escolhas* possíveis a serem feitas no Brasil dos anos 90.

O olhar retrospectivo que hoje lançam sobre a década de 80 certas perspectivas de análise tende a apresentar nossa história de crise fiscal do Estado, de ascensão inflacionária e de endividamento externo crescente de um modo que dela se devam extrair lições a respeito da “necessidade objetiva” do “ajuste” brasileiro que principia sob Collor. É como se o Brasil, assim como ocorreu em sua industrialização retardatária, patinasse agora numa inserção retardatária à economia global e que seus males econômicos e políticos derivassem do atraso na tomada de um rumo óbvio, o do chamado “ajuste estrutural”.

Tal viés tende a contar uma história econômica e política – cujo ponto de chegada é, *ex post*, apresentado como o único possível – na qual a “vitória sobre a inflação” no Brasil, conduzida pelas forças políticas que viabilizaram as reformas orientadas para o mercado, *é descrita como nada menos que a garantia de manutenção e consolidação da própria democracia política*. Neste discurso, a dimensão essencialmente pública de todo conflito político tende a ser reduzida à questão da garantia, pelo governo, da estabilidade das relações econômicas privadas.

Tomemos um livro-panfleto de Antonio Kandir, lançado para a campanha eleitoral de 1994, como exemplo. Destinado a um público mais amplo que o universitário, o texto tem o mérito de explicitar raciocínios que de outro modo estariam cifrados. Nele a crise brasileira e a urgência da estabilização monetária ganham a seguinte descrição. De 1930 a 1980, “crescemos, mas não soubemos cuidar das condições para que o crescimento pudesse prosseguir” e, depois deste período de bonança, caímos numa crise causada pela “incapacidade das elites do país de perceber, com antecedência, que chegara ao fim o período do crescimento fácil”. De repente, “o ufanismo tolo foi substituído pela mania de fracasso”. Causa: *a inflação*. Esta, além de destruir a moeda nacional e prejudicar os mais pobres, que não tinham acesso à indexação de seus proventos, forçou a redução dos investimentos produtivos, impediu que o país ingressasse na Terceira Revolução Industrial

e (sobretudo) desorganizou as relações privadas baseadas em contratos relativos à propriedade e aos ganhos financeiros. Este estado de coisas, por certo, é responsabilidade de alguém. Os “militantes ativos da coalizão pró-inflação” são nominados por Kandir como “empresas [ineficientes e não-competitivas] e grupos políticos [‘populistas’] cuja sobrevivência econômica e/ou política não pode prescindir das vantagens que a inflação lhes traz”, enquanto que os agentes econômicos “modernos” são apresentados como aqueles que não teriam interesse na ascensão inflacionária, pois seriam beneficiados quando a extinção da inflação acarretasse uma inevitável futura retomada do desenvolvimento. Diz Kandir que, tendo um “Estado em frangalhos, um modelo de desenvolvimento caduco, inflação elevada, investimentos em queda, o Brasil desajustava-se, ficando à margem da ampliação e intensificação dos fluxos de capital, comércio e tecnologia que caracterizam o movimento de internacionalização da economia”. Porém, felizmente quebrando um longo período de ações incoseqüentes, “os anos 90 marcaram uma virada importante na história do Brasil. Os programas de liberalização comercial e privatização (...) vêm produzindo efeitos positivos tanto para o saneamento financeiro do setor público (...) como também para a reestruturação produtiva”. Com tal progresso, “o país voltou a entrar no radar dos investidores estrangeiros”, o que por sua vez é sinal inequívoco de que “o Brasil poderá contar com poupança externa substancial para a alavancagem de um novo ciclo de crescimento econômico”. E se esse necessário capital produtivo internacional ainda não havia chegado de fato é porque “não [hávamos resolvido] ainda o problema da inflação”. Portanto, exortava ele às vésperas da eleição de 1994, “não adianta alimentar ilusões: os investimentos só voltarão a ocorrer *quando começar a disseminar-se a percepção* de que, desta vez, a inflação está a caminho de ser derrotada em definitivo”. Mas note-se que a necessidade de por fim a tal chaga não é exclusivamente econômica. “O processo de destruição da moeda é [descrito por Kandir como sendo](...) um processo de destruição da possibilidade de convivência social civilizada (...), inseparável do processo de destruição do Estado, não apenas em sua capacidade de prover bens públicos essenciais, (...) mas também em sua *legitimidade como provedor exclusivo da lei* e da segurança pública”. De sorte que “o veneno corrosivo que a destruição da moeda destila afetou profundamente a *legitimidade do regime democrático* entre nós. Afetou um dos elos fundamentais de toda sociedade que se pretende civilizada: a representação política apoiada no sufrágio direto e universal”.

Embora o leitor não seja propriamente informado a respeito de como, afinal, tal coisa se deu, o que importa a Kandir é deixar claro – não sem antes lembrar até mesmo, ainda, a possibilidade de um “retrocesso autoritário” – que “a democracia não estará consolidada enquanto não forem definitivamente derrotadas as forças que se alimentam da destruição do Estado e da moeda nacional. *São elas os inimigos à morte da estabilização (...). A democracia depende da moeda forte*, pois sem moeda forte não há credibilidade duradoura nas instituições. Sem moeda forte, a democracia seguirá sendo um edifício sem alicerce” (Kandir, 1994, citações extraídas das pp. 11-34, grifos meus).

O argumento deste tipo de abordagem, em suma, é o de que o necessário “ajuste” brasileiro foi tardio e lento, porque uma arraigada ideologia desenvolvimentista impediu por vários anos que as elites políticas e econômicas compreendessem a verdadeira natureza da crise, expôs o país a uma inflação que deteriorou suas relações econômicas e gerou – esta é a principal conclusão a que este tipo de raciocínio remete – uma Constituição retrógrada que, caudatária daquela ideologia, obstaculizou o referido ajuste. A necessária conclusão não poderia ser outra senão o seguinte economicismo de ocasião: *dadas as enormes mazelas causadas pela inflação super-elevada – convertida então em causa única da deterioração dos padrões de comportamento econômicos, políticos e (por que não?) morais – seu controle passou a ser o “bem público” mais importante, um bem por todos desejado (e poder-se-ia acrescentar: desejado a qualquer custo), de tal sorte que qualquer força política que lograsse apresentar-se como capaz de controlá-la seria imediatamente guindada ao poder, sob aclamação generalizada da cidadania*. Com alguns retoques discursivos conforme o caso, esta tem sido muitas vezes a explicação apresentada para a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994. E também para que o tema das reformas econômicas tenha tomado o formato de um processo de “reformas” constitucionais. O credo pressuposto por este raciocínio é que todo Estado dirigista, keynesiano ou nacional-desenvolvimentista, mais cedo ou mais tarde gera uma crise, econômica e política, cuja solução passa necessariamente por seu recuo a um formato “mínimo”.

Porém, num registro mais acadêmico também abundam descrições da crise que tomam como *natural* a opção pelo “ajuste” e como *necessário* o fato de que a *estabilização monetária se tenha tornado o centro da luta política*. Maria Hermínia Tavares de Almeida,

por exemplo, acredita que o ritmo e a qualidade da implementação das reformas têm sido, ao mesmo tempo, uma imposição da situação internacional e o resultado de uma espécie de tomada de consciência dos atores locais a respeito dessas imposições objetivas. Para ela, “em certo sentido, as reformas foram menos o resultado de escolhas deliberadas da parte das elites, apoiadas por algum explícito consentimento de seus liderados, do que uma consequência da ‘força das coisas’”. Mas sustenta, paralelamente a isso, que “a sociedade brasileira [se convenceu] da urgência de banir a inflação – e esse foi o consenso que conduziu à vitória de Fernando Henrique Cardoso no pleito de 1994”. O ritmo do “ajuste”, para ela, é aliás excessivamente lento, de tal sorte que, nesse processo de mudança econômica “a tendência é de reformas de mercado cautelosas: *reformas neoliberais sem neoliberalismo*”, afirma. Os confrontos políticos se passam, pois, entre forças “reformistas moderadas” (em cujo âmbito o PSDB é definido como aquele ator que soube acolher as “novas idéias econômicas”) e a oposição de esquerda, em especial o PT, genericamente descritos como adeptos do “populismo econômico”. Tal conflito em torno das reformas deve “transitar por um sistema político complexo”, fato que, somado à “falta de autonomia” decisória do executivo federal, que, repare, *perdeu seu poder de intervenção* mais direta devido aos contra-poderes emergentes na democratização, “multiplica as possibilidades de paralisia do processo decisório no plano governamental”. Ora, considerando-se que “pesquisadores têm destacado a importância da autonomia e da centralização das decisões no executivo como os mais relevantes fatores para o desencadeamento e implementação das reformas orientadas para o mercado”, a autora pensa como imediatamente necessária a constituição de maiorias políticas estáveis – pois, como diz, é preciso distinguir “a autonomia que resulta de situações emergenciais daquela que se baseia no apoio de uma forte coalizão majoritária”. Mais uma vez a inflação converte-se, nesta perspectiva, em repositório dos males políticos dos anos 80, inclusive em responsável pela própria deterioração da noção de “*commonwealth*” no âmago de uma sociedade que pretende tornar-se democrática. A montagem de uma ampla frente “reformista moderada” (mas nunca neoliberal) – que concretamente atende pelo nome de aliança PSDB-PFL – surge então como a chave para vencer o “populismo econômico” – que atende pelo nome de PT – e garantir uma maioria estável que dê sustentação às reformas pretendidas (Almeida, M. H. T., 1996, citações extraídas das pp. 213-34).

É evidente que não há como ou porque negar a importância assumida, no plano subjetivo (isto é, do ponto de vista dos atores relevantes), pela urgência da estabilização monetária, que tornou-se, por razões óbvias, tópico central da agenda dos anos 90, nem como ou porque negar a existência de uma crise fiscal do Estado na base de um processo inflacionário crônico que colocou em xeque o modelo nacional-desenvolvimentista, nem tampouco e muito menos que “os mais pobres” tenham sido as principais vítimas da situação inflacionária e que portanto tenham efetivamente desejado relações de mercado mais estáveis etc etc etc. O problema é que nem o desejo dos pobres e nem mesmo a crise fiscal do Estado explicam, com sua simples existência, *porque determinados atores políticos apostaram suas fichas na estruturação de um conflito político com o rosto que teve, afinal, o conflito do período que aqui averiguamos*. A afirmação, explícita ou implícita, de que as reformas orientadas para o mercado são a única alternativa possível frente à crise do Estado brasileiro é tão verdadeira quanto a afirmação de que as leis do mercado são leis naturais, e possui, portanto, valor heurístico igual a zero.

O mais grave, porém, é que partindo do pressuposto da impossibilidade de alternativas, corre-se o risco de fechar os olhos para os próprios termos em que se estruturou o conflito em questão. Nenhuma análise desta conjuntura poderia sustentar-se sem a consideração das escolhas feitas pelos principais protagonistas do conflito político conjuntural. Os jogos conjunturais não são apenas uma disputa entre diferentes jogadores portadores de diferentes estoques de recursos sob uma arena institucional dada. *Eles começam pela disputa a respeito de qual jogo será jogado, e esta é a mais importante das disputas*. Conquistar poder, antes que tudo, é ser capaz de definir os termos da disputa pelo poder.

Se jogamos, a partir de 1990, o jogo do Estado mínimo e das reformas orientadas para o mercado, é preciso perguntar por que e como – isto é, quais as alternativas que se confrontaram, qual o peso da cultura política e da institucionalidade formal vigentes sobre a vitória ou derrota de uma ou outra, se é que elas podem ser consideradas definitivas, etc – e não partir do pressuposto de que este é “o” jogo político.

Como notou de modo incisivo E. E. Schattschneider (1967), uma conjuntura, certamente, pode ser descrita como uma determinada configuração dos alinhamentos e

realinhamentos políticos entre os atores, mas *o fundamental é conceber esses realinhamentos como produtos da competição entre diferentes definições a respeito do que deve ser considerado pelo conjunto da cidadania como politicamente relevante*. É neste mesmo sentido que Weber (1992b; 1992c) distingue entre os conceitos de "legitimidade" e "crença na legitimidade": o primeiro afere as bases objetivas sobre as quais se assenta a dominação (idealmente, a lei, a tradição ou o carisma); o segundo afere o grau de aquiescência dos dominados para com a dominação legítima, isto é, o grau de subjetivação da legitimidade das relações de dominação vigentes. Ambos são indispensáveis à compreensão da ação. A competição entre forças políticas, portanto, não é uma competição apenas entre diferentes demandas ou ideologias, mas sobretudo entre diferentes modos de definir qual a natureza, os objetivos e a abrangência (em termos do número de jogadores) do jogo que está sendo jogado. Disso depende, em boa medida, o resultado dos conflitos. Tão importante quanto traçar as condições *objetivas* – as condições estruturais da economia, do Estado e do regime – ou *subjetivas* – a posição relativa inicial dos diferentes sujeitos, dispostos no tabuleiro – inerentes à configuração do jogo, é saber que a principal variável interpretativa reside no próprio *processo*, nos desdobramentos que o jogo vai assumindo.

Em nossa conjuntura, havia jogadores empenhados em jogar o jogo do "ajuste estrutural" num tabuleiro restrito a um pequeno número de jogadores que se comportassem do modo o mais apático possível, enquanto que outros se empenhavam em jogar o jogo da "desprivatização do Estado" e da ampliação da participação, num tabuleiro transbordante de novas peças com comportamento autônomo.

Como notaram Bachrach e Baratz (1969), num pequeno artigo já clássico, é preciso perscrutar as *tendências* do jogo, averiguar os valores dominantes, os mitos políticos construídos, os rituais culturalmente estabelecidos e perguntar como essas presenças tendem a favorecer determinadas forças políticas em detrimento de outras. Pois é com base nisso que afloram as percepções do analista sobre quais questões da pauta pública, objetivamente colocadas, tendem a ser encaradas como mais ou menos importantes pelos atores sociais. Isso é fundamental porque, como assinalou Schattschneider, interessa a determinados atores que determinados temas sejam considerados importantes e que outros sejam esquecidos. *Quando um jogador obtém êxito em transformar um tema de seu*

interesse – isto é, um tema cuja prevalência na agenda tende a organizar o jogo de modo favorável à mobilização dos recursos de que dispõe – em um tema de importância pública, este jogador obtém poder, na medida em que foi capaz de definir qual jogo será jogado.

Numa situação empírica, como a que tratamos aqui, há sempre inúmeros conflitos simultaneamente presentes sobre inúmeras arenas distintas, envolvendo múltiplos atores, cada qual deles podendo estar envolvido em diversos conflitos simultaneamente. Os recursos políticos, materiais e simbólicos de que dispõem as diferentes forças políticas em conflito ganham ou perdem peso conforme a natureza das pautas conflitivas. O peso dos recursos da direita parlamentar serão valorizados se as questões em pauta tiverem como leito votações em plenário às quais ela possa comparecer como maioria, assim como a OAB terá seus recursos valorizados se a questão em pauta exigir a legitimidade de uma entidade "representativa" da sociedade com tradição de luta pelas liberdades políticas, como no episódio da apresentação do pedido de *impeachment*, do mesmo modo que os movimentos sociais terão seus recursos valorizados se puderem fazer com que o jogo seja decidido com igual importância na praça pública e nos gabinetes. O mais importante é saber quais são os temas considerados como politicamente mais relevantes pelo conjunto da cidadania a cada momento e, ainda, saber se há recursos disponíveis ou não para fazer com que um conjunto mais amplo de atores sociais seja capaz de interferir sobre este conflito considerado mais relevante.

A eclosão e desenvolvimento de processos de mobilização política da sociedade depende de muitos fatores. Depende desde logo de um tema em torno do qual pautar-se. Haverá então um conflito entre os atores políticos pela definição de pautas públicas que tendam a mobilizar ou desmobilizar a sociedade, conforme lhes interesse uma ou outra situação. Depende da capacidade de se estabelecer um consenso sobre a necessidade ou não de uma grande intervenção da cidadania para pressionar determinados atores a agir ou não. Depende do empenho de certos atores em favor da mobilização ou contra ela. Depende da disseminação de certos modos de pensar e de agir, de ideologias e de éticas. *É preciso, em suma, observar as tendências presentes em favor da publicização ou da privatização dos conflitos. Na medida em que uma força política – consciente ou inconscientemente – cria ou reforça barreiras à publicidade do conflito, esta força política tem poder.*

Naquilo que nos compete destacar, quero frisar que a conjuntura política que se manifesta entre os anos de 1989 e 1994 ostenta uma perceptível *oscilação* entre momentos de mobilização e desmobilização política da sociedade. Compreender como se deram essas dinâmicas e quais as suas implicações depende da compreensão dos fatores listados acima, e este foi o esforço pelo qual pautou-se a pesquisa empírica.

Guerra ideológica decisiva, a campanha eleitoral de 1989 contrapôs duas alternativas radicalmente opostas. Objetivamente, será difícil não perceber como central na estruturação deste embate o problema da crise do Estado e as alternativas postas para enfrentá-la. No entanto, a questão percebida subjetivamente pelo conjunto da cidadania como mais relevante foi a questão "ética" da moralidade no trato do coisa pública, e embora a disputa entre as alternativas à crise do Estado estivesse presente, os indícios empíricos indicam que a eleição não foi decidida pelos embates em torno desta pauta. O sentido desta mobilização eleitoral, que inscreveu-se na tendência posta pela crise de participação política estruturada no governo Sarney, foi amplamente contraditado pela prática política predominante nos primeiros anos do governo Collor. A desmobilização então observada esteve diretamente ligada à privatização do conflito operada pela lógica do insulamento burocrático pela qual agiu a equipe gestora dos planos econômicos. Ela subtraiu ao debate público e às discussões com a cidadania os temas referentes à estabilização monetária, que foram resolvidos num processo extremamente restrito de tomada de decisões. A deterioração desta relação restritiva com a sociedade culminou num novo momento de ampla mobilização social, pela demissão de Collor. As pautas públicas consensualmente estabelecidas como eixo desta mobilização, no entanto, privilegiaram uma agenda política formal e uma discussão "ética" pensada a partir da moral privada. A preservação da agenda econômica trazida com Collor, do Estado mínimo e das reformas orientadas para o mercado, levou à busca de uma nova coalizão de centro-direita que, ao mesmo tempo, pudesse sustentar na arena parlamentar o novo consenso ideológico das elites e contasse com o "saber" tecnocrático capaz de implementar uma política de estabilização monetária exitosa. Para isso, se fez necessário *reestruturar os termos do próprio conflito político*, no sentido de retomar o tema do combate à inflação – episodicamente obscurecido pelas batalhas "éticas" do *impeachment* – como o mais relevante para o conjunto da cidadania. O

êxito na construção da coalizão política e na redescrição dos termos do jogo culminou na eleição de Fernando Henrique.

Não há nada natural nem fatal nisso.

Insisto que foram as escolhas políticas de determinados atores, em seu confronto com os objetivos de outros e com as condições e estruturas dadas, e não uma "força das coisas" exterior e inelutável, a responsável por estas configurações. A compreensão da densidade dos conflitos conjunturais passa, também, pela compreensão das alternativas derrotadas.

Desdobrarei o argumento, à luz dos eventos empíricos.

8.4. Conjuntura.

Ao discutir, no terceiro capítulo, o processo eleitoral de 1989, chamei atenção para o fato de que houve um descompasso entre os interesses substantivos efetivamente contrapostos e os termos pelos quais o eleitorado foi convidado a expressar-se nas eleições. A efetiva contraposição de duas forças políticas com dois diagnósticos e duas propostas diferentes para o enfrentamento da crise do Estado foi mediada, senão obnublada, por um aparente consenso dos candidatos em torno da condenação das práticas clientelistas e "fisiológicas" disseminadas à larga no governo Sarney. A disputa de Collor contra Lula, um confronto direita-esquerda típico que pode ser legitimamente lido como o confronto entre o conceito de "Estado mínimo" e o de "desprivatização do Estado", foi subjetivado, ou traduzido para o imaginário popular, para a maioria do eleitorado, como uma disputa sobre qual seria o homem mais capaz de contrapor-se à situação de corrupção e incúria administrativa vigente. Embora evidentemente a escalada inflacionária aparecesse como preocupação para o conjunto dos votantes, foram sobretudo as questões de ordem "ética" as que mobilizaram a cidadania, na mais disputada eleição da história republicana.

Isso foi assim porque o consenso já então estabelecido entre as elites empresariais e da direita partidária *não era ainda um consenso social amplo*. O consenso social mais amplo naquele momento apontava no sentido da afirmação da necessidade de

um universalismo de procedimentos enquanto *prática política* e não apenas enquanto *lei*. Se a Constituição de 1988 inaugurava uma nova ordem político-jurídica, a "ética" continuava ausente sob o governo Sarney, preso que estava ao *clientelismo* "fisiológico" do "é dando que se recebe". A direita empresarial e partidária sabia disso: não pôde ou não quis construir uma candidatura endógena que programaticamente propugnasse o consenso do "Estado mínimo" e viu-se obrigada a apostar suas fichas, inicialmente a contragosto, no "*outsider*" que galgou a preferência disparada das pesquisas eleitorais montado no discurso contra os "marajás" e no repúdio à imoralidade. Delfim Netto, pouco antes da posse do presidente eleito, em março de 1990, explicitou a ciência da direita de que seu consenso não era um consenso social amplo, preocupando-se já com a reação da cidadania à implementação do "ajuste" anunciado: "meu único receio é que a disposição de reduzir o tamanho do Estado ainda esteja à frente daquilo que a sociedade deseja", afirmou (Istoé Senhor, 07/03/90).

A cidadania, em 1989, mirou na democracia e na ética pública e acertou no Estado mínimo, graças ao que Francisco de Oliveira descreveu como uma "guerra de classes eleitoralmente codificada", permeada por lances de extrema violência política – como o episódio Míriam Cordeiro, a manipulação do seqüestro de Abílio Diniz e a montagem do debate entre os candidatos pela Rede Globo, sem mencionar os conflitos campais artificialmente provocados. Mais que viabilizar um programa, portanto, as elites mencionadas, recém convertidas ao discurso das reformas orientadas para o mercado, agarraram-se com unhas e dentes à necessidade de *derrotar o programa da desprivatização do Estado*.

O próprio Collor encarregou-se de decifrar o que era enigma apenas para os parvos: perguntado, após sua eleição, como retribuiria o apoio recebido das burguesias – traduzido ostensivamente num aparato publicitário e num aparelho de campanha gigantescos – o já então eleito presidente respondeu que havia pago aquela dívida derrotando Lula, a besta-fera das burguesias e de todos os anéis empresariais-burocráticos (Oliveira, F., 1992, p. 20).

Se encararmos a candidatura Lula como endógena ao campo ético-político forjado pelo movimento sindical e popular, e o PT como a forma partidária assumida por este campo – e é isto que proponho aqui – teremos melhores condições de avaliar o que, de

fato, foi derrotado em 1989 e porque esta derrota foi crucial para toda a conjuntura subsequente. Vejamos.

Como se observou no terceiro capítulo, o que Eli Diniz chamou de "estreitamento da agenda da Nova República" revelara-se como o paulatino descarte da "questão social" pelas elites responsáveis pela transição democrática. Isso foi visto pelos primeiros estudos sobre a transição como uma situação em que, embora consignado um novo "pacto político", não fora celebrado um "pacto social", fato que impedia a nova democracia de voltar-se para questões "substantivas" (sócio-econômicas) e a mantinha presa a seus aspectos "formais" (político-jurídicos). Pareciam se haver conjugado as demandas da sociedade por participação política e pelo "resgate da dívida social" quando Sarney optou, no debate econômico entre as correntes que compunham o governo herdado de Tancredo, pelo "desenvolvimentismo" em detrimento do "monetarismo". No auge do Plano Cruzado, os "fiscais do Sarney" brandiam listas da Sunab em defesa do congelamento de preços que, esperava-se, equacionaria o problema da estabilização monetária. Da euforia desse momento resultou, nunca é demais repetir, o realinhamento das forças políticas operado nas eleições de 1986, sob cujo signo se fez a Nova Constituição e se montaram as composições para a eleição presidencial de 1989. A desilusão com o malogro do Cruzado não foi, nesse contexto, apenas uma frustração econômica, não foi apenas a continuidade da penalização do mais pobre pelo imposto inflacionário. Tornou-se possível perceber também, nesse episódio, que a lógica tecnocrática a partir da qual foi montado e executado o plano *frustrava diretamente os impulsos participativos emanados da cidadania organizada*. Em vez de alguma forma de negociação política com os setores sociais que protagonizaram a campanha das diretas já – especialmente dos trabalhadores, que continuaram nos anos de 1984 e 1985 a protagonizar um movimento grevista expressivo – o plano foi concebido e gerido a partir da mais genuína lógica do insulamento burocrático.

Como mostrou Paul Singer (1987), a proposta original de André Lara Resende e Pêrsio Arida, na qual baseou-se o Cruzado, condenava o congelamento de preços, porque segundo os autores ele congelaria preços relativos em desequilíbrio, criando, quando da inevitável saída deste congelamento, o dilema entre a volta da pressão inflacionária e o desabastecimento. Quando os autores da proposta transformaram-se em gestores do plano,